

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Tathiana Senne Chicarino

**A revista *Veja* e a produção de escândalos
políticos (1985-2016)**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2020

Tathiana Senne Chicarino

**A revista *Veja* e a produção de escândalos
políticos (1985-2016)**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais (área de concentração Ciência Política) sob a orientação do Prof.^a Dr.^a Rosemary Segurado.

São Paulo
2020

Banca Examinadora

Para minha dupla, Sophia e Eric, pelo amor e pelo apoio.

Para Francisco, que comece sua jornada com amor.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)- Processo 2015/11224-2”.

“This study was financed in part by the da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)- Process 2015/11224-2”.

Agradecimentos

As mulheres galgaram centralidade na política nos últimos anos, mudando subjetividades e forçando a mudança em institucionalidades. Também foram mulheres, especialmente duas, que me orientaram na vida e com muito amor e generosidade me fizeram chegar até aqui, com a promessa de um caminho de trocas ainda a percorrer: Rosemary Segurado e Vera Chaia.

Aos arguidores dessa pesquisa. Prof. Dr. Fernando Azevedo, pelo acompanhamento de minha trajetória, pela escrita inspiradora e pelo inesquecível ensinamento de ir para a empiria. Prof. Dr. Cláudio Coelho, por um acolhimento acadêmico visto com tão pouca frequência nos últimos tempos e por fomentar continuamente a radicalidade em nosso olhar. Foram muitas as provocações incorporadas nesse trabalho pelas trocas com as colegas e os colegas do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Sociedade do Espetáculo”, tão maravilhosamente conduzido por Cláudio.

Prof. Dr. Francisco Fonseca, por me estimular a pensar em consensos forjados.

Ao *locus* imaginativo por excelência – o Neamp –, agradeço a aventura que tem sido compartilhar pesquisas e conversas, e especialmente por eu ter encontrado pessoas tão queridas, amigas e amigos de uma vida (Rafael, Claudio, Nat, Pedro, Miguel, Marcelo).

Como não mencionar um encontro capaz de gerar um neologismo tão bem-aventurado: chainhas, Sil e Lê, obrigada!

Pela maestria capaz de engendrar uma imaginação curiosa, pela afetividade e competência que somente esse dueto poderia pôr em prática: Rodrigo Estramanho e Carla Diéguez – quero sempre tê-los ao meu lado.

À Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pelo privilégio que me foi oferecido, de ser docente no lugar onde tudo começou. E onde me encontrei com irmãs de alma, de coração e de caminhar em um complemento triplo que só faz florescer: Bia e Ná – amo vocês.

Para minhas filiações. De coração e swing SWAY. Minha identidade se reconheceu nela, que se fez irmã e confidente: Angélica. À família Barreto, pelo cultivo da conversa e do acolhimento contínuo permeado por amor. Valentins, na maravilhosa companhia de namoro, ao casar, do amadrinhar ao festejar. De sangue, no desafio de ser

mais amável e tolerante com as minhas e meus: mãe menininha querida, tio Gordo, Thi, Tha, Fá, Guto, Juliana e Jorge.

Aos meus grandes amores, Eric e Sophi. E a Johnny B. Goode pelas manhãs, tardes e noites na cadeira – ao fiel escudeiro.

E, finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (Fapesp), cuja bolsa propiciou a realização deste estudo, do cotidiano de pesquisa às trocas acadêmicas – algo fundamental para nos afastar do obscurantismo.

Tathiana Senne Chicarino

A revista *Veja* e a produção de escândalos políticos (1985-2016)

Resumo

A presente pesquisa traz a sistematização do discurso político-midiático da revista *Veja* entre os anos de 1985 a 2016 a partir dos escândalos políticos por ela produzidos. Para tanto, empreendemos uma combinação metodológica entre análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e categorização de pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) na classificação das conexões, controvérsias e hierarquizações de sua prática discursiva. Defendemos a delimitação de um conceito de projeto político que tem na hegemonia sua práxis em um nexos dialético entre a indeterminação da estrutura e as formas ideológicas materializadas na conjuntura, tendo em vista que os consensos são sempre temporários, mas com fundamentos de *longa duração*. A partir desse escopo epistemológico, consideramos o discurso político-midiático uma rica fonte empírica, tendo em vista a produção de pontos nodais, um princípio articulador que consegue fixar significações que se pretendem hegemônicas. No decorrer dos mandatos presidenciais de Sarney a Dilma, a revista *Veja* vai aquiescendo ou se antagonizando aos projetos políticos que lhes são característicos, e assim engendra dialeticamente seu próprio projeto político-midiático, que é composto da articulação das díades *conservador-(neo)liberal*. Confirmamos nossa hipótese de que a produção dos escândalos políticos da revista é editorialmente orientada por seu próprio projeto político-midiático. Assim, escândalos como o *Mensalão* e o *Petrolão* ficaram sujeitos a mais intensidade e seletividade, e a um enquadramento mais personalista e negativo, especialmente em seus protagonistas-governantes – Lula e Dilma. E, se a Collor é destinada mesma política editorial, isso deve antes ao fato de ele ameaçar a implementação do projeto que *Veja* representa e que a constitui.

Palavras-chave: revista *Veja*; projeto político-midiático; escândalo político-midiático; discurso político-midiático.

Tathiana Senne Chicarino

***Veja* magazine and the production of political scandals (1985-2016)**

Abstract

This research aims to systematize the political-media discourse of *Veja* magazine between the years 1985 to 2016 based on the political scandals it yielded. Therefore, we undertake a methodological combination of content analysis (BARDIN, 2011) and categorization of interpretive packages (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) to classify the connections, controversies and hierarchies of their discursive practice.

We propose to delimit a political project concept based on the hegemony, in a dialectical nexus between the indeterminacy of the structure and the ideological forms materialized in the conjuncture, considering that the consensuses are always temporary, but with long-lasting foundations. From this epistemological scope, we consider the political-media discourse to be a rich empirical source that produce nodal points, and acts as an articulating principle that manages to fix meanings that are intended to be hegemonic. During the presidential terms of Sarney to Dilma, *Veja* magazine acquiesces or antagonizes their respective political projects, and thus dialectically engenders its own political-media project, which is composed of the articulation of the conservative- (neo) liberal dyads. We confirm our hypothesis that the production of the magazine's political scandals is editorially oriented by its own political-media project. Thus, scandals such as Mensalão and Petrolão were subject to more intensity and selectivity, and to a more personal and negative framework, especially in their protagonists-governors - Lula and Dilma. And, if Collor is subject to the same editorial policy, this is due to the fact that he threatens the implementation of the project that *Veja* represents and that constitutes it.

Keywords: *Veja* magazine; political-media project; political-media scandal; political-media discourse.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A REVISTA <i>VEJA</i> ENQUANTO PROJETO POLÍTICO-MIDIÁTICO	5
2.1 Em duas faces de Jano: quando a hegemonia é disputada na conjuntura para se manter ao longo do tempo	24
2.1.1 Hegemonia: a práxis dos projetos políticos	24
2.1.2 Escândalos político-midiáticos como momentos conjunturais críticos.....	38
2.1.3 Díades antitéticas na constituição dos projetos políticos.....	47
3. O ESTUDO DOS ESCÂNDALOS POLÍTICO-MIDIÁTICOS.....	53
3.1 Sobre o método	53
3.2 Os ovos da serpente da Nova República: o escândalo da Ferrovia Norte-Sul (governo José Sarney 1985-1990)	64
3.3 Caso Collor: um <i>escândallo</i> fratricida (governo Collor 1990-1992)	79
3.4 Compra de votos para a reeleição (governo FHC 1995-2002)	137
3.5 A metáfora do travesseiro de plumas: o escândalo do <i>Mensalão</i> (governo Lula 2003-2010)	163
3.6 “Que o processo de <i>impeachment</i> possa marcar o início de um novo tempo”: o escândalo do <i>Petrolão</i> (governo Dilma Rousseff 2011-2016)	232
4. ANÁLISE POLÍTICA E SOCIOLÓGICA DE PROJETOS POLÍTICOS	324
4.1 A produção de escândalos político-midiáticos	324
4.2 Os pacotes interpretativos em <i>Veja</i> de 1985 a 2016	331
4.3 Os projetos políticos em disputa e o projeto político-midiático de <i>Veja</i>	341
Anexo 01 – Lista de escândalos políticos pela revista <i>Veja</i>	359
Anexo 02 – Lista de abreviaturas e siglas	370
Referências bibliográficas	373



1. INTRODUÇÃO

Ainda na graduação em Ciências Sociais, na FESPSP, eu buscava um objeto de pesquisa que, imaginava eu, pudesse me iniciar no universo de pesquisa sociológica e política. Havia apenas uma condição: tratar da história do Brasil no campo político. E assim foi feito. Graças a uma nota de rodapé escrita pelo brasilianista Thomas Skidmore, outrora ameaçado de deportação pelo regime civil-militar, encontrei-me com *Veja* e com a redemocratização.

A primeira edição lida foi a de número 279, de 9 de janeiro de 1974 – meses antes do início da presidência do militar Ernesto Geisel, o promotor formal da conhecida transição lenta, gradual e segura. A última foi a de número 2494, do dia 7 de setembro de 2016 – dias após o *impeachment* da petista Dilma Rousseff, eleita primeira presidenta do Brasil.

De lá para cá foram 11 anos de pesquisa sobre a revista *Veja*, duas iniciações científicas, um mestrado e agora um doutorado. Embora não tenha me centrado apenas em *Veja* durante minha trajetória acadêmica – foram inúmeras descobertas epistemológicas e investigativas –, fui seduzida por esse objeto, estudando-o tão a fundo e por tantos anos, pela razão que faz dele ao mesmo tempo fascinante e desafiador: estar em desenvolvimento histórico.

Essa condição de pesquisa faz com que o objeto de análise esteja suscetível às intempéries da conjuntura, à conduta tempestiva dos atores políticos (GRAMSCI, 1968). Contudo, mas de forma articulada, pela definição do largo intervalo temporal (não tanto pela história braudeliana, mas mais pela apropriação da Ciência Política) é possível captar e compreender os elementos de *longa duração* que o permeiam.

Defendi minha dissertação de mestrado no dia 13 de março de 2015, uma sexta-feira, argumentando que a revista *Veja* já possuía um projeto político-midiático, que, mais do que significar uma resistência dentro do contexto autoritário – 1974 a 1985 –, acomodou-se às circunstâncias em um momento de mudança permeado por latentes ambivalências e contradições. Optou pela transição conservadora e, com um discurso calcado na moderação e ordeirização das ideias e das práticas políticas, contribuiu para abafar as possibilidades dadas por aquele *tempo histórico*.

Exatos 51 anos antes, também em uma sexta-feira, João Goulart assinava, no âmbito do Comício da Central do Brasil, dois decretos, um que desapropriava refinarias que ainda não eram parte da Petrobras e outro que possibilitava a implantação de uma

reforma agrária no Brasil, além de acenar para o aprofundamento de uma agenda reformista notadamente característica das revoluções liberais burguesas clássicas, como as irrompidas no século XVIII nos EUA e na França.

Uma radicalidade para um país forjado na exclusão social desde a escravidão (SCHWARCZ; STARLING, 2015), um fato social total que se fez germe de nossa cultura política e assim constituiu um imaginário coletivo, que se desdobra em ação, impregnado de substratos autoritários de difícil remoção, mas antes de complicado reconhecimento.

Voltemos a 2008, ano em que me deparei com a nota de rodapé que empreendeu uma epifania investigativa capaz de estimular minha *imaginação sociológica* (MILLS, 1975). Era o período correspondente ao segundo mandato de Lula, um presidente com história de superação similar à de muitas brasileiras e brasileiros, com altos índices de popularidade e que se dispõe a implementar um reformismo fraco. Abandonando sua radicalização originária (SINGER, 2012, p. 28), mesmo assim fez trepidar uma estrutura de dominação de *longa duração*. Anos depois, especificamente em 2012, com Dilma Rousseff já eleita para seu primeiro mandato presidencial, eu iniciava meu mestrado, enquanto a Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011) era oficialmente instalada com o objetivo de investigar as graves violações cometidas pelo Estado brasileiro de 1946 a 1988, com ênfase na ditadura civil-militar.

Aqueles anos prenunciavam certo reconhecimento do substrato autoritário de nossa história, podendo nos levar ao enfretamento e superação dessa condição, mas a impregnação em nosso imaginário coletivo não tardaria a dar sinais de reavivamento.

Em 2013 vivenciamos as *Jornadas de junho*, uma intensa mobilização social capaz de acionar extremos (TATAGIBA, 2018), revolvendo nossas subjetividades políticas e fazendo emergir algo oculto, mas nunca inexistente: o autoritarismo como forma de resolução das questões políticas e sociais.

Ainda buscando entender o processo em curso, em 2014 participamos da mais agressiva e divisionista (re)eleição desde a redemocratização. Meu mestrado, então, se concluía, e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade era entregue à Dilma, com a conclusão de que houve uma política estatal deliberada e sistemática de tortura, detenções ilegais, desaparecimentos, mortes, ocultação de cadáveres e violência sexual durante o regime civil-militar. A caserna refutou, grupos conservadores rejeitaram, outros ignoraram – e a rachadura que expunha o autoritarismo se alargou.

Ao final da dissertação, sabíamos que a marca da nossa transição foi conciliar a volta da democracia formal com a manutenção do *status quo* social, político e econômico,

sem que os crimes cometidos pelos agentes do Estado fossem punidos. Mas não imaginávamos que tão cedo viesse a deflagrar na cena política nacional manifestações de apoio à tomada do poder pelos militares em tons de revisionismos anticientíficos. A democracia regredia e a estrutura de poder que mantinha componentes autoritários (AVRITZER, 2019) despertava com vigor.

Foi esse “espírito do tempo” que motivou a presente pesquisa de doutoramento. E a seguinte constatação de Gramsci (1968, p. 45) nos inspirou:

[...] nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; [e] nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas em suas relações.

Vamos à pesquisa em si. Além dessa introdução, a tese se divide em três capítulos e dois anexos – um constituído pelas siglas e abreviaturas citadas no decorrer do texto, e o outro, uma lista dos eventos considerados escândalos políticos pela revista *Veja*.

Foi a partir dessa listagem – tomando-a como uma categoria nativa, ou seja, considerando como objeto aquilo que a revista diz ser escândalo, e não o que nossa eventual análise de conjuntura pudesse definir como tal – que começamos a delinear nossa principal hipótese: a de que a produção dos escândalos políticos por parte da revista *Veja* se dá *pari passu* aos valores e às estratégias de ação contidas em seu próprio projeto político-midiático, que é ao mesmo tempo *liberal* e *conservador*. E que, conforme as lideranças políticas identificáveis em cada um dos projetos políticos que foram sendo tecidos durante o intervalo temporal de 1985-2016, se afasta de seu projeto político-midiático, ficam sujeitas não apenas à intensificação quantitativa na produção de escândalos políticos e de sua cobertura, mas também a um enquadramento mais personalista e negativo.

Precisávamos primeiro justificar a relevância deste estudo, algo feito no início do capítulo 2, no qual, além de recuperarmos o contexto de criação da revista, em setembro de 1968, meses antes da instauração do AI-5, expusemos a centralidade de *Veja* no projeto político *distensionista*, como emissor, mas também como interlocutor, pela afinidade de ideais e objetivos.

Trata-se de uma instituição paradigmática, nos termos de Thompson (1998), pois a revista possui circulação acima de suas concorrentes e, além desse aspecto material, tem a capacidade de se tornar uma caixa de ressonância a produzir reverberações em outros meios de comunicação, especialmente no que se refere à produção de escândalos político-midiáticos.

Entendemos que os projetos político-midiáticos são construídos a partir de fundamentos históricos de *longa duração* característicos de projetos políticos mais amplos e que disputam hegemonia pela articulação das díades *conservador/liberal* e *progressista/popular*, que emergem no contexto de redemocratização, mas com rastro genético no período democrático de 1945 a 1964 – tal exposição também é realizada no capítulo 2.

Para tanto, trazemos ainda nesse capítulo uma revisão teórica acerca do conceito de hegemonia a partir do pensamento gramsciano, acrescida da radicalidade de Laclau e Mouffe. E fechamos com o debate sobre escândalos políticos, compreendendo a política de escândalos como inseparável da política da mídia. Assim, o estudo de escândalos políticos-midiáticos se delinea não apenas como uma estratégia metodológica, mas, sobretudo como uma escolha epistemológica, pois os consideramos momentos conjunturais críticos capazes de evidenciar as contradições na *longa duração* e chaves analíticas que nos ajudam a compreender os padrões discursivos de *Veja*. E é sobre essa análise que versa o capítulo 3.

Iniciamos com formalização da metodologia de nosso estudo de caso único (YIN, 2009), que combina análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos tipos jornalísticos produzidos por *Veja* com a técnica de enquadramento do discurso por meio dos pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que são acionados por uma mídia. Em seguida, selecionamos, para tal estudo, escândalos relativos a cada governo desde 1985 a 2016, ponderando a partir da lista de *Veja* os seguintes critérios: apresentar relevância social, política e midiática; ser representativo de cada governo; e possuir dimensões nacionais, para melhor efeito comparativo. São eles: *Ferrovias Norte-Sul* (1987) – governo Sarney; *Caso Collor* (1992) – governo Collor; *Compra de votos para a reeleição* (1997) – governo FHC; *Escândalo do Mensalão* (2005) – governo Lula; 5. *Petrolão* (2014) – governo Dilma.

No último capítulo empreendemos uma análise política e sociológica dos projetos políticos, a qual se divide em três partes. Na primeira, focamos na produção dos escândalos, e para tanto apresentamos: a proporção entre as edições selecionadas, tendo

como parâmetro um intervalo temporal justificado teoricamente, e as efetivamente analisadas, pelas palavras-chave advindas do estudo da conjuntura; a variabilidade temporal dos escândalos em termos de agendamento; e as diferenças contidas na lista de escândalos políticos elaborada pela própria revista *Veja*.

A partir do aprofundamento nesses dados, demonstramos que uma política editorial pode, quanto aos escândalos, atuar: 1. em sua intensidade, ou frequência; 2. em sua seletividade, o que e quem serão apresentados; 3. em seu enquadramento, como serão apresentados. A combinação desses elementos tem o potencial de transformar um escândalo em um verdadeiro acontecimento midiático (THOMPSON, 2002).

Na segunda parte trouxemos uma visão de conjunto, de caráter longitudinal, à conjuntura em que os escândalos foram produzidos. O objetivo é fazer emergir as continuidades e descontinuidades do discurso político-midiático de *Veja*, nos propiciando assim a inteligibilidade necessária ao estudo e classificação dos pacotes interpretativos – de suas conexões, controvérsias e hierarquizações.

Por fim, confirmamos nossa hipótese e reiteramos que o projeto político-midiático da revista *Veja* é consistente sendo composto pela articulação das díades *conservador-(neo)liberal*, com fissuras se acentuando em determinados momentos de crise orgânica (GRAMSCI, 1968).

Veja configura-se, portanto, como um importante ator político por influenciar a tomada de decisão, por se aliar circunstancialmente a outros atores, e por instrumentalizar o poder através do agendamento e do enquadramento de temas e atores políticos.

2. A REVISTA *VEJA* ENQUANTO PROJETO POLÍTICO-MIDIÁTICO

O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca
(BRAUDEL, 1972, p. 34).

Produto da maior campanha publicitária já realizada pela imprensa nacional, a revista *Veja* é lançada pela Editora Abril, com distribuição em todo o território nacional e tendo como slogan “O mundo está explodindo à sua volta e você não sabe por quê”, no dia 10 de setembro de 1968, um domingo, apenas alguns meses antes da imposição do Ato Institucional nº 5¹.

¹ Mais informações em:

CHICARINO, Tathiana. **A DISPUTA POR UM PROJETO POLÍTICO HEGEMÔNICO**: O caso da revista *Veja* na transição democrática 1974-1985. São Paulo, 2015, Tese de dissertação de mestrado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

“Nasceu” já com o objetivo de fornecer aos leitores uma seleção breve e ordenada dos principais acontecimentos da semana. Contudo, mais do que simplesmente discorrer sobre esses fatos, a intenção era costurá-los interpretativamente, apresentando uma explicação editorializada sobre o mundo (Memória Revista *Veja*, Pasta 02, 1983).

Mas o moderno semanário não teve uma vida financeira estável em seus primeiros anos, já que o sucesso inaugural, sem precedentes na história da imprensa brasileira, se mostrou efêmero, e, sem fidelização imediata de leitores e assinantes², foi definhando a cada edição, chegando a uma circulação de 19 mil exemplares em meados de 1969. Mas os Civita decidiram bancar esse projeto com um espírito keynesiano animal, engrossando substancialmente o aporte financeiro que a princípio haviam planejado. A expectativa de inicial investimento, entre US\$ 1 milhão ou US\$ 2 milhões, acabou chegando a US\$ 6 milhões nos quatro ou cinco primeiros anos da publicação (MIRA, 1997).

Combinaram, assim, uma substantiva alocação de recursos financeiros a uma alteração na política editorial, já que, ainda que tenham mantido uma amplitude de temas a serem abordados durante a gestão de Mino Carta, redator-chefe de *Veja* de 1968 a 1976, a cobertura política passou a ser central. Desta feita, a revista *Veja* começou a ser rentável.

Além disso, o contexto político-ideológico também se alterara. Das prévias do AI-5 passamos à presidência de Geisel, que, segundo Celina Rabelo Duarte (1987), enxergava na liberalização da imprensa uma etapa necessária para o desenvolvimento nacional e um meio de divulgação de seu projeto de transição junto à opinião pública do país, fazendo com que o campo de intercâmbio e comunicação criado pela imprensa pudesse servir como um instrumento neutralizador das pressões oposicionistas da sociedade civil, bem como “[...] um meio de integração política, ao desempenhar um papel estratégico na solução da disputa interna pelo poder entre o grupo de Geisel, pró-descompressão política, e os setores militares continuístas ligados aos órgãos de repressão” (DUARTE, 1987, p. 64).

Com essa incumbência, Golbery passou um bom tempo, antes e depois da posse de Geisel, em comunicação direta com os principais jornalistas e editores, tentando persuadi-los quanto aos objetivos do processo de abertura política, e entre as publicações

_____. **A REVISTA VEJA:** Uma reflexão acerca dos pilares de um projeto político-midiático em processo de radicalização conservadora. In: CHAIA, Vera; COELHO, Cláudio; CARVALHO, Rodrigo de (Org.). *Mídia e Política*. Estudos sobre a democracia e os meios de comunicação no Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

² Ao preço de Cr\$ 1,00 cada, 700 mil exemplares foram distribuídos às bancas da maioria dos municípios brasileiros no dia de seu lançamento (MRV, Pasta 02, 1987), 650 mil se esgotaram. No segundo número, *Veja* se viu órfã de 420 mil leitores, assistindo à debandada de 31 anunciantes que compunham a lista de espera para esta edição (no número 1, fechou com 63 páginas de publicidade, no número 2, com 11).

que deram um apoio importante ao projeto de liberalização estavam o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e as revistas *Veja* e *Isto É* (STEPAN, 1987, p.48).

Prontamente, apresenta-se a *Veja* um contexto histórico e político favorável, pois, além de a imprensa ocupar um papel central no projeto político *distensionista*, como emissor, também o fazia como interlocutor, pela grande afinidade de ideais e objetivos. A corroborar essas afirmações, apresentamos trechos de uma entrevista de Augusto Nunes, arquivada nos documentos do Dedoc da Editora Abril, após se desligar da revista em 1986, com treze anos de trabalho, quatro deles como redator-chefe:

Clayton Netz e Valdeci Verdelho: Na medida em que se volta inteiramente para seus leitores, que são a elite brasileira, *Veja* não está dando as costas para outros segmentos da sociedade?

Augusto Nunes: Acho que esta minoria não está dissociada da Nação nem dos seus interesses. Esses dois milhões presumíveis que a revista tem são formadores de opinião. Você não tem os favelados de Guaianazes entre os leitores da revista, mas tem o advogado de Guaianazes, que pode defender os interesses deles. Gostaríamos muito de chegar a outras camadas, mas elas não leem nada porque não têm dinheiro para comprar revistas nem jornais.

Acho que *Veja* é a revista da classe média brasileira. A classe média é, *grosso modo*, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes – não gosta, por exemplo, de mulheres nuas na revista. A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas a vençam demais... Então é claro que devemos tratar desses assuntos com cautela, para que a revista não agrida a posição dos leitores... Por diversas razões, eu definiria a revista como liberal.

Augusto Nunes: [...] quando o presidente Ernesto Geisel iniciou o processo de distensão, a revista acreditou que aquele projeto era correto para o país naquele momento. Foi, portanto, uma opção editorial. *Veja* defendeu a linha da distensão adotada por Geisel e defendeu, inclusive a candidatura de Figueiredo. Hoje pode parecer um passo em falso, porque o governo Figueiredo foi, a meu ver, o pior governo da História do Brasil. Mas convém lembrar que o adversário de Figueiredo, Euler Bentes, era um general associado com setores da esquerda. Esse tipo de aliança não tem sido muito feliz no Brasil. Quanto a Figueiredo, a revista acreditava que, por mais medíocre que ele fosse, o Brasil caminharia rumo à liberalização. Em relação a outras publicações, essa postura pareceu conservadora. Mas foi um risco que a revista assumiu deliberadamente.

[...]

Augusto Nunes: A linha editorial de *Veja* é assumidamente conservadora, e só podia ser, na medida em que a Editora Abril tem que defender os valores da livre iniciativa, um sistema no qual ela deu certo. Se o Victor Civita apoiasse o PT ou quisesse a implantação da cogestão, ele seria um louco, e se fosse um louco, a Abril não existiria, porque todo o seu passado reflete uma trajetória coerente. Uma direita esclarecida, democrata, liberal. Frontalmente contrária à censura, à tortura, às convulsões sociais, a movimentos armados e que defende, entre outros, o direito da propriedade, a ordem pública, as eleições diretas. Enfim, uma posição realista frente às circunstâncias. Não sei por que tanto pavor pela direita. Ela existe em todos os países do mundo, na Suécia, na Dinamarca. Agora, há direitas e direitas. Aqui, crescemos sob o trauma da extrema-direita (MRV, Pasta 06, 1986).

Essa mudança editorial não comportava a permanência de Mino Carta, conforme relato de Raimundo Pereira, editor-assistente de 1968 a 1970:

Eu tenho uma opinião bastante negativa do quadro. Acho que o que existe é completamente insatisfatório. Em primeiro lugar, *Veja*, a grande revista, desempenha um papel político ruim. Seu saldo essencial tem sido o de apoiar a política do governo. Salvo um período de resistência aos aspectos mais nocivos do regime, quando era editada por Mino Carta, ela tem sido uma revista a serviço de grupos palacianos, com um estilo de jornalismo que tem se deteriorado em função disto (SILVA *apud* MIRA, 1997, p. 123).

Mino Carta é então demitido e substituído por José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. A versão da Editora Abril (MRV, Pasta 02, 1987) sobre a saída de Carta é a de que o redator havia se tornado um jornalista político, não queria dar espaço às reportagens que elogiavam o milagre econômico (1969-1973), mas tão somente às matérias sobre torturas e perseguições políticas.

Contrariando essa versão, o próprio jornalista diz que a demissão foi a moeda de troca exigida pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, pelo empréstimo de US\$ 50 milhões da Caixa Econômica Federal à Editora Abril. Não à toa, Abreu (2005) nos chama a atenção para o fato de a censura prévia da revista ter sido suspensa em junho de 1976, e continua:

Falcão, que centralizava em seu ministério as questões relacionadas ao controle da imprensa, levou ao general Geisel a proposta de um levantamento das

dívidas que as empresas jornalísticas tinham com o Ministério da Fazenda e com bancos estaduais e privados, como instrumento de pressão e controle. Geisel mostrou-se favorável à proposta (ABREU, 2005 *apud* CASTRO; e D'ARAÚJO, 2002, p. 27).

A importância de *Veja*, em termos de agendamento e enquadramento durante o período de transição brasileira, foi verificada no sistemático estudo sobre os editoriais de 1974 a 1985, revelando que:

[...] o principal enquadramento utilizado por *Veja*, especialmente a partir do momento em que são assinados por Guzzo, filia-se à lógica da revolução passiva, em que o tom dado pelas modificações é molecular, ou seja, aceitam-se mudanças controladas, mas com ausência de pluralidade sociopolítica, a não ser pela congregação de grupos que lhe são ideologicamente próximos.

O contraditório surge no *time-frame* quando se identificam retrocessos ou desacelerações desnecessárias no processo de transição e a variação do espectro ideológico “moderação *versus* radicalização” será o dispositivo simbólico ajuizador das condutas, ações e ideários.

A trama discursiva será, portanto, orientada para a positivação por meio do elemento estruturante da moderação, empregando uma significativa aproximação entre o enquadramento e a cultura política – o imaginário social acerca das relações de poder (CHICARINO, 2015, p. 147).

Não estamos mais, nessa tese de doutoramento, nos referindo ao período acima citado, mas retomamos essas questões sobretudo por serem elas uma das fontes de evidência de sua importância como um objeto de estudo de caso.

Assim, além de nos ajudar a compreender o cenário histórico-político do Brasil nos estertores do regime civil-militar, no que tange a uma prática discursiva que se tornou hegemônica, e nos fornecer pistas para o entendimento dos períodos históricos subsequentes, acrescentamos algumas outras evidências que sustentam nossa escolha, a partir do entendimento de que os “atores produzem as instituições da sociedade sob as condições das posições estruturais que mantêm [...] assim que a estrutura e a agência são integradas na compreensão da dinâmica social” (CASTELLS, 2015, p. 61):

i) do ponto de vista do poder simbólico, tomamos como premissa a sua capacidade de se tornar uma caixa de ressonância a ser reverberada por outros meios de comunicação, ou o que McCombs (2004) chama de *gatekeeping* ou agendamento

intermídia, especialmente no que diz respeito à discursividade em torno dos escândalos políticos. Sem deixar de lado a face de nossa estrutura oligopólica e o fato de que os efeitos provocados pelos meios de comunicação de massa dependem das forças sociais que prevalecem num determinado período (LAZARSELD apud WOLF, 2012). Além de ela própria ter um potencial de agendamento, exercendo influência significativa na formação das opiniões públicas e mediando o debate socializado;

ii) do ponto de vista material, pela grande circulação de suas edições nos últimos 30 anos. Nesse sentido, os gráficos abaixo nos permitem aferir sobre o crescimento de *Veja*, que é exponencial considerando as suas principais concorrentes no campo midiático brasileiro. Em abril de 2017, a revista contou com uma circulação líquida de 867.867 exemplares, sendo que 803.717 referem-se a assinaturas³ e 64.150 à venda avulsa⁴, gerando um total de 6.694.000 leitores (visto que uma revista é lida por mais de uma pessoa, e com esses dados chegamos a uma média de 7,7 leitores por revista). Destes, 49% são do sexo feminino e 51% do sexo masculino.

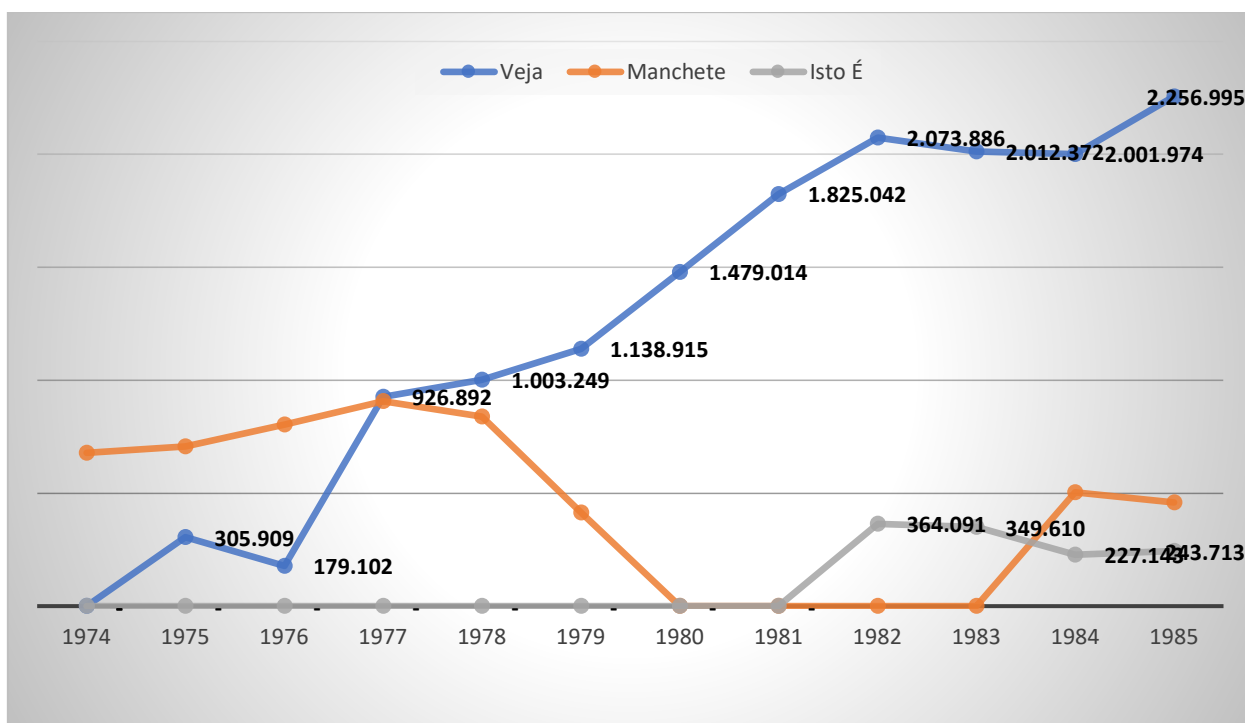
Lembrando que no Brasil o ecossistema informativo tem idiossincrasias,

[...] devido ao monopólio familiar e à propriedade cruzada dos meios de comunicação, o sistema de mídia é fortemente concentrado em poucas mãos e a produção e circulação das informações políticas são geradas basicamente por quatro grandes conglomerados midiáticos familiares que dominam os nichos mais importantes da imprensa escrita, eletrônica e digital: o sistema Globo e os grupos Estado, Folha e Abril. Em outras palavras, quatro famílias (Marinho, Mesquita, Frias e Civita) controlam as principais fontes de informação do país (AZEVEDO, 2017, p. 197).

³ Cabe destacar que a estratégia de captação de leitores com ênfase nas campanhas de assinatura não é recente, vimos em dissertação de mestrado (CHICARINO, Tathiana. *A disputa por um projeto político hegemônico: o caso da revista Veja na transição democrática 1974-1985*. PUC/SP, 2015) que a Editora Abril buscava criar um mercado que não concorresse com a venda em bancas, uma estratégia bem-sucedida, como mostram os dados atuais.

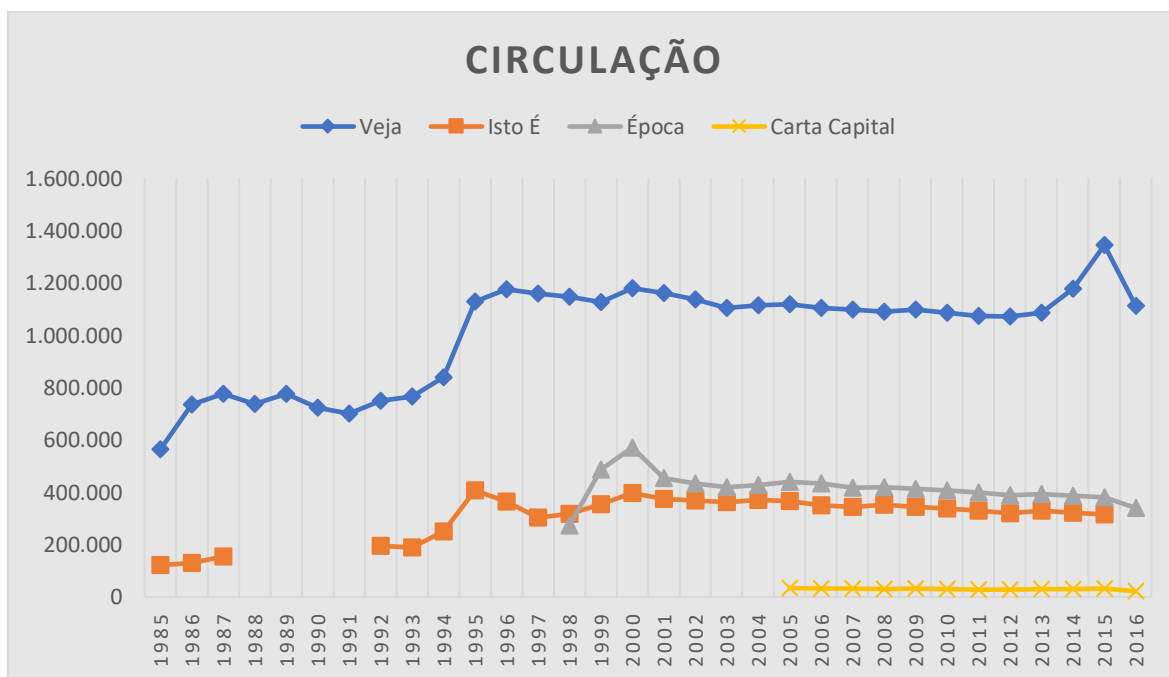
⁴ Os dados de circulação, bem como os dados de audiência, estão disponíveis no site: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-imprensa#/audiencia> Acessado: jul. 2017. A pesquisa “Projeção Brasil de Leitores – Consolidado 2016” foi realizada por Ipsos Connect – EGM Multimídia a partir de contratação da própria Editora Abril.

Gráfico 01 – Circulação 1974 a 1985



Fonte: IVC – Instituto de Verificação de Circulação

Gráfico 02 – Circulação 1985 a 2016⁵



Fonte: IVC – Instituto de Verificação de Circulação

⁵ Segundo a IVC Brasil, a tiragem de uma publicação é o número bruto de exemplares impressos, enquanto a circulação representa efetivamente o número de exemplares que chegaram às mãos dos leitores, seja por meio de assinaturas, venda avulsa ou distribuição direcionada. Sobre a revista *Isto É*, destacam que ela não é filiada ao IVC desde meados de 2015, por essa razão não há dados de sua circulação em 2016.

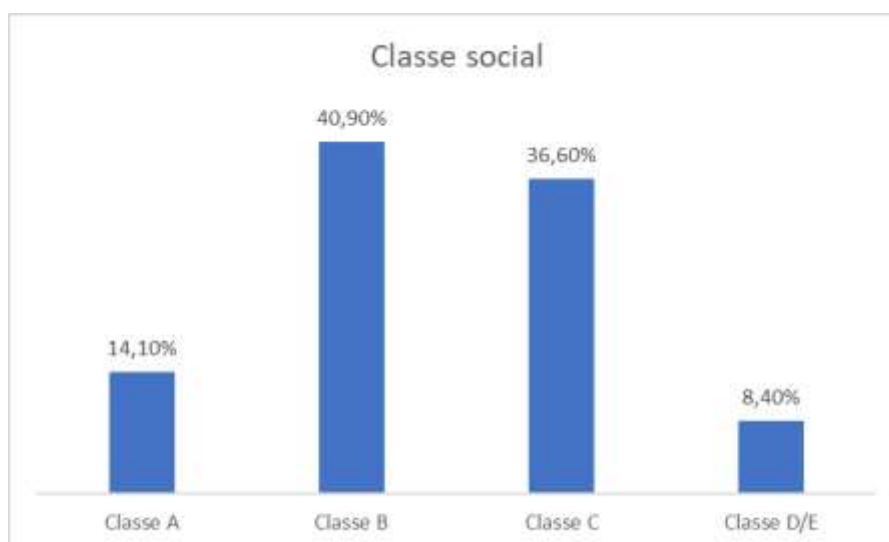
Esmiuçando a audiência da revista em 9 praças (Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo) a consultoria Ipsos Connect-EGM Multimídia chegou aos dados expostos nos gráficos abaixo, em que quase 50% dos leitores têm mais de 40 anos e se concentram nas classes B e C.

Gráfico 03 – Leitores



Fonte: Gráfico – Ipsos Connect – EGM Multimídia – 9 Mercados – Consolidado 2016 / Total de Leitores – Projeção Brasil de Leitores – Consolidado 2016

Gráfico 04 – Estratificação



Fonte: Gráfico – Ipsos Connect – EGM Multimídia – 9 Mercados – Consolidado 2016 / Total de Leitores – Projeção Brasil de Leitores – Consolidado 2016

Tendo apresentado as justificativas sociológicas que fundamentam a escolha do objeto de estudo revista *Veja*, daremos uns passos atrás na história, pois entendemos que os projetos político-midiáticos são construídos a partir de fundamentos históricos de *longa duração*, característicos de projetos políticos mais amplos, em disputas hegemônicas calcadas nas díades *conservador/liberal* e *progressista/popular*.

Quando da feitura da dissertação intitulada *A disputa por um projeto político hegemônico: O caso da revista Veja na transição democrática 1974-1985*, como o próprio título sugere, nos deparamos com uma necessidade empírica de distinguir projetos políticos em elaboração e conseqüente disputa durante o intervalo citado.

Isso ocorreu preponderantemente para que pudéssemos estabelecer algumas balizas comparativas entre o discurso político-midiático da revista *Veja* e os projetos políticos existentes, a fim de verificar se haveria não apenas algum tipo de apoio ou anuência a determinadas práticas e ideias, mas também discordâncias e rejeições a outras. Evidentemente, esses posicionamentos ocorreram, na maior parte das vezes, de forma sutil, cabendo ao pesquisador compreender e identificar esses mecanismos discursivos que não deixam de estar permeados por disputas de poder.

Os projetos políticos identificados e trabalhados de forma aprofundada na dissertação foram:

i) o *sorbonista* (presidência de Castello Branco), que, a despeito de não ter exatamente integrado o cabedal de projetos da transição, foi fundamental para a constituição e entendimento dos projetos políticos subsequentes;

ii) o *linha-dura* (presidência de Costa e Silva e Médici), que iniciou um ciclo de recrudescimento e de autonomização dos aparelhos de segurança (STEPAN, 1987);

iii) o *distensionista*, capitaneado por Geisel e pelo estrategista Golbery do Couto e Silva, inaugurando a tão aventada transição lenta, gradual e segura.

Esses projetos políticos foram tecidos em um contexto ditatorial, em que a coerção se exacerba, desequilibrando pela força e pela censura as disputas por hegemonia. Trata-se, portanto, de projetos *autoritários*.

Embora tenham suprimido por tantos anos a democracia e, conseqüentemente, as disputas hegemônicas, é possível encontrar no período democrático anterior ao golpe civil-militar o confronto entre as díades *conservador/liberal* e *progressista/popular*.

A fim de entender o contexto político-ideológico do período de 1945 a 1964, Fernando Azevedo (2017, p. 169) nos apresenta dois eixos em altercação calcada na

clivagem entre os nacional-desenvolvimentistas⁶ – “[...] que abrigavam as correntes estatistas, nacionalistas e distributivas, distribuídos num amplo espectro da esquerda” – e os “[...] liberais (na economia), adeptos das políticas pró-mercado e da redução do tamanho e do papel do Estado, e conservadores (na política), contrários às reformas sociais, ambos reunidos num bloco liderado politicamente pela UDN”.

A corroborar tal entendimento, considerando especialmente o campo econômico no período dos governos de Getúlio Vargas, Dreifuss (2006, p. 34) nos diz que:

[...] acreditava-se que os setores industriais estivessem interessados em alguma forma de desenvolvimento nacional redistributivo e em apoiar uma atitude reformista contra estruturas agrárias arcaicas. Porém, a espera da confrontação nacionalista-entreguista baseava-se em avaliação errada, falando-se em antagonismos estruturais onde somente existiam conflitos conjunturais [...] a burguesia brasileira era, com toda certeza nacional, apesar de não ser necessariamente nacionalista.

Os atores políticos capazes de polarizar essa disputa foram:

1. o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em uma aliança com operários, trabalhadores e sindicalistas, com precário apoio do PSD (Partido Social Democrático) que agregava, segundo Dulci (1986), chefes oligárquicos fiéis a Vargas e alguns setores industriais por ele beneficiados.

2. no outro lado do espectro, a UDN (União Democrática Nacional), que tinha como base social: as oligarquias excluídas do pacto getulista; frações liberais da burguesia financeira e comercial; parte substancial das classes médias de viés tradicional, por conta de seu suporte urbano e dos valores que representa, como veremos adiante; além de militares descontentes (DULCI, 1986, p. 38).

Se a clivagem ideológica do trabalhismo se mostrará inequivocamente contrária ao golpismo e à sua materialização em 1964, o PSD, pelas características conservadoras de sua formação, aderirá em parte à ação impetrada pelos militares. Para Benevides (1980, p. 305), “um pacto PSD-UDN expressaria a consolidação de um consenso elitário necessariamente excludente da participação popular”.

⁶ Optamos por manter a díade *progressista-popular* ao invés de *nacional-desenvolvimentista*, como tratado por Azevedo (2017), por entender que o viés trabalhista imbuído em tal visão não terá a mesma centralidade discursiva ao longo do tempo, e o nacionalismo ganhará outros contornos com a intensificação do processo de globalização.

Do ponto de vista econômico, fica clara a filiação da UDN à livre-iniciativa, ao privatismo como um *ethos*, ao desenvolvimento associado, de forma geral contrário ao nacionalismo, e em especial ao intervencionismo (DULCI, 1986, p. 45). Sendo este um dos eixos de um discurso antipopulista que entendia ser melhor “[...] uma abordagem mais *técnica* das questões de governo, combatendo as interferências políticas que se cruzavam nas esferas decisórias”. Estas interferências, para os udenistas, eram baseadas em interesses particulares ou eleitorais.

No outro eixo, separado para fins analíticos, mas fundamentalmente articulado ao posicionamento econômico, está o que Benevides (1980, p. 337) entende por liberalismo político⁷ udenista, caracterizado em cinco pilares: elitismo, moralismo, desvios para o autoritarismo, golpismo e ênfase na ordem. Vamos esmiuçar cada ponto.

Temendo a ascensão das massas, os udenistas acionarão um sentido de excelência em contraponto à incapacidade de escolha do povo, segundo Benevides (1980) e corroborado por Dulci (1986, p. 40), para quem a UDN:

Buscava compor-se dos “melhores homens” que, pela sua superioridade moral e intelectual, conferissem ao sistema a substância qualitativa que lhe faltava sob a vigência das relações populistas de poder. A realização da meta democrática estaria na dependência da ação das elites.

As elites é que poderiam aperfeiçoar o sistema político, por terem qualificações individuais e estarem blindadas ao cometimento de práticas de corrupção no interior do Estado. Assim, a ideia era afastar do cenário político, através da manutenção de uma “[...] hierarquia de classes própria do capitalismo, sem as distorções introduzidas por um Estado ‘árbitro’” (DULCI, 1986, p. 44), o conflito de classes⁸.

Essa justificativa moral vai encontrar no antipopulismo uma estrutura discursiva (LACLAU, 2013) para o seu florescimento, e, rechaçando a demagogia, o carisma político e a corrupção identificados no Estado populista, proporão um projeto político alternativo, de natureza liberal e sustentado por um espírito tecnocrático de base

⁷ Embora Benevides (1980) coloque as esferas política e econômica sob a mesma terminologia, entendemos, pela leitura cuidadosa de sua pesquisa, que “liberalismo” não se distancia do que Azevedo chamou de liberal para o campo econômico e conservador para o campo político.

⁸ Azevedo (2017) nos chama a atenção para o fato de que, diferentemente da esquerda chilena do período que antecede o golpe de Pinochet, que fez uma disputa de classes, no Brasil a esquerda acabou aderindo ao populismo.

autoritária, pois o novo modelo econômico somente se tornaria exequível se fossem afastados os custos sociais e políticos de sua implementação. E,

Se a UDN pugnava por uma maior tecnificação da política econômica, muito mais notória era a orientação tecnocrática da corrente militar que lhe era ligada. A Doutrina de Segurança Nacional, ao propor as metas nacionais de desenvolvimento e da segurança, conferiu aos problemas aí contidos o estatuto de questões *técnicas* [...] livre de valores, apolítica, atribuída à ciência e à técnica (DULCI, 1986, p. 45).

A marcha para o autoritarismo se tornava inexorável, e em nome do liberalismo econômico abraçaram o golpismo. Desta forma, aquilo que a princípio seria incompatível com o liberalismo político clássico, de defesa das liberdades individuais, encontra respaldo em nossa história⁹, como quando o combinamos com uma economia colonial, de base escravocrata, ou com sua estrutura de poder oligárquica do período republicano pré-1930.

A convergência paradoxal entre moralismo e golpismo se estruturava discursivamente sobre o antigetulismo e o anticomunismo, na representação da desordem social. E, para reinstaurarem a almejada ordem, buscou-se a intervenção de militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), uma instituição que teve, entre 1952 e 1956, segundo Stepan (1987, p. 57), “o período de maior iniciativa doutrinária [de sua história]”, elaborando as diretrizes do que seria posto em prática no governo de Castelo Branco.

Embora a UDN tenha hegemonizado o projeto *conservador-liberal*, sendo midiaticamente legitimada pelo jornalismo oligopólico (com exceção do *Última Hora*, de Samuel Wainer), como nos aponta Azevedo (2017), o partido foi usado como instrumento de participação no processo político, de acordo com Barros (1989), e acabou por sucumbir ante o projeto *autoritário* dos militares, especialmente a vertente lacerdista do partido, pois “a liderança civil da UDN logo encontrou-se entre as principais vítimas. Os governos militares outorgaram a prerrogativa de cassar mandatos e direitos políticos” (PAIM, 2018, p. 246).

⁹ Para mais informações, ver:

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 39, n. 3, 1996.

Somente nos últimos capítulos do interregno autoritário é que o processo de transição política fez atenuar a rigidez das fronteiras do Estado e possibilitou a formulação de projetos políticos fora do *mainstream*, projetos esses que tinham algo em comum: o retorno à democracia.

E uma dessas brechas foi sintetizada na campanha por eleições diretas, que contou com um “[...] um amplo espectro de forças, que cobria da esquerda à centro-direita, dos peões do ABC à grande burguesia paulista, tendo como denominador comum a aspiração pelo Estado de Direito e a defesa das ‘liberdades democráticas’” (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 57). O que há muito não ocorria, a campanha “Diretas Já!” fez emergir: um encontro da sociedade civil com a sociedade política (STEPAN, 1987).

Contudo, essa união não se conformou em uma única frente, visto que com o desenrolar dos fatos o projeto político que nomeamos de *democratizante* passa a se desdobrar em um projeto político *progressista-popular* e um projeto político *conservador-liberal*. Assim, buscaremos apresentar esses dois projetos presentes no período que se inicia com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, e se estende até a eleição indireta de Tancredo Neves, sem, contudo, nos limitar a uma simples narrativa histórica, mas, sim, objetivando encontrar suas especificidades mais relevantes, menos formalistas e mais substanciais, no seguinte sentido:

[...] “os fatos não existem”; isto é, não existem em estado isolado, exceto por abstração; concretamente, existem apenas sob o conceito que os informa. Ou, se preferirem, a História existe apenas em relação às questões que lhe formulamos. Materialmente, a História é escrita com fatos; formalmente, com uma problemática e conceitos (VEYNE, 1983, p. 06).

Ambos os projetos foram identificados como *democratizantes* por se oporem à continuidade dos mecanismos indiretos de escolha dos representantes, tanto do Executivo quanto do Legislativo, em todos os níveis, e do controle do Estado pelos militares. Contudo, a despeito de serem todos favoráveis ao retorno da democracia em seus aspectos normativos, a substância que ela – a democracia – deveria adquirir ia diferir significativamente. A prevalência dessa unidade, portanto, dava-se apenas como rejeição ao autoritarismo, “[...] o mesmo não ocorria com relação à sociedade a ser construída. Como administrar as transformações por todos desejadas? Como distribuir as perdas e ganhos entre os vários agentes?” (DINIZ, 1999, p. 48) – questões substanciais na formulação dos projetos políticos futuros.

Assim, uma lógica centrífuga desemboca no protagonismo de uma parcela da sociedade civil – principalmente militantes oriundos das classes médias, da Igreja e do “novo sindicalismo” – que ressurge para democratizar não somente o mecanismo de representação, mas também a partilha de bens materiais e não materiais. Intentavam ocupar os espaços vazios, substituindo os instrumentos de participação até agora disponíveis (CARDOSO, 2004) por uma expandida perspectiva democrática, calcada na autonomia política dentro do que chamamos de projeto político *progressista-popular*.

Contrariamente aos ideais reivindicatórios deste, para as elites políticas e econômicas¹⁰ que compunham o projeto político *conservador-liberal*, a bandeira hasteada nas Diretas deveria se resumir à concepção de cidadania política europeia da metade do século XIX, de ampliação constante do sufrágio e de instauração de um novo regime. Defendiam, portanto, que a centralidade do debate sobre a redemocratização deveria se abreviar na retomada do voto direto para presidente, não estando em pauta se resultaria em uma democracia social, com diminuição da desigualdade e mais equânime distribuição econômica.

Estavam temerosos quanto ao aprofundamento das demandas dos movimentos sociais emergentes, e a conciliação entre os interesses dominantes foi mais uma vez a saída escolhida. Assim, os setores liberais, notadamente o empresariado, a imprensa e os políticos integrantes da Aliança Democrática¹¹, passam a se aproximar cada vez mais das diretrizes postas pelo projeto político *distensionista* de controle do processo político e de manutenção do *status quo*.

E antes que uma reviravolta na condução histórica pudesse ocorrer, e que fosse gestada alguma alternativa de poder, integrantes do projeto político *conservador-liberal* – moderados vindos do PMDB e do PDS – passam a se articular em prol da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, com José Sarney, ex-presidente da Arena, como vice. Lembrando que

O esquema maniqueísta credita à oposição apenas as mudanças positivas, de sentido democratizante, e a isenta de qualquer responsabilidade no que diz

¹⁰ Eli Diniz (1999, p. 48) vai chamar atenção para o descortinamento da faceta conservadora do empresariado paulista frente às greves dos metalúrgicos do ABCD em 1985 e que se materializou no Grupo de Mobilização Permanente, integrado por cerca de mil empresários da indústria, comércio e setor financeiro, em torno da defesa da iniciativa privada, da economia de mercado e da eleição de representantes empresariais na Constituinte.

¹¹ A vitória da candidatura de Maluf à Presidência da República nas prévias do PDS evidencia um processo de insatisfação no partido que culmina na dissidência de alguns de seus importantes integrantes, que, juntamente com o vice-presidente Aureliano Chaves, formam a Frente Liberal, que posteriormente se tornará a Aliança Democrática, uma junção com PMDB, em prol da redemocratização.

respeito às mudanças negativas, de sentido autocratizante. Pensamos, ao contrário, que a oposição é parte integrante do sistema político, não podendo a história deste ser indiferente às concepções e aos comportamentos daquela (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 15).

Por conseguinte, ocorriam rupturas moleculares que davam margem para que a classe política se fortalecesse gradualmente, mas, mesmo assim, a chapa Tancredo/Sarney preciso ser consentida pelos militares *distensionistas*, fazendo com que o comando da nação fosse novamente “uma dádiva” da elite militar e política, e não uma genuína escolha popular, corroborando a formulação de Wanderley Guilherme dos Santos (1978), de que o processo de transição brasileiro teria se dado por meios políticos convencionais, ou seja, negociações, acordos e soluções parciais que evitam a mudança social revolucionária por meio de rupturas e que priorizam a reforma das instituições.

Além da substância da democracia, ou de sua natureza, a passagem da ordem autocrática para outra mais democrática (portanto, ainda não totalmente democrática), abre espaço, em nosso entendimento, para duas relevantes questões: 1. sobre o papel das Forças Armadas no período pós-regime civil-militar; e 2. sobre as disputas em torno da concepção de Estado.

Relativamente às Forças Armadas, ou ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) iniciamos destacando que sua extinção data apenas de junho de 1999, já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), como parte de um processo com avanços e recuos que se inicia com Collor, que extingue o SNI, o Gabinete Militar da Presidência da República, e abole o *status* ministerial do EMFA.

Sob o governo de Itamar Franco houve um aumento no número de nomeações de oficiais-generais para o gabinete presidencial e um leve aumento no gasto militar, isso se deveu, segundo Octávio Amorim Neto (2007), ao respaldo que os quartéis concederam ao vice empossado presidente a pedido dele próprio, a fim de minimizar suas dificuldades políticas.

Antes da criação do Ministério da Defesa (MD), que teria como dirigente um civil, FHC substituiu a Doutrina de Segurança Nacional pelo documento intitulado Política Nacional de Defesa, que garantia que os militares só poderiam ser julgados por tribunais civis na ocorrência de crimes dolosos (NETO, 2007).

Todas essas alterações não ocorreram sem resistência das Forças Armadas, que ainda conseguiram manter significativa autonomia e poder em relação ao Executivo

(NETO, 2007), mesmo porque, segundo Zaverucha (2005), o MD não fora criado exatamente para submeter os militares ao controle democrático civil, mas para fins instrumentais e, assim, permanecem prerrogativas não democráticas como o controle das Polícias Militares Estaduais, intervenção nos estados a partir de autorização federal e a não dissociação da responsabilidade de garantia da ordem interna e externa (ZAVERUCHA, 2005; BRIGADÃO, 2007).

O artigo 142 da Constituição diz expressamente: “as Forças Armadas constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob a autoridade suprema do presidente da República e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes da lei e da ordem”.

Sobre esse ponto, Zaverucha (2005) identifica que aos detentores da força também é atribuída a defesa da lei e da ordem, orientadas para o Estado e não para o cidadão, algo contrário à democracia e com um potencial de uso autoritário caso o contexto assim o permita. Isso porque

A noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos [...] e na prática termina cabendo às Forças Armadas decidir quando houver violação da lei e da ordem. E quem as violou. E o que é mais grave: basta determinada ordem do Executivo ser considerada ofensiva à lei e à ordem para que os militares possam constitucionalmente não respeitá-la (ZAVERUCHA, 2005, p. 64 e 65).

Em resumo, para Zaverucha (2005, p. 249) “FHC contribuiu para aprofundar a ‘militarização’ em vez de ‘civilinização’ da segurança pública” através da regulamentação da lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, a Garantia da Lei e da Ordem, que pode ser acionada por iniciativa dos poderes constitucionais para uso das Forças Armadas como agentes policiais.

Durante o governo Lula e sob

[...] a batuta de Jobim, publicou-se a Estratégia Nacional de Defesa em 2008, o mais importante documento de política de defesa do país, elaborado conjuntamente por civis e militares, promulgou-se a Lei da Nova Defesa em 2010, que solidificou o papel do ministro da Defesa na condução dos assuntos militares (NETO, 2007, p. 328).

A despeito desse acordo, as rixas entre os militares e o poder civil iam se acentuar, em maio de 2012, com a instauração da Comissão da Verdade¹², que buscava investigar as violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes do Estado entre os anos de 1946 e 1988, e era amparada pela lei 12528/2011, sancionada por Dilma Rousseff.

Em 2018, militares da reserva são eleitos, Jair Messias Bolsonaro como presidente e Hamilton Mourão como vice. Em março de 2019, o admirador público do coronel Brilhante Ustra, Bolsonaro, em uma cerimônia pública de formatura de fuzileiros navais, assim discursa: “democracia e liberdade só existem quando a sua respectiva Força Armada assim as quer”¹³, uma posição que culmina na defesa do golpe militar de 1964, que deveria ser comemorado, pois, segundo ele, não se tratou de uma ditadura, mas sim de uma tomada de poder para impedir o verdadeiro golpe que estava para ser posto em prática por supostos comunistas – esse tipo de revisionismo é rechaçado em absoluto por este trabalho.

Quanto à questão do modelo de Estado e as disputas em torno de suas possíveis concepções, ou quais as principais diretrizes sociais, políticas e econômicas após a remoção do “entulho autoritário”, recorremos a Sallum (1996). Embora discordemos de seu entendimento a respeito da transição, como se está tivesse sido um processo revolucionário de mudança, concordamos com ele na percepção de que se trata de algo complexo e multidimensional. Nesse sentido, o ele destaca que a crise desencadeada pela transição não se esgota na definição do quadro político-institucional, mas tem como uma de suas principais modalidades o declínio do “Estado desenvolvimentista”, que começa a ser delineado na Era Vargas, é preservado e aprofundado nos anos 1970 e começa a se desagregar na década de 1980.

A partir disso, Sallum (1996) dirá que a elite governante hegemônica – que situamos como organicamente vinculada ao projeto político *conservador-liberal* – está disposta a remodelar esse Estado, retirando dele o papel de principal alavanca do crescimento econômico, por ela considerado demasiado intervencionista e “protetor do interesse nacional”.

¹² Ainda que o Decreto nº 4553 tenha mantido como sigilosas, por tempo indeterminado, informações consideradas de segurança nacional, como as relativas à Guerrilha do Araguaia (ZAVERRUCHA, 2005).

¹³ In: <https://castbox.fm/episode/O-papel-das-For%C3%A7as-Armadas-segundo-a-lei.-E-segundo-Bolsonaro-%7C-07.mar.19-id1417628-id134464010?country=br>. Acessado em: março 2019.

Assim, a superação do pacto desenvolvimentista, de acordo com o entendimento de Sallum (1996, p. 61), terá nos “movimentos originados nos centros dominantes da economia internacional” e nos “movimentos em favor da democratização” os seus principais propulsores, ainda que com rachaduras e postergações, visto que para o autor é “a crise do Estado que está na raiz da instabilidade econômica dos anos 1980 e 1990 e que explica as dificuldades do Brasil em fixar-se num regime político estável” (SALLUM, 1996, p. 63).

Dessa forma, cabe a seguinte questão investigativa que deve perpassar por nossa análise do intervalo temporal de 1985-2016: quais alternativas, se elas efetivamente existiram, seriam postas na mesa no que se refere à concepção de Estado?

Além dessa questão, outra nos parece bastante profícua para o entendimento tanto dos estertores da transição, chamada por Florestan Fernandes (1986) de uma “conciliação conservadora” ou uma “transição transada”, na medida em que manteve as massas populares e a classe média excluídas da participação direta nos assuntos da *res publica*, quanto de como representantes de organizações que divergiam abissalmente do pacto conservador ora produzido e que emergiram de forma autônoma ao Estado no final da década de 1970 e início da década de 1980 passaram a participar do processo político na Assembleia Constituinte e nos pleitos subsequentes.

Dialogando diretamente com Florestan Fernandes acerca da inevitabilidade do fracasso da Nova República, tendo em vista seu caráter conservador e conciliador, Bresser-Pereira (2003) vai ponderar essa afirmação relativizando essas duas características a partir do entendimento de que o processo de transição não foi integralmente controlado pelos militares, mas também por uma parcela da sociedade civil que rejeitava a opção revolucionária socialista, mas não um capitalismo mais social, com apreço progressista e reformista, algo materializado na Constituição de 1988. Contudo, ele não nega que a nossa transição apresentou traços relevantes de conservadorismo, como se pode ver na formação da Aliança Democrática, entre PMDB e PDS, no contexto da eleição indireta no Colégio Eleitoral.

Considerando esse contexto de conciliação, vimos que o estabelecimento da relação sociologicamente verificável entre o projeto político *conservador-liberal*, que se tornou hegemônico na redemocratização, e o projeto político-midiático da revista *Veja* se dá, sobretudo, pela coincidência de valores e estratégias de ação.

O campo de disputas na transição entre a ditadura e a democracia também se fazia no nível simbólico no encontro, choque e unificação de discursos. Nesse contexto,

Veja passa primeiramente a apoiar o projeto político da transição controlada, tal qual idealizado por Geisel e Golbery, e, com o desenrolar dos fatos, migram para a alternativa civil, mas ainda assim conservadora no sentido de ser produto da mesma lógica de poder – solução ideológica e partidária que nomeamos de projeto político *conservador-liberal*.

Destacamos traços significativos dessa linha editorial em toda a trajetória discursiva analisada (1974-1985), tal como explicitado em editorial assinado por José Roberto Guzzo (editor-chefe de *Veja* de 1976 a 1983):

Apesar de todas as dificuldades, há chances concretas de que essa transição possa se fazer de maneira pouco traumática, sem rupturas maiores – mesmo porque o país não está em chamas, o governo não está perdendo nenhuma guerra e, bem ou mal, a sociedade vai funcionando. É necessário, portanto, aproveitar a oportunidade, que tantas outras nações não tiveram, de fazer a passagem em paz. Fazer a passagem – eis aí o que interessa. O problema essencial da política brasileira hoje é defender a democracia. Ou seja: o que importa é preservar os avanços feitos até agora, dar substância às liberdades que existem e montar um terreno firme para o futuro. O resto não é coisa que se possa levar a sério (Edição 520. 1978, p. 19).

E também em editorial de agosto de 1984 (sem assinatura), em que se discute a entrada do senador José Sarney na chapa oposicionista à sucessão presidencial, revelando o “[...] grau de desentendimento e de fragilidade a que chegaram as relações entre o poder central e as forças políticas que deveriam dar-lhe sustentação” (Edição 831, 1984, p. 19), mas também o caráter centrista da coalizão.

Fato este, segundo o editorial, que pode:

[...] renovar as esperanças de que, a bordo da candidatura de Tancredo Neves, o Brasil consiga a invejável proeza de fazer uma transição pacífica entre o atual regime, esgotado e rejeitado pela maioria da opinião pública, e a nova ordem política que todos desejam. A sociedade brasileira pode estar encontrando, com o candidato do PMDB, os meios para conduzir sem traumas e sem rupturas violentas a passagem, sempre difícil e perigosa, do autoritarismo fracassado para a democracia. Trata-se de uma chance histórica, e o país só terá a perder se não aproveitá-la. Entre os que se agarram ao continuísmo, tentando fazer a reanimação artificial do regime, e os que tudo querem colocar abaixo, a candidatura do governador mineiro emerge como a grande alternativa da moderação, da tolerância e do realismo, ingredientes indispensáveis para fazer

em paz as transformações urgentes que a sociedade reclama (Edição 831, 1984, p. 19).

Assim, através do estudo sistemático de *Veja* entre 1974 e 1985, nos foi permitido identificar dois dos principais fundamentos de seu projeto político-midiático, os quais demandam um aprofundamento no presente doutoramento: conservador, pois preza pela manutenção do *status quo* e pela tomada de decisão da elite política dirigente, em prol da maximização do capitalismo; e liberal, pois prioriza as relações contratuais ditadas pelo capital e a proteção incontestada à propriedade privada e às formais regras do jogo democrático, além das clássicas liberdades individuais.

Como nossa pesquisa trata diretamente da análise empírica de projetos políticos em disputa, faz-se necessária uma incursão por seu esquadramento conceitual, conforme desenvolvemos adiante.

2.1 Em duas faces de Jano: quando a hegemonia é disputada na conjuntura para se manter ao longo do tempo

Pouca coisa, talvez. Mas era uma prova. Talvez ela criasse algumas dúvidas aqui e ali, supondo-se que eu tivesse coragem de mostrá-la a alguém. Não acredito que a gente consiga mudar alguma coisa em nosso tempo de vida, mas dá para imaginar pequenos núcleos de resistência pipocando aqui e ali – pequenos grupos de pessoas se unindo, e gradualmente aumentando, e mesmo deixando alguns registros atrás de si, para que a geração seguinte possa prosseguir do ponto onde paramos.

George Orwell, 1984 (2013, p. 186)

2.1.1 Hegemonia: a práxis dos projetos políticos

Para entendermos o significado do nexos dialético – que compõe em uma mesma concretude teoria e empiria – dos projetos políticos gestados entre 1985 e 2016, e especificamente sobre a constituição de um projeto político-midiático da revista *Veja*, faz-se necessária a incursão pelo pensamento gramsciano por eles figurarem em um *locus* de disputa hegemônica.

Tal concretude, de fundamento histórico e dialético, está subsumida na filosofia da práxis gramsciana, em sua crítica à dicotomia estrutura-superestrutura e à conceituação de um bloco histórico que

[...] reconhece na superestrutura não um epifenômeno quase obrigatório que reflete passivamente – ou distorce intencionalmente – a estrutura, mas um oposto dialético vinculado à estrutura de uma relação simbiótica de correlação ativa e não necessariamente conflitiva (PORTA, 2017, 198).

Gramsci (1968) percorre o caminho de subtrair preponderância determinística da estrutura sobre a superestrutura, colocando o conceito de ideologia não como redutível à aparência, mas como a forma das forças materiais em jogo, tal qual nas formações humanas, no bloco histórico há elementos objetivos e subjetivos (VOZA, p. 66) que formam uma “unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 1968, p. 12).

Assim, além do próprio Gramsci, retomamos o entendimento de Williams sobre estrutura e superestrutura, em que ele nomeia a primeira como base¹⁴. O autor ressalta que essa compreensão conceitual é imprescindível se quisermos empreender estudos sobre as realidades concernentes aos processos culturais.

Dessa forma, o autor começa problematizando-a a partir de Marx, que entendia base como o conjunto das “[...] atividades produtivas em relações estruturais específicas que constituem o alicerce de todas as outras atividades” (WILLIAMS, 2008, p. 46). Contudo, dirá Williams (2008), Marx nunca a pensou de forma estática e uniforme, mesmo porque ela corresponde a determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, não há uma base material homogênea e imutável.

De outro modo, se estendermos a concepção de base tendo como referência Marx, como o fez Williams (2008), veremos que base, como a existência social real dos indivíduos, abriga contradições profundas advindas das próprias relações de produção, e esse entendimento dá sentido a uma das proposições centrais de Marx, qual seja, o sentido da história, a luta de classes, que evidentemente considera as condições materiais e a posição dos agentes na relação de produção, entre detentores dos meios e vendedores da força de trabalho, mas que não deixa de considerar os próprios homens e mulheres como produtores de si mesmos e de sua história.

Assim, e é este o ponto destacado por Williams (2008), a base, em um sentido amplo, não diz respeito apenas à produção primária, nos termos dos meios de produção das mercadorias. Mas, sobretudo, refere-se à produção da própria sociedade e dos homens

¹⁴ Optamos por manter a terminologia do autor. Portanto, quando Williams se refere à base, é o mesmo termo conceitual de estrutura no pensamento marxista e especificamente no gramsciano.

e mulheres que a constituem, “[...] isto é, a produção e reprodução da vida social” (WILLIAMS, 2008, p. 49).

Portanto, Williams (2008) compreende e utiliza analiticamente “base” como um processo – portanto, complexo, contraditório e dinâmico –, e não um estado. Dessa forma, o autor vai esmiuçar o papel da base em determinar os processos variáveis da superestrutura. Nesse sentido, diz que

Temos que reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado, controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E fundamentalmente, temos de reavaliar “a base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais reais [...] (2008, p. 47).

Em outra passagem, Williams (2011, p. 292) retoma a concepção materialista da história de Engels, que, em carta a J. Bloch, tenta esclarecer as controvérsias geradas em torno do determinismo do conceito de base. Ele diz que o elemento fundamental na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real, o que não significa dizer que os vários elementos da superestrutura não exercem influência sobre o curso das lutas históricas e que, em muitos casos, são preponderantes para determinar a sua forma.

Sobre a forma, ou a concretude que buscamos para entender o engendramento de projetos políticos, somos conduzidos à distinção que se faz, no interior da superestrutura, entre duas esferas essenciais, relativamente autônomas, que se referem à “[...] elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) e da sociedade política (aparelhos estatais da coerção)” (COUTINHO, 2012).

Nessa concepção ampliada do Estado, a sociedade civil e a sociedade política – no controle das burocracias executiva e policial-militar – passam a exercer funções diferentes no que tange à reprodução da vida social e à estruturação das relações de poder:

Ambas servem para conservar ou promover determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da Sociedade Civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o

consenso; por meio da Sociedade Política, ao contrário as classes exercem uma ditadura, ou, mais precisamente uma dominação mediante coerção (COUTINHO, 2012, p. 128).

Aos aparelhos privados de hegemonia incidirá uma adesão voluntária voltada para a elaboração e difusão de ideologias, “[...] compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) (COUTINHO, 2012, p. 125).

Assim, a supremacia não vem apenas da coação, mas sobretudo da “[...] aceitação ativa da concepção do mundo dominante” (FERREIRA, 1986), ou seja, há um elemento de universalização que não pode ser ignorado nos dois tipos de relação hegemônica potenciais: uma em sentido restrito, se colocando como direção intelectual e moral, em oposição a domínio; e a outra em sentido amplo, entendida como direção somada ao domínio, em que a força e o consenso se equilibram (COSPITO, 2017) em um momento-síntese no qual o bloco ideológico se torna capaz de manter o monopólio dessa direção.

Em resumo,

Definir a hegemonia como a supremacia de uma conduta sobre a outra implica afirmar que as condutas são práticas cotidianas em que se desvela parte da unidade do pensamento e da vida que se pretende vigente para o conjunto da sociedade; em outras palavras, práticas que traduzem uma determinada concepção de mundo [...] segue-se que detém a hegemonia do processo aquele grupo social que consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu especial “modo de vida, de pensar, de agir” (FERREIRA, 1986, p. 10 e 16).

Para Ferreira (1986, p. 57), portanto, o conceito de hegemonia está amplamente associado à compreensão gramsciana de concepção de mundo, que no cotidiano se materializa em maneiras de agir e de pensar, mas que, vistas de forma mais ampla, se traduzem em um coerente sistema de organização de condutas calcado em valores culturais, dado pela práxis, e que configura uma determinada cosmovisão.

Contudo, Ferreira (1986, p. 57) parte de Mannheim para dizer que nem todas as cosmovisões são acessíveis à síntese histórica, diferentemente das comunicações teóricas, que o são, e dentre as quais incluímos o discurso político-midiático. E, ainda que cosmovisão seja algo demasiado genérico e generalizado, como se trata de um

sistema simbólico de organização de condutas, é pelo estudo dela (aqui, podemos dizer, enquadramentos da mídia, por exemplo) que encontraremos o seu elemento distinto e característico, ou seja, seus valores nucleares. Ressalte-se que toda relação de hegemonia guarda um aspecto pedagógico (COSPITO, 2017) quando a concepção de mundo dominante passa a ser consentida.

A constituição do aparato hegemônico na dialética entre a atividade, ou ação, política e a superestrutura, segundo Coutinho (2012), tem como um dos principais momentos de conquista do consenso o processo de revolução passiva, analiticamente descrito através do conceito de transformismo, que se refere à neutralização da radicalidade e do vanguardismo, por parte de um bloco que se pretende hegemônico, ou à absorção de outros grupos em sua direção política, a fim de evitar rupturas.

Durante esse processo ocorre um duplo movimento, de revolução/restauração, quando elementos novos se misturam com elementos atrasados em duas formas de ocorrência:

[...] o [transformismo] “molecular”, ou seja, quando personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora moderna (caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal, a qualquer reforma orgânica que substitua o cru “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); e o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam para o campo moderado (COUTINHO, 2012, p. 205).

Dessa forma, o consenso obtido é quase sempre um consenso passivo na medida em que pressupõe a atomização das massas se constituindo como uma espécie de “ideologia da anti-ideologia”, com a preponderância de um discurso tecnicista (COUTINHO, 2012, p. 215), colocando-se como uma forma ativa de construção de uma nova hegemonia capaz de dialeticamente incidir na estrutura, mas como uma vontade que de forma passiva adere dispersivamente à hegemonia dominante (ALMEIDA, 2011).

Portanto, não se constituem como vontade coletiva, aquela independente de indivíduos singulares e que, como nos dizem Laclau e Mouffe (2011, p. 132), pode, como classe hegemônica, articular elementos ideológicos sem ter um pertencimento de classe necessário, resultando da “[...] articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas”.

Nesse contexto, os aparelhos privados de hegemonia adquirem ainda maior relevância, pois, além de se articularem com o Estado, ou a sociedade política, em prol da manutenção de um caráter classista, também se articulam com outras esferas da sociedade civil, atuando como constituidoras de sujeitos sociais e abrindo espaço para a contra-hegemonia – uma brecha para a constituição de novas concepções de mundo.

Sobre alguns possíveis desdobramentos da problematização trazida por Ferreira (1986, p. 37), de por que as pessoas se subordinam ou se submetem a concepções de mundo que não as favorece e aceitam determinados valores, colocando-se em uma posição heterônoma, reafirmamos, com base no pensamento gramsciano, que a hegemonia calcada no contexto histórico e na cultura política é fator fundamental na formação do bloco histórico, tendo em vista que se a superestrutura é “[...] uma questão de consciência humana isso é também porque ela é sempre histórica: a qualquer momento, ela inclui continuidades com o passado assim como reações ao presente”. Além disso há a interpretação trazida por Laclau e Mouffe (2015, p. 39) a respeito da obra de Gramsci como aquela que inseriu na dimensão hegemônica a subjetividade dos atores históricos, radicalizando assim essa categoria analítica a partir do entendimento de que o campo político possui autonomia ante o campo econômico.

O que não quer dizer que ela esteja à frente da organização econômica e social, idealmente incorporando o futuro, como Williams (2011, p. 291) compreende ao tratar de forma geral as várias manifestações da superestrutura e, de forma específica, as manifestações culturais. Mas que podemos pensar em termos dialéticos, reconhecendo a diversidade e a complexidade, levando em conta a continuidade dentro da mudança, considerando, contudo, certas autonomias limitadas, como Marx (2006) bem nos disse no capítulo I de *O dezoito de brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (2006, p. 15)”.

Essa relação conflituosa entre continuidade e mudança na constituição de aparatos hegemônicos se ancora em um tipo de cultura política, segundo Schiller (apud EAGLETON, 2003), que agiria no sentido de moldar os indivíduos às necessidades dominantes. Esse novo sujeito estaria inserido em um processo de desindividualização controlado, que: (a) não elimina as particularidades próprias da vida privada, ainda que limite seu leque de escolhas por conta de uma mercantilização crescente que impregna de utilitarismos a constituição do nosso eu; (b) busca incutir nos cidadãos tipos adequados

de disposição espiritual; (c) principalmente considerando a vida pública, prepara os sujeitos para viver politicamente de forma harmônica sob a proteção de um Estado que nos aparenta ser ontológico.

A cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado [...]. O estado encarna a cultura, a qual, por sua vez, corporifica nossa humanidade comum [...]. O que a cultura faz, então é destilar nossa humanidade comum a partir de nossos *eus* políticos sectários, resgatando dos sentidos o espírito, arrebatando do temporal o imutável, e arrancando da diversidade a unidade (EAGLETON, 2003, p. 17).

Essa pedagogia ética não abole os rebeldes, mas os refina, os impele à unidade, ao abandono dos sectarismos próprios de sua recusa aos convencionalismos, normas e regras, para um universalismo que celebra um ideal de humanidade, de anseio por uma individualização integral. Esse percurso, portanto, a um só passo permite a realização de alguns potenciais, mas suprime radicalmente outros (EAGLETON, 2003, p. 38).

A partir de Eagleton (2013), permitimo-nos trazer as seguintes reflexões: como esse conflito político é levado a cabo, especialmente se considerarmos a perspectiva pluralista de Herder, de que há “[...] diferentes culturas sociais e econômicas dentro da própria nação” (apud EAGLETON, 2003, p. 25), tendo em vista a realidade brasileira? Ela poderia significar mudança social, permitindo a constituição de novos projetos políticos, ou apenas a manutenção do *status quo* e o transformismo¹⁵?

Em busca de um melhor entendimento, cabe aqui trazer à tona a especificidade da cultura política brasileira que, para Souza e Lamounier (1990), é dialeticamente causa e consequência do sistema político. A consequência se cristaliza no que a sociedade se recorda de suas experiências passadas, sendo uniformemente reproduzidas a menos que

¹⁵ Há outras abordagens metodológicas e epistemológicas que pretendem compreender o conceito de cultura política através de estudos empíricos que relacionam a confiança dos cidadãos, as instituições políticas e os próprios políticos, como a dos autores José Álvaro Moisés (1995; 2008) e Marcello Baquero (2001). A relação com o contexto também é patente, já que Moisés (2008) considera a cultura política como formada “[...] a partir de processos de socialização que interagem com a experiência política, influenciando sobre a estabilidade ou a mudança do regime” (MOISÉS, 2008, p. 16), sendo que no Brasil ela começa a se transformar substancialmente nos estertores do regime civil-militar. Essa afirmação vai ser sustentada em oposição à explicação trazida por Inglehart e Welzel (apud MOISÉS, 2010), que verão causalidades entre as mudanças nos valores políticos e os processos de modernização e democratização vivenciados pelos países. Esse processo estaria associado, portanto, à emergência de valores pós-materialistas. No entanto, para Moisés (2010), essa relação causal não é tão clara, pois tais mudanças valorativas têm início já no período de transição democrática, com significativa influência das mobilizações da sociedade civil. Mas esses fatores não necessariamente incidem de maneira positiva na constituição da cultura política, como bem ressalta Baquero (2001).

ocorra uma substancial ruptura. A causa, por sua vez, é a ordem sob a qual o Estado estaria fundamentado – no caso do Brasil, sob uma ordem patrimonialista. Para os autores, o processo histórico constitutivo da cultura política brasileira carrega algumas características fundamentais, como:

(a) a autonomia do Estado ante a sociedade;

(b) um caráter de apaziguamento e prevenção de conflitos incorporados ao comportamento de grande parte dos membros da comunidade política, gerando a sua *internalização* e, assim, tornando mais confusa a distinção entre o público e o privado;

(c) a manutenção, de forma fisiológica, de grupos tradicionais, com a consequente exclusão política das massas populares.

Aos quais acrescentamos:

(d) a convivência naturalizada com extremos de desigualdade, capaz de fomentar um sentimento antipopular;

(e) a ausência de uma cultura participativa no que diz respeito às questões de cunho coletivo.

Concordamos com Souza e Lamounier (1990) a respeito do caráter do Estado no sentido trazido por Eagleton (2003), ou seja, o de ser o ente capaz de encarnar a cultura a partir de nossos *eus comuns*, e quando dizem que a cultura política recai nos membros da comunidade política como uma tradição ou uma orientação normativa. Contudo, entendemos também que a sua reprodução não ocorre somente até o ponto em que uma substancial ruptura esteja em curso, mas, sendo a cultura política mutável e viva, transformada dialeticamente pelo velho e pelo novo, as mudanças não podem ocorrer senão de forma brusca, ao menos em dimensão molecular, conduzindo e sendo conduzidas pela história. Ou seja, a cultura política reflete, interpreta e vivencia a experiência traduzida em memória e aprendizado tanto no campo da dominação quanto no da resistência; ela é capaz de combinar modificação e conservação, permanecendo na memória coletiva, como é o caso do autoritarismo de Estado e dos fascismos cotidianos.

[...] a cultura pode agir como uma crítica do presente ao mesmo tempo que está solidamente baseada dentro dela. Ela não é nem (assim como a “civilização”) idêntica a ela, mas se move, simultaneamente, a favor e contra a corrente natural do progresso histórico. A cultura não é uma vaga fantasia de satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela (EAGLETON, 2003, p. 39).

Nesse sentido, a cultura política, em especial no que diz respeito à brasileira, reativa o conceito de transformismo em dois momentos síntese: a *restauração* (uma reação à possibilidade de transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e a *renovação* (em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes) (COUTINHO, 1999, p.198), sendo muitas vezes congruente com os valores hegemônicos de certo período e capaz de combinar ambivalências e contradições dentro da lógica do conservar-mudando – como vista em nossa “conciliação conservadora” ou “transição transada” (FERNANDES, 1986).

O tipo de compromisso reativado em quaisquer dos momentos síntese do transformismo requer um equilíbrio tal que não abale a dialética intrínseca ao bloco histórico – estrutura e superestrutura –, requerendo, portanto, elementos organizativos e conectivos (ALMEIDA, 2011), o que nos leva a uma das premissas deste trabalho, de que progressivamente (ou em *longa duração*, como veremos adiante) constituímos uma cultura política de conciliação e abafamento do conflito de classes que vai sendo assimilada e produzida discursivamente em um *conformismo histórico*¹⁶ (uma acomodação tecnicista e elitista da política e de seus desdobramentos) que, ao contrário do *possível histórico*, que pode carregar algum tipo de conteúdo emancipador e/ou utópico – dentro da perspectiva de Debord (1997), que vê o *permitido* como uma oposição ao *possível* –, faz solapar a alteridade, tornando-se impenetrável a uma politização existencial no sentido de aprofundamento da democracia e de adensamento da participação popular nas decisões do Estado.

Se, para Sloterdijk (1999, p. 85), a política significa pertencer ao coletivo, esse axioma se detém nos limites naturalizados em certos possíveis:

Quando hoje os ocidentais se descrevem facilmente como democratas, na maioria das vezes o fazem não porque reivindicam carregar a coletividade em esforços diários, mas porque, com razão, consideram a democracia uma forma social que lhes permite *não* pensar no Estado e na arte do pertencer-se. [...] Inúmeros começam então a ilhar-se contra a “sociedade em geral”.

¹⁶ Os conceitos *conformismo histórico* e *possível histórico* são heurísticamente tratados neste trabalho como tipos ideais, segundo referencial weberiano (2001), não como fim, mas única e exclusivamente como meio do conhecimento de uma cultura política que é capaz de orientar comportamentos e ideologias no que se refere à forma como lidamos com determinações, possibilidades e superações do próprio tempo histórico.

Não queremos, com isso, negar a realidade objetiva ou mesmo dizer que ela poderia ser diferente, mas que é possível buscar algumas dimensões normativas de orientação emancipatória, ou contra-hegemônicas. Ponderando tal premissa e entendendo que a cultura política é multifacetada, destacaremos agora os pontos fundamentais para o desenvolvimento teórico e empírico de nosso objeto de pesquisa – a análise da produção de escândalos político-midiáticos pela revista *Veja* a partir da relação com o seu próprio projeto político-midiático e os que ademais se constituíram. São eles:

1. a premissa de que sua formação está atrelada à constituição do bloco histórico, especificamente dos mecanismos de construção da hegemonia;
2. durante essa construção, há a supressão de certos atributos e a potencialização de outros;
3. esses atributos são politicamente organizados, sendo substratos para o discurso político – em nosso caso, o discurso político-midiático;
4. como transmissora e legitimadora de valores políticos, a cultura política apresenta uma relação orgânica com os projetos políticos em constituição, na relação conflituosa entre continuidade e mudança.

A maximização de aspectos da cultura política e a criação de um projeto político só podem ocorrer se estiverem estabelecidas na memória dos membros da comunidade política, como aconteceu com a experiência da Revolução Francesa, que, de acordo com Anderson (2011), apenas pôde integrar o cabedal de conhecimento ocidental devido à existência do capitalismo tipográfico¹⁷, não por este não ter permitido seu esquecimento, mas, ao contrário, pelo fato de que, graças ao desenvolvimento da imprensa como uma mercadoria destinada ao consumo das massas, ela foi capaz de fixar-se na memória dos homens e mulheres de forma quase que padronizada. Uma das maneiras que o capitalismo tipográfico, ou a imprensa, encontrou para difundir o sentimento nacional, e em alguns momentos o “nacionalismo oficial”, foi pela criação de “campos unificados de intercâmbio e comunicação” (ANDERSON, 2011), em que os vários discursos se encontram, se entrecrocaram e se unificam.

Uma perspectiva que também é adotada por Thompson (1998), já que:

¹⁷ Não podemos esquecer que a consolidação da indústria cultural no Brasil, com padrões de racionalidade empresarial, se deu nos anos de ditadura civil-militar, em um desenvolvimento desigual e combinado em um momento em que, “[...] concomitante à repressão política e à censura, evidenciou-se o esforço modernizador dos governos militares nas áreas de cultura e de comunicação, a estimular a iniciativa privada ou atuando diretamente [e] apesar do aprofundamento das desigualdades sociais e da repressão aos adversários, a modernização autoritária conseguia formar um público para o consumo cultural” (RIDENTI, 2011, p. 299).

[...] à medida que nossa compreensão do passado se torna cada vez mais dependente da mediação das formas simbólicas, e a nossa compreensão do mundo e do lugar que ocupamos nele vai se alimentando dos produtos da mídia, do mesmo modo a nossa compreensão dos grupos e das comunidades com que compartilhamos um caminho comum através do tempo e do espaço, uma origem e um destino comuns, também vai sendo alterada: sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia (THOMPSON, 1998, p. 62).

A partir desse escopo epistemológico, consideramos que o discurso político-midiático, em específico, é uma rica fonte empírica de evidências de crises de hegemonia, de diferenciação de posicionamentos hegemônicos ou que pretendem sê-lo, isto porque a busca pelo consenso passa pela constituição de uma opinião pública que se expressa nos meios de comunicação e que por vezes se multiplica de modo artificial (FERREIRA, 1986, p. 11). Ou, como diz Castells (2015, p. 29), “[...] as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação”, sendo esta uma estratégia mais eficiente e estável do que a coerção e a intimidação, no que se refere à imposição de uma vontade externa e hierárquica sobre a comunidade política (CASTELLS, 2013, p. 10).

Nesse sentido, o ato de moldar mentalidades “[...] pela construção de significado por meio da produção de imagens [...] (visuais ou não)” (CASTELLS, 2015, p. 247) se faz como um campo de disputas cada vez mais acirrado em sistemas democráticos, pois, ainda que o Estado continue exercendo o monopólio legítimo da violência (uma legitimidade contestada, diga-se de passagem), não há como exacerbar e perdurar esse uso. Assim, os processos de construção simbólica, especificamente o discurso veiculado pelos meios de comunicação – a esfera da comunicação socializada –, adquirem um papel fundamental, tornando-se imprescindíveis para o próprio Estado.

Sendo os meios de comunicação não apenas dispositivos de emissão de mensagens e conteúdos em sua reprodutibilidade técnica, mas, antes, meios social e materialmente produzidos e reproduzidos (WILLIAMS, 2008, p. 68), inseridos na disputa de ideias (ALMEIDA, 2011) e de concepções de mundo, entendemos que determinados meios de comunicação se portam como atores políticos (midiáticos). Sua forma de ação típica é o discurso, como é o caso da revista *Veja*, pois, além de emissores, também se

fazem como interlocutores de setores da sociedade civil quando há uma afinidade de ideais e objetivos.

Configuram-se como atores políticos por influenciaram a tomada de decisão, por se aliarem circunstancialmente a outros atores e por instrumentalizarem o poder através do agendamento e do enquadramento de temas e atores políticos e por possuírem um projeto político próprio que definimos como projeto político-midiático. Ou seja, “os atores da mídia constroem plataformas de comunicação e participam da produção de mensagens de acordo com seus interesses organizacionais e profissionais específicos” (SCHUDSON apud CASTELLS, 2015, p. 248), participando e/ou fomentando uma visão hegemônica da realidade.

Para compreender melhor os mecanismos discursivos que estão permeados por disputas de poder, analisaremos de forma sistemática os escândalos político-midiáticos tratados pela revista *Veja* entre os anos de 1985 e 2016, entendendo-os como uma chave analítica voltada para o entendimento de seu padrão discursivo, no que tange tanto aos projetos políticos em disputa quanto às suas principais lideranças políticas.

Contudo, cabe ressaltar que essa não é apenas uma estratégia metodológica, mas, sobretudo, uma escolha epistemológica, visto que tomamos como premissa investigativa o fato de que o projeto político hegemônico em 1985 – ora nomeado projeto político *conservador-liberal* – inaugura um processo de *longa duração* na história brasileira e estabelece, embora não de forma causal, relação com os projetos políticos subsequentes.

E, como a “articulação hegemônica, ligada à estrutura e à superestrutura da sociedade, que se baseia na cultura, [...] precisa se renovar a cada conjuntura”, (ALMEIDA, 2011, p. 121) retomamos os dois gêneros essenciais de ação histórico-política ditos por Gramsci (1968):

i) uma delas é “[...] caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante e pode-se encarnar miticamente num indivíduo concreto” (p. 06), como ocorre com o cesarismo, que pode ou não ser progressista, mas que exprime uma solução “arbitral”, confiada a uma grande personalidade (p. 63), e é em geral forjada em momentos de crise e de fundação. É a *virtú* de um ator em um determinado contexto histórico;

ii) a outra ação é ampla e de caráter orgânico, e quase sempre está direcionada à renovação (podendo se configurar em uma revolução) e restauração; portanto, não se destina à criação de uma vontade coletiva original, mas de torná-la concreta, racional e universalmente conhecida.

Esses dois gêneros de ação histórico-política se movimentam no âmbito de dois princípios fundamentais para o entendimento da relação entre estrutura e superestrutura:

- 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver;
- 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, 1968, p.45).

Ou seja, as mudanças são gestadas no interior das determinações objetivas de tal sociedade – mantendo semelhança com o conceito de história benjaminiano (2014), localizando no passado os germes de uma outra história –, sejam elas contradições insanáveis na estrutura ou não; e, enquanto houver um conteúdo em potencial, não há o seu desaparecimento – dois princípios que nos ajudam a compreender a constituição de projetos políticos.

Mantendo o escopo de análise dos dois gêneros de ação histórico-política, Gramsci (1968) vai empreender um desdobramento desses princípios em uma metodologia histórica que se faz sobremaneira pela distinção entre *movimentos orgânicos* e *processos de conjuntura*.

O primeiro é caracterizado por sua acentuada permanência e reprodução de certa hegemonia, consistindo, portanto, em fenômenos de amplo alcance histórico ou de *longa duração* (como é característico, por exemplo, da formação das culturas políticas), mudando apenas em largos períodos, sendo que sua manutenção oscila entre momentos de crise e de estabilização.

As crises afetam a capacidade de reprodução da hegemonia e são nomeados como *processos de conjuntura*, em que podemos evidenciar as contradições estruturais de mudança e conservação (GRAMSCI, 1968, p. 46), mas também possuem a capacidade de se reorganizar até o limite da ruptura – é o tempo de agora de Benjamin (2014, p. 08), caracterizado por sua intensidade e brevidade.

Diferentemente dos *movimentos orgânicos*, que dão margem à crítica histórico-social, ou como diz Castells (2015, p. 96), se tornando o *locus* daqueles “que recusam se submeter à dominação dos ciclos acelerados do tempo instrumental”, os *processos de conjuntura* são ocasionais e, como na descrição das ações histórico-políticas, são mais

suscetíveis à política cotidiana e à atuação de lideranças políticas, configurando o momento e a circunstância em que os homens fazem a história.

Gramsci (1968) nos chama a atenção para o fato de que, ainda que ambos estejam relacionados dialeticamente, sua mínima distinção é relevante para entendermos a relação de forças que opera em um determinado período, seja no sentido de renovação ou de conservação, mas que essa operacionalização apenas ganhará importância se a colocarmos em um extenso intervalo temporal – é quando os dois princípios fundamentais para o entendimento da relação entre estrutura e superestrutura se evidenciarão.

Assim, a diferenciação entre o orgânico, ou permanente, e o ocasional (elemento voluntarista) pode ser aplicada a “[...] todos os tipos de situação: não só àquelas em que se verifica um progresso regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um desenvolvimento progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas”. E o que é fundamental para a presente pesquisa: “Estes critérios metodológicos podem adquirir visível e didaticamente todo o seu significado quando aplicados ao exame de fatos históricos concretos” (GRAMSCI, 1968, p. 46 e 47).

Os fatos concretos selecionados no presente trabalho são os escândalos político-midiáticos que, como mencionado, nos servirão tanto como uma estratégia metodológica quanto como uma escolha epistemológica para fins de entendimento dos projetos políticos e do projeto político-midiático da revista *Veja*, disputados durante o período selecionado – compreendendo-os no escopo do “[...] estudo de “ondas” de diferentes oscilações que permite reconstruir as relações [...] entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura” (GRAMSCI, 1968, p. 48).

Le Goff (2014, p. 132) propõe utilizarmos a periodização a fim de dominar o tempo da vida cotidiana – *locus do tempo conjuntural* –, permitindo uma combinação entre continuidade e descontinuidade, tal qual Braudel (1972), que nos diz sobre uma semiobscuridade que vai de um polo a outro do *tempo*, entendendo a história como o entrelaçamento de todas as histórias possíveis a partir de uma nova dialética entre elas, e não como uma opção arbitrária, ou o que Pomian (2005) chama de forças antagonistas e complementares que ritmam a história das relações (p. 146).

Os *movimentos conjunturais* afetam a reprodução da hegemonia e, conseqüentemente, a consolidação de projetos políticos em largos períodos de duração. Nesse sentido, e tendo as reflexões de Trotsky como esteio, Ferreira (1986) vai nos dizer:

[...] o ritmo da evolução e a permanência das mudanças registradas pelas diferentes formações sociais, ritmo e permanência que balizarão os quadros sociais objetivos e condicionarão as formas em que se exprimirão as posses essenciais e se exercerá a hegemonia. Em outras palavras, a expressão “tempo-histórico” mede não apenas o tempo (melhor seria dizer a sua duração) que se fez necessário para que os projetos dos diferentes grupos sociais maturassem internamente e, resultando de experiências de vida distintas ou de proposições teóricas elaboradas por organizações, se transformassem em elementos constitutivos do senso comum não apenas dos simples, mas igualmente dos grupos dominantes, como também a duração do domínio de um projeto sobre outro, isto é, o tempo em que determinadas formas de expressão das posses essenciais e não outras foram dominantes no conjunto da sociedade (FERREIRA, 1986, p. 125).

Ou, a partir do referencial gramsciano, como nos diz Laclau e Mouffe (2011, p. 136): “A história, portanto, é considerada não como um *continuum* ascendente de reformas democráticas, e sim como uma série descontínua de formações hegemônicas ou blocos históricos”. Um estado de coisas conjuntural não é uma necessidade histórica.

Dito isso, cabe destacar que os escândalos político-midiáticos seriam momentos conjunturais críticos capazes de evidenciar as contradições na *longa* duração, um tipo de categoria discursiva tido como pontos de condensação privilegiados de momentos de crise (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 53).

2.1.2 Escândalos político-midiáticos como momentos conjunturais críticos

A hipótese orientadora da pesquisa é a de que a produção dos escândalos políticos por parte da revista *Veja* se dá *pari passu* aos valores e às estratégias de ação contidas em seu próprio projeto político-midiático, que é ao mesmo tempo liberal e conservador. Conforme as lideranças políticas, identificáveis em cada um dos projetos políticos que foram sendo tecidos durante o intervalo temporal de 1985-2016, se afastam de seu projeto político-midiático, ficam sujeitas não apenas à intensificação quantitativa na produção de escândalos políticos e de sua cobertura, mas também a um enquadramento mais personalista e negativo.

Não queremos, com isso, afirmar que *Veja* é a única emissora de um determinado conteúdo político-midiático, mas que o estudo sistemático de sua produção discursiva, especificamente na relação entre a produção de escândalos políticos e as lideranças políticas, fornecerá elementos para que possamos compreender a dinâmica de uma das

principais fontes propagadoras de um tipo de discurso conservador radicalizado e que por vezes é amplificado em diferentes intensidades por outras mídias tradicionais.

Embora não exclusivamente, mas significativamente, “[...] a imprensa escrita agenda e tematiza grande parte das questões políticas e as outras mídias repercutem, ampliam, disseminam os temas em debate, realimentando o fluxo de informações” (AZEVEDO, 2017, p. 28), influenciando assim a formação de uma determinada opinião pública.

Portanto, a escolha de *Veja* se justifica por sua centralidade no meio midiático (AZEVEDO, 2017), mas justifica-se, sobretudo, por ser uma instituição paradigmática, nos termos de Thompson (1998), como aquela possuidora de bases privilegiadas para o exercício de um tipo específico de poder, o poder simbólico, que se verifica na “[...] capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 1998, p. 42)” – vistas sobremaneira em sua capacidade de incidir na configuração da opinião pública, especialmente no destaque e na produção de escândalos políticos.

Thompson (1998) toma emprestado de Bourdieu a expressão “poder simbólico”, mas dele se diferencia ao não enxergar que esse tipo de poder necessariamente pressupõe um desconhecimento por parte daqueles que estão a ele submetidos, mas que pode muitas vezes se configurar como uma crença, uma visão de mundo comum, e nesse sentido as instituições da mídia, especialmente os meios de comunicação de massa, se colocam como produtoras em larga escala e difusoras generalizantes de formas simbólicas no espaço e tempo, situando-se no que o autor chama de historicidade mediada, em que “[...] nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas” (p. 60 e 61).

O autor define os meios de comunicação de massa como

[...] uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informação e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira (p. 53).

Partindo da consideração do papel central do capital na produção e reprodução das formas simbólicas, podemos elencar quatro características dos meios de comunicação de massa que nos parecem fundamentais para entender e contextualizar a produção do discurso político-midiático da revista *Veja*:

1. envolve meios técnicos e institucionais de produção e de difusão (indústrias de mídia);

2. envolve mercantilização das formas simbólicas, um tipo particular de valorização, isto é, uma maneira pela qual se pode atribuir aos objetos um certo valor. As formas simbólicas estão sujeitas a dois tipos de valorização, uma simbólica (apreço ou desprezo) e outra econômica (torna-se mercadoria). Às formas simbólicas mercantilizadas Thompson (1998) chama bens simbólicos;

3. estabelece uma dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e a sua recepção, incorrendo em assimetria e unilateralidade;

4. caracteriza-se por permitir a circulação pública das formas simbólicas, ficando disponível, em princípio, a uma pluralidade de indivíduos. Por ter esse caráter público, tem implicações significativas na esfera pública.

Considerados esses pontos, cabe retomar a reflexão de Thompson (1998), de que os meios de comunicação não apenas não são neutros ao transmitirem informações e conteúdos simbólicos, como ainda podem mudar a maneira pela qual nos relacionamos.

E na medida em que nos encontramos no sistema capitalista, não é possível entender os escândalos políticos fora dessa dinâmica, visto que uma de suas manifestações mais cruciais se faz nas relações de corrupção entre agentes do Estado (servidores e/ou representantes eleitos) e agentes do mercado. Para manter a hegemonia dominante, o Estado ampliado pode atuar como organizador e centralizador de certas entidades da sociedade civil, procurando uma opinião pública que lhes seja favorável (ALMEIDA, 2011, 127), mas também fazendo concessões moleculares, portanto:

[...] não nos seus elementos essenciais, não naquilo que Gramsci ressaltava como sendo “núcleo decisivo da atividade econômica” [mas através] de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado que, mesmo sendo um organismo classista, procura se expressar como sendo o portador de “todas as energias nacionais” (ALMEIDA, 2011, p. 123).

Nesse sentido, as classes sociais adquirem uma importância fundamental no consumo e fomento de bens simbólicos produzidos pela imprensa, que em situações específicas pode assumir a função de um partido no espaço político, principalmente em momentos de crise orgânica, de *longa duração*, dos partidos tradicionais. E mais, para Almeida (2011, p. 130), a imprensa na contemporaneidade ganhou tal peso econômico, político e cultural, que não é mais possível pensá-la

[...] da mesma forma que na época e da maneira pensada por Gramsci. Antes mais superestrutural, e agora numa situação “especial”, pois, ao mesmo tempo que passa a ter uma expressão superestrutural ainda maior, transformou-se num setor de ponta da estrutura econômica. Ou seja, muito mais comprometida com e “dependente” dos movimentos do grande capital, pois faz parte do núcleo central da economia. E, deste modo, também mais diretamente dependente das decisões políticas e regulatórias do Estado.

Aprofundando a questão da circulação dos bens simbólicos no que tange à relação entre o Estado, ou sociedade política, e a imprensa, retomamos a paradoxal questão trazida por Bobbio (2015, p. 29), se as democracias modernas são vistas idealmente como “[...] o governo do poder visível, isto é, o governo cujos atos se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública”, como ainda há incentivos à permanência de segredos em seu interior? Considerando o escândalo um epifenômeno desse paradoxo, ao tornar público o que deveria ser ocultado, Bobbio (2015) nos dirá que a desnudação dos segredos transita em uma linha tênue entre o escândalo – a luz na zona de sombra que impede o olhar público – e o escandalismo, sua exacerbação.

Chaia nos lembra de que,

Desde 1989, durante o período eleitoral para presidente, vem sendo divulgada uma série de escândalos políticos, imprimindo uma nova dinâmica na vida política brasileira. Com o poder da mídia e o sistema de controle institucional, a vida privada e pública das lideranças políticas ficou visível; isto significa que se tornou mais fácil investigar os segredos particulares e também os “segredos de estado” (CHAIA, 2015, p. 02).

É essa linha tênue que motiva nossa investigação para compreender, sim, quais escândalos podem advir de uma materialidade, da desnudação de segredos, mas que são

determinados invisíveis que se tornam visíveis, enquanto outros são mantidos ocultos, e que essa decisão editorial tomada pelos meios de comunicação pode gerar certa política de produção de escândalos.

Dirá Castells (2015, p. 297): “Realmente, em qualquer momento da história das sociedades pelo mundo, a política de escândalos é uma forma de luta por poder mais enraizada e mais típica do que a condução da competição política ordenada segundo as regras do Estado”. Ou, como diz Chaia e Teixeira (2001), que os campos político e midiático por vezes se complementam no sentido de a concorrência política (o fogo amigo ou inimigo mesmo) alimentar a produção de escândalos¹⁸.

Assim, escândalo político – sua produção e difusão – é entendido nesse trabalho como uma forma simbólica, que coloca a revista *Veja* no centro de um tipo de construção narrativa, permeada por relações de poder, que se orienta para a conquista de certa visibilidade no campo político, dentro daquilo que Thompson (1998) situou como as “formas características de visibilidade produzidas pela mídia” (p. 12), ou, mais especificamente, por essa mídia, visto que as formas de visibilidade variam de acordo com o meio.

A visibilidade mediada se “[...] transformou em um meio principal para a articulação e realização das principais lutas sociais e políticas de nossa época” (p.20). Assim, é possível pensarmos escândalo político considerando a visibilidade pública dada a certos fatos e uma relação de poder que é estabelecida a partir de então? Seria isso possível segundo uma teoria social da mídia que a coloca no centro da modernidade, ao propiciar o deslocamento espaço-temporal em oposição a uma interação dialógica de copresença?

Uma importante questão que daí se desdobra é que se tornou menos frequente a aparição física do político diante de seus eleitores ou das pessoas em geral. Já que:

[...] embora os meios de comunicação tivessem criado novas oportunidades para que líderes políticos aparecessem diante de outros de uma maneira e em uma escala inexistentes anteriormente, eles também geraram novos riscos. Em outras palavras, a visibilidade mediada é uma faca de dois gumes. [...] a visibilidade criada pela mídia passa a ser origem de um tipo novo e peculiar de fragilidade (THOMPSON, 1998, p. 14 e 15).

¹⁸ Sem incorrer em anacronismos, mas como um dado curioso de nossa história, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, no livro *Brasil: uma biografia* (2016, p. 304), escrevem sobre o II Reinado, em seção intitulada “Escândalos à vista”: “Dizem que a eficácia de um governante está muito ligada à sua capacidade de sair ileso e ficar distante de qualquer escândalo”.

Nessa chave interpretativa podemos incorporar o estudo de Bernard Manin (1995), que verificou, a partir dos anos de 1970, uma significativa variação na postura dos eleitores, que começaram a votar cada vez mais no candidato, e não no partido. Segundo o autor, a democracia de público possui essa característica, a da personalidade da representação, aproximando-se cada vez mais da democracia parlamentarista da segunda metade do século XIX e se afastando da democracia de partido que ocorreu paralelamente à ampliação do sufrágio.

Embora, no Brasil, essa linearidade temporal não tenha ocorrido integralmente, é cada vez mais significativa a centralidade dos canais de comunicação na relação entre representantes e representados, e a ênfase dada à individualidade dos políticos torna-se um padrão de regularidade, tal como um tipo ideal, que Manin (1995) definiu como parte da democracia de público, com ênfase nas imagens e no entretenimento.

Assim, ao mesmo tempo que os políticos se colocam como pessoas comuns e “vendem” sua integridade e honestidade, esses mesmos atributos, tornados negativos, podem se voltar contra eles, tornando-se uma fenda da vida privada exposta ao público. Como disse Castells (2015, p. 247), “as mensagens, as organizações e os líderes que não têm uma presença na mídia não existem na mente pública”. Para se tornarem visíveis, os atores muitas vezes se rendem às normas reguladoras da mídia. Mas existir na mente pública não é algo dado *a priori* como positivo, pois, dentre outras coisas, eles ficam expostos a escândalos – não qualquer tipo de escândalos, mas, sim, àqueles que Thompson (1998) chamou de “escândalos como evento mediado”, que podem ser descritos como tendo:

[...] uma estrutura e uma dinâmica peculiares: envolvia uma revelação pela mídia de alguma ação ou atividade, antes encoberta, que envolvia a transgressão de certos valores e normas e que, ao ser revelada, provocava expressões públicas de desaprovação e ultraje. [...] A visibilidade mediada não era um comentário retrospectivo sobre um evento escandaloso: ao contrário, ela era parcialmente responsável pela transformação do evento em um escândalo (THOMPSON, 1998, p. 15 e 16).

Assim, o que nos é exposto sob a legenda explícita ou implícita de escândalo político vai depender de uma série de fatores, dentre eles as premissas adotadas pelo meio,

o arcabouço cultural e político sobre o qual se estrutura, ou seja, uma cultura política que, embora multifacetada, integra os mecanismos de construção da hegemonia.

Enxergando os escândalos político-midiáticos como momentos conjunturais críticos, capazes de evidenciar as contradições na *longa duração*, e como chaves analíticas que nos ajudarão a compreender os padrões discursivos de *Veja*, citamos o trabalho de Roberto Grün, “Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade” (2011), que, embora parta de perspectivas de análise fundamentadas em uma sociologia econômica, com abordagem bourdiesiana – um embasamento distinto, portanto, daquele que adotamos neste trabalho –, nos aproximamos de algumas de suas premissas e corolários, especialmente pela epistemologia adotada, que compreende que os escândalos podem fazer emergir mudanças produzidas na *longa duração*, galvanizando tendências em gestação. Assim, o estudo sistemático de sua ocorrência, bem como das reações dela derivadas podem ser “[...] bons pontos de entrada para a interpretação da dinâmica social em sua generalidade” (GRÜN, 2011, p. 02).

O autor ainda afirma que “eles podem ser vistos como instrumentos de conservação da ordem social, que tendem a congelar ou transformar apenas marginalmente a distribuição de capitais na sociedade” (GRÜN, 2011, p. 03). Mas e se transpormos a dimensão do mercado financeiro, trabalhada pelo autor, para o nosso objeto de pesquisa, a constituição de um projeto político-midiático pela revista *Veja*?

Vemos que ainda assim é possível perseguir a compreensão dos mecanismos que fomentam a eclosão e o desenvolvimento de escândalos político-midiáticos. E que, em “certos casos, eles começam com uma crítica geral a um comportamento ou episódio, totalmente compartilhada pela sociedade, mas depois se transformam em disputas entre dois padrões de moralidade ou de conduta” (GRÜN, 2011, p. 03) – servindo possivelmente à conservação de uma determinada ordem.

Assim, para Grün (2011, p. 11), os escândalos políticos nos ajudam a entender os mecanismos de controle¹⁹ e de mudança social de forma mais geral, mas especificamente por revelar grupos esquecidos; mas também a dinâmica do espaço social das elites, revelando as sucessões geracionais internas e como, por vezes, combatem setores estabelecidos discordantes e setores desafiantes, evidenciam tendências “[...] de fazer

¹⁹ Grün (2011) destaca que os criadores de escândalos podem até ter algum controle sobre a sua eclosão, mas não sobre seus desdobramentos.

coincidir a opinião das elites com a ‘opinião pública’” (GRÜN, 2011, p.13). Trata-se de uma interpretação à semelhança das de Almeida (2011) e Thompson (1998; 2002), sendo que este último destaca que o escândalo político varia de caráter e frequência e tem íntima ligação com o contexto socio-histórico e institucional e é capaz de incidir nas seguintes relações sociais:

i) no âmbito da esfera política profissionalizada, pois determinados personagens relacionados ao dito escândalo político podem se sentir compelidos a dar respostas públicas sobre o tema abordado, ou mesmo ao seu comportamento individual, se o caso assim suscitar;

ii) no âmbito da construção de uma narrativa sobre temas e personagens compartilhada pelos membros da comunidade política – pessoas no geral e receptores em potencial – no cotidiano. Ou, como diz Grün (2011, p. 09), a “[...] repetição de escândalos das mais diversas origens nos acostumam com essa forma de apresentar problemas, situações e operadores da construção dos fatos”;

iii) no âmbito da criação de uma caixa de ressonância, na medida em que o fato social – escândalo político – é reverberado por outros veículos midiáticos;

iv) em uma mudança na cultura jornalística e um apreço à busca por verdades ocultas, pondo, sem dúvida, a vida privada em colisão, sendo que “a revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães do interesse público” (THOMPSON, 2002, p. 60);

v) em uma mudança na cultura política de forma mais ampla, no que se refere à fragilização dos laços de solidariedade entre as classes sociais e os partidos políticos, fazendo com que estes últimos busquem o apoio de uma gama maior de eleitores em diversos estratos. Tal condição levaria à criação de um tipo de solidariedade permeada pela suposta confiabilidade dos políticos, e o escândalo político passaria a ser um teste de credibilidade para esse tipo de política de confiança. Nesse sentido, escândalo gera escândalo, e, como “cada escândalo concentra ainda mais o foco na credibilidade e confiabilidade dos líderes políticos” (THOMPSON, 1998, p.19), isso pode gerar um efeito cumulativo que pode ser incorporado ao ciclo eleitoral. Ou, como disse Castells (2015, p. 305), “a prática da política de escândalos representa o mais alto nível de desempenho na estratégia de produzir um efeito de afeto negativo”, mas a “ironia é que, à medida que a mídia desempenha seu papel na propagação de escândalos e deslegitimação das instituições, ela enfrenta o risco de perder a própria legitimidade frente a seu público” (p. 346);

vi) politização das questões de caráter, de moral, em que cada um tenta obter capital político no ato de desonrar o outro. E “quanto mais nossa vida política se oriente para as questões de caráter e confiança, maior será a importância que daremos àquelas ocasiões em que a confiabilidade de líderes políticos é questionada” (THOMPSON, 1998, p. 18).

A produção de escândalos acaba fomentando um tipo de mídia que, segundo Castells (2015, p. 249), “seleciona como alvo públicos de ideologias específicas, interessados em ter suas ideias confirmadas e não de serem informados por fontes alternativas”, e a fidelização desse público passa por um denominador comum: a transformação das *hard news* em *soft news* a partir da lógica do *infoentretenimento*, que mistura linguagem esportiva, narrativas de sexo, violência e intriga paralelamente às narrativas de salvação nacional.

Essa transformação contém os seguintes elementos: personalização na instrumentalização do caráter e da reputação (MANIN, 1995), ou, como disse Thompson (1998), de politização moral; sensacionalismo; e espetacularização – gerando uma dramatização da política banhada por histórias de sucesso, uma técnica eficiente no que diz respeito ao processamento e armazenamento na memória das pessoas.

Nesse sentido, Castells (2015, p. 256) afirma que

As empresas de mídia adoram histórias de sucesso improvável. Quanto mais uma figura política se enquadrar em uma moldura de celebridade, mais fácil é para a mídia incorporar notícias sobre ela sob a forma do cada vez mais popular *infoentretenimento*. No entanto, as molduras de “história de sucesso” são comumente invertidas, já que narrativas de imagens destruídas são tão suculentas quanto os contos de fada de triunfos improváveis.

Além desses elementos, a empiria, segundo Grün (2011) indica que para a concretização de escândalos é necessário um processo de agendamento da mídia, que responde por uma técnica de produção de agenda.

Assim, a empresa de mídia acaba por instrumentalizar os escândalos como uma arma política para sustentar seus próprios interesses, ou o que chamamos de projeto político-midiático, fazendo com que a política de escândalos seja inseparável da política da mídia em um “fluxo contínuo de escândalos de tipos diferentes e com níveis diferentes de provas tecendo o fio com o qual as ambições políticas são realizadas ou condenadas pela geração de imagens na mente dos cidadãos” (CASTELLS, 2015, p. 304).

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. Suas diversidades e contrastes são as aparências dessa aparência organizada socialmente, que deve ser reconhecida em sua verdade geral. Considerado de acordo com seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana – isto é, social – como simples aparência (DEBORD, 1997, p. 16).

Em seu monopólio de aparência, o espetáculo opera em uma divisão do que é mau e do que é bom, de forma maniqueísta e amparada por uma suposta racionalidade técnica que se faz indiscutível no plano do debate público, tendo como um dos seus principais instrumentos o sensacionalismo (CASTELLS, 2015), ou o escandalismo, nos termos de Bobbio (2015). Sobre isso, diz Antonio A. C. Rubim (2001, p.2):

[...] uma reflexão que deseje enfrentar verdadeiramente o problema da espetacularização da política em uma contemporaneidade estruturada em rede e ambientada pela mídia não pode deixar de reconhecer que o recurso à emoção, à sensibilidade, à encenação, aos ritos e rituais, aos sentimentos, aos formatos sociais, aos espetáculos. Em suma, a tudo aquilo que, em conjunto com o debate e a argumentação racional, conformam a política.

2.1.3 Díades antitéticas na constituição dos projetos políticos

A unidade de análise dessa pesquisa limita-se ao discurso político-midiático de *Veja* entre os anos 1985-2016, tendo como hipótese orientadora a de que a produção dos escândalos políticos por parte da revista se dá *pari passu* aos valores e às estratégias de ação contidas em seu próprio projeto político-midiático, que é ao mesmo tempo liberal e conservador e que foi erigido nos estertores da ditadura civil-militar brasileira.

A operacionalização analítica do discurso político-midiático de *Veja* – descrita no capítulo 3 – está amplamente alicerçada no conceito de pacotes interpretativos de Gamson e Modigliani (1989), mas como nossa hipótese é a de que um projeto político-midiático é potencialmente capaz de instaurar fundamentos de *longa duração* em uma produção discursiva em processos de construção hegemônica, faz-se necessário o estabelecimento de um conceito de projeto político, e especificamente de projeto político-midiático, como um instrumento analítico capaz de conciliar modelo e observação e a nortear a execução da pesquisa. Para tanto, nos orientaremos pelo entendimento de Laclau e Mouffe (2015 p. 35), de que as relações de hegemonia no campo empírico da articulação política

(MOUFFE, 2015) partem de uma concepção do social como um espaço *discursivo* (grifo dos autores). Calçados em uma perspectiva enraizada na matriz gramsciana, os autores descreverão duas condições que possibilitam a hegemonia: uma no nível das relações e a outra referente à construção de um sujeito hegemônico.

Quanto a essa primeira condição, Laclau e Mouffe (2015, p. 39) reavivam a dimensão de indecidibilidade estrutural de Derrida, em que as decisões, no que tange à hegemonia, não são tomadas em um campo determinado estruturalmente, mas governando por indecidíveis²⁰, ou seja, termos ambíguos em polos mutuamente excludentes e não elimináveis. Assim, sem essa indeterminação, rearticulações hegemônicas ficariam impossibilitadas, e no limite, segundo os autores, o próprio exercício da política como atividade autônoma, em sua multiplicidade e concretude (MOUFFE, 2015). Estaríamos, portanto, diante de articulações contingentes convergindo com elementos originários não predeterminados, pois há deslocamentos estruturais ao longo do tempo que são intensificados no capitalismo contemporâneo.

A respeito da segunda condição, os autores retomarão uma discussão clássica na filosofia política, aquela entre universalismo e particularismo, mas, antes de apresentarem uma reflexão própria acerca da inegável dimensão universalista da hegemonia, dirão sobre as suas distinções: há uma relação com o contratualismo hobbesiano, pois o ato de vinculação transforma a identidade dos sujeitos hegemônicos; e com a noção hegeliana de “classe universal”, pois sempre há especificidades; com a concepção marxista de uma classe universal ontológica, baseada no proletariado, por não estar o fim do Estado e da política no horizonte – neste ponto, relacionado mesmo com Gramsci que, embora tenha entendido que o papel dirigente da classe trabalhadora não poderia estar vinculado somente aos seus interesses corporativos, mas a uma aliança de classes, ainda assim trata de interesses setoriais pré-constituídos como um princípio unificante em toda formação hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 131 e 134).

²⁰ Reproduzimos aqui a nota dos tradutores (p. 48 e 49) sobre essa terminologia de Derrida por entendermos que ela nos ajuda a elucidar o pensamento dos autores: “Pelo neologismo ‘indecidíveis’ (como substantivo) deve-se entender, à luz de Derrida, os polos de uma oposição ou as possibilidades de significação de um dado termo/conceito num dado sistema de pensamento ou texto, que se apresentam como mutuamente excludentes, ao mesmo tempo que um dos polos governa ou subjuga o outro, ocultando precisamente o momento em que tal ato se deu. Ao mostrar que um determinado termo possuía um sentido que, se incorporado ao texto ou sistema, implodiria, Derrida procura dar conta de dois movimentos fundamentais: primeiro, o de que o sentido predominante deste termo é contingente; segundo, que não se trata de escolher entre um e outro, ou realizar uma inversão de ‘baixo para cima’, mas de jogar com a ambiguidade e a subversão que os dois ‘lados’ da oposição permitem. Trata-se assim de mostrar que ‘em si’ os sentidos/limites possíveis de um termo ou sistema são indecidíveis e que todo arranjo estável que venha a prevalecer já terá sido o resultado de uma decisão que não estava de modo algum dada nos termos da relação existente entre aqueles. Assim, não se trata da impossibilidade de decidir – sempre há decisão –, mas de derivar uma decisão como exigência lógica de uma configuração estrutural ou de uma relação entre dois termos/sentidos/sistemas, de postular uma ligação não contingente (e, portanto, reversível e questionável) entre um termo e seu sentido, entre um sistema e seus elementos constituintes”.

A universalidade específica inerente à hegemonia, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 39), decorreria, portanto, da “[...] dialética específica entre o que chamamos de lógica da diferença e lógica da equivalência [em que] os atores [ocupariam] posições diferenciais nos discursos que constituem o tecido social”, operando em universalizações de particularidades (não apenas justapostas, mas mediadas) em contraponto à “[...] expectativa ilusória de uma vontade coletiva homogênea e absolutamente unitária” (p. 52).

Trata-se, portanto, de uma universalidade *contaminada*, pois: “(1) ela vive nesta tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade; (2) sua função de universalidade hegemônica não é uma conquista definitiva, mas, ao contrário, é sempre reversível” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 41). Mas, além de ser uma universalidade *contaminada*, ela depende das fronteiras internas à sociedade e de esses limites serem objetivamente antagonísticos, ancorados no conflito e no dissenso, sendo esse um elemento fundamental da democracia (MOUFFE, 2011, p. VIII). Essa seria a caracterização do *político* para Mouffe (2011, p. 8): um espaço de disputa antagonística por poder e que se relaciona ontologicamente à formação da sociedade sob a qual está disposto, enquanto a *política* seria o conjunto de práticas e instituições sob as quais as práticas políticas empíricas operam, em um contexto conflituoso. Sloterdijk (1999) enxerga o processo histórico como uma sucessão de convívios forçados, assim, à luz de Chantal Mouffe (2015), podemos pensar que viver juntos é estar sempre em conflito potencial.

Nesse sentido, dicotomias como direita/esquerda não deixariam de existir por duas razões relacionadas: uma delas é que as questões políticas não podem ser simplesmente resolvidas a partir de um parecer técnico, um saber racional, mas sempre envolvem visões conflitantes (de Carl Schmitt, Mouffe retira a reflexão de que todo consenso se baseia em atos de exclusão); a outra é que a diferença e a pluralidade devem ser sempre constitutivas de uma *política* democrática, de um confronto democrático, e a sacralização do consenso, ao invés de “[...] criar as condições para a reconciliação da sociedade, leva ao surgimento de antagonismos que uma perspectiva agonística, ao oferecer a esses conflitos uma força legítima de expressão, teria conseguido evitar” (MOUFFE, 2011, p. 4).

Chegamos assim a mais um conceito trabalhado por Mouffe (2011), o agonismo, que não pretende eliminar a oposição nós/eles, mas, sim, em propor que se deixe de encarar qualquer posição contrária como inimiga (em referência à relação amigo/inimigo

de Schmitt) e que se passe a considerá-la como adversária²¹ política. Sendo que isso só é possível se não houver uma ameaça à minha existência.

Para constituirmos uma política democrática pluralista não é necessário eliminarmos o conflito e a divisão, mesmo porque, além de ser empiricamente impossível abandonar todas as nossas particularidades, ainda que tal feito seja concretizado, paradoxalmente a pluralidade se esvai.

Concebida dessa maneira, a democracia pluralista se torna um “ideal autorrefutável”, porque o momento exato de sua realização coincidiria com sua desintegração. É por isto que ressaltamos que é vital à política democrática reconhecer que toda forma de consenso é o resultado de uma articulação hegemônica, a qual sempre tem um “exterior” que impede sua plena realização (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 46).

Assim, a proposta de Mouffe (2011, p. 18) é de neutralização do antagonismo potencial a partir do estabelecimento de “[...] algum tipo de vínculo comum entre as partes em conflito” – do antagonismo para o agonismo.

Considerando que no *político* sempre estará presente a dimensão do conflito, retomamos a questão inicialmente posta por Laclau e Mouffe (2015) acerca das relações de hegemonia que são sempre travadas em um campo de indeterminação estrutural, embora busquem estabelecer algum tipo de ordenamento – que exclui tantas outras possibilidades – em um contexto de contingência (MOUFFE, 2011, p. 16 e 17). Estamos, portanto, diante de “[...] um conflito entre projetos hegemônicos opostos que jamais pode ser acomodado racionalmente” (MOUFFE, 2011, p. 20), pois, segundo leitura de Lopes e Mendonça na apresentação de *A razão populista* (LACLAU, 2013, p. 10), “[...] não há estruturas fixas que estabeleçam de forma definitiva a significação, mas apenas estruturações e reestruturações discursivas”.

Para Laclau (2013) o discurso não se resume a falas e/ou textos, mas às relações capazes de constituir hegemonias em certas fronteiras políticas em um ordenamento simbólico (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 43) – assim, novas hegemonias requerem novas fronteiras políticas e novos ordenamentos simbólicos. Portanto, é pelo conceito de hegemonia, e de sua validade operativa, que buscamos pensar as configurações sociais histórica e geograficamente localizadas, especificamente no que tange à formulação de

²¹ Mouffe (2011, p. 20) rechaça qualquer aproximação do conceito de adversário com o discurso liberal, que o entende como competidor em um terreno neutro.

projetos políticos que têm como expressão nuclear a própria hegemonia (inspiração vinda de Gohn e Bringel, 2014), materializando um tipo de fazer histórico que contém contradição.

A universalidade *contaminada* (LACLAU; MOUFFE, 2015) – em tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade – demanda um processo de identificação, do estabelecimento de vínculos em comum, operando universalizações de particularidades. E durante esse processo manifestações discursivas são engendradas, dado que “[...] as articulações político-hegemônicas criam retroativamente os interesses que pretendem representar” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 39).

Nossa hipótese de delimitação do conceito de projeto político tem na hegemonia sua práxis em um nexos dialético entre a indeterminação da estrutura e as formas ideológicas materializadas na conjuntura, tendo em vista que os consensos são sempre temporários, mas com fundamentos de *longa duração*, já que as concepções de mundo que se tornam dominantes (FERREIRA, 1986) são um sistema de organização de condutas calcado em uma cultura política difundida (dialeticamente) ao longo do tempo.

Não se trata, portanto, de projetos de governo, pois estes estariam muito mais orientados para a *política* descrita por Mouffe (2011), das práticas políticas empíricas; mas, sim, de projetos políticos filiados ao *político* como “[...] atos de instituição da hegemonia” em um contexto de antagonismo.

Assim, sistematizamos inicialmente que um projeto político é possuidor de duas dimensões constitutivas:

1. fundamentos: seus valores nucleares, ideias estruturantes, interesses específicos, sob as quais as diretrizes e os sentidos da ação serão orientados;
2. instrumentos: estratégias e formas de atuação visando um posicionamento que se pretende hegemônico, voltado para a ação, para a práxis. No caso específico do projeto político-midiático, a disputa por hegemonia se dá no nível do discurso e em como ele é capaz de operar díades – ou impregnações de contrários – a fim de materializar-se em concepções de mundo.

As forças históricas dispersas e fragmentadas (LACLAU; MOUFFE, 2015) do período de transição – ainda com um adicional de instabilidade e incerteza que o cenário político-institucional impunha (O’DONNELL, 1991, p.29) – configuraram um momento de crise orgânica em que a ação histórico-política estava às voltas entre a renovação e a restauração, na dialética de transformação e conservação (GRAMSCI, 1968). Sendo esse um momento propício para a formação de diferentes posicionamentos, e, considerando as

dimensões constitutivas de fundamentos/instrumentos, destacamos as disputas hegemônicas travadas entre o projeto *conservador-liberal* e o *progressista-popular*, ambos fundamentais para o entendimento do projeto político editorial de *Veja*.

De forma semelhante aos indecíveis de Derrida, termos ambíguos em polos mutuamente excludentes e não elimináveis, as díades contidas nesses projetos políticos, embora antitéticas, possuem algum grau de inclusividade oferecido pelas fronteiras políticas do ordenamento simbólico (LACLAU; MOUFFE, 2015) em que estão inseridas. Como disse Braudel (1972), constituem-se como forças antagonistas e complementares, ou seja, não há como entender um desses projetos de forma isolada.

Assim, cada projeto político possui uma rede discursiva político-ideológica que lhe é característica, e o entendimento de seu sentido e permanência, com continuidades e descontinuidades, será buscada através da observação e sistematização dessas díades, ou impregnações de contrários (FERREIRA, 1986, p. 14), no discurso político-midiático da revista *Veja*.

Assim, a princípio estabelecemos as seguintes díades como possibilidade investigativa, pensando-os tal como Bobbio (1994) buscou compreender a direita e a esquerda, como metáforas temporais diametralmente opostas, mas que estabelecem também uma relação dialética entre si. Outro exemplo dessa operatividade é que, para Azevedo (2017), a disputa ideológica entre direita e esquerda no Brasil se dá no campo das teses liberais de um lado e das desenvolvimentistas de outro.

3. O ESTUDO DOS ESCÂNDALOS POLÍTICO-MIDIÁTICOS

Quando falam, sei lá, de um incêndio ou de um acidente de carro, evidentemente não podem dizer o que acham daquilo. Então inserem no artigo, entre aspas, as declarações de uma testemunha, um homem comum, um representante da opinião pública. Pondo-se aspas, essas afirmações se tornam fatos, ou seja, é um fato que aquele sujeito tenha expressado tal opinião. Mas seria possível supor que o jornalista tivesse dado a palavra somente a quem pensasse como ele. Portanto, haverá duas declarações discordantes entre si, para mostrar que é fato que há opiniões diferentes sobre um caso, e o jornal expõe esse fato irretorquível. A esperteza está em pôr antes entre aspas uma opinião banal e depois outra opinião, mais racional, que se assemelhe muito à opinião do jornalista. Assim o leitor tem a impressão de estar sendo informado de dois fatos, mas é induzido a aceitar uma única opinião como a mais convincente.

Umberto Eco, *Número Zero* (2015, p. 55 e 56)

3.1. Sobre o método

Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar
(BARDIN, 2011, p. 20).

O interesse no estudo sistemático da revista *Veja* desde meados dos anos 1970 se deve à premissa de que possuem um consistente projeto político-midiático, com fissuras se acentuando em determinados momentos de crise orgânica (GRAMSCI, 1968), mas possuidora de uma rede discursiva político-ideológica capaz de disputar hegemonia.

Nesse sentido, entendemos que um estudo de caso da revista *Veja* se justifica a partir da dupla definição de Yin (2009, p. 39 e 40), as quais reproduzimos abaixo, como diretivas:

[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes [...]. A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidências, com os dados precisando convergir de maneira triangular e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados.

Assim, a metodologia de estudo de caso no que se refere ao nosso objeto de pesquisa – a produção dos escândalos políticos por parte da revista *Veja*, a sua relação com os projetos políticos em disputa e a constituição de seu próprio projeto político-midiático – tem pertinência primeiro por salientar a importância do contexto (lembrando que a hegemonia calcada no contexto histórico e na cultura política é fator fundamental na formação do bloco histórico) e da profundidade, o que dialoga com os movimentos orgânicos, de longa duração, e os processos conjunturais.

Ou ainda:

O conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante, não apenas quando existe ou falta “objetividade” e/ou “imparcialidade”, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (uma “estrutura profunda”) que são ativados pelos jornalistas, nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular (HACKETT *apud* PORTO, 2004, p. 76).

Pois não estamos falando de *manipulação*, mas de *influência* (WOLF, 2012).

O segundo ponto que nos interessa diz respeito às proposições teóricas anteriormente desenvolvidas, e aqui retomamos uma das justificativas trazidas por Robert K. Yin (2009, p. 71) para o uso do método de estudo de caso único²², quando “[...] ele representa um caso crítico no teste de uma teoria bem-formulada”, ou seja, quando, no escopo de uma teoria significativa, o estudo pode vir a confirmá-la, desafiá-la ou ampliá-la, a partir das proposições feitas em uma determinada circunstância. Assim, o estudo de caso crítico pode representar uma contribuição relevante para a formação do conhecimento e da teoria em futuras investigações do campo investigativo em questão, sendo base para explicações e generalizações significativas²³ (YIN, 2009, p. 27).

Contudo, como o próprio autor diz, todo método ou técnica de pesquisa possui pontos fortes e limitações. Para o estudo de caso, a armadilha é a de diminuir o rigor

²² Em nosso caso não se trata de um estudo de caso múltiplo, apesar de ambos integrarem a mesma estrutura metodológica, mas de um estudo de caso único, pois aborda a produção discursiva de apenas um meio de comunicação de massa. Ver mais em Yin (2009).

²³ A elucidar essa questão, Yin (2009) traz o exemplo do estudo de caso crítico realizado por Graham Alisson sobre a crise dos mísseis em 1962, que nos ajudou a compreender o contexto internacional de início da Guerra Fria. Somado a esse exemplo, trazemos o estudo realizado por Norbert Elias sobre a biografia de Mozart e como, a partir desse caso individual, foi possível “[...] entender a relação entre a arte, a burguesia e a nobreza do seu tempo, bem como o nascimento do artista como uma figura autônoma” (CANO, 2012, p.108).

metodológico em face das múltiplas variáveis de interesse e fontes de evidência que essa abordagem do objeto de pesquisa pode conter. Mas, ao mesmo tempo, Yin (2009) nos mostra como esse risco pode ser minimizado, a saber: pela escolha da unidade de análise; pela integração com subunidades, caso elas surjam; pelo encadeamento de evidência; e pela adoção da triangulação metodológica, que pode combinar dados qualitativos e quantitativos. Isto considerado, o estudo de caso se torna um método abrangente, capaz de englobar a lógica do projeto de pesquisa, as técnicas de coleta de dados e as abordagens relativas à análise desses dados.

Para fins deste doutoramento, optamos por levar à risca a recomendação de Yin (2009), estabelecendo como passos metodológicos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e o uso do conceito de pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que busca os núcleos de sentido dos conteúdos.

Para Bardin (2011, p. 36) a análise de conteúdo pretende ser bastante empírica, mesmo porque usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos da mensagem (BARDIN, 2011, p. 44 e 45). A partir dessa concepção empreenderemos o nosso primeiro tratamento analítico do *corpus* estudado ao estabelecer índices formais, para nos ajudar com as formas predominantes do texto-objeto, ou a saliência relativa de tópicos da agenda noticiosa, tal como trata McCombs (2004), enumerando a frequência ou o número de ocorrências (medida quantitativa) das edições dedicadas a cada um dos escândalos, e também dos tipos de conteúdo jornalísticos²⁴, se:

1. reportagem de capa (RPC): quando o conteúdo tem mais visibilidade e é trabalho imagetivamente de forma intensa;
2. reportagem (RP): conteúdo de viés noticioso, podendo variar entre mais descritivo ou investigativo, sem a exclusão necessária de argumentos opinativos;
3. editorial (ED): posicionamento ideológico da empresa jornalística;
4. coluna (C): diferentemente do editorial, é possível distinguir com clareza que o produtor do conteúdo é um jornalista ou convidado, e aquele espaço é destinado à sua opinião, que pode coincidir com a opinião do grupo editorial e, em geral é mais direto e polêmico;
5. entrevista (EN): espaço cedido a atores diversos, por vezes para ter uma corroboração técnica ao que vem sendo tratado pela mídia em questão;

²⁴ Destacando que não farão parte de nosso *corpus* as cartas dos leitores.

6. radar (RD) – notícias e/ou análises curtas e diversificadas, reunidas em uma única página em pequenos parágrafos. Em outros momentos esse tipo de conteúdo jornalístico será nomeado pela própria revista como “Panorama”, “Veja Essa”, “Holofote” e “SobeDesce”.

Tal mensuração é importante, pois, como dizem Gamson e Modigliani (1989, p. 02), um discurso público não é único, mas um conjunto de discursos que interagem de formas complexas na vocalização do especialista, do colunista, do editor etc.

Contudo, nosso objetivo não se abrevia na quantificação dessa realidade, mas está orientado, sobremaneira, no entendimento da *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção* (BARDIN, 2011, p. 44 e 45), em outras palavras, em como consensos temporários são formados discursivamente e se articulam com o plano sincrônico do próprio texto. Lembrando que os consensos são sempre temporários, mas carregam fundamentos de *longa duração*, já que as concepções de mundo que se tornam dominantes (FERREIRA, 1986) são um sistema de organização de condutas calcado em uma cultura política difundida (dialeticamente) ao longo do tempo.

Essa foi a motivação que orientou nossa seleção temporal – a análise dos escândalos políticos discursivamente trabalhados pela revista *Veja* entre 1985 e 2016. Ressaltando que uma “[...] visão longitudinal do comportamento da mídia em nosso sistema político” (AZEVEDO, 2017, p. 25) permite que entremos em contato com tendências e linhas de continuidade ao longo das oscilações conjunturais. Isto porque a gramática da imprensa escrita favorece uma “[...] argumentação mais linear, discursiva, aprofundada e sequenciada das notícias e temas em debate” (AZEVEDO, 2017, p. 28).

Assim, nosso material empírico foi selecionado a partir de uma lista²⁵ (anexo) elaborada pela própria revista com o nome do escândalo e ano de eclosão (sendo que *corpus* foi selecionado a partir de palavras-chave inseridas no buscador do próprio acervo da revista e advindas de uma contextualização de cada escândalo).

Consideramos para tal estudo a relevância social, política e midiática de cada escândalo em sua capacidade de elucidar momentos conjunturais críticos em um cenário

²⁵ Tal lista foi obtida no site Rede de Escândalos, até então mantido pela revista *Veja*, mas que foi tirado do ar ainda no 1º semestre de 2017. Contudo, achamos por bem manter essa lista, apresentando uma breve descrição de cada um dos escândalos no anexo deste trabalho. Esse cuidado nos ajudará a justificar a escolha dos cinco escândalos. Seguem aqui os links visitados:

<http://veja.abril.com.br/brasil/rede-de-escandalos-perfila-os-protagonistas-dos-maiores-casos-de-corrupcao-da-politica-brasileira/>. Acessado: abr. 2017.

<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/>. Acessado: abr.2015.

de disputa hegemônica. Será, portanto, um estudo sobre escândalos representativos de cada governo, de dimensões nacionais, para efeito comparativo, sendo eles:

1. *Ferrovia Norte-Sul* (1987) – governo Sarney

Palavras-chave: Ferrovia. Norte-Sul. Valec.

2. *Caso Collor* (1992) – governo Collor

Palavras-chave: PC Farias; Pedro Collor; impeachment, CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

3. *Compra de votos para a reeleição* (1997) – governo FHC

Palavras-chave: Reeleição; Ronivon Santiago; João Maia; CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito); compra de votos; Geraldo Brindeiro.

4. *Escândalo do mensalão* (2005) – governo Lula

Palavras-chave: Lula; Mensalão; Roberto Jefferson; Correios; Delúbio Soares; Silvio Pereira; Duda Mendonça; José Dirceu.

5. *Petrolão* (2014) – governo Dilma

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Petrolão; Paulo Roberto Costa; Petrobras; João Vaccari Neto; *Lava-Jato*; Sérgio Moro.

Importante destacar que o *Escândalo do mensalão* foi o único a se estender para além do governo indicado, isso porque o julgamento do caso ocorreu apenas em 2012, já no primeiro mandato de Dilma Rousseff, e o fato de esta ser uma sucessora de Lula nos permite ter acesso a uma dimensão discursiva que pode se evidenciar em continuidades ou descontinuidades fundamentais à compreensão da construção de um antilulismo e antipetismo que têm como marco fundamental o *Mensalão*, classificado pela revista *Veja* como o maior esquema de corrupção da história brasileira.

Se, por um lado, foi demasiado relevante estabelecer um critério de mensuração quantitativa do conteúdo, inspirados por Bardin (2011), por outro percebemos a necessidade de um estudo de teor qualitativo por buscar um aprofundamento do sentido do discurso de *Veja*, nos filiando, assim, ao escopo das análises de enquadramento, por ser “[...] heurísticamente rica e bastante maleável” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 187).

O conceito de enquadramento, inicialmente trabalhado por Goffman no que tange à compreensão de quadros de sentido no interior de situações concretas, foi se modificando ao longo das trajetórias de pesquisas, da psicologia à microssociologia,

passou também a ser operacionalizado no âmbito das análises de conteúdo discursivo, buscando as saliências de seus enunciados (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191). Aplicada à agenda midiática, um enquadramento é “[...] a ideia central que organiza o conteúdo noticioso, que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata, através do uso de *seleção, ênfase, exclusão e elaboração*” (TANKARD et al. apud PORTO, 2004, p. 137), ou seja:

Enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-lo mais saliente num contexto comunicativo, de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN apud MCCOMBS, 2004, p. 137).

O enquadramento tem o papel de organizar o pensamento, de criar um padrão integrado, formatando como pensamos os temas públicos em “esquemas de interpretação” (MCCOMBS, 2004, p. 140), “[...] convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193) com base em uma perspectiva dominante do objeto. Nesse sentido, como destaca Porto (2004), a partir de Tankard, o conceito de enquadramento pode ter uma proximidade empírica com o de hegemonia gramsciano, revelando-se como “[...] importantes instrumentos de poder” (PORTO, 2004, p. 79).

O conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa sobre qual interpretação prevalecerá na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas. O conceito permite ainda ressaltar como estas controvérsias se desenvolvem, não através da apresentação de “fatos” ou “informação”, mas sim através de interpretações que são utilizadas para avaliar estes eventos ou temas políticos (PORTO, 2004, p. 93).

Corroborando tal apreciação, dirá Fernando Azevedo (2004, p.57):

[...] a mídia é capaz de estruturar e organizar imagens, ao mesmo tempo contingentes e permanentes, tanto no plano sociológico (construção social da realidade e padrões de sociabilidade), como político (formação da opinião pública e escolha eleitoral).

Nesse sentido, a compreensão da estrutura narrativa de determinados conteúdos discursivos adquire uma importância central na construção de nossa democracia, especialmente no caso da revista *Veja*, tida por nós como uma instituição paradigmática (THOMPSON, 1998) por possuir bases privilegiadas para o exercício do poder simbólico em articulações hegemônicas.

Embora extremamente profícuo, e por conta dessa característica, o enquadramento guarda em si o risco de perda de precisão conceitual (MENDONÇA; SIMÕES, 2012), como vaticínio nos orientaremos por um modelo consolidado por Gamson e Modigliani (1989, p. 03), na noção de pacotes interpretativos, que retoma o cerne de “[...] uma ideia organizadora central, ou *frame*, para dar sentido a eventos relevantes, indicando o que está em questão” (tradução nossa)²⁶.

Partindo da distinção feita por Mauro Porto (2004, p. 93) entre enquadramentos noticiosos – centrado nas notícias – e interpretativos – quando há uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, promovidas por atores sociais diversos –, Azevedo (2017, p. 125) dirá que este último se presta a

[...] escrutinar e classificar textos discursivos, como artigos, colunas e editoriais, quando eles são convertidos em pacotes interpretativos (revelam) uma ideia organizadora ou um enredo que produz uma narrativa capaz de oferecer uma interpretação para um problema particular.

Gamson e Modigliani (1989) enxergam as questões políticas como parte de uma disputa simbólica sobre narrativas e interpretações concorrentes, com uma dinâmica e uma lógica próprias, e que é longitudinalmente mutável – algo próximo à ideia de Porto (2004). Essa disputa, para os autores, se dá através de pacotes acessíveis por determinadas culturas, mas que, por fluírem e refluírem constantemente, sendo revisados e atualizados a fim de se acomodarem à emergência de novos eventos, precisam ser devidamente sistematizados e narrados, mesmo porque não se trata de um sentido individualizado, mas coletivizado, na medida em que a mídia se apresenta como uma esfera pública voltada para a construção da opinião pública, se não única, ao menos muito relevante.

Mas como sistematizar esses pacotes interpretativos, já que, embora compartilhem de um mesmo enquadramento – por apresentar uma estrutura interna centralizada –, não

²⁶ “At its core is a central organizing idea, or frame, for making sense of relevant events, suggesting what is at issue” (GAMSON; MODIGLIANI, 1986, p. 03).

há univocidade? O modelo elaborado por Gamson e Modigliani (1989, p. 05, tradução nossa) “[...] trata o conteúdo do discurso como o resultado de um processo de valor agregado (que) [...] postula três grandes classes de determinantes que se combinam a fim de produzir percursos particulares de pacotes: ressonâncias culturais, atividades patrocinadoras, e procedimentos de mídia”²⁷.

As ressonâncias culturais aumentam ou diminuem o apelo de um pacote interpretativo ao fazer suas ideias e linguagem ressoarem em temas culturais maiores em um tom de naturalidade e familiaridade. Nesse sentido, é “[...] importante pensar em temas dialeticamente. Não há tema sem um contra-argumento. O tema é convencional e normativo; o contratema é contraditório e contencioso” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 06) (tradução nossa)²⁸. Pois, se não há uma homogeneização da potência simbólica dos enquadramentos que compõem os pacotes interpretativos, as diferentes ressonâncias culturais nos ajudam a compreender o processo de valor agregado resultante de um conteúdo discursivo que não deixa de estar inserido em uma cultura política que é difundida dialeticamente na *longa duração*.

Além disso, as ressonâncias culturais podem ampliar o efeito das atividades dos patrocinadores e dos procedimentos da mídia por ajuste dessas duas classes de determinantes a conteúdos simbólicos culturalmente estabelecidos.

Por atividades dos patrocinadores Gamson e Modigliani (1989, p. 06) entendem não apenas publicidade e incentivo na promoção de determinado pacote interpretativo, mas veem esses patrocinadores como organizações que empregam “[...] especialistas profissionais cujos trabalhos diários os colocam em contato com jornalistas”, no âmbito dos procedimentos de mídia, que sinteticamente podem ser lidos como os processos de editoração.

Considerando essas três grandes classes de determinantes presentes nos pacotes interpretativos, concordamos com o que afirmam Vimieiro e Maia (2011, p. 08): que “[...] é possível permitir um certo nível de controvérsia mesmo entre aqueles que compartilham um mesmo *frame*, já que a ideia central está sempre presente. Sendo assim, os pacotes implicam uma faixa de posições mais do que um único grupo fechado de símbolos”.

²⁷ “[...] treats the content of the discourse as the outcome of a value-added process [...] The model postulates three broad classes of determinants that combine to produce particular package careers: cultural resonances, sponsor activities, and media practices” (GAMSON; MODIGLIANI, 1986, p. 05).

²⁸ “It is useful to think of themes dialectically. There is no theme without a countertheme. The theme is conventional and normative; the counter- theme is adversarial and contentious” (GAMSON; MODIGLIANI, 1986, p. 05).

Essa faixa de posições, ainda que possa ser resumida em uma matriz de assinatura, pode agregar diferentes dispositivos de enquadramento e diferentes dispositivos lógicos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 03 e 04). Os dispositivos de enquadramento sistematizados são:

1. metáforas: quando por analogia há a substituição de um ou mais termos por outros em sentido semelhante;
2. modelos ou exemplos históricos extraídos de ensinamentos – poderíamos entendê-los como tradições;
3. slogans: frases de efeito, bordões, expressões concisas;
4. descrições: quando há um relato sobre o fato e/ou personalidade;
5. imagens visuais, por exemplo, ícones.

Os dispositivos lógicos seriam vistos em causas, consequências e normas de teor moral.

Em suma, os pacotes têm êxito no discurso da mídia por meio de uma combinação de ressonâncias culturais, atividades patrocinadoras e um ajuste bem-sucedido com as normas e práticas dessa mídia. A opinião pública influencia indiretamente esse processo através das crenças dos jornalistas, às vezes imprecisas, sobre o que o público está pensando. Muitos jornalistas se posicionam com um pé em cada lado da linha que divide produtores e consumidores de significado. Esses jornalistas – editorialistas, cartunistas, colunistas de opinião e afins – não estão empenhados em construir relatos de acontecimentos puros. Eles observam e reagem aos mesmos relatos da mídia, já parcialmente enquadrados e apresentados em um contexto de significados e que estão disponíveis para outros leitores e espectadores. Em seus comentários sobre uma questão, eles frequentemente tentam articular e cristalizar um conjunto de respostas que eles esperam ou assumem que serão compartilhados por seus públicos invisíveis (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 09, tradução nossa)²⁹.

²⁹ “In sum, packages succeed in media discourse through a combination of cultural resonances, sponsor activities, and a successful fit with media norms and practices. Public opinion influences this process indirectly through journalists beliefs, sometimes inaccurate, about what the audience is thinking. Many journalists straddle the boundary between producers and consumers of meaning. These journalists – editorial writers, cartoonists, opinion columnists, and the like – are not engaged in constructing accounts of raw happenings. They observe and react to the same media accounts, already partly framed and presented in a context of meaning, that are available to other readers and viewers. In their commentary on an issue, they frequently attempt to articulate and crystallize a set of responses that they hope or assume will be shared by their invisible audience”. (GAMSON; MODIGLIANI, 1986, p. 05).

Os pacotes interpretativos formariam, portanto, redes de sentido dialeticamente estabelecidas em um dado contexto histórico, que lhes dão inteligibilidade ainda que o foco seja o próprio conteúdo (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). E, embora possuam inegavelmente uma dimensão sincrônica, longitudinal, focalizar nos ângulos e nas interpretações do conteúdo discursivo a partir do conceito de pacotes interpretativos pode nos ajudar a entender processos de formulação de projetos políticos hegemônicos, segundo Mendonça e Simões (2012, p. 196), em uma dimensão política capaz de relacionar atores, contexto e cultura.

A presença de lideranças políticas no discurso de *Veja*, bem como a forma como são tratadas em relação aos escândalos também são objetivos de nossa pesquisa, tendo em vista que os atores conformam no nosso entendimento uma das dimensões de projeto político. Além do que, para fins de sistematização do discurso político-midiático da revista *Veja*, utilizaremos os diferentes governos federais como uma baliza histórica de identificação inicial dos projetos políticos, já que os escândalos político-midiáticos por ela listados se apropriam dessa mesma marcação.

Nesse escopo, entendemos que vencer um pleito majoritário “[...] tem como resultado o controle do cargo político e de seus recursos pela pessoa que personifica um projeto político (inclusive suas próprias ambições), apoiada por um partido ou coalizão política” (CASTELLS, 2015, p. 258), ou seja, aos presidentes da República é dada a possibilidade de incorporar projetos políticos.

A reforçar essa escolha, destacamos a importância das eleições presidenciais na cultura política brasileira, revitalizando, no período pós-redemocratização, uma tendência plebiscitária de escolha do presidente que remonta a um comportamento historicamente observado quando da modernização do Brasil, na chamada instauração do Estado moderno, e que, segundo Baquero e Gonzalez, se transforma, a partir das eleições presidenciais de 1994, em “[...] um padrão de blocos políticos homogêneos que se materializam de forma clara no segundo turno, caracterizando quase que uma disputa plebiscitária” (2011, p. 378) – algo que será a tônica das eleições presidenciais até pelo menos 2014.

Esse caráter plebiscitário, que tende a opor diametralmente os favoráveis e os contrários a determinando governo ou projeto político (objeto aqui em questão), pode também intensificar a personificação do poder, dando destaque àqueles que podem, por meio de suas virtudes pessoais e incumbências legais, “liderar” um projeto, lembrando que um dos principais dispositivos simbólicos do escândalo é a personalização.

O líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta na vida (WEBER, 1968, p. 44), podendo estar relacionadas ao consentimento ou à tradição. Ele é capaz de transmitir ou mesmo inculcar valores, gerando uma atmosfera em que é portador de um conhecimento superior aos demais. Ora, se a liderança se faz pela transmissão de razões, propostas de ação, ela precisa do discurso para chegar ao cidadão, súdito ou seguidor, é pela palavra e pela simbologia que ela carrega que se faz esse vínculo de aceitação, pois são os receptores da ação da liderança que podem dar sentido ao tipo de dominação por ela exercido – por isso a importância de estudos que se dedicam à análise de discursos políticos em geral, e discursos político-midiáticos em específico.

A tendência de personalização do poder não significa que os partidos tenham perdido a importância, mas, sim, que eles tendem a se tornar instrumentos a serviço de lideranças que invariavelmente podem imprimir uma feição inesperada, de *virtú* associada à *fortuna* (MAQUIAVEL, 1976), à representação política e à configuração das novas relações de poder.

Lembrando que, segundo Manin (1995), o governo representativo teria passado por três metamorfoses, vistas nos seguintes tipos ideais: democracia parlamentar; democracia de partidos; democracia de público – sendo que nesta última os canais de comunicação seriam centrais na relação entre representantes e representados. Essa concepção que dialoga com a afirmação de Azevedo (2004), de que a agenda da mídia é a capacidade de dar visibilidade e proeminência a determinados temas em detrimento de outros num período delimitado. Melhor dizendo, pela *hipótese do agendamento da mídia* é possível afirmar que os meios de comunicação cotidianamente delimitam os temas que devem fazer parte de nossas conversas diárias, de nossas reflexões, ou, mais especificamente, eles podem dizer sobre quais escândalos e lideranças políticas vamos debater, discutir e pensar. “A seleção de notícias é realizada através da ação dos *gatekeepers* (selecionadores) que são os agentes profissionais (jornalistas) que definem a relevância da notícia baseados em critérios de noticiabilidade adotados na rotina produtiva de cada veículo” (AZEVEDO, 2004, p. 62), no escopo dos procedimentos de mídia de que tratam Gamson e Modigliani (1989).

Nesse sentido, além de elencar os escândalos e as lideranças a serem pensadas, os meios de comunicação de massa nos submetem a um processo de hierarquização desses temas e pessoas, de uma atribuição de *status* ou da “[...] saliência crescente de uma pessoa que recebe uma ação intensiva da mídia” (MCCOMBS, 2004, p. 135).

Assim, uma das premissas de nossa pesquisa é a de que, conforme as lideranças políticas identificáveis em cada um dos projetos políticos que foram sendo tecidos durante o intervalo temporal de 1985-2016 se afastam do projeto político-midiático de *Veja*, elas ficam sujeitas não apenas à intensificação quantitativa na produção de escândalos políticos e de sua cobertura, mas também a um enquadramento mais personalista e negativo. Buscaremos, assim, por meio do conceito de pacotes interpretativos, as redes de sentido dialeticamente estabelecidas no discurso político-midiático de *Veja* entre os atores e os partidos políticos envolvidos nos escândalos.

A caracterização dos períodos histórico-culturais relativos aos mandatos presidenciais entre 1985 e 2016 tem como intuito: i) a compreensão da constituição e das disputas em torno de projetos políticos; ii) o entendimento de projetos políticos em uma perspectiva de *longa duração*; iii) a evidenciação do papel das lideranças políticas, especialmente os presidentes da República, nesse contexto.

3.2. Os ovos da serpente da Nova República: o escândalo da Ferrovia Norte-Sul (governo de José Sarney 1985-1990)

José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, é um ator político ímpar da história brasileira, tendo participado direta ou indiretamente de governos anteriores ao dele, mas também dos seguintes, especialmente do governo do presidente Lula. Além de ter mantido inegável hegemonia no estado do Maranhão, a despeito de ter exercido o cargo de senador pelo estado do Amapá entre 1991 e 2015.

Seu governo, exercido pelo PMDB, foi de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990. Ocupando a cadeira da presidência após a inesperada morte de Tancredo Neves, o ex-presidente da Executiva Nacional do PDS (antes Arena), José Sarney, um veterano saído da “bossa nova” da UDN, conseguiu ser reconhecido como aquele que removeu o “entulho autoritário” deixado pelos militares ao convocar uma Assembleia Constituinte para 1986, para então promulgar a nova Constituição em 1988 (SALLUM, 1996).

A remoção inicial desse “entulho” viria através da reforma constitucional de 1985, em que foram estabelecidas eleições diretas em todos os níveis, representação do Distrito Federal no Senado e na Câmara Federal, voto aos analfabetos, liberdade de organização partidária, entre outras medidas (SALLUM, 1996, p. 117).

Os anos 1980 ainda vivenciariam significativas mudanças institucionais, segundo Jairo Nicolau (2010, p. 219 e 220), a saber: a fundação de novos partidos em 1980;

eleições para os governos estaduais em 1982; um novo ciclo de formação de partidos em 1985; e eleições presidenciais diretas em 1989.

Assim, além de ser um período de busca pela afirmação e consolidação democrática, o período de 1985 a 1990 possui a especificidade de ter incorporado à agenda pública o enfrentamento dos problemas macroeconômicos que, a despeito de terem sido conhecidos e reconhecidos ainda no governo Geisel, efetivamente vieram à tona com a abertura democrática.

Partindo da tese de que esse período foi marcado por metamorfoses da agenda pública, Eli Diniz (1999) vai sustentar que, de uma ampliada gama de propostas visando o enfrentamento do problema econômico e a instauração de uma verdadeira ordem democrática, chegou-se a uma proposta minimalista de resolução dos problemas da *pólis* a partir de dois caminhos antagônicos, mas que também compunham a Constituição de 1988: a via da social-democracia e a via neoliberal.

Em meio a esse contexto, no dia 13 de maio de 1987 Jânio de Freitas, em matéria investigativa do jornal *Folha de S. Paulo* intitulada “Concorrência da ferrovia Norte-Sul foi uma farsa” pautará o escândalo da *Ferrovia Norte-Sul*.

Para publicar o “furo investigativo”, ou a “bala de prata” do jargão jornalístico, que desnudava, sem que os envolvidos no escândalo ficassem sabendo, a fraude licitatória na construção da ferrovia de 1.570 km que ligaria Brasília ao Maranhão, Jânio de Freitas e Caio Túlio Costa publicaram a lista de forma codificada, as 18 empreiteiras vencedoras dos 18 lotes de obras estariam nos classificados 05 dias antes do conhecimento público dos vencedores da concorrência, ou seja, antes da Valec – subsidiária da, à época estatal, Vale do Rio Doce e responsável pela supervisão da obra –, presidida por Paulo Vivacqua, e do Ministério dos Transportes, comandado por José Reinaldo Tavares, abrirem os envelopes com as propostas concorrentes.

Este anúncio, tal como foi publicado, mostra grupos de letras em que L significa Lote (o trecho da ferrovia); o número e a maiúscula A ou B identificam o Lote; e as iniciais que se seguem identificam a empresa que sairia vencedora. Agora, confronte-se com este anúncio o resultado oficial da concorrência: Lote 1A, vencedora a Norberto Odebrecht; 2A Queiroz Galvão; 3A, Mendes Jr.; (não existe o lote 4A); 5A, C. R. Almeida; 6A, Serveng; 7A, Egit; 8A, Cowan; 9A, Ceesa.; 1B, CBPO; 2B, Camargo Correa; 3B, Andrade

Gutierrez; (4B não existe); 5B, Constran; 6B, Sultepa; 7B, Construtora Brasil; 8B. Alcino Vieira; 9B, Tratex; 10B, Paranapanema, 11B, Ferreira Guedes³⁰.

Tal esquema de corrupção na concorrência estava orçado em US\$ 2,5 bilhões, segundo a somatória dos descontos em tal publicação codificada e:

O empate nos descontos [...] mostrou que houve não só a divisão prévia da obra entre as empresas, mas também o envolvimento de integrantes do governo no esquema de corrupção, já que o desempate e a definição dos vencedores foram feitos pela Valec e pelo Ministério dos Transportes, atribuindo pontos a cada empreiteira. A concorrência terminou anulada³¹.

Após 30 anos da eclosão do escândalo, o próprio Jânio de Freitas escreveria em sua coluna na *Folha de S. Paulo*:

O governo não teve só as reações esperáveis, como negar irregularidade na licitação. Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares pediu no mesmo dia um processo contra mim pela Lei de Segurança Nacional [...] um ano e 12 dias depois da reportagem, a Folha publicou um artigo em que noticiei o arquivamento do inquérito [...] a concorrência não se desdobrou em contratações. Ficou como se não houvesse existido. Quando o projeto foi retomado, seus dirigentes já eram outros. As grandes empreiteiras que estão na Lava-Jato eram participantes do conluio em torno da Norte-Sul. Se o arquivamento feito pela Procuradoria-Geral da República não houvesse existido, as relações entre as empreiteiras, o Estado e os cofres públicos ou semipúblicos seriam outras nos 30 anos desde a concorrência desmontada³².

No que se refere à produção da revista *Veja*, analisamos as edições veiculadas entre o dia 20/05/1987, edição 976, ao dia 14/03/1990, edição 1121, marcando o fim do mandato de Sarney. O *corpus* empírico foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: *Ferrovia Norte-Sul. Valec.*

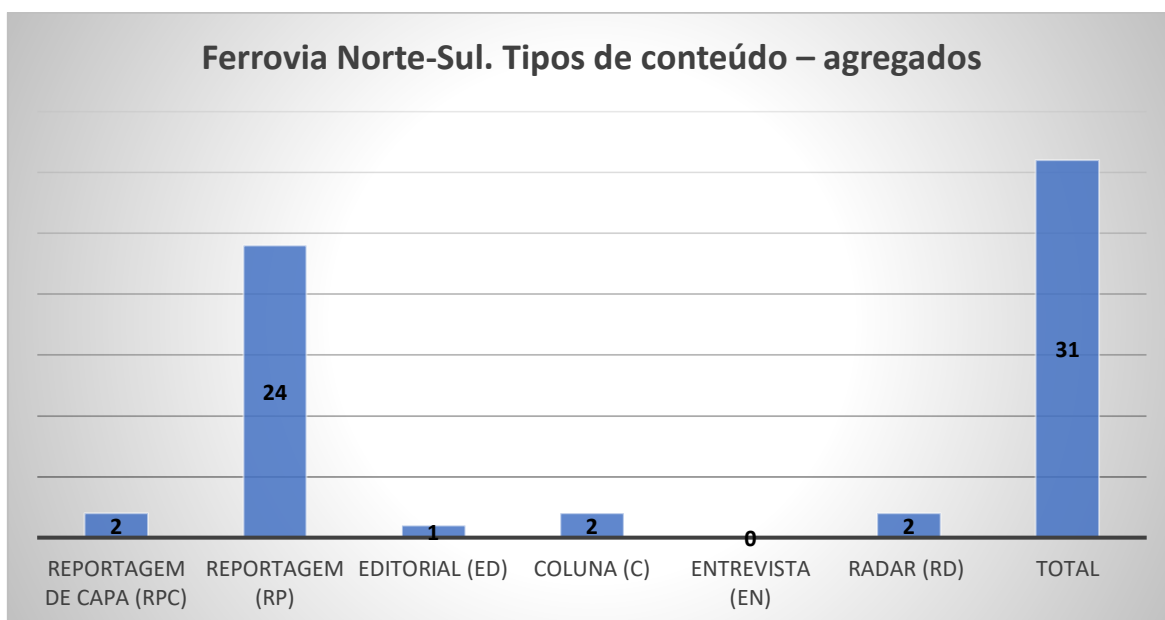
³⁰ http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos_do_jornalismo-03.shtml Acessado: jun. 2017.

³¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/fraude-anulou-licitacao-da-ferrovia-norte-sul-em-1987-15761445#ixzz4kkN611y> Acessado: jun. 2017.

³² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883699-escandalo-da-concorrenca-na-ferrovia-norte-sul-completa-30-anos.shtml> Acessado: jun. 2019.

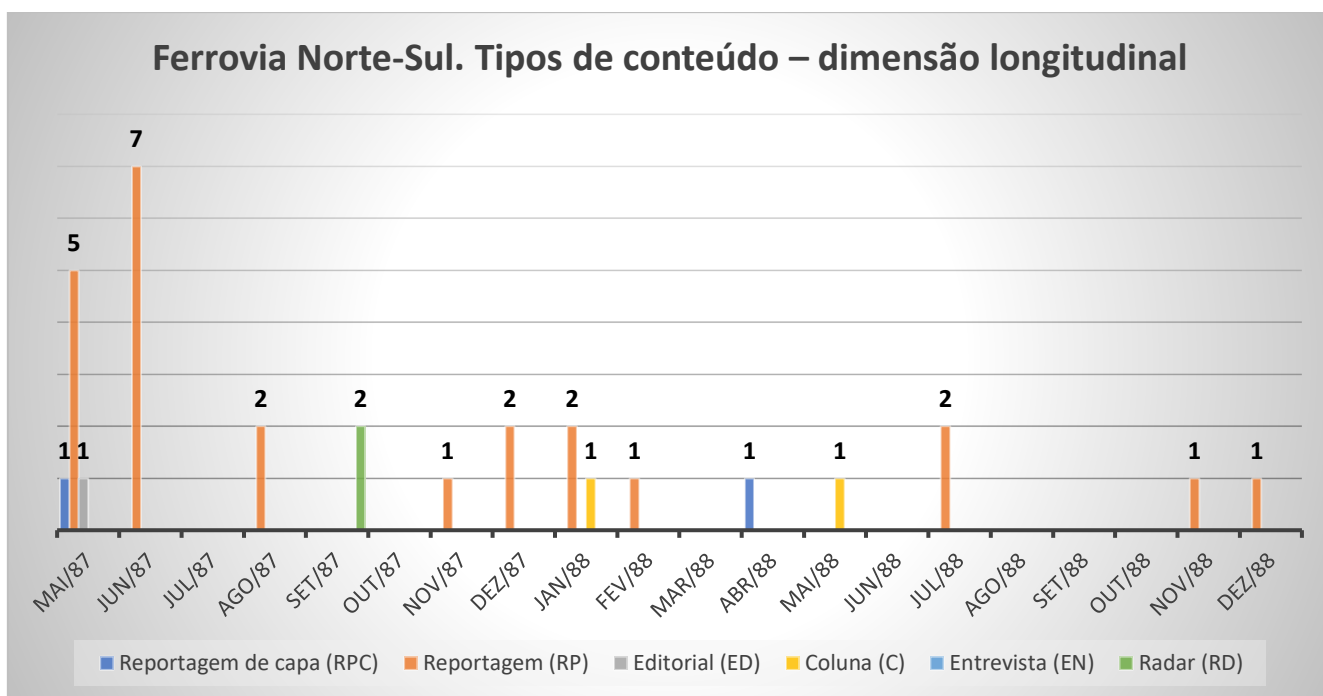
A análise se deteve a 31 conteúdos midiáticos, com prevalência para reportagens, como destacado no gráfico 05, o que é esperado em uma revista por ser o seu tipo de conteúdo mais numeroso. Também sistematizamos os tipos de conteúdo midiáticos a partir de uma dimensão longitudinal, nos levando à consideração de que o auge da produção discursiva sobre tal escândalo se deu no mês de sua eclosão, exatamente no dia 20 de maio de 1987, e no mês seguinte, sendo retomada de forma menos intensa nos meses subsequentes até findar em 14 dezembro de 1988 (gráfico 06).

Gráfico 05 – *Ferrovia Norte-Sul*. Tipos de conteúdo – agregados



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 06 – *Ferrovia Norte-Sul*. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

Em único editorial sobre a *Ferrovia Norte-Sul*, justamente na primeira edição a tratar sobre o assunto, *Veja* traz uma ode à imprensa, enquadrando-a como *watchdog* ou quarto poder, pois capaz de exercer *accountability*, algo já problematizado por Ramonet (2013), quando tratamos de grupos midiáticos oligopolizados articulados com o poder econômico. Segue o texto:

A revelação, pela Folha de S.Paulo, do grosseiro escândalo envolvendo a concorrência de cartas marcadas para a construção da Ferrovia Norte-Sul não é apenas um dos momentos mais brilhantes do jornalismo investigativo brasileiro. Ela é, também, uma esplêndida demonstração de como a imprensa pode agir em defesa do bem público – expondo aos olhos de todos, de maneira comprovada, a monumental fraude armada entre o governo e as empreiteiras de obras públicas em torno de uma concorrência que nunca existiu (Edição 976. 20/05/1987, p.18).

Nesse momento não há a personalização do escândalo, e na longa reportagem de capa (10 páginas) intitulada “Um jogo de faraós e empreiteiros”, ainda que tenham críticas desfavoráveis a Sarney, o escândalo é tratado como um problema sistêmico do governo – um pacote interpretativo que vai se acentuar na construção narrativa sobre a *Ferrovia*

Norte-Sul. Não à toa fazem ressurgir a figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek como o grande incentivador do sistema de transportes rodoviário no Brasil, em detrimento do sistema ferroviário, sendo esta, portanto, uma herança imposta aos demais governantes.

“Foi a mais grave denúncia de corrupção aparecida desde que Sarney foi para o Planalto, e, para a sua falta de sorte, o governo é o principal suspeito [...] uma ferida no coração do governo” (Edição 976. 20/05/1987, p. 22). Isso não quer dizer que Sarney tenha sido poupado; o criticam, mas não como um agente central do processo, sendo antes trabalhado a partir do *frame* da passividade, como legenda de foto: “O ministro José com José Sarney: o projeto de 2,4 bilhões de dólares foi transformado em escândalo” (Edição 976. 20/05/1987, p. 20), e na manchete: “A prova de fraude na concorrência da Ferrovia Norte-Sul enfraquece Sarney e desarticula o sonho do assalto ao PMDB” (Edição 976. 20/05/1987, p. 20).

A despeito da reportagem “Medo das alturas”, da mesma edição, a revista trata pouco do escândalo e sustenta uma narrativa que mantém ausentes as possíveis lideranças a ele relacionadas, já que a única personalização é vista em termos de “o governo”, com uma constante referência à burocracia. Assim, remetemos à afirmação de Tankard et al. (apud PORTO, 2004), de que, ao enquadrar determinado fato, algumas partes podem ser enfatizadas, enquanto outras podem ser excluídas.

Na edição seguinte (977. 27/05/1987) o tratamento dispensado ao escândalo diminui sensivelmente, com a narrativa trazendo uma possível causalidade entre a quebra institucional e o retorno dos militares ao poder, isto devido à corrupção sistêmica presente no governo. É importante destacar esse enquadramento, pois, há pouco mais de dois anos estávamos sob a égide do longo regime civil-militar, e o rescaldo ainda estava por ser feito, ou seja, esse temor faz sentido se considerarmos a estrutura das mentalidades em suas memórias coletivizadas (VOVELLE, 2005).

Novamente sem acionar discursivamente nenhuma liderança política, o escândalo da *Ferrovia Norte-Sul* retorna na edição 978 sob o enquadramento de um tipo de gasto público de “[...] interesse duvidoso e prioridade discutível” (03/06/1987, p. 89).

Com o tempo acentua-se a incorporação da narrativa de viés econômico despersonalizada no tratamento do escândalo da *Ferrovia Norte-Sul*, especialmente se referindo ao orçamento federal, ao possível aumento de impostos e ao controle da inflação, como na edição 1035 de 06/07/1988. Essa tônica ganha ainda mais importância em um contexto de baixo nível de institucionalização democrática, mas com uma agenda

econômica em prol da estabilização se colocando como cada vez mais prioritária (DINIZ, 1999, p. 42) como era o caso do governo Sarney.

Cabe destacar ainda que, entre as páginas de tal reportagem, foi inserido um conteúdo patrocinado pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão e outros diversos sindicatos manifestando publicamente apoio ao presidente Sarney, ao ministro dos transportes José Reinaldo Tavares³³ e à obra por eles idealizada.

Em reportagem com título “Um trem vazio” e subtítulo “Sindicância da Norte-Sul”, a revista traz uma extensa apuração de nomeadas irregularidades, mas acaba concluindo que ninguém pode ser responsabilizado, em tom de ironia: “Ofendendo a moralidade pública, descobriram irregularidades sem autores. Ofendendo a sintaxe, produziram uma frase em que o sujeito é ‘omissão e irregularidades’, quando se quer saber quais foram os agentes que provocaram a ocorrência” (Edição 979. 10/06/1987, p. 118).

O questionamento sobre a moralidade, a base técnica e a utilidade da construção da ferrovia são retomadas na edição seguinte (Edição 980. 17/06/1987), quando se discutem as estratégias econômicas tomadas por Sarney, o fato de ser uma obra caríssima que a poucos beneficia, mas que passa pelo estado do próprio presidente. O enquadramento dominante passa a se distanciar da suposta fraude licitatória, associando-se mais às escolhas presidenciais equivocadas ou orientadas para benefício próprio.

Nessa tônica, a revista traz o escândalo em metalinguagem, quando constroem mininovela, inspirada na original da Rede Globo, chamada *Expresso Brasil*: “Sinhozinho Malta, Florindo Abelha, as irmãs Cajazeiras e a viúva Porcina discutem o destino do trem e quem o financia, fazendo alusão à Ferrovia Norte-Sul e à administração das verbas públicas” (Edição 989. 19/08/1987, p. 113).

O pacote interpretativo se concentra em uma narrativa que trata a Ferrovia Norte-Sul como uma despesa desnecessária e não como um escândalo político, nesse sentido, 43 matérias foram veiculadas nas páginas de *Veja* e que não integraram nossa mensuração

³³ O relacionamento entre os dois maranhenses vinha de longa data e, na vida pública, se materializou em 1969 com a nomeação, por parte do então governador do Maranhão, José Sarney (1966-1970), de José Reinaldo Tavares como diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DER-MA). Em 1975 o próprio Sarney, exercendo o mandato de senador pelo mesmo estado, convida José Reinaldo Tavares para assumir a superintendência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). José Reinaldo Tavares permanece no cargo de ministro até o final do governo Sarney, a despeito de tantos dissabores, mantendo-se próximo do círculo sarneyzista até início dos anos 2004, quando há o rompimento político, ao menos no que se refere às dinâmicas eleitorais maranhenses.

por não fazer nenhuma referência ao escândalo propriamente dito, mas que são desdobramentos desse enquadramento central:

- a) tratam da possibilidade de a obra ser concedida à iniciativa privada;
- b) fazem uma defesa explícita da não entrada de construtoras estrangeiras no mercado brasileiro por parte do diretor comercial da Andrade Gutierrez, Sérgio Andrade;
- c) tratam a obra como passível de ser uma temática de referendo, já que esse é um dos pontos de participação popular aprovados na Constituinte em elaboração em 1988;
- d) concentram-se principalmente em narrar a obra no âmbito de congelamento dos investimentos governamentais devido à recessão econômica que se agravava. Nesse escopo o tema da *Ferrovia Norte-Sul* será retomado em 3 matérias já no governo Collor, em 1990, quando sua futura ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo, começa a estruturar uma política de corte de gastos estatais.

Em tom de espetacularização, *Veja* coloca: “Numa mesma semana, o país assistiu uma sequência de escândalos, inédita pelo volume, didática pela conclusão – e assombrosa pelos detalhes” e continuam:

Anunciada num gesto dramático pelo presidente José Sarney, a investigação aberta pela Polícia Federal para apurar as denúncias de fraude na concorrência da Ferrovia Norte-Sul chegou a seu final sem apontar culpados, além de concluir que não existem, sequer, provas de que houve um “ilícito penal” (Edição 988. 12/08/1987. p. 36).

Além do caso da Ferrovia, citam outros casos de corrupção até chegar à contundente conclusão que:

Nos três casos a máquina do Estado funcionou para achar inocências. Nos três casos, poderosos inocentes. À primeira vista, isso comprova a tese de que o Brasil é o país da impunidade. Mas não é bem assim, quando uma pessoa, mesmo dizendo-se inocente, não é poderosa, sua vida é atazanada [...] Num país onde escândalos financeiros explodem com a mesma regularidade com que se retiram as folhas de um calendário, o caso Norte-Sul parece confirmar a impressão de que se vive numa situação de impunidade generalizada (Edição 988. 12/08/1987. p. 36).

A espetacularização se baseia em representações da vida social em que imagens fundem-se em um fluxo comum, mas não como um conjunto de imagens, mas como uma

“[...] relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14) constituindo-se em um modelo dominante que é ao mesmo tempo resultado e projeto dessa sociedade, eles são concomitantemente o meio e o fim – “[...] o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (p. 17). Nesse sentido vale mais tratar a suposta fraude licitatória como um problema generalizado de um Estado intrinsecamente inepto, uma construção narrativa que vai se adensando, como na edição 995, de 30/09/1987, quando é dito que a: “Ferrovia Norte-Sul, imune a todo escândalo político formado ao seu redor, parece continuar seguindo silenciosamente em frente” (p. 49) – omissão ou destaque de personagens passa a ser um dos elementos do espetáculo, bem como do enquadramento.

Assim, a despeito do envolvimento da Camargo Correa na suposta fraude licitatória, cerca de 4 meses após sua eclosão, na edição 995, de 30/09/1987, *Veja* traz uma matéria de capa³⁴ sobre o construtor Sebastião Camargo, apresentado como o dono da maior fortuna do país e listado pelas revistas *Fortune* e *Forbes* como um dos homens mais ricos do mundo, isso sem fazer qualquer menção direta ou indireta ao escândalo da *Ferrovia Norte-Sul*.

Com o título “O faz-de-conta em torno do mar de lama”, a matéria trazida na seção “Brasil” reforça a narrativa de que os escândalos no país se generalizam (além da *Ferrovia Norte-Sul* são citados o *Caso Banespa* e a *CPI da corrupção*) a ponto de se materializar em um “ciclo vicioso da denúncia-escândalo-desmoralização-impunidade” (Edição 1014. 10/02/1988, p. 22). Mais adiante, dizem que um dos mecanismos estruturais que “faz a corrupção ganhar peso é a desordem na economia” (p. 23), além da frequente “doação” feita por empresas a funcionários públicos, leia-se “propina”.

Em uma coluna assinada por Cacá Rosset (Edição 1026. 04/05/1988), os escândalos ocorridos no Brasil nos últimos anos são tratados em uma narrativa espetacularizada, de que a corrupção está alastrada, um tipo de dispositivo de enquadramento que, a partir da descrição, é capaz de suscitar imagens visuais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Todas essas incongruências na narrativa da revista só ganham sentido quando observadas à luz do contexto histórico, mesmo porque não podem ser vistas como simples contradições, mas como posicionamentos.

³⁴ Tal matéria não foi categorizada por não se referir a quaisquer dos escândalos estudados.

Como estamos tratando de um tipo de escândalo fundamentalmente político, tanto por se relacionar com o Estado e o sistema político como por incidir na sociabilidade, no que concerne à cultura política, e na formação da opinião pública, apresentaremos a seguir a conjuntura política de seu desenrolar. Isso porque é no nexo dialético entre a indeterminação da estrutura e as formas ideológicas materializadas na conjuntura que podemos entender como certa cultura política é difundida (dialeticamente) ao longo do tempo.

Sarney, tão logo assume, escancara o fato de que “[...] o caráter conservador e conciliatório da transição democrática brasileira não deveria implicar necessariamente seu fracasso político, não necessitava ter como resultado a crise política e o aprofundamento da crise econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 259), mas foi o que aconteceu, já que o novo regime surge em meio a uma crise de amplas dimensões (DINIZ, 1999), que perversamente combina aspectos econômicos (hiperinflação, alto endividamento externo, juros internos elevados), sociais (desemprego e violência crescentes) e políticos (parâmetros ideológicos ainda muito difusos).

O resultado foi um governo extremamente ambíguo, pois promoveu, de um lado, o insulamento burocrático³⁵ e a supremacia do Executivo frente ao Legislativo e, por outro, tentou buscar (sem sucesso) apoio dos políticos e da sociedade na execução dos diversos planos de combate à inflação, como se estivesse posta uma escolha paradoxal naquilo que comumente ficou conhecido como “estando entre a cruz e a caldeirinha”. Uma circunstância que, para Diniz (1999), foi gerada pela inexistência de um acordo de ampla envergadura, seja a favor ou contra as medidas tomadas por Sarney, fazendo com que essas modalidades de ação coletiva se revelassem pouco viáveis.

Colaborava com esse aspecto difuso a frágil legitimidade de Sarney, já que sua trajetória política na UDN, Arena e PDS³⁶, fomentava a desconfiança de que a pauta de mudanças gestada no fim do regime civil-militar pudesse dar lugar às pautas conservadoras de sua coalizão de apoio (DINIZ, 1999, p. 47), especialmente do empresariado, que já se mobilizava para dar o tom das diretrizes econômicas na relação

³⁵ Para Edson Nunes (2003), o processo de construção institucional brasileiro foi sustentado por quatro padrões estruturantes das relações entre a sociedade e as instituições formais, também chamadas de gramáticas políticas, sendo elas: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimento. Especificamente sobre o insulamento burocrático, o autor diz que é a forma de as elites modernizantes tecnoburocráticas e empresariais promoverem o desenvolvimento, evitando o controle e o escrutínio públicos sobre as atividades do Estado.

³⁶ Nas palavras de Bresser-Pereira (2003), ele nem era parte integrante do pacto popular-democrático de 1977.

entre capital e trabalho e no papel diminuto do Estado. Sem deixar de mencionar os militares na soleira.

O fracasso dos planos de estabilização econômica³⁷ abriu caminho para a agenda neoliberal:

Após a saída de Bresser-Pereira, removeram-se as barreiras a uma aproximação maior às propostas do chamado Consenso de Washington [...] redução do Estado, liberalização comercial, eliminação dos subsídios, abertura ao capital estrangeiro, privatização, desregulação seriam as novas prescrições (DINIZ, 1999, p. 112).

E a reversão do modelo concentrador de renda implementado pelos militares e que passou a ser amplamente questionado com a redemocratização? Teria saído de pauta? Teria sido deixado de lado por um dado projeto político, embora houvesse vozes dissonantes também entre as elites?

As questões enfrentadas pelo novo governo democrático esbarraram não só no modelo econômico escolhido, mas na herança herdada do regime militar. Nesse sentido, Bresser-Pereira (2003) nos mostra como as escolhas feitas pelos militares do alto escalão, de relacionarem o capital industrial com o capital bancário, numa estrutura burocrática engessada, além do alto endividamento externo ocorrido a partir de 1979, nos conduziu à crise macroeconômica vivenciada na década de 1980.

Durante esse governo foram criadas medidas para conter a inflação que nos anos de 1984-1985 variava entre 223,8% e 235,5% ao mês. Dessa forma, todo o sistema econômico nacional ruía, pois não havia investimentos internos para a população e o próprio governo não conseguia arrecadação suficiente para pagar os títulos e os empréstimos internacionais.

A relação capital/produto perde sentido não porque os empresários, diante da situação de incerteza provocada pela altíssima taxa de inflação reduzem seus investimentos [...], mas porque a economia se desorganiza, não obstante a

³⁷ O Plano Cruzado foi lançado em fevereiro de 1986 pelo ministro Dilson Funaro e buscava, entre outras coisas, alterar o mecanismo de indexação para acabar com a inércia inflacionária. O Cruzado II foi lançado após as eleições de 1986. O Plano Bresser, de junho de 1987, propunha o congelamento de preços por até 90 dias e fim do reajuste automático de salários. Outras medidas heterodoxas foram recomendadas por Bresser-Pereira, mas, por conta de divergências com Sarney, ele acaba se demitindo em dezembro de 1987, agravando ainda mais a crise econômica e política (DINIZ, 1999). E o Plano Verão foi a última tentativa de estabilização da economia no governo Sarney, implementada por Maílson da Nóbrega.

indexação que pretende neutralizar os efeitos desestruturadores da inflação (BRESSER-PEREIRA, 2003 p. 233).

Assim, a caixa de pandora parecia se abrir na nova ordem democrática na medida em que “[...] o novo regime revelou-se aberto, senão indefeso à adesão dos derrotados” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 225). A democracia teria se tornado uma unanimidade³⁸, mas a dependência do Estado era uma necessidade. Portanto, o fisiologismo se fez reinante, e ao acomodar a todos, inclusive os militares, os resultados não seriam tão republicanos.

O próprio Bresser-Pereira (2003) se posiciona contrariamente à abordagem inequívoca de Washington para o desenvolvimento da América Latina, de ajuste fiscal baseado em políticas econômicas ortodoxas, com proscênio do mercado e consequentemente diminuição drástica do Estado. Para o autor, a adoção desse tipo de reforma não é nem de longe garantia de desenvolvimento (como o demonstra a realidade concreta de países como a Bolívia e o México e como o contradiz a realidade econômica de nações como a Alemanha e o Japão, reestruturadas a partir do intervencionismo estatal nos séculos XX e XIX, respectivamente), já que cabe ao Estado um papel central na coordenação da economia. Merece destaque o fato de esse economista afirmar que a crise fiscal dos Estados não pode ser compreendida a partir de uma visão a-histórica³⁹.

Para Sallum (2015), com a incapacidade de contornar a crise econômica houve uma inflexão ideológica do empresariado privado acompanhada pela grande imprensa enquanto difusora de conteúdo pró-mercado, como reação aos avanços progressistas obtidos na Constituinte. Para o autor, essa virada liberal contra o nacional-desenvolvimentismo em sua versão distributiva foi reflexo de um pragmatismo empresarial com inspiração em Thatcher e Reagan.

³⁸ Sobre tal compreensão dos estertores do regime civil-militar, a Iniciação Científica por mim realizada chegou à conclusão de que a revista *Veja* construía sua agenda midiática a partir das medidas liberalizantes implementadas por Geisel, mas também pela agenda pública advinda de setores relevantes da sociedade civil. Contei com o financiamento da Fapesp (processo: 2009/52521-9 / **A TRANSIÇÃO E A REVISTA VEJA: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL**).

³⁹ Bresser-Pereira (2003, p. 271) vai dizer que, embora o programa de John Williamson, conhecida por Consenso de Washington, não contivesse “[...] propostas ultraliberais visando reduzir o Estado ao mínimo”, era, ainda assim “neoliberal” na medida em que havia nele um claro viés pró-mercado. Este viés era compreensível, dado o estatismo e o protecionismo que haviam caracterizado o período anterior. O Brasil, como a maioria dos países em desenvolvimento altamente endividados, necessitava de ajustamento fiscal e reformas orientadas para o mercado, especialmente de maior abertura comercial. Mas era um consenso perigoso, na medida em que ignorava a importância de um Estado forte no plano administrativo e financeiro para se ter um mercado livre e atuante. Em outras palavras, ignorava que as reformas não deveriam enfraquecer o Estado, mas, pelo contrário, fortalecê-lo”. Algo que o próprio autor buscou fazer como ministro da Administração Federal e Reforma do Estado na gestão de FHC, quando, no primeiro semestre de 1995, elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, e, a despeito dos retrocessos e das capturas do entranhado patrimonialismo, os avanços foram sentidos e continuados pela gestão de Lula.

Contudo, não é possível afirmar peremptoriamente que nesse final de década as questões emancipatórias e de ampliação de direitos estivessem fora da agenda, dado que a Assembleia Constituinte estava às voltas da elaboração de uma nova Constituição, nomeada de Constituição Cidadã e promulgada em 5 de outubro de 1988 por Ulysses Guimarães.

Locus de disputa entre seus feitores, a nova Carta Constitucional abrigava diferentes correntes ideológicas e muitas demandas particularistas, mas, embora permeada por contradições, ao se colocar como antípoda do regime civil-militar, significou um grande avanço para a história de lutas no Brasil, ao reconhecer direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – um obstinado cabedal de que resistiria às investidas neoliberais futuras, mas também tendo o desafio de regulamentação e implantação de suas conquistas sempre em aberto (IPEA, 2005, p.10), ou seja, um “[...] lugar do conflito político” (EAGLETON, 2003, p. 16), com contradições que não podem subsumir a uma visão artificialmente linear da história.

Assim, a agenda pública vai se tornando cada vez mais minimalista, segundo Diniz (1999) gravitando em torno da ortodoxia liberal globalizante, sendo posteriormente coroada com a eleição de Fernando Collor em 1989⁴⁰, um quase desconhecido governador de Alagoas que é votado por cerca de 35 milhões de eleitores e que em discurso de posse faz não outra que não a defesa da iniciativa privada e da diminuição do Estado (SALLUM, 2015).

Sallum (2015, p. 64) ainda destaca que a eleição presidencial completava não apenas a migração de um sistema autoritário para um democrático, mas marcava também uma disputa que se mostrou mais longínqua: sobre o teor do “[...] Estado como pacto de dominação, como relação consentida de poder entre forças sociopolíticas” – leia-se entre o mercado, o Estado e os cidadãos em geral.

E é essa conjuntura que dará o tom da disputa eleitoral para presidente da República – a única realizada naquele pleito – antecedendo uma vitória que pode ser caracterizada pelo “[...] descompasso existente entre o sistema partidário e o processo eleitoral, e traduziu a participação pelo voto direto numa modalidade de emancipação política em que predominou a solução apartidária” (MENEGHELLO, 2004, p. 152), em um movimento de intensa oscilação do eleitorado que será materializado no tipo de voto plebiscitário (DINIZ, 1999).

⁴⁰ A Constituinte aprovou o mandato de 5 cinco de Sarney, portanto, a eleição ficou adiada para o final de 1989.

A partir dessas reflexões, sistematizamos alguns momentos conjunturais (GRAMSCI; 1968) que emergem nas páginas de *Veja* e que podem nos ajudar a elucidar processos de construção de hegemonia, são eles:

a) em boa parte do ano de 1988, a agenda da mídia, em específico da revista *Veja*, passa a ter como temas dominantes a elaboração da nova Constituição e o agravamento da crise inflacionária;

b) já em novembro do mesmo ano, a pauta passa a ser as eleições municipais e as vitórias conquistadas pelo PT;

c) em começo de 1989, o tema central passa a ser a política econômica e os seus planos de ajuste monetaristas de controle inflacionário – Cruzado Novo, Plano Verão e Plano Verão 2;

d) o crescimento da dívida externa também mobiliza *Veja*;

e) e, finalmente as eleições presidenciais, com destaque especial à campanha de Collor.

Dentre os pacotes interpretativos hegemônicos, destacamos: enquadramento “economiscista” de viés orçamentário; e, “vilanização” do Estado.

1. Enquadramento “economiscista” de viés orçamentário

Esse enquadramento vai permear as narrativas sobre o escândalo da *Ferrovias Norte-Sul* nas páginas de *Veja* como um típico escândalo político-financeiro a envolver “a infração de regras e convenções que governam o uso de recursos econômicos com relação ao exercício do poder político, de tal modo que pode haver consequências simbólicas e políticas” (THOMPSON, 2000, p. 155 e 156).

2. “Vilanização” do Estado

Se esse enquadramento destaca o campo econômico, há outro que acentua a política, especialmente em seu âmbito institucional, na relação entre Estado, políticos e funcionários indicados ou não para o exercício de alguma função em repartições governamentais, qual seja: a tratativa dos escândalos como resultante de um Estado que é estrutural e sistemicamente ineficiente e grande e, portanto, vulnerável à corrupção.

Essa “vilanização” do Estado faz do corruptor um agente secundário em uma relação na qual não há determinação de culpa no âmbito judicial (ao menos no caso da *Ferrovias Norte-Sul*). Mas, se não há imputação às pessoas envolvidas, há, na narrativa de *Veja*, a indicação do espaço que ocupam – o Estado, sem menção ao mercado. De forma

mais direta, a máquina do Estado faz manter a impunidade generalizada ou alastrada (Edição 1026. 04/05/1988) no que tange à atuação dos políticos.

Nesse ponto, identificamos uma construção discursiva que será robustecida nos anos seguintes, de defesa incontestada do mercado e do paradigma neoliberal. Com isso podemos dizer que, ao colocar o exercício do poder político no escopo de desvio das regras econômicas (THOMPSON, 2000), a descrição objetiva e a culpabilização do Estado preponderaram ante a personalização.

Concluindo, nessa matriz de assinatura (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), os dispositivos lógicos acionados tomam o Estado como causa da corrupção e o escândalo como consequência, especialmente em um momento conjuntural em que a narrativa pró-mercado vai se tornando hegemônica. Não à toa o aspecto investigativo do escândalo vai cedendo lugar à uma questão orçamentária e técnica.

Tal padrão narrativo nos remete à discussão feita por Azevedo (2010):

Uma vez na agenda pública, o escândalo passa a ter uma dinâmica própria em que os principais protagonistas deste espetáculo midiático, os jornalistas, os políticos e membros do ministério público e do judiciário e eventualmente do aparelho policial desempenham os papéis centrais. Embora todos esses atores tenham um peso importante em algum momento nos rumos de um escândalo, este só pode se manter na agenda pública enquanto a mídia se ocupa intensamente dele, seja através de novas denúncias, a entrada em cena de uma testemunha bomba, a introdução de novos fatos produzidos pelo jornalismo investigativo ou mesmo pela simples reprodução das declarações dos agentes envolvidos (acusadores e denunciados) e da cobertura da repercussão do caso. Assim, o tempo que cada escândalo se mantém na atenção pública depende da sua visibilidade na mídia e os danos (e favorecimentos políticos) que produzem variam de acordo com a gravidade das acusações e do enquadramento dominante adotado na cobertura da mídia (AZEVEDO, 2010, p. 14 e 15).

Portanto, segundo Azevedo (2010) as duas variáveis – visibilidade e capacidade de imputar danos aos envolvidos – são centrais no que se refere à permanência do escândalo na agenda da mídia, podendo incidir na agenda do público.

Assim, o enquadramento do escândalo migra da denúncia de desvio em obras públicas para a narrativa do Estado como um local de ineficiência, impunidade e corrupção. E os “ovos da serpente” de uma perspectiva política neoliberal se gestam em

uma defesa do Estado mínimo, a qual terá o seu ápice na eleição de Fernando Collor para a Presidência da República.

3.3. Caso Collor: um escândalo fratricida (governo Collor 1990-1992)

– *Pedrinho, o que é preciso para que Deus perdoe nossos pecados?*

– *Bom, antes de mais nada, pecar.*

– *Não se pode negar que o índice de criminalidade caiu muito.*

– *Como assim?*

– *No tempo de Caim e Abel, havia 50% de assassinatos.*

Jô Soares (Revista *Veja*. Edição 1235. 20/05/1992, p. 13)

A presidência do candidato do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), Fernando Affonso Collor de Mello, transcorreu entre o dia 15 de março de 1990 e o 29 de dezembro de 1992, data de sua deposição. O presidente foi sucedido por seu vice, Itamar Augusto Cautiero Franco, do mesmo partido, ficando no posto até 1º de janeiro de 1995.

Meneguello (1998) diz que o impeachment de Collor foi a ratificação de que um presidente não pode governar à revelia dos partidos, sem o estabelecimento de alianças partidárias. Para compreendermos melhor tal afirmação, faz-se necessário voltar à eleição de 1989, mesmo porque Collor emerge na cena política nacional sem nunca ter precisado se submeter às exigências da dinâmica partidária, pois se ancorava em uma legenda que se constitui à sua imagem e semelhança.

Nesse mesmo sentido, Melo (2003) vai nos dizer que, inflado pela popularidade adquirida na campanha presidencial, Collor desconsiderou os partidos, não se importou em constituir maioria no parlamento e, quando tentou se recompor com o Congresso, já era tarde demais. Tal perspectiva coincide com a tese de Manin (1995) sobre a democracia de público, quando a personalização do poder se intensifica na medida em que a intermediação entre representante e representados tem como *locus* essencial não mais os partidos, mas os meios de comunicação de massa. Nessa perspectiva, os políticos ou viram comunicadores ou estão sujeitos à morte pública.

A eleição solteira de 1989, com 22 candidatos, pode ser considerada um marco na profissionalização das campanhas, “[...] sob o comando de marqueteiros e tendo como arena principal a televisão, através do HGPE e dos debates entre os presidenciáveis” (AZEVEDO, 2017, p. 99 e 100), todos se comportavam como opositores a Sarney e ao que ele representava. Embora o noticiário televisivo “[...] fosse relativamente equilibrado

em termos de volume de tempo e atenção às candidaturas mais competitivas eleitoralmente, os enquadramentos foram frequentemente favoráveis a Collor”. O mesmo padrão se repetia nos jornais impressos, segundo pesquisa de Lattman-Weltman et al. (2014).

Nesse sentido, Sallum (2015) vai sustentar a tese de que a liderança de Collor foi construída por um conjunto de organizações empresariais, de comunicação, pesquisa e publicidade, incluindo a TV Globo, que teria desempenhado um papel fundamental na configuração de um “cenário político” pró-Collor, expondo o candidato como aquele que poderia combater a corrupção, por estar supostamente “fora” do sistema, da política tradicional, embora tivesse ascendência na classe política, especificamente na oligarquia alagoana.

São inúmeros os dados empíricos capazes de sustentar a tese de Sallum (2015). Um deles é o relato de Ronald de Carvalho, à época da eleição editor de política do jornalismo da TV Globo, no documentário *Arquitetos do poder* (2010). O jornalista confirma ter havido edição no último debate no segundo turno entre Collor e Lula, mas eles nada mais fizeram do que dar pesos diferentes a desempenhos diferentes. Quais seriam os critérios de desempenho? Ronald de Carvalho não nos conta.

O outro dado empírico é manifestado em um elemento central e agregador, observado na análise da campanha televisiva de Collor realizada por Olga Tavares (1998): o aspecto mítico-religioso (já visto em Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Tancredo Neves) retoricamente expressado por um tipo de populismo que se firma no carisma do líder, como se este fosse um operador de milagres⁴¹. Para a autora, a materialização em um corpo físico carregado de simbolismos, como o jovem, forte e hercúleo “caçador de marajás”⁴², se fez com base em

[...] ideias liberais vestidas sobre corpos conservadores (e que) estão na raiz do Estado brasileiro. Collor de Mello implantou uma espécie de neopopulismo ao se proclamar neoliberal e ao prometer uma reforma absoluta na estrutura

⁴¹ É importante destacar que esse populismo se aproxima muito mais do tipo de liderança carismática de Weber (2003) do que da reflexão trazida por Laclau (2015), que trata o populismo como uma lógica própria de construção política que não se restringe à relação entre o povo e o líder, mas se amplia na formação de identidades coletivas em torno de um “povo” que não é estático.

⁴² Em depoimento no documentário *Arquitetos do poder* (2010), Cláudio Humberto, ex-porta-voz de Collor, diz que durante o mandato de Collor no governo de Alagoas, como responsável pela “agenda externa” do recém-empossado presidente, teria conseguido “vender” uma pauta para Alberico de Souza Cruz – diretor de telejornalismo da Rede Globo. Essa transação daria continuidade ao factóide de caçador de marajás que a revista *Veja* semanas antes havia tentado emplacar, rendendo um especial do Globo Repórter com direito a entrevista com o próprio governador e imagens diretas do estado. Além de outras entrevistas e reportagens na própria emissora.

socioeconômica do país, que colocaria o Brasil no caminho da modernidade (TAVARES, 1998, p. 17).

Mas a construção da imagem de Collor também foi amparada por uma pesquisa exploratória sobre as chances, tangíveis, de ser um viável candidato à presidente e que foi elaborada no final de 1987 por um amigo da juventude, filho do diplomata Marcos Antônio Coimbra, cunhado de Collor e futuro secretário-geral da presidência, o sociólogo e presidente do Instituto Vox Populi Marcos Coimbra.

O convite para participar do programa de televisão⁴³ do Partido da Juventude (PJ) foi o *start* para a contração da pesquisa que contava com duas questões específicas – “Collor deveria se candidatar a presidente? E o que deveria dizer no programa do Partido da Juventude na televisão?” (CONTI, 1999, p. 96) – e duas questões genéricas: “quais os problemas nacionais que o eleitorado considera mais graves e que tipo de homem queria como candidato à Presidência”.

As pesquisas de intenção de voto confirmaram os prognósticos da pesquisa de Coimbra, de que havia lugar no imaginário popular para a candidatura de Collor no eixo do combate à corrupção, e ele acabou por liderar as intenções de voto desde o início da competição (AZEVEDO, 2017), em um cenário em que

[...] dois terços dos eleitores queriam alguém indignado com a roubalheira. Que tivesse ímpeto e energia para tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Que fosse corajoso e não entrasse no jogo tradicional da política. Não pertencesse ao sistema de poder e tivesse um passado limpo (CONTI, 1999, p. 97).

Melo (2003) destaca que durante a construção da imagem de Collor não foi raro vê-lo nos debates ou no HGPE rogando a Deus que o ajudasse na cruzada “collorida” de que o Brasil necessitava, em um misto de predestinação e modernidade, de messianismo aliado às mudanças tecnológicas. Uma imagem salvacionista embalada como mercadoria – uma mercadoria consumível e consumida na forma de espetáculo.

Nesse sentido, continua Melo (2003), o estilo de liderança de Collor nada tinha de novo, e sob o verniz da ruptura representava a continuidade de uma tradição anacrônica alimentada pelo personalismo e o patrimonialismo. Contudo, “[...] por representar o

⁴³ Segundo Conti (1999), Collor acabou não veiculando a participação no programa do PJ por proibição da Justiça Eleitoral, pois ele estava vinculado a outro partido, à época o PMDB. Coimbra fez uma pesquisa em tempo real sobre essa proibição e concluiu que para os entrevistados Collor havia sofrido uma espécie de censura por “dizer verdades”.

anacrônico, não coube no modelo que ajudou a parir: seu mandato foi cortado por uma sociedade que se modernizou, ironicamente, na esteira das transformações de seu governo” (p. 20).

Assim, em busca de um novo tempo, total e absoluto, esse salvacionismo vai se processar pela insistência de uma refundação constante do país mediante um pacto com o abstrato, e não com o concreto, já que “[...] seu instrumental foi em cima da força que a palavra exerce: só havia propostas, expectativas, sonhos” (TAVARES, 1998, p. 126) – um aspecto que encontra ressonância em um dos momentos síntese presentes no conceito de transformismo gramsciano, quando, em expectativas de *renovação*, mudanças moleculares, na superfície, são colocadas em prática pelos setores dominantes, a fim de impedir sua extensão e profundidade (COUTINHO, 1999).

Esse seria o início e o fim do presidenciável e do futuro presidente, já que o *ethos* publicitário adicionado ao discurso salvacionista não se limitou à campanha eleitoral, perpassando pela montagem de seu ministério e a formulação do plano econômico à medida que reiterava a imagem de um salvador da pátria, imbuído da missão se colocar o Brasil nos trilhos do primeiro mundo (SALLUM, 2015, p. 81). Para Lattman-Weltman et al. (2014), a mídia transformou Collor em um reformador administrativo/demiurgo moralizador ao tratá-lo como gestor eficiente, exaltando suas características públicas, e imbuído de qualidades, por suas características privadas.

Com excesso de voluntarismo⁴⁴ e viés autocrático, Collor começa a lidar com a herança de uma economia em frangalhos, adotando sem críticas o Consenso de Washington em sua versão mais radical (BRESSER-PEREIRA, 2003). Essa correspondência ideológica já vinha sendo anunciada na campanha eleitoral, como nos diz Azevedo (2017, p. 99), que afirma que a agenda que se tornou hegemônica gravitou em um embate entre “[...] propostas nacionalistas, estatizantes e desenvolvimentistas dos dois principais candidatos da esquerda [Lula e Brizola] e das propostas de abertura comercial, privatização e modernização da economia de Collor”. E a cobertura jornalística escolheu um lado, a das teses neoliberais.

O que não se havia previsto é que Collor seria tão radical em suas decisões que geraria reações negativas tanto de desenvolvimentistas quanto de neoliberais. O primeiro impacto veio do Plano Brasil Novo, de março de 1990, também conhecido como Plano

⁴⁴ Sallum (2015) chama atenção para o risco da escolha de Zélia Cardoso de Mello como ministra da Fazenda sob o argumento de que o presidente queria alguém jovem e com voo próprio, já que tal opção poderia se reverter em responsabilidade direta por algum eventual fracasso.

Collor, uma investida ao capital-dinheiro e às suas formas de conservação⁴⁵ (SALLUM, 2015, p. 91) pela desindexação da moeda nacional. Essa estratégia macroeconômica permeada de ambiguidades contrariou fortemente o empresariado, que só arrefeceu suas críticas quando a liberalização econômica começou realmente a ganhar corpo.

O fato é que Collor perdia sistematicamente o apoio da opinião pública em geral, e a oposição sindical crescia, já que também se intensificavam a recessão e a inflação, assim como o desagrado do Congresso diante de uma enxurrada de reedições de Medidas Provisórias. Dessa monta, em meio à possibilidade de um segundo choque econômico, é lançado em outubro de 1990 o Plano Collor II, com limitações e alterações feitas por um Congresso eleito no começo do mês.

Considerando tal conjuntura, Sallum (2015) vai dizer que os partidos do espectro do centro à esquerda (PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B) vão se alinhar na defesa das prerrogativas do Legislativo e por uma autonomia ante o *cesarismo* do presidente, chegando a criar uma *frente parlamentar democratizante* (grifos do autor), que, embora sem caráter duradouro, exerceu um papel fundamental, já que:

[...] o entendimento dessa frente partidária em relação à democracia não decorria só de afinidades político-ideológicas e da história de atuação parlamentar conjunta dos partidos componentes. Esse entendimento e essa tradição de atuação parlamentar assentavam-se no movimento social pela democratização da sociedade brasileira que vinha atuando não só dentro mas também fora das instituições estatais. Este movimento produziu, entre outros resultados, as vitórias eleitorais da oposição ao regime militar autoritário, a formação de dezenas de milhares de Comunidades Eclesiais de Base e outras organizações populares, o surgimento de um movimento sindical autônomo, a atuação destemida da Ordem dos Advogados do Brasil e outras organizações de classe média em favor da democracia, a campanha das Diretas-Já, a organização, expansão e atuação de centrais sindicais, as campanhas bem-sucedidas por emendas populares para a Constituição e a grande mobilização societária em favor da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989. A pressão sindical sobre o Congresso Nacional, ao longo do governo Collor, sinalizava que aquele movimento em prol da democracia e pela dignidade “dos de baixo” – reivindicada por movimentos populares, por organizações religiosas, sindicais e organizações de classe média – ainda tinha vigor (SALLUM, 2015, p. 149).

⁴⁵ Foram represados os ativos em contracorrente, poupança e aplicações em valores acima de 50 mil cruzados novos.

Contudo, tal análise é um tanto controversa, pois coloca os componentes da *frente parlamentar democratizante* como possuindo as mesmas raízes genéticas. O próprio Sallum (2015, p. 62), ao traçar o perfil ideológico dos partidos atuantes na Assembleia Constituinte, vai dizer que de um lado estão os liberais-conservadores, com sua visão de uma democracia representativa “controlada”, com maior poder ao Executivo e restrição da participação popular, exceto para o exercício do voto; de outro, estariam os partidos de esquerda, com um visão estatista e nacional-desenvolvimentista, centrada na distribuição de renda e com uma “[...] democracia representativa, com componentes significativos de participação popular e igualdade substantiva”; e, no meio do caminho, o PMDB e o PSDB, com posições intermediárias.

Assim, a despeito de concordarmos que no quadro pós-eleitoral de 1989 esses partidos podem ser lidos na delimitação ideológica de centro à esquerda⁴⁶, suas respectivas distribuições societária e política se opõem ao teor homogêneo de gênese da chamada *frente parlamentar democratizante*, especialmente quando tratamos do PMDB, PSDB e PT – os partidos que no nível do executivo federal foram capazes de aglutinar forças e de impor agendas de forma mais efetiva e duradoura.

Bresser-Pereira (2003), por exemplo, diz que o PMDB vai aderir a relevantes traços conservadores desde a criação da Aliança Democrática e a aceitação de Sarney como vice de Tancredo Neves. Nos anos seguintes, já após a morte de Tancredo e a posse de Sarney, uma reconfiguração ideológica se faz subjacente, de acordo com Lamounier (2005), tendo o PMDB e o PFL como o novo “situacionismo” e a esquerda gravitando em torno do PT, que se ancorará em uma concepção populista, no sentido russo de *narodnik*⁴⁷, de oposição entre duas entidades candentes no imaginário político.

Em se tratando da esquerda de modo mais geral, Toledo (2004) enxerga nos anos de 1990 uma espécie de *radicalização da democracia* (grifos do autor) por conta do fim do sonho utópico do socialismo materializado na queda do Muro de Berlim e na desagregação da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). As esquerdas teriam se rendido à democracia política não como meio, mas como fim – abrindo caminho, por exemplo, para certa brandura do PT nas eleições de 2002, algo que retomaremos adiante.

⁴⁶ Rachel Meneguello (1998, p. 153) vai traçar o seguinte quadro pós-eleitoral de 1989: 1. Esquerda: PT, PDT e PCB (posteriormente transformado em PPS); 2. Direita: PDS (limitado ao malufismo), PFL e PSD, do ruralista Ronaldo Caiado; 3. Centro: PMDB; 4. Centro-esquerda: PSDB; 5. Centro-direita: Collor e posteriormente PFL e PTB.

⁴⁷ Uma concepção também distinta do populismo de matriz weberiana e do de matriz laclauiana.

A fundamentar ainda mais a nossa interpretação de que principalmente PT, PSDB e PMDB possuem características genéticas distintas, temos o fato histórico de que este último se institucionalizou no sistema político como uma oposição aceita pelos militares, permeável, na medida em que a censura e a coação permitiam, a setores da sociedade civil – um partido de quadros, segundo terminologia de Duverger (1980) – bem como o PSDB, fundado em 1988 a partir de uma cisão da chamada ala “progressista” (ou “histórica”) do PMDB.

Já o PT – um partido de massas (DUVERGER, 1980) – teria uma origem bastante distinta, se revelando uma novidade na história partidária brasileira, já que constituía uma

[...] combinação inédita que o partido conseguiu realizar de dois traços: de um lado, como consequência da gradual afirmação da forte liderança sindical de Lula e do poder catalisador que veio a ter junto a outros setores comprometidos com ideias progressistas, nos movimentos sociais e na Igreja, o partido veio a representar singular promessa de atuação orientada por princípios éticos e ideológicos (em particular certo compromisso redistributivo), capaz de conjugar militância aguerrida com disciplina partidária; de outro lado, o simbolismo popular difuso ligado à figura de Lula trazia um elemento propício à inserção bem-sucedida no jogo eleitoral, com seu inevitável componente populista nas condições gerais do Brasil (REIS, 2010, p. 67).

Para Sallum (2015), a *frente parlamentar democratizante* atuaria de forma substantiva no processo de *impeachment* de Collor, mas até nesse ponto encontramos ambiguidades, pois, com a eclosão do escândalo que culminaria na retirada do presidente, PT e outros partidos de esquerda começam a definir uma agenda para a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados; por outro lado, PMDB, PSDB, PDT e PPS se posicionaram inicialmente favoráveis à investigação pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público, mas não à CPI, já que, cautelosos, queriam aguardar o desenrolar dos fatos (SALLUM, 2015).

Algo que para *Veja* não é de todo espantoso, já que, segundo ela própria, existem razões pragmáticas, políticas e aterrorizantes a impedir as iniciativas de instauração de uma CPI, até mesmo por parte do PT.

Por outro lado, trazem a fala o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, e o procurador da República, Aristides Junqueira (Edição 1236. 27/05/1992), asseverando

que as instituições democráticas estão sólidas o suficiente para suportar a apuração das denúncias contra Collor.

Além disso, retratam a preocupação dos ministros militares da Marinha, Exército e Aeronáutica sobre a crise institucional que se instala, um diagnóstico de crise que teriam dito a um assessor não nomeado após conversa com o ministro da Casa Civil Jorge Bornhausen, o responsável por indicar parlamentares aliados para integrar a CPI e que estaria “[...] na situação de um político capaz de dilapidar seu próprio patrimônio político apenas para esconder a sujeira debaixo do tapete” (Edição 1238. 10/06/1992, p. 20).

Novamente o autor utiliza o argumento da constituição de uma *frente parlamentar democratizante* como uma *alternativa, possível, de poder* (grifos do autor) caso a crise do governo se intensificasse com cada partido acionando determinados setores: o PT, a esquerda da coalizão, faria a ponte com outros partidos de esquerda, sindicatos e organizações da sociedade civil capazes de mobilizar as massas; e os partidos de centro, que o autor não nomeia, fariam conexões com os grandes meios de comunicação, com o empresariado, as classes médias e com partidos conservadores que gravitavam o centro do poder (SALLUM, 2015, p. 212).

Tal agregação de forças foi fundamental para dar sequência aos trabalhos da CPI. Contudo, por volta de junho de 1992, os trabalhos legislativos são retomados no que concerne às matérias relevantes para o governo, e eis que as polarizações entre reformistas liberalizantes e estatais-desenvolvimentistas vêm à tona – imprimindo cor às ambiguidades citadas acima. Nas palavras do autor:

A preservação da convergência das opiniões e vontades liberalizantes entre as forças governistas e uma parte significativa dos partidos de centro, ainda que estes últimos atuassem na coalizão oposicionista de centro-esquerda, confirma que o processo de confrontação e, depois, de impedimento de presidente Collor não decorreu de eventual oposição à sua política, supostamente neoliberal, como argumenta uma parte dos analistas. Ainda que parte dos partidos de esquerda pudesse ter isso na agenda, o eixo da coalizão de centro-esquerda era outro, a democracia de 1988 (SALLUM, 2015, p. 221 e 222).

Autorizada pelos deputados federais e ratificada pelos senadores a abertura do processo de *impeachment*, Collor deixa a cadeira de presidente no dia 2 de outubro de

1992, e no dia 29 de dezembro⁴⁸ renuncia após esgotadas todas as possibilidades de defesa, sendo condenado à pena de oito anos de suspensão de candidaturas a cargos públicos.

As denúncias de corrupção começaram a surgir na mídia já nos meses seguintes à posse de Fernando Collor, quase como uma *crônica de uma morte anunciada*. Abaixo descreveremos sinteticamente os principais eventos tendo como referência Lattman-Weltman et al. (2014, p. 82-87):

1. em junho de 1990, as denúncias atingiram o segundo escalão do Ministério de Infraestrutura em uma suposta licitação irregular de contratação de empreiteiras para a recuperação de estradas;

2. no mês seguinte foi a vez das agências de publicidade contratadas para realizarem campanhas oficiais;

3. em setembro de 1990, relatou-se na imprensa que a Vasp (Viação Aérea Brasileira) teria sido favorecida em uma operação de refinanciamento no Banco do Brasil;

4. em outubro do mesmo, ano “o presidente da Petrobras, Luís Otávio da Motta Veiga, demitiu-se da estatal denunciando pressões para efetuar um empréstimo de 40 milhões de dólares à Vasp” (p. 83) a pedido de Paulo César Farias – o PC Farias;

5. em fevereiro de 1991 (reiterada em julho seguinte) veio à tona a denúncia de que a primeira-dama, Rosane Collor, teria efetuado, sem licitação, duas compras de cestas básicas para a LBA (Legião Brasileira de Assistência). A irregularidade teria sido praticada entre março de 1990 e março de 1991;

6. em abril de 1991, o “deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) denunciou a cobrança de comissões de até 30% na contratação de obras públicas” (p. 84) – tido por muitos como a ponta do iceberg do “esquema PC Farias”;

7. em maio de 1991, as denúncias atingiram a ministra da economia, Zélia Cardoso, por prática de *lobby* em fundos de pensão das estatais para a compra de determinadas ações, além de outras operações bancárias questionáveis;

⁴⁸ Algumas datas importantes sobre o desenrolar do impeachment de Collor:

1. em 1999, o Ministério Público pediu a abertura de processo criminal acerca do consórcio de empreiteiras para a construção da hidrelétrica de Xingó contra “[...] Collor e os empresários Olacyr de Moraes (Constran), Emílio Odebrecht (Grupo Odebrecht) e Jesus Murilo Mendes (Mendes Júnior) por apropriação de recursos públicos”;

2. “Em março de 2000, o processo foi arquivado por falta de provas” (FIGUEIREDO, 2000, p. 354 e 355). O STF acabou absolvendo Collor pelo crime de corrupção passiva;

3. O empresário alagoano Paulo César Farias, o PC Farias, morre em agosto de 2000, juntamente com sua namorada, Suzana Marcolino. Sobre as mortes ainda pairam dúvidas se tratar-se-ia de assassinato ou suicídio.

8. em novembro de 1991, denúncias de superfaturamento alcançaram o Ministério da Saúde.

O *realismo mágico* culmina no midiaticamente conhecido “esquema PC Farias”⁴⁹ em fevereiro de 1992, que depois seria chamado por *Veja* de “esquema Collor-PC”. Paulo César Farias havia sido tesoureiro de Collor na campanha para governador em 1986 e, embora não tenha sido o tesoureiro oficial da campanha presidencial, teria agido de forma irregular na busca por apoio financeiro. Seria sobretudo uma peça, ou um ator importante, em um esquema montado no Palácio do Planalto a fim de beneficiar determinadas empresas, descritas no decorrer da análise do discurso de *Veja*.

Logo após ter feito uma reforma ministerial que deveria também servir de blindagem dos casos de corrupção, no dia 27 de maio de 1992 o irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, o acusa publicamente de estar vinculado a um esquema de corrupção, o “esquema PC Farias”, seu testa de ferro. E, embora os Collor tivessem tentado neutralizar os efeitos negativos, afastando o próprio delator do comando dos meios de comunicação da família⁵⁰ por um tipo de “desequilíbrio emocional”, tal escândalo consumiu intensamente o espaço midiático.

Assim, a despeito de o uso da mídia ter sido estratégico na formação da imagem de Collor, que deveria aparecer na imprensa tanto quanto fosse possível (CONTI, 1999), com as denúncias de corrupção inundando as redações da mídia nacional, essa excessiva visibilidade se voltou contra o feiticeiro, gerando um fluxo imagético em que “[...] o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (DEBORD, 2016, p. 17).

Considerando o intervalo temporal do desenrolar do escândalo, analisamos as edições veiculadas por *Veja* sobre o *Caso Collor* entre o dia 24 de maio de 1992, edição 1234, e o dia 6 de janeiro de 1993, edição 1269, na semana seguinte à renúncia/deposição de Collor.

⁴⁹ O jornalista Lucas Figueiredo, no trabalho investigativo intitulado *Morcegos negros* (2000), demonstra que esse esquema de corrupção tinha conexão com o crime organizado internacional, especificamente com o narcotráfico. O título do livro é o mesmo do jatinho de PC Farias, uma das propriedades alvo das denúncias de enriquecimento ilícito. Tais conexões são tratadas por *Veja* ao longo de 1992; contudo, para evitar que nos distanciássemos do escopo da pesquisa, que é a produção de escândalos relativos aos presidentes pós-redemocratização, não nos debruçamos sobre essa análise e coleta empírica.

⁵⁰ Sob a influência do pai de Collor, Arnon de Mello, senador pela Arena, a família adquiriu uma concessão de canal de TV em Alagoas com direito de transmissão da Rede Globo (MELO, 2003).

O *corpus* empírico foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: Fernando Collor; PC Farias; Pedro Collor; *impeachment*; CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Reunimos 36 edições, totalizando 195 conteúdos midiáticos (reportagem de capa; reportagem; editorial; coluna; entrevista; radar – notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página em pequenos parágrafos). A produção jornalística com um número mais elevado de reportagens se comporta quantitativamente de modo ascendente a partir da entrevista exclusiva de Pedro Collor, em maio, até o ápice, em setembro de 1992, momento em que a revista *Veja* apresenta o relatório final da CPI. Há também uma intensificação da produção nas manifestações pelo “Fora, Collor!” e o afastamento do presidente até o julgamento a ser realizado pelos senadores (gráfico 08).

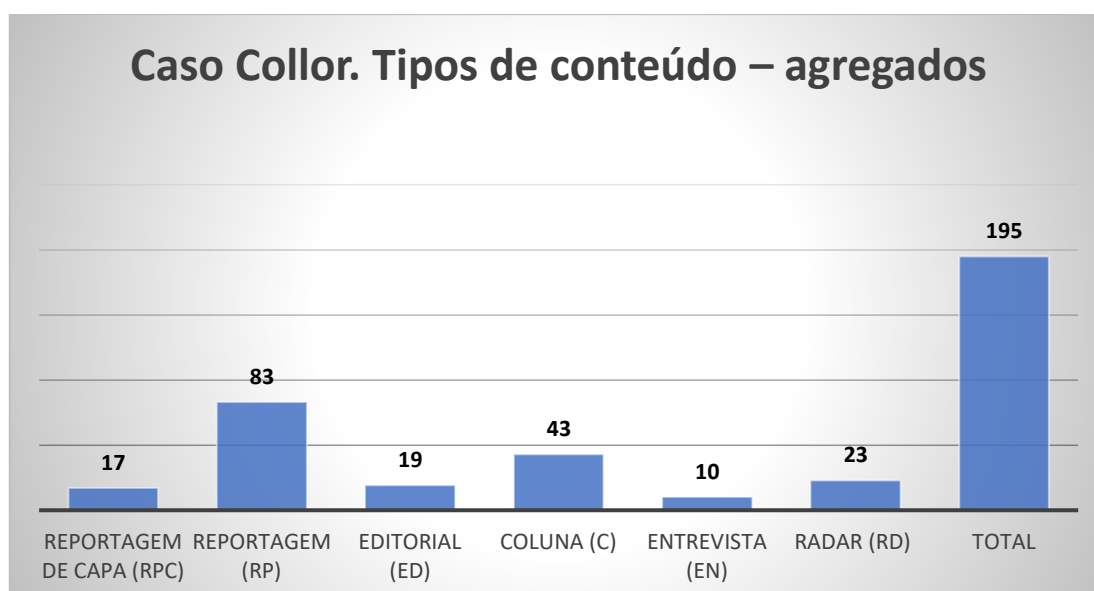
De maio a agosto de 1992, a produção de conteúdo de *Veja* se dedicou a pautar a instauração da CPI em paralelo à análise das estratégias de blindagem de Collor, de um lado, e, de outro, à apresentação cotidiana de novas provas a sustentar o processo de *impeachment* sob enquadramento sensacionalista. A partir de agosto os ritos do *impeachment* terão centralidade nas páginas da revista; seguido pelo afastamento do presidente em setembro; e da tratativa do esquema Collor/PC em suas minúcias, com a queda do mito salvacionista, até as últimas edições analisadas.

Importante registrar que, para Sallum (2015, p. 201), as reportagens veiculadas por *Veja* tiveram um impacto importante na opinião pública, seja quando Pedro Collor profere as suas acusações ou, duas semanas depois, quando a explosiva entrevista transfere o foco das ações do governo para a *qualificação moral* (grifos do autor) de Fernando Collor, o que repercutiu rapidamente no Congresso Nacional.

Sobre as colunas, destacamos quatro assíduos escritores sobre o escândalo: Elio Gaspari, Marcos Sá Corrêa, Roberto Pompeu de Toledo e Jô Soares – sempre adotando uma narrativa satírica.

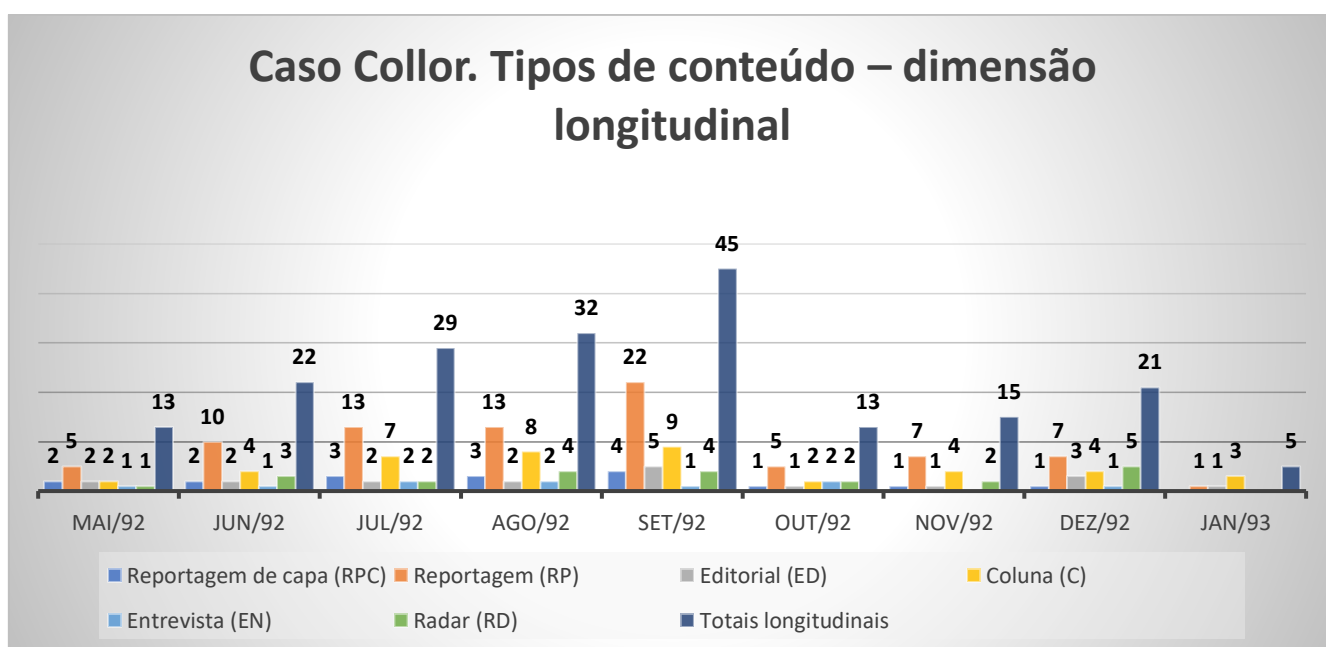
Como sustentamos teoricamente, os escândalos político-midiáticos se constituem como momentos conjunturais críticos capazes de evidenciar as contradições na *longa duração*. Cabe-nos agora utilizá-lo como chave analítica a fim de evidenciar os padrões discursivos de *Veja*, contando com a temporalidade cronológica, mas sem abandonar recuos e avanços temporais.

Gráfico 07: Caso Collor. Tipos de conteúdo – agregados



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 08: Caso Collor. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

O primeiro conteúdo midiático analisado foi uma reportagem assinada por Luis Costa Pinto (Edição 1234. 13/05/1992), intitulada “Tentáculos de PC”, em que, já de início, nos é apresentado um dossiê, gravado em fita cassete por Pedro Collor, e que teria por propósito revelar as entranhas do chamado *Esquema PC Farias*.

Tal denúncia seria motivada, segundo o colunista, por uma rixa empresarial, pois PC Farias estaria planejando lançar um jornal em Alagoas, o *Tribuna de Alagoas*, o que, além de ameaçar a hegemonia da família, proprietária de um jornal, uma emissora de televisão e três rádios, também abalava o ofício do diretor das Organizações Arnon de Mello, Pedro Collor.

Assim, em entrevista à *Veja*, na edição 1236, um traço de nosso patrimonialismo transborda quando Pedro Collor diz: “Na mesma reunião em que falei do novo jornal com Fernando, eu disse que precisávamos também de duas rádios, FMs pequenas ou médias, na periferia de Maceió”. Ao ser questionado como tal pedido poderia ser atendido, Fernando responde: “Pelas vias normais. Essas duas rádios já existiam no plano traçado pelo governo” (27/05/1992, p. 17), e acrescenta que o plano foi modificado a fim de contemplar cidades que não tinham rádios FMs, uma estratégia de PC para afrontá-lo.

Interessante notar que não há nenhuma menção do entrevistado ou do entrevistador que colocasse essa situação no contexto da pluralidade e do acesso à comunicação, ou mesmo no estabelecimento de uma concorrência transparente e não pautada por influência política. Ainda mais se considerarmos que uma das alegações de Pedro Collor (externada na edição 1236, p. 24) é que o irmão buscava substituí-lo no comando administrativo das empresas da família por uma questão política, evidenciando que essa racionalidade, calcada no favorecimento e no tráfico de influência, somente é negativa quando não se coaduna com seus interesses.

Mas essa rixa provinciana teve consequências imprevistas, pois, ao mirar PC Farias, o irmão, Fernando, mirou a si próprio, e, para “[...] destruir o Careca sem matar o irmão, desde novembro passado o diretor da *Gazeta de Alagoas* vem perseguindo os passos de PC no exterior, levantando seus negócios na Flórida, nos paraísos fiscais do Caribe, na França e na Suíça” (Edição 1234. 13/05/1992, p. 17).

Procurado pela revista⁵¹ na suíte de um hotel cinco estrelas, PC Farias, descrito como um homem elegante e autoconfiante, como típico de ex-seminaristas, negou a veracidade dos documentos apresentados por Pedro Collor e disse que qualquer um pode abrir uma empresa em nome de outrem. E a própria revista acaba por corroborar esse argumento, pois, embora haja a assinatura de PC em um dos documentos, muitos deles não trazem timbres, carimbos ou logotipos de instituições bancárias.

⁵¹ PC ainda concederia outra entrevista à *Veja* na edição 1253 (22/09/1992, p. 28) quando já enfrentava a “sina de ser o vilão da história” e na edição (1260. 11/11/1992, p. 22 e 23) momento em que Collor já está afastado da presidência.

A fim de checar as assinaturas, o jornalista primeiramente solicita que o próprio PC a faça e obtém a resposta “não ando com documentos”. Mas a confirmação de que se trata realmente da assinatura do secretário de Collor vem tanto de “dois conhecidos do caixa da campanha de Collor” (p. 18) – conhecidos para eles e desconhecidos para o leitor, já que essas identidades não são reveladas – e do perito documentocopista Del Picchia, convocado por *Veja* a integrar essa saga. Assim, em tom de cientificidade ratificam: “a assinatura da procuração é mesmo de PC” (Edição 1234. 13/05/1992, p. 18). Tal narrativa manifesta uma das classes determinantes na constituição de pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 06): o uso de especialistas a corroborar os trabalhos diários dos jornalistas, de forma a dar coerência à estrutura valorativa do meio de comunicação especificado, ou aos processos de editoração – outra classe de determinantes dos pacotes interpretativos.

Ainda edição 1234, o mesmo artifício de sigilo da fonte é utilizado após a descrição de personagens e instituições financeiras citados no dossiê de Pedro Collor. A revista traz a opinião de um ex-presidente do Banco Central brasileiro e de um especialista em operações financeiras no exterior atestando a consistência do dossiê, embora sem os identificar. A manutenção do sigilo da fonte é uma importante prerrogativa do jornalismo, a integrar o cabedal de direitos individuais de uma democracia; no entanto, *Veja* reiteradamente utiliza essas fontes não como fornecedores de novas informações, a partir de uma materialidade específica (áudios, documentos, etc), mas como confirmadores de posições já tidas previamente pela revista.

Assim, a despeito de não ser ilegal ter empresas e dinheiro no exterior para fins de maximização de lucros e planejamento tributário, a não ser que seja sonogada essa informação nas declarações de imposto de renda, o viés da reportagem é de que um escândalo está por vir na medida em que dizem: “A origem desse dinheiro provavelmente terá de ser ligada ao capítulo dos negócios brasileiros de PC Farias no dossiê – ao capítulo que Pedro Collor acha explosivo ao ponto de provocar o impeachment de seu irmão, o presidente Fernando Collor” (Edição 1234. 13/05/1992, p. 20) – um indício de estremecimento da tênue linha que separa a desnudação de segredos de interesse público do escandalismo (BOBBIO, 2015), em sua exacerbação espetacularizada acrescida do sensacionalismo sexual, na medida em que a esposa de Fernando Collor também é tratada como motivo de discórdia entre os irmãos.

Não à toa, na edição seguinte (1235. 20/05/1992), com manchete de capa “O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991. O choque entre a riqueza aparente e os

ganhos declarados”, o tema central da cobertura política passa a ser a análise das declarações de imposto de renda de PC Farias entre 1987 e 1991 enviadas à *Veja* (mas não apenas a ela) pelo então deputado federal José Dirceu (PT-SP), que as havia recebido de forma anônima. No editorial, levantam a suspeita de que o amigo do presidente levaria uma vida de magnata, com renda de microempresário, escondendo negócios escusos que poderiam resultar em uma influência nefasta sobre o governo de Fernando Collor. Uma influência que não ficou clara, a não ser pela argumentação de Pedro Collor, de que a exposição pública dos negócios de PC Farias poderia ter resultados extremamente nocivos ao governo do irmão – mas não nos é dito se havia elementos a corroborar tal afirmação ou ela estaria em tom de chantagem.

A reportagem de capa vai se debruçar intensamente sobre a análise das declarações de renda de PC Farias e chamará três especialistas (um da consultoria Arthur Andersen; o outro, um ex-fiscal da Receita Federal; e o terceiro, um funcionário da Receita paulista), novamente não identificados, mas prontos a ratificar a incompatibilidade entre renda, patrimônio e vida real na frase “PC é apenas mais um sonegador” (Edição 1235. 20/05/1992 p. 23).

E mesmo manifestando que Pedro Collor não apresenta nenhum documento comprobatório, a revista não se imiscui em detalhar todas as acusações referentes às atividades de PC no Brasil e de enxergar a possibilidade de instauração de uma CPI a partir dos comunicados oficiais feitos por José Dirceu ao Procurador Geral da República e aos presidentes da Câmara – Ibsen Pinheiro – e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara – Francisco Dornelles.

Retomando a questão das irregularidades arrecadatórias durante a campanha presidencial, *Veja* ratifica:

O resultado dessa celeuma ainda é incerto, dado o ziguezague aloprado com que Pedro Collor costuma se movimentar. Para o país, no entanto, há pelo menos uma lição a se tirar do episódio: a de que o levantamento de fundos para as campanhas eleitorais transformou-se num terreno minado cujas bombas continuam a explodir anos depois de contados os votos. O país inteiro sabe que PC foi o caixa da campanha de Collor. Pedro diz que 100 milhões de dólares passaram pelas mãos do empresário alagoano, doados por empreiteiros, banqueiros, comerciantes, a fina flor da elite, e que PC embolsou 15 milhões. PC Farias acha que a cifra está em torno de 65 milhões de dólares, e que ele não roubou nada, apenas os dividiu para pagar faixas, camisetas, programas de

rádio gratuito na televisão. Mesmo assim, PC se diverte com uma frase do revolucionário russo Léon Trotsky: “Aquele que tem algo a dividir nunca se esquece de si mesmo”. A sério ele argumenta que as contas da campanha de Collor foram aprovadas pela Justiça Eleitoral (Edição 1235. 20/05/1992 p. 24).

A partir desse excerto podemos extrair algumas reflexões. Uma delas, com fundamentos de mais *longa duração*, referente ao modo como os financiamentos de campanha são feitos no Brasil. E a outra, a respeito da assertiva de que PC se *diverte*, e não que se *divertiria*, com a frase de Trotsky, uma velada atribuição de culpa.

A edição bombástica⁵² viria no dia 27 de maio de 1992, com manchete de capa “Pedro Collor conta tudo”. Além do editorial, reportagens e colunas, foram os subprodutos jornalísticos da longa entrevista exclusiva de Pedro Collor concedida à Luis Costa Pinto (apelidado de Lula, segundo a revista) em que o delator chama PC de “testa de ferro” do irmão, que vem sendo conivente com a corrupção. A primeira das colunas foi assinada por Jô Soares, que, em tom sarcástico, diz que o presidente não vem dando tanta atenção às crises familiares e, continuando os seus afazeres, chega à seguinte descoberta: não se pode gastar mais do que se arrecada. A segunda coluna ficou por conta de Elio Gaspari, que compara a função de tesoureiro de campanha, ocupada por PC Farias, com a de um banqueiro do bicho, nada mais do que um gestor da “[...] caixinha de recursos fraudulentos alimentada pela plutocracia nacional para levar o senhor Fernando Collor de Mello ao Palácio do Planalto” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 33). E, se o PT não participou da distribuição de recursos, para Gaspari, foi tão somente porque a elite não queria Lula como presidente do Brasil, já que o financiamento vai para além da execução da campanha, preponderantemente criando laços de cumplicidade e de submissão.

Já a longa reportagem de capa (07 páginas) descreve como as acusações de Pedro Collor chegaram ao Planalto e como o irmão do presidente passa a ser desacreditado por alguns familiares, que, agora destituído do comando dos negócios do clã, é obrigado a se submeter a um exame de saúde mental (o laudo emitido nos dias seguintes foi favorável à Pedro Collor): “A iniciativa da maioria dos Collor de Mello parece coisa de soviético, da época em que os comunistas internavam dissidentes na Sibéria com alegação de que tinham problemas psiquiátricos” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 16).

⁵² Importante destacar que a entrevista exclusiva de Pedro Collor à revista *Veja* virou uma peça de marketing na edição seguinte (1237. 03/06/1992, p. 42): “A edição de VEJA da semana passada, com a capa “PEDRO COLLOR CONTA TUDO”, esgotou nas bancas. Milhares de pessoas não conseguiram comprar nenhum exemplar. Já o nosso ASSINANTE recebeu o seu em casa, com todo o conforto”. E também assunto do editorial.

Tal narrativa de *Veja* remete ao temor do comunismo candente à cultura política brasileira e associa Pedro Collor a um condenado político, representante do arquétipo do “homem de bem”, já que, embora todos saibam das relações, aparentemente escusas, entre o presidente e PC Farias, foi necessário que “[...] um brasileiro, maior de idade, casado, pai de um casal de filhos” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 17) tornasse isso público. *Veja* ainda o legitima como tendo “autoridade de quem conhece Fernando Collor desde a infância e tem contato com PC Farias há mais tempo que o presidente. Ele tem alguns documentos, diz que testemunhou histórias e as relata. Ele é Pedro Collor”. Corroborando a possível perseguição, Pedro Collor é taxativo: “A partir de agora toda e qualquer iniciativa contra a minha integridade física ou moral eu atribuo ao presidente da República em primeiro lugar e ao Paulo César em segundo lugar” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 25).

Com o passar dos dias a figura pública do presidente vai caindo cada vez mais em descrédito, contrariando a imagem de bom administrador que o envolveu durante a campanha eleitoral. Nesse sentido, concordamos com Lattman-Weltman et al. (2014, p. 103) sobre o fato de a atuação da mídia não ter sido homogênea e coerente durante o governo Collor, evoluindo do “[...] descaso à expectativa, do apoio à decepção, [oscilando] entre o acompanhamento hesitante e a intervenção clara, consequente e eficaz”.

A entrevista é finalizada com uma incursão pela vida pessoal dos irmãos, especificamente sobre o consumo de drogas, e essa temática é retomada por Luis Costa Pinto quando em reportagem de mesma edição detalha meticulosamente as picuinhas familiares a partir de um enquadramento sensacionalista. Em fita gravada, Pedro Collor, o acusador, esmiuçaria os negócios ilegais que PC Farias viria cometendo desde a sua atuação na Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, mas principalmente como a arrecadação de fundos para a campanha presidencial foi repleta de irregularidades – “a alegre rede financeira do empresário” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 26), uma prática continuada no Palácio do Planalto.

O financiamento das campanhas é retomado em outra reportagem como a principal “sementeira” da corrupção nacional, em que cada eleição a cargos importantes é acompanhada por um PC, embora alguns tenham mais de um testa de ferro, como é o caso de Quércia, segundo a revista. Citam ainda o exemplo de Maluf e de Brizola e dão a entender que na campanha brizolista o caixa 2 também teria sido praticado (suspeita que é retomada na edição 1240, tratando também de Fleury). Brizola, nomeado aliado de PC Farias, ainda seria alvo de críticas de *Veja* na edição 1237, de 03 de junho de 1992,

por sua posição contrária à liberdade democrática da imprensa, no caso a própria *Veja* e a cobertura das acusações de Pedro Collor.

E continuam: “Todo mundo mente. Todo mundo recorre a artifícios para justificar as mentiras. Um deles é arrumar notas abaixo do valor verdadeiro da despesa” (Edição 1236. 27/05/1992, p. 30) – e para confirmar tal premissa usam o depoimento de um especialista no setor de alugueis de carros, sem revelar seu nome.

Mas ainda que sugiram, no início da reportagem, que o financiamento de campanhas promove a corrupção, dizem que há dois tipos de uso para o dinheiro arrecado pelos “PCs”.

Há, digamos, o PC maligno e o PC benigno. Todos são PCs em dois sentidos, no de que todos metem a mão no negócio pantanoso do dinheiro eleitoral e no de que, uma vez que ninguém respeita os limites da lei, todos trabalham na clandestinidade. Mas há um PC benigno, sim – aquele que está destinando dinheiro arrecadado rigorosamente para a campanha, sem desvios para vantagens pessoais, próprias ou alheias (Edição 1236. 27/05/1992, p. 30).

Ao final da reportagem, destacam que essa prática não é exclusiva do Brasil, sendo nossa peculiaridade a impunidade, mas, ao dizer que em alguns políticos há intenções benignas e em outros há intenções malignas, a revista não colabora para uma visão crítica a esse respeito. Menos ainda quando expressa que o financiamento de campanhas é uma via de mão dupla, de um recebedor – os políticos e seus PCs – e de um doador – segmentos da sociedade em geral, um sujeito etéreo, não corporificado e desideologizado.

A intensa cobertura do *Caso Collor* continuou na edição seguinte, quando em editorial *Veja* coloca-se como uma das principais fontes de informação sobre o escândalo no Brasil e no mundo, mas principalmente como um ator capaz de contribuir para o fim da corrupção e dos privilégios (sem especificar quais). O mesmo enquadramento é visto no editorial do número 1245, de 29/07/1992, quando diz que além do Congresso Nacional existe outra instituição, esta representante da sociedade civil, que vem desempenhando um papel fundamental durante a crise política, a imprensa.

Embora Pedro Collor não pudesse provar a veracidade de suas acusações, o estrago já estava feito e, no dia 27 de maio de 1992, uma CPI é instaurada a pedido de parlamentares do PT. Chamada de “O acordão nacional”, a extensa reportagem (06 páginas) trata da tentativa de blindagem do presidente Collor, que vinha sendo costurada entre políticos de oposição (exceto Lula) e situação, empresários, Pedro Collor e até

mesmo o tesoureiro PC Farias – do terremoto à construção de “um pacto para acomodar todos os interesses” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 16), ou, como no título de reportagem, “Do pânico à paz. Como o Congresso debateu a renúncia de Collor e terminou numa CPI malabarista” (p. 22) – uma saída rechaçada por *Veja*, que, em editorial, diz que as investigações devem ser levadas até o fim, e por ironia esse posicionamento só é defendido publicamente por alguns integrantes do PT.

Nesse sentido, PC Farias seria oferecido em sacrifício à CPI, a ser instaurada no Congresso, e Fernando Collor seria poupado, isso porque “na teoria a CPI ficou proibida de apurar fatos que envolvam o presidente da República e discute-se até mesmo se o plenário terá o direito de apenas ouvir denúncias que vinculem Fernando Collor a seu tesoureiro” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 22 e 23).

Outra articulação capaz de preservar o presidente ocorreria, segundo a revista, à medida que ele cumprisse as “reivindicações dos congressistas, principalmente as do bloco governista e do PMDB, que fazem a maioria da comissão” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 17), uma contrapartida também foi exigida pelos empresários: o abrandamento da política econômica.

Mas, para *Veja*, o acordão para salvar o presidente começa a se desintegrar, tendo em vista que cada ação possui uma oposição: o governo não consegue controlar os parlamentares que a integram; estes, por sua vez, não são tão passivos como se imaginava; o chamado QG PC Farias (em referência à quartel general) contra-ataca, denunciando na Justiça o irmão do presidente; e este não sai dos holofotes, embora tenha dito na CPI que não possui nenhuma prova que sustente suas denúncias.

Nas edições seguintes (1238. 10/06/1992) (1239. 17/06/1992) os trabalhos da CPI são extensamente expostos nas páginas de *Veja*. A revista é veemente: “ou Pedro Collor vai pra cadeia, ou PC Farias lhe substitui no xadrez, ou o presidente Fernando Collor perde o mandato” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 24). Nessa toada, apresentam detalhes do organograma cedido por Pedro Collor à Polícia Federal acerca das atividades de PC Farias, bem como dos principais integrantes do chamado “Ministério paralelo” em suas ramificações com o Ministério real, estabelecido em Brasília. Estranhamente, segundo a própria revista, já que se trata de dois postos-chave nas finanças públicas, os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram poupados das denúncias do irmão do presidente, que elencou 12 pessoas capazes de influenciar a alocação (liberação, desvio e/ou manipulação) de verbas públicas. Dentre eles, destacam:

1. o ex-deputado Renan Calheiros;

2. José Celso Gontijo, da Via Engenharia, e Ivan Pio, da construtora OAS, que aparecem como possíveis agraciados por PC Farias;

3. e o ex-presidente da Petrobras, Luiz Octavio da Motta Veiga, que, segundo coluna de Marcos Sá Corrêa, havia reclamado de interferências de PC, em nome do presidente, na estatal, obrigando-o a desmentir tal fato no seguinte exemplo: “A empreiteira levou o contrato de 250 milhões de dólares, mas o presidente da Petrobras ligou para o empreiteiro Emílio Odebrecht para avisar que a proposta vencera sem padrinhos” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 25). Interessante destacar que o colunista não se questiona sobre o que seria esse apadrinhamento.

Ainda sobre o ex-presidente da Petrobras, *Veja* traz em suas páginas amarelas (Edição 1239. 17/06/1992, p. 7) relatos do “insubordinado” Luiz Octavio da Motta Veiga a respeito de como um comando paralelo se instalou na estatal durante o governo Collor e como relações pouco transparentes foram estabelecidas entre PC e a empresa de aviação Vasp. E, na introdução da entrevista, Elio Gaspari diz: “Houve um dia em que o presidente Fernando Collor teve duas escolhas: podia ordenar a Paulo César Farias que parasse de traficar influência na Petrobras ou podia se livrar do presidente da empresa, o advogado Luiz Octavio da Motta Veiga. Preferiu o segundo caminho”.

Destacamos abaixo alguns trechos da entrevista:

MOTTA VEIGA – Eu acho que os padrões éticos do governo Collor estão abaixo do que se espera.

MOTTA VEIGA – É o caso de se perguntar: por que o governo está preocupado? O senhor Paulo César Farias não é ministro, não tem sequer cargo público. O que é que o governo tem a ver com ele?

[Sobre PC Farias]:

VEJA – Sempre querendo saber antecipadamente o resultado da concorrência?

MOTTA VEIGA – Sempre.

[e descreve algumas situações].

VEJA – Como Paulo César Farias sinalizava ao senhor o poder que tinha no governo?

MOTTA VEIGA – Ele mostrava intimidade com o presidente da República [...] Telefonava e vinha com uma conversa: “O Fernando está muito satisfeito com você” ou “você está indo muito bem”. Desatendido, sacava o: “você não está colaborando”.

VEJA – Como se chama a fonte do poder de Paulo César Farias?

MOTTA VEIGA – A mim ele disse que se chamava Fernando Collor de Mello.

MOTTA VEIGA – [...] as delinquências são acobertadas para que se mantenha um estado de coisas que vem infelicitando o país (Edição 1239. 17/06/1992, p. 7 a 11).

Para *Veja*, não surgem provas que atestem a culpa de PC, embora digam que abundem indícios, por conta de uma suposta conivência de empreiteiros, os principais coadjuvantes no pagamento de propinas. E, a corroborar tal afirmação, citam uma entrevista concedida por Emílio Odebrecht ao *Jornal do Brasil*:

Perguntado se o pagamento de suborno é uma prática nacional, respondeu: “Sem dúvida nenhuma quem tiver o melhor poder de argumentação e acesso leva vantagem”. Sua entrevista foi esclarecedora, já que todo mundo entendeu que não se trata nem de “argumentação” nem de “acesso”, mas de contato e dinheiro (Edição 1238. 10/06/1992, p. 25).

Na edição 1241 (p. 22 e 23), de 01/07/1992, a revista traz um quadro discriminando os possíveis ilícitos entre a Odebrecht e o setor público em uma narrativa geral de busca por provas que incriminassem PC Farias por prática de *lobby*. Outros empreiteiros são ouvidos e, segundo a revista, silenciam por medo de serem acusados de coautoria na corrupção, temem perder negócios e também serem alvo da Receita Federal – e *Veja* rebate “quando um não quer, dois não roubam” (Edição 1238. 10/06/1992, p. 25).

Na edição 1239 (17/06/1992, p. 32), *Veja* traz um quadro em que destaca a participação de empreiteiras (“a OAS está em todas”), a mesma narrativa volta a ser utilizada na edição 1240, de 24/06/1992, com a sintética frase “A empreiteira OAS continua em todas” (p. 26), sem deter o monopólio, já que Odebrecht, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior também teriam estabelecido relações próximas a outros políticos do passado.

Citam na sequência o escândalo do *Watergate*, que teria levado o presidente estadunidense Richard Nixon à renúncia, sempre destacando o papel fundamental da imprensa no desnudamento e no acompanhamento diário do escândalo. Algo que aparecerá na edição 1239, quando associam o esquema PC à máfia italiana e criticam a demora da imprensa brasileira em perceber tamanha corrupção; na edição 1243 (15/07/1992, p. 27), quando dizem que Nixon caiu por proferir uma mentira, em sutil semelhança a Collor; na edição 1245 (29/07/1992), quando relacionam a legislação de

impeachment brasileira com a estadunidense. E especialmente na edição 1246 (05/08/1992, p. 106), quando em ensaio Roberto Pompeu de Toledo relata o escândalo estadunidense de 1974, dando destaque ao papel exercido pelo conservador Barry Goldwater, para chegar a duas conclusões:

A de ordem moral é que a decência não é apanágio das esquerdas deste mundo [chamam o PFL a essa vocação]. A conclusão prática é de que um presidente não é levado ao impeachment, ou à renúncia, pela oposição. É necessário a ação de um anjo da guarda das instituições e do respeito que, situado no mesmo campo que ele, e gozando do privilégio da insuspeição partidária, num certo momento diga “Basta”.

Ficando claro que se o anjo da guarda estadunidense foi o *Washington Post*, o do brasileiro seria a própria *Veja*. Assim, compreendemos que a revista vai se posicionando como um relevante ator político durante a divulgação dos desdobramentos do escândalo Collor, sendo vista como interlocutora por seus principais delatores, seja por Pedro Collor, seja por PC Farias, que nessa mesma edição relata detalhadamente o que dirá aos parlamentares da CPI. Os contrários à CPI são alvo de uma “tradução”, realizada pela da revista, do que disseram para as interpretações do que queriam dizer:

“Essa CPI não vai levar a nada nem a lugar nenhum”. Ministro JORGE BORNHAUSEN⁵³.

Tradução: O governo vai fazer o possível para esvaziar a CPI.

“VEJA debilita a imagem do país num momento em que o Brasil vai receber governantes de mais de 100 países para as conferências da Eco 92”. Governador LEONEL BRIZOLA⁵⁴.

Tradução: É preciso amordaçar a imprensa para que os bons negócios sejam fechados com tranquilidade.

⁵³ Filiado à Arena, é colocado no cargo de governador de Santa Catarina após a implementação do AI-2 em 1967. Novamente se torna governador biônico em 1978. Em 1982 é eleito senador pelo PDS. Migra para o PFL após a eleição indireta de Tancredo Neves. Torna-se uma espécie de chefe da Casa Civil durante o governo Collor. Em 1994, perde a eleição para o governo de Santa Catarina, mas vence para o Senado, ficando com esse mandato de 1999 a 2007.

⁵⁴ Filiado ao PTB desde 1945, elege-se deputado estadual por dois mandatos consecutivos. Em 1954 torna-se deputado federal. Em seguida é eleito prefeito de Porto Alegre. Então, em 1958, é eleito governador do Rio grande do Sul. Foi um ator fundamental a garantir a posse de João Goulart em 1961. Em 1962, elege-se deputado federal pelo estado da Guanabara. Tem seus direitos políticos suspensos após o golpe de 1964. Retorna ao Brasil em 1979, na esteira da anistia. Filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), elege-se governador do Rio de Janeiro em 1983. Concorre à Presidência da República nos pleitos de 1989 e de 1994. Perde a eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2000.

“Com o recuo do Pedro Collor, teremos uma CPI que investigará tráfico de influência e irregularidades nas contas de Paulo César Farias. Isso não é pouco para justificar uma CPI?”. Governador LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO⁵⁵.

Tradução: PC é um caso corriqueiro. Há muitos no país e é melhor não mexer nisso.

“A CPI não vai produzir sequelas porque as acusações foram feitas sem provas”. Senador MARCO MACIEL (PFL-PE)⁵⁶.

Tradução: Se houver sequelas, nosso esquema correrá riscos.

“O Congresso não pode fazer uma CPI para investigar o presidente. Se vocês insistirem nisso, eu vou ao Supremo”. Deputado NELSON JOBIM⁵⁷ (PMDB-RS).

Tradução: O presidente Collor, como os índios e os loucos, é inimputável.

“O processo democrático pode sofrer problemas se a investigação das denúncias de Pedro Collor for feita sob forte tensão emocional”. MARIO AMATO, presidente da Fiesp⁵⁸.

Tradução: Essa história pode prejudicar os empresários envolvidos em negócios escusos. A democracia não tem importância.

Edição 1238. 10/06/1992, p. 20.

Com esse recurso estilístico, *Veja* opera o conceito do enquadramento de forma explícita, ditando como devemos interpretar cada fala, sem mesmo acionar dados factuais. O pacote interpretativo geral expressa que a CPI deve ser protegida a qualquer custo, e o ator político que se mostrar contrário a ela, ou mesmo a parte de seu desenrolar, tem algum interesse particular.

A participação, com péssimos desempenhos autoacusatórios, de PC Farias na CPI é tema da reportagem de capa da edição 1239, com subtítulo “PC promove autofritura na CPI, seus irmãos ameaçam o presidente com revelações estarrecedoras e Pedro Collor faz

⁵⁵ Jurista e político, elege-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1987, pelo PMDB, e é reeleito na sequência. Exerce o cargo de ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso; da Defesa, no governo Lula, continuando no governo Dilma até 2011.

⁵⁶ Torna-se presidente da União dos Estudantes de Pernambuco em 1963. Com o golpe, filia-se à Arena. Em 1966 é eleito deputado estadual. Em 1970 é eleito deputado federal. Em 1978 é indicado por Geisel para o cargo de governador de Pernambuco. Depois, ajuda a fundar o PDS. Em 1982 é eleito senador. Em 1984, migra para a Frente Liberal, futuro PFL, sigla pela qual será vice-presidente por duas vezes com Fernando Henrique Cardoso. É eleito senador novamente em 2002.

⁵⁷ Foi secretário de Segurança Pública de São Paulo em 1987, no governo de Orestes Quércia. Pelo PMDB, elege-se governador de São Paulo em 1991 (sob o seu governo ocorre o massacre do Carandiru). E em 1999, pelo PTB, elege-se deputado federal mais uma vez.

⁵⁸ Mario Amato foi presidente da Fiesp entre 1986 e 1992, momentos após ter feito declarações polêmicas considerando um escopo ético de sonegação fiscal. É interessante lembrar também que o mesmo Amato declarou em 1989 “[...] que 800 mil empresários deixariam o Brasil na eventualidade de Lula vencer” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 492).

um acordo com sua família” (17/06/1992, p. 24). Das supostas ameaças do irmão de PC, *Veja* destaca: “O governo está fazendo marketing com Paulo César, mas se esquece que só está aí por causa dele”. “O Paulo César não vai ficar sozinho nisso. Quero saber qual é o representante da elite brasileira que nunca teve contato com ele” (p. 26). Desse assunto passa para a divisão de bens na família Collor de Mello sem apresentar o contraditório ou refletir mais profundamente sobre essas questões, mas indica que o governo “corre o risco de tornar-se objeto de chantagem dos Farias”.

Nesse contexto, a revista se coloca novamente como um ator central na descoberta e divulgação do escândalo⁵⁹:

Em São Paulo, VEJA descobriu uma peça do quebra-cabeça montado para recolher comissões e propinas. É a conta 104198-3, que fica numa agência do Bradesco, no antigo centro da cidade. “Esta é uma das contas em que vários empreiteiros depositaram comissão”, confirma um diretor da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas, a Apeop (Edição 1239. 17/06/1992, p. 24).

Embora tenham citado o nome do titular da conta, de seu patrão e dos supostos beneficiários, com a negativa expressa de um deles, a revista mantém anônima a fonte de tal descoberta. Duas admissões de ilicitude, além das análises de declarações de renda – de novo –, viriam do próprio PC Farias que, em depoimento à CPI, diz que:

“Primeiro, é falsa a declaração dos gastos na campanha enviada ao Tribunal Superior Eleitoral pelo PRN. Em segundo lugar, houve contribuições ilegais. O quanto se gasta é incomensurável”, informou PC. “Se a culpa existe, é da legislação hipócrita”, acrescentou PC (Edição 1239. 17/06/1992, p. 26).

Veja ratifica que de todo modo se trata de um crime, e hipócritas são os deputados da CPI que ouviram isso calados, e novamente utilizam o recurso estilístico da “tradução” para dizer que a frase de PC deveria ser: “Companheiros de ladroagem, a lei deve valer apenas para os que estão lá fora, para o povão, e não para nós, que vivemos de eleições” (p. 34).

⁵⁹ Uma perspectiva referendada por seus pares em premiações como o Prêmio Esso de Jornalismo e outros 13 prêmios oferecidos por diferentes entidades pela cobertura do escândalo Collor. Mais informações no editorial do número 1266 (16/12/1992, p. 17).

Em outra reportagem de mesma edição, a revista trata do desenvolvimento histórico da nomeada “caixinha eleitoral” (uma narrativa que é corroborada por Marcos Sá Corrêa em coluna na edição 1241. 01/07/1992, p. 25). Dizem que ela não fez parte das eleições anteriores a 1930, sem apresentar nenhum dado teórico e/ou empírico a corroborar tal afirmação, mas somente o fato de que o eleitorado era diminuto, sem considerar o que ficou popularmente conhecido como voto de cabresto. Citam a quantia recebida por Tancredo Neves em sua campanha no Colégio Eleitoral para depois se estender ao “criador” da forma de arrecadação de propinas na política brasileira.

A narrativa está ancorada no dispositivo de enquadramento chamado por Gamson e Modigliani (1989) de modelos ou exemplos históricos em que são sistematizados ensinamentos em formato de conteúdo midiático no intuito de salientar determinada interpretação dos fatos. Vamos ao texto:

Bom de voto mas desprezado por empresários endinheirados, o ex-governador Adhemar de Barros tratou de abrir o seu caminho por conta própria. Como não lhe davam, pedia. Quando não o atendiam, ameaçava e levava. A caixinha de Adhemar era de 2% e permaneceu nessa faixa, com altos e baixos, por duas décadas. Pesquisas acadêmicas só vão notar uma mudança nos anos 70, quando Paulo Maluf estava na crista da onda, e o percentual das comissões de obra sobe para 3%. Nos anos 80, há uma alteração para 5%, e Orestes Quêrcia se consolida como político de renome nacional. Com PC Farias ocorreu um salto qualitativo – 30% na média [...]. A caixinha perdeu qualquer remota finalidade política para se tornar uma atividade econômica como qualquer outra – exceto pela ilegalidade (Edição 1239. 17/06/1992, p. 31).

A partir desse trecho podemos elaborar algumas questões relevantes para entendermos o padrão discursivo de *Veja* no que se refere à produção e divulgação dos escândalos. Uma delas é que, ainda que considere que a corrupção possui um caráter sistêmico, o elemento mais ressaltado é o personalismo, expresso na motivação de identificar quem inaugurou o esquema para os sucessores, sem que haja uma análise mais detida sobre as condições de sua operatividade. A outra é para dar o tom de cientificidade à matéria, quando usam o termo “pesquisas acadêmicas”, sem citar fonte, dados, metodologia, restando somente a revista como fonte de credibilidade. Chamamos também a atenção para o pouco espaço dado à investigação do que nomeiam como “baronato empresarial”, a parte corruptora da relação de fornecimento/recebimento de propinas,

ficando para a política o ônus mais de ser, mais do que incentivadora ou promotora, condicionadora dessa situação.

A fim de reforçar esse pacote interpretativo, a revista já inicia a reportagem com a conclusão de que a política é intrinsecamente corrupta, antes mesmo de apresentar dados ou mesmo uma lista de fatos. E vai além ao associar o movimento sindical a práticas ilícitas.

O eleitor pode estar certo: a menos que tenha votado nulo ou branco em 1989, no dia em que compareceu nas urnas da eleição presidencial deu seu apoio a um candidato que extraía recursos financeiros de alguma fonte clandestina. Como Collor, Brizola, Maluf, Covas, Afif, Ulysses e até Aureliano Chaves, que ficou em 11º lugar, também tinham suas conexões com grandes empresários. A grande empreita nunca abriu seus cofres para Lula, mas é sabido que as campanhas do PT possuem um laço histórico com outro poço monetário, o movimento sindical (Edição 1239. 17/06/1992, p. 30).

O financiamento das campanhas eleitorais virá à tona na edição 1248, de 19/08/1992, ao tratar das contribuições de empresas, que, embora ilegais, são um fato corriqueiro, e finalizam a matéria com uma fala do tesoureiro de Rafael Greca (PDT-PR): “Nós recebemos dinheiro dos capitalistas amigos. O PT recebe dos sindicatos. É assim que funciona” (p. 30).

A relação entre o empresariado e políticos vai surgir novamente na edição 1241 (01/07/1992), mas agora na chave sonegador/corrupto, pelas figuras do senador Ney Maranhão (PRN-PE) e do empresário Mario Amato, presidente da Fiesp, que teria dito que todos são corruptos, pois, “[...] se cumprirem todas as obrigações tributárias, suas empresas quebram” (p. 26) – o que é um exagero, portanto, uma mentira, segundo a revista, e essas confissões só corroboram para o abafamento das denúncias que envolvem o Planalto. Tal ambiente empresarial de sonegação também é trabalhado na coluna de Gaspari na edição 1242, como, juntamente com as incertezas com relação ao futuro de Collor, uma grave crise que acomete o Brasil.

Diante de tantas denúncias, os apoiadores do governo começam a escassear, como é o caso do ex-líder do governo na Câmara, Renan Calheiros, que em entrevista à *Veja* diz ter advertido o presidente quanto à prejudicial atuação de PC Farias, a montagem de um poder sobreposto, e não paralelo, como se disse, para empreender tráfico de influência. Assim, afirma que “PC é uma extensão do presidente” (Edição 1240.

24/06/1992, p. 08), portanto, ele sempre soube de tudo. Quando questionado sobre a possibilidade de afastamento do presidente, diz que os ritos constitucionais preveem tal situação, mas que na verdade esse governo já acabou, “[...] ele acabou com a saída de Zélia. Acabou com a reforma ministerial” (p.11).

A narrativa da estabilidade das instituições, a despeito das denúncias de PC Farias, é reiterada por *Veja* em editorial de mesma edição, especialmente no tocante à imprensa, que “[...] tem demonstrado garra e competência na apuração dos fatos” (p.15), e quem pensa o contrário empreende uma manobra de acobertamento. Importante ressaltar nesse contexto que a revista havia concordado com a frase dita pelo senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB de São Paulo: “O impeachment é como bomba atômica: é para ter, não para usar” (Edição 1237. 03/06/1992, p. 25).

Mas Collor nem de longe pensa em renunciar, e, se colocando como interlocutora do Planalto, a revista, mesmo sem sinalizar qual a fonte, senão por um “nas palavras de um ministro” (Edição 1240. 24/06/1992, p. 16), diz que o governo sabe que provas contra PC Farias não tardam a eclodir e que contra-atacariam, sacrificando PC (que na edição 1241 aparece como suspeito de traficar drogas). Isso sob o comando de Collor – que sempre teria sido contrário à corrupção – e em concordância com Jorge Bornhausen, Antônio Carlos Magalhães, Ulysses Guimarães e a maioria dos governadores, exceto Roberto Requião, do Paraná, segundo a revista. E continuam:

Existe uma dúvida, porém, no item do acordo que o presidente deve ser poupado a qualquer custo. Toda vez que um deputado da oposição levanta a bandeira do impeachment presidencial, um representante do governo alega que fazer isso equivale a um prejulgamento. Está certo. Mas também é prejulgamento maquinar um plano destinado a demonstrar, por antecipação e sem que todos os dados tenham vindo à luz, que o presidente não cometeu crime de responsabilidade (p. 17).

Em reportagem assinada por Roberto Pompeu de Toledo, a narrativa de que o *impeachment* vem se tornando uma opção é candente, e, como se trata de “[...] um processo jurídico mas também político” (Edição 1240. 24/06/1992, p. 20), provas de “crime de responsabilidade” (grafado entre aspas pelo jornalista) devem ser apresentadas – provas cuja existência era absurda meses atrás, mas que agora podem surgir a qualquer momento. E se alonga a discriminar os possíveis ritos do *impeachment*, a despeito da

ausência de regulamentação legal. Tais visões também são reiteradas em reportagem contida na edição 1251, de 09 de setembro.

Novamente colocando a revista como um ator político relevante no desenrolar do processo de *impeachment*, Roberto Pompeu de Toledo diz que: “O rei precisa ficar nu para cair. É preciso uma maré montante tão arrasadora que acabe por arrastar consigo as difíceis maiorias de dois terços exigidas tanto na Câmara, para formular a acusação, quanto no Senado, para condenar” (p. 22) – e quem senão a imprensa poderia colaborar com a formação de uma opinião pública capaz de pressionar os congressistas nesse sentido? Quem mais pode acompanhar todas as minuciosas ações que envolvem o dia a dia da CPI? Não por acaso ela estaria sendo atacada, intimidada pelo Planalto, como afirmado em editorial do dia 08/07/1992 (Edição 1242, p. 15) e reiterado nos editoriais de 16 de setembro (Edição 1252) e de 11/11/1992 (edição 1261).

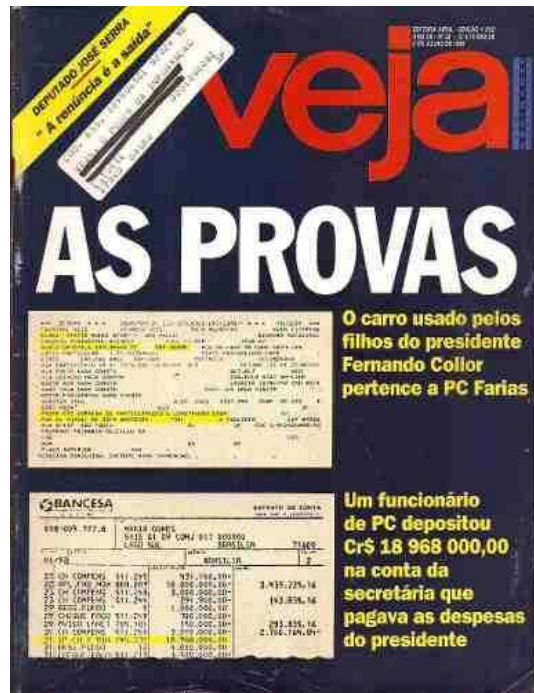
Diante desse ambiente e dessa postura editorial, cabe destacar a reflexão de Fernando Azevedo (2017, p. 101):

Usando técnicas do jornalismo investigativo, revistas e jornais produziram um extenso material sobre o escândalo que reverberava nos jornais noticiosos da televisão e tinha forte impacto na opinião pública. Nesse sentido, a mídia não só atuou como fonte de denúncias, na posição clássica de cão de guarda que vigia o poder, como mobilizou a opinião pública e pautou a discussão política do *impeachment*.

A própria revista, que, na edição seguinte, se debruçará sobre as negociações de bastidores entre Collor e “caciques” da política e da mídia – como Roberto Marinho, da TV Globo – e, especificamente, sobre o desenrolar da CPI, que já teria colhido “toneladas de depoimentos e acusações [e] mais do que matéria-prima para trabalhar, a CPI carece de um rumo claro a seguir” (Edição 1241. 01/07/1992, p. 18).

E eis que as tão aguardadas provas surgem, segundo a revista, e são esmiuçadas com exclusividade na edição 1242 com detalhes sobre o suposto pagamento de despesas, emissão de cheques e reformas na Casa da Dinda. Tudo feito por PC Farias por meio de depósitos realizados na conta bancária da secretária pessoal de Collor, Ana Maria Acioli Gomes (p. 17). Conclui *Veja* que o presidente mentiu em pronunciamento à nação.

Figura: Capa Edição 1242. 08/07/1992



Fonte: Acervo *Veja*.

Esse tema municipalizará extensa reportagem nessa e em outras edições, como a 1243 (15/07/1992) e a 1245 (29/07/1992), quando dizem que, a despeito da avalanche de histórias e confusões, “o núcleo da crise [...] é perfeitamente detectável. O que está em jogo é a queda do governo de Collor” (p. 18), já que o “governo” de PC Farias já ruíra devido à ambição desmedida e à utilização de métodos de quadrilha, deixando a entender que há ligações pendentes entre ambos os “governantes”.

Na edição 1246 (05/08/1992, p. 22), noticiam que as despesas de Collor, segundo relato à CPI de Cláudio Vieira, ex-secretário particular do presidente, foram pagas com os “rendimentos de um negócio entre Collor e um doleiro uruguaio chamado Najun Flato Turner” – parecendo, aos olhos de todos, um conto da carochinha. O tema das despesas da Casa da Dinda retorna na edição 1248 e na edição 1251 com um depoimento exclusivo à *Veja* do paisagista que lá trabalhou, relatando uma exorbitância de gastos.

Os fluxogramas abaixo mostram o mapeamento do suposto crime. Lembrando que um dos dispositivos de enquadramento empregados pelos meios de comunicação é justamente a utilização de imagens visuais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 03 e 04) que possam sintetizar mensagens e/ou valores.

Algumas notas fiscais emitidas pela empresa de PC Farias são analisadas a pedido de *Veja* por três delegados não identificados, e os recebedores dessas notas são: as

Além das corriqueiras denúncias de corrupção, as justificativas de teor econômico, leia-se descontrole da inflação e incapacidade de gerar crescimento nacional, começam a surgir, de forma mais explícita, como resultantes do escândalo.

Nesse sentido, a entrevista (Edição 1242. 08/07/1992, p. 08) de José Serra, então líder do PSDB na Câmara, exemplificará uma narrativa crescente nas páginas de *Veja*, a defesa pela renúncia do presidente, já que “a discussão jurídica é importante mas não esgota o assunto. Já há evidências suficientes de que o governo perdeu a sua autoridade moral [...] se ainda não está provado o comprometimento direto do presidente nas denúncias, já está demonstrada a sua responsabilidade política”. A saída seria a substituição de Collor por seu vice, Itamar Franco, e em reportagem de mesma edição tratam das conversas realizadas entre o futuro presidente, políticos e militares, e dizem desconhecer as intenções de Itamar quanto aos rumos da economia, mais especificamente se é estatizante ou liberal.

Denúncias de que a empresa de PC Farias, “a agora célebre Empresa de Participações e Construções Ltda., a EPC, prestou ‘assessoria econômica e fiscal’ para os maiores grupos econômicos do país” (Edição 1243. 15/07/1992, p. 20), ou para o chamado “tubaronato da economia nacional”, começam a ganhar espaço. Entre os supostos pagadores estão o grupo Votorantim, a construtora Tratex, usineiros de Alagoas e as empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

A despeito de a emissão de notas frias ser a principal suspeita da Polícia Federal, pois materializava a troca de propina por informações privilegiadas no setor público, e mais especificamente na liberação de valores bloqueados no Plano Collor, a revista retoma a questão do financiamento das campanhas eleitorais, mas com um alerta: a divulgação das relações entre PC e a plutocracia nacional pode servir para desviar o foco do presidente.

Inspirado no seu amigo Mario Amato, que declarou que “todos somos corruptos”, Antonio Ermírio disse que todos os empresários dão dinheiro para campanhas eleitorais. “Me digam o nome de um empresário que não tenha colaborado com um partido nas eleições”, disse. Emílio Odebrecht afirmou que essa é uma prática comum, mas se auto-ressalvou. Disse que contribuiu com a campanha de Collor, mas não com dinheiro. “Só ofereci nossa estrutura para abastecer o candidato com informações”, afirma o empresário, que, com a posse de Collor pagou 3,2 milhões de dólares pelos conselhos do já bem informado PC Farias [...] Há um pedaço da elite que não faz contribuições

ilegais para caixinhas eleitorais. Há uma segunda que desembolsa para um determinado candidato. Uma terceira abastece vários candidatos e existem ainda os que dão dinheiro de caso pensado. Contribuem na hora da eleição, para mais tarde cobrar favores do governo (Edição 1243. 15/07/1992, p. 21).

A busca por evidências que possam servir de prova contra Collor continua a motivar a redação de *Veja*, que trata de forma extensa (09 páginas), com uma linha do tempo a

denúncia do ex-deputado [Sebastião Curió], feita com exclusividade para VEJA, [que] revela um crime eleitoral. Para quem gosta de dizer que a CPI não tem provas documentais para sustentar suas investigações no governo, a denúncia do ex-deputado tem tudo para emudecer as queixas. Existe uma prova material do crime. É o cheque do Banco Rural [...] [e] dispõe de testemunhos e documentos para sustentar o que diz (Edição 1244. 22/07/1992, p. 18).

A manutenção da atmosfera de pretensão teor investigativo, mas sem dúvida de intenso teor sensacionalista, vem da busca por uma validação da denúncia sem a apresentação do caso a ser avaliado e dos denunciados – Collor, PC, o ex-ministro Bernardo Cabral, um executivo da Mercedes-Benz e o próprio denunciante:

Na semana passada VEJA consultou um juiz eleitoral e um procurador da Justiça Eleitoral para que avaliassem as implicações para cada um. Falando em tese, sem conhecer os nomes dos envolvidos, ambos manifestaram a opinião de que os cinco podem ser considerados culpados de crime eleitoral, e, sendo julgados, podem pegar penas que variam de três meses a um ano de prisão (Edição 1244. 22/07/1992, p. 26).

Veja relata a estratégia escolhida por Collor: não apenas enfrentar a CPI, mas também afrontar o Legislativo. E, em tom profético, dizem que a história mostra que esse é o caminho da desordem institucional (Edição 1244. 22/07/1992, p. 27). Uma desordem que aparentemente alerta sobre o rumo do *impeachment* nessa reta final da CPI (Edição 1245. 29/07/1992, p. 31). E, após apresentarem os ritos constitucionais para a deposição do presidente, trazem uma frase elucidativa da narrativa geral da reportagem: “‘A discussão agora é política’, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB paulista”.

A edição seguinte (1245. 05/08/1992, p. 18) mostra que PMDB, PSDB e PT “começaram a ensaiar um pacto que entregaria ao cidadão comum a iniciativa de tentar abrir o processo contra Collor”, por meio dos próprios parlamentares, o que nos parece contraditório. Esses partidos iriam contra os 168 votos necessários para bloquear a abertura do *impeachment* na Câmara⁶⁰.

Para tentar impedir que essa articulação parlamentar fosse vitoriosa, segundo a revista, Collor começa a se aproximar do PFL, “também conhecido como Partido do Fisiologismo Liberado” (Edição 1247. 12/08/1992, p. 18), que em troca obteria verbas públicas. Além do senador Amir Lando (PMDB-RO), responsável por elaborar o relatório final da CPI, estão abaixo os políticos mais importantes nesse processo via Parlamento, segundo *Veja*. E, entre isentos, independentes e favoráveis ao *impeachment*, há um destaque especial ao que chamam de “tropa de choque”, os defensores de Collor:

Figura: Personagens processo de *impeachment*



⁶⁰ Manifestações a favor do *impeachment* começam a figurar nas torcidas presentes nos jogos olímpicos daquele ano e também nas páginas de *Veja*.



ROBERTO JEFFERSON, PTB-RJ — Chefa a tropa de choque. Tenta criar confusão para impaginar os trabalhos juridicamente. Advogado, tem 39 anos. Acusado de ter interesses no esquema PC, já convidou Dirceu e Suplicy para trocar sapatos. Tem 128 quilos, mede 1,78 metro e atribui o mau humor a um moderador de apêlito.



JOSÉ PAULO BISOL, PSB-RS — O senador, de 64 anos, chegou à CPI porque Espiridão Amin brigou com Bornhausen e escolheu-o para a vaga do PDS. Foi candidato a vice-presidente na chapa de Lala e é uma revelação da CPI. Preside a subcomissão de temas bancários e prepara projeto para mudar regras de sigilo fiscal e bancário.



ODACIR SOARES, PFL-RO — Aos 53 anos, vice-líder no Senado, é o porta-voz da tropa de choque. Agressivo, já defendeu o fim da CPI em três ocasiões. Fez um relato a **Colômbia** do depoimento de Ana Acioli dizendo que ela foi pressionada. É voto curto do governo. A oposição considera que tentará tumultuar a votação do relatório final.



MÁRIO COVAS, PSDB-SP — Classificado em quarto lugar na eleição presidencial, Covas, de 62 anos, é um detache da CPI. Revelou-se competente interrogador de testemunhas, esmiuçando detalhes. Escrita da ala de oposição do PSDB, entrou na CPI na vaga de Almir Gabriel, licenciado para concorrer a prefeito de Belém.



ODACIR KLEIN, PMDB-RS — É o líder dos peemedebistas descontentes com Orestes Quéricia na Câmara. Tem 49 anos, enrubece durante debates e andava desanimado com o mandato antes da CPI. Homem de confiança de Benito Gama, o deputado foi ao Uruguai e voltou ainda mais convicto sobre seu voto contra **Colômbia**.



NEY MARANHÃO, PRN-PE — **Colômbia** de primeira hora, carrega uma Magnum 44 e renova o arsenal de provocações em despachos no Planalto. Sonagador confesso, tem 64 anos. "**Colômbia** dá tiro em gente", é seu argumento contra a CPI, diferenciando **Colômbia** de Getúlio Vargas — e insinuando que o presidente não pertence ao gênero humano.

VEJA, 12 DE AGOSTO, 1992

25



MIRO TEIXEIRA, PDT-RJ — Deputado brizolista, integrou-se às fileiras da oposição na CPI. Bem informado, colabora nos entendimentos políticos. Tem 47 anos e até 1986 foi adversário de Brizola, que o derrotou na disputa do governo do Rio de Janeiro em 1982. Protagoniza embreversos freqüentes com a tropa de choque do Planalto.



JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS, PRN-PE — Enviado da CPI a Montevideu, onde foi procurar provas da inocência de **Colômbia**; Vasconcellos, de 53 anos, voltou com a disposição governista abalada. Tornou-se presença incerta, mas ainda assim anuncia que votará com o governo. Equilibrado, não tem atuação grosseira como alguns aliados.



PEDRO SIMON, PMDB-RS — Seu gabinete sedia o QG da oposição. Recusou ser relator por achar de antemão que PC é criminoso. Conta tudo para o deputado Ulysses Guimarães. Não gosta nada do presidente do PMDB, Orestes Quéricia. Tem 62 anos, 29 de vida pública. A favor do impeachment, acha difícil sua aprovação.



MARCELO BARBIERI, PMDB-SP — Membro do MR-8 quando estudante, aos 35 anos integra as fileiras do quercismo. Na CPI, participou de diligências em Macaé, Brasília e São Paulo. Pediu investigações sobre manobras de PC com títulos da dívida agrária. Protegi a saúde com longas caminhadas e comida natural. Vota com a oposição.



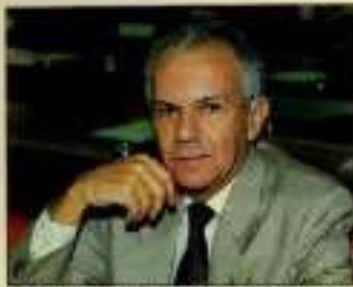
ANTÔNIO MENDES TRIAME, PSDB-SP — Escreve cartas e corrige textos durante reuniões. Aos 46 anos, tem memória comparável à de Paulo Maluf e uma oratória desajeitada que rivaliza com a do senador Eduardo Suplicy. Afastou-se logo no começo da CPI para cuidar da candidatura a prefeito de Piracicaba. Vota com a oposição.



JOSÉ MUCIO, PFL-PE — Ligado a Marco Maciel e Ricardo Figueira, anda por conta própria e afastou-se de ambos no desenrolar da CPI. Aos 43 anos, alegre e articulado, é confidente de Benito Gama. Já avisou que deverá votar contra os interesses do governo. Faz dois bons amigos à esquerda, os peelistas José Dirceu e José Genoino.

26

VEJA, 12 DE AGOSTO, 1992



ANTÔNIO MARIA, PMDB-PB — Discreto, evita a tribuna do Senado e passa em branco pelas sessões da CPI. Ajuda Lando no relatório. Advogado e promotor público, está com 54 anos e ganhou o respeito de parte do plenário por propor o imposto sobre grandes fortunas, aprovado na Assembleia Nacional Constituinte. Vota com a oposição.



RAIMUNDO LIRA, PFL-PB — Amigo de Collor, só fez perguntas em três depoimentos e falou a mais da metade das sessões. A especialidade do senador Lira, de 48 anos, é a defesa dos interesses da indústria automobilística. Prepara café da manhã para reunir empresários e o presidente na sua mansão em Brasília. Vota com o governo.



VALMIR CAMPELO, PTB-DF — O deputado falta às sessões com frequência, nunca fez uma única pergunta aos depoentes e não escende de ninguém que está na Comissão Parlamentar de Inquérito apenas para defender o governo cegamente. Aos 47 anos, Valmir Campelo é ligado ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.



JONIVAL LUCAS, PDC-BA — Lidera seu partido na Câmara. Declara apoio ao governo, mas raramente apareceu nas reuniões da CPI. O deputado Jonival Lucas, de 46 anos, não reuniu sequer sua bancada para trocar informações sobre os trabalhos da comissão. É considerado um voto certo a favor do presidente Fernando Collor.



IRAM SARAIVA, PMDB-GO — Esteve em algumas reuniões. Viajou para tratamento de saúde nos EUA. Ficou paralisado num acidente de carro em 1979. Tem 47 anos e é considerado o mais governista da oposição. Os colegas duvidavam de peemedebismo. Quêrcia convescou o senador a ajudar a engrossar os votos da oposição.



AÉCIO DE BORBA, PDS-CE — O deputado vota sempre com o governo e defende Collor, mas fica muito nas reuniões da CPI. Borba, um antigo coronel nordestino, tem 61 anos. No Congresso, é mais conhecido por suas atividades extraparlamentares, como a presidência da Confederação Brasileira de Futebol de Salão.

VEJA, 12 DE AGOSTO, 1992

27

Fonte: Acervo Veja. Edição 1247. 12/08/1992, p. 24 a 27

O ansiosamente esperado “cidadão comum” surge nas ruas e nas páginas de *Veja* (Edição 1248. 19/08/1992), corporificado em estudantes secundaristas, em sua maioria de escolas privadas (por ironia do destino, alunos da escola frequentada pelo presidente quando jovem), e universitários.

E, fazendo referências às quedas do comunismo na Romênia, em seu teor violento, e na Checoslováquia, na chamada “revolução de veludo”, *Veja* trata as manifestações brasileiras em um misto de remake da minissérie da TV Globo *Anos Rebeldes* (tal rótulo será utilizados em outras edições) embalados pelo Carnaval, como seria dito mais adiante: “só um povo que faz História em ritmo de Carnaval pode derrubar o presidente que era o chefe de um bando de lunáticos” (Edição 1268. 30/12/1992, p. 32). E, embora se tratasse de multidão diminuta, ela foi capaz de acordar o “monstro” (uma citação de JK) da opinião pública.

Num lance arriscado, ele [Collor] conclamou os brasileiros a saírem às ruas em sua defesa, usando o verde-amarelo da bandeira. No mesmo dia, o monstro começou a divulgar que os que são contra a corrupção e o presidente devem se vestir de preto. A crise está nas ruas. Ao vivo e em cores rebeldes (Edição 1248. 19/08/1992, p. 23).

Em editorial da edição seguinte (1249. 26/08/1992), tratam das manifestações que se seguiram ao inaugural “domingo negro”⁶¹, agora com centenas de milhares de brasileiros tomando espontaneamente – sem a participação de sindicatos, partidos políticos, ou subversivos – as ruas do país com humor e ordem, não obstante em outra reportagem da mesma edição digam que o governador de São Paulo planeja colocar 1 milhão de pessoas nas ruas paulistas – “O receio maior de Fleury é que, sem direção, a campanha de rua pela saída do presidente se torne presa fácil de agentes provocadores” (p. 18).

Quem seriam esses agentes provocadores? A revista não diz, mas confirma que as três forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – só intervirão em caso de desordem, ainda que defendam o princípio de que eles não podem se posicionar publicamente sobre política. Reiteram que o exercício da cidadania não se abrevia nas mobilizações, mas elas são essenciais para pressionar o Congresso, um diagnóstico compartilhado pelo PMDB e

⁶¹ Interessante notar que para Collor o tiro teria saído pela culatra, já que os *caras-pintadas* emergem na cena pública após convocação do próprio presidente para que as pessoas fossem às ruas vestidas de verde e amarelo a fim de apoiá-lo.

pelo PT. Até “os empreiteiros estão atacando o Planalto” (p. 19), embora as ações em bolsa estejam subindo. A única voz dissonante, segundo *Veja*, é manifestada pelo caudilho Brizola, um aliado fiel à Collor até outrora (como é reiterado nas edições 1249 e 1250).

A caça às provas ainda servirá de mote para mais uma reportagem (Edição 1249. 26/08/1992) sobre o uso de informações privilegiadas por PC e Collor para se livrarem do confisco decorrente do Plano Collor – uma maluquice econômica (p. 22) – chegando à soma de 260 milhões de dólares de acordo com extratos bancários – “é uma tragédia: os brasileiros elegeram e levaram a sério um farsante ou um desequilibrado. Em ambos os casos, um desclassificado” (p. 23).

E, se outrora se posicionaram como um ator político fundamental no processo de investigação e exposição dos atos impetrados por PC e Collor, agora se isentam de qualquer responsabilidade na construção da imagem de Collor durante o período eleitoral – o “caçador de marajás”. Se ele é verdadeiramente um farsante, ele enganou todo o *establishment* midiático.

Na edição seguinte, 1250, de 2 de setembro, a revista apresenta os crimes aos quais Collor fora relacionado no parecer final da CPI: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, formação de quadrilha e estelionato. E, na parte que “[...] trata a participação de empresários como cúmplices da bandalheira com espantosa inocência. Antônio Ermírio e a empresa Tratex fazem uma rápida aparição, na explicação das notas frias. E é só” (p. 34). Embora a conclusão da CPI fora a de que “PC Farias utilizou suas empresas – sobretudo a consultoria EPC e a operadora de transporte aéreo Brasil Jet – para receber dinheiro de grandes grupos empresariais interessados em contratos públicos e financiamentos de instituições financeiras oficiais” (CARAZZA, 2018, p. 12 e 13), afirmaram, na edição 1255, de 30/09/1992 (p. 30), na sequência do afastamento de Collor, que no relatório final da comissão eles – Antônio Ermírio e a empresa Tratex – acabaram sendo citados como “vítimas de extorsão”. Dizem também que a primeira-dama já estaria mais próxima de uma condenação por uso indevido de recurso público. E, na edição 1252 (16/09/1992), sustentam a tese de que o Ministério da Fazenda, durante a gestão de Zélia Cardoso, era na verdade comandado por PC Farias.

Se, de um lado, isolado em seu “bunker” (uma alusão à Casa da Dinda), Collor se acerca de advogados e juristas na tentativa de se manter no cargo, de outro “PC bebe muito, dorme mal, vive tenso e deprimido e tem medo de ser assassinado” (p. 28). E, em atmosfera diametralmente oposta, o povo começa a resgatar o verde-amarelo da nação (p.

30) em um domingo de descontração capaz de reunir eleitores de Maluf e de Eduardo Suplicy.

Diferentemente do “domingo negro”, de 16 de agosto, que contava predominantemente com secundaristas e com a classe média urbana, as novas manifestações que tomaram o Brasil apresentavam diferentes matizes ideológicos e classistas e foram tratadas por *Veja* no enquadramento do espontaneísmo, como se não tivessem contato com um ecossistema informativo que narrava diuturnamente o passo-a-passo da CPI e a frenética busca por provas a relacionar criminalmente PC e Collor; como se o “cidadão comum” não tivesse sido conclamado, especificamente por *Veja*, em edições anteriores.

Na edição 1250 (02/09/1992), uma nova etapa do escândalo *Caso Collor* é apresentada ao leitor, a saber, efetivamente sobre a instauração do processo de *impeachment*. Já nas primeiras páginas dessa edição, *Veja* traz uma entrevista com Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), candidato a vice-presidente com Ulysses Guimarães em 1973, “o primeiro cidadão a assinar o pedido de impeachment de Collor” (p.07) a pedido do ex-colega de chapa em uma de suas últimas atuações políticas (pauta para reportagem da edição 1254) já que falece em um acidente de helicóptero no dia 12 de outubro desse mesmo ano.

Mas destacam que ainda pairam muitas indefinições quanto aos trâmites do processo de *impeachment* (Edições 1250, 1251 e 1252), pois, ainda que o STF tenha elaborado um acórdão sobre a matéria em 1989, trata-se de uma lei (nº 1079) de 1950. Para *Veja*, o “[...] consenso pode levar a atalhos rápidos e seguros” (p. 24), e quem está posicionado no centro desse palco é o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro.

Quanto ao direito de defesa do presidente acusado, em coluna da edição 1252 (16/09/1992), Elio Gaspari diz que Collor já se defendeu inúmeras vezes, porém, todas as ocasiões relatadas pelo jornalista ocorrem publicamente em manifestações nas redes nacionais de rádio e televisão, muito mais voltado ao restabelecimento de sua imagem positiva junto à população do que de forma integrante dos ritos processuais de defesa. Ainda assim essa posição é reiterada em editorial da edição 1253.

Questionado se as atuais manifestações se assemelham às encabeçadas pela moralista UDN, Lima Sobrinho responde negativamente, justificando que essas manifestações não querem tomar o poder, como queria a UDN, que, notadamente, apresentava um caráter golpista (BENEVIDES, 1980; DULCI, 1986). Além disso, ao longo da entrevista nos chama a atenção o reforço de uma narrativa de que o *Caso Collor*

é o maior escândalo da história do país, tornando-se mito sem considerar um passado recente de censura e perseguições, portanto, sem jornalismo investigativo para dizer o mínimo, pois não podemos nos esquecer das instituições democráticas capazes de fiscalizar o poder Executivo, como o Congresso.

E em editorial de uma página inteira (o maior do *corpus* analisado) a defesa pela renúncia se explicita: o “presidente deve sair [já que,] por complacência e até por incentivo de Fernando Collor, a corrupção alastrou-se [...] está nas mãos [dele] a alternativa de renunciar ao seu cargo ou de insistir em prejudicar o Brasil” (Edição 1250. 02/09/1992, p. 17), dado que o processo de *impeachment* é extremamente doloroso, segundo a revista. Mas, em reportagem de capa de mesma edição, destacam que Collor vai às TVs brasileira e argentina e diz que não renuncia; por outro lado, o próprio Itamar Franco, seu vice, já vem trocando “o hipotético ‘eu faria’ pelo afirmativo ‘eu farei’ e dizendo que está preparado para assumir” (Edição 1250. 02/09/1992, p. 30) – uma afirmação reiterada na edição 1253 (22/09/1992, p. 46), quando, em reportagem sobre Juiz de Fora, dizem que “a terra de Itamar vai esperar calada até que seu filho chegue lá”.

O vice-presidente também já estaria buscando um novo projeto econômico para o país, mas para quem ele teria dito tais anseios *Veja* não esclarece, apenas confirma o aval dado pelo presidente das organizações Globo, Roberto Marinho, o dono da emissora que favoreceu Collor no debate presidencial contra Lula e que agora “revelou estar preocupado com o prolongamento indefinido da crise e com as reações explosivas de Fernando Collor” (Edição 1251. 09/09/1992, p. 30) – tudo isso dito em um jantar entre o próprio Marinho, Itamar e Sarney.

Suspeito de grampear e divulgar conversas telefônicas de seu vice (Edição 1252), Fernando Collor começa barganhando apoio (Edição 1251) para desembocar em uma “tática corrupto-fisiológica-terrorista” (Edição 1252) que, segundo *Veja*, tem como cerne a compra de apoio dos parlamentares através da liberação de verbas e cargos públicos – literalmente comprando deputados (Edição 1253. 22/09/1992, p. 16), uma prática que, embora não seja nova, nunca fora praticada em tão larga escala e com tanta truculência (Edição 1253. 22/09/1992, p. 24).

E para agravar ainda mais a situação há “um refluxo nas manifestações pela saída de Collor. Quanto menos gente na rua, mais difícil aprovar o impeachment” (Edição 1252. 16/09/1992, p. 33). Ao menos por enquanto, pois na edição seguinte os manifestantes voltam a bater recordes de público (Edição 1253. 22/09/1992, p. 30) e, se no início eram

cheias de espontaneidade, agora possuem uma intensa participação de PMDB, PT e CUT, em combinações políticas ecléticas.

Se antes de assumir Collor carregava o *ethos* publicitário embalado em um discurso salvacionista, potencializado pela grande imprensa brasileira, agora tudo se esvanece:

Collor já foi considerado um grande comunicador. Na verdade esse conceito é enganoso, tantas vezes é aplicado quando o que se quer dizer é “grande manipulador”. Mas vá lá que o conceito seja positivo, e que, nesse bom sentido, um dia tenha caído bem em Collor. Se foi assim, hoje ele é vítima da maldição inversa. Nada mais do que comunica cola, tanto os sentimentos que estampa no rosto como as palavras que despeja dos lábios. Tudo termina na mesma pasta de fingimento, mentira e impostura (Coluna Roberto Pompeu de Toledo. Edição 1252. 16/09/1992, p. 110).

O fechamento narrativo do empacotamento publicitário do salvador da pátria é feito na coluna de Elio Gaspari dias antes da votação do *impeachment* no Senado:

Foi o mais falso, arcaico e irresponsável projeto de mistificação política da História brasileira. Falso por [ser] produto da manipulação. Arcaico porque numa presidência messiânica confiscou a poupança de quem não tinha e dilapidou o Estado em consórcio com aqueles que querem mais. Irresponsável porque seus financiadores sabiam precisamente o que estavam comprando e vendendo (Edição 1268. 23/12/1992, p. 25).

Em ensaio que recupera os antecedentes de renúncia ou retirada de monarcas e presidentes republicanos, Roberto Pompeu de Toledo (Edição 1255. 30/09/1992, p. 32) vai enxergar no perfil psicológico de Collor as razões de sua queda, mais especificamente em sua extrema e idiossincrática vaidade, a beirar o heroísmo – o super-Fernandinho (p. 42), uma característica vista como positiva nos primórdios da construção de sua imagem.

Casado com uma mulher muito mais nova, mencionada como gatinha, e em um misto de fausto e farra, desde os tempos da prefeitura de Maceió (contrariando a imagem de caçador de marajás aplaudida meses antes pela mesma revista), o jornalista tenta entender por que Collor quis ser candidato à presidente:

[...] pode-se arriscar que a resposta está numa combinação da vaidade que move nosso personagem com uma pequena ideia. A pequena ideia era a de que o país estava clamando por uma cara nova, alguém fora dos partidos e da política tradicional, ainda mais se alguém chegasse dizendo que viria combater a corrupção, a mordomia e os marajás (Edição 1255. 30/09/1992, p. 35).

E, antes de o feitiço virar contra o feiticeiro, Collor só chegara lá porque

“[...] se lançaram os mais ricos e poderosos a colaborar com o candidato, numa orgia de contribuições ainda maior depois que, no segundo turno, as crueldades do sistema eleitoral colocaram como seu adversário o sapo barbudo difícil de engolir, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 39).

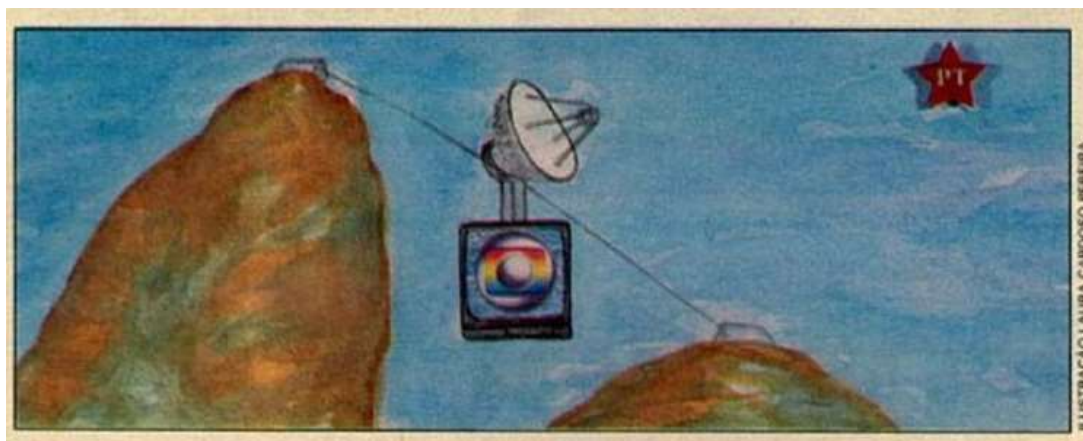
Permeada de “cajafestadas” e palavrões, as ações de Collor são, segundo o editorial (Edição 1253. 22/09/1992, p. 15), lamentáveis, perigosas e – acionando um medo não materializado, mas simbolicamente vívido – capazes de exacerbar os ânimos e levar a reações imprevisíveis. Para fomentar ainda mais esse clima, a revista afirma que ele estaria incitando um golpe não a favor, mas contra, pois “estaria achando melhor ser deposto pela força do que pela via legal do impeachment” (p. 17), embora mais adiante digam que “não há o mais leve sinal de que eles [os militares] se envolverão na disputa” (p. 21).

Cabe destacar que na coluna de Marcos Sá Correa intitulada “O presidente sumiu” a narrativa geral é de que sua queda é inevitável, seguida pelo questionamento de quem seria o chefe da quadrilha. Contudo, a ilustração que acompanha o texto traz os logotipos da TV Globo e do PT, possivelmente encenados no Rio de Janeiro (figura abaixo), sem que haja qualquer menção no texto aos dois atores em questão, apenas em outra reportagem de mesma edição que trata das forças parlamentares em disputa no Congresso, colocando o PT, mais especificamente Lula, no limite visual entre ser a favor ou em cima do muro em relação ao *impeachment* com os seguintes dizeres: “**O encanador Lula:** o PT faz barulho nas manifestações e hoje joga água fria na militância para evitar apupos aos adversários no palanque do impeachment. Para tirar Collor do Planalto, tem **34** votos” (Edição 1253. 22/09/1992, p. 24).

Ou seja, reitera uma posição hesitante, titubeante do PT e de Lula como liderança em um contexto, segundo a revista, em que a bancada a favor do *impeachment* “borrou

qualquer linha ideológica ou mesmo entre situação e oposição. O que ela reúne hoje são parlamentares otimistas e ressabiados” (Edição 1253. 22/09/1992, p. 24). Nesse sentido, *Veja* utiliza um dispositivo de enquadramento que Gamson e Modigliani (1989) denominam como metáfora, quando, por analogia, há a substituição de um ou mais termos por outros em sentido semelhante.

Figura: Coluna Marcos Sá Correa. Edição 1253. 22/09/1992, p. 21



Fonte: Acervo *Veja*

E elencam quais instituições seriam essas: a CPI, que investigou e deu certo (Edição 1268. 30/12/1992); a presidência da Câmara, que assegurou o bom andamento do processo; o STF, que apontou os caminhos que o processo deverá trilhar em uma reportagem exclusivamente dedicada ao “nobre” momento desempenhado por seus juízes (p. 36 a 38). Agora a responsabilidade recai sobre a Câmara Federal, que pelo voto aberto poderá dar prosseguimento ao *impeachment*, que tem tudo para acontecer, segundo a revista, tendo em vista a debandada de antigos apoiadores do presidente de fora e de dentro do parlamento, este último mensurado pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) (Edição 1254. 30/09/1992, p. 21).

Para outros, “pouco mal faria se ele continuasse”. Entre eles está o ex-governador Quéricia e o PT, para o qual seria melhor fazer oposição a um governante desacreditado do que a qualquer outro, segundo expõe Elio Gaspari em sua coluna, em um enquadramento demasiado opinativo, pois não traz nenhum dado, ou mesmo alguma reflexão de alguém mais que não ele próprio. E assim como aconteceu com Jânio, continua Gaspari, “a História se repetiu e aquela conversa de que na segunda vez ela vem como farsa foi apenas uma frase de efeito de Marx. A História se repete como repetição” (Edição 1254. 30/09/1992, p. 29) – entendemos que esse recurso narrativo pode ser analisado à luz do dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que aciona modelos ou exemplos históricos para, a partir de uma memória coletiva, transmitir uma dita verdade.

Novamente a defesa pela renúncia do presidente mobiliza as páginas de *Veja*, dado que, entre a abertura do processo e a destituição do presidente, o mesmo não deixa totalmente o cargo, passando a ser um “presidente afastado”; para a revista, apenas uma peça de decoração. A narrativa geral é de que não há escapatória para Collor e, diante desse diagnóstico, Itamar – um homem de caráter comedido, em comparação ao megalômano de sua cabeça de chapa – já começa a escolher seu ministério – especialmente o ministro da Fazenda – e a montar seu plano de governo, visto com bons olhos por *Veja*, que, contrária a certa nostalgia, diz:

Pela estrutura cultural, o vice parece um planejador dos anos 70. Gosta de estatais e de economia regulamentada. Como constituinte, teve o desempenho beato de um frade do PT. Votou pela estabilidade no emprego, pela estatização dos bancos, por uma reforma agrária agressiva. Mas, vejam só, desde aquela época recente, as estatais começaram a ser vendidas, a economia foi exposta à competição estrangeira, não há estabilidade no emprego e nem lei salarial em

vigor. Temia-se que na eventualidade de chegar à Presidência Itamar Franco pusesse essa roda a girar para trás num movimento nostálgico. Boa parte do que ele tem feito nas últimas semanas é mostrar que isso não acontecerá (Edição 1254. 30/09/1992, p. 30).

Na esteira dos acontecimentos – já que Collor é afastado da Presidência pela Câmara por 441 votos favoráveis à sua saída –, *Veja* publica na mesma semana outra edição classificada como histórica por dedicar todo o seu conteúdo a esse fato, além, evidentemente, de páginas de publicidade, algumas das quais em diálogo com o momento político, como a do Banco Bamerindus, que se expressa em frases como “O Brasil somos nós” e “O Brasil em primeiro lugar” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 56 e 57) – desnudando uma das classes de determinantes a integrar os pacotes interpretativos, nesse caso através de uma atividade patrocinadora (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 06) congruente com os valores editoriais da revista.

O editorial, maior do que o de costume, com uma página inteira, tece elogios aos jovens, às ditas fortalecidas instituições democráticas, e também ao chamado “cidadão comum” que foi às ruas espontaneamente se manifestar por um Brasil, que “disse não à corrupção. Disse não à impunidade. Não à conciliação” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 04). Finaliza destacando a sua própria atuação, por estar no “centro da crise”, mantendo uma imparcialidade controversa que se autojustifica em tom imperativo:

Cabe a Itamar cumprir o programa com base no qual foi eleito. Um programa que visa pôr fim aos cartórios e ao protecionismo. Que prega o desmonte do corporativismo e a privatização de empresas estatais que a iniciativa pode gerir de maneira mais eficaz. Um programa que defende a abertura do país ao mercado mundial, de forma a aumentar a produtividade da economia brasileira (Edição 1255. 30/09/1992, p. 04).

A defesa pela manutenção de uma agenda liberalizante é reiterada em editorial do dia 6 de janeiro de 1993, dias após a renúncia de Collor: “Não se pode esquecer a necessidade de prosseguir com a abertura da economia, um item que a administração Fernando Collor, um dos seus maiores crimes, associou à desonestidade” (p. 15). O mesmo tom se encontra na autoimputação que lhe garante a legitimidade de ratificar a seguinte sentença: “Fernando Collor de Mello é página virada da História brasileira. Uma página manchada de crimes que o país e as instituições que o representam souberam se

livrar” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 11), ou que “seu governo armou uma ação predatória jamais vista na história da República” (p. 38); tal como uma máfia *a la* Cartel de Medellín seria o esquema Collor-PC (p. 40). Mas,

pelo menos, por contraposição à quadrilha de Collor, é um governo virtuoso [por outro lado] na era, quase por coincidência, o Brasil tomou contato com aquele conjunto de figuras econômicas que levam o nome de modernização. Ninguém que tenha juízo é capaz, hoje, de combater essas reformas (Edição 1256. 07/10/1992, p. 42).

É interessante notar que a narrativa impositiva de exigir o cumprimento de um determinado programa de governo é fundamentada no histórico do vice-presidente, agora presidente em exercício, como alguém receoso quanto à eficiência do mercado e da iniciativa privada, mas possuidor de uma importante qualidade, ser honesto a despeito de ser um inequívoco nacionalista (Edição 1255. 30/09/1992, p. 15).

Nas edições seguintes (1256. 07/10/1992; 1257. 21/10/1992; 1258. 28/10/1992; 1259. 04/11/1992; 1260. 11/11/1992; 1262. 18/11/1992) *Veja* se dedica a discutir as estratégias de defesa que Collor começa a conceber visando o julgamento no Senado, dando especial atenção à tentativa de se afastar de PC (os trâmites judiciais e os possíveis desdobramentos foram resumidos por *Veja* no fluxograma abaixo).

Mas a revista se concentra sobretudo na defesa pela renúncia do agora presidente afastado, que diz em entrevista à *Veja*: “Voltarei. Voltarei para cumprir minha missão [...] o destino se cumpre” (Edição 1259. 04/11/1992, p. 26), algo que a revista não apenas desacredita, pela loucura e pelo cinismo corroborado por duas fontes não identificadas e por trechos de falas de Collor (Edição 1267. 23/12/1992), mas sobretudo por estabelecer uma narrativa oposicionista (a figura abaixo ilustra essa argumentação) intensamente reiterada na última edição de 1992 (1268).

Figura: As alternativas de Collor. Edição 1265. 09/12/1992, p. 21



Fonte: Acervo *Veja*

Figura: Às vésperas da votação no Senado. Edição 1267. 23/12/1992, p. 20



Fonte: Acervo *Veja*

Em reportagem de capa (Edição 1260. 11/11/1992, p. 21), *Veja* descreve minuciosamente o conteúdo de um computador usado nas operações do esquema de corrupção montado por Collor-PC, já que, segundo uma fonte identificada apenas como o amigo do delegado responsável pela apreensão do objeto, esse governo paralelo “não tinha meios de funcionar sem a ajuda do presidente”.

A empreiteira OAS aparece, segundo a revista, com uma frequência notável nos conteúdos retirados do computador, e uma tabela mostra que ela cobrava propinas abaixo dos valores de mercado. Afirmam que, “à exceção da OAS, brindada com achaques de menor monta, as comissões definidas para o mercado são homogêneas” (Edição 1260. 11/11/1992, p. 26), o que nos leva à seguinte indagação: por que, mesmo tratando de um suposto esquema de corrupção, a revista não trata a iniciativa privada, recebedora ou pagadora de propinas regulares, como corruptora, mas apenas como parte de uma regra geral de oferta e procura?

Além da OAS, outras 29 empresas integrariam o chamado corruptograma elaborado pela Polícia Federal a fim de descobrir a trajetória do dinheiro cedido/recebido indevidamente (Edição 1262. 18/11/1992, p. 34 e 35). Uma dessas 29 empresas é a multinacional Mercedes-Benz, que, segundo o colunista Elio Gaspari, se opôs à famigerada frase “somos todos corruptos”, proferida pelo presidente da Fiesp, e, diferentemente dos demais empresários, foi a público dizer que contribuiu com o projeto modernizador de Collor e PC; para o colunista, trata-se de um fato de extrema relevância, tendo em vista que

ninguém conhece melhor o mundo da roubalheira que a sua principal vítima: o empresariado. Submisso a uma cartolagem de segunda categoria, o homem de negócios brasileiro corre o risco de perder a sua indispensável força política se a ladroagem conseguir prendê-lo numa armadilha em que se misturam a sonegação, a perda de autoestima e a falta de respeito pelo povo [e ratifica] os empresários precisam ser descriminalizados (Edição 1263. 25/11/1992, p. 25).

Talvez através de uma anistia tributária, pauta para a edição 1264 (02/12/1992).

As últimas páginas da edição 1262 (18/11/1992, p. 78) referentes à Collor tratam da criação de um personagem surgido na empresa de aviação Vasp: “uma das coisas que vieram embrulhadas na era Collor foi um tipo de empresário espertalhão que lastreou seu crescimento financeiro nas ligações subterrâneas com o poder”.

Na edição seguinte (1264. 02/12/1992), *Veja* apresenta ao leitor os nomes das empresas que tiveram “um papel no esquema Collor-PC”, depositando dinheiro na empresa de terceiros, mas ligadas a esses dois famosos personagens, entre elas estão:

Credicard, Sharp, Odebrecht, Andrade Gutierrez⁶², Mercedes-Benz, Votorantim⁶³, Tratex. E ratificam: “o esquema Collor-PC arrancou cerca de 10 milhões de dólares apenas de um punhado de empresas” – e, entre serem prestadores de assessoria e vítimas de estelionato e extorsão, salvaram-se todos os empresários, já que o procurador da República, Aristides Junqueira, “não enquadrrou nenhum empresário como corruptor. Preferiu apostar na tática de vê-los como testemunhas, e, até agora, tem sido bem-sucedido” (p. 28).

Mantendo a tônica de que a moralidade é a grande questão nacional e como a corrupção está subsumida a um tipo de caráter, o editorial do dia 2 de dezembro de 1992 (Edição 1264, p. 17) não ignora o fato de que Collor não inventou a corrupção, mas argumenta que ele estabeleceu a corrupção como um método de governo, atingindo um apogeu (p. 27), e, apesar de grave, esse mal é fácil de extinguir: basta, segundo a revista, ter vontade política – nenhuma menção à promíscua relação com o empresariado.

De “caçador de marajás” a estorvo, já que faz de tudo para não ser retirado do cargo, Collor tenta dar “um golpe de porta de cadeia” ao destituir nos últimos minutos os seus advogados a fim de evitar ou ao menos adiar o julgamento no Senado (Edição 1268. 30/12/1992, p. 18). Eis o fim, ao menos simbólico, de Collor nas páginas de *Veja*.

Em contraponto a essa qualificação há uma ode à democracia e à liberdade conquistadas coletivamente pelas instituições – inclusive pela imprensa – e pelo “povo de bem” no editorial da última edição do ano, uma edição de atributo retrospectivo. Nesse mesmo sentido, a prova de fogo do sistema presidencialista em um momento de emancipação política da sociedade brasileira é exaltada pelo cientista político Luiz Felipe de Alencastro nas páginas amarelas de *Veja* (Edição 1268. 30/12/1992, p. 07).

As “chicanas colloridas” não surtiram o efeito esperado, restando a Collor a “opção janista” da renúncia; diante da revolução pacífica que o atropelara, venceu o país da honestidade (Edição 1268. 30/12/1992, p. 45), e o ex-presidente perdera os direitos políticos – o linchamento de um defunto, segundo Gaspari (Edição 1269. 06/01/1993, p. 27).

⁶² Na seção Radar (Edição 1266. 16/12/1992, p. 35), a revista destaca as relações pouco usuais entre a empreiteira Andrade Gutierrez e Quércia e, em outro box com título “No paraíso das empreiteiras-II”, o fato de a Odebrecht ter aproveitado a onda privatizante do governo Collor para se tornar a maior empresa química do país. E o entrevistado Luiz Felipe de Alencastro (Edição 1268. 30/12/1992, p. 09) cita uma frase do ministro Adib Jatene capaz de ilustrar esse cenário: “As empreiteiras comandam o orçamento do Estado”.

⁶³ Em reportagem de teor econômico (Edição 1266. 16/12/1992, p. 90), os litígios internos da Votorantim são relatados sob a ótica de um desdobramento das relações entre a empresa e o esquema Collor-PC.

Finalizando a produção de conteúdo sobre o *Caso Collor*, Roberto Civita, editor de *Veja* e presidente do Grupo Abril, destaca os pontos que devem ser levados a cabo para darmos continuidade à tarefa de moralização do setor público:

1. A imprensa continue desempenhando seu papel isento, investigativo e fiscalizador, sem perder de vista – em qualquer momento – que não consegue fazer nenhuma mudança sozinha;
2. A população – incluindo os caras-pintadas que tanto contribuíram para a deposição do presidente que nos traiu – continue cobrando, questionando e pressionando;
3. Não percamos as oportunidades representadas pelo plebiscito sobre forma e sistema de governo [...] para repensar, modernizar e simplificar o nosso intrincado arcabouço constitucional;
4. Dediquemos especial atenção à necessidade de modificar a legislação que regulamenta o financiamento de campanhas eleitorais, as licitações de obras públicas e o voto distrital. Basta alterar estas três áreas específicas inteligentemente para reduzir dois terços da corrupção que hoje grassa pelo Brasil;
5. Finalmente, é preciso que as dezenas de milhões de pessoas conscientes e de bem deste país participem cada vez mais ativamente da vida de suas comunidades [...] (Edição 1269. 06/01/1993, p. 78).

O vice de Collor, Itamar Franco, finalmente assume a cadeira presidencial em definitivo, findando um processo amplamente marcado pela teatralização do poder e pela espetacularização dos escândalos políticos. Algo que, para Renato Janine Ribeiro (2004), se faz como consequência da substituição do público pelo publicitário, do público pelo palco, que tem como ente constitutivo a plateia ou o espectador do espetáculo. E poderíamos dizer também do político pelo político-mercadoria capaz até mesmo de criar uma legenda narcísica. Nessa relação assimétrica, a plateia possui poucos recursos para se expressar e/ou influenciar a trama, reduzindo cada vez mais a participação da sociedade na vida pública – algo que aventamos em nossa hipótese orientadora, de que a produção dos escândalos políticos por parte da revista *Veja* se dá *pari passu* aos valores e às estratégias de ação contidas em seu próprio projeto político-midiático, que está calcado em um liberalismo político capaz de combinar um conservadorismo, no sentido de manutenção do *status quo*, com uma democracia instrumental.

O narcisismo de Collor se atenua diante da teomania do *establishment* midiático que abandona sua criação pelo fluxo imagético do espetáculo, pois, se no início os enquadramentos da grande mídia eram quase sempre favoráveis a Collor (LATTMAN-WELTMAN et al, 2014; AZEVEDO, 2017), no desenrolar do escândalo, em sua temporalidade específica, ao menos nas páginas de *Veja* eles passam a enfatizar narrativas extremamente desfavoráveis ao então presidente. Os enquadramentos noticiosos se prestam a relatar fundamentalmente o cotidiano do descobrimento de provas, com um apreço à exclusividade de sua divulgação, e as atividades da CPI. Contudo, o insistente tipo de produção discursiva empregada por *Veja*, de não revelar as fontes consultadas mesmo que elas façam importantes juízos de valor, capazes de mobilizar a opinião pública contra o presidente, principiam um descolamento dos relatos das notícias em seu aspecto descritivo para algo muito mais valorativo e/ou interpretativo.

Buscando os mais significativos pacotes interpretativos em suas redes de sentido dialeticamente estabelecidas no desenrolar histórico (MENDONÇA; SIMÕES, 2012), sistematizamos os principais “esquemas de interpretação” (MCCOMBS, 2004, p. 140) sobre o *Caso Collor* entre 24 de maio de 1992 e 6 de janeiro de 1993 nas páginas *Veja*. Destacando que subsumido a esses “esquemas” há o exercício de um tipo de ação, nesse caso midiática/discursiva, da revista, que se coloca como um ator político capaz de empreender enquadramentos acerca do empresariado, das lideranças políticas em questão, dos partidos e do povo manifestado nos *caras-pintadas*. Os principais pacotes interpretativos se referem a um povo homogêneo, em harmonia; à corrupção como um acontecimento midiático; à adoção da agenda neoliberal; e a um autorreconhecimento de *Veja*.

1. Povo homogêneo em harmonia

No centro da narrativa de *Veja* está o assim chamado *povo*, uma categoria fluída que é impregnada de áurea de retidão pela revista, pois é composto por cidadãos comuns e de bem. O *povo*, que assistiu à votação do *impeachment* nas ruas das principais cidades e, mais do que isso, foi fundamental ao pressionar pela saída do presidente. Nesse sentido, um dispositivo de enquadramento intensamente utilizado durante a cobertura das manifestações de rua foi a descrição factual, a partir dos eixos de um desenrolar ordeiro, com disciplina e tranquilidade, mas sempre com humor.

Os midiaticamente conhecidos *caras-pintadas*⁶⁴ foram subsumidos no discurso de *Veja* como parte integrante de um *povo* que é temido pelos poderosos, está acima de diferenças políticas, sociais e geracionais e agora exige mudanças. É importante considerar que a constituição discursiva de *povo* ganha relevo quando a analisamos a partir do referencial laclauiano (2015) entendendo-a como uma categoria política calcada na pluralidade de elementos heterogêneos, não se tratando, portanto, de um grupo pré-constituído e/ou estático, mas de uma formação de identidade coletiva não de forma justaposta, mas articulada em torno de uma ou mais demandas unidas por relações equivalentes.

Esse processo de identificação é sempre contingente a despeito de se colocar como um *todo*. É uma universalidade *contaminada* (LACLAU; MOUFFE, 2015) – em tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade – capaz de gerar vínculos a partir de demandas que podem ser reivindicatórias, e por estabelecer necessariamente uma relação com aquele a quem a demanda se destina é antagonicamente estruturada – o *povo* contra alguém ou algo; nesse caso, contra Collor. Assim, um dispositivo de enquadramento resumido na harmonia e na união acima de quaisquer diferenças se origina na própria contingência da formação discursiva “Fora, Collor!”, que, de tão heterogênea, se faz extremamente passadiça.

Se a formação dessa subjetividade política requer o estabelecimento de uma demanda como unidade mínima de articulação, esta surge nas páginas de *Veja* no pacote interpretativo descrito abaixo.

2. Corrupção como um acontecimento midiático

Essa trilha interpretativa (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193) tem como baliza três fatos objetivos: a sonegação de impostos; o pagamento de propinas em troca de favorecimentos no setor público; e a “caixinha eleitoral” ou financiamento fraudulento de campanhas eleitorais – lembrando que à época, até 1994, as doações empresariais eram ilegais, voltando à ilegalidade em 2015.

⁶⁴ Podemos também compreender esse movimento de protesto a partir do conceito de *kitsch político* de Milan Kundera (2002), como uma categoria analítica capaz de antecipar mecanismos e demonstrar características permanentes de uma sociedade. Para o autor, determinadas manifestações de massa, ao priorizar o compartilhamento de ícones, palavras de ordem e arquétipos, fazem com que o momento catártico misture essência e superficialidade (no sentido de priorização da aparência) e, “[...] se de um lado pode ser uma grande celebração, ou um importante movimento reivindicatório, por outro pode ser o aprisionamento deste por um comportamento considerado aceitável, delimitando o léxico da luta que se pretende empreender” (CHICARINO, 2013, p. 129), já que a reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação, ou de continuísmo, é um dos elementos do conceito de *kitsch político*.

Todos esses fatos objetivos tornados escândalos político-midiáticos estão contidos nas corriqueiras ocorrências de esquemas de corrupção oriundos de escusas relações entre agentes do Estado e agentes do mercado. Ou seja, esses três exemplos não se manifestam tendo somente um dos lados como agentes, mas inter-relacionando-se; de um lado está o poder político e, de outro, o poder econômico (THOMPSON, 1998). Entendemos, contudo, que as alterações de protagonismo variam em cada contexto, em cada conjuntura, mas estruturalmente se retroalimentam.

Nas páginas de *Veja* a presença de algumas empreiteiras é constante, o que nos dá a medida do elemento estrutural acima citado, tendo em vista que Odebrecht, Andrade Gutierrez e Tratex tiveram um papel fundamental na eclosão do escândalo da *Ferrovias Norte-Sul* durante o governo Sarney, além da OAS, Serveng-Civilsan e Carioca Engenharia, que aparecem no relatório final da CPI. Muitas dessas empreiteiras retornarão nos processos da *Lava-Jato*, destacando que “[...] o método e os personagens, se intensificam e se repetem ao longo do tempo [revelando] um modus operandi entre grupos empresariais que buscam no governo toda forma de benefícios” (CARAZZA, 2018, p. 13 e 15).

Carazza (2018, p. 14) destaca que as empreiteiras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiróz Galvão e OAS também foram centrais no escândalo dos Anões do Orçamento, em

[...] um esquema de manipulação da execução das emendas orçamentárias que beneficiou dezenas de parlamentares em conluio com instituições “filantrópicas” e empreiteiras [que] manipulavam orçamento de obras públicas, influenciavam os projetos, burlavam o processo licitatório, agiam em cartel num rodízio de vencedores dos certames com posterior subcontratação das parceiras para executar as obras – tudo possibilitado pelo pagamento de “participações” (propinas) aos políticos que faziam vista grossa ao esquema.

Contudo, diferentemente do pacote interpretativo empregado no escândalo da *Ferrovias Norte-Sul*, de “vilanização” do Estado, no *Caso Collor* há um intenso processo de personalização da culpa (exceto por parte dos empresários), inicialmente imputada ao magnata PC Farias e à sua capacidade de influenciar os rumos do governo, para, no final, agregar Collor a essa narrativa, como o chefe da quadrilha do “maior escândalo da nossa história”. No discurso de *Veja* é notável o momento em que se deixa de falar em “esquema

PC” e passa-se a falar em “esquema Collor/PC” – após a instauração da CPI e especialmente após o afastamento do presidente.

A propósito, a frase de efeito “maior escândalo da nossa história” é repetida inúmeras vezes na trilha interpretativa da revista, em tom de ineditismo, sendo que o artifício da materialização de vivências e memórias coletivas em slogans (frases de efeito, bordões, expressões concisas) (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 03 e 04) é uma das estratégias discursivas mais profícuas e perduráveis, portanto, um recurso fundamental na práxis hegemônica.

Se no início do nosso levantamento, em maio de 1992, *Veja* emprega um enquadramento desfavorável, ainda que diminuto, ao empresariado, pois o trata como coautor nos três fatos objetivos acima citados, com o passar dos meses ele passa a ser enquadrado como uma das principais vítimas da corrupção. Algo ratificado por Gaspari em coluna de 25 de novembro de 1992, em que o considera a maior vítima da roubalheira do país (Edição 1263, p. 25).

De forma combinada a essa visão, o pacote interpretativo sobre a corrupção tratará a política (leia-se política partidária), de forma cada vez mais constante, como intrinsecamente corrupta, portanto, sujeita à criminalização. Assim, compreendemos que o combate à corrupção pode agregar, aglutinar e/ou excluir interpretações, podendo ser tratada como um processo de corrosão do caráter democrático e republicano em que se coloca o Estado a serviço de interesses pessoais de agentes desse próprio Estado e do mercado, ou simplesmente corporificada em “maçãs podres”, como Collor e PC Farias. Sem possuir, portanto, um conteúdo previamente definido.

Essa perspectiva coaduna com a reflexão de Laclau (2015) acerca dos *significantes vazios* que, por conta de sua indeterminação e vacuidade, fazem convergir diferentes significados em disputa política em fechamentos semânticos contingentes. A formação desses fechamentos semânticos, ou desse *todo*, advém da interação das próprias diferenças em um processo de identificação em que a “equivalência [...] é precisamente aquilo que subverte a diferença”⁶⁵ (LACLAU, 2015, p. 119), mas mantendo uma tensão que é insuperável, pois a totalidade, em sua plenitude, é inalcançável, retomando a questão da *universalidade contaminada*.

Essa impossibilidade é da ordem do *significante vazio*, pois há a perda dos *significados* originais em disputa a fim de gerar a adesão de muitos, fazendo com que a

⁶⁵ Destacando que para Laclau (2015, p. 182 e 183) heterogeneidade não significa diferenciabilidade.

equivalência se sobressaia ao heterogêneo. Nesse sentido, a representação do *significante* é mais ampla do que sua apreensão conceitual, sendo corporificada quando

[...] certa demanda, que talvez no início fosse apenas uma entre muitas, adquire em determinado momento uma centralidade inesperada, torna-se o nome de algo que a excede, algo que não pode controlar, mas que, no entanto, torna-se um “destino” do qual ela não pode escapar (LACLAU, 2015, p. 185).

E, quanto mais universal e incomensurável se torna um *significado*, mais ele se aproxima da hegemonia e, da mesma forma, mais o *significante vazio* torna-se necessário. Trata-se de algo que entendemos ocorrer no discurso político-midiático da revista *Veja* no que se refere à corrupção, na medida em que, dos diferentes sentidos possíveis, um deles assume a forma de representação, criando uma cadeia de equivalência de diferentes ordens, como a moral, a espetacularização e a técnica. Dessa forma, estamos falando de uma chave importante para se pensar a dialética entre a díade conservadorismo/progressismo e em como determinadas articulações hegemônicas são ideologicamente materializadas em diferentes conjunturas, como nos estertores do governo de João Goulart e de Dilma Rousseff, em entoações de “abaixo a corrupção”.

3. Adoção da agenda neoliberal

No que se refere à ordem técnica, o discurso político-midiático de *Veja* advoga a renúncia de Collor como a melhor solução para se evitar que a crise política abale as instituições e se estenda para a economia, em uma narrativa que começa então a despontar: a da separação dessas duas esferas, sendo que as medidas de cunho econômico são tomadas a partir de pressupostos estritamente técnicos, enquanto as medidas de cunho político, sejam elas proativas ou reativas, possuem um viés ideológico e por vezes visam benefícios individuais.

Além desse aspecto, identificamos outro pacote interpretativo capaz de ressoar de forma mais intensa, em uma cultura política difundida dialeticamente na longa duração, e que está contida nas disputas hegemônicas travadas entre o projeto *conservador-liberal* (*locus* em que a própria *Veja* se situa) e o *progressista-popular*. As díades contidas nesses projetos políticos, embora antitéticas, possuem algum grau de inclusividade (LACLAU; MOUFFE, 2015) e, no discurso político-midiático de *Veja* sobre o escândalo *Caso Collor*, o sentido empregado é de oposição ao nacional-desenvolvimentismo – em que o Estado

possa ter um papel central no direcionamento da política econômica – e de aprovação e incentivo a um menor intervencionismo do Estado, de sua redução na promoção de políticas econômicas e de produção de ativos.

A elucidar tal pacote, relembramos o tom imperativo que é empregado pela revista ao requerer de Itamar Franco o cumprimento do projeto econômico que Collor apresentou à sociedade na eleição de 1989, muito embora desconfiem do passado estatizante e nacionalista do vice então tornado presidente.

4. Autorreconhecimento de *Veja*

Buscando afirmar uma identidade que seja reconhecida pelos leitores em geral e por agentes de outras esferas societárias que não apenas os veículos de comunicação de massa, *Veja*, em diversos momentos, se coloca como uma relevante fonte de informação política, mas muito mais: como um agente fiscalizador das práticas do Estado. Essa imagem será reforçada pelo tom de ineditismo dos conteúdos expostos, advindo de uma prática investigativa amplamente propagandeada. Coloca-se, assim, como uma legítima representante da sociedade civil, capacitada a “traduzir” as falas de políticos e outros atores no intuito de revelar a veracidade que eles insistem em esconder da população, mas que a revista conhece.

Esse recurso discursivo, de tradução, opera, segundo Porto (2004), de forma exitosa o objetivo de hegemonizar uma determinada interpretação que prevaleça diante de outras controvérsias políticas. De acordo com esse autor, “[...] ao identificar as principais controvérsias e enquadramentos, é importante ressaltar que atores sociais distintos possuem capacidades diferenciadas para influenciar os processos de enquadramento da mídia [assim, a], análise deve explicitar, ainda, as razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos, em detrimento de outros” (PORTO, 2004, p. 95 e 96). E, se a matriz de assinatura dos pacotes interpretativos “[...] implicam uma faixa de posições mais do que um único grupo fechado de símbolos” (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 08), podemos agregar ao que chamamos de “autorreconhecimento” outras duas narrativas articuladas entre si.

Uma delas é que a revista exerce uma prática narrativa convocatória, ainda que se esforce em dizer que as mobilizações contrárias a Collor estão sempre calcadas na espontaneidade, sem considerar que páginas e páginas de suas edições são dedicadas a estimular a população a ocupar as ruas. Essa prática política convocatória é um indicador do exercício de poder típico de atores políticos, que adquirem certa legitimidade no

campo na medida em que são capazes de fornecer visões de mundo, de promover saídas políticas. A outra se expressa em sua capacidade de articular realinhamentos midiáticos, políticos e sociais sobre o entendimento que se dará para um escândalo político em seu desenrolar, sem manter necessariamente uma coerência e uma linearidade rígidas, mas sendo condicionada pelas estratégias discursivas que vão sendo elaboradas com relação aos diferentes atores envolvidos. A coerência dessas estratégias discursivas somente é passível de ser analisada, assim entendemos, se a considerarmos a partir do escopo de um projeto político-midiático. Assim, concordamos com a reflexão de Gamson e Modigliani (1989), de que as questões políticas geram uma disputa simbólica manifestada em narrativas e interpretações divergentes, mutáveis e por vezes incongruentes ao longo do tempo.

Correlacionada a essa perspectiva, retomamos a questão da construção da imagem de Collor, pois, se em um dado momento (ver capa Edição 1020) o enquadramento predominante do político é extremamente favorável, com a eclosão do escândalo e a crescente criminalização simbólica e política que Collor vai sofrendo, *Veja* o descarta, como uma mercadoria sem utilidade, se isentando de quaisquer responsabilidades sobre o apoio inicialmente emprestado (ver capa Edição 1268), destratando o eleitor de Collor, como em reportagem da Edição 1249 de 26 de agosto de 1992: “é uma tragédia: os brasileiros elegeram e levaram a sério um farsante ou um desequilibrado. Em ambos os casos, um desclassificado” (p. 23).

Figura: Capa Edição 1020. 23/03/1988



Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Capa Edição 1268. 30/12/1992



Fonte: Acervo *Veja*.

3.4. Filho feio não tem pai: a compra de votos para a reeleição (governo FHC 1995-2002)

O sociólogo e um dos fundadores do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, 34^o presidente da República, foi alçado ao Senado em 1983, por ser suplente de Franco Montoro, que passava ao cargo de governador diretamente eleito no estado de São Paulo. Mais tarde, em 1985, foi candidato à prefeitura de São Paulo, perdendo para Jânio Quadros.

Sua permanência na presidência durou de 1995 até o final de 2002, significando dois mandatos consecutivos, tendo como vice-presidente Marco Maciel, do PFL, em ambas as gestões. A reeleição consecutiva não era algo previsto na Constituição de 1988, mas passou a ser permitida com a aprovação de uma emenda constitucional, no dia 28 de janeiro de 1997, que passava a autorizar que postulantes a cargos majoritários como prefeitos, governadores e presidente da República concorressem a um mandato subsequente. Essa emenda foi nomeada por *Veja* como o escândalo da *Compra de votos para a reeleição*.

Como já dito anteriormente, partimos da premissa de que os escândalos político-midiáticos são fundamentais à compreensão do padrão discursivo da revista *Veja* ao longo dos anos, especificamente no que se refere à constituição de seu próprio projeto político-midiático em articulação com os demais projetos políticos em disputa, sendo eles o *conservador-liberal* e o *progressista-popular*. E, por entendermos que um projeto político se funda e se reproduz em uma práxis hegemônica, que tem como nexos dialético a indeterminação da estrutura em sua longa duração e as formas ideológicas materializadas na conjuntura, cabe aqui discorrer sobre as idiosincrasias do mandato estendido de FHC, pois essa análise nos ajudará a entender a ocorrência e desdobramento do citado escândalo.

Com o desenrolar das acusações contra o presidente Collor, Itamar Franco⁶⁶, seu vice, vai se aproximando do Congresso e formando um cinturão suprapartidário, embora tendencialmente centrista, integrado por PMDB, PFL, PDT e PSDB, até assumir um país que crescia a quase 5% ao ano, mas em compensação herdava uma inflação que chegava a 45% ao mês. Segundo Vizeu (2018), Itamar Franco era considerado, em comparação a Collor, um integrante da velha guarda, pois era tido como estatista e nacionalista (e, como bem vimos, essa característica não agradava à revista *Veja*), mas, compunha bem a chapa

⁶⁶ Itamar Franco migra para o PMDB já em 1992.

por conferir ética à dupla e por ter potencial de votos em Minas Gerais – o segundo maior colégio eleitoral brasileiro.

Em um ambiente de caótica elevação de preços, Itamar Franco começa a sentir as agruras da impopularidade e, após a demissão de três ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso é convidado a se transferir da pasta das Relações Exteriores para a pasta econômica, incorporando um *status* de primeiro-ministro e com a missão de combater a inflação. Assim, o político “mineiro de alto-mar” – nascido a bordo de um navio, mas naturalizado em Juiz de Fora – passava a transitar de um estatismo nacionalista para um tipo de liberalismo que não coincidia integralmente com o caráter privatizante de Collor, mas já sedimentava o caminho para estabilização monetária – uma pauta que viria a ser central nos mandatos de FHC.

A estratégia econômica do novo ministro da Fazenda foi capaz de estabilizar os preços a partir da neutralização da inércia inflacionária, uma medida que gerou um apoio praticamente incondicional dos grandes jornais e que se converteria “[...] em aberta adesão eleitoral à candidatura de FHC nas eleições de 1994” (AZEVEDO, 2017, p. 101). Como afirmou Lavareda, consultor político do PSDB em 1994, no documentário *Arquitetos do poder* (2010), não havia necessariamente uma intencionalidade da imprensa, mas a onda de boas notícias na economia não tinha como ser ignorada.

O nomeado Plano Real foi lançado por medida provisória⁶⁷ e nem “[...] sequer foi votado de imediato: foi reeditado 65 vezes ao longo de seis anos e aprovado apenas em 2000, quando seus pais, Itamar Franco e Fernando Henrique, já haviam até rompido um com o outro” (CHAGAS, 2002, p. 336). Contudo, foi FHC quem ficou midiaticamente conhecido como o pai do Real, o que o cacifou como presidenciável, já que o plano fora considerado exitoso, e seu sucesso decorreria do fato de que

Diferentemente dos planos anteriores o Real fora implementado de modo lento, dividido em três fases: a primeira seria o ajuste das contas públicas, a partir de um corte no Orçamento. Já a segunda seria a implantação da Unidade Real de Valor (URV), unidade monetárias para desindexar a economia. Por fim, a URV seria transformada em Real, a nova moeda Brasileira (TELLES et al., 2018, p. 244).

⁶⁷ A prerrogativa de reedição das medidas provisórias só é restringida em 2001. Para saber mais ver: LIMONGI, F. **Estudos Legislativos**. In; MARTINS, C.B. – Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – CIÊNCIA POLÍTICA, São Paulo, ANPOCS/Instituto Ciência Hoje, Editora Barcarolla e Discurso Editorial, 2010.

A candidatura de FHC ia se construindo, e, tendo 8 minutos e 10 segundos de HGPE, a coligação “União, Trabalho e Progresso”, mais especificamente o “PSDB usou o espaço das propagandas partidárias para associar a imagem de seu líder ao Real, mostrando a moeda como passaporte para mais emprego, aumento de salários e do poder de compra dos brasileiros” (TELLES et al, 2018, p. 244).

Já com 3 minutos e 45 segundos, Lula, o 2º colocado, não conseguia emplacar críticas que não fossem direcionadas ao próprio Real, chegando ao ponto de seus adversários o acusarem de estelionato eleitoral (VIZEU, 2018). Uma situação que foi agravada pela proibição da veiculação da “Caravana da Cidadania” sob o argumento de encarecimento da campanha, por esta conter imagens externas, já que Lula teria percorrido diversos estados brasileiros.

Do outro lado havia o desafio, assim encarado por um dos marqueteiros de FHC, Fernando Barros, de colocar “um intelectual empedernido paulistão como ele com cara de povo” (53 min. 44 seg. Doc. *Arquitetos do poder*, 2010).

Esses afetos puderam ser acionados na execução da seguinte estratégia:

Colocando-se no lugar de fala dos grandes homens e dos grandes líderes, o candidato do PSDB se inseria na formação discursiva de uma era de ouro brasileira, representada por Juscelino Kubitschek, e na esperança interrompida dos brasileiros, quando da morte de Tancredo Neves. Assim, a campanha positiva era trabalhada entre a reverência da biografia do candidato e associação deste com outros importantes líderes políticos, ex-presidentes do Brasil que são personagens de caráter mítico, isto é: fazem parte de narrativas que, referidas ao passado, têm no presente uma função eminentemente explicativa, esclarecedora (TELLES et al, 2018, p. 247).

A mão de Tancredo Neves e as metas de Juscelino – assim se estruturou simbolicamente a campanha (VIZEU, 2018) com FHC como o condutor das mudanças (SINGER, 1999). O sucesso do Real se fundiu ao sucesso de FHC, que, embora pouco conhecido do eleitorado, chega a ultrapassar a intenção de votos em Lula no mês seguinte ao lançamento da medida econômica (FLEISCHER, 2007). Assim, de uma tendência de votação em partidos de esquerda, viu-se uma guinada para o centro e para a direita (SINGER, 1999, p. 90). As clivagens partidárias e ideológicas não foram apagadas, “e tal como no pleito que elegeu Collor, a autolocalização no espectro esquerda-direita foi um

interessante preditor do voto, mesmo numa eleição em que a discussão econômica substituiu o debate ideológico como tema central”, já que, quanto mais à direita, mais receptivo ao plano.

Construindo um arco partidário e eleitoral conservador, juntamente com o sucesso anti-inflacionário ancorado em uma expectativa de ganhos futuros – duas dimensões em importância comparável segundo Singer (1999) –, FHC vence em primeiro turno com 54,3% dos votos válidos em uma eleição que permitia o financiamento empresarial⁶⁸, para um mandato que duraria, a partir de então 4 anos, e não 5. Esse arco partidário e eleitoral conservador englobava, além do PSDB⁶⁹, PFL, PTB e PP – “do ponto de vista regional, a aliança com o PFL, concertada em março de 1994, trouxe para Fernando Henrique o mesmo tipo de apoio que Collor recebeu em 1989: o dos grotões” (SINGER, 1999, p. 98).

Lula estava com PT, PSB, PPS, PC do B, PV e PSTU e teve 27% dos votos válidos no 1º turno. O PMDB e o PSD estavam com Quéricia. E um dado inusitado, Enéas fica em 3º lugar na eleição – vejamos que a figura do *outsider* na política já estava presente, ainda que sem lastro social significativo. Essa configuração se inicia em 1994 e se estende até 2002, com a eleição de Lula (FLEISCHER, 2007), com continuidade nas duas eleições de Dilma Rousseff, encetando um verdadeiro duopólio que seria sustentado por amplas coligações partidárias (LIMONGI; GUARNIERI, 2018), tendo em vista que PSDB e PT aumentavam suas bancadas no Congresso Federal e disputariam de forma ininterrupta seis eleições presidenciais.

Contudo, “no plano ideológico, agrupamentos de opinião mais amplos se sobrepuseram às siglas, dividindo os parlamentares em liberais, centristas e estatistas” (CHAGAS, 2002, p. 339) – novamente –, isso devido à pauta das reformas e das privatizações. O contexto de democratização política abria espaço para a liberalização econômica no governo FHC (SALLUM, 2003), em um projeto com dois eixos estruturantes:

1. a escolha da economia monetarista como uma baliza para o desenvolvimento econômico, em detrimento do paradigma keynesiano (SALLUM, 2003), tendo em primeiro plano de ação a estabilização monetária em um ambiente de globalização financeira;

⁶⁸ A Lei nº 8.713, de 30 de setembro de 1993, legalizou as contribuições de pessoas jurídicas mediante identificação de origem e quantia (FLEISCHER, 2007).

⁶⁹ O PSDB é considerado centro-esquerda até pelo menos a eleição de FHC.

2. a modernização do Estado (CHAGAS, 2002) via reforma administrativa e um arrojado programa de privatizações, que, embora tenha sido aprovado pelo Congresso, foi alvo de muitas críticas, especialmente pela ausência de regulação, pelo estímulo à oligopolização e pelas suspeitas de corrupção.

Para que esse projeto fosse posto em prática era necessário manter coesa uma base parlamentar extremamente heterogênea e eleita, segundo Chagas (2002, p. 332), “[...] sob regras de um sistema político que estimula comportamentos individuais orientados pelo paroquialismo”, uma característica de *longa duração* do nosso sistema político. Para tanto, centralizou-se a distribuição de recursos orçamentários – não apenas a dotação, mas também a execução – e a nomeação de cargos federais de segundo, terceiro e quarto escalões⁷⁰. Se por um lado essa rede de conexões políticas imobilizou o governo em alguns momentos, o fisiologismo o beneficiou, dado que

[...] os deputados que mais votaram com o Executivo foram os que conseguiram ver executado maior número de suas emendas individuais ao Orçamento da União; bem como os cargos federais de maior importância na administração foram distribuídos entre os principais aliados (CHAGAS, 2002, p. 333).

A governabilidade ainda era garantida pela profícua relação com os líderes partidários, que faziam a intermediação entre as demandas do governo e orientação dos votos de suas bancadas (CHAGAS, 2002), e capacidade legislativa do Executivo via edição de MPs. Esse arcabouço institucional dava sustentação ao projeto político de FHC, que ambicionava eliminar o papel empreendedor do Estado, tido como o núcleo organizador da sociedade desde os anos de 1930. Segundo Sallum (2003, p. 44), “o alvo central dessas políticas era solapar alguns dos fundamentos legais do Estado nacional-desenvolvimentista, em parte assegurados pela Constituição de 1988, e diminuir a participação do Estado nas atividades econômicas”. Sendo que a “[...] transformação mais distintiva ocorrida na relação Estado-economia foi as empresas estatais terem deixado de ser o suporte da gestão econômica governamental” (p. 46).

Estamos tratando, portanto, de uma política econômica de implantação dos fundamentos do neoliberalismo no Brasil, um cenário que será agravado no segundo

⁷⁰ Chagas (2002, p. 353) cita o levantamento feito pelo jornal *O Globo* em 30 de abril de 2000, que informava que o governo FHC dispunha de 600 cargos nomeados por indicação de deputados e senadores de sua base parlamentar.

mandato de FHC, de acordo com o autor. Para Sallum (2003), emergia um novo bloco político hegemônico com o predomínio de um liberalismo (ou neoliberalismo) fundamentalista, pois sujeito à dependência financeira e às alterações no mercado internacional, ao mesmo tempo que, inflado em popularidade, FHC restringia a ação de movimentos sociais e sindicatos demasiado estatistas.

Assim, no tocante à relação com a sociedade civil, o presidente adotou “[...] um estilo tecnocrático de exercer o poder e reforçou as dificuldades de participação política popular fora dos períodos eleitorais” (SALLUM, 2003, p. 48). É importante destacar que sociedade civil, nesse caso, não abarca instituições como a imprensa, sindicatos patronais, institutos e ONGs ligadas ao mercado, mas sobretudo movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores.

Se para Sallum (2003) se tratava de um bloco político hegemônico, Bresser-Pereira (2003) o nomeia de pacto burocrático-liberal, pois era liderado por políticos e economistas que detinham o capital político de terem alcançado a tão almejada estabilização dos preços, mas que excluía trabalhadores e pobres. Assim, era burocrático “[...] porque a liderança política cabia a setores da classe média profissional, associada naturalmente à classe capitalista. Liberal porque comprometida com as reformas orientadas para o mercado” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 397).

E quais foram as consequências daquilo que podemos chamar de pacto “pelo alto”, em referência à análise de Werneck Vianna (1996) sobre como o Brasil é um “lugar por excelência da revolução passiva” ferrenha, sobre uma lógica do conservar-mudando? Bresser-Pereira (2003) vai dizer que, ainda que o governo FHC tenha tido um papel fundamental na afirmação dos direitos humanos e dos valores democráticos, com a presença de um horizonte menos desigual, o “[...] aumento da influência dos grupos liberal-conservadores, facilitada pela ausência dos trabalhadores, levou amplos setores do governo a aceitar a ideologia globalista do fim do Estado-nação” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 397), permitindo a consolidação da hegemonia neoliberal.

E, embora tenha tentado implementar uma ampla reforma do Estado, também conhecida como Reforma Gerencial do Estado⁷¹, uma resposta, segundo Bresser-Pereira, “[...] à necessidade de maior eficiência, ou menor custo, dos novos serviços sociais e

⁷¹ A Reforma Administrativa foi implementada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e objetivava criar uma concepção de burocracia aplicando a administração gerencial à administração pública, alinhando-se ao espírito do tempo tatcherista. E foi sistematizada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

científicos que o Estado passara a exercer [em busca de neutralizar] a tentativa neoliberal de reduzir os serviços sociais e científicos prestados pelo Estado” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 112).

Diferentemente da posição de Bresser-Pereira (2010), de crítica a uma virada neoliberal, Lamounier (2005) destaca alguns mecanismos de reversão da “trama paralisante” característica dos primeiros governos pós-redemocratização, sendo elas: a centralidade da eleição de FHC, após ter exercido a principal função naquilo que o autor chamou de interregno parlamentarista no final do governo de Itamar Franco; o plano de combate à inflação; e a inauguração de uma nova agenda pública concentrada em reformas estruturais.

Outros destaques macroeconômicos são apresentados por Lamounier (2005) como relevantes para a compreensão dos primeiros anos do governo: desempenho fiscal aquém do desejável; juros elevados; saneamento do sistema bancário; privatizações, que o autor classifica como bem-sucedidas. Além da importância atribuída à emenda constitucional que permitia a reeleição dos ocupantes de cargos executivos. Mas ele não problematiza como se constituiu uma maioria capaz de aprovar tal emenda, nem mesmo como se formou a ampla coalização desse governo, atribuindo tais fatos à personalidade e liderança de FHC e à capacidade que este teve de se afastar de uma política plebiscitária, sempre buscando construir consensos pautados pela superagenda presidencial – algo discutível se considerarmos o caráter fisiológico que muitas vezes essas negociações adquirem. Mas, se o autor não problematiza essa questão no governo FHC, o faz no governo Lula, lembrando o escândalo do *Mensalão*.

Embora fomentando a restrição da participação e tendo como um dos resultados da virada neoliberal a intensificação da desigualdade (79º no ranking do IDH, segundo a PNUD)⁷², o “[...] apoio da mídia a FHC não só [era] praticamente unânime, no período eleitoral, como terminou se estendendo a todo o seu primeiro mandato” (AZEVEDO, 2017, p. 102) e, tendo em vista que “[...] a percepção da realidade governamental é mediada pelos meios de comunicação” (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 18), essa condição se faz extremamente importante.

A partir desse entendimento, analisaremos como a revista *Veja* cobriu o escândalo da *Compra de votos para a reeleição*, que, tal qual o escândalo da *Ferrovias Norte-Sul*, ocorrido durante o governo de Sarney, foi novamente apresentado ao público pela *Folha*

⁷² Dado de Lamounier e Figueiredo (2002).

de S. Paulo, em matéria sobre supostos acordos palacianos ilícitos em torno da aprovação da emenda, publicada pelo jornal no dia 13 de maio de 1997.

A reportagem de Fernando Rodrigues fora baseada em gravações de conversas entre os deputados federais Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL-AC, que diziam ter vendido seus votos a favor da emenda pelo valor de 200 mil reais, além de citarem outros congressistas.

Figura: Reportagem *Folha de S. Paulo* reeleição FHC

FOLHA DE S. PAULO
São Paulo, terça-feira, 13 de maio de 1997
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO • UM DIÁRIO A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARRÃO DE LIMEIRA, 415 • ANO 77 • Nº 14.877 • R\$ 5,00

Em gravações obtidas pela Folha, parlamentar do PFL afirma que outros 4 também receberam

Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil

Foto

92

ronivon u li, Celso mil, por di im- e 95, que lidade O predo no para R\$ 200 mil, e da CPI repõe a

FERNANDO RODRIGUES
do Senado de Brasília
O deputado Ronivon Santiago (PFL-AC) vendeu seu voto a favor da emenda da reeleição por R\$ 200 mil, segundo relatos de um amigo, em conversas gravadas obtidas pela Folha. Os compradores foram os governadores Orelair Cameli (sem partido-AC) e Amansio Mendes (PFL-AM).

Ronivon diz nas gravações que recebeu R\$ 100 mil em dinheiro, no dia da votação em primeiro turno na Câmara (21 de janeiro), e o restante por meio da empreiteira CM, que tinha pagamentos a receber do governo do Acre.

Ronivon afirma ainda que mais quatro deputados aceitaram — João Maia, Zila Bezerra e Osniir Lima, todos do PFL, e

Chicão Brigida, do PMDB, hoje licenciado — também venderam os votos. (Os oito deputados do Estado, seis votaram a favor da reeleição e dois foram contra.)

Para evitar que o dinheiro fosse rastreado, Ronivon diz que usou dívidas de R\$ 200 mil só no início de março, quando já teria recebido todo o dinheiro. **Págs. 1-6 e 1-8**

As declarações de Ronivon Santiago
Confia muito das gravações com o mandato sobre a reeleição de votos.

Cameli nega compra de votos
O governador Orelair Cameli (AC) nega a compra de votos e diz que poderá procurar o deputado Ronivon Santiago.

Chicão Brigida negou ter recebido dinheiro, mas disse que foi "suscitado" por Ronivon.

Zila Bezerra diz que o caso "não tem fundamento". Para Osniir Lima, "se pode ter sido brindeleira de meu gesto". João Maia descartou participação. Ronivon e o governador Amansio Mendes já são

Fonte: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/06/16/conheca-a-historia-da-compra-de-votos-a-favor-da-emenda-da-reeleicao/> Acessado: dez. 2018.

Dias após a eclosão do escândalo, os deputados renunciaram aos respectivos mandatos sob a mesma alegação, entregando suas justificativas e conseqüentemente a cadeira parlamentar ao presidente da Câmara – futuro vice-presidente em chapa com o PT, depois presidente: Michel Temer, do PMDB. O mesmo que teria votado a favor da *Emenda da reeleição* e com isso teria garantido o apoio de FHC à sua candidatura à presidência da Câmara, apoiado Alckmin contra Lula em sua reeleição, além de ironicamente ter barrado um pedido de *impeachment* contra o tucano em 1999, vindo da oposição, especialmente do PT (VIZEU, 2018d).

Embora FHC não tenha negado a existência desse pagamento de propina, também não houve nenhuma investigação a respeito. Partidos da oposição tentaram sem sucesso instaurar uma CPI. E o procurador-geral da República à época, Geraldo Brindeiro⁷³, apelidado de “engavetador-geral”, arquivou todas as representações que pudessem gerar alguma investigação por denúncia ao Supremo Tribunal Federal.

Em 2007, durante uma sabatina promovida pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso negou participação no esquema de compra de votos para permitir sua reeleição, mas não negou a existência do esquema. “Houve compra de votos? Provavelmente. Foi feita pelo governo federal? Não foi. Pelo PSDB: não foi. Por mim, muito menos.”⁷⁴

Selecionamos as edições veiculadas por *Veja* sobre o escândalo *Compra de votos para a reeleição* entre 21 de maio de 1997 (edição 1496) e 23 de dezembro de 1998 (edição 1578, a última edição daquele ano). Optamos por dar continuidade à análise do escândalo até o final de 1998, ano em que FHC se reelege, para podermos investigar possíveis consequências do caso no pleito.

O *corpus* empírico foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: Reeleição; Ronivon Santiago; João Maia; CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito); compra de votos; Geraldo Brindeiro.

Foram analisadas 84 edições com 29 conteúdos midiáticos (reportagem de capa; reportagem; editorial; coluna; entrevista; Radar (em alguns momentos chamado de Holofote, que são notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página, em pequenos parágrafos).

A primeira observação que fazemos é que em 66 edições das 84 analisadas não houve nenhuma menção ao escândalo. O intervalo de concentração da produção acerca

⁷³ Geraldo Brindeiro foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 1967 e 1979, tendo sido escolhido por FHC como procurador-geral da República em 1995. Considerado um conservador, buscou “despolitizar” a atuação própria do cargo. Como uma de suas primeiras ações, pediu o arquivamento do inquérito da PF contra o ex-presidente Fernando Collor. Quando eclode o “escândalo da pasta cor de rosa”, sobre possíveis contribuições financeiras do Banco Econômico e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), e que envolvia políticos como o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e o ex-presidente da República, José Sarney, Brindeiro manteve apenas o indiciamento do ex-presidente do Banco, Ângelo Calmon de Sá, e de mais um funcionário. Foi o responsável por pedir a abertura de inquérito do massacre de Eldorado dos Carajás. No âmbito do escândalo do paraíso fiscal de Cayman, com acusações que envolviam políticos do PSDB e o próprio presidente, Brindeiro antes mesmo da comprovação da veracidade dos documentos relativos ao “dossiê Caribe”, encerra o caso. Fonte: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/brindeiro-geraldo> Acessado: out. 2019.

⁷⁴ <https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-luz-sobre-o-escandalo-da-reeleicao-de-fhc> Acessado: dez. 2018.

do tema *Compra de votos para a reeleição* é entre maio de 1997 e outubro do mesmo ano, alcançando o pico em junho de 1997, momento de eclosão do mesmo na esfera pública.

O arrefecimento do escândalo coincide com a data da aprovação da emenda, pelo Senado, em 4 de junho, e já no final desse mês a cobertura sobre a reeleição migra de um suposto caso de corrupção para as idiosincrasias que o processo eleitoral terá a partir de então.

Quanto aos tipos de conteúdo jornalístico, destacamos a ausência de editoriais e a presença de apenas uma reportagem de capa. Como era de se esperar devido à disposição dos conteúdos em uma revista, há mais reportagens: oito no total.

Há ainda três entrevistas que tiveram o escândalo como tema. Uma com o ex-presidente Fernando Collor, na edição 1501 de 25 de junho de 1997, em que há uma pequena menção à emenda da reeleição, não exatamente sob o enquadramento de um esquema de corrupção, mas de uma forma comparada ao esforço que FHC teria dispendido para aprovar essa reforma, em detrimento das necessárias reformas constitucionais. Outra, com Sérgio Motta⁷⁵ (Edição 1505. 23/07/1997) em que nenhuma pergunta é feita diretamente sobre a suposta *Compra de votos para a reeleição*, sendo citada somente na introdução da entrevista, quando da apresentação do entrevistado. Tangencialmente, o caso surge quando perguntam se Amazonino Mendes é um “bom companheiro”, do que Motta se esquivava ao dizer que a região em que ele atua é um reflexo de uma situação atrasada, e depois lhe questionam por que negocia com ele, ao que o ministro responde: “porque ele foi eleito”; assim, o enquadramento geral da entrevista são as atuações do ministro e a campanha pela reeleição de FHC. A entrevista que consta em agosto (Edição 1507) é de João Pedro Stédile, que faz uma pequena menção, embora extremamente crítica, sobre o modo pelo qual a emenda da reeleição foi aprovada.

Foram quatro as colunas sobre o tema, entre as quais ressaltamos uma assinada por Marcos Sá Corrêa (Edição 1509. 20/08/1997), que discorre sobre parlamentares com pouca representatividade e que surgem apenas nos momentos de escândalos políticos, como é o caso de Ronivon Santiago e João Maia, supostos integrantes do esquema da *Compra de votos para a reeleição*.

⁷⁵ Sérgio Motta inicia sua militância participando da Ação Popular – organização política de esquerda, de influência católica e de significativa importância na resistência ao regime civil-militar. Em meados da década de 1970, se aproxima de FHC por conta da atuação de ambos no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), além de outros políticos do então MDB. Anos mais tarde, juntamente com políticos como FHC, Serra e Montoro, fundaria o PSDB. Participa da vitória de FHC como o principal coordenador da campanha.

Outro destaque é a edição comemorativa de 30 anos da revista (1563A. 15/06/1998) não faz nenhuma menção ao escândalo. Nem na última edição do ano, quando costumam fazer uma retrospectiva. Em outros momentos, pequenas menções tratam dos parlamentares envolvidos no escândalo, como na edição 1514 (24/09/1997) e na edição 1515 (01/10/1997), mas nada muito relevante.

Gráfico 09: Compra de votos para a reeleição. Tipos de conteúdo – agregados



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 10: Compra de votos para a reeleição. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

A primeira edição veiculada sobre o escândalo *Compra de votos para a reeleição* foi dias após a denúncia da *Folha de S. Paulo*, e, embora a revista tenha trazido o assunto em reportagem de capa, este foi trabalhado apenas em mais duas colunas. Cabe destacar ainda que o editorial não se referiu a esse assunto, mas antes à situação do Zaire.

Figura: Capa Edição 1496. 21/05/1997



Fonte: Acervo *Veja*.

A longa reportagem de capa (8 páginas) da edição traz o título “A verdade dos falastrões. A reeleição e o balcão onde se trocam poucos votos por milhares de reais” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 22). Nela, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, também chamado de Serjão, que até então só se preocupava com sua própria saúde, agora tem de se preocupar com a saúde pública, segundo a revista. Isso porque a votação da emenda da reeleição teria se transformado, de acordo com denúncias da *FSP*, “em um balcão de negócios”. E, nas conversas gravadas de dois deputados do Acre, eis que surge o nome do ministro, além de mais quatro “colegas” e participantes do esquema (Edição 1496. 21/05/1997, p. 22).

A gravação teria sido realizada pelo político Narciso Mendes, e, ao traçar sua breve biografia, *Veja* o acusa de ter recebido favores suspeitos, de sua esposa, a deputada federal Célia Mendes (PFL-AC), suspeita de comandar votos de cabresto em seu estado, e por ter dito no passado que só faz política quem é corrupto e corruptor.

Destinam ainda uma reportagem de três páginas a esse “casal do barulho” na edição 1497 (28/05/1997, p. 32). Eles se dizem inocentes, embora ninguém acredite, ressalta *Veja*. Narciso, o inaugurador do “comércio eleitoral” no Acre, e Célia, uma deputada que faz campanha com um revólver na bolsa, são alvos da Receita Federal. E continuam a tecer a biografia: “Em 1988, quando o presidente José Sarney barganhava o mandato de cinco anos, Narciso ganhou sua concessão de TV, que transmite o SBT no

Acre. Comprou o jornal mais tradicional do Estado, *O Rio Branco*”, veículos usados para manipulação política, segundo a revista, por exemplo contra o PT, no caso do sequestro de Abílio Diniz.

O uso político de concessões no Brasil é contínuo e data de meados dos anos 1930. Nomeado de coronelismo eletrônico por Venício A. de Lima (2007), o fenômeno se originou a partir “do modelo de outorga, a empresas privadas, da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão” (p. 113). Nesse contexto, ressaltamos a atuação de alguns personagens políticos relacionados a dois mandatos presidenciais analisados nessa pesquisa: a) Antônio Carlos Magalhães, ou ACM, ministro de Comunicações de Sarney e representante da radiodifusão, político influente na Assembleia Constituinte, sendo ele mesmo beneficiado, outorgando durante a sua gestão “632 rádios FM; 314 rádios OM; 82 TVs⁷⁶”; b) posteriormente destacamos a atuação do próprio Sérgio Motta no contexto da privatização das teles, ela própria imersa em controvérsias, seja pelas subavaliações a partir de interesses políticos⁷⁷ e favorecimentos indevidos (ver “Grampos do BNDES” no Anexo 01), seja por seu resultado para o consumidor, já que, como ressalta Lima (2007), o risco é enorme de se sair do monopólio estatal e cair no oligopólio privado; c) por fim, pela atuação do substituto de Motta, Pimenta da Veiga, que deu “continuidade à prática do ‘coronelismo eletrônico’ distribuindo concessões de TVs educativas a políticos aliados” (LIMA, 2007, p. 119).

Retomando a produção de *Veja*, é dito que João Maia, um dos gravados por Mendes, apresenta um currículo invejável, é um político volátil (pelas mudanças de sigla partidária) e um “reputado oportunista” (p. 25), e, segundo a revista, teria reclamado “do balcão de negócios da reeleição porque só recebeu a metade do combinado” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 22).

Embora as gravações tratem em sua maioria “de nadas do mundo político, de parlamentares com nomes esdrúxulos” (como Zila Bezerra [PMDB-AC] e Chicão Brígido [PMDB-AC]), chamou a atenção a aparição do nome de Serjão, que além de ser um dos ministros mais ativos e influentes (comandar a privatização das empresas de telecomunicações), é amigo e sócio de FHC em uma fazenda no interior de MG, de acordo com a reportagem. Também é quem comanda as tratativas parlamentares para aprovar a reeleição e autor da frase de que o plano dos tucanos não é ficar no poder por dois anos,

⁷⁶ <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18801> Acessado: dez. 2019.

⁷⁷ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Maior-escandalo-de-corrupcao-da-Historia-do-Brasil-foi-a-privataria-tucana/4/31796> Acessado: dez. 2019.

mas por trinta. Embora não haja, segundo *Veja*, indícios robustos que possam, pelas gravações, incriminar diretamente Sérgio Motta,

Ronivon e Maia descrevem um triângulo monetário: o ministro deu o dinheiro ao governador Amazonino e este repassou a verba aos deputados. Mas é uma conversa entre o “parece” e o “pelo que sei”. Mas por que acreditar nisso? Por que não duvidar, não imaginar, por exemplo, que os dois deputados estejam mentindo e usando a fita para chantagear, para barganhar outros favores no submundo de Brasília? Por uma razão muito simples: a reeleição. Quando o presidente Fernando Henrique resolveu transformar a reeleição na prioridade número 1, colocou seu governo no mesmo mundo de sombras onde um antecessor, José Sarney, foi lutar pelo mandato de cinco anos, e outro, Fernando Collor, tentou barrar o impeachment. Sarney usou concessões de rádio e TV. Collor utilizou dinheiro e empréstimos do Banco do Brasil e perdeu. Fernando Henrique colocou Serjão na vanguarda da batalha pela reeleição, e o governo entrou numa nova fase, bem menos luminosa (Edição 1496. 21/05/1997, p. 22 e 23).

Outra figura importante, não pelo nome, mas pela atuação nesse escândalo, foi, segundo a revista, o deputado do Amazonas Pauderney Avelino. Ele seria o intermediário entre os deputados “pedintes” e aquele que havia pouco tempo era o presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães. Este, por sua vez, contataria Sérgio Motta, que comunicaria à Amazonino a lista de interessados.

Pauderney Avelino, embora tenha tido um papel importante durante a negociação da emenda, conversando com os parlamentares indecisos e prometendo encontros com Serjão e FHC, não “confirma a existência de um mercado de votos” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 26). E o mesmo valeria para o presidente da Câmara e para o citado governador. Apesar de tratarem essa negociata como um esquema, não o qualificam como um ato de corrupção (também na edição 1497. 28/05/1997), mas como um “balcão de trocas”, que envolvia desde o primeiro turno da votação da emenda da reeleição, ocorrido em janeiro daquele mesmo ano, em negociações por concessões de rádios e verbas para rodovias.

João Maia, Ronivon Santiago e Osmir Lima, três personagens do escândalo que vinha a público, teriam procurado o ministro Sérgio Motta para tratar dessas questões dias antes da votação, de acordo com a revista. Mas isso é algo comum na rotina do ministro, que tem se defendido dizendo que receber parlamentares com demandas relacionadas à

sua pasta ministerial é o seu papel político no governo, ou seja, o de um articulador. Contudo, o fato dessa articulação política figurar-se no centro de uma denúncia de compra de votos não é explorada pela revista.

Veja afirma também ter conversado com dois tucanos

de alta plumagem que afirmam estar convencidos de que o governador Amazonino, de fato, desembarcou em Brasília disposto a pagar por voto. [...] se isso é mesmo verdade, resta perguntar por que o governo não se interessou em investigar a situação, chamar Amazonino às falas. A resposta é que a reeleição falou mais alto (Edição 1496. 21/05/1997, p 27).

Ficando, portanto, a questão, por que *Veja* não se interessou em investigar as motivações do próprio governador. Por que ele empreenderia tantos esforços para aprovar essa emenda? A revista não diz, embora cite que o mesmo recebeu como troféu por sua ajuda a autorização para escalar o superintendente da Zona Franca de Manaus.

Em reportagem intitulada “Os donos da selva”, a revista diz que Orleir Cameli e Amazonino Mendes, “ambos donos de empreiteiras acusadas de fraudes em concorrências de obras públicas” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 31), além de outros inúmeros ilícitos, comandam o Norte do país como um “balcão de negócios”. A argumentação da reportagem é de que essa região se faz importante nas negociações nacionais devido à sobre-representação de senadores, uma herança do governo civil-militar, e de deputados, com um mínimo estabelecido na Constituição de 1988. Além disso, a matéria considera que, por ser fácil se eleger nesses estados, aventureiros de toda a espécie (descrevem o caso de Sarney, que tem o Amapá como domicílio eleitoral) despontam.

Na edição 1498 (04/06/1997) *Veja* trabalha mais as suspeitas de negócios ilícitos do milionário Amazonino – alvo de uma “pororoca de escândalos”. Primeiro veio a atuação central no “balcão da reeleição”, já que entregou dezenove votos ao governo; depois, a acusação de ser o verdadeiro dono de uma das principais empreiteiras do Estado, um “testa de ferro”.

Caso a denúncia seja comprovada, Amazonino Mendes terá assegurado um lugar inovador na história da corrupção brasileira. Não é o clássico caso de político que promove concorrências fraudulentas para beneficiar empreiteiros,

recebendo uma comissão em troca – o governador faz obras públicas em benefício próprio, sem intermediários (Edição 1498. 04/06/1997, p. 30).

Embora o governador possa aparentar tranquilidade no seu estado, no nível federal ele terá de contar com a atuação do governo em Brasília, que tenta blindar Amazonino restringindo a investigação aos dois deputados que renunciaram, e impedir que recalitrantes do PSDB e do PFL apoiem uma eventual CPI na Câmara Federal, pois o governo não “tem curiosidade” de saber quem seria realmente o comprador final dos votos. A pouca visibilidade dada à *Compra de votos para a reeleição* viria também pela emergência de outro caso, agora envolvendo as prefeituras administradas pelo PT – o personagem sob os holofotes da imprensa. A própria *Veja* dedica uma reportagem na mesma edição (1498) ao tema, tratando das denúncias de superfaturamento nas prefeituras petistas, mas também do fato de uma das donas da Andrade Gutierrez ter sustentado a filha de Lula no exterior e de o próprio Lula ter solicitado a ela uma aposentadoria especial pelos dias que passou na cadeia.

O petista teria insinuado que esses casos só vieram à tona como uma cortina de fumaça, para impedir que o assunto da reeleição fosse debatido e eventualmente investigado. Segue *Veja*:

Seu erro foi ter insinuado: o governo de fato estimulou seus aliados a fazer da denúncia um punhal a ser cravado no coração petista toda vez que, em Brasília, se falar na CPI da reeleição. A responsabilidade é toda do PT e de Lula. Entre investigar uma denúncia ou assumir a defesa do amigo que lhe cede a casa [Roberto Teixeira – a pessoa que supostamente pressionaria as prefeituras usando o prestígio do amigo como arma], Lula optou pelo amigo e pelo conforto material (Edição 1498. 04/06/1997, p. 33).

Algo que é insipidamente reiterado na seção Radar da edição 1500 (18/06/1997, p. 24).

A revista traz, em reportagem de capa da edição 1496 (21/05/1997), uma fala do tucano José Serra isentando o colega de partido e também o ex-presidente da Câmara Luiz Eduardo Magalhães, que, se são alvos de críticas, é porque estão no centro da articulação pela emenda da reeleição, especialmente Sérgio Motta, que é um tenaz colaborador do governo. E se por vezes este interfere em áreas que não são necessariamente da sua alçada é porque: 1. pode haver uma distorção na estrutura do governo; 2. “estuda demais e não

sabe brincar com os colegas no recreio” – ou seja, é demasiado atuante, o que não chega a ser um defeito na narrativa da revista, pois, embora a atuação de Serjão possa causar alguma confusão, foi FHC que fez dele um primeiro-ministro de fato e é, portanto, o artífice do tumulto, uma vez que usou o ministro “tanto para atemorizar adversários como para conseguir votos no Congresso – além de conceder concessões de rádio e TV” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 29).

A batalha dos três quintos não se resumia às difíceis reformas, mas estendia em demasia o banquete oferecido aos parlamentares, dessa vez com uma “iguarria” que interessava sobremaneira ao governo – a reeleição (Edição 1496. 21/05/1997, p. 29). Assim, abriu-se um “flanco vulnerável na honorabilidade do governo”, segundo coluna de Roberto Pompeu de Toledo (Edição 1496. 21/05/1997, p. 34).

Interessante pontuar que a chamada “era dos três quintos”, ou 60% dos votos dos parlamentares, era como uma camisa de força colocada no Executivo, segundo Chagas (2002), já que significava tanto o apoio às reformas, ou a aprovação de emendas como a da reeleição, quanto o impedimento da instauração de CPIs.

O colunista Roberto Pompeu de Toledo continua:

se não foi conivente – e admitamos que não foi, torçamos para que não tenha sido – foi pelo menos bobo e omissos [...] a segunda coisa é que se maculou o processo de reelegibilidade [...] imagine-se o presidente entrar numa campanha eleitoral com um fardo desses nas costas. Que prato para as oposições! [o] pensador e sociólogo, que fala inglês e francês, professor da USP e da Sorbonne [...] pode não ter feito nada de errado, no sentido de capitulável no Código Penal. Mas criou uma enorme marola, responsável pela impressão de que estava metendo a mão na massa como muitos [e além de um hipotético deputado] caipira, simplório, tosco, monoglota e espertinho [também] Serjão contaminou o governo com a vulgaridade que não se esperava dos professores que estavam na origem do PSDB (Edição 1496. 21/05/1997, p. 34 e 35).

As estratégias para controlar a denúncia logo foram postas em ação: abriu-se uma sindicância para cassar os deputados; Sérgio Motta fez declarações públicas para estancar os desdobramentos negativos do escândalo; e *Veja* disse que FHC pediu socorro ao PMDB, indicando, sem partir de critérios técnicos, Eliseu Padilha para a pasta de Transportes e Iris Rezende para a Justiça. Tão rapidamente este último vai até o “senador Jader Barbalho, do PMDB do Pará, para articular uma frente contra a CPI da Reeleição”

(Edição 1496. 21/05/1997, p. 28). E finalizam a reportagem de capa dizendo que “com FHC dando por encerrado o capítulo das reformas no Congresso, Serjão terá menos que fazer na frente política” (Edição 1496. 21/05/1997, p. 29).

Nesse sentido, destacamos a análise de Chagas (2002, p. 343):

Embora tenha mantido cargos-chaves do primeiro escalão de seu governo nas mãos de tucanos ou de integrantes da chamada “quota pessoal” – dos Ministérios da Fazenda, Saúde e Educação nunca abriu mão – Fernando Henrique teve na Esplanada uma “tropa de choque” oriunda dos partidos aliados e atuante no Congresso. A cada votação importante, Eliseu Padilha, Francisco Dornelles, Iris Rezende, Reinhold Stephanes, Waldeck Ornélas, Fernando Bezerra, Luiz Carlos Santos, Sarney Filho e outros (todos eles detentores de mandatos parlamentares) aterrissaram no Legislativo para cabalar votos, atendendo a pedidos e ouvindo reclamações. Por vezes, eram negociações envolvendo lobbies de setores diversos, como as dívidas da poderosa bancada ruralista. Em outras, cenas de fisiologismo individual explícito. Durante esse período, que se estendeu do início do primeiro mandato até quase o final do segundo, essa foi a forma de controlar as bancadas governistas voto a voto.

Em coluna na edição seguinte (1497. 28/05/1997, p. 134), Roberto Pompeu de Toledo diz que a pressa em desfiliar João Maia e Ronivon Santiago do PFL e decidir pela cassação, além de ambos terem se apressado em renunciar, pode ter, nas palavras dos congressistas, o cuidado de uma rápida resposta à população, mas parece que querem “enterrar logo os ronivons, e enterrar o caso com eles [já que] alguém confessa ter sido subornado – e não se pergunta quem o subornou!”. Emprega-se a punição diante do acobertamento, algo por vezes mais grave do que a própria denúncia, segundo o colunista, que cita o caso de Nixon.

Em uma das reportagens da edição 1497, a revista trata do discurso proferido por FHC, que menciona o escândalo da *Compra de votos para reeleição* apenas de passagem. E seguem:

Quando a oposição gritava, o então presidente João Figueiredo ameaçava “chamar o Pires”, insinuando que seu ministro do Exército era mais troglodita que ele. José Sarney, em situações semelhantes, posava em palanques ao lado de ministros militares, talvez querendo demonstrar que a democracia era uma flor frágil. Fernando Henrique deixou os quepes de lado e recorreu ao seu

grande trunfo político: o gogó [...] nas suas palavras, o Brasil parece estar-se desagregando (28/05/1997, p. 26 e 27).

Ele seria a voz da ordem em um momento de queda de popularidade, em meio a manifestações contra a privatização da Vale do Rio Doce, greve de petroleiros e o massacre de Eldorado dos Carajás. E,

Enquanto FHC interpretava a peça da ordem, no mundo real da política o PFL e o PSDB matavam de maneira fulminante todas as tentativas de investigar quem comprou os votos de Ronivon e João Maia [...] os governadores do Acre, Orleir Cameli, e do Amazonas, Amazonino Mendes, também do PFL, apontados nas fitas como articuladores da compra dos votos, serão investigados pelas Assembleias de seus Estados – lendárias pelo servilismo (28/05/1997, p. 28).

Esse esforço deveria conter os ânimos para a instauração de uma CPI, segundo a reportagem. Além de receber o reforço do procurador Geraldo Brindeiro, que, mesmo após ter tido conhecimento do escândalo de corrupção (a primeira vez que esse qualificativo aparece relacionado ao suposto esquema de compra de votos), “cruzou os braços. Ele dispunha da confissão dos acusados e tem poderes para mandar a Polícia Federal investigar os parlamentares, mas preferiu esperar” (28/05/1997, p. 29).

Mas Brindeiro não foi tão cauteloso com João Pedro Stédile, uma liderança do MST (Movimento do Sem-terra), após um chamamento público para a ocupação de espaços ociosos – para a revista um bode expiatório, ainda que radical.

Apenas três edições após a eclosão do escândalo da *Compra de votos para a reeleição*, *Veja* já não o trata como uma notícia relevante no cenário político, dedicando apenas duas curtas reportagens ao tema na edição 1499, de 11 de junho de 1997. Uma delas relata que o deputado Luís Carlos Magalhães havia se tornado o líder do governo na Câmara com garantias de não interferência de Sérgio Motta – o que pode não condizer com a realidade, segundo a revista, já que, como dito na seção Radar da edição 1500 (18/06/1997, p. 24), Motta continua no cargo. O deputado em questão já teria ajudado o governo em outras votações importantes, inclusive quando da emenda da reeleição – “mas, como se viu depois, com os 200.000 reais que adoçaram os lábios de Ronivon e seus colegas, a tarefa não era tão difícil assim” (Edição 1499. 11/06/1997, p. 28).

Assim, o caráter de corrupção do esquema da *Compra de votos* vai se esvanecendo nas páginas de *Veja*, bem como a participação do governo federal e de FHC em sua ocorrência, já tratando a emenda como o único projeto aprovado na área política nessa gestão, que pode inclusive argumentar que, para a continuidade das reformas, é imprescindível a reeleição.

A segunda reportagem daquela edição, em uma seção intitulada “Reeleição”, a revista a trata sob o enquadramento de uma nova norma institucional nos parâmetros democráticos, já que o feito se deu com a aprovação da Câmara e agora do Senado, e com o Judiciário em pleno funcionamento (diferentemente do Peru de Fujimori). A aprovação da nova regra não foi abalada nem pelas denúncias de compra de votos, e a possibilidade de continuidade do governo FHC “[...] deve exigir uma mudança de cultura e adaptações à lei” (Edição 1499. 11/06/1997, p. 29).

O pouco agendamento do escândalo *Compra de votos para a reeleição* é a tônica da edição 1500, de 18 de junho de 1997, que o aborda em uma reportagem sobre a entrada de dólares na economia local, em um enquadramento de que a imprensa vem tratando a realidade política como em processo de decadência, o que não se deveria, no entanto, à economia real, mas a casos pontuais, dentre eles o “comércio de votos para a emenda da reeleição” (p. 140). E, após discorrer sobre os inúmeros investimentos que o país vem recebendo, diz:

Na semana em que explodiu o caso dos deputados que venderam seu voto, um banqueiro de São Paulo ligou para um colega em Nova York. Queria saber a repercussão no mundo dos negócios. “Bem, eu tenho aqui uma lista de vinte outros escândalos em países em que invisto”, respondeu o banqueiro novaiorquino. “Aqui ninguém faz a mais remota ideia de quem seja esse tal de deputado Ronivon”, comentou um outro banqueiro americano [e finalizam] Países têm problemas e vantagens (Edição 1500. 18/06/1997, p. 141 e 142).

A partir da edição 1501, de 25 de junho de 1997, a questão da emenda da reeleição vai perdendo os contornos de um escândalo de corrupção em prol de uma narrativa de campanha eleitoral. E, “com a economia ruim, a campanha de FHC rememorou a eleição de 1994, mobilizando a ideia de que o grande homem, que vencera a inflação, iria vencer também o desemprego” (TELLES et al, 2018, p. 248). O enquadramento de campanha eleitoral fica nítido na reportagem, da mesma edição, com título e subtítulo “O abraço da reeleição. Fernando Henrique começa a campanha, cortejando a popularidade do ex-

adversário Paulo Maluf”, uma campanha, segundo *Veja*, que pretende desmobilizar e esterilizar oponentes à esquerda e à direita.

Dando o tom do encontro, a revista diz que este “[...] fez bem a Maluf, derrotado em sua campanha contra a reeleição, quando chegou a dizer que ‘o Planalto chefia a grande máquina de corrupção do país’” – a sutileza do enquadramento sobre a atuação de Maluf é um misto de reconsideração de sua postura e perspectiva pragmática de alianças.

Na mesma edição (1501. 25/06/1997, p. 31), *Veja* traz uma pequena matéria sobre a aprovação, pelo Senado, da permanência de Geraldo Brindeiro no cargo de procurador-geral da República – “um cargo estratégico, que lhe dá a função de propor processos contra o presidente, ministros, senadores e deputados federais”. Discreto e educado, nas palavras da revista, Brindeiro até então não havia mandado investigar as denúncias de *Compra de votos para a reeleição*, denunciando apenas o governador do Acre, empregando um enquadramento episódico quando há a priorização da descrição e não da interpretação da notícia (PORTO, 2004, p. 93).

Interessante pontuar que, mesmo fazendo uma tênue crítica à atuação de Brindeiro, comparando-a com a celeridade para entrar com um processo contra Stédile, notando a morosidade ou falta de vontade de investigar o caso da reeleição, em momento algum o nome de FHC é citado, tampouco o de Sérgio Motta. Na edição seguinte (1502. 02/07/1997, p. 30), em uma pequena reportagem de menos de uma página, a revista discorre sobre um caso de improbidade administrativa do governador de Santa Catarina – Paulo Afonso – e sobre como FHC, ao tentar defendê-lo, buscava impedir uma rebelião do PMDB, já que

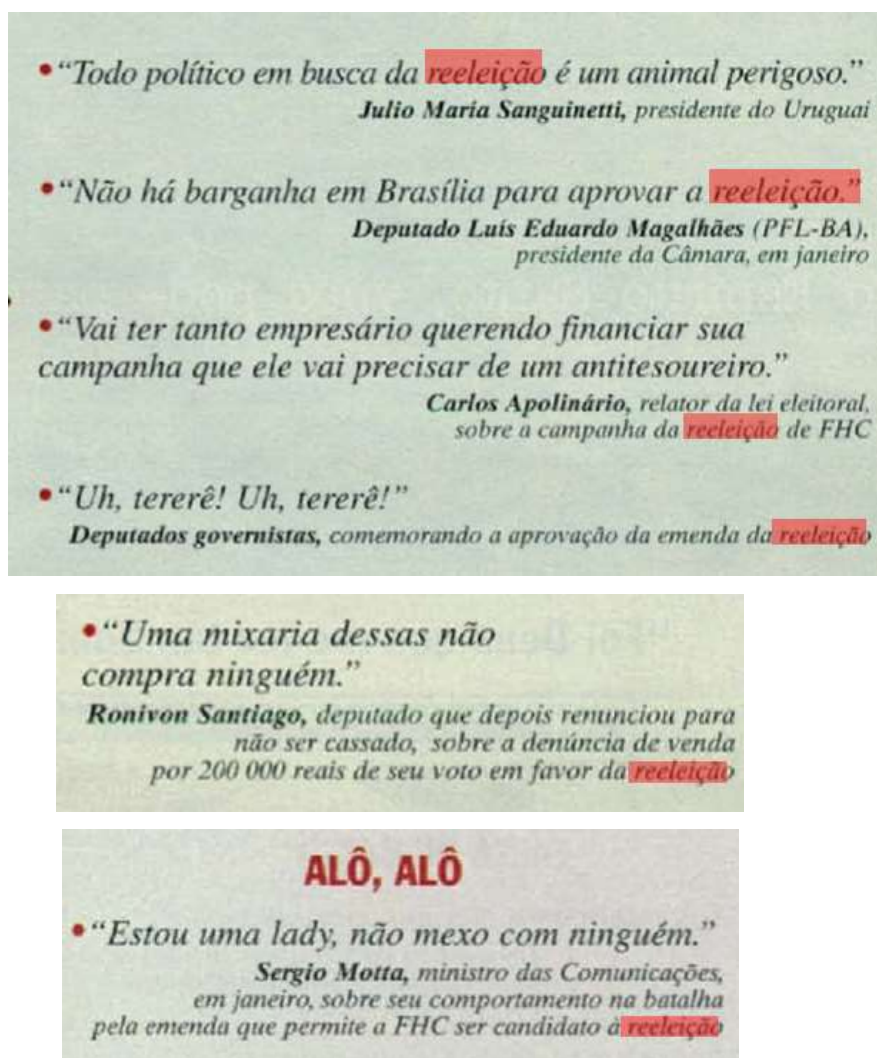
Para pressionar o Planalto, o comando da sigla avisou que a falta de lealdade catarinense pode ser punida com reciprocidade federal. Apoiando a formação, por exemplo, de uma CPI para a compra de votos na reeleição – o que atrapalharia o projeto reeleitoral de FHC, que parece ser a única coisa com que o presidente se preocupa.

Diminuindo ainda mais o agendamento do escândalo, na edição 1503 (09/07/1997) a revista traz apenas uma pequena reportagem que descreve o trabalho do professor Ricardo Molina, responsável técnico por ouvir as gravações das supostas vendas de votos. Na edição 1504 (16/07/1997), citam a cassação dos deputados acreanos, além do governador Amazonino Mendes, no escopo da Zona Franca de Manaus, mas

fundamentalmente trabalham na narrativa da regulamentação do comportamento dos pleiteantes à sua manutenção nos cargos majoritários, além da Presidência da República, dos governos estaduais e prefeituras.

A edição 1527 (24/12/97) traz uma retrospectiva dos mais significativos fatos políticos do ano, e sobre a emenda reeleição apresentam as seguintes falas:

Figura: Reportagem Edição 1527. 24/12/1997, p. 39, 53, 60



Fonte: Acervo Veja.

Dando continuidade à metodologia utilizada na análise dos escândalos anteriores, sistematizamos abaixo os principais pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), ou os núcleos de sentido dos conteúdos, sobre a *Compra de votos para a reeleição*, entre 21 de maio de 1997 e 23 de dezembro de 1998, nas páginas de *Veja*. São eles: suspeitos tratados sem seriedade; centralidade de Sérgio Motta como um articulador, mas

não como um agente corruptor; a FHC não é atribuída relação com o escândalo; agendamento escasso; e preponderância da narrativa de campanha eleitoral.

1. Suspeitos tratados sem seriedade

Beirando a vulgaridade com que são tratados tanto os deputados que foram flagrados nas gravações – Ronivon Santiago, João Maia e Osmir Lima – quanto os políticos a eles diretamente relacionados, a revista se refere a eles com bordões como: “falastrões”, “casal do barulho” e “nadas do mundo político”. O uso desse dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), além de pôr em xeque as reputações desses personagens enquanto políticos, aciona uma narrativa de pouca credibilidade às suas falas e ações.

2. Centralidade de Sérgio Motta como um articulador, mas não como um agente corruptor

Se, de um lado, são várias as vezes que a revista diz não haver indícios robustos que o incriminem, de outro, ela não vai a fundo na relação entre o ministro e o governador Amazonino Mendes, o suposto intermediário na compra de votos. Destacando ainda que a produção jornalística em alguns momentos foi mais intensa sobre os negócios com empreiteiras que Amazonino e Orleir Cameli teriam no Norte do que no agendamento das tratativas para se chegar ao número de votos necessário para a aprovação da emenda da reeleição.

A ênfase atribuída a Sérgio Motta nesse contexto comunicativo (TANKARD et al. apud PORTO, 2004) não se dá pelo fato de ele ter realizado negociações corruptas, mas por ser um articulador tão obstinado que por vezes pode ter injuriado o governo federal. Tal descrição é mais um dispositivo de um determinado enquadramento a ser prevalente.

Assim, em uma das últimas reportagens (edição 1543. 22/04/1998, p. 33) sobre o escândalo, a revista trata principalmente do estado de saúde de Sérgio Motta – falecido nos dias seguintes. Um bastião do governo nas frentes administrativa, na estrutura de poder, e eleitoral, nas palavras de *Veja*. Dentro de uma apresentação biográfica do político, a *Compra de votos para a reeleição* aparece de forma pontual e sem ser negativada, já que “Motta teve a sabedoria de ficar quieto por alguns dias e o assunto caiu no esquecimento, mesmo porque as insinuações não tiveram desdobramento no terreno dos fatos e das provas”.

3. A FHC não é atribuída relação com o escândalo

O presidente é tratado como estando acima das negociações pensadas e executadas por seu ministro – um processo de exclusão (TANKARD et al. apud PORTO, 2004) que imprime um enquadramento de inculpabilidade. Nesse sentido, destacamos a matéria veiculada na edição 1512 (10/09/1997), que traz trechos da longa entrevista realizada em dois dias pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo com o presidente FHC. Embora ela tome 10 páginas da publicação, não há uma única menção ao escândalo da *Compra de votos para a reeleição*.

Tal enquadramento reforça a afirmação de Azevedo (2017) acerca da adesão eleitoral da imprensa a FHC. Em uma campanha reduzida de 60 para 45 dias, e sem a participação do presidente em exercício nos debates, o próprio é reeleito em outubro de 1998 com 53,06% dos votos válidos ante 31,71% de Lula e 10,97% de Ciro Gomes.

4. Agendamento escasso

Três edições após seu conhecimento público, o assunto já perde espaço nas páginas de *Veja*. Ou seja, não há a constituição de uma caixa de ressonância, o escândalo político não é suficientemente reverberado por outros veículos midiáticos a ponto de se tornar um fato social. Especificamente no caso de *Veja*, a produção do escândalo político é editorialmente seletiva. O que não quer dizer, necessariamente, que a revista se recusou a pautar o escândalo, mesmo porque, como se trata de um evento mediado, nas palavras de Thompson (1998), não houve o encadeamento entre a revelação da mídia, a desaprovação pública e um sistema de controle institucional (CHAIA, 2015) que investigasse o teor das gravações. Lembrando que Geraldo Brindeiro arquivou todas as representações que pudessem gerar alguma investigação por denúncia, sem levá-las ao Supremo Tribunal Federal.

Acrescentamos ao diagnóstico de pouca visibilidade do escândalo *Compra de votos para a reeleição* a opção editorial de tratar de outros escândalos como: a suposta relação sexual entre o presidente dos EUA, Bill Clinton, e a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky; os Anões do Orçamento, caso em que parlamentares estariam supostamente envolvidos em fraudes orçamentárias; e em pequena medida a privatização da Telebras, que também envolvia Sérgio Motta⁷⁸.

⁷⁸ Importante destacar que esse escândalo não foi selecionado para análise por não figurar na lista de escândalos da revista *Veja*, ou seja, como tratamos de entender a produção discursiva dessa revista optamos por analisar os casos que ela própria define como um escândalo político.

5. Preponderância da narrativa de campanha eleitoral

Adentra-se então um enquadramento de que uma nova regra eleitoral foi aprovada democraticamente, ainda que discordem de suas consequências no pleito (como a assimetria de poder entre os novos pleiteantes e os que buscam a reeleição). Assim, ao mesmo tempo que trazem narrativas de viés crítico, que indicam que FHC estava totalmente voltado à aprovação da emenda, deixando de lado outros assuntos importantes, tratam em outros momentos a reeleição sob o argumento da continuidade das reformas pelo chamado “Candidato Real”, como na edição 1528 (07/01/1998), pois se ancora novamente no sucesso da moeda vigente. Contudo, conforme ressalta Chagas (2002), a emenda da reeleição foi um marco que separou a primeira fase das reformas, de teor econômico – monetarista e de privatizações –, da segunda, que deveria se concentrar na administração pública e na alteração das regras previdenciárias.

Assim, se por um lado a emenda que alterava o artigo 14 da Constituição contou com a aprovação de 336 deputados e 62 senadores, uma ampla margem, considerando a necessidade de três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49); por outro lado, houve uma acentuada mudança na adesão do Legislativo às pautas apresentadas pelo Executivo devido principalmente a dois fatores: a) a natureza da segunda fase de reformas, que poderia contrariar interesses da base eleitoral dos parlamentares, mas também da própria elite política; b) a instabilidade econômica que se avizinhava, com a consequente impopularidade ascendendo sobre FHC.

Por conseguinte, a fidelidade da base parlamentar não se escorou apenas na aprovação de emendas orçamentárias e indicação de cargos, mas também na popularidade do governo (CHAGAS, 2002). O segundo mandato, foi, portanto, tomado por uma conjuntura adversa juntamente com o descumprimento de uma promessa (SALLUM, 2003), já que FHC desvalorizou

[...] o câmbio (que era a pedra de toque do Plano real) e aumentou a taxa de juros, o que resultou na perda da aura do real, que foi a âncora de suas eleições, e na perda da popularidade do seu governo, agravada depois com o chamado “apagão” do setor elétrico em 2001, que deixou as cidades brasileiras às escuras (AZEVEDO, 2017, p. 104).

Segundo Lamounier (2005) os anos que se seguem são caracterizados pelos ajustes exigidos pelo acordo celebrado com o FMI; pela desvalorização do real devido aos choques externos; pelo aumento de tarifas públicas e dos preços dos combustíveis. Todos eles tendo um impacto significativo na popularidade do presidente e na capacidade de pautar o Congresso. Mas esse cenário é minimizado, segundo o autor, quando se aprova a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas apenas minimizado, pois o Congresso principiava a lhe dar as costas, os movimentos sociais organizados passavam a ocupar as ruas e a crise de energia começava a se impor. Como não há vácuo no poder (SALLUM, 2003), com o prestígio das lideranças da situação abalado, emerge novamente a força da oposição.

Concluindo a análise do escândalo *Compra de votos para a reeleição*, tencionando as redes de sentido dialeticamente estabelecidas no desenrolar histórico (MENDONÇA; SIMÕES, 2012) e compendiadas em conteúdos jornalísticos, há que se retomar o dito por Gamson e Modigliani (1989, p. 09), de que os

[...] jornalistas – escritores editoriais, cartunistas, colunistas de opinião e afins – não estão empenhados em construir relatos de acontecimentos puros. Eles observam e reagem aos mesmos relatos da mídia, já parcialmente enquadrados e apresentados em um contexto de significados e que estão disponíveis para outros leitores e espectadores. Em seus comentários sobre uma questão, eles frequentemente tentam articular e cristalizar um conjunto de respostas que eles esperam ou assumem que serão compartilhados por seus públicos invisíveis.

3.5. A metáfora do travesseiro de plumas: o escândalo do *Mensalão* (governo Lula 2003-2011)

Sobre espraiamento... como penas ao vento não se podia prever os locais de sua deriva.

A presidência de Luiz Inácio Lula da Silva se iniciou em 2003 e, após reeleição, findou-se em 2011, com a sucessão de sua companheira de partido, Dilma Rousseff. Figura central de um partido tido como uma grande novidade na história partidária brasileira (REIS, 2011), Lula, como ficou nacional e mundialmente conhecido, primeiro fez-se um dos mais importantes líderes sindicais nos estertores do regime civil-militar.

Saído de Pernambuco por conta da pobreza, uma condição compartilhada por inúmeros brasileiros, Lula se estabelece em São Paulo e é levado ao sindicato pelas mãos

de seu irmão, Frei Chico, em meados da década de 1970. Anos depois, as cidades no entorno de São Paulo, na região do grande ABC, passam a ser o *locus* de uma série de greves empreendidas no âmbito de um “novo sindicalismo” que buscava melhorar o patamar salarial e as condições de trabalho, mas que também lutava pela autonomia sindical, uma pauta que foi capaz de se aglutinar às lutas pela volta da democracia.

Nesse contexto, Lula foi preso em 19 de abril de 1980, acusado de incitação à desordem, no escopo da Lei de Segurança Nacional, evidentemente, a qual fora imposta pelos militares. Contudo, seu processo não teve continuidade. Outras organizações também passaram a se reposicionar no debate político, chegando mesmo a fornecer importante ajuda material e política ao “novo sindicalismo”, como uma parcela Igreja Católica⁷⁹ que passou a se insurgir frontalmente contra a tortura e as condições de vida, como no Movimento Contra a Carestia (MCC), chegando a ser ponto de encontro de muitas reuniões desses sindicalistas (SKIDMORE, 1988).

A ação da Igreja se dava basicamente por meio de duas perspectivas distintas: pela radicalização da Teologia da Libertação⁸⁰ e pela moderação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). E foi esta primeira corrente que participou da formação do PT, em 1980, além de setores intelectuais, militantes políticos de esquerda e, claro, líderes sindicais, entre os quais se destacava Lula. Ainda não muito conhecido, Lula se candidata a governador de São Paulo em 1982, as primeiras eleições diretas para esse cargo desde a instauração do autoritarismo, perdendo para Franco Montoro, do PMDB (que depois passaria a integrar o PSDB).

Com importante participação nas “Diretas Já!” – assim como seu predecessor, FHC –, Lula passa a ocupar cada vez mais a cena política brasileira, o que resulta em sua eleição para deputado constituinte em 1986, com o maior número de votos do país. Isso, juntamente com o resultado eleitoral de 1988, em que o PT obtém prefeituras importantes, como São Paulo com Luiza Erundina, Porto Alegre com Olívio Dutra e Vitória com Vítor

⁷⁹ Huntington (1994) ressalta a existência de um ciclo relacional entre a Igreja e os governos autoritários em países não comunistas: primeiro viria a aceitação – especificamente no Brasil, vista no golpe de 1964; depois uma postura de ambivalência – até o período de recrudescimento autoritário; e finalmente uma fase de enfrentamento ou de oposição – como passa a ocorrer no final dos anos de 1970, dentro de um contexto de ampliação crescente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), agrupamentos populares que, além de estimular a cobrança de investimentos e melhorias do Estado em seus arredores, pressionavam o bloco militar no poder pela volta da democracia e pelo fim das torturas.

⁸⁰ Para Huntington (1994), a Igreja Católica se manteve historicamente associada ao poder aristocrático local até a chegada do papa João XXIII e o advento do concílio Vaticano II, ocorrido de 1962 a 1965. E não foi apenas uma mudança homiliar, mas de profissão de fé, visto que foi resgatada a “vocação pelos pobres”, evangelista, agora com destaque aos direitos civis e sociais dos indivíduos inseridos na sociedade moderna. Dessa forma, a igreja Católica vai tentar se aproximar das questões sociais latino-americanas, reforçando os princípios elencados nesse concílio, nas conferências dos bispos latino-americanos de 1968, em Medellín, na Colômbia, e de 1979, em Puebla, no México, dando origem à vertente religioso-filosófica conhecida como Teologia da Libertação.

Buaiz, lançou Lula como um dos principais presidenciáveis em 1989. Ele perde aquela eleição para Collor e, na sequência, para FHC em 1994 e 1998.

Em 2002, apresenta-se pela quarta vez candidato à Presidência da República, em um contexto de impopularidade de FHC e de busca da sociedade por mudanças: “o anseio por mudanças dava vantagens à candidatura petista” (TELLES et al, 2018, p. 249). Assim, o carismático Lula, agora convertido “em detentor de poder [...] em virtude de mandato” (WEBER, 2003, p. 140), fará uma campanha conciliatória, reforçada pela eficiente estratégia de marketing traçada por Duda Mendonça, com o slogan não oficial do “Lulinha Paz e Amor”, e pela elaboração da Carta aos Brasileiros, um aceno de moderação à elite econômica e política. A ideia era que um “novo Lula” pudesse pautar outras perspectivas econômicas ao Brasil. Ao menos no período eleitoral (TELLES et al, 2018), a mudança de Lula coincidia com uma proposta de mudança para o país.

A eleição de 2002, por marcar a chegada do PT ao poder, pode ser considerada um divisor de águas, representando também o mais forte desafio para a supremacia do duopólio instalado em 1994. O apoio ao PSDB despenca e, inicialmente, não era evidente que o PT seria o principal beneficiário desse encolhimento. Em 2002, a votação conjunta do PT e do PSDB ficou abaixo de 70%. As dificuldades se manifestaram cedo. As amplas alianças comandadas pelos dois partidos sofreram defecções de monta. Os problemas mais agudos ocorreram no front governista, com a ruptura do acordo PSDB-PFL. O PT também sofreu reveses, perdendo o apoio de seu aliado mais tradicional, o PSB, que, após longa luta interna, optou por apresentar candidatura própria [...]. O PT venceu porque atraiu novos eleitores. Um contingente considerável de eleitores votou no partido pela primeira vez em 2002 (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, p. 14 e 15).

Os candidatos eram, além de Lula, Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS), Rui Costa Pimenta (PCO), Zé Maria (PSTU) e José Serra (PSDB), que foi derrotado no 2º turno, em que o petista ficou com 61% dos votos válidos. Pelo corte partidário, vemos uma preponderância do espectro ideológico de esquerda nas candidaturas apresentadas, a despeito da moderação vista na campanha de Lula, que apresentou “mudanças de estratégia e estética bastante significativas, deixando de lado a imagem e o discurso radical” (ALBUQUERQUE; TAVARES, 2018, p. 154), colocando-se, por exemplo, como estando acima de brigas nos debates televisionados (VASCONCELLOS, 2018).

Nas palavras de Azevedo (2017), um governo trabalhista chegava ao poder pelo voto a partir de uma aliança de centro-esquerda que tinha na figura de José Alencar (PL) a materialidade dessa escolha. Sobre os principais meios de comunicação, dirá Azevedo (2017):

[...] os veículos se dividiram editorialmente em relação ao seu apoio, com o Estadão apoiando o candidato oficial e os outros dois (*Folha de S. Paulo* e *O Globo*) se mantendo formalmente neutros na disputa. No segmento das revistas semanais, *Veja*, que já vinha se notabilizando desde a década passada pelo antipetismo, apoiou, previsivelmente, Serra, com a *Carta Capital* fazendo o contraponto com Lula, enquanto *Época* e *IstoÉ* mantiveram-se distanciadadas de ambos. O elemento novo da atuação da mídia foi a extensa e intensiva cobertura das redes de televisão, especialmente a TV Globo, promovendo vários debates entre candidatos e levando ao ar diversas reportagens temáticas sobre a disputa à presidência, colocando, desta forma, a competição eleitoral no centro do seu telejornalismo. Assim, a TV Globo, ao contrário do pleito presidencial anterior, deu grande visibilidade aos candidatos e ao embate eleitoral e o fez, segundo os pesquisadores, de forma equilibrada e balanceada (p. 105 e 106).

A vitória de Lula fez com que o polo fundamentalista liberal migrasse para o desenvolvimentista liberal, nas palavras de Sallum (2003), com um maior controle do Estado sobre o mercado. Para o autor, a candidatura do PT não objetivava reconstruir o que ele nomeia de Estado empresarial, mas sim de escapar da condição de um capitalismo periférico que acentuou a exclusão social e econômica.

Essa mudança Bresser-Pereira (2003) nomeou de instauração de um possível pacto popular-nacional, pois em termos políticos fica claro que há uma mudança de pacto, mas o autor não sabe dizer se será realmente popular, pois, se de um lado pesam a origem do PT e de Lula e seus compromissos ideológicos, de outro pesam negativamente a pressão exercida por Washington e pelo mercado financeiro – algo que é vangloriado por Lamounier (2008, p. 220), que diz: “Uma vez guindados ao poder em 2002, Lula e a cúpula do PT deixaram evidente que iriam manter e até aprofundar a política dita ‘ortodoxa’ do governo Fernando Henrique”.

Mas ainda haveria dois elementos capazes de incidir de forma diferenciada na constituição desse pacto: “[...] as resistências ideológicas de uma elite alienada, que perdeu a noção do interesse nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 399); e a

significativa mudança na estrutura social brasileira. Não à toa o governo Lula será reconhecido por ser um período de crescimento econômico⁸¹, distribuição de renda e diminuição da pobreza⁸² – nesse sentido, destacamos o Bolsa Família, um programa de transferência de renda a famílias pobres; a valorização do salário mínimo; e a expansão das universidades e institutos federais. Esse conjunto de fatores resultou em altos índices de popularidade, tendo o presidente encerrado seu segundo mandato com um recorde de aprovação (83% do eleitorado considerou seu governo ótimo ou bom)⁸³.

Lula manteve o tripé econômico ortodoxo – superávit fiscal, câmbio flutuante e juros altos – sustentado pelo ministro da Fazenda – benquisto pelo mercado financeiro – Antônio Palocci; e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – ex-presidente do Bank Boston. Lula fez alianças com setores políticos e econômicos conservadores. E motivou a contrariedade de alguns setores do PT, especialmente após a aprovação de uma Reforma da Previdência, culminando na expulsão de alguns partidários que iriam fundar outro partido, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). O ambíguo período Lula também ficaria conhecido por grandes e midiáticos escândalos de corrupção, sendo que o principal deles foi o *Mensalão*.

Segundo Fleischer (2015), Lula usou os mesmos artifícios de seus predecessores para ampliar sua coalizão eleitoral (com PL-PC do B-PMN-PCB), transformando-a em uma coalizão governista com

A distribuição de uns 20 mil cargos federais de confiança nos estados e a eventual “liberação de emendas parlamentares ao orçamento anual”. Porém, em 2005, descobrimos que isso não foi bastante em 2003-2004, e o governo Lula lançou mão dos “repasses” do *mensalão* para alguns partidos aliados (FLEISCHER, 2015, p. 280).

Um escândalo vindo à tona em 2005, mais especificamente no mês de maio, com a divulgação, pela revista *Veja*, de conversa gravada entre Maurício Marinho, então diretor dos Correios, logo afastado, e dois fornecedores tratados no diálogo como “interlocutor 1” e “interlocutor 2” (Edição 1905. 18/05/2005).

⁸¹ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm> Acessado: out. 2019.

⁸² Ver mais em: BIANCARELLI, André M. **A Era Lula e sua questão econômica principal**: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. Rev. Inst. Estud. Bras. [online]. 2014, n.58, pp.263-288. ISSN 2316-901X. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288>.

⁸³ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml> Acessado: out. 2019.

Na primeira reportagem, de Policarpo Junior, sobre o que será chamado posteriormente por *Veja* de o maior escândalo de corrupção brasileiro, é dito que os citados fornecedores são sim supostos corruptores, mas, se o são, é porque uma situação lhes fora imposta, de só poderem entrar no rol de fornecedores a partir de um pagamento de propina, ou “um acerto” (Edição 1905. 18/05/2005, p. 57) que pode variar entre 3 e 10%.

Na semana seguinte à divulgação da gravação de Maurício Marinho, *Veja* compara Lula a Collor porque ambos usam a retórica de “perseguidos pelas elites”, além de destacar que Sarney, “do alto de sua experiência”, já estaria preocupado com o que vê (Edição 1906. 25/05/2005, p. 32) – deixando no ar um possível impedimento do presidente.

O PTB participou de todos os governos desde o impeachment de Collor, mas ganhou “força e vigor ímpares” no governo petista. Sobre o esquema montado por eles, que não se limitava aos Correios, mas se espraiaria por outras importantes empresas estatais, especialmente aquelas com autonomia orçamentária⁸⁴, *Veja* diz que:

[...] ouviu um ex-frequentador da alcova petebista, que já ocupou alto cargo federal por indicação do partido. Pedindo para não ter a sua identidade revelada, ele conta que Roberto Jefferson promove reuniões periódicas com seus indicados para avaliar resultados financeiros (Edição 1905. 18/05/2005, p. 59).

Se não é nova a participação do PTB nos altos escalões governamentais, também não é nova a aparição em escândalos de corrupção, segundo a revista. Além de outros dois casos, ela cita um ocorrido em 2004, que será preponderante no desdobramento do escândalo: “VEJA noticiou que o PT comprara o apoio do PTB, pagando 150.000 reais a cada deputado” (Edição 1905. 18/05/2005, p. 60).

O contexto da conversa travada entre Maurício Marinho e outros dois interlocutores se situa na busca pela construção de uma coalizão governista, como apontou Fleischer (2015), mais especificamente, nesse caso, o PTB de Roberto Jefferson, que não estava na coalizão eleitoral, mas se aproximaria do governo ao ocupar cargos de indicação em órgãos públicos, como os Correios, que estava sob a gestão do Ministério das Comunicações. O escândalo ganha outra proporção após

⁸⁴ Dentre as quais *Veja* destaca: Furnas, Eletrobras, Petrobras, Itaipu, Infraero e o próprio Correio.

[...] Jefferson ter dado uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* denunciando o envolvimento do PT em várias práticas irregulares para formação de “caixa 2”, necessário para financiar campanhas eleitorais de candidatos do PT em 2002. Esse parlamentar também denunciou a existência de um esquema de pagamento aos parlamentares da base aliada para que votassem a favor do governo. Tal prática ficou conhecida como Mensalão, já que envolvia o pagamento mensal para que os projetos mais polêmicos fossem aprovados pela Câmara dos Deputados. Para apurar tais denúncias, foi instaurada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada por senadores e deputados federais (CHAIA, 2015, p. 06).

Miguel e Coutinho (2007, p. 98) vão elencar alguns fatores que fizeram do *Mensalão* um escândalo singular, capaz de provocar um intenso agendamento midiático: 1. a capacidade oratória de um dos principais denunciadores, Roberto Jefferson; 2. o fato de “que eram atingidas figuras centrais do governo de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), que fizera da moralização da política sua bandeira mais vistosa”; e, 3. a inabilidade do PT em fazer uma gestão de crise diante de tais revelações, em contraste com seu antecessor, FHC, tanto na relação com a mídia, quanto com o próprio Congresso, revelada na incapacidade de travar uma CPI.

O escândalo do *Mensalão* possui um dilatado intervalo temporal, que vai de sua eclosão à data do julgamento final. Assim, estabelecemos dois conjuntos de material para análise:

i) as edições veiculadas por *Veja* sobre o tema entre 18 de maio de 2005 (edição 1905) e 26 de setembro de 2007 (edição 2027), período posterior ao acolhimento da denúncia contra os 40 acusados de serem partícipes do suposto crime;

ii) as edições que tratam do período de julgamento da Ação Penal 470 pelo STF, correspondendo aos números que vão da edição 2280 (de 1º de agosto de 2012) à 2291 (17 de outubro), que teve capa com a manchete “Vitória Suprema”.

Nos meses que antecederam o acolhimento da denúncia, *Veja* entrevista o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, que diz:

Veja – O presidente Lula e outros petistas fizeram de conta que nem houve mensalão. O senhor está dizendo então que reeleger Lula seria um equívoco?

Mello – Respeito a opinião do eleitor. O que quis dizer é que, de uma forma geral, na hora de escolher, o eleitor deve indagar quanto ao perfil do candidato,

seja a deputado, senador, governador ou presidente. O meu discurso é impessoal. Agora, se a carapuça serve na cabeça de alguém, não tenho culpa.

Veja – O mensalão existiu?

Mello – Não quero falar disso, pois, como ministro do Supremo Tribunal Federal, terei de julgar esse assunto. Mas posso dizer simplesmente que, com 59 anos de idade, não acredito mais em Papai Noel... (Edição 1960. 14/06/2006, p. 14).

O *corpus* empírico foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: Lula; Mensalão; Roberto Jefferson; Correios; Delúbio Soares; Silvio Pereira; Duda Mendonça; José Dirceu.

Totalizamos 135 edições, sendo que somente em 13 delas não se tratou do *Mensalão*. Entre a primeira edição analisada (1905) e a última veiculada no ano de 2005 não houve nenhuma edição em que o tema não fosse abordado. Foram 429 conteúdos midiáticos (reportagem de capa; reportagem; editorial; coluna; entrevista; Radar – notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página em pequenos parágrafos) – conforme gráfico abaixo.

Em 26,23% das edições analisadas houve o uso de reportagens de capa, e, como dito pelo próprio diretor de arte da revista, Carlos Neri, em editorial de 20 de julho de 2005: “uma boa capa é aquela que resume a essência da reportagem a ser escolhida como carro-chefe da edição” (Edição 1914, p. 07) – ou seja, é uma opção editorial. Estudos como o de Azevedo (2016) apontam que $\frac{3}{4}$ das capas produzidas entre 1985 e 2014 sobre os presidentes da república têm como enquadramento central a desconfiança em relação ao mandatário em questão; ou como o de Maranhão (2007), que analisa capas de *Veja* e *IstoÉ* na construção da imagem de Lula, tendo os momentos históricos e suas linhas ideológicas como pontos fundamentais para tal caracterização. Consideramos assim a importância dessa estratégia editorial.

Gráfico 11: *Mensalão*. Tipos de conteúdo – agregados



Fonte: dados da pesquisa.

Olhando para a dimensão longitudinal, tanto no primeiro conjunto de material – 18/05/2005 a 26/09/2007 – quanto no segundo – 01/08/2012 a 17/10/2012 – é possível verificar uma intensa e constante produção de conteúdos midiáticos. Além disso, há uma concentração nos meses posteriores à eclosão do escândalo, algo visto em outros momentos, como no caso da *Compra de votos para a reeleição*.

O primeiro ano de cobertura foi pontuado pelos seguintes eventos nas páginas de *Veja*: maio de 2005, denúncias de corrupção nos Correios; julho de 2005, o termo *Mensalão* aparece pela primeira vez; agosto de 2005, a revista se debruça sobre a estrutura de poder petista, classificando o partido como uma “quadrilha”; novembro de 2005, fim da CPI dos Correios/*Mensalão*; março de 2006, data do relatório final da CPI; abril de 2006, são feitas denúncias ao STF de 40 envolvidos no escândalo.

Outro destaque é que o *Mensalão* foi o principal assunto da edição retrospectiva (Edição 1937. 28/12/2005), momento em que *Veja* elenca o que julga serem os principais fatos políticos ocorridos nos últimos 12 meses, “o ano em que a estrela se partiu” (capa) ou que “o muro de Berlim desabou no Brasil”, segundo coluna de Tales Alvarenga (p. 68), e que rendeu um editorial efusivo em que Roberto Civita diz: “ao longo deste ano, VEJA – mais uma vez – liderou a cobertura da imprensa sobre a corrupção no governo. Isso resultou no descobrimento de um gigantesco esquema de desvio de dinheiro público

na órbita do governo federal” (p. 09). Essa lógica se repete na edição retrospectiva do ano seguinte (Edição 1989. 30/12/2006).

O tipo de conteúdo Radar apresenta uma dinâmica de atualização do cotidiano dos envolvidos no *Mensalão*, com notas curtas, como na edição 2005 (novamente na edição 2013 de 20/06/2007), e sobre o julgamento da Ação Penal 470.

Figura: Reportagem Edição 2005. 25/04/2007, p. 88

Aberta: pelo Supremo Tribunal Federal, ação penal contra o deputado **José Genoíno** (PT-SP), o ex-tesoureiro do PT **Delúbio Soares**, o lobista carequinha **Marcos Valério** e outras oito pessoas. Eles são acusados de falsidade ideológica e gestão fraudulenta por causa do empréstimo concedido pelo BMG ao PT. A operação foi avalizada por Marcos Valério, conforme VEJA revelou em julho de 2005. Dia 18, em Brasília. ■

Fonte: Acervo Veja.

Figura: Radar Edição 2024. 05/09/2007, p. 52 e 53

Veja essa

“Este julgamento mostra quanto são equivocadas algumas opiniões sobre a eficiência deste tribunal. No momento em que encerramos um julgamento que muitos consideram histórico, tenho dificuldade de acreditar que alguma corte suprema do mundo se reúna para apreciar denúncia dessa complexidade com esse nível de detalhe, com esse esforço analítico.”
Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal

“Minha expectativa é obter condenação de todos os réus.”
Antonio Fernando Souza, procurador-geral da República, que afirma ter suas provas contra os quatro réus de 2005

“Ainda falta muita gente no banco dos réus armado pelas decisões do STF. Falta a intelectualidade chapa-branca que cometeu o crime de corromper ativamente os fatos ao tentar transformar os réus em vítimas de uma conspiração da mídia que jamais existiu.”
Cláudio Rossi, articulista do Folha de S. Paulo

“O Supremo está simulando que quer um país com qualidade de vida política e ética. Eu me permito dizer que, onde a ética na política não é tido, a política não é nada.”
Carlos Ayres Brites, analista do STF

“O tribunal fez valer os fundamentos da República.”
Francisco de Oliveira, sociólogo

“Nós não estamos no âmbito de uma pizzeria. A sociedade vê esse julgamento que a lei em si vale para todos e que as instituições pátrias estão funcionando.”
Marcos Aurélio Mello, ministro do STF

“Ninguém, ninguém está acima da Constituição e das leis da República. (...) E preciso reconhecer que os cidadãos desta República têm direito a um governo honesto. Tem direito a legisladores íntegros, a administradores honestos e a juizes incorruptíveis.”
Carlos de Mello, ministro do STF

“Os encontros entre Dirceu e a cúpula do Banco Rural reforçam a tese de que o denunciado tudo sabia.”
Do relato Joaquim Barbosa, ao receber a denúncia por crime de formação de quadrilha contra José Dirceu

“Agora, o STF não pode deixar que o tempo faça com que no esquecimento tudo volte ao sentido anterior, ou seja, de que não há julgamento de pessoas importantes da República — esse é o tanto que estamos a aguardar.”
César Brito, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil

“Quando um procurador-geral e um ministro-destor conseguem formar uma decisão unânime do Supremo numa questão politicamente controversa como a da denúncia por corrupção ativa apresentada contra o conicador José Dirceu, algo de muito bom aconteceu no tribunal.”
Elis Gouveia, jornalista política

“Os fatos são claríssimos. Membros de uma agremiação (PT) (...) resolvem distribuir recursos a membros de outras agremiações. Tratativas acontecem e esses recursos são firmados sem registro. Se isso não caracteriza formação de quadrilha, teremos muita dificuldade daqui para a frente.”
Do relato Joaquim Barbosa, ao receber a denúncia contra ex-presidentes do PP e do PR

“O STF demoliu a propaganda governamental de que o mensalão simplesmente não existiu.”
Janely Junior, deputado federal (PSDB-BA)

“Há fortes indícios de que esse sistema descontrolado precisava de um amplo respeito público.”
Gilmar Mendes, ministro do STF

“Os elementos indicam que o modus operandi do repasse de recursos entre os partidos não prescindiu da ciência e do aval do senhor José Dirceu.”
Carlos de Mello, sobre a parte jurídica de José Dirceu no Mensalão

PERIGO MADE IN CHINA

Nos anos 90, os produtos chineses conquistaram os principais mercados do mundo sem pagar taxas. Agora, descobre-se que boa parte das indústrias da China simplesmente ignora normas de segurança e higiene. Desde então, muitos tipos de produtos foram desclassificados por colocar em risco a saúde de seus consumidores.

Produtos chineses	Perigos	Riscos para cães e gatos	Partes de auto	Relinquias
Por que foram considerados perigosos?	Para sobreviverem em águas poluídas, esses brinquedos contêm drogas que podem causar câncer	Selênicos que podem causar danos aos rins e fígado	Contribuem um solvente industrial usado como anticongelante em radiadores de carro	A tinta usada para pintar diversos brinquedos chineses contém chumbo, que é tóxico

O GOL

Alguns extraterrestres já foram vistos abduzidos pelo Gol.

Fonte: Acervo Veja.

Outros eventos terão destaque nas páginas de *Veja* para além do tratamento cotidiano dado ao *Mensalão*, mas são a ele relacionados. Como em setembro de 2005, no

que ficou conhecido como *Mensalinho* do Severino – sobre o pagamento de propina do restaurante da Câmara dos deputados ao presidente da casa parlamentar. Um fato que sorverá a atenção da revista, que, além de tratar do próprio escândalo, empregará um enquadramento em que a capacidade ética de Severino Cavalcanti (PP) é questionada no que se refere ao comando do processo de cassação de dezoito deputados⁸⁵ ligados ao *Mensalão*. Alguém que, segundo *Veja*, é “defensor do trabalho escravo” e “aceita pressões para melar as CPIs” (Edição 1921. 07/09/2005, p. 56). Um assunto que também vai perpassar pelas edições de outubro de 2005.

O mês de outubro de 2005 foi marcado pela discussão do referendo que ocorreria no próximo dia 23 e que teria a seguinte pergunta: “você é a favor da proibição do comércio de armas e munição no Brasil?”, sendo que *Veja* se colocou inteiramente contra, sendo seguida por pouco mais de 63% do eleitorado. Mas outubro de 2005 também será marcado pela vitória de Aldo Rebelo, que passa a presidir a Câmara dos deputados, uma vitória dos *mensaleiros*, segundo reportagem da edição 1925, de 5 de outubro de 2005. Essa interpretação é acompanhada pelo colunista Diogo Mainardi (p. 123) e por Tales Alvarenga, que acrescenta que Lula ressurgiu das cinzas, comprou votos dos parlamentares através da liberação de verbas e cargos públicos e fez diferença no processo.

Assim,

onde fica a parte ética do PT em tudo isso? O formigueiro petista foi infestado por uma multidão de cupins ladrões, mas as honestas formiguinhas socialistas não ficaram muito impressionadas. O PT tem uma ética seletiva, na qual a roubalheira é um detalhe irrelevante na grande caminhada em direção ao socialismo (Edição 1925. 05/10/2005, p. 58).

De forma lateral ao *Escândalo do mensalão*, na edição 1935, de 14 de dezembro de 2005 (p. 44 a 48), a revista traz uma reportagem crítica ao vice-presidente José Alencar por ter vendido, através da Coteminas, camisetas a um custo acima do mercado, segundo *Veja*, ao PT durante a campanha eleitoral, mas especialmente por ter feito a cobrança de

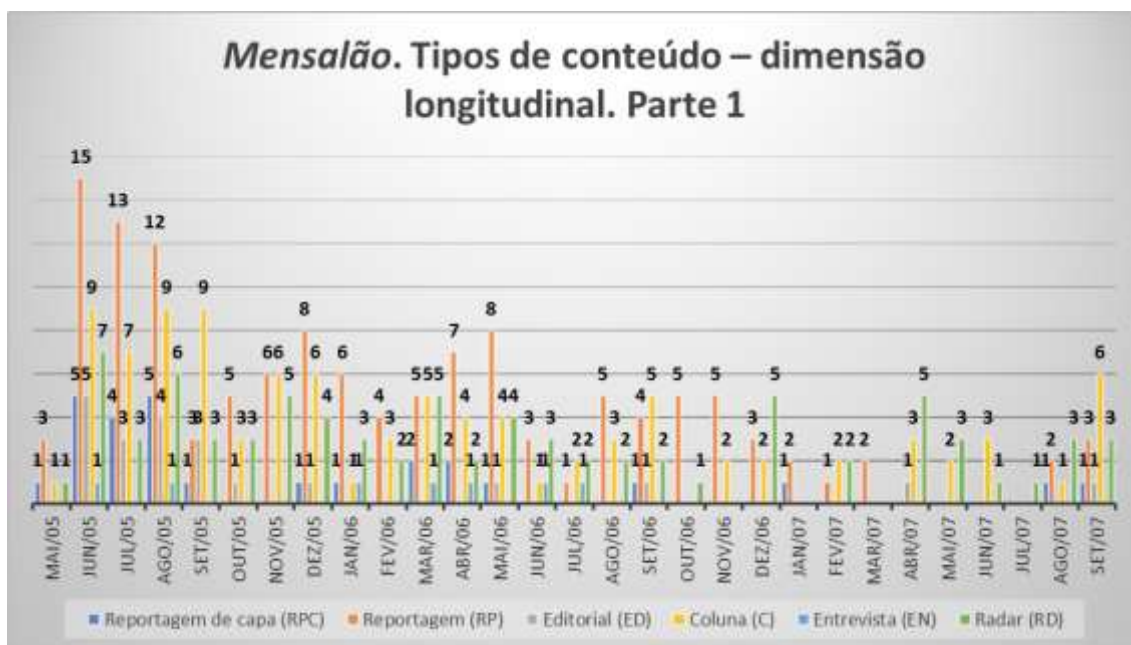
⁸⁵ São eles: José Dirceu, José Mentor, Paulo Rocha, Professor Luizinho, João Magno, Josias Gomes da Silva e João Paulo Cunha, todos do PT; José Borba, do PMDB; Roberto Jefferson e Romeu Queiroz, do PTB; Roberto Brant, do PFL; José Janene, Pedro Corrêa, Pedro Henry e Vadão Gomes, do PP; Sandro Mabel, Carlos Rodrigues e Wanderval Santos, do PL. E, embora Valdemar da Costa Neto conste nos relatórios da CPI, ele já renunciara ao mandato (Edição 1921. 07/09/2005, p. 62 e 63).

tal venda somente quando o *Mensalão* veio à tona. Além também de sugerirem que as empresas de Alencar são favorecidas pelo governo federal.

Destacamos também o tratamento dado ao processo de cassação de Renan Calheiros, no Senado, como parte de um processo de corrupção de nossas instituições, agravado quando da ocorrência do *Mensalão* (coluna de André Petry na edição 2025. 12/09/2007, p. 66). A reportagem de capa da edição 2026 (19/09/2007) trata o “engavetamento” da cassação como uma “vergonha!” (capa da edição 2026) e, em reportagem secundária, “os petistas se imolam na defesa de Renan, um fóssil da era Collor”. Além da posição de acatar o resultado das instituições, por parte de Lula, *Veja* identifica que há outra razão para o vexame de apoiar o senador:

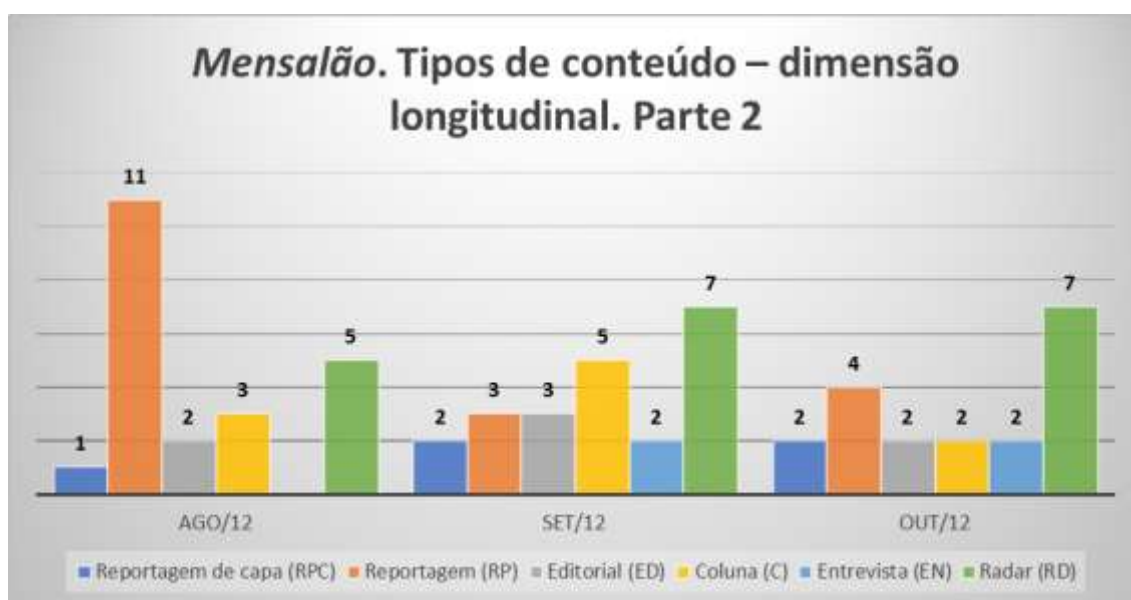
[...] sua renúncia completa e definitiva à ética na política. O maior rombo no casco ético do PT aconteceu quando veio a público o escândalo do mensalão. Nesse caso, o PT esperneou, negaceou e tergiversou porque espantar o mensalão era uma forma de salvar o próprio partido. Agora, com a militância a favor do senador condenando pelo Conselho de Ética, ficou claro que o PT não atropela a ética apenas quando se trata de salvar a si próprio (Edição 2024. 05/09/2007, p. 55 e 56).

Gráfico 12: *Mensalão*. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 13: *Mensalão*. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

O *Mensalão* é tido desde o início, pela revista, como um “microcosmo” da corrupção existente em todo o país, e teria sua origem na disputa com “unhas e dentes” por cargos em todos os escalões dos três níveis de governo (Edição 1905. 18/05/2005, p. 55). Assim, os postos de confiança do governo federal – “[...] 25.000 cargos de preenchimento político – todos eles, um a um, [são] controlados pelo chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu” (Edição 1905. 18/05/2005, p. 60).

Pompeu de Toledo, na edição 1906 (25/05/2005, p. 146), ressalta que é esse sistema político de troca de cargos por favores que está em jogo. Fundada em 1985, continuada por FHC, essa forma de se fazer política de retalhamento do governo e de distribuição a agrupamentos suspeitos foi aprofundada pelo PT, tudo “em troca de apoio no Congresso”. O melhor nome para o chamado presidencialismo de coalizão seria, na verdade, “presidencialismo de safadeza”, segundo o colunista, já que “‘governabilidade’ virou eufemismo para tolerância com a corrupção”. Mas destaca que essa pode ser uma oportunidade de romper com essa lógica, embora não haja muito espaço para otimismo. Vale frisar que em nenhum momento Pompeu de Toledo diz como essa oportunidade pode ser aproveitada ou que medidas podem ser tomadas.

A revista sublinha que pode até haver políticos bem-intencionados, que buscam um cargo para implementar algum projeto ou para ter visibilidade, mas há a categoria dos desonestos, que buscam, através dessas posições, enriquecer ilicitamente. E *Veja*

conseguiu flagrar “em pleno voo” essa “aula de corrupção” (Edição 1905. 18/05/2005, p. 57) em um órgão administrado por indicados do PTB – que se trata de uma “quadrilha”.

Em reportagem da edição 1907 (01/06/2005, p. 52) a revista traz um depoimento do senador Fernando Bezerra, do PTB, líder do governo no Congresso, em que diz estar explícito “como os cargos públicos são loteados no governo petista”. E a Roberto Jefferson é atribuída a posse de um “exército de prepostos” na administração pública federal (1907. 01/06/2005, p. 55), inclusive tendo um indicado na Agência Nacional do Petróleo (ANP), Eugênio Roberto Maia, que toma atitudes que contraria a própria ministra Dilma Rousseff.

Sobre a ANP, *Veja* diz ter tido acesso a denúncias de pagamento de importantes executivos e, sem nomeá-los, traz a afirmação: “segundo eles, Maia cobraria uma taxa extra sobre algumas autorizações que concedia. E sempre com a mesma explicação: o dinheiro seria repassado ao PTB, que exigia dele uma mesada mensal modesta, de apenas 40.000 reais” (1907. 01/06/2005, p. 55) – ao que Maia nega. Esse artifício editorial de sigilo da fonte é uma prática recorrente em *Veja*, o que não coaduna com a prática jornalística de proteção da fonte, que traz algo a público a partir de uma materialidade, mas serve como recurso legitimador de uma posição já adotada previamente pela linha editorial da revista.

O próprio Marinho, em dado momento, diz agir sob as ordens do presidente de seu partido (ou “chefe”), o deputado federal Roberto Jefferson, o mesmo que integrou a tropa de choque de Collor, segundo a revista, e que agora “é o pivô da mais nova crise política do governo Lula” (Edição 1906. 25/05/2005, p. 33).

A personalização do escândalo, especificamente na figura de Lula, começa a ser traçada nas páginas de *Veja*, mas ainda timidamente, sendo esta uma política editorial que se acentuará com o passar dos meses. O contrário ocorre com a incorporação de outros políticos petistas ao desenrolar do escândalo. As continuidades e descontinuidades com relação à associação entre Lula e o escândalo que virá à tona será a marca da cobertura nos primeiros meses.

Com a manchete “Diga-me com quem anda...”, a reportagem de capa da edição 1906 disserta sobre a atitude de solidariedade de Lula para com Roberto Jefferson. Ressaltando o relevante papel de descobridora do escândalo que ela própria havia desempenhado – ou de ator político, como viemos sustentando ao longo da pesquisa, a revista diz que: “o primeiro temor do governo, diplomaticamente dissimulado em público, é que apareçam novos tentáculos de roubo no aparelho estatal, além do PTB e dos

Correios. Um caso já apareceu” (Edição 1906. 25/05/2005, p. 38) – a pressão exercida por Roberto Jefferson em uma estatal de seguros (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB) para o pagamento de mesadas ao seu partido.

Veja sugere algumas medidas a fim de elucidar o caso e evitá-lo futuramente: a instauração de uma CPI e a implementação de duas reformas, uma administrativa, que reduza o número de cargos no governo, e uma política, que estimule a racionalidade e a fidelidade partidárias. Essas reformas ainda não teriam ocorrido por culpa em parte de Lula, em parte de seus antecessores. A revista pondera que “se tivesse se dedicado a fazer as duas reformas. Lula não estaria hoje ao lado da constrangedora figura de Roberto Jefferson” (Edição 1906. 25/05/2005, p. 39).

É importante destacar que a narrativa dos escândalos deixa de abarcar apenas o PTB e o “injurioso líder da corrupção, Roberto Jefferson” (Edição 1906. 25/05/2005, p. 42), e se espalha para o PT, inaugurando “a maior crise de Lula”, grafado em letras garrafais no título de uma das reportagens da edição 1906, ao que segue o texto: “atingido por um estado de espírito que varia entre o irritado e o assustado, o governo do PT – quanta ironia! – faz tudo contra a CPI” (p. 44). Isso especialmente porque poderiam estar envolvidos o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e o seu secretário-geral, Silvio Pereira – dois personagens centrais na distribuição dos cargos do governo. A preocupação de Lula quanto à instauração da CPI é motivo para uma explicação pública, segundo *Veja*, já que o argumento dela consiste em que essa investigação poderia fortalecer os políticos e as instituições.

A edição seguinte (1907. 01/06/2005) robustece ainda mais essa narrativa, inserindo José Dirceu no rol dos possíveis incriminados no escândalo de distribuição de cargos federais desfraldado pelo “Homem Bomba” Roberto Jefferson, segundo reportagem de capa. E também o então presidente do PT, que aparece em uma fala de Jefferson na seção Radar (p. 46) – “Genóio disse que o PT não empurra lixo para baixo do tapete. Todos sabem que empurra”. É o que *Veja* diz que o PT tenta fazer com o petebista em longa reportagem de capa (1907. 01/06/2005, p. 48) em que o mesmo diz se sentir abandonado pelo governo. Nem ameaças, cargos, dinheiro e súplicas seriam capazes de impedir a criação da CPI dos Correios, que se desdobraria em uma CPI do *Mensalão* (aprovada por 236 deputados e 52 senadores; dentre os primeiros, 14 são petistas, e, os segundos, um), cabendo à revista questionar:

O que Roberto Jefferson sabe que tanto apavora o PT? [...] Não surgiram ainda evidências irrefutáveis que autorizem a afirmação de que setores do PT e do PTB se associaram em esquemas clandestinos nos desvãos do governo. O que existe e é irrefutável é o fato de que a aliança entre os dois partidos, principalmente quando se tenta verificar o que há debaixo do tapete, exhibe um vigor e uma solidez que vão muito além dos compromissos programáticos e dos interesses políticos mais evidentes entre as duas agremiações. Por quê? (Edição 1907. 01/06/2005, p. 48 e 50).

A pergunta é incrementada pelo dado empírico de fortalecimento do PTB na gestão de Lula. E o caráter retórico desse excerto de *Veja* dá lugar às supostas justificativas que o próprio PT teria para ser contra a CPI, pois se trata de um “golpismo” das “elites”, como ocorrido com Getúlio Vargas e, anos depois, com João Goulart – o que a revista diz não fazer sentido.

Note que esse recurso estilístico de “tradução” de uma fala e/ou um comportamento em como devemos interpretá-la, mesmo sem dados factuais a corroborar o enquadramento, já foi utilizado amplamente na cobertura do escândalo *Collor*.

Se Lula ainda estaria calmo com a instauração da CPI, fato explicado pela possibilidade de troca de ministro e pela natureza da democracia, de ter oposições fortes – algo que o presidente sabe muito bem (Edição 1907. 01/06/2005, p. 51) –, essa tranquilidade duraria pouco, segundo *Veja*, já que, diante da inegável gravidade, Lula abriu os cofres aos parlamentares a fim de sepultar a CPI. E esta ficara a cargo da dupla Aldo Rebelo e José Dirceu (Edição 1908. 08/06/2005, p. 132), com ajuda de Palocci. Continuam: “quem diria: a administração do PT escancarando o cofre para evitar uma investigação sobre um esquema de corrupção”.

Se até aquele momento Lula não é tratado como um partícipe direto no escândalo, embora os envolvidos sejam ora um ministro de Lula, ora um amigo de Lula, e, como dito na coluna de Tales Alvarenga, “desse clima de desespero salva-se Lula, mas não se coloca em situação de grande vantagem” (Edição 1907. 01/06/2005, p. 59) – ou seja, não há nada que o incrimine por enquanto, já que sua rede de relacionamento já está implicada.

Embora Jefferson inocente o presidente, a senadora expulsa do PT, Heloísa Helena⁸⁶, segundo *Veja*, diz que no partido não há atuação individual. Sobre o

⁸⁶ Além da senadora, foram expulsos, no contexto da Reforma da Previdência, Luciana Genro, João Fontes e Babá.

conhecimento ou não de Lula, destacamos a coluna de André Petry (Edição 1910. 22/06/2005, p. 67), que é o momento em que surge e se intensifica a narrativa de que, se Lula sabia do *Mensalão*, fora conivente; se não sabia, fora inepto.

Em reportagem de seção especial nomeada “Corrupção”, retoma-se uma frase supostamente dita (não há corroboração factual) por José Dirceu a um de seus correligionários, de que qualquer CPI minimamente bem-feita pegaria Delúbio e Silvio Pereira (a cujas biografias *Veja* dedica um amplo espaço, sendo o primeiro tratado como o “homem do dinheiro”, e o segundo, o “homem dos cargos”), para confirmar o temor do PT diante dessa investigação.

Defensora das CPIs, “que podem melhorar o Brasil, embora não o suficiente” (Edição 1909. 15/06/2005, p. 44), *Veja* dedica um editorial (além de uma coluna de Tales Alvarenga) ao tema, ressaltando o seu próprio papel nesse processo, em um enquadramento de autorreconhecimento, atuando como um ator político, como destacamos na ocorrência do *impeachment* de Collor, e que é por ela lembrado, dizem: “a criação da CPI, que virou um palco de batalha acirrada entre governistas e oposicionistas, é consequência direta do trabalho da imprensa, em especial de uma reportagem publicada por VEJA” (p. 09).

Embora quem esteja realmente na berlinda no início da discussão sobre a instauração de uma CPI seja Delúbio, em primeiro plano, e o PT, em segundo, *Veja* já compara a situação de Lula, na edição 1909, de 15 de junho de 2005, àquela vivenciada por Collor em 1992, e diz que sua figura já se afasta da representação do presidente estadunidense Franklin Roosevelt, mas que mesmo assim o presidente vem tomando o rumo certo na condução dessa crise.

E esse acautelado tratamento se articula com uma defesa da estabilidade, que o mercado tanto preza, já que: “a solidez da política econômica tem funcionado como um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula – e éticas do partido que lhe dá sustentação” (1909. 15/06/2005, p. 66). Assim, embora identifiquem uma crise política, não querem que ela desague em uma crise econômica.

Na edição 1909, pela primeira vez a tratativa “mensalão” é designada ao escândalo (figura abaixo), apontado como capaz de dar início a uma nova CPI, já que é possível haver uma rede de pagamentos de mesada⁸⁷ a deputados do PP e do PL.

⁸⁷ Mesmo sem integrar nosso *corpus*, é interessante destacar que em curta reportagem de mesma edição, com título “O mensalão da perua”, trata-se a gestão de Marta Suplicy em São Paulo no mesmo contexto de pagamento de mesadas (1909. 15/06/2005, p. 69). O tema retorna nas edições 1910 e 1911.

Figura: Radar Edição 1909. 15/06/2005, p. 63



Fonte: Acervo *Veja*.

A longa reportagem de capa da edição 1910 (22/06/2005, p. 47) trata da demissão do ministro da Casa Civil, José Dirceu, que saiu “pela porta dos fundos, sob o peso da acusação de comandar o mensalão”, tão logo Roberto Jefferson a tenha requisitado (enquadramento retomado em reportagem da edição 1911). E, embora o petebista tenha reiterado a inocência de Lula, disse também que o *Mensalão* seria orquestrado por José Genoíno, Silvio Pereira e Delúbio Soares, e operado pelo mineiro Marcos Valério. Este, um personagem que receberá uma extensa reportagem na mesma edição, apresentado como alguém que vem se dando bem em todos os governos, desde Sarney e passando pelos tucanos, com participações em agências publicitárias e amplo espaço no governo Lula, e que, no entanto, nunca atuara de fato como publicitário, mas, antes, como um lobista do mercado financeiro (Edição 1910. 22/06/2005, p. 56).

Um dos principais elementos a corroborar a acusação de Jefferson para *Veja* é a existência de uma agenda da ex-secretária de Valério (na edição 1911 retomam falas da ex-secretária, como uma em que ela afirma que Valério saía com malas de dinheiro e com o pessoal do PT, ao mesmo tempo). Ver figura abaixo:

Figura: Reportagem Edição 1910. 22/06/2005, p. 61.



Fonte: Acervo *Veja*.

A demissão do ministro da Casa Civil significa um corte na própria carne, segundo a revista, mas que pode salvar o governo e a biografia do presidente, que possui diferenças significativas em relação a Dirceu, no que se refere tanto à sua origem política quanto à forma de fazer política, pois, se o primeiro prefere o contato com a massa e o exercício de uma liderança popular, o segundo prefere os bastidores (Edição 1910. 22/06/2005, p. 53). A crítica contundente a Dirceu é tema da edição 1911, em que o agora ex-ministro, orientado pela reflexão leninista, consideraria que o seu partido está acima do Estado (p. 63), o que é simbolicamente representado pela estrela vermelha plantada nos jardins da Alvorada. Mantendo esse enquadramento, seguem, em editorial:

[...] a raiz da crise na qual se enfiou o PT pode ser buscada justamente na tentativa de fazer um governo dominado por uma única classe de pessoas, a dos petistas [para tanto] foi preciso “comprar um exército de mercenários no Congresso” [e] às portas de uma nova eleição presidencial, o PT é incapaz de reconhecer que perdeu a aura de honestidade, justamente a característica que levou o partido ao Planalto. Por isso tenta colocar de pé tolas teorias conspiratórias. O resultado disso tudo, como mostra outra reportagem da revista, é uma enorme decepção popular e a ânsia de que tomem medidas efetivas para conter a corrupção. No próximo ano, esses anseios se manifestarão nas urnas. Eis a beleza da democracia (29/06/2005, p. 09).

Mais central do que a crítica a Dirceu ganha espaço o julgamento que a revista faz do PT, sentenciando-o como responsável por um “assalto ao Estado” (Edição 1911. 29/06/2005, p. 58). Assim, um dos principais enquadramentos conferidos ao PT ao longo do *Mensalão* vai tomando forma, o de que seu discurso ético expirou, desapareceu, “logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu como o partido mais ‘idôneo’ e mais ‘confiável’ do país” (Edição 1909. 15/06/2005, p. 54). E se já haviam perdido uma bandeira – a da crítica à política neoliberal –, agora perdiam outra.

A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos fisiológicos e aventureiros (1909. 15/06/2005, p. 61).

Embora digam que há um problema maior, que é a ocupação predatória empreendida pelo PMDB, conhecido por seu fisiologismo, ela foi permitida e mantida por Lula, algo talvez até mais danoso do que o *Mensalão*, já que “a ocupação de cargos públicos com autorização implícita de roubar é também uma forma de pagamento” (Edição 1911. 29/06/2005, p. 59).

Novamente a questão da honestidade e da ética é apresentado pelo enquadramento de incompatibilidade com o discurso histórico do PT. Para *Veja*, o partido sangra por duas chagas: “o aparelhismo, reservado aos próprios petistas, e a pilhagem autorizada aos aliados” (Edição 1911. 29/06/2005, p. 64). A isso encadeiam outra crítica, a de que o PT e o próprio presidente estariam propagando a teoria, para desviar a atenção do público, de que há uma conspiração contra eles – se para o PT é um complô de elites estrelado por setores conservadores, a direita, o setor financeiro e o tucanos, para o colunista André Petry trata-se da insatisfação diante de maus tratos (Edição 1911. 29/06/2005, p. 77).

O argumento de perseguição ao partido não seria real, segundo a revista, já que saques milionários foram detectados nas contas ligadas a Marcos Valério – o “homem do dinheiro vivo” e suposto “pagador do mensalão” (Edição 1911. 29/06/2005, p. 71), que disse em entrevista à *Veja* que não encontrarão transferências a partidos e políticos em suas contas, apenas grandes movimentações, pois lida com gado e nem todo fazendeiro aceita cheque, e que “só se transformou em um dos protagonistas do escândalo por causa de sua amizade com o tesoureiro do PT” (p. 72).

O recurso estilístico de “traduzir” a realidade aos leitores é usado na última reportagem dedicada ao escândalo, na edição 1911, e visa dar coerência ao desenrolar dos fatos narrados pela revista (ver figura abaixo).

Figura: Reportagem Edição 1911. 29/06/2005, p. 84 e 85



Fonte: Acervo Veja.

Na edição 1912 (06/07/2005, p. 09), um editorial se adianta em defender o exercício profissional do publicitário, relacionando-o à democracia, mais especificamente à liberdade de expressão, isso por conta das novas acusações vindas a público sobre Marcos Valério e sua movimentação financeira. E enfatizam que,

Em boa medida, os elogios que a imprensa tem recebido pelo trabalho de faxina da coisa pública no Brasil devem ser divididos com a publicidade. A preciosa liberdade de expressão não existe no vácuo. Ela precisa de uma base material que lhe dê sustentação. Essa base é uma sólida e variada carteira de anunciantes, cujo suporte financeiro permite às publicações praticar um jornalismo crítico e independente.

A partir desse momento a denominação *Mensalão*, que se dá ao escândalo originado na gravação nos Correios, torna-se corrente, totalizante e com viés sensacionalista. Especialmente porque o papel de Marcos Valério já começa a se

evidenciar, segundo a revista, ou seja, “o elo se fechou” (Edição 1912. 06/07/2005, p. 50) através de dados de empréstimos bancários relacionados ao PT (que teve como avalistas o próprio Valério, Genoíno e Delúbio) e que foram levantados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão então sob a tutela do ministério da Fazenda.

A revista ainda pautará a existência desses empréstimos e as vultosas retiradas no Banco Rural em diversas reportagens, como nas edições 1913 e 1929. A declaração de Marcos Valério, acusado de ser o operador do mensalão, de que não tem proximidade com o PT e que seria apenas amigo de Delúbio Soares, não seria verdadeira, segundo a revista, já que sua agência publicitária, SMPB, tem dois contratos com o governo, um deles com os Correios e o outro com a Câmara Federal, presidida pelo petista João Paulo Cunha, enquanto sua outra agência, DNA, possui outros três contratos.

Assim, “o homem da mala e o partido que foi eleito para moralizar a política estão umbilicalmente ligados por obscuras transações envolvendo dinheiro, muito dinheiro. E o que é pior para todos: dinheiro público” (Edição 1912. 06/07/2005, p. 52).

Embora vejam semelhanças entre Valério e PC Farias, como ditas por Roberto Jefferson, *Veja* ressalta uma significativa diferença, afirmando que Lula não é Collor, por que:

PC Farias atuava com autorização expressa do então presidente Collor, e o produto de suas propinas era dividido entre os dois. Agora, sabe-se que Marcos Valério tinha salvo-conduto de dirigentes do PT, mas não se conhece nenhuma ligação entre ele e o presidente da República (Edição 1912. 06/07/2005, p. 57).

Se por um lado Lula ainda não era o alvo, por outro a investida investigativa contra o PT e seus principais dirigentes não se limitava ao raio de influência de Valério, mas se espraiava em reportagens sobre antigas empresas de Luís Gushiken – que estaria prestes a ser ceifado (como mais tarde seria de fato, tema abordado em reportagem da edição 1983, de 22 de novembro de 2006), segundo reportagem da edição 1913, de 13 de julho – e que teria enriquecido ao operar para fundos de pensão de estatais (reportagem da edição 1912).

As continuidades e discontinuidades discursivas acerca da associação de Lula ao *Mensalão* nos primeiros meses de sua eclosão se evidenciam em dois tipos de conteúdo nas páginas de *Veja*: nas reportagens que tratam de Valério e políticos petistas, em que se ressalta que não há indícios que relacionem o presidente ao escândalo; mas, nas colunas

de opinião, trabalham retoricamente essa dúvida, como quando André Petry simula um diálogo com o presidente a partir do enquadramento de que gostaria de confiar no presidente, mas suas falas não combinam com suas ações (Edição 1912. 06/07/2005).

Em outra reportagem da edição 1912 (06/07/2005, p. 68) a revista analisa o que nomeia de estratégia petista de “envolver o PSDB no lamaçal de corrupção”. E por se encontrar impotente em provar a sua inocência, um possível envolvimento dos tucanos levaria o sistema político a produzir um grande acordo, em que uns poucos (exceto Dirceu, segundo a revista, por ainda controlar o partido com mão-de-ferro) seriam cassados para apaziguar a opinião pública, e os demais permaneceriam em nome da “governabilidade”.

A estratégia traçada pelo PT, de acordo com *Veja*, assumiria duas frentes: uma delas, no âmbito institucional, se refere a conversas entre os dois partidos, enquanto a segunda se revelaria no “ataque” ao PSDB preparado pelo governo Lula, calcado na:

[...] menção a vários tucanos no depoimento prestado à Polícia Federal por Marcos Valério. O empresário (na verdade, sócio do PT, como revela a reportagem de capa desta edição de VEJA) disse à PF que tem relacionamentos com políticos de diversos partidos. Citou como exemplos o senador mineiro Eduardo Azeredo, presidente do PSDB, e três secretários do governador Aécio Neves [...] embora procurem atingir Aécio, os petistas que fazem o trabalho sujo acreditam que a estratégia de ameaça tem funcionado melhor com o presidente do PSDB (Edição 1912. 06/07/2005, p. 70 e 71).

Associação que Azeredo nega à *Veja*. Contudo, cabe destacar que é cedido espaço apenas ao presidente do PSDB para que se inocente, mas não há o contraponto dos acusadores, menos ainda dos petistas.

O tema do *Mensalão* tucano é retomado apenas na edição 2027, de 26 de setembro de 2007, em uma pequena reportagem (p. 72 e 73) e na coluna de André Petry (p. 73), que diz que:

A comparação linear entre o mensalão do PT e o trambique do tucano Eduardo Azeredo em Minas Gerais é incorreta. Não são esquemas iguais. Eles se parecem na forma, mas se distinguem no conteúdo. A semelhança aparece porque, nos dois casos, o operador é o ex-carequinha Marcos Valério, os empréstimos fajutos são feitos junto ao Banco Rural, os repasses clandestinos saem do cofre da SMPB. O conteúdo, no entanto, é distinto. No caso tucano,

pelo que se sabe até agora, é um caixa dois eleitoral. É um crime, mas o crime é esse. No caso petista, o mensalão também teve seu lado de caixa dois eleitoral, mas foi bem mais do que isso. Serviu sobretudo para subornar outro poder, trocando apoio por dinheiro e violando um princípio basilar da democracia (Edição 2027. 26/09/2007, p. 73).

Embora não integre o nosso *corpus* de análise, julgamos importante destacar um trecho do editorial do número 2457, de 23 de dezembro de 2015, após condenação em primeira instância do ex-governador mineiro:

Tendo se destacado na cobertura do mensalão do PT, VEJA não deveria dar na capa a condenação de Azeredo? A resposta é não. São dois casos totalmente diferentes no que diz respeito às provas, aos fins e à abrangência de cada um. A única equivalência relevante entre os dois episódios refere-se ao fato de terem tido no centro de sua engrenagem os gastos com publicidade oficial e, nela, a presença de Marcos Valério (Edição 2457. 23/12/2015, p. 14).

Por esses excertos é possível asseverar que se trata de uma política editorial não abordar o *Mensalão* tucano e focar em sua versão petista. Nesse sentido, para facilitar o acompanhamento do desenrolar dos fatos que culminaram no *Escândalo do Mensalão*, a revista apresenta aos seus leitores um atraente e simplificado material gráfico sobre o caso, destacando os personagens e os enredos de cada “episódio” – sendo este um tipo de dispositivo de enquadramento tratado por Gamson e Modigliani (1989), qual seja, a utilização de imagens visuais que facilite o entendimento de determinado assunto a partir de uma dada abordagem discursiva.



Fonte: Acervo *Veja*.

Apresentando-se como aquela que não faz denúncias, mas sim que “apresenta provas irrefutáveis”, nesse caso, sobre a relação entre PT e Marcos Valério, *Veja* diz que vem divulgando desde maio “a mais explícita e incontestável evidência já trazida a público por um órgão de imprensa” (Edição 1913. 13/07/2005, p. 09), trazendo reportagem de capa com o título “A maioria acha que ele sabia” (Edição 1913. 13/07/2005, p. 60) – quem é ele? O próprio presidente.

Sustentando o enquadramento de que não basta ser honesto, deve-se parecer honesto, começam a dizer que tal situação deve influenciar na reeleição de Lula, o que se mostraria “uma hipótese cada vez mais remota” (Edição 1913. 13/07/2005, p. 60). Mas também não descartam a possibilidade de ocorrência de um processo de *impeachment*, já que um dos maiores erros de Lula foi ter confundido o Estado com o seu partido, algo reiterado em outras edições. E, para afirmar que o PT perdeu o “monopólio da honestidade”, a revista traz os dados da pesquisa da Ipsos-Opinion, sem indicar o plano amostral, os métodos de ponderação, a metodologia em geral (figura abaixo), revelando apenas que foram ouvidas 1.000 pessoas no intervalo de 8 dias. A despeito da pouca fidedignidade metodológica que a pesquisa nos aparenta ter, os dados são apresentados como uma verdade, como se se tratasse de algo factual e refletisse a opinião pública brasileira.

Além disso, cabe retomar o ensaio de Bourdieu intitulado *Opinião pública não existe* (1973)⁸⁸, que trata de como as questões colocadas ao público “estão profundamente ligadas à conjuntura e dominadas por um certo tipo de demanda social” (p. 02), ou seja:

As pesquisas de opinião se subordinam a interesses políticos, e isto dirige de maneira muito acentuada o significado das respostas e, ao mesmo tempo, o significado dado à publicação dos resultados. Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a idéia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média. A “opinião pública” que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de percentagens (60% dos franceses são favoráveis à...), esta opinião pública é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem (BOURDIEU, 1973, p. 03).

Assim, é reforçado no decorrer da reportagem que “o pior é que fica cada vez mais difícil acreditar que Lula não sabia de nada” (Edição 1913. 13/07/2005, p. 62), bem como na seção Radar, com a fala da senadora Heloísa Helena, de que “ou todos são inocentes ou estão todos articulados” (Edição 1913. 13/07/2005, p. 47).

⁸⁸ A concepção trazida por Bourdieu (1973) de crítica à correspondência entre a opinião pública e a opinião geral é dissonante e não hegemônica no debate sobre o tema. Importante destacar que para o autor a opinião das pessoas em geral não se faz como uma somatória das opiniões individuais, e opinião geral não é pública, pois: 1. há assimetria na publicização de opiniões, ou seja, determinadas opiniões alçam a esfera pública e outras não; 2. há critérios prévios ou escolhas de formulações para que as opiniões se expressem, em um determinando tempo e contexto sócio-histórico. Sobre a primeira justificação, há similitude teórica com uma das classes de determinantes de Gamson e Modigliani (1989), as atividades patrocinadoras, mais especificamente no acionamento editorial de certos especialistas.

Figura: Reportagem Edição 1913. 29/06/2005, p. 62



Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Capa Edição 1913. 29/06/2005



Fonte: Acervo *Veja*.

O personagem Marcos Valério vai ganhando cada vez mais espaço nas páginas de *Veja*, que narra um enredo em que supostamente o “operador do *mensalão*” estaria chantageando o PT, e o “barbudo” Lula, com uma delação premiada por temer a prisão. Tal fato é pela revista certificado por telefonema feito a João Paulo Cunha, já ex-presidente da Câmara, mas não há comprovação de veracidade quanto a isso, de como teria tido acesso a esse telefonema e se as falas são reproduzidas em sua integralidade, cabendo ao leitor confiar unilateralmente na reportagem (Edição 1915. 27/07/2005, p. 58 a 65) – no trecho intitulado “A Chantagem”.

Como reiterado pela revista, “pela qualidade de suas fontes e pela proximidade delas com os fatos, VEJA decidiu narrar o que se leu aqui” (Edição 1915. 27/07/2005, p. 65). A queda de Silvio Pereira e de Delúbio Soares, que seria capaz de acionar constantemente os serviços criminalistas do ministro Márcio Thomaz Bastos, sinalizaria, para a revista, que Valério fora escolhido como um “bode expiatório” após a quebra de seu sigilo bancário, bem como de empresas a ele vinculadas – enquadramento elaborado em mesma reportagem no trecho “A reação”.

Novamente tendo como mote um telefone trazido a público nas mesmas condições do anterior, a revista descreve, na parte intitulada “A farsa”, as estratégias do PT para transformar o escândalo de corrupção em um crime eleitoral, não sem a ajuda do marqueteiro Duda Mendonça, que seria o responsável por treinar os discursos oficiais do presidente Lula. Contudo, no final da reportagem, ou no trecho “O resultado”, há o desmonte dessa tese por meio da análise das movimentações financeiras de Valério, e a prova da existência do *Mensalão* é tão irrefutável que mesmo petistas como o senador Delcídio Amaral e Ricardo Berzoini não o negaram, segundo a revista.

Assim, com

a prova do mensalão, as cinco vezes em que Lula foi alertado e sua entrevista em Paris [...] criou-se em Brasília uma atmosfera francamente desfavorável ao próprio presidente, cuja figura vinha sendo cuidadosamente preservada até pela maior parte da oposição (Edição 1915. 27/07/2005, p. 65).

Se a visibilidade mediada se “[...] transformou em um meio principal para a articulação e realização das principais lutas sociais e políticas de nossa época” (THOMPSON, 1998, p.20), é importante que a cobertura midiática dos escândalos

políticos seja intensa, e esse é o caso das audiências da CPI dos Correios, e que se espalha para o *Mensalão*.

Nesse contexto, outro enquadramento que se tornará candente nas edições seguintes surge em editorial do número 1915 (27/07/2005), de identificação de uma normalidade institucional que deve existir para não contaminar a economia com os desdobramentos da política (Edição 1915. 27/07/2005, p. 65). A defesa da manutenção de medidas econômicas de viés neoliberal que satisfaçam o mercado é constantemente reiterada por *Veja*, que, por exemplo, vai empregar um enquadramento de que o aumento do salário mínimo foi uma atitude demagógica com o propósito de conter a crise instalada com as denúncias do *Mensalão* (editorial 1918 de 17/08/2005, p. 09).

Nesse sentido, mesmo pautando as denúncias que começam a atingir Palocci, ela o faz pelo enquadramento “a economia aguenta sem ele?” (Edição 1922. 24/08/2005) e justifica que não há razão para pânico (p. 68). Embora já na edição 1932 (23/11/2005. p. 42 a 44) surja a indagação que, sem Palocci, com as eleições chegando e tendo a obrigação de fazer com que os eleitores se esqueçam do *Mensalão*, talvez comece a gastança, especialmente pela atuação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como diz Tales Alvarenga (p. 44).

Contudo, a situação pode mudar a qualquer momento (ver figuras abaixo), e, se durante a eclosão do escândalo *Caso Collor* houve sistematicamente a comparação com o ocorrido com o presidente dos EUA Richard Nixon, agora um novo ator é incorporado à genealogia dos impeachments das democracias, o presidente Lula, em uma agonia semelhante à vivenciada por Collor (Edição 1917. 10/08/2005)⁸⁹. E mais: como se fosse uma missão de *Veja* tirar Lula do poder, assim como fez com Collor, tendo em vista o papel de desnudar segredos, fiscalizar o poder e pressionar o sistema político que ela se autoatribui.

⁸⁹ A comparação entre Collor e Lula aparecerá também na coluna de Roberto Pompeu de Toledo da edição 1910 e em reportagem da edição 1911.

Figura: Reportagem Edição 1915. 27/07/2005, p. 68 e 69



Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Capa Edição 1917. 10/08/2005



Fonte: Acervo *Veja*.

Além do que, como dito em coluna assinada por Mario Sabino, “partidos são conjuntos que podem morrer, sem que isso signifique um comprometimento das instituições que são o esteio da democracia” (Edição 1915. 27/07/2005, p. 72). Para justificar tal máxima, traz o exemplo da queda dos partidos italianos, o Socialista e a Democracia Cristã, como a consequente reorganização do sistema no âmbito da Operação Mãos Limpas, um exemplo para o Brasil. Assim, o PT não precisaria ser preservado, pois estaria em jogo um bem maior – isso a não ser que fosse inocentado, sendo essa uma condição da seleção natural.

Se as instituições não ruíram, segundo irônica coluna de Tales Alvarenga,

Uma coisa que ruiu no Brasil, neste mês de julho, foi a ideia de que o país só tinha problemas porque seu governo nunca havia sido entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação pelos ímpolutos cavaleiros da vermelha figura. O fato de que o Brasil tenha acreditado nessa empulhação e, em consequência, colocado o PT à frente dos destinos do país, parece absurdo ao observador de hoje [...] outra ideia que vem ruindo desde o início do governo é a de que o PT tinha competência técnica, política e humana para governar o país. Com exceção da área econômica, em que emprega o bom senso convencional, mas contraria as convicções da maioria dos integrantes da sigla petista, o partido salvou-se em poucas frentes do naufrágio absoluto (Edição 1915. 27/07/2005, p. 73).

Outras duas reportagens de mesma edição (27/07/2005), além da edição 1930 (09/11/2005, p. 52 a 58), são dedicadas ao mapeamento das ações de Valério que tinham como objetivo viabilizar o pagamento de propinas pelo PT a parlamentares através de empréstimos do BMG e do Banco Rural, com menções à Ricardo Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, e correlação com Delúbio e Silvio Pereira.

Figura: Reportagem Edição 1930. 09/11/2005, p. 56



Fonte: Acervo *Veja*.

A ameaça de uma nova delação, dessa vez por parte de Dirceu – uma das figuras mais importantes do PT –, é o mote da reportagem de capa da edição 1916 (03/08/2005,

p. 56), sendo que este é possivelmente o mandachuva do maior escândalo de corrupção desde o *impeachment* de Collor, e o que ele sabe certamente chegaria a Lula. Sem comprovações de fonte, a revista diz: “O ex-ministro se considerava o sucessor natural de Lula [...] em lugar disso, em sua opinião, foi traído [...] por culpa de Lula, saiu do governo de maneira humilhante”, o que, para *Veja*, atestaria que ele poderia ser uma “espécie de troféu para a oposição” (p. 59 e 60).

A partir dessa edição (1916. 03/08/2005), a produção jornalística de *Veja* se dedica a desenredar a estrutura de poder petista, tendo como fundamento denúncias iniciais de Roberto Jefferson, que se desdobram em movimentações e ações de José Dirceu⁹⁰, Marcos Valério, Delúbio⁹¹, Silvio Pereira, José Genoíno, Waldomiro Diniz⁹², José Janene, Gushiken e Lulinha, filho do presidente, e posteriormente Duda Mendonça (Edição 1918. 17/08/2005) e Palocci (Edição 1919. 24/08/2005). Dentre elas estão:

1. as supostas contribuições ilegais da multinacional Portugal Telecom (Edição 1917. 10/08/2005, p. 60 a 68) para com os aliados do PT – tudo isso intermediado pelo “emissário do governo Lula”, Marcos Valério, a mando de Dirceu;

2. as delações premiadas (valiosas armas da investigação policial e judiciária, Edição 1917. 10/08/2005, p. 09) de Toninho do Barcelona acerca do esquema de corrupção montado pelo PT e pelo advogado Rogério Buratti, ex-secretário de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Buratti ainda acusaria o ministro da Fazenda de receber “um mensalão de 50.000 reais de uma máfia de empresas que fraudavam licitações públicas de coleta de lixo” (p. 60), uma prática que ajudaria a alimentar o caixa 2 de seu partido – ambas também são trabalhadas na edição 1919, de 24 de agosto de 2005.

A questão de Palocci é retomada: em reportagem da edição 1920 (31/08/2005); na edição 1931 (16/11/2005) com a narrativa de que o “cerco está fechando”; na edição 1932 (23/11/2005); na edição 1933 (30/11/2005), nomeando-o como o fiador da estabilidade econômica, o imprescindível vulnerável, defendido até pelos tucanos, mas não pelo colunista Diogo Mainardi, que diz “eu quero que ele caia. Palocci está salvando Lula. Quem salva Lula é ruim para o país” (p. 163).

⁹⁰ Embora não faça parte de nosso *corpus*, cabe destacar a reportagem da edição 1916 (03/08/2005, p. 85) que traz uma defesa da atuação da própria revista, que não teria mentido sobre o tráfico de influência de amigos de Dirceu na Petrobras.

⁹¹ Também sem fazer parte de nosso *corpus*, há na edição 1916 (03/08/2005, p. 82) uma reportagem sobre as supostas relações entre Delúbio e as máfias dos vampiros que desviava dinheiro do Ministério da Saúde e do lixo em fraudes de licitações municipais.

⁹² Personagem também da CPI do Bingo.

Novamente em 2006 indícios de irregularidade cometidas por Palocci ganharão as páginas de *Veja* na edição 1946 (08/03/2006, p. 50 e 51). Comparado a Hugo Chávez, Lula estaria estrategicamente se voltando para as massas que lhe são simpáticas (algo reiterado na coluna de Tales Alvarenga, p. 75) e,

tentando costurar uma aliança com os eleitores de baixa escolaridade e pouca renda, mas não com a intenção de proteger-se de uma tramoia das tais elites que tanto fustiga ou de uma eventual ameaça de impeachment. Lula voltou a sonhar com a reeleição. E já está em campanha (Edição 1916. 03/08/2005, p. 70).

Isso revelava, segundo a revista, um certo autismo do presidente diante da crise política e uma preferência por seu umbigo à faxina ética de que o país precisa (Edição 1916. 03/08/2005, p. 74).

Se antes o *Mensalão* era tratado como o maior escândalo de corrupção desde a saída de Collor do poder, agora é chamado de “o maior escândalo político da história” (Coluna de Tales Alvarenga na edição 1917. 10/08/2005, p. 68) e, portanto, vai requerer um tratamento pormenorizado por parte de revista, algo que é materializado na reportagem de 10 páginas dessa mesma edição e sintetizado na seguinte introdução:

O ritmo da crise provocada pela exposição da mais espantosa e abrangente máquina de corrupção já montada no país é de tirar o fôlego. Muitas vezes, são tantos os desdobramentos que parecem ultrapassar a capacidade de acompanhá-los. Por isso, recapitular o desenrolar dos acontecimentos tem dois efeitos importantes. Primeiro, reativar a memória dos fatos que, embora tão recentes – e vitais – parecem superados pela constante avalanche de novas revelações. Mentiras, desmentiras, acusações que se comprovam genuínas, renúncias e quantidades cada vez mais alucinantes de dinheiro formam uma massa crítica capaz de calcinar tudo o que passa em sua órbita. Segundo, lançar a luz límpida da realidade sobre os fins da roubaheira sistêmica: sustentar o PT em suas múltiplas necessidades, comprar aliados em massa, cobrir gastos de campanhas passadas e montar o caixa de eleições futuras. Tudo isso feito pelos mais importantes colaboradores do presidente hoje conhecidos, resumidamente, como “a quadrilha”. O acompanhamento da evolução das declarações de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise, desde o “olha para a minha cara para ver se estou preocupado”, do fim de maio, até o “eles vão ter que engolir” da quarta-feira passada, mostra um político sem controle, sem

capacidade de entender a crise nem de liderar sua gente num momento crítico, sem real compromisso com o país além do palavrório vazio, sem apoios, sem ação, sem compostura. Sem, infelizmente, vergonha (Edição 1917. 10/08/2005, p. 78).

O arquétipo de um político descontrolado, de um louco que deve ser contido pelas instituições, ora acionado em Lula, já fora feito em relação a Collor. Por essa razão Lula teria deixado de governar, segundo editorial da edição 1917, para virar “palanqueiro” (p. 50), nas palavras de Lauro Jardim, na seção Radar, pois agora se dispõe a lutar contra um *impeachment*, cuja menção começa a ser mais constante nas páginas da revista a partir da edição 1913, do dia 13 de julho de 2005. Mas é no número 1917, de 10 de agosto do mesmo ano, que a questão vai ganhar uma centralidade capaz de ser o principal assunto e a reportagem de capa, uma lógica mantida também na edição seguinte, especialmente após Duda Mendonça ter dito que o PT “tinha caixa 2 e dinheiro no exterior”, em paraísos fiscais (Edição 1918. 17/08/2005, p. 59).

O processo de impeachment, embora tenha semelhança com um julgamento jurídico, é sobretudo um processo político. Para que seja instalado, não basta a convicção de que o presidente sabia, omitiu-se e até participou. É preciso, antes de tudo, que haja uma atmosfera politicamente favorável ao seu julgamento. Até semana passada, isso não existia. Depois do depoimento de Duda Mendonça, o cenário mudou (Edição 1918. 17/08/2005, p. 62).

Articulada à admissão pública de Lula sobre os equívocos do PT, a narrativa sobre esse partido será consolidada a partir dos seguintes eixos:

1. representando a queda do bastião da ética – “uma corja de assaltantes disfarçada sob o manto vermelho”, segundo afirmação de André Petry em coluna da edição 1919 (24/08/2005, p. 80);
2. tendo o envolvimento da cúpula do partido;
3. gerando a debandada de petistas constrangidos com as revelações;
4. significando a derrota do socialismo real – nem Lênin ousaria votar pela não expulsão de Delúbio (Edição 1918. 17/08/2005).

Em reportagem da edição 1923 com título “Da utopia ao caos”, resume-se “como o PT forjou sua derrocada: do nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário, ao esfacelamento de seu patrimônio ético e a chegada ao banco dos réus”

(21/09/2005, p. 44). O partido agora daria sobrevida aos radicais que, ancorados em um anacronismo, disputam o comando do partido. Assim, elaboram a seguinte cronologia:

Figura: Reportagem Edição 1923. 21/09/2005, p. 50 e 51



Fonte: Acervo *Veja*.

E ratificam: “enredado em cuecas recheadas de dólares⁹³, malas de dinheiro, empréstimos suspeitos e, agora, depósitos milionários em paraísos fiscais, o PT caminha agonisticamente para o fim” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 66). Assim, se,

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes – pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia – assim como a ética – jamais foi um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder – tem um valor “estratégico” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 70).

A crítica se estende à suposta rede apoio petista e, em tons bélicos, Tales Alvarenga diz: “para o intelectual de esquerda, nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 82). Discussão

⁹³ Um escândalo correlato ao *Mensalão* e que emergiu quando da: “prisão de José Adalberto Vieira da Silva, secretário de organização do PT, no Ceará, serviu para agravar a crise numa já fragilizada cúpula do PT. O assessor do deputado José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, foi preso no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, ao tentar embarcar num voo para Fortaleza com 200 mil reais dentro de uma mala, além de 100 mil dólares escondidos na cueca” In: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/dolares-na-cueca.htm>. Acessado: abr. 2019.

que é retomada na edição 1920 (31/08/2005) e, pendulando entre críticas moderadas e mudezes de intelectuais como Marilena Chauí, Maria Victoria Benevides, Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz e Paul Singer, *Veja* busca uma unanimidade a respeito da injustiça com que tratariam a imprensa.

O mesmo colunista continua, em edição do dia 28 de setembro de 2005, a tecer contundentes críticas a intelectuais que apoiam o PT, como o próprio Francisco de Oliveira, além de Frei Betto, especialmente no diagnóstico que fazem da crise vivenciada pelo partido, que teria como origem a vinculação ao neoliberalismo:

Não sei o que você pensa sobre a esquerda, mas sei o que a esquerda pensa sobre você. A esquerda pensa que você acredita em qualquer lorota. Na semana passada, apareceu um novo culpado pelo achincalhamento petista. O problema, segundo essa nova interpretação, não é a roubalheira do PT. O pecado original foi a cúpula do PT ter aderido à direita (Edição 1924. 28/09/2005, p. 60).

Algo que é retomado por Mainardi na edição 1935 (14/12/2005): “é por isso que tenho ‘horror às esquerdas’. Por que elas mentem. Porque elas enganam. Todas elas” (p. 205). Nesse sentido, cabe expor, em sua integralidade, a coluna de Tales Alvarenga, por entendermos ser uma ilustrativa síntese do enquadramento empregado por *Veja*, de criminalização da esquerda:

O PT continua tentando confundir os brasileiros com sua falsa epopeia esquerdista. O partido de Lula tornou-se aliado do PP de Paulo Maluf e Severino Cavalcanti, tem na sua base de suporte no Congresso o PTB, do ex-deputado Roberto Jefferson, e anda de mãos dadas com o PL do ex-deputado Waldemar da Costa Neto e do bispo Edir Macedo. O PT aplica a ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, sendo por isso definido pela esquerda radical como um partido neoliberal. Então, por que o PT ataca os seus adversários chamando-os de conservadores? Pura mistificação. Desonestidade intelectual. Ao ser expulso do PT há uma semana, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares disse que foi sacrificado “para saciar o apetite das forças conservadoras”. Forças o quê? Não devemos nos espantar com esse diversionismo retórico. Como não pode reconhecer a própria culpa pela roubalheira que a ele é atribuída, o PT está reativando agora os velhos inimigos das suas antigas cruzadas contra a elite. Delúbio apenas aplicou o velho truque petista de acusar a direita por tudo que dá errado no petismo. A farsa não parou por aí. Todo mundo percebeu que o diretório nacional petista expulsou Delúbio

porque queria se livrar de um operador financeiro cuja presença se tornou incômoda. Delúbio Soares pegou o dinheiro criminosamente apropriado pelo PT e com ele comprou deputados na Câmara. Mas a versão divulgada pelo diretório para a expulsão do tesoureiro foi outra. Numa nota oficial, o diretório afirma o seguinte: “A ofensiva das forças conservadoras contra o PT e contra o governo Lula foi contida”. Mas que “forças conservadoras” são essas? Na semana passada, o Grande Visionário do Planalto Central também tocou no assunto. Segundo Lula, o jogo com a direita é pesado. A direita, afirma o presidente, tenta roubar as conquistas do governo para fingir que é ela, a direita, que está no comando das realizações nacionais neste momento. Se os inimigos do PT são as forças conservadoras, os nomes de seus integrantes são os seguintes: Delúbio Soares, com sua mala preta. Silvinho Pereira, com sua Land Rover que ganhou de uma empresa vitoriosa em licitação da Petrobras. A Caixa Econômica e o caso GTech. Dólar na cueca. Corrupção em Santo André e o assassinato do prefeito Celso Daniel. Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete de Lula, acusado de envolvimento com a quadrilha que extorquia empresários de ônibus. José Genoíno, ex-presidente do PT (renunciou), que sabia dos “empréstimos” tomados por Delúbio e ficou mudo. José Dirceu, acusado de ser o chefe do mensalão. Seu ex-braço direito na Casa Civil, o achacador Waldomiro Diniz. O ex-deputado Roberto Jefferson (cassado), aliado íntimo do PT a ponto de Lula ter dito que lhe daria um cheque em branco. O ex-deputado Valdemar da Costa Neto (renunciou), presidente do PL, cujo apoio à eleição de Lula o PT comprou com uma mala de dinheiro. Por fim, o publicitário Marcos Valério, que fez o “capital não contabilizado” irrigar a horta de toda essa gente. Forças conservadoras? Pelas barbas de Papanicolau! Vamos falar sério! (Edição 1929. 02/11/2005, p. 63).

Nesse contexto, um dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) cada vez mais recorrente em *Veja* será a frase de efeito, com variantes da expressão “Lula sabia de tudo” – ou seja, que não é possível que o presidente desconhecesse o “volume da roubalheira” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 64).

Algo que é reiterado pelo jurista Hélio Bicudo, que em entrevista à *Veja* diz que Lula é um homem centralizador e, como sempre foi o presidente de fato do partido, não tem como não saber do que acontecia, trata-se de “um mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 70). Ele também concorda com a narrativa trabalhada por *Veja* de que, para a existência de um processo de *impeachment*, é necessário apoio popular, ou “uma atmosfera politicamente favorável” (Edição 1918. 17/08/2005, p. 62).

A revista *Veja* recusa a permanência de Lula na presidência. Para tanto, articula dois discursos, o apoio ao processo de *impeachment* e uma campanha contra a sua reeleição – uma anticampanha que vai se explicitando, como na coluna de Tales Alvarenga, que, chamando o presidente de ignorante, completa: “faça a sua escolha. A minha eu já fiz. Não pode haver nada pior que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva” (Edição 1919. 24/08/2005, p. 76). E também na de André Petry (Edição 1919 (24/08/2005, p. 80), na sintética construção paródica “Corra, Lula, corra”, em alusão ao filme nipo-anglo-germânico de 1999, *Corra, Lola, Corra*”.

Apostando na queda da popularidade de Lula (Radar da edição 1920. 31/08/2005) – que diz ter a paciência de JK e não a atitude de quem está no limite, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart, *Veja* comenta: “agora é diferente – e o mensalão já produziu recibos bancários, confissões de alguns protagonistas, fitas de vídeo...” (p. 49) –, um tipo de enquadramento assim se adensará: o de que à CPI é exigida a apresentação de resultados, ou seja, culpados precisam ser apontados e conseqüentemente punidos. Como na coluna de Tales Alvarenga, que reverbera: “o naufrágio do PT estelionatário é o creme do creme das CPIs. Mas ainda virá a cereja em cima do bolo, na forma de uma dezena ou mais de cassações. Isso pra você é acabar em pizza? Para mim não” (Edição 1921. 07/09/2005, p. 64). Nesse sentido, em editorial a revista diz que o reconhecimento público por parte de Lula de que há uma grave crise política e ética pode ser um sinal de que tudo não vai acabar “em pizza” – algo que é retirado na seção Radar (Edição 1921. 07/09/2005, p. 45).

À defesa da celeridade e da execução de punições por parte das CPIs é incorporado outro enquadramento que já vinha sendo gestado ganhará contornos de centralidade nas páginas da *Veja* rendendo uma reportagem de capa na edição 1922, além de um editorial. Tal enquadramento diz sobre uma sociedade que:

atingiu um círculo virtuoso em que as instituições protegem os mercados das ondas de choque produzidas por crises políticas, e isso, por sua vez, diminui o risco de os governos cometerem desatinos e de aventureiros se elegerem, o que acabaria por reforçar as instituições. Se é mesmo verdade que tão almejado grau de civilização foi alcançado, é preciso destacar que ele resultou de conquistas contra as quais o PT, hoje no governo, lutou encarniçadamente quando era oposição [...] tais conquistas são, principalmente, a abertura da economia para o exterior e os avanços institucionais que propiciaram a

privatização das estatais, o controle dos gastos públicos e o regime de metas da inflação (Edição 1921. 07/09/2005, p. 06).

O enquadramento articulado à defesa da celeridade das CPIs, de que não pode haver um “escândalo sem punição”, ou seja, metaforicamente, “dar em pizza”, é retomado em editorial crítico ao presidente do STF, ministro Nelson Jobim, por conta de uma liminar por ele expedida e que impedia a instauração de processos contra seis deputados petistas no Conselho de Ética. O que dá a entender, para a revista, que os políticos estão acima da lei (Edição 1923. 21/09/2005, p. 09). Assim, “Maluf, Jefferson, deputados do mensalão e Severino podem ficar tranquilos que a Justiça não os abandonará” (Coluna de André Petry, p. 112).

O tratamento dado ao desenrolar dos fatos envolvendo José Dirceu mantém-se ativo⁹⁴ – o “comandante supremo do mensalão” (Edição 1929. 02/11/2005, p. 60). Dirceu continua lidando com uma cassação não apenas possível, mas desejável pela revista (tal sustentação ressurgiu na coluna de Tales Alvarenga da edição 1933). Mas a vontade que ela expressava com fervor poderia ser frustrada pelo STF, com uma busca pela interrupção do processo:

Os ministros do STF não aceitaram o argumento patético de Dirceu. O petista sustentou que não “estava” deputado, mas ministro, quando o valerioduto foi estabelecido como política de Estado, e portanto ele não poderia ser acusado de ferir a ética parlamentar (Editorial da edição 1928. 26/10/2005. p. 07).

Mas eis que se avizinha a quebra do acordo feito entre petistas e a oposição, especialmente os tucanos, segundo *Veja*. Para os primeiros, haveria a blindagem de Palocci e a interrupção de investigações de suposto enriquecimento ilícito do filho de Lula. Aos segundos restaria a possibilidade de não serem associados ao esquema similar ao *Mensalão* (sobre a gestão de Eduardo Azeredo em Minas Gerais). Porém,

O PT, supondo que o pior da crise já passou, voltou a dar lição de moral aos outros partidos, retomando a velha arrogância. As principais estrelas petistas

⁹⁴ Importante destacar, embora não faça parte de nosso *corpus*, que nas edições 1925 e 1926 o caso do assassinato de Celso Daniel, prefeito petista de Santo André, ocorrido em 2002, é trazido à tona juntamente com a crise do PT. Outro escândalo relacionado ao PT é a tônica da edição 1929 de novembro de 2005, o que renderá um editorial e uma reportagem de capa (que não integraram o nosso *corpus*) sobre supostos dólares cubanos e das Farc que teriam como destino a campanha de Lula de 2002, uma cobertura que se estenderá à edição 1930.

passaram a tentar envolver os tucanos nos casos de caixa dois (Edição 1928. 26/10/2005, p. 61).

Encerrada a CPI, confirma-se que houve pagamentos indevidos a parlamentares, mas como não pôde ser comprovada a periodicidade, haveria a descaracterização de um *Mensalão*. Um fato que é pouco trabalhado pela revista na edição 1932, constando em apenas uma citação na seção Datas (23/11/2005, p. 117).

Roberto Jefferson fora cassado mesmo sem ter provado a existência do *Mensalão*; Dirceu o fora por ser o suposto coordenador do esquema, segundo reportagem da edição 1934 (07/12/2005), uma condenação que pode ter ainda muitos desdobramentos, sendo “apenas o começo das punições” (p. 47). Descrevendo os momentos vividos por Dirceu antes da decisão da Câmara, diz, embora sem identificar a fonte, que o governo, e especificamente Lula, nada fez para salvar “a pele de seu ex-capitão” (p. 48). O principal assunto correlato ao *Mensalão* tratado na edição 1934 (07/12/2005) foi mesmo a cassação de Dirceu, que passou a ser “símbolo não da glória, mas da perdição de uma geração” (p. 186), o “chefe da quadrilha” (termo que será recorrente nas páginas de *Veja* mesmo após ser cassado)⁹⁵. De forma secundária, nessa edição, expõe-se a vida empresarial e financeira de Marcos Valério, fortemente abalada pela eclosão do escândalo (p. 56 a 58).

A convergência entre o *escândalo do Mensalão* e a reeleição de Lula, que irá se acentuar nos meses seguintes, começa a ter seu enquadramento construído na edição 1935 (14/12/2005) nos seguintes pontos:

1. criminalização do PT e de seus integrantes, e seu conseqüente enfraquecimento na dinâmica eleitoral;

2. suposto desencantamento da população em relação a Lula após a ocorrência do *Mensalão* – uma tentativa de incidir na construção de uma opinião pública contrária ao presidente. Como na frase de Diogo Mainardi, de que “o público não aguenta mais é o próprio Lula” (Edição 1935. 14/12/2005, p. 205) e, se o próprio colunista não conseguiu tirá-lo do poder em 2005, em 2006 vai derrubá-lo finalmente (Edição 1937. 28/12/2005, p. 198). O mesmo colunista irá profetizar o fim do governo Lula na edição 1922 (14/09/2005, p. 125), comparando o lulismo ao malufismo em suas práticas corruptas (Edição 1924. 28/09/2005, p. 131), mesmo que a revista, na seção Radar da edição 1930, de 9 de novembro, admita que a popularidade do presidente continua em alta (p. 46). Ao

⁹⁵ Reportagem edição 1955. 10/05/2006, p. 49.

final, Mainardi (Edição 1965. 19/07/2006, p. 111) chega a pedir voto a Alckmin para que os petistas sejam punidos pelo *Mensalão*;

3. uso de verbas e da máquina públicas de forma ilegítima, para dizer o mínimo, nos termos de *Veja*, na disputa à reeleição;

4. abandono do governo em nome da reeleição.

A possibilidade de Lula sofrer um *impeachment* começa a se esvanecer (reportagens da edição 1951, de 12 de abril de 2006, p. 54 a 58; 1953, de 26 do mesmo mês, p. 44 e 45; coluna de Mainardi na edição 1954, p. 133). Assim, o ano de 2006, nas páginas de *Veja*, será marcado pelas disputas eleitorais à Presidência da República, empregando um pacote interpretativo hegemônico de que Lula não sairá vitorioso das urnas. Eis os principais enquadramentos:

1. de uma forma geral “Lula não se elege”, como dito por Jorge Bornhausen em entrevista nas páginas amarelas (Edição 1938. 11/01/2006, p. 11), por conta da eclosão do *Mensalão*.

Embora em outros momentos admitam que o presidente é o favorito na disputa eleitoral, especialmente em um momento de arrefecimento dos escândalos (Edição 1944. 22/02/2006, p. 42 a 45), a estratégia editorial de enfraquecer a candidatura de Lula se mantém. Assim, na mesma edição, André Petry contesta a possível reeleição, dizendo: “em vez de encarar os bons números das pesquisas como generosa renovação de um voto de confiança, Lula prefere interpretá-los como salvo-conduto para a impunidade” (p. 53). Além do que, o suposto arrefecimento dos escândalos não é refletido nas páginas de *Veja*, que, algumas semanas, depois, em reportagem de capa da edição 1946 (08/03/2006, p. 44 e 45), traz a manchete “Valério ameaça falar. Ele pode jogar o PMDB na lama do mensalão e contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula”. O possível envolvimento de integrantes do PMDB no esquema do *Mensalão* do PT é tema de duas reportagens na edição 1947 (15/03/2006, p. 52 a 57 e 68).

2. o dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) de que *Lula sabia de tudo* é reforçado pela suposta existência de indícios que refutam o discurso recorrentemente proferido pelo candidato à reeleição. Alguns conteúdos que trazem esse dispositivo de enquadramento:

Em reportagem da edição 1938 (11/01/2006, p. 46), sobre as minúcias do relatório parcial da CPI como uma reação à “psicose petista”, compartilhada pelo presidente, de negação da existência do esquema, uma alucinação, segundo a revista.

Em reportagem de capa da edição 1948 (22/03/2006, p. 106), em que *Veja* sede espaço para que FHC fale a respeito do livro, por ele escrito, sobre o período em que esteve na cadeira de presidente da República, ao que o sociólogo tece longas críticas ao PT e afirma: “Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?”.

Interpretação reiterada por André Petry, que diz “que Lula pretende se comportar como na campanha reeleitoral como um autista que nunca ouviu falar em mensalão” (Edição 1946. 08/03/2006, p. 101), mas o fato de ter indicado Palocci como coordenador de sua campanha já seria prova contrária ao comportamento. Mainardi, na mesma edição (p. 111), diz que Lula opera no acobertamento de documentos relativos à CPI e que podem incriminá-lo.

O mesmo colunista citará em outro momento que

Daniel Dantas perguntou ao empreiteiro Sérgio Andrade, da Andrade Gutierrez, qual era o papel de Lula no esquema do mensalão. Sérgio Andrade, que é amigo de Lula, respondeu que o presidente não apenas sabia de tudo, como comandava o esquema (Edição 1960. 14/06/2006, p. 137).

3. sobre as alianças estabelecidas por Lula visando a reeleição em um ensaio de afastamento do PT por conta dos desdobramentos do *escândalo do Mensalão* (reportagem da edição 1944. 22/02/2006, p. 48 a 50), o que o isola no poder e o afasta de sua própria história. Por outro lado, ressaltam que “o PT aprova a mesma política de alianças que levou à criação do valerioduto. Ser petista é crer no dom infinito de enganar?” (Edição 1955. 10/05/2006, p. 46), dado que, se for reeleito, Lula terá dificuldades de governar, já que é esperado que seu partido não faça uma numerosa bancada (Edição 1962. 28/06/2006, p. 55). Isto acrescido do fato, mencionado por *Veja*, de que em encontro nacional da legenda os petistas teriam decidido por não investigar o *Mensalão*.

4. indícios de prática de caixa dois emergem com as investigações em curso acerca das contas publicitárias e bancárias (não declaradas) de Duda Mendonça, do “marketing bandido” (p. 44 e 45) – uma revelação trazida à tona por *Veja*, segundo ela própria

propagandeia. Este, tanto quanto Marcos Valério, seria uma figura central na “teia de corrupção petista” (p.09), segundo editorial da revista, já que o marqueteiro

vendeu ao PT um pacote de marketing eleitoral que incluía esquemas de lavagem de dinheiro de caixa dois e o fechamento de contratos futuros com empresas estatais no governo Lula. Duda é uma planta que nasceu no pântano das deficiências do sistema eleitoral brasileiro (Edição 1939. 18/01/2006, p. 09).

Conteúdos que também reiteram a tese da existência de caixa dois/impossibilidade de vitória de Lula: coluna de Tales Alvarenga na edição 1940 (25/01/2006, p. 61) e reportagem da edição 1941 (01/02/2006, p. 44 a 46).

Se criticam a absolvição, por parte da Câmara Federal, dos deputados Professor Luizinho, do PT, e Roberto Brant, do PFL, por prática de caixa dois via pagamentos de Marcos Valério (Edição 1947. 15/03/2006, p. 69), na edição seguinte elogiam a absolvição de Pedro Henry (PP-MT) e a cassação de Pedro Corrêa (PP-PE), acusados do mesmo crime (Edição 1948. 22/03/2006, p. 60; Edição 1955. 10/05/2006, p. 50). Renderá reportagem de capa, na edição 1949 (29/03/2006), a dança comemorativa, no plenário da Câmara, feita pela deputada petista Angela Guadagnin quando seu colega, João Magno, se livra da cassação.

Outros acontecimentos políticos receberão a atenção de *Veja*. Embora não estejam relacionados diretamente ao *escândalo do Mensalão* (portanto não integram o nosso *corpus*), esse acontecimento serve sempre para contextualizar as atitudes e decisões do presidente Lula, do PT ou do governo de forma mais geral. A saber:

1. sobre a relação com o STF, especialmente sobre a prerrogativa de indicações de ministros por parte de Lula, algo que pode ser usado para benefício próprio;
2. sobre a suposta facilitação, por parte de petistas, de corte ilegal de madeiras na Amazônia – denúncia concernente à CPI da Biopirataria, em reportagem da edição 1945 (01/03/2006);
3. na vinculação com o escândalo da máfia dos sanguessugas, na lista de escândalos em anexo (Edição 1966. 26/07/2006) (Edição 1967. 02/08/2006) (Edição 1972. 06/09/2006);

4. quando estão tratando das pesquisas de intenção de voto ou da corrida eleitoral, há sempre a menção ao *escândalo do Mensalão*, como contextualizando Lula, o PT e/ou os seus aliados. Seja nos antecedentes do 1º ou do 2º turno.

Outro exemplo é quando tratam das estratégias do PSDB no seguinte contexto: “o comando da campanha do PSDB e de seu aliado PFL contava com a crise do mensalão para reproduzir o efeito do Real. Mas, até agora, isso não ocorreu” (Edição 1952. 19/04/2006, p. 65).

5. acerca do reajuste salarial dos parlamentares da Câmara Federal (Edição 1987. 20/12/2006, p. 70) ou sobre a baixa renovação do parlamento (Edição 1988. 27/12/2006, p. 42);

6. contextualizando o acidente aéreo no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com o voo da TAM, em 2007, que deixou 221 mortos. Como em coluna de Lya Luft, na edição 2019, do dia 1º de agosto do mesmo ano, “prometem-nos (quem ainda acredita em promessa de governo?) ‘investigações sérias’, desde o tempo do mensalão” (p. 24).

Assim, essa vai ser uma estratégia recorrente de *Veja*, de sempre citar o *Mensalão* quando trata de algum assunto relacionado ao governo ou a Lula. Um exemplo dessa retórica está destacado abaixo em um trecho da seção Radar/Holofote:

Figura: Reportagem Edição 1942. 08/02/2006, p. 34



Fonte: Acervo *Veja*.

A despeito de constantemente criticarem a demora na apresentação do relatório final da CPI dos Correios/*Mensalão* (tornado público nos próximos dias com a sugestão de indiciamento de 124 pessoas), *Veja* não deixa de mencionar o escândalo durante o mês de março de 2006.

Na edição 1949 (29/03/2006) o “Palocccigate”, ou a *Quebra de sigilo do caso Francenildo* (escândalo que consta na lista de *Veja* – anexo), será um dos principais temas postos em debate (em coluna de Mainardi, p. 57; de André Petry, p. 68; e de Roberto Pompeu de Toledo, p. 134). Ele é descrito de uma forma sistêmica, como se este, *Mensalão* e o suposto uso de caixa dois na eleição fossem todos parte de um mesmo esquema:

A quebra do sigilo bancário do caseiro, praticada com o intuito de defender Palocci e desqualificar seu acusador, é um estupro constitucional como poucas vezes os governantes ousaram cometer no Brasil. O resultado da ação é um vendaval ainda em formação mas já pode ser considerado o pior escândalo do governo depois do mensalão [...] O advogado Rogério Buratti foi o primeiro integrante da turma de Ribeirão Preto a fazer revelações públicas sobre o envolvimento do ministro Antonio Palocci com irregularidades administrativas e também com a arrecadação de dinheiro para a campanha de Lula. Preso, ele revelou que Palocci, quando era prefeito, recebia 50.000 reais de uma empresa de recolhimento de lixo, a Leão&Leão, que superfaturava contratos. Depois, afirmou que Palocci, durante a campanha de Lula, negociou uma doação clandestina com os donos dos bingos. Por último, contou ter levado a Palocci uma proposta de suborno feita pela multinacional GTech para renovar um contrato com a Caixa. De lá pra cá, Buratti já prestou depoimento em CPI em Brasília, já foi interrogado pelo Ministério Público e sempre acrescentou um ou outro detalhe às suas denúncias originais (Edição 1949. 29/03/2006, p. 52 e 54).

O caso de Palocci continuará a ecoar no mês de abril de 2006 com reportagem de capa das edições 1950 e 1951, sendo que esta última traz a sua consequente demissão.

O tratamento do *Mensalão* vai ganhar sobrevida nas páginas de *Veja*⁹⁶ após o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter denunciado quarenta

⁹⁶ O tratamento do *Mensalão* é contínuo durante o ano de 2006, o ano da Copa do Mundo e do ataque do PCC na cidade de São Paulo. Alguns conteúdos secundários nas páginas de *Veja* que se relacionam com o escândalo: a) na edição 1956 (17/05/2006, p. 46) tratam da primeira punição judicial referente a três dirigentes do PT-RS que foram condenados a pagar multa relativa ao pagamento de despesas de campanha de Tarso Genro, e de novas revelações de Silvio Pereira (p. 54 a 56); b) tratam do cotidiano de José Dirceu (Edição 1958. 31/05/2006, p. 50 e 51); c) criticam que o governo finge que não sabe do *Mensalão* e a oposição finge que investiga (Edição 1959. 07/06/2006, p. 56 a 60), com especial

envolvidos no esquema ao STF, ao que a revista chama “homens do presidente”, afirmando que “isso deixa Lula numa situação pior do que a de Collor” (Edição 1952. 19/04/2006, p. 50), já que na denúncia consta que o PT formou uma sofisticada organização criminosa, ou uma quadrilha, como diz *Veja*⁹⁷, criada como sustentáculo do poder de Lula, que agora não pode dizer que não sabia de nada (p. 52) – algo também reiterado por Miguel Reale Júnior em entrevista publicada nessa edição (p. 62 e 63).

Contudo, no mês de setembro de 2006 há uma breve trégua a Lula nas páginas da revista, explicada pelas sinalizações, consideradas positivas por *Veja*, na política econômica, sobre o que avaliam: “Cotejando-se o plano de governo feito pelo PT com os discursos de Lula a conclusão é clara: o presidente é melhor que o partido” (Edição 1972. 06/09/2006, p. 58)⁹⁸. Mas, por outro lado, cedem amplo espaço à exposição da Carta aos Eleitores escrita por FHC, destacando alguns pontos relevantes para o entendimento da narrativa do *mensalão*:

Para que não parem dúvidas: ... (o) Presidente e seu partido (ou deveria dizer ex-partido?) são, inquestionavelmente, os responsáveis por deixar que os piores setores da política ocupem a cena principal, expondo o país às misérias a que todos assistimos indignados.

Pagar mensalão é crime e como crime deve ser tratado. No caso do mensalão a fonte foi pública. Isso é roubo do dinheiro do povo.

O próprio presidente, que é responsável pelos ministros, não tendo atuado para demiti-los nem depois do fato sabido, é passível de crime de responsabilidade (Edição 1973. 13/09/2006, p. 55).

Essa breve trégua não é encontrada na intensa produção crítica a Lula feita pelos colunistas de *Veja*, como na coluna de André Petry, que chama os tucanos a integrarem o coro de crítica contumaz e regular, como feita pela própria revista:

O eleitor envergonhado morre de medo que lhe descubram a identidade porque ele morre de vergonha do mensalão, do valerioduto, dos bingos, do caseiro, do lixo, do caixa dois, das cartilhas. Mas, escondidinho, vota em Lula. Por quê?

desaprovo ao PSDB; d) sobre a lentidão do emprego da justiça por parte do STF (com destaque para a coluna de André Petry na edição 1959 (07/06/2006, p. 64), em que compara com a agilidade no caso do assassinato perpetrado por Suzanne von Richthofen); e) afirmação do TCU de participação do BMG no *Mensalão* (Edição 1964. 12/07/2006, p. 63).

⁹⁷ Nessa reportagem há uma pequena menção à campanha de Azeredo em 1998, momento em que Valério começa a ter experiência na prática de tráfico de dinheiro.

⁹⁸ Reportagem não inserida em nosso *corpus*.

Parece paradoxal, mas o principal alimento do eleitor envergonhado são os tucanos. Os tucanos deveriam ter denunciado sistematicamente o mensalão (Edição 1974. 20/09/2006, p. 75).

E, às vésperas do 1º turno, dão um amplo destaque a um suposto dossiê que petistas teriam encomendado contra Serra, o concorrente de Lula, e em editorial sustentam que: “[...] o que deveria ser a celebração da democracia ocorrerá sob a sombra de um escândalo cuja consequência mais trágica pode ser até a anulação do resultado das urnas” (Edição 1975. 27/09/2006, p. 10). Como última cartada contra Lula, André Petry escreve uma coluna intitulada “Um domingo espanhol”, em referência às vésperas das eleições espanholas de 2004, em que registra: “quando o eleitor percebe que está sendo vítima de manipulação, que o governante é um enganador, levanta-se – e usa as urnas para mandar seu recado. Num bordel, isso não existe” (Edição 1975. 27/09/2006, p. 88).

A existência desse dossiê marcará alguns conteúdos de outubro de 2006, assim como as análises de que o PT migrou para os grotões, para estados do Norte e Nordeste, como uma consequência do próprio *Mensalão* (Edição 1977. 11/10/2006, p. 65), com *mensaleiros* “infestando” o Congresso, ou seja, sendo eleitos, além de outros corruptos (p. 70 e 71). Outro tema que terá amplo espaço na revista será o suposto enriquecimento ilegal/ilegítimo do filho de Lula, Fábio Luís, o Lulinha (não abordaremos esse assunto por não tratar do *Mensalão*).

O tratamento dado aos antecedentes do 2º turno se intensifica na primeira edição do mês de novembro de 2006 e, tal como observamos, há uma franca preferência pela derrota de Lula e vitória de seu oponente tucano, algo trazido também por Silva (2019, p. 216 e 225), que conclui que *Veja*, para expressar sua vontade de que o “[...] leitor perceba que Alckmin é o candidato mais adequado para a Presidência da República e que haverá uma virada no segundo turno [aciona] expressões definidas que valoram positivamente [Alckmin] e que fazem o oposto em relação ao adversário”.

Segundo Azevedo (2017, p. 106 e 107), o *Mensalão* realmente foi um tema central nas eleições presidenciais de 2006 e se por um lado:

os petistas exploraram a comparação entre os governos FHC e Lula e o tema da PETROBRAS e da privatização [por outro] a oposição explorou o tema da corrupção e fez da questão ética e moral o seu principal assunto de campanha e, num processo de retroalimentação entre o campo político e o jornalístico,

terminou pautando não só as posições editoriais como a cobertura editorial dos grandes diários.

Exceto que, por conta do *escândalo do Mensalão*, Lula acabou mobilizando “imagens que o distanciassem do partido” (TELLES et al, 2018, p. 253):

As eleições de 2006 seguiram a mesma tendência de 2002, sendo a segunda disputa contendo candidato presidencial à reeleição. Com os bons índices de aprovação do governo, aliado à baixa popularidade de Geraldo Alckmin, então candidato pelo PSDB, o HGPE reforçou a imagem positiva de Lula (ALBUQUERQUE; TAVARES, 2018, p. 155).

Além de Lula (do PT, que se coligou com o PC do B e o PRB) e Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo (do PSDB, em coligação com o PFL), também foram candidatos a senadora Heloísa Helena (do PSOL, com PSTU e PCB), o senador Cristovam Buarque (PDT), o ex-deputado José Maria Eymael (PSDC), o empresário Luciano Bivar (PSL) e Ana Maria Rangel (PRP) (CARREIRÃO, 2007).

Nesse contexto, e traduzindo-se no 2º turno, a oposição é marcadamente feita pelo PSDB, que fica apenas com 39,17% dos votos válidos – seria o 4º embate entre tucanos e petistas. O que acaba por reforçar uma polarização eleitoral que, nas palavras de Limongi e Guarnieri (2018, p. 60), se constitui como um verdadeiro duopólio sustentado por amplas coligações partidárias.

A ideia de uma barreira eleitoral, observada na eleição de 1989, que impediria o PT de chegar aos municípios mais pobres, deixa de ser intransponível “após quatro anos de exercício de poder” (LIMONGI; GUARNIERI, 2018, p. 42). Graças majoritariamente à política de transferência de renda do Bolsa Família, a partir de 2006 o eleitor pobre “realinha suas preferências tornando-se base de apoio das candidaturas petistas, sobretudo na região Nordeste” (FIGUEIREDO et al, 2018, p. 93).

Contudo, Limongi e Guarnieri (2014) ponderam que:

Parte dessa alteração da base do PT foi induzida pela estrutura da competição. O PSB e o PPS não participaram da disputa de 2006, e o PSOL foi a mais fraca das terceiras vias do período. Assim, eleitores que haviam contado com quatro opções em 2002 ficaram restritos a apenas duas em 2006. Muitos foram forçados a redirecionar seus votos. Sendo assim, cabe comparar o segundo turno de 2002 ao primeiro de 2006. Adotado esse parâmetro, vê-se que os

ganhos do PT entre os menos escolarizados foram menores que as perdas entre os mais escolarizados. Assim, levando em conta a estrutura da competição, a votação de Lula em 2006 não apresentou uma inversão de tendências. Pelo contrário, representou a continuidade da penetração do PT entre os eleitores de mais baixa renda; penetração esta que, como mostra o segundo turno de 2002, pôde se dar sem o controle da máquina do Estado. A inversão se deu entre os mais escolarizados (mais ricos), sobre os quais o partido havia avançado em 2002 (p. 18).

Nesse sentido, Carreirão (2007) vai dizer que a tese do “voto econômico” sai fortalecida dessa eleição – sendo essa uma explicação de comportamento eleitoral que tem como elemento principal o incentivo econômico compensatório –, com as avaliações positivas sobre as políticas sociais e econômicas do governo se refletindo em intenções de voto e neutralizando os efeitos negativos das denúncias de corrupção.

Mas cabe observar que a pauta anticorrupção permanecerá nos “lençóis freáticos” da política brasileira (VIZEU, 2018b), e um protótipo de mobilização contra a corrupção, tendo como alvo os governos petistas, é o “Movimento Cansei” (Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros), de 2007.⁹⁹

Retornando à *Veja*, mesmo após a vitória de Lula as perspectivas de continuidade de seu governo sempre são contextualizadas a partir da existência do *Mensalão*. Embora no mês de dezembro essa cobertura tenha arrefecido, tão logo o resultado das urnas se materializa a revista já começa a tratar do fim do seu mandato, questionando-se especificamente acerca do destino do PT, em como este garantirá a sua sobrevivência tendo em vista que Lula tem sido a sua alma, como na reportagem da edição 1986, de 13 de dezembro de 2006, intitulada “As marolas do PT...”, ao que complementam: “são, na verdade os primeiros sinais da luta do partido para sobreviver depois de 2010, quando Lula deixará o governo” (p. 58), um partido acossado pelas práticas de corrupção.

Antecipando-se ao início do ano legislativo, em janeiro, a revista começa a abordar as tratativas em torno da candidatura do petista Arlindo Chinaglia à Presidência da Câmara em matéria intitulada “O esquema está operante”, empregando o enquadramento de que o apoio de parte do PMDB, do PP e de alguns tucanos indicaria

⁹⁹ Para saber mais sobre o Movimento Cansei ver:

SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; ARAUJO, Rafael de Paula Aguiar. **Metodologia de pesquisa de blogs de política**: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 159-181, Oct. 2009.

<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/17/ult23u504.jhtm>. Acessado: nov. 2019.

que a lógica do *Mensalão* não se extinguiu, especialmente porque o congressista possui o apoio de Roberto Jefferson e de Paulo Maluf, uma “estrela de primeira grandeza [que] gosta de esquemas” (Edição 1991. 17/01/2007, p. 46). E, na edição seguinte, traz uma reportagem com Gustavo Fruet, deputado do PSDB-PR, com atuação vigorosa na CPI dos Correios, que deu início às investigações jornalísticas que levaram ao *Mensalão*, como a terceira via contra o vale-tudo da política (Edição 1992. 24/01/2007, p. 52).

E assim relatam a posterior vitória do petista:

Arlindo Chinaglia utilizou em sua campanha bem-sucedida a mesma máquina do PT que inventou e colocou em prática o mensalão. Sua estratégia de campanha foi bolada pelo ex-ministro José Dirceu, cassado e apontado como chefe dos mensaleiros, que sonha agora com a anistia (Edição 1994. 07/02/2007, p. 61).

Em reportagem de capa da edição 1993 (31/01/2007, p. 48), *Veja* traz uma pesquisa por ela encomendada ao Ibope Opinião sobre os parlamentares brasileiros. A partir desses dados, a conclusão da revista é a de que, a despeito de os eleitores considerarem “o Congresso fundamental para a democracia, a imagem dos que hoje o habitam não poderia ser pior”. Um dos motivos de tal descrença é o *Mensalão*, embora esse fato não tenha sido elencado como o mais grave pelos próprios eleitores, sendo eles: 1º lugar – aumento dos salários dos próprios parlamentares (para 38% dos entrevistados); 2º lugar – o suplente receber R\$ 40.000 por apenas um mês de trabalho (para 27% dos entrevistados); 3º lugar – *Mensalão* (para 22% dos entrevistados). Ou seja, a tese de Bourdieu (1973) de construção intencional de uma opinião pública a partir de critérios políticos novamente se confirma.

Nesse sentido, embora a reportagem de capa da edição 2021 trate da impunidade que paira sobre os políticos de forma geral, colocarão o *Mensalão* como um importante marco nesse processo, já que

[...] não foi apenas o mais grave escândalo ocorrido no governo Lula – foi também o mais impudente. A título de lembrança, apenas algumas das cenas de corrupção explícita que ele revelou: empresário carequinha que com uma mão recebia rios de dinheiro do governo e com a outra distribuía bolos de notas a aliados desse mesmo governo; deputados saindo de bancos com malas recheadas de reais ou entrando furtivamente em quartos de hotel para repartir o butim; marqueteiro confessando em rede nacional que recebeu pagamento

do PT proveniente de caixa dois e o depositou em conta no exterior... Pois bem: esse escândalo – definido pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, como resultado da ação de uma “organização criminosa” chefiada pelo ex-ministro José Dirceu – acaba de completar o seu segundo aniversário sem que haja um único punido (Edição 2021. 15/08/2007, p. 66).

Embora se detenha a falar de outros ilustres impunes, como Collor, Maluf, Jader Barbalho e Quéricia, e de sistematizar os entraves jurídicos à efetiva condenação desses políticos, o teor substantivo da matéria é sobre “a boa vida dos [quarenta] mensaleiros” (Edição 2021. 15/08/2007, p. 68 a 75).

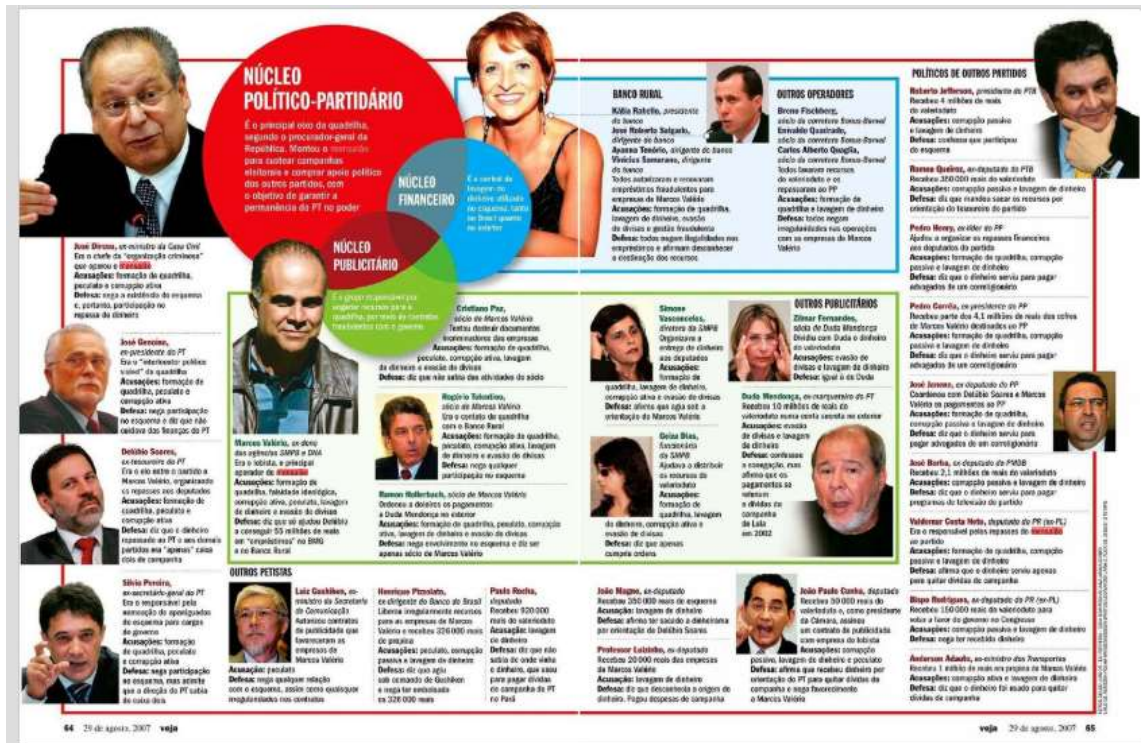
Os antecedentes da apreciação, pelo STF, do *escândalo do Mensalão* são tratados na edição 2022 (22/08/2007) a partir das suspeitas de que os ministros dessa corte estariam sendo grampeados. Também levantam a hipótese de que o ministro Sepúlveda Pertence teria antecipado sua aposentadoria para “fugir” das sessões destinadas ao caso.

Nesse âmbito, destacamos dois eixos discursivos centrais na produção de *Veja*: a construção da imagem de Joaquim Barbosa, já em 2007, sob um enquadramento positivo, como na seção Radar da edição 2023, que diz que “a atuação do relator do escândalo do mensalão tem sido impecável” (29/08/2007, p. 57); e o tratamento desse julgamento como o maior e mais importante da história pós-redemocratização (p. 62 a 69).

Antes, quando examinaram o caso do ex-presidente Fernando Collor e seu tesoureiro eleitoral, Paulo César Farias, ambos acusados de saquear os cofres nacionais, os ministros do STF colocaram no banco dos réus um governo caído. Collor fora afastado do Palácio do Planalto sete meses antes da entrada em cena do STF. Agora, é diferente – e infinitamente mais relevante. O governo do presidente Lula, em que se pariu o mensalão, está de pé [...] Na denúncia do mensalão, resumida nas 136 páginas redigidas pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza, o “capitão do time” virou “chefe de quadrilha”. Junto com ele, apareceram outros dois ex-ministros de Lula, o marqueteiro de Lula, oito companheiros do partido de Lula e um punhado de aliados de Lula, que animam o bloco dos mensaleiros. Na abertura do julgamento, em defesa da aceitação de sua denúncia pelo STF, o procurador-geral cravou a estaca no coração do governo ao explicar suas convicções de acusador: “Não é possível imaginar que um esquema de tamanho porte, que tinha entre os objetivos principais a obtenção de apoio parlamentar e político, tenha existido sem o envolvimento de algum membro do governo federal e de integrantes do partido do governo” (Edição 2023. 29/08/2007, p. 63, 64 e 66).

A esfera de influência de Lula (o presidente dos *mensaleiros*, segundo Mainardi 05/09/2007, p. 129) se materializa em um ponto, segundo a narrativa de *Veja*, no PT, de onde parte o núcleo político-partidário, o financeiro e o publicitário, com outros políticos gravitando em sua órbita (figura abaixo).

Figura: Reportagem Edição 2023. 29/08/2007, p. 65 e 66



Fonte: Acervo *Veja*.

O Mensalão será um marco importante no que se refere ao agendamento do STF na imprensa brasileira, com um significativo aumento de notícias, segundo Falcão e Oliveira (2013), algo que verificamos nas páginas de *Veja*. Mas essa visibilidade progressiva não se deve exclusivamente ao espetacularizado escândalo; outros fatores são importantes para entendermos a relação comunicativa entre o STF e a sociedade, dentre os quais os autores destacam: a demanda por informações e por liberdade de expressão a partir da Constituição de 1988; a implantação de uma agenda temática pelo recurso às ações diretas de inconstitucionalidade; a criação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a “ascensão ao STF das demandas por moralidade e eficiência na administração pública (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013, p. 446); e, principalmente, a emergência da TV Justiça, em 2002, transmitindo “ao vivo as sessões do plenário [revolucionando] as relações do

STF não somente com a mídia, mas por meio dela, com a própria opinião pública” (p. 439).

O STF, como um sujeito emissor (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013), encontra na imprensa um *locus* legitimador, algo que é fundamentado pelo fato de deter o monopólio de uma interpretação exigível da Constituição. Assim, as estratégias de comunicação do Supremo são sempre relacionadas com os meios de comunicação de massa, fazendo de seus ministros atores fundamentais nos processos políticos recentes, com destaque para o julgamento da Ação Penal 470.

Considerando essas especificidades de atribuição constitucional acrescidas da relação comunicativa com os cidadãos através da imprensa (FALCÃO; OLIVEIRA, 2013), o resultado da primeira fase do julgamento do *escândalo do Mensalão* durou um total de 36 horas, divididas em cinco dias. Ele foi o principal assunto da edição 2024, de 5 de setembro de 2007 (ver figuras abaixo), com os ministros do STF tendo um protagonismo considerável, tanto no decorrer do próprio evento quanto nas páginas de *Veja*.

Mas um ministro se destacou: Joaquim Barbosa, que, lendo o seu voto de 430 páginas, “foi seguido pelos pares em todas as ocasiões” (p. 55). Ele é retratado como um herói nacional, o “regente de uma orquestra”, alguém que, apesar da imponência e importância, é “um homem frugal” (p. 56). A partir desse ponto, traçam uma minibiografia do relator do *Mensalão*, um não “militante da negritude” (p. 57).

Essa questão retornará na coluna de J.R. Guzzo da edição 2286, de 12 de setembro de 2012, em que diz que Lula queria indicar um negro para compor o STF, e o único disponível era Joaquim Barbosa (questão retomada em reportagem da edição 2290); e, se o presidente estava esperando um amigo, se deparou com os “azares da vida”. Além do que, segundo o colunista, ele

[...] não quer que pensem que está lá para preencher alguma espécie de “cota”; a única razão de sua presença no STF, julga o ministro, são seus méritos de jurista, adquiridos em anos de trabalho duríssimo e sem a ajuda de ninguém. Nunca precisou do apoio da “comunidade negra”, nem da secretaria da igualdade racial, ou coisa que o valha. Também não parece se impressionar, nem um pouco, com gente de origem humilde. É filho de um pedreiro do interior de Minas Gerais, tornou-se arrimo de família na adolescência e ao contrário de Lula, que não bate ponto desde que virou líder sindical, em 1975,

Barbosa começou a trabalhar aos 16 anos de idade e não parou mais (Edição 2286. 12/09/ 2012, p. 126).

A construção imagética de Barbosa como um trabalhador terá a antítese em Lula, apresentado como um vadio. Mas a positividade da figura Joaquim Barbosa se expressa em uma narrativa contínua, da edição 2023 (29/08/2007) até a 2289 (03/10/2012), tendo como ponto fulcral uma edição anterior ao julgamento final do *Mensalão*, que traz uma reportagem de capa com a foto do ministro em tenra idade.

Destacamos ainda que essa construção imagética atua em um dos elementos biográficos presentes no imaginário mais recente sobre Lula, de ter saído da pobreza, chegado ao maior posto de representação política pelo voto e ter formulado políticas públicas que mudaram substancialmente a vida da parte mais pobre e subjugada da população brasileira. Para *Veja*, portanto, o menino pobre que mudou o Brasil não é Lula, o vadio propenso à corrupção, mas Joaquim Barbosa, o trabalhador com retidão.

Figura: Capa Edição 2290. 10/10/2012



Fonte: Acervo *Veja*.

Assim, os quarenta citados no escândalo passam agora a responder a processos no STF. E, ainda que a revista tema que esse crime possa prescrever (Edição 2024. 05/09/2007, p. 65), pois é “duro acreditar que as coisas venham, mesmo, a mudar”, ela exalta a decisão histórica do STF em editorial:

Vinte e oito de agosto de 2007 entrará para a história como a data em que o Brasil começou a mudar – para melhor. Foi nesse dia que o país finalmente começou a eliminar uma praga que corrói suas instituições e devora as esperanças dos cidadãos: a praga da impunidade [...] A decisão do STF de abrir processo criminal contra os quarenta integrantes da “quadrilha” interrompe a má ficção que se vinha tentando escrever, para tentar confundir a cabeça dos cidadãos menos informados – a de que nunca houve mensalão, dólares na cueca, empréstimos que não eram empréstimos e desvio de dinheiro público. De que tudo era invenção da “mídia golpista”. Os acusados agora terão de encontrar linhas de defesa que não se limitem aos ataques à imprensa (Edição 2024. 05/09/2007, p. 09).

Como ressaltado anteriormente, nosso *corpus* de análise terá como delimitadores temporais as edições veiculadas por *Veja* entre os dias 19 de maio de 2005 e 26 de setembro de 2007, além de uma segunda etapa que abarca o período de julgamento da Ação Penal 470 pelo STF já em 2012.

Assim, a primeira edição (Edição 2280. 01/08/2012) dessa segunda etapa já traz o tema *Mensalão* em reportagem de capa (figura abaixo), além de outras quatro reportagens:

1. uma que relembra em detalhes o que foi o escândalo e como estão vivendo os acusados hoje (p. 70 a 73). São detalhadas, na edição 2281 (08/08/2012, p. 78), as provas contra José Dirceu, Marcos Valério, Delúbio Soares, João Paulo Cunha, José Genoíno e Duda Mendonça;

2. outra que esmiúça o calendário do julgamento e a participação dos magistrados (Edição 2281. 08/08/2012, p. 74 a 77), com atualização nas edições 2281 (08/08/2012, p. 76 e 77), 2282 (15/08/2012, p. 68 a 71), 2283 (22/08/2012, p. 64 a 67), 2284 (29/08/2012, p. 64 a 67), 2285 (05/09/2012, p. 78 a 84), 2286 (12/09/2012, p. 54 a 59);

3. a terceira diz respeito ao “comandante dos advogados dos principais réus”, o outrora ministro Márcio Thomaz Bastos, “autor da tese do caixa dois para justificar o mensalão” (p. 78 e 79) e que estaria, assim como os demais advogados dos réus, recebendo honorários na ordem de milhões segundo criminalistas consultados por *Veja* (Edição 2282. 15/08/2012, p. 74);

4. e uma matéria dizendo como a capital dos EUA não permite a existência de uma “quadrilha de mensaleiros” (p. 80 e 81).

A ênfase da tratativa do escândalo recai na figura de Dirceu, pois o consideram “o personagem central do processo. Ao seu destino, estão amarrados a sorte dos demais mensaleiros, o futuro do PT e a imagem com que o governo Lula entrará para a história” (Edição 2280. 01/08/2012, p. 67). Essa centralidade será redobrada na edição que trata do julgamento final do *Mensalão* (2291. 17/10/2012, p. 58 a 62), quando traçam, novamente, a biografia de Dirceu, pontuando os momentos de sua atuação no PT e na candidatura vitoriosa de Lula, destacando que ele sempre tentou implementar um projeto de poder e que, para tanto, abandonou escrúpulos de consciência e princípios éticos – um preguiçoso e egoísta, segundo palavras de juiz aposentado, ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), em entrevista à *Veja* (p. 64).

Figura: Capa Edição 2280. 01/08/2012



Fonte: Acervo *Veja*.

Tomando para si, novamente, o enquadramento de ator político fundamental no desnudamento de escândalos mantidos em segredo, o editorial da edição 2280 seguirá a trilha interpretativa de que:

VEJA foi o órgão de imprensa que primeiro revelou o arranjo, com a divulgação de um vídeo em que o diretor dos Correios embolsava um maço de cédulas como propina. O diretor era ligado a Jefferson, que, para não cair sozinho, relatou a extensão dos crimes de repasse de dinheiro a parlamentares e chamou pela primeira vez o processo de mensalão. Sete anos depois, desbaratada a “quadrilha”, nas palavras de Antonio Fernando de Souza, o então procurador-geral da República, o STF começa a julgar responsabilidades. O que está em jogo não é apenas o destino das 38¹⁰⁰ pessoas acusadas. O que está em jogo é que página da história nossa geração escreveu neste começo do século XXI – uma página que pode nos envergonhar ou da qual nós, nossos filhos e netos vamos nos orgulhar (Edição 2280. 01/08/2012, p. 13).

E, em outro editorial:

[...] a nação conta com uma imprensa livre, corajosa e obcecada pela busca da verdade, cujo trabalho desencavou o escândalo e o manteve vivo com constantes revelações até que os culpados fossem confrontados com seu destino perante o tribunal. VEJA se orgulha de ter desempenhado um papel fundamental em mais esse processo de depuração da vida política nacional (Edição 2287. 19/09/2012, p. 12).

Um papel que também será reiterado no editorial da edição 2285 (05/09/2012, p. 12), quando sugerem que a imprensa já fez sua parte, restando agora a parte da justiça, a quem cabe acabar com a tradição de impunidade que vigorava até então. Na mesma linha, será com base nessa tradição que Lula, um aliado do impune Maluf, desacreditará o *Mensalão* (p. 78).

Em longa reportagem da edição 2281 (08/08/2012, p. 74 a 86) a revista emprega pela primeira vez o termo “lulopetismo” em associação com “corrupção”, para contextualizar um julgamento que, para a revista, se ampara em premissas e interpretações técnicas, cujo esquema ela detalha:

[...] comandado por José Dirceu e operado pelo publicitário Marcos Valério – drenou milhões de reais dos cofres públicos para os bolsos de parlamentares e dirigentes partidários. Tudo com o objetivo de garantir o projeto petista de perpetuação no poder (Edição 2281. 08/08/2012, p. 77).

¹⁰⁰ Sobre os acusados e os julgados ver mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/reportagem/todos-os-envolvidos-no-caso-do-mensalao/>. Acessado: out. 2019.

O enquadramento de que o PT teria um projeto de poder perpétuo será vocalizado por Aécio Neves, um importante adversário dos petistas, na seção Radar da edição 2287 (19/09/2012, p. 60), com amplo destaque.

A principal reportagem a tratar do *Mensalão* na edição 2282 tem como enquadramento central a crítica à tentativa dos defensores do PT em transformar o maior escândalo de corrupção em

[...] um inócuo e já prescrito esquema de caixa dois eleitoral... [...] o PT tem por hábito reescrever histórias que manchem a reputação do partido, suavizando-as sempre. É assim com o mensalão, o maior esquema de corrupção política do país, e com José Dirceu, o líder petista que pontifica entre os réus sob julgamento no Supremo Tribunal federal (STF) (Edição 2282. 15/08/2012, p. 68).

O acompanhamento do julgamento é contínuo. Focam na interpretação equivocada de caixa dois eleitoral (Edição 2284. 29/08/2012, p. 65), já que o argumento da inexistência de desvio de recurso público fora refutado pelo relator Joaquim Barbosa, pelo revisor Ricardo Lewandowski e pelo testemunho de uma ex-funcionária do Banco do Brasil (p. 68).

E eis que são anunciados pelo STF (ver figura abaixo) os primeiros veredictos: condenação de Marcos Valério, que teria pagado propina para os também condenados João Paulo Cunha, Henrique Pizzolato¹⁰¹ (ex-diretor de marketing do Banco do Brasil e chamado de petista pela revista na edição 2285 [05/09/2012, p. 12]), e para mais 02 acusados. Assim, a “alma já está lavada”, o que produz um “sentimento de alívio” para a revista.

Em longa reportagem de capa (Edição 2285. 05/09/2012, p. 78 a 84) *Veja* destrinchará o julgamento, colocando os ministros do STF como protagonistas, como aqueles que estão “fazendo história”, já que, como dito por Eliana Calmon, até aquele momento corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em entrevista à *Veja*, “a corrupção, que durante dois séculos reinou neste país, a partir de agora tem um freio, e

¹⁰¹ Em coluna de mesma edição é trazida a informação que Pizzolato é investigado outras irregularidades como ocupante do cargo de diretor de marketing do Banco do Brasil, dessa vez envolvendo eventos esportivos (p. 83). Já na edição 2289 dizem que Pizzolato pode estar foragido (03/10/2012, p. 60).

esse freio está no Poder Judiciário”, o que queria dizer que também esse poder “está sendo julgado” (Edição 2286. 12/09/2012, p. 16).

Na sequência, trazem a condenação do núcleo financeiro do *Mensalão*, dos réus do Banco Rural (uma engrenagem que já havia aparecido no escândalo de Collor, segundo a revista), Kátia Rabello, José Roberto Salgado e Vinícius Saramane, “por gestão fraudulenta de instituição financeira” (Edição 2286. 12/09/2012, p. 54). Na edição 2287, entrevistam o ex-superintendente do Banco Rural em Brasília, Lucas da Silva Roque, um dos principais colaboradores nas investigações da Polícia Federal e que chama o esquema de vexatório e nojento, dizendo que Valério mantinha encontros com Lula (1909/2012, p. 68).

Roberto Jefferson é tratado em reportagem da edição 2288 (26/09/2012, p. 66 a 68) ao mesmo tempo como réu e principal testemunha de acusação, cabendo o questionamento, por parte de *Veja*, se ele seria merecedor de perdão, já que, não fosse por ele, o escândalo não teria vindo à tona.

Figura: Reportagem Edição 2286. 12/09/2012, p. 58 e 59

NOME	cargo	pena
João Paulo Cunha	Ex-presidente do Câmara dos Deputados	De 7 a 34 anos de prisão
Marcos Valério	Parlamentar que atuou no Mensalão	De 10 a 60 anos de prisão
Ramon Mafra	Membro do Mensalão	De 10 a 60 anos de prisão
Cristiano Pin	Ex-advogado do Mensalão	De 10 a 60 anos de prisão
Henrique Pinheiro	Ex-advogado do Banco Rural	De 9 a 46 anos de prisão
Leão Rêulbio	Ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado	Prisões
Carlos Alberto Quaglia	Membro que teve contrato de empresa	De 4 a 13 anos de prisão
Kátia Rabello	Membro do Banco Rural	De 3 a 12 anos de prisão
José Roberto Salgado	Ex-vice-presidente do Banco Rural	De 3 a 12 anos de prisão
Apolônio Távila	Ex-vice-presidente do Banco Rural	De 3 a 12 anos de prisão
Vinícius Saramane	Ex-presidente do Banco Rural	De 3 a 12 anos de prisão

Fonte: Acervo *Veja*.

Os próximos serão Delúbio, Dirceu e Genoíno – os chefões do mensalão, o núcleo político – nas edições 2285 (05/09/2012, p. 84) e 2287 (05/09/2012, p. 70), já que “punições foram impostas a mensaleiros de proa” (2289. 03/10/2012, p. 68 a 72) – ver figura abaixo.

Figura: Reportagem Edição 2289. 03/10/2012, p. 70 e 71

O VEREDICTO Os ministros do STF já condenaram doze dos 38 réus, absolveram três e desmembraram o processo com relação a um dos acusados. Na semana passada, foram julgados os primeiros integrantes do chamado núcleo político do **mensalão** — que envolveu parlamentares de cinco partidos

mesma controvérsia: "A inventiva tese do caixa dois não se sustenta devido à origem ilícita dos recursos. Falar de recur-

	PT		PARTIDO PROGRESSISTA		PMDB	PL Partido Liberal	
NOME	Roberto Jefferson	Romeu Queiroz	Pedro Corrêa	Pedro Henry	José Borba	Bispo Rodrigues	Valdemar Costa Neto
QUEM É	Presidente do PTB	Ex-deputado do PTB	Ex-presidente do PP	Ex-líder da bancada do PP na Câmara dos Deputados	Ex-deputado do PMDB	Ex-deputado do PL	Ex-presidente do PL
ACUSAÇÃO	Corrupção passiva	Corrupção passiva	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro	Corrupção passiva, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro	Corrupção passiva	Corrupção passiva	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro
PENA*	De 2 a 12 anos de prisão	De 2 a 12 anos de prisão	De 5 a 22 anos de prisão	De 6 a 25 anos de prisão	De 2 a 12 anos de prisão	De 2 a 12 anos de prisão	De 5 a 22 anos de prisão

* Estimativa a partir da soma das penas mínimas e máximas para cada crime previsto no Código Penal

70 | 3 DE OUTUBRO, 2012 | veja

Fonte: Acervo *Veja*.

Buscando trazer Lula para o óbice do escândalo e seu julgamento, a reportagem de capa da edição 2287, de 19 de setembro de 2012, traz um conteúdo tido como exclusivo e que poderá incriminar o agora ex-presidente: novas declarações de Marcos Valério. Contudo, essas declarações foram feitas a parentes e amigos, e não a órgãos investigativos, mas, segundo editorial dessa mesma edição, não houve nenhuma declaração pública do publicitário desmentindo esse fato (Edição 2287. 19/09/2012, p. 12). Assim, a matéria descreve o dia a dia de Valério nos momentos que antecedem a sua inevitável prisão, mostrando-o como alguém que

[...] guarda segredos tão estarrecedores sobre o mensalão que não consegue reter só para si – mesmo que agora, desiludido com a falsa promessa de ajuda dos poderosos que ele ajudou, tenha um crescente temor de que eles possam se vingar dele de forma ainda mais cruel. Os segredos de Valério, se revelados, põem o ex-presidente Lula no epicentro do escândalo do mensalão. Sim, no comando das operações. Sim, Lula, que, fiel a seu estilo, fez de tudo para não se contagiar com a podridão à sua volta, mesmo que isso significasse a morte moral e política de companheiros diletos. Valério teme, e fala a pessoas próximas, que se contar tudo o que sabe estará assinando a pior de todas as sentenças – a de sua morte: “Vão me matar. Tenho de agradecer de estar vivo até hoje” (Edição 2287. 19/09/2012, p. 64).

As acusações não se restringiriam a Lula. Segunda a revista, passariam também por Dirceu, Delúbio e Paulo Okamoto. O PT solicita então evidências materiais das declarações trazidas nas páginas da revista. Na edição seguinte, a revista não as apresenta, mas compara, em editorial, as falas de Valério com as de Pedro Collor, quando as declarações deste último deram forma ao escândalo *Caso Collor*, expressando que ambas teriam o potencial de dar início à queda de um político.

Figura: Editorial Edição 2288. 26/09/2012, p. 13



Fonte: Acervo *Veja*.

Além disso, Lula e o PT estariam desorientados ante a divulgação de *Veja* (Edição 2288. 26/09/2012, p. 63 e 64) e preparavam um manifesto contra a revista apenas por temerem que as denúncias do ex-publicitário fossem de fato apuradas – “ficam quietos, porque têm medo de que sejam publicadas as fitas gravadas com tudo aquilo que ele disse, e as coisas piorem ainda mais” (coluna de J.R. Guzzo, p. 134). Mas de fato essas fitas nunca apareceram. Ainda assim, *Veja* segue trabalhando um enquadramento de que o PT despreza as instituições e que por isso atribui a condenação do *Mensalão* a fatores externos, como na fala de Rui Falcão, presidente do PT, destacada na seção Radar:

Essa elite suja, reacionária, não tolera que um operário tenha mudado um país, que uma mulher dê continuidade a esse projeto...Quando são derrotados nas urnas, lançam mão de instrumentos de que ainda dispõem, desde a mídia conservadora, passando pelo Judiciário, para tentar nos derrotar (Edição 2286. 12/09/2012, p. 53).

Contudo, para *Veja*, a independência da instituição Judiciário é motivo de comemoração, o que se registra em coluna de Maílson da Nóbrega (Edição 2289.

03/10/2012, p. 24), e os petistas deveriam entender que “[...] o Brasil não aceita mais o retrocesso bolchevique de implantação de um sistema político sem Justiça independente nem imprensa atuante, à moda de Cuba e da Coreia do Norte” (p. 71).

A defesa das instituições em seu pleno exercício sem que isso signifique uma “crise política desestabilizadora” é o tema central do editorial da edição 2290 (10/10/2012, p. 12) o que é corroborado pelo fato de que “as condenações estão sendo lavradas por uma corte em que sete dos dez ministros foram indicados pela presidente Dilma Rousseff ou por Lula, seu antecessor, ambos do mesmo partido dos réus mais graúdos”.

Lembrando que o pleito municipal se aproximava, o destaque conjuntural de *Veja* viria em matéria com o seguinte subtítulo: “na véspera das eleições, o cenário da disputa é incerto em sete das dez maiores cidades do país. Entre as causas dessa situação, inédita, estão o julgamento do mensalão e a forma com a presidente Dilma agiu na campanha” (Edição 2290. 10/10/2012, p. 84). E, “embora tenha aumentado o número de votos e de prefeitos, o partido de Dilma e Lula verificou seu maior crescimento em cidades com até 20.000 eleitores e no Nordeste, onde o mensalão não tem tanta influência” (Edição 2291. 17/10/2012, p. 75).

Uma afirmação imprecisa diante dos resultados eleitorais¹⁰², pois, além de ter conquistado mais prefeituras do que em 2008, o PT, nas cidades com mais de 200 mil eleitores, foi vitorioso em Guarulhos (SP), Mauá (SP), Santo André (SP), Niterói (RJ) e Vitória da Conquista (BA), e nas capitais Goiânia (GO), João Pessoa (PB) e São Paulo (SP), onde José Serra, outrora adversário de Lula, perdeu para Fernando Haddad.

Sobre a eleição do petista na capital paulista, o colunista Roberto Pompeu de Toledo (Edição 2291. 17/10/2012, p. 134) diz que, tendo de vencer as eleições municipais em São Paulo e ao mesmo tempo se livrar do peso do *Mensalão*, Haddad acabou por se aliar a um procurado pelo Interpol, Paulo Maluf.

Entre frases de “É a pior semana da história do PT”, atribuída ao deputado petista Vicente Cândido, e “As urnas dirão se houve repercussão (do julgamento do mensalão nas eleições). Mas, a meu ver, seria bom que houvesse, seria salutar”, proferida pelo procurador-geral da República Roberto Gurgel (Seção Radar. Edição 2290. 10/10/2012, p. 66), a revista traz em longa reportagem de capa, além da história de superação do

¹⁰² <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/eleicoes-2012-em-numeros.html>
<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pt-vai-comandar-maior-n-de-cidades-grandes-pmdb-lidera-nas-pequenas.html> Acessado: nov. 2019.

ministro relator do processo, Joaquim Barbosa, o fato de que ele “demoliu as esperanças dos petistas José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares” (p. 68), condenando-os por corrupção ativa, e que aparentemente será seguido por seus colegas.

Já no final da cobertura do *escândalo do Mensalão*, na última edição contida em nosso *corpus* de análise e que é amplamente dedicada ao julgamento da Ação Penal 470, a revista está em júbilo. E, novamente se outorgando o papel de importante ator político no desvelamento, no processo investigativo e no exercício de pressão, a revista assim declara em editorial:

Os brasileiros comemoraram a decisão do STF como uma vitória dos valores republicanos, do vigor das instituições e da importância de uma imprensa livre e independente. Responsável pela descoberta do esquema de compra de parlamentares, a imprensa foi o alvo preferencial dos ataques dos mensaleiros. VEJA e os grandes jornais do Brasil não se intimidaram e continuaram a apurar e publicar notícias sobre o escândalo. A vigilância e obstinação da imprensa foram reconhecidas pelos ministros do STF. Se a imprensa tivesse renegado sua missão de ser os olhos da nação, certamente os responsáveis pelo mensalão nunca teriam sido punidos, as versões teriam prevalecido sobre os fatos e o universo paralelo de Dirceu e companhia teria sido imposto como a verdade oficial. A euforia se justifica. O STF sinalizou o fim da impunidade de corruptos e corruptores e abriu as portas de uma nova e auspiciosa era para o Brasil (Edição 2291. 17/10/2012, p. 13).

A euforia perpassará pela reportagem de capa, que traz em seu início: “O Supremo condena José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, os chefões do PT, como mentores, operadores e beneficiários do maior escândalo de corrupção da história” (Edição 2291. 17/10/2012, p. 58) e desmontam a farsa de que se tratava apenas de caixa dois, um crime eleitoral. A coluna de Roberto Pompeu de Toledo (Edição 2291. 17/10/2012, p. 134) faz um paralelo entre a queda de Collor e o resultado do julgamento do *Mensalão* – ficando a questão: quem irá cair, Dilma, Lula ou o PT como um todo?

Figura: Capa Edição 2291. 17/10/2012



Fonte: Acervo *Veja*.

Dando continuidade à metodologia utilizada na análise dos escândalos anteriores, sistematizamos abaixo os principais pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), ou os núcleos de sentido, dos conteúdos sobre o *escândalo do Mensalão*, o único que se estendeu para além do governo indicado, pois o julgamento do caso ocorreu apenas em 2012, já no primeiro mandato de Dilma Rousseff. O fato de ser uma sucessora de Lula nos permite ter acesso a uma dimensão discursiva que pode se evidenciar em continuidades ou descontinuidades fundamentais à compreensão da construção de um antilulismo e antipetismo que têm como marco fundamental esse escândalo, tido por *Veja* como o maior esquema de corrupção da história brasileira.

Sendo este um dos principais pacotes interpretativos, ao que se somam: associação instável entre Lula e o *Mensalão*; sugestão da possibilidade de *impeachment* e rejeição à reeleição de Lula; autorreconhecimento; e criminalização do PT e primórdios de criminalização da esquerda. Todos serão analisados e sistematizados abaixo, sendo compreendidos a partir de uma estrutura interna centralizada, mas sem univocidade (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

1. O maior escândalo de corrupção da história

Os subsídios discursivos a sustentar esse pacote interpretativo virão do agendamento cotidiano do escândalo com ênfase em personagens-chave (políticos petistas especialmente e Marcos Valério) que trarão familiaridade ao evento. Para tanto, utilizam sistematicamente processos de editoração como recapitulações, resumos, fluxogramas etc., seja entre a eclosão do escândalo e a denúncia dos envolvidos, seja quando ocorre o julgamento pelo STF. Ou seja, deixam a pauta sempre “quente”, mantendo um calendário noticioso que se atualiza constantemente.

O acompanhamento sincrônico da conjuntura será capaz de potencializar o encadeamento entre a revelação da mídia, a desaprovação pública, paralelamente aos atos vindos dos órgãos de controle institucional (CHAIA, 2015). Tido inicialmente como um “microcosmo” da corrupção, o escândalo com *locus* em uma dependência dos Correios vai se espalhando por estatais com autonomia orçamentária, segundo a revista, até se revelar como a forma geral da governabilidade instaurada PT, ou seja, pela corrupção. Empregando dispositivos de enquadramento como “presidencialismo da safadeza”, *Veja* dirá que tanto o fisiologismo quanto a corrupção propriamente dita sempre existiram, mas o PT “aprofundou” essa situação, a deixou mais grave e sistemática.

Tal qual no escândalo envolvendo Collor, novamente podemos interpretar a narrativa da corrupção a partir da reflexão laclauiana (2015) de *significante vazio*, quando um termo indeterminado, mas presente em narrativas diversas, se torna um campo de disputa política por fechamentos semânticos contingentes. Ou seja, embora existam narrativas acerca da corrupção em diferentes esferas da vida social, fazendo parte contínua de nosso cotidiano, o sentido dado ao termo, ou a sua significação, parte de uma materialidade, mas se estrutura em um discurso específico, permeando o simbólico com interesses ideológicos. Assim, metáforas – quando, por analogia, há a substituição de um ou mais termos por outros em sentido semelhante (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) – vão se alastrar no discurso de *Veja* tendo como núcleo central da gênese da corrupção profissional e sistêmica a atuação do PT.

Assim, a corrupção como o maior mal do país vai sendo paulatinamente construída e, nesse sentido, o termo *Mensalão* vai se tornar corrente e ganhar um viés não apenas sensacionalista, mas sobretudo totalizante, pois é capaz de contextualizar a política empregada por Lula e pelos petistas, mas também por seus aliados e opositores. Toda narrativa parte do *Mensalão*, tudo está subsumido a ele – como um “travesseiro de

plumas” que, ao ser rasgado, tem seu conteúdo espalhado por todo canto, e, por mais que se tente apanhar as plumas perdidas, seu espriamento é inevitável e incontrolável.

2. Associação instável entre Lula e o *Mensalão*

Embora não tenham bases factuais para confirmar a participação de Lula no *Mensalão*, já que desde o início Roberto Jefferson se tornou o fiador da permanência de Lula na presidência, atestando sua inocência, a revista reforça sempre a tese de que é impossível que o presidente não soubesse de nada e que, se todos ao redor dele estão envolvidos, seria uma questão de tempo até que se chega-se a ele. Para tanto, utilizam um dispositivo de enquadramento que trata a narrativa a partir do desenrolar de uma novela em que determinados personagens são heróis (como a própria revista, Joaquim Barbosa e quem se coloca contra o PT), enquanto outros são bandidos, em um arquétipo maniqueísta, de disputa entre o bem e o mal, em que os pontos obscuros da história só fazem manter o leitor na expectativa de conhecer o verdadeiro vilão no final da história.

A construção do “herói juiz”, especialmente na figura de Joaquim Barbosa, se dá pela antítese entre o algoz metódico e de trajetória ilibada, e Lula, aquele que deixou de ser trabalhador para ser sindicalista e depois político. Essa mitificação pode ser entendida dentro da tipologia de Girardet (1987), do mito como salvador, quando um líder providencial se situa na ruptura de dois tempos. E, por compartilhar emoções, esperanças e palavras de ordem com aqueles que o seguem, o substrato material do discurso político-midiático se torna um *locus* importante de sua ocorrência e disseminação. Mas a antítese entre o herói/trabalhador e o vilão/político ganha ainda mais potência quando a analisamos a partir noção desenvolvida por Miguel (1997), de que a composição do mito político pode ter origens em núcleos imagéticos ou simbólicos fortemente irracionais, sendo uma forma política de rejeição à política, ou seja, “uma rejeição socialmente difusa ao conflito no seio da sociedade (conflito que a política exprime), e que o discurso mítico explora ao apresentar a imagem de uma harmonia reencontrada” (p.01).

Se a associação entre Lula e o *Mensalão* é menos intensa nos primeiros meses de eclosão do escândalo, ficando a cargo principalmente dos colunistas trazer essa questão à tona, com a aproximação do período eleitoral, em que o presidente se candidata à reeleição, essa vinculação se estreita, perpassando não apenas pelas colunas de opinião, mas também por outros conteúdos midiáticos. A tese subliminar, entre maio de 2005 e setembro de 2007, é a de que Lula seria responsável por conivência ou por incompetência, e que, de qualquer forma, o petista confundira o Estado com seu próprio partido, usando o

público para interesses partidários. Esse enquadramento modifica um pouco no período que antecede a reeleição de Lula e no ano de 2012, quando do julgamento da Ação Penal 470 pelo STF. Agora, a tese central, não mais subliminar, coloca Lula no epicentro do escândalo.

3. Possibilidade de *impeachment* e rejeição à reeleição de Lula

Um dos motivos da associação entre Lula e o *Mensalão* ter sido menos intensa nos primeiros meses do escândalo deveu-se sobretudo ao cenário macroeconômico, elogiado pela revista, leia-se: abertura econômica, privatizações, controle dos gastos públicos e manutenção das metas de inflação. Essa espécie de blindagem – nas reportagens e editoriais, mas não nas colunas de opinião – visava separar a economia, em especial as medidas neoliberais encabeçadas por Palocci, das imprevisibilidades da política. Mas isso não fez com que a revista apoiasse Lula; ao contrário: ela se coloca contrária à reeleição de Lula e, em certos momentos, aventa a possibilidade de ocorrência do *impeachment*.

Sobre a possível reeleição de Lula, trabalham alguns enquadramentos, especialmente a partir de dezembro de 2005 indo até outubro de 2006. Um dos principais é o de que não é possível que Lula não soubesse de nada e, mesmo que não existam indícios de sua participação no *Mensalão*, o desgaste na imagem do presidente é inevitável, o que pode fazer com que seja derrotado nas urnas. Essa correlação é trabalhada sob o substrato de que a população se desencantou com Lula. Esse desencantamento, que surge com o *Mensalão*, pode ser potencializado, segundo a revista, por outros significativos fatores que pautarão a intensa produção de *Veja* às vésperas do 2º turno e que continuará mesmo após a vitória de Lula: pelo uso da máquina pública a serviço da reeleição; pelo abandono do governo em nome da permanência no poder (um enquadramento que também vai aparecer na ocorrência do escândalo da *Compra de votos da reeleição* de FHC); por haver indícios de caixa dois na campanha (embora esse não seja o caso do *Mensalão*, afirmam).

Paralelamente à produção negativa acerca da reeleição de Lula, a revista emprega um enquadramento de possibilidade de *impeachment*, especialmente a partir de agosto de 2005, reforçando, pela contextualização totalizante do *Mensalão*, que se trata de um processo político; portanto, não é preciso haver provas cabais, mas um ambiente político favorável à queda do presidente. Na construção desse ambiente, *Veja* incide intensamente com volume de conteúdo e com tratamento negativo reservado a Lula. Nesse sentido, a

questão da normalidade institucional é sempre acionada. Ou seja, mesmo que o presidente seja impedido, as instituições continuarão funcionando. Para tanto, dizem que Lula não está acima das instituições políticas e de controle, mas o contrário, que elas devem controlá-lo, contê-lo. Um arquétipo que já fora utilizado com relação a Collor, que é tido como um exemplo daquilo que pode ocorrer com Lula, no mais claro dispositivo de enquadramento que usa modelos ou exemplos históricos como ensinamentos, ou uma possível tradição (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

A comparação não se restringe a Collor, mas também a Hugo Chávez, Juan Domingo Perón, Jânio Quadros e Getúlio Vargas – sempre pelo viés negativo, de um populismo exacerbado. O contraponto elitista de *Veja* é que Lula estaria se voltando para os pobres pensando unicamente na reeleição. Assim, sobre um presidente envolvido no escândalo do *Mensalão*, dizem que “Morre o petismo, nasce o Lulismo” (Edição 1962. 28/06/2006, p. 50) – ou o *lulopetismo*, termo que aparecerá pela primeira vez em agosto de 2012.

4. Criminalização do PT e primórdios de criminalização da esquerda

O fim do PT é reiterado constantemente nas páginas de *Veja*, segundo a qual, mesmo que isso ocorresse, a normalidade institucional e a democracia estariam garantidas, já que o partido mesmo não é verdadeiramente democrático. E, se a revista *Veja* defende as instituições, o PT as rejeita, as corrompe. O enquadramento central a sustentar essa asseveração é aquele segundo o qual o PT não é mais o bastião da ética, tendo abandonado uma de suas últimas bandeiras – outra delas seria o rechaço ao neoliberalismo. Para reforçar essa mácula sistêmica, a revista pauta, em tom novelesco, o envolvimento da cúpula do partido no *escândalo do Mensalão*, focando especialmente na figura de José Dirceu, um possível sucessor de Lula.

O aparelhamento do Estado e a corrupção sistêmica como integrantes de um projeto de perpetuação no poder serão os pressupostos utilizados por *Veja* para empreender um processo de criminalização do PT¹⁰³, além de apresentarem os primórdios

¹⁰³ Embora não faça parte de nosso *corpus* por se tratar de outro fato político, é interessante destacar que na edição 1908 (08/06/2005, p. 124), em reportagem de capa, *Veja* traz à tona uma operação da Polícia Militar na Amazônia, deixando em evidência que integrantes da suposta quadrilha fazem parte dos quadros do PT, o que denota apartidarismo da instituição, algo que será realmente posto à prova durante a investigação do escândalo dos Correios. E, embora a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tente explicar que o caso é antigo, a revista rebate dizendo: “é verdade. O que a constrangida ministra não pôde negar, no entanto, é que, embora o esquema se perpetue há tempos, os cupins que dele participaram se renovaram. E alguns dos que hoje estão em ação carregam no peito a estrela de seu partido”.

de criminalização da esquerda como um todo com colunistas como Diogo Mainardi e Tales Alvarenga, que retomam o fantasma do socialismo.

Chaia e Brugnago (2014, p. 113 e 114) dirão que

a provocação do medo do comunismo não é novidade em campanhas eleitorais no Brasil para o PT [e que] o medo do comunista, vivido pelos mais velhos que legitimaram o golpe militar de 64 e pelos mais novos a partir dos filmes de Hollywood, é a ameaça clássica do medo vermelho.

De forma oposta, pelo maniqueísmo da construção bem *versus* mal, a revista emprega enquadramentos de defesa ao PSDB no que se refere à possível ocorrência de um *Mensalão* entre seus quadros, chegando mesmo a estimulá-lo a tomar para si a missão de ser a oposição ao PT – um incentivo que vem especialmente dos colunistas.

5. Autorreconhecimento de *Veja*

Se é intenção do PT implementar um projeto de perpetuação no poder, é parte da missão jornalística de *Veja* defender a instauração da CPI (algo recorrente nas páginas da revista) e pressionar a justiça para que cumpra o seu papel na eliminação da impunidade. Mas também é função da imprensa ser a fiscalizadora do poder, algo que a revista reforça que empreende desde a sua criação em 1968. O que não quer dizer que sua política editorial é parcial; rechaçam essa possibilidade em diversas edições, mas especificamente em editorial do número 1916 (03/08/2005). Além disso, na edição 1910, de 22 de junho (p. 09), se defende das acusações de partidarismo feitas por Roberto Jefferson em depoimento à Comissão de Ética da Câmara. Ela não poderia ser petista ou tucana porque suas convicções se formaram muito antes da criação dessas agremiações, qual seja: a defesa da livre-iniciativa, da liberdade individual e da democracia sem adjetivos, como preconizava o fundador da Editora Abril, Victor Civita.

Uma das principais estratégias empregadas pela revista é se colocar como um ator político que traz à tona escândalos políticos presentes nas obscuras estruturas de poder. Para tanto faz uso recorrente de delações, especialistas não identificados e furos de reportagem, mesmo sem base factual, para criar seu conteúdo. *Veja*, juntamente com os órgãos de julgamento, controle e fiscalização, pode empreender uma “faxina ética” na política brasileira, e isso deve ocorrer sem a presença do PT, e talvez também sem Lula,

tendo em vista o seu papel na construção de uma opinião pública contrária ao presidente em diversos momentos presentes em nosso *corpus*.

3.6 “Que o processo de *impeachment* possa marcar o início de um novo tempo”: o escândalo do Petrolão (governo Dilma Rousseff 2011-2016)

Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher eleita ao cargo de presidente da República, o que ocorreu no pleito de 2010, tendo sido reeleita em 2014 e retirada da Presidência através de um processo de *impeachment* em 2016, especificamente no dia 31 de agosto.

Do ponto de vista econômico, o governo Lula, especialmente entre 2006 e 2010, pode ser caracterizado pela atuação decisiva do Estado no âmbito social (com as políticas de transferência de renda como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a democratização do acesso à universidade) e na “ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social” (CARVALHO, 2018, p. II). E será nessa segunda seara que Dilma Rousseff se destacará.

Tendo sido secretária de Minas e Energia nas gestões de Alceu Collares e Olívio Dutra no Rio Grande do Sul – período em que migra do PDT para o PT –, Dilma ficará conhecida por suas credenciais técnicas, o que abrirá espaço para sua indicação à ministra de Minas e Energia no governo Lula, durante o qual implementará o programa “Luz para todos”¹⁰⁴. Com a saída de José Dirceu da chefia da Casa Civil, em 2005, na esteira do *escândalo do Mensalão*¹⁰⁵, Dilma passa a assumir esse cargo e a tarefa de gerenciar o PAC¹⁰⁶ (Programa de Aceleração do Crescimento) e o programa Minha Casa, minha Vida¹⁰⁷.

O *Mensalão* também é tido como uma das principais explicações para que Lula escolhesse Dilma como sua sucessora, já que as lideranças históricas do PT, como José Dirceu, Palocci e Genoíno, haviam sido implicadas em escândalos de corrupção. Contudo, haveria em suas fileiras figuras políticas como Marta Suplicy e Marina Silva, ambas presentes nos primórdios do partido e que foram alijadas da escolha. Foi então a mineira, natural de Belo Horizonte e de ascendência búlgara a escolhida para sucedê-lo.

¹⁰⁴ <http://www.mme.gov.br/web/guest/6-programa-luz-para-todos>. Acessado: nov. 2019.

¹⁰⁵ Escândalo vindo à tona no primeiro mandato de Lula sobre pagamentos mensais de propinas a políticos em troca de apoio parlamentar. Gerou a Ação Penal 470 em que políticos são julgados e condenados pelo STF em 2012.

¹⁰⁶ <http://www.pac.gov.br/>. Acessado: nov. 2019.

¹⁰⁷ O maior programa habitacional implementado no Brasil na segunda gestão de Lula. Para saber mais ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/12/16/Quais-as-mudan%C3%A7as-previstas-no-programa-Minha-Casa-Minha-Vida>. Acessado: nov. 2019.

Embora não tenha obtido nenhum cargo representativo pelas urnas até chegar à presidência, Dilma Rousseff já havia exercido funções na gestão do Estado, além de possuir larga experiência na militância política, especificamente no enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira, tendo sido presa e torturada entre janeiro de 1970 e o fim de 1972.

Além do favorável contexto econômico e do prestígio internacional do Brasil no final do mandato de Lula, a própria popularidade do presidente (que chegou a 87% de aprovação¹⁰⁸) servia de esteio à candidatura de Dilma, com Lula como um “eleitor privilegiado e o principal personagem político, sobrepondo-se aos candidatos em disputa” (AZEVEDO, 2017, p.109). Isso tudo, além do peso da máquina governamental, fez dirimir a dificuldade intrínseca a essa campanha presidencial: o próprio desconhecimento da candidata por parte do eleitorado (p. 110).

As eleições de 2010 não trouxeram muitas alterações quanto ao perfil do eleitorado petista, mas trouxeram a “terceira força”, ou *terceira via*, representada Marina Silva, e a maior das novidades: o PMDB pela primeira vez se junta formalmente à coligação¹⁰⁹ comandada pelo PT, indicando o vice-presidente, Michel Temer (LIMONGI; GUARNIERI, 2018, p. 54 e 55). Mesmo com a emergência dessa *terceira via* – Marina, então no PV, obteve no primeiro turno 19,33% dos votos válidos – a polarização entre PT e PSDB, com José Serra, conservou-se e, no segundo turno, Dilma ficaria com 56,05% ante os 43,95% dos votos válidos de Serra.

O fator desconhecimento de Dilma também foi minimizado pelo maior tempo de HGPE que obtiveram ante todos os seus adversários, que, de forma geral, não encontraram uma estratégia eleitoral satisfatória por não conseguir fazer “uma oposição muito evidente e que contrariasse, de alguma forma, os projetos já consolidados do governo petista” (TELLES et al, 2018, p. 254). Assim, especialmente nos embates entre Dilma e Serra, os temas gravitaram sobre a gestão da Petrobras, o caráter do Estado brasileiro e, de forma inesperada, sobre questões morais e religiosas (AZEVEDO, 2017; PIERUCCI, 2011).

Nesse contexto, a herdeira do lulismo, mas não necessariamente do petismo, teve êxito em uma campanha que a apresentou “como a representante simbólica de um terceiro

¹⁰⁸ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acessado: nov. 2019.

¹⁰⁹ A coligação PT/PMDB contaria ainda com o PC do B, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN (TELLES et al, 2018, p. 254). Além disso, “a coligação Dilma conseguiu um *quórum* de 49 (60,5%) dos senadores para 2011, mas com a adesão do PP e do PTB chegou a 59 senadores (72,8%)” (FLEISCHER, 2007, p. 282).

mandato de Lula, e a propaganda eleitoral foi construída estrategicamente de modo a efetivar essa transferência de prestígio” (TELLES et al, 2018, p. 254). Contudo,

um escândalo político surgiu no período eleitoral. Eunice Guerra, assessora direta de Dilma Rousseff, quando ocupava o cargo de Chefe da Casa Civil do governo Lula, foi acusada de tráfico de influência no governo, beneficiando parentes. No dia 16 de setembro de 2010, Eunice pediu demissão, mas o escândalo já havia feito estragos. A eleição entre Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, foi para o 2º turno. A vitória de Dilma foi sofrida após estas denúncias, e a campanha eleitoral teve que ser revista para que a candidata respondesse às acusações (CHAIA, 2015, p. 09).

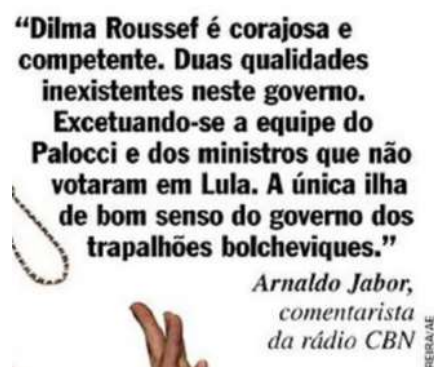
Mas não foi apenas esse escândalo que, mesmo lateralizado, incidiu sobre Dilma, mas o próprio *Mensalão*, que, “como no pleito passado, esteve presente, como um tema subjacente, ao longo de toda a campanha e foi um dos assuntos mais recorrentes nas páginas de opinião da grande imprensa” (AZEVEDO, 2017, p. 110) – e a corrupção de forma geral passou a ser um tema não apenas da campanha, mas sobretudo do desenrolar do mandato presidencial.

Contrariando um diagnóstico corrente de que Dilma era completamente disciplinada por Lula (SANTOS; ROMUALDO, 2017) e que inaugurariam um governo compartilhado (DIAS, 2013), a presidente¹¹⁰ acaba adotando um estilo de liderança muito menos propenso à conciliação, entendida por alguns como inflexibilidade, mas também marcado por certa autonomia de seu “padrinho político”. Assim, o “desempenho da presidenta Dilma, demitindo ministros e funcionários envolvidos em corrupção, fizeram com que ela se destacasse enquanto uma presidente com voz própria e posturas políticas com sua marca pessoal” (CHAIA, 2015, p 09) – ver figura abaixo.

Isso acabou se refletindo em sua popularidade, já que, comparativamente aos presidentes que a antecederam, obtinha uma avaliação positiva maior no mesmo período do primeiro mandato – Dilma (71%), Lula (69%), FHC (57%)¹¹¹.

¹¹⁰ Em respeito à figura pública de Dilma, deveríamos adotar o termo “presidenta”, pois ela assim o desejou. Contudo, a revista não utiliza essa forma e, como estamos analisando a discursividade de *Veja*, manteremos a forma “presidente” em todos os momentos, para que não fique confuso para o leitor.

¹¹¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/09/30/cniibope-popularidade-de-dilma-supera-as-de-lula-e-fhc.jhtm>. Acessado: nov. 2019.



Fonte: Acervo *Veja*.

Mas essa narrativa não se sustentaria por muito tempo na linha editorial de *Veja*, que, utilizando o estereótipo sexista de faxineira, irá desconfiar de sua independência:

Nem programas sociais, nem obras grandiosas. Os oito primeiros meses de governo de Dilma Rousseff foram marcados por uma intensa crise política, alimentada por uma enxurrada de denúncias de corrupção. A demissão de ministros e servidores transformou a presidente mais em uma faxineira oficial do que em uma administradora dos problemas do país. Ciente de que precisava mostrar a seus eleitores a que veio, a presidente mudou. Pelo menos é o que ela procura demonstrar¹¹².

A “enxurrada” de denúncias de corrupção teve Palocci, então ministro da Casa Civil, como o primeiro a sair do governo, por denúncia de enriquecimento ilegal, mas outros viriam no decorrer de 2011: os ministros dos Transportes, da Agricultura, do Turismo, do Esporte e do Trabalho; e, em 2012, o ministro das Cidades (ver Anexo 01). Todas essas demissões foram tratadas por *Veja* como um escândalo político. Tal enquadramento se articula a uma das premissas centrais desta pesquisa: de que há uma intensificação quantitativa na produção de escândalos políticos quando a liderança em exercício é oposta ao projeto político-midiático da revista. Por essa razão, adotamos a postura metodológica de analisar o que a própria *Veja* entende por escândalo.

Se, por um lado, a revista tinha de lidar com os escândalos de corrupção, por outro a economia parecia estar bem, já que “o acesso maior ao crédito, combinado à redução de desigualdades e crescimento do emprego, reforçou o dinamismo do consumo das famílias

¹¹² <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-rousseff-de-faxineira-a-andarilha/>. Acessado: nov. 2019.

e do mercado interno durante o período do Milagrinho¹¹³” (CARVALHO, 2018, p. 27). Parecia estar, porque as críticas quanto à política econômica adotada por Lula e continuada por Dilma até pelo menos o início de seu primeiro mandato são inúmeras. Elas são expressas de algum modo por Carvalho (2018), especialmente durante a gestão Dilma, e radicalizadas por Paulani (2010):

O capitalismo se transformou, assim como se alterou a relação do centro com a periferia. O alcance do estatuto de Nação desenvolvida ficou mais distante e, quanto mais profunda foi se configurando a submissão das elites dos países periféricos aos imperativos da acumulação financeira e aos acenos enganosos do discurso neoliberal, mais distante ficava. No caso do Brasil, essa submissão foi tão completa que mesmo um governo pilotado por um partido operário, nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela e teve de decretar o caráter definitivo do estado de emergência econômico¹¹⁴ (PAULANI, 2010, p. 134).

A artificial perenidade do Milagrinho econômico não conseguiu conter por muito tempo os efeitos da crise de 2008 e, de forma contrária à tese hegemônica nos meios econômicos, de que o colapso viria pelo excesso de intervencionismo, para Carvalho (2018) isso se deveu a um tipo de desenvolvimentismo adotado por Dilma – com redução de taxas de juros, desvalorização do real, controle de tarifas energéticas, crédito a juros baixos e desonerações tributárias a empresários – no que a economista nomeou de Agenda Fiesp.

De certa forma, esse entendimento é compartilhado por Singer (2015), que diz que,

Sem planejamento político, o ensaio desenvolvimentista abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa unificada em favor do retorno neoliberal tornou-se incontrastável (SINGER, 2015, p. 71).

Voltaremos a essas contradições e outras interpretações no último capítulo, mas o que cabe destacar no momento é que:

¹¹³ Qualificativo utilizado por Carvalho (2018) para indicar que esse processo não era perene, tomando como referência o Milagre econômico do período militar de 1969 a 1973.

¹¹⁴ Transformando a regra em emergência e fazendo da exceção um paradigma de governo.

[...] fica claro que havia razões econômicas suficientes para a insatisfação cada vez maior dos setores do meio da pirâmide que acabaram se unindo aos protestos de junho de 2013 e a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016. As elites, por sua vez, tinham poucos motivos para reclamar (CARVALHO, 2018, p. 51).

Assim, ao preâmbulo da crise econômica se somou uma espécie de perturbação da “representação simbólica da hierarquia, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça)” (ALONSO, 2017, p. 50), formando um substrato freático capaz de incidir na disputa por hegemonia de um dos principais eventos políticos ocorridos em nosso passado recente – as nomeadas *Jornadas de junho de 2013*.

Inicialmente, essas mobilizações populares tiveram como motivação uma intensa crítica ao aumento das passagens no transporte público, feitas por parte do MPL (Movimento Passe Livre) que, desde 2005, organizava protestos em torno dessa pauta, mas ancorados na busca pela tarifa zero, em prol de uma mais equânime circulação pelas cidades. Gestado no âmbito do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o MPL se caracterizou por um ativismo autonomista de origem anarquista, com fundamentos de organização descentralizada, deliberação por consenso e com ações performáticas e diretas. E, se na primeira fase do ciclo Mosaico de *Junho de 2013*, segundo Alonso (2017), conseguiram se impor, inclusive deixando as lideranças tradicionais atônitas diante de um novo estilo de mobilização, com o aumento no número de adesões e de locais de manifestações, uma diversificação de pautas se junta à questão das tarifas de transporte público, gerando a segunda fase de *Junho*, com a entrada de movimentos tradicionais, sindicatos e partidos de esquerda.

Com a intensa repressão empreendida pelos aparatos policiais se seguiu a terceira fase de *Junho*, a *massificação* – ativando um repertório patriota que já esteve presente em outras mobilizações populares, como as “Diretas Já!” e o “Fora, Collor!” (ALONSO, 2017), com o acionamento de uma certa tradição nacionalista, com a diferença significativa de se caracterizar pela multiplicidade de pautas que não mais se juntou à pauta da tarifa, mas a ela se sobrepôs.

As *Jornadas de junho* podem ser compreendidas como parte de um processo global mais amplo, de crítica aos partidos e lideranças políticas, e, de forma mais geral, como um momento de crise de hegemonia da democracia liberal representativa

(CASTELLS, 2013) e de intenso uso das redes tecnossociais. Mas as especificidades e os contornos locais (GOHN; BRINGEL, 2014) e as estratégias que se seguiram são decisivos para o entendimento da conjuntura entre 2013 e ao menos 2018, com a eleição de Bolsonaro.

Assim, na esteira de um intenso ataque midiático, setores de direita começam a aderir às mobilizações e, mesmo que tenham tido o seu espaço reduzido no período pós-redemocratização, mantiveram seu parasitismo e influência, segundo Burity (2018). Em *Junho de 2013* conseguiram disputar a identidade popular a partir de repertórios de ação coletiva antes característicos de setores ligados à esquerda, com forte capacidade de mobilização nos anos subsequentes a partir de organizações como o MBL (Movimento Brasil Livre – uma corruptela do MPL), *Revoltados Online* e *Vem pra Rua*. Essa fortalecida convergência de direita alijava do processo de disputa hegemônica partidos como o PSDB, tidos como muito centristas, e não encontrava um antagonismo à altura no campo democrático-popular, nas palavras de Burity (2018), já que esse setor se fragmentara na crítica às práticas políticas tradicionais e antipopulares implementadas pelo PT durante suas gestões.

Sem conseguir atender as expectativas materiais e subjetivas do novo *povo* criado pelo lulismo (BURITY, 2018), a crise de hegemonia do PT se tornou manifesta nos protestos, que chegaram a integrar as *Jornadas de junho*, contra a Copa do Mundo de 2014. E, se o anúncio de sua realização, ainda durante o governo Lula, projetava um prestígio internacional ambicionado pela cúpula petista, a realização desse evento se tornou um verdadeiro “cavalo de Troia”, já que em si estaria a crítica à esquerda pela ímpia remoção de pessoas para a construção dos estádios e a crítica tanto à esquerda quanto à direita pelos gastos exorbitantes e pela duvidosa gestão dos recursos entre o público e o privado¹¹⁵.

Se por um lado o campo democrático-popular, ou mais especificamente de esquerda, tentava disputar os rumos de *Junho* sem apoiar diretamente Dilma, por outro o setor patriota, a convergência de direita, se hipertrofiava (ALONSO, 2017) a partir da emergência de demandas conservadoras que se punham contra o avanço das

¹¹⁵ Para saber mais, ver:

<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/07/17/os-legados-da-copa/>. Acessado: nov. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, jan. 2017.

GONDIM, Linda M. P. **Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013**. Polis, Santiago, v. 15, n. 44, p. 357-379, agosto, 2016.

reivindicações minoritárias – de subalternizados como negros, mulheres, população LGBTQ+, entre outros – e também contra políticas majoritárias – tais como os programas Bolsa Família e o Mais Médicos (BURITY, 2018).

O que se sucedeu foi a formação de uma nova ordem que se conformará, especialmente nos antecedentes das eleições de 2018, em uma onda conservadora capaz de unir evangélicos pentecostais de via eleitoral, neoliberais, neoconservadores e outras correntes de centro e de direita (BURITY, 2018)¹¹⁶. Essa rearticulação hegemônica foi sendo construída em arranjos contingentes desde as *Jornadas*, ou seja, não estruturais, a partir de demandas articuladas, com diferentes graus de universalidade, em uma cadeia de equivalência em torno de uma operação hegemônica (LACLAU, 2015), qual seja: a de uma articulação profunda e indissociável entre o PT e a corrupção, portanto, entre o antipetismo e a anticorrupção.

Assim, nessa

situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política. O ambiente de instabilidade vinha alimentado pelo julgamento do Mensalão, que, em vez de aplacar, estimulou o espírito de faxina ética de imprensa e opinião pública. Em julho, começou nova operação da Polícia Federal para investigar crimes de corrupção, a Lava Jato (ALONSO, 2017, p. 53 e 54).

A construção dessa cadeia de equivalência (LACLAU, 2015) é nítida nas páginas de *Veja*, que assim interpreta a disruptiva *Jornadas de junho*:

As grandes manifestações populares se iniciaram em junho de 2013, trazendo demandas e palavras de ordem difusas, a partir de março de 2015, no entanto, um grito começou a se fazer ouvir com insistência. Na maior manifestação da nova série, que reuniu mais de três milhões de pessoas em todo o país, a palavra impeachment prevaleceu sobre todas as outras. Os protestos se repetiram em abril, agosto e dezembro. Em abril de 2016, o pedido de abertura de impeachment, posto em votação na Câmara, foi aprovado por larga maioria (Edição 2478. 18/05/2016, p. 82).

¹¹⁶ Importante pontuar que esse processo de polarização ocorre em vários países latino-americanos, também nos EUA e em países europeus, nos dando uma dimensão global do evento.

Esse processo culminou, portanto, na retirada de Dilma da Presidência da República. Antes disso, no entanto, um dos resultados políticos mais imediatos foi a brusca queda no índice de popularidade¹¹⁷ de Dilma, que passou de 57% de ótimo e bom, na primeira semana de junho de 2013, para 30% no final daquele mês, não conseguindo mais ultrapassar a barreira dos 42% – marca a que chegou após sua reeleição.

Essa conjuntura influenciou a formação de uma tempestade perfeita para frear a reeleição de Dilma, em um contexto de intensa imprevisibilidade, sendo sua expressão mais aguda a morte de Eduardo Campos (PSB), candidato à presidência com Marina Silva como vice (a Rede não havia sido formalizada), um adversário capaz de rivalizar diretamente com a petista entre os votantes históricos do PT, papel desempenhado de certa forma por Marina, que acaba assumindo a cabeça da chapa, assim:

No dia 05 de outubro de 2014, foi realizado o 1º turno das eleições e, apesar de todas as pesquisas darem como certa a presença de Marina Silva disputando o 2º turno com Dilma Rousseff, na última semana antes das eleições, as pesquisas revelaram inversão nas preferências: Aécio Neves é que iria para o 2º turno com a candidata do PT (CHAIA, 2015, p. 12).

Marina, ao optar pelo centro, acabou sendo alvo de uma forte campanha negativa, por parte tanto de Dilma quanto de Aécio (ALBUQUERQUE; TAVARES, 2018), mantendo assim o duopólio PT-PSDB no segundo turno de 2014 (LIMONGI; GUARNIERI, 2018), quando Marina apoiou Aécio.

A imprevisibilidade não foi uma marca da campanha petista, mesmo se tratando do segundo turno mais acirrado desde a redemocratização. Ao contrário:

O contexto de 2014 foi distinto. Dilma não era mais desconhecida. Ela teve mais de três anos de gestão pelos quais certamente foi avaliada pelos eleitores [...] Dilma venceu a eleição em 2014, por pequena margem e em grande medida por se apresentar como uma candidata de continuidade, rechaçando veementemente qualquer alteração de condução na linha traçada desde seu antecessor (MAGALHAES; SILVA; DIAS, 2015, p. 560 e 561).

¹¹⁷ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>. Acessado: nov. 2019.

Com 3,28 pontos percentuais de vantagem, Dilma vence o pleito (ALBUQUERQUE; TAVARES, 2018), e Aécio se recusa a aceitar o resultado das urnas, sendo esse um dos indicadores de comportamento autoritário, segundo Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33 e 34) – a rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas), por exemplo, pela contestação da validade das urnas e da vitória do adversário.

Também a imprensa hegemônica não tardará em acusar Dilma de cometer um estelionato eleitoral, primeiro por ter apresentado ao eleitor um Brasil inexistente (sem crise econômica), segundo por ter trocado a política econômica desenvolvimentista de seu primeiro mandato pelo ajuste fiscal, materializado na nomeação de Joaquim Levy como ministro da Fazenda, fazendo “o exato contrário do prometido” (SINGER, 2015, p. 56).

Se o embate eleitoral de 2014 teve como pano de fundo o espetacularizado julgamento do *Mensalão* (AZEVEDO, 2017), em novembro do mesmo ano a sétima fase da Operação *Lava-Jato* atingiria o PT, fornecendo mais elementos para a contestação pública por parte de seus opositores quanto à legitimidade da vitória de Dilma. Cabe destacar que a própria petista sancionou em 2012 a Lei nº 12.683¹¹⁸, sobre lavagem de dinheiro, e, na esteira da *Jornadas de junho*, outros dois marcos legais que irão sustentar a execução da *Lava-Jato*: a lei nº 12.846/2013¹¹⁹, conhecida como Lei Anticorrupção, que versava sobre os acordos de leniência, vindo a facilitar a colaboração de empresas em processo de investigação criminal; e a lei nº 12.850/2013¹²⁰ (intensamente criticada por seu potencial uso contra movimentos sociais), que entre outras coisas, coloca a colaboração (ou delação) premiada como um meio legítimo de obtenção de provas em quaisquer fases da persecução penal.

Além das mudanças legais e constitucionais, como “a legislação específica sobre improbidade administrativa, lavagem de capitais e crime organizado, e de inovações processuais como a colaboração premiada surgidas nos últimos 30 anos”, para Almeida (2016, p. 73) haveria uma alteração no *ethos* subjetivo dos profissionais ali presentes, que se sentiam de certa forma imbuídos de uma missão.

De toda forma, o Ministério Público foi, após a redemocratização, uma das instituições que mais sofreu reformulações, ganhando “autonomia¹²¹ administrativa e

¹¹⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm. Acessado: nov. 2019.

¹¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12846.htm. Acessado: nov. 2019.

¹²⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acessado: nov. 2019.

¹²¹ Um dos elementos dessa autonomia seria conferido por Lula e seguido por Dilma, pela obediência da lista tríplice construída pela pares do indicado como procurador geral da República.

funcional em relação ao Poder Executivo [e convertendo-se] em uma forte agência de *accountability* não eleitoral de governos e de combate à corrupção” (ALMEIDA, 2016, p. 73). No caso da *Lava-Jato*, o Ministério Público Federal teria um papel fundamental, mas também o teria a Polícia Federal, que passaria por um processo de autonomização em relação ao Executivo Federal, tendo em vista que estão subordinados ao Ministério da Justiça, e de “construção institucional, com a constituição de um corpo permanente e com desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais específicas especialmente a partir do aumento de seu quadro de pessoal nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva” (ALMEIDA, 2016, p. 74).

Contudo,

a autonomização e a profissionalização das instituições e carreiras jurídicas não significa necessariamente um afastamento das instituições de justiça em relação ao mundo da política ou sua despolitização: pelo contrário, e apesar do distanciamento dos juristas e das instituições judiciais da política profissional (partidária e eleitoral) ser um fato, a profissionalização das carreiras e a autonomia institucional deu aos juristas novos recursos de intervenção política, baseada justamente na sua *expertise* e no papel do direito na ordenação política democrática (ALMEIDA, 2016, p. 75).

A própria *Veja*, em editorial da edição 2460 (13/01/2016, p. 10), se mostra preocupada com a Medida Provisória 703 editada por Dilma no último dezembro e depois remetida ao Congresso, que versa sobre alterações nos acordos de leniência possibilitados pela Lei Anticorrupção. O temor expresso é de que haja impunidade, além de manifestarem uma defesa do *performance bond*, ou seguro-garantia¹²², retirado por Itamar Franco do nosso escopo legal – algo corroborado por citações do procurador da *Lava-Jato*, Carlos Fernando dos Santos Lima (p. 40) que diz que a MP foi um presente de Natal às empreiteiras.

A Operação *Lava-Jato* se inicia em março de 2014, tendo como mote central a atuação de certos doleiros no câmbio negro, sendo um deles Alberto Youssef, que tem “por origem esquemas de lavagem de dinheiro [...] logo alcançaram esquemas de corrupção e financiamento ilegal de campanhas envolvendo empresas públicas e,

¹²² Em entrevista à *Veja* o jurista Modesto Carvalhosa defende a adoção do *performance bond* como a medida a evitar a corrupção entre o Estado e executores de obras públicas ao criar uma estrutura tripartite em que uma seguradora é avalista da relação pela existência de um seguro de performance, assim, se uma empreiteira não cumprir o estabelecido no contrato, o Estado pode acionar a seguradora em questão (Edição 2467. 02/03/2016, p. 13).

centralmente, as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo federal” (ALMEIDA, 2016, p. 73).

Durante as investigações surge o nome do então diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Assim, é somente na sétima fase da operação que se evidencia o papel da estatal petrolífera no escândalo de corrupção, pela vinculação com um cartel de empreiteiras, como dito em delação de Júlio Camargo, em novembro de mesmo ano. A *Lava-Jato* se mantém em atividade até ao menos o ano de 2019, com mais de 50 fases¹²³. O mesmo vale para o *Petrolão*, que, embora se constitua com uma fase de tal operação, não teve, até o momento da redação deste texto, uma conclusão definitiva.

Mas por que, nesta tese de doutoramento, nos deteremos ao *Petrolão*?

Como dito anteriormente, a seleção dos escândalos relativos a cada um dos mandatos presidenciais foi feita a partir de uma listagem de escândalos políticos elaborada pela própria revista *Veja*, e nela consta o *Petrolão*, e não a *Lava-Jato* como um todo. Isso se coaduna com uma de nossas premissas, a de que o escândalo político-midiático é produzido e/ou repercutido tendo como fundamento o projeto político-midiático da própria revista em suas dimensões constitutivas: fundamentos e instrumentos.

Reforçando esse argumento metodológico, Gomes e Medeiros (2019), ao analisarem o primeiro ano da *Lava-Jato* nas páginas de *Veja*, dirão que:

O repertório mais presente nas reportagens é de que o escândalo descoberto na operação Lava-Jato se trata de um “Petrolão”, ou seja, um novo caso com características semelhantes ao Mensalão ocorrido entre 2005 e 2006 no governo Lula, no entanto, que agora ocorre dentro da maior estatal brasileira, a Petrobras. A junção do nome da Petrobras, alvo central do esquema de corrupção investigado na Lava-Jato, com o Mensalão, deu origem ao “Petrolão”. (GOMES; MEDEIROS, 2019, p. 466)

“Foi a partir daí que a imprensa comprou a Lava-Jato”, diz a assessora de comunicação da operação, Christianne Machiavelli¹²⁴, a *The Intercept*. E, se não existe escândalo, se esse não é levado ao público, no caso da *Lava-Jato*, “a publicização das transgressões ocorreu, principalmente, através de depoimentos prestados nos acordos de delação premiada feitos pelos funcionários da Petrobras, executivos de empreiteiras e

¹²³ <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1>. Acessado: nov. 2019.

¹²⁴ <https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>. Acessado: abr. 2019.

doleiros envolvidos no esquema” (GOMES; MEDEIROS, 2019, p. 465), e vazados seletivamente à imprensa, adicionando assim um elemento jurídico ao escândalo político-midiático. A mesma assessora descreverá a rotina do operação *Lava-Jato* em sua relação com a imprensa:

O celular dos jornalistas começava a apitar antes das 7h da manhã com um texto da PF. Por volta das 10h, os policiais faziam uma coletiva de imprensa junto com membros do MPF. Em seguida, o MPF divulgava o seu release, já com os dados da denúncia. Por fim, a Justiça Federal informava o número da ação judicial, junto com a chave para o acesso. Com essa ferramenta, os jornalistas tinham acesso a tudo relacionado à operação: das investigações iniciais até os pedidos de prisão. Nos próximos dias, podiam acompanhar o andamento em tempo real. Quem estava acostumado a cobrir operações deste tipo, como eu, sentiu que havia algo de diferente na Lava Jato. Geralmente, operações de combate à corrupção — principalmente as que envolvem poderosos — costumam ser difíceis de acompanhar. É preciso ter boas fontes, gastar sola de sapato e batalhar para conseguir qualquer informação. Na Lava Jato, tudo ficou muito fácil. Havia uma profusão de documentos disponíveis. Os agentes responsáveis eram acessíveis. Todo dia havia algo novo. Em um país marcado pela falta de transparência, os gestos eram tidos como exemplares – e não estou dizendo que não sejam. Mas o fato é que as facilidades fizeram com que a imprensa “comprasse” a Lava Jato quase que imediatamente. Denúncias do Ministério Público eram publicadas em reportagens quase na íntegra, assim como os inquéritos da PF e as decisões de Moro. Foram poucos os jornalistas que se valeram daquele mundaréu de elementos para fazer o papel que cabe à imprensa: o de usar os dados para construir investigações mais aprofundadas.

Tratando da operação italiana *Mãos Limpas*, Sergio Fernando Moro, o juiz federal da Vara de Curitiba, *locus* original da força-tarefa, escreverá em 2004 um artigo que pode ser considerado a materialização dos eixos orientadores da atuação dos servidores envolvidos na *Lava-Jato*, dentre os quais destacamos o seguinte trecho:

Os responsáveis pela operação *mani pulite* ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da “*mani pulite*” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no “L’Espresso”, no “La Republica” e outros jornais e revistas

simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva¹²⁵.

Buscaremos entender essa relação entre as operações de investigação e de julgamento criminal e a imprensa tendo como inspiração o dito por Duarte (1987) no contexto da redemocratização, em que imprensa, ela própria um subsistema, foi estrategicamente utilizada para difundir um discurso pró-transição a outros subsistemas presentes na sociedade civil (como núcleos familiares, igrejas, escolas, sindicatos, instituições não governamentais, tal qual os aparelhos privados de hegemonia gramsciano). Ou seja, como dois subsistemas ou duas instituições políticas, cada qual com suas características específicas, podem agir em torno de um pacto voluntário e implícito, por não ser formalizado em regras e condutas publicamente conhecidas, mas profundamente orgânico e articulado.

Considerando a dificuldade em fixar datas para analisar não a *Lava-Jato* – já que dela se origina uma série de outros escândalos, formando uma rede de escândalos – e tendo como ponto fundamental para o entendimento da queda de Dilma o *Petrolão*, que também apresenta desafios metodológicos de análise, retomamos a orientação já exposta, de que caracterizaremos os períodos histórico-culturais de 1985 a 2016 pelos próprios mandatos presidenciais. Assim, delimitamos como intervalo temporal de seleção do *corpus* de análise o período que vai de outubro de 2014 a setembro de 2016, ou seja, da véspera da eclosão da sétima fase da operação, quando emerge o *Petrolão* em sua associação com o PT, até a definitiva retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República.

O *Petrolão* é um escândalo que se espraia nas páginas de *Veja* para muitos outros feitos ou não feitos do PT e de Dilma, como ficará claro no texto que se segue, e é aqui que reside a nossa maior dificuldade de delimitação do *corpus* de análise (assim, somente quando não houver nenhuma menção ao petrolão é que nós não analisamos o conteúdo), mas também aqui está uma das questões mais interessantes que surgiram durante a pesquisa, pois, de forma oposta, os políticos do PMDB, especialmente após a presidência

¹²⁵ <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>. Acessado: nov. 2019.

interina de Temer, e Aécio Neves, após ter tomado certa centralidade no escândalo, não são diretamente associados à sua ocorrência, e o mesmo não serve para contextualizá-los.

Nosso *corpus* comportará, portanto, as edições veiculadas entre 29/10/2014 (edição 2397) e 07/09/2016 (edição 2494), considerada histórica pela própria revista por sinalizar o fim do projeto de poder petista.

Figura: Capa Edição 2494. 07/04/2016



Fonte: Acervo *Veja*.

O *corpus* empírico foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: Dilma Rousseff; Petrolão; Paulo Roberto Costa; Petrobras; João Vaccari Neto; *Lava-Jato*; Sérgio Moro.

Totalizamos 98 edições, sendo que todas trataram do *Petrolão*, com 523 conteúdos midiáticos (reportagem de capa; reportagem; editorial; coluna; entrevista; Radar – notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página em pequenos parágrafos). Em pouco mais de 58% das edições houve uma capa e sua consequente reportagem tratando do escândalo. Foram realizadas 202 reportagens (excetuando as de capa) sobre o *Petrolão*, ou seja, com um mínimo de 02 reportagens por edição em média. O número de editoriais também foi elevado, aproximando-se de um a cada três edições.

No decorrer de 2015 a seção Radar funcionou como um boletim da *Lava-Jato*, trazendo novidades, reiterando ocorridos e apresentando frases de políticos, com viés positivo quando o este é crítico ao governo e viés satírico quando são governistas. O mesmo acontecerá com relação ao processo de *impeachment*.

Gráfico 14: *Petrolão*. Tipos de conteúdo – agregados

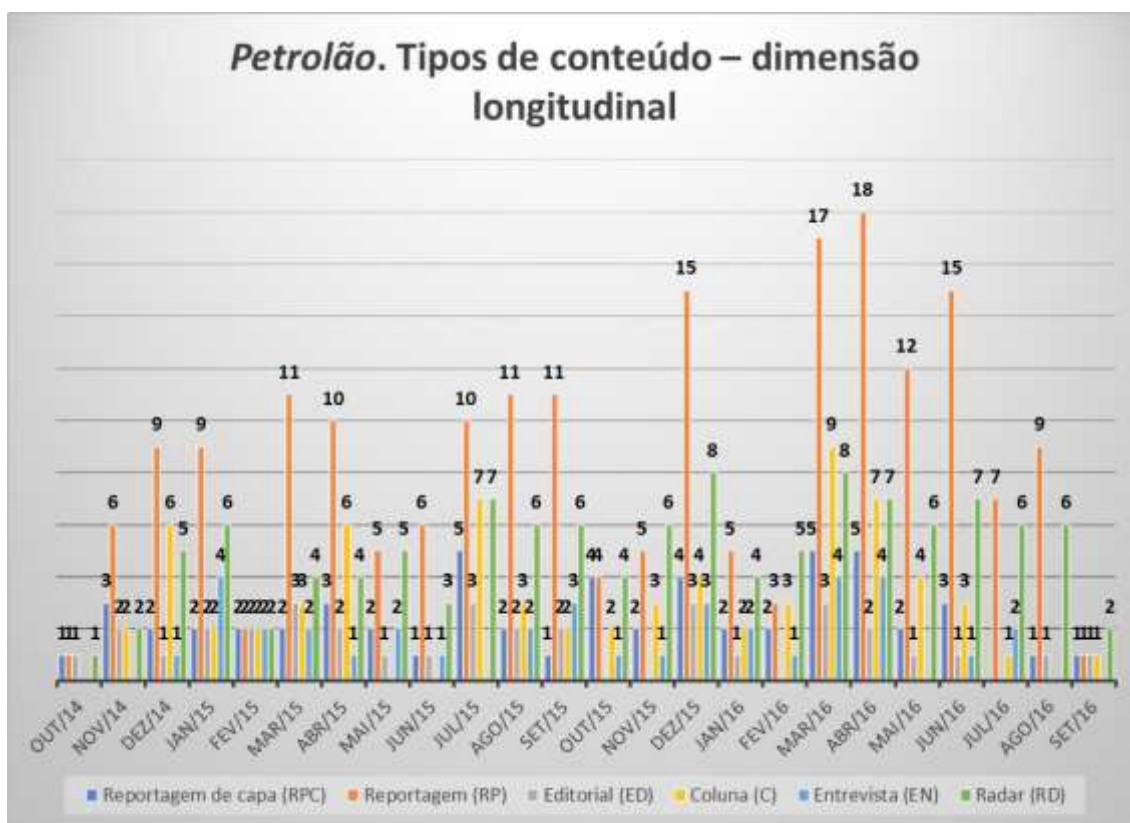


Fonte: dados da pesquisa.

Pelo gráfico a seguir é possível verificar que a produção de conteúdo sobre o *Petrolão* foi intensa durante o intervalo temporal selecionado, com alguns momentos de intensificação, listados aqui em ordem decrescente: março de 2016; abril de 2016; julho de 2015 e junho de 2016. O ano de 2014 será marcado pelo apoio à candidatura de Aécio exacerbada na tentativa de influenciar a opinião pública de forma contrária à Dilma. O de 2015 será do agendamento constante e minucioso da *Lava-Jato*, do *Petrolão*, mas também da narrativa envolta na possibilidade de ocorrência do *impeachment* da presidente, que é demandado pelas ruas, em manifestações intensamente agendadas pela revista. Já no fim de 2015 e início de 2016 o enquadramento de que o “cerco a Lula vai se fechando” passa a ser corrente.

A partir de junho de 2016, o agendamento da revista no que tange ao *Petrolão* não consegue mais se restringir ao PT, a Lula e Dilma, após as delações de Pedro Corrêa e Sérgio Machado, como será possível verificar no decorrer da análise.

Gráfico 15: *Petrolão*. Tipos de conteúdo – dimensão longitudinal



Fonte: dados da pesquisa.

A primeira edição analisada terá o denunciamento, em intenso ataque ao PT, Lula e Dilma, como o principal enquadramento, já visto na capa abaixo. Ela teve grande repercussão, tendo em vista que foi publicada dias antes do 1º turno da eleição em que Dilma concorria ao seu 2º mandato, o que resultou em uma intensa batalha judicial¹²⁶, pois a petista exigia direito de resposta no site da revista *Veja*, sob o argumento de que a mesma tentou interferir no resultado das urnas, manipulando a opinião pública.

Além do quê, o dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) “sabia de tudo” já fora intensamente utilizado em relação a Lula durante o *Mensalão*, mostrando ser esse um importante recurso de resgate de um imaginário coletivo.

¹²⁶ <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/25/tse-da-direito-de-resposta-a-dilma-no-site-da-veja-veja.htm>. Acessado: nov. 2019.

Figura: Capa Edição 2397. 29/10/2014



Fonte: Acervo *Veja*.

O editorial reforça a construção já histórica de *Veja* como um ator político fundamental no desvendamento e acompanhamento de escândalos políticos, especialmente por trazer informações exclusivas. E seguem:

É verdade tudo o que Costa e Youssef dizem? Como beneficiários da delação premiada, eles não têm vantagem alguma em mentir. A própria Dilma aceitou a delação como verdade, a ponto de afirmar em um debate na TV o seguinte: “(...) quando se verifica que houve propina para o PSDB (...)”. Portanto, pelo mesmo critério da presidente, não poderá ser surpresa se “se verificar” que Youssef está dizendo a verdade sobre ela e Lula. VEJA publica essa reportagem às vésperas do turno decisivo das eleições presidenciais obedecendo unicamente ao dever jornalístico de informar imediatamente os fatos relevantes a que seus repórteres têm acesso. Basta imaginar a temeridade que seria não trazê-los à luz para avaliar a gravidade e a necessidade de cumprimento desse dever (Edição 2397. 29/10/2014, p. 12).

A autodefesa, de quem não quis interferir no resultado das eleições, mas tão somente de revelar um esquema de corrupção, é reiterado em editorial após a vitória de Dilma, terminando com a frase bíblica “conhecereis a verdade; e a verdade vos libertará”

(Edição 2398. 05/11/2014, p. 14) – uma reação ao direito de resposta concedido pelo TSE ao PT.

A partir do vazamento de um depoimento do doleiro Alberto Youssef, preso desde março daquele ano, à Polícia Federal, trazem uma extensa reportagem de capa, com alguns trechos transcritos abaixo:

[...] o ex e a atual presidente da República não só conheciam como também usavam o esquema de corrupção da Petrobras [disse o delator].

[...] comparsa de Youssef na pilhagem da maior empresa brasileira, o ex-diretor Paulo Roberto Costa já declarara aos policiais e procuradores que nos governos do PT a estatal foi usada para financiar as campanhas do partido e comprar a fidelidade de legendas aliadas. Parte da lista de corrompidos já veio a público. Faltava clarear o lado dos corruptores.

[...] para conseguir os benefícios de um acordo de delação premiada, o criminoso atrai para si o ônus da prova. É de seu interesse, portanto, que não falsifique os fatos. Essa é a regra que Youssef aceitou. O doleiro não apresentou – e nem lhe foram pedidas – provas do que disse. Por enquanto, nesta fase do processo, o que mais interessa aos delegados é ter de que o depoente atuou diretamente ou presenciou ilegalidades. Ou seja, querem estar certos de que não lidam com um fabulador ou alguém interessado apenas em ganhar tempo fornecendo pistas falsas e fazendo acusações ao léu. Youssef está se saindo bem e, a exemplo do que se passou com Paulo Roberto Costa, o ex-diretor da Petrobras, tudo indica que seu processo de delação premiada será homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

[...] Obviamente não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa [a de que Gabrielli havia pedido que Youssef captasse dinheiro com empreiteiras]. Não é disso que se trata. Youssef simplesmente convenceu os investigadores de que tem condições de obter provas do que afirmou a respeito de a operação não poder ter existido sem o conhecimento de Lula e Dilma.

(Edição 2397. 29/10/2014, p. 58, 60, 61, 62 e 64).

Além de Lula e Dilma, Youssef teria citado Gleisi Hoffmann, ex-ministra da Casa Civil de Dilma, João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do PT e “homem forte da campanha de Dilma”, e Sergio Gabrielli, presidente da Petrobras – todos estariam envolvidos no mesmo esquema, segundo a revista.

Atingindo diretamente o PT, a reportagem de capa da edição de 10 de dezembro de 2014, intitulada “O PT treme de novo”, disserta um dos resultados da operação *Lava-Jato* que diz respeito às acusações de recebimento de propina eleitoral pelo partido.

Em 2005, Duda Mendonça confessou ter recebido do PT 5 milhões de dólares por debaixo do pano, dinheiro depositado em contas bancárias no exterior. Era o começo do mensalão. Agora, empresários admitem ter pago 150 milhões de reais em propina ao PT e aliados. É o início do petrolão (Edição 2403. 10/12/2014, p. 63).

Youssef ajudaria ainda, segundo *Veja*, a encontrar possíveis contas secretas do PT no exterior, uma suspeita que para ela paira sob o partido desde os depoimentos de Duda Mendonça na esteira do *Mensalão* (Edição 2397. 29/10/2014, p. 63). Em momento posterior, acrescentam novamente a delação de Alberto Youssef (ainda não homologada pelo STF), de que Lula e Dilma “sabiam de tudo”, dos desvios financeiros para o abastecimento dos cofres do PT e de partidos aliados e de superfaturamento das obras (retomado na seção Radar da edição 2406. 31/12/2014, p. 147):

Por razões que precisam ser diligentemente apuradas, Lula e Dilma usaram seu poder – ou deixaram de usá-lo – de uma maneira que, ao fim e ao cabo, extraía propinas das obras da Petrobras. É grave se o fizeram por desinformação sobre o que se passava nas entranhas da Petrobras. É indesculpável se delegaram a outros a apuração das denúncias – e nunca cobraram os resultados. Qualquer outra hipótese pode levar a consequências impensáveis (Edição 2401. 26/11/2014, p. 65).

Para justificar que quem delata não pode mentir, *Veja* relembra a operação italiana *Mãos Limpas* (como já vimos, uma referência para Sérgio Moro) e a delação de Tommaso Buscetta, que “levou à cadeia cerca de 300 comparsas” (p. 65). Na edição 2455 (09/12/2015) trazem uma entrevista com o juiz que inspirou Moro, Stephen S. Trott, e sua defesa do uso da delação premiada como forma de desvendar crimes de corrupção.

E se “Um simples gerente, que ocupava o quarto escalão do esquema de corrupção na estatal, confessa que roubou 250 milhões de reais. Imagine os seus chefes, os chefes dos chefes e o chefe de todos eles” (Edição 2401. 26/11/2014, p. 67). Relembrem então o caso do *Mensalão* e o seu *start* com a divulgação feita por *Veja* do recebimento de propina por Maurício Marinho, “um peixe pequeno nessa rede” (p. 67). Partindo da sequência de que esse gerente, Pedro Barusco, foi braço-direito de Renato Duque (retomado na edição 2403. 10/12/2014, p. 65 a 67; na edição 2411. 04/01/2015, p. 40 a 47), que foi indicado por José Dirceu e se tornou amigo de Vaccari, *Veja* complementa:

“por uma questão de hierarquia e de responsabilidade no organograma do poder, como ficou claro no mensalão, é de esperar que os chefes de Barusco tenham movimentado quantias bem maiores do que ele” (Edição 2401. 26/11/2014, p. 67).

Algo que é indiretamente reiterado na coluna de J.R. Guzzo na edição seguinte: “[...] Dilma e Lula, a esta altura, não podem mais construir uma linha de defesa que os absolva, e os fatos já demonstraram que os governos de uma e do outro entrarão para a memória pública como os mais corruptos da história do Brasil” (Edição 2402. 03/12/2014, p. 130). Defendendo as delações, novamente sob o argumento de que “mentir não é uma opção” (p. 63), o editorial de mesma edição (2403. 10/12/2014, p. 14) traz uma análise da delação, ao juiz Moro, de Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, diretor da empresa Toyo Setal, em que teria detalhado como o PT e partidos aliados disfarçaram “[...] a fraude sob o manto de doações legais de campanha [...] como propina por contratos obtidos na Petrobras” – e continuam:

A confissão de Mendonça, que corrobora a revelação feita pelo doleiro Youssef, mudou o petrolão de patamar. A se confirmar, a partir de agora o que estaria em jogo seria a própria legalidade das campanhas financiadas pelo dinheiro da corrupção. Tudo o que Mendonça e Youssef disseram precisa, certamente, ser apurado a fundo e com toda a transparência [e se] Dilma tiver mesmo de enfrentar questionamentos semelhantes [aos de Lula no mensalão], ela o faria enfraquecida por uma reeleição muito apertada, pelo ressurgimento da oposição e por uma economia de prospectos desanimadores (Edição 2403. 10/12/2014, p. 14).

Mais adiante, *Veja* trará uma reportagem intitulada “A delação compensa”, defendendo que tanto Alberto Youssef quanto Paulo Roberto Costa ficarão menos tempo na prisão por terem colaborado com as investigações e esperam que:

Ricardo Pessoa, da UTC, e Léo Pinheiro, da OAS, sigam os delatores e ajudem a esclarecer a principal dúvida sobre o petrolão: quem eram os chefes do esquema de corrupção ou qual cadeia de comando autorizou e avalizou o desfalque bilionário na Petrobras (Edição 2423. 29/04/2015, p. 59).

A edição às vésperas do segundo turno foi marcada por intensas críticas ao PT. Nesse sentido, destacamos não apenas a reportagem de capa e o editorial, mas dois outros conteúdos jornalísticos. O primeiro deles é uma reportagem que traz uma cronologia dos

escândalos que marcaram as gestões presidenciais do PT, “uma marca deletéria” que desde de o *Mensalão* se caracteriza pelo “poder, dinheiro e corrupção” e que resultou no fim da imagem ética que o partido ostentava até então (Edição 2397. 29/10/2014, p. 66) – “[...] os petistas ampliaram em níveis inimagináveis a capacidade de superação no quesito corrupção”.

A segunda reportagem, da seção Economia, não faz parte de nosso *corpus* do *Petrolão*, mas que optamos por analisá-la pela capacidade de nos fornecer um sentido mais completo para o posicionamento da revista no pleito presidencial. Com o título “Os 10 ataques que envenenaram a campanha”, a revista discorre no que chama de falsificação de fatos e manipulação da história que o PT teria cometido contra Aécio Neves (PSDB), oponente de Dilma no segundo turno, e que teria levado o “nível da disputa para a lama” (Edição 2397. 29/10/2014, p. 68), sendo que antes já haviam feito o mesmo com a candidata do PSB, Marina Silva.

A predileção da revista pela candidatura/vitória de Aécio Neves se evidencia em suas páginas e capa (sem integrar nosso *corpus*), como esta abaixo, de dias antes do pleito. E em coluna opinativa J.R. Guzzo, que diz que “o Brasil tem em sua frente, pelos próximos quinze dias uma escolha bem séria – junto com a opção entre Aécio Neves e Dilma Rousseff – precisará decidir entre democracia e alguma coisa chamada ‘projeto do PT’” (Edição 2395. 15/10/2014, p. 78).

Figura: Capa Edição 2395. 15/10/2014



Fonte: Acervo *Veja*.

Ainda sem integrar nosso *corpus*, por não se referir ao *Petrolão*, destacamos outra reportagem que trata do posicionamento de *Veja* na corrida eleitoral, que com o título “Manual de sobrevivência no segundo mandato” mapeia os supostos riscos dessa situação, ao que alertam:

Com a reeleição da presidente Dilma Rousseff no domingo passado, seu partido, o PT, conseguiu um feito inédito na democracia brasileira: a chancela eleitoral para permanecer no poder por dezesseis anos ininterruptos. Bom para o PT, arriscado para o Brasil. Sem alternância, fundamental para manter forte a democracia e irrigar as instituições, a sociedade terá de redobrar a fiscalização para que o partido no poder não caia na tentação totalitária de submeter os interesses do país aos seus (Edição 2398. 05/11/2014, p. 74).

Contudo, esse temor não é manifestado em relação à reeleição em único turno de Geraldo Alckmin, considerando que o PSDB se mantinha no governo paulista desde 1995, com a gestão de Mário Covas. Mas é tratado como uma hegemonia política (figura abaixo) e uma saída ao PT. Ou, como dito por J.R. Guzzo:

Geraldo Alckmin foi eleito pela terceira vez como governador do estado de São Paulo com quase 60% dos votos [...] enquanto o “poste”¹²⁷ que Lula inventou para a disputa foi rejeitado por mais de 80% dos cidadãos que formam o maior eleitorado do Brasil. O que mais seria preciso para provar livremente a existência de uma maioria? (Edição 2395. 15/10/2014, p. 79).

Figura: Reportagem Edição 2394. 05/10/2014, p. 79



Fonte: Acervo *Veja*.

¹²⁷ Referem-se a Alexandre Padilha, ex-ministro da Saúde de Dilma e um dos principais responsáveis pela implementação do programa Mais Médicos.

Se o lado ruim da vitória de Dilma é a sua própria vitória, segundo J.R. Guzzo (Edição 2398. 05/11/2014, p. 134), o pior é Lula querer voltar em 2018 e depois ser reeleito. Mas não se pode “querer que o cidadão de vida limpa se torne cúmplice do que ela própria, seu patrono e seu partido montaram para ganhar a eleição” – para tanto, o colunista cita “as provas de corrupção na Petrobras, já registradas pela máquina judiciária”.

Mantendo esse mesmo enquadramento, na edição 2404 J.R. Guzzo vai assim se manifestar:

O declínio de Dilma às vésperas de assumir seu segundo mandato não se manifesta apenas na falta de aptidão para governar. Tão ruim quanto isso é o desmanche moral de seu governo quatro anos antes da data de vencimento. Quase 70% dos brasileiros, na primeira pesquisa após as eleições, acham que a presidente está envolvida, em maior ou menor grau, nos episódios de corrupção da Petrobras. Hoje os brasileiros sabem que Dilma é capaz de comprar abertamente os votos de deputados para escapar ao cumprimento daquilo que mandam as leis – e se beneficia quando as galerias do Congresso são esvaziadas para que ela e seus agentes escapem de vaías [...] Dilma, Lula e o PT já demonstraram de todas as formas possíveis que valores morais não têm lugar na política [...] É muito ruim, inclusive por razões estritamente práticas – não há caso conhecido de governos bem-sucedidos que tenham desprezado a honra, a ética e a decência. O Brasil não vai ser o primeiro (Edição 2404. 17/12/2014, p. 136).

Discutindo mais objetivamente como será o decorrer do segundo mandato de Dilma, a revista vai, em extensa reportagem intitulada “Dilma e seu labirinto”, apresentar os desafios à sua gestão e que podem inviabilizar o seu governo. O primeiro deles é a sua base aliada propensa a rebeldias; o segundo, a falta de credibilidade econômica do governo; e o terceiro é o próprio *Petrolão* (Edição 2399. 12/11/2014, p. 63) – esses três pontos serão discutidos em reportagem subsequente (p. 64 e 65) e depois na Edição 2407 (07/01/2015¹²⁸, p. 36 a 43).

¹²⁸ As edições de janeiro de 2015 não seguem uma linearidade temporal condizente com sua numeração.

O resultado eleitoral e a forma como a oposição se comportará será a pauta da coluna de Roberto Pompeu de Toledo¹²⁹. Abaixo transcrevemos grande parte de sua reflexão, que é dividida em três itens, por entender que esses elementos são fundantes da conjuntura que levará Dilma ao *impeachment*:

1. O país mudou porque desponta no horizonte um embate político de novas características [...] os 50 milhões de Aécio anunciam um novo ânimo oposicionista, mas não dizem tudo [...] desde junho de 2013 já se suspeitava disso, mas agora se reforça a impressão de que o PT e os seus movimentos sociais satélites não são mais os donos das ruas [um] país dividido em duas fatias de igual peso e igual disposição de fazer valer a sua voz, em vez de ameaça, é combustível para a democracia. Apesar da vitória situacionista, o país que ressurge das urnas se apresenta mais verdadeiro e até promissor.
2. O governo da presidente Dilma parece exaurido porque é a continuação de uma cadeia de erros, o mais vistoso dos quais a condução da economia, e está emparedado porque lhe competirá trafegar, nos próximos meses entre PT e PMDB, haja estômago, e entre colaboradores e abafadores do magno escândalo do petrolão, haja pulso. Herança maldita é isso!
3. O entusiasmo e a esperança de renovação que cercam a figura paradoxalmente perdedora de Aécio Neves surgem da suposição de que a oposição encontrou nele a voz e, com a voz, o tom adequado aos tempos (Edição 2399. 12/11/2014, p. 122).

Na última edição de 2014 (2406. 31/12/2014, p. 66 a 73), a revista elenca cinco questões de grande repercussão naquele ano: a derrota de 7x1 para a Alemanha na Copa do Mundo de futebol masculino; a crise de abastecimento de água, com destaque à atuação de Alckmin em São Paulo; o PIB zero; as chamadas mentiras na campanha eleitoral; e o *Petrolão*. Em longa coluna de opinião (Edição 2406. 31/12/2014, p. 20 a 22), J.R. Guzzo se põe a dizer sobre o fim do PT, com sua existência apenas como “máquina de ocupação do Estado”, um “partido das empreiteiras”, reduzido a um “empreendimento comercial” (reitero na edição 2413. 18/02/2015, p. 20 e 21):

É o que comprovam os fatos indiscutíveis revelados na presente investigação judicial sobre a corrupção na Petrobras – a roubalheira sem limites, sem controle e sem paralelo na História do Brasil que ganhou o título de petrolão e

¹²⁹ Destacando que outros conteúdos dessa mesma edição trataram da vitória e do conseqüente governo de Dilma, e da oposição vocalizada por Aécio Neves, mas não foram incorporadas à análise.

passou a ser a marca mais notável dos 34 anos de existência do PT (Edição 2406. 31/12/2014, p. 20).

As novidades da operação *Lava-Jato* irão sistematicamente potencializar o escândalo do *Petrolão* nas páginas de *Veja*, que repercutirá seu passo a passo, como no momento em que dezesseis pessoas foram detidas, entre elas: Ricardo Pessoa, dono da UTC, apontado como o “chefe do clube” e “amigo de Lula” (algo retomado na edição 2403. 10/12/2014, p. 66 e 67; 2411. 04/01/2015, p. 40 a 47); o diretor da Queiróz Galvão; os vice-presidentes da Engevix, da Mendes Júnior e da Camargo Corrêa; além de dirigentes da OAS, Iesa e Galvão Engenharia. Odebrecht e Andrade Gutierrez estariam investigadas.

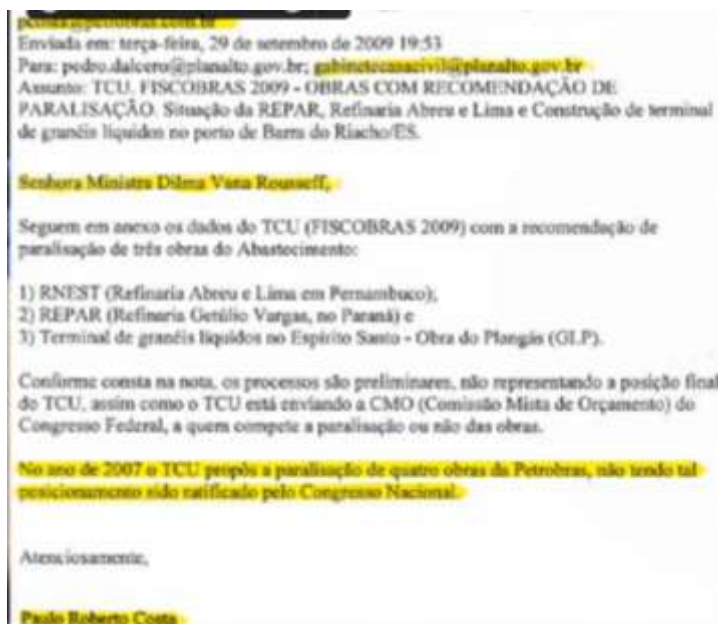
Esses empreiteiros não tiveram outra saída que não aceitar “as regras de corrupção da Petrobras”, segundo a revista, juntando-se à base aliada do governo (além do PT, PMDB e PP) e a diretores da estatal. Essa espécie de arranjo teria no ex-diretor da estatal, Renato Duque, ligado ao PT e escolhido de Dirceu, o seu elo fundamental – “Esse grupo de privilegiados se encontrava para decidir o preço das obras na Petrobras, dividir as responsabilidades de cada uma delas – e, o principal, o valor da propina que deveria sobrar para abastecer os escalões políticos” (Edição 2400. 19/11/2014, p. 56).

A atuação da defesa de empreiteiros tentou, segundo *Veja*, fazer um acordo coletivo com o MP, que apenas se diz disposto a estabelecer acordos individuais. O argumento contrário é que, se uma das empreiteiras falar, as demais não acrescentarão nada novo (Edição 2401. 26/11/2014, p. 69). Algo que a Camargo Corrêa pretende fazer, segundo a revista, é “abrir o jogo sobre o esquema de corrupção na Petrobras” (Edição 2406. 31/12/2014, p. 52), tema retomado na seção Radar da edição 2407 (07/01/2015, p. 32).

No mesmo enquadramento utilizado no escândalo do *Mensalão*, a revista traz uma reportagem de capa sobre uma conversa por e-mail ocorrida entre Paulo Roberto Costa e Dilma. A interpretação de *Veja* sobre o ocorrido é que ela, à época ministra, e Lula, então presidente, ignoraram que irregularidades ocorriam em obras da Petrobras, “por ação ou omissão, impediram a investigação sobre desvios” (Edição 2401. 26/11/2014, p. 59).

Veremos cópia do e-mail abaixo novamente na reportagem de capa da edição 2403 (10/12/2014, p. 63).

Figura: Reportagem Edição 2401. 26/11/2014, p. 59



Fonte: Acervo *Veja*.

O e-mail, segundo entendimento da revista, era um alerta de Paulo Roberto Costa sobre o apontamento feito pelo TCU, no terceiro ano consecutivo, de irregularidades nas refinarias¹³⁰ de Abreu e Lima (PE) e Getúlio Vargas (PR) e do terminal do Porto de Barra do Riacho (ES) – e a proposta de Costa seria uma saída política, ou seja, via Congresso – indicando uma falta de orientação técnica e um meio de “burlar” os sistemas de controle.

Contudo, embora a recomendação de paralisação de obras por parte do TCU¹³¹ possa ter inúmeras causas, no enquadramento empregado por *Veja* ele será eminentemente por causa de esquemas de corrupção. Esse tema retorna na edição 2402 (03/12/2014, p. 68 a 72), em resposta contundente à declaração, em nota oficial de Dilma, que alega que a revista manipulou informações. *Veja* ainda descreve o uso abusivo do decreto, editado em 1998, que permite gastos sem licitação: o que era para desburocratizar, nas mãos de Paulo Roberto Costa serviu “[...] de biombo para acobertar as maiores atrocidades patrocinadas com o dinheiro público” (Edição 2402. 03/12/2014, p. 70).

A questão do uso excessivo do decreto e dos avisos dados ao governo é corroborada pelo ministro do TCU, Augusto Nardes, em entrevista à *Veja* (p. 72), que pondera que a reação de Graça Foster foi distinta da de Gabrielli: a primeira se colocou à

¹³⁰ Outra refinaria se tornaria central nas reportagens sobre supostas irregularidades na estatal, a de Pasadena no Texas (Edição 2409. 21/01/2015, p. 52 e 53; Edição 2446. 07/10/2015, p. 40).

¹³¹ <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/obras-paralisadas-no-pais-causas-e-solucoes.htm>. Acessado: nov. 2019.

disposição para dar informações. E, em entrevista com o novo ministro do TCU, Aroldo Cedraz (Edição 2403. 10/12/2014, p. 22), que confirma que, se o governo tivesse seguido as recomendações desse braço técnico do poder legislativo, as irregularidades teriam sido evitadas – mas não as caracteriza como corrupção necessariamente.

A defesa do funcionamento das instituições no desdobramento da Operação *Lava-Jato* na Petrobras¹³² é o tema de diferentes conteúdos jornalísticos de *Veja*, como a de Maílson da Nóbrega na edição 2405 (24/12/2014, p. 22), especialmente três instituições: a delação premiada (lei nº 8072/90); as normas sobre lavagem de dinheiro (lei nº 9613/98 e COAF); e a crença de que poderosos podem ser presos, tendo como peças fundamentais dessa mudança de mentalidade o juiz Joaquim Barbosa, em sua atuação no *Mensalão*, e atualmente a Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz Moro.

Contudo, para a revista,

Sérgio Moro é o primeiro juiz-estrela brasileiro a trabalhar fora dos autos pelo fim da impunidade. Antes dele, o posto de juiz-estrela, apelido que os espanhóis inventaram para batizar magistrados que se tornam famosos, era ocupado pelo ex-ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, algoz do mensalão. Apesar de seu ativismo, Barbosa nunca arregaçou as mangas em favor desta ou daquela mudança legal através de outros meios que não o julgamento de processos. Moro está trilhando outro caminho (Edição 2443. 16/09/2015, p. 61).

Assim como no decorrer do *Mensalão* a revista *Veja* ajudou a construir uma imagem positiva do ministro do STF Joaquim Barbosa, no *Petrolão* isso ocorrerá em relação ao juiz federal Sérgio Moro – trazendo a público sua biografia e atuação heroica em diversas operações da Polícia Federal, como a do caso Banestado – em seção Radar é chamado, e dito aclamado pelos leitores, como o nosso herói, um verdadeiro *pop star* (Edição 2446. 07/10/2015, p. 40).

Na última edição de 2015, dedicam extenso espaço ao juiz, 09 páginas descrevendo novamente a sua biografia e suas 300 sentenças desde 2000, o que corresponderia a três fases de sua carreira: pelos vulneráveis, contra os criminosos e contra os corruptos. E em como se tornou uma “celebridade nacional”, um “juiz mais

¹³² Em coluna de Luiz Felipe d’Avila com uma ênfase à busca por eficiência gerencial (Edição 2406. 31/12/2014, p. 28 e 29). Em entrevista com Armínio Fraga (Edição 2415. 04/03/2015, p. 46 e 47).

indignado com o cortejo de tramoias que contaminam o processo democrático” (Edição 2458. 30/12/2015, p. 50).

Figura: Capa Edição 2458. 30/12/2015



Fonte: Acervo *Veja*.

Em extensa reportagem (Edição 2398. 05/11/2014, p. 62 a 70), dizem que tal qual quiseram, ou como quis o PT, atacar Barbosa e também Gurgel (então procurador da República), agora querem “destruir o juiz” – e para validar esse intento, trazem a declaração anônima de um suposto advogado de um dos réus e o fato de petistas acusarem Moro de parear o calendário de delações com o eleitoral, além de promover vazamentos seletivos. Contudo, dirá *Veja*, o responsável pelo processo do maior caso de corrupção da história brasileira, o juiz Moro – que não teve quase nenhuma de suas decisões derrubadas, segundo reportagem da edição 2411 (04/01/2015, p. 50 e 51) – e o ministro do STF responsável pela homologação das delações, Teori Zavascki, devem resistir à pressão.

Moro começou investigando uma teia de doleiros acusados de lavagem de dinheiro, mas enveredou por um esquema de corrupção na Petrobras armado durante os governos do PT com o objetivo de financiar campanhas políticas e, de quebra, enriquecer bandidos do colarinho-branco. Lula tem o mensalão. Agora Dilma tem o petrolão (Edição 2398. 05/11/2014, p. 65).

Embora cite nominalmente Lula e Dilma, Youssef e Paulo Roberto, o mesmo não o faz em relação aos “bandidos do colarinho-branco”, ou as “empreiteiras”, como são genericamente chamadas.

Em editorial elogioso ao juiz Moro, *Veja* diz ainda que ele produziu um documento histórico que justifica o pedido de prisão de corruptos e corruptores da *Lava-Jato* e serve como “testemunho vivo da saúde das instituições” (Edição 2401. 26/11/2014, p. 12) – já que a operação “revelou que executivos, lobistas e políticos foram com muita sede ao pote – e o futuro, ao contrário do que imaginavam, pode ser a cadeia” (p. 68).

Se até aquele momento o Judiciário, especialmente na figura do juiz Sérgio Moro, protagonizava os conteúdos jornalísticos no que se refere à operação *Lava-Jato*, do lado oposto aos acusados, a partir da edição 2404 (17/12/2014) o Ministério Público Federal vai dividir o protagonismo na investigação do escândalo do *Petrolão* nas páginas de *Veja*. Centralizando o foco no procurador Deltan Dallagnol, é apresentada a denúncia das empreiteiras Engevix, Mendes Júnior, Camargo Corrêa, OAS e Galvão Engenharia (p. 71), detalhando o funcionamento do “cartel” desde as licitações até a chegada da propina a partidos como o PT e o PP.

Pior do que a corrupção, a revista dirá, foi o intervencionismo na estatal¹³³, o que também vem ocorrendo na Eletrobras e no Banco do Brasil (Edição 2401. 26/11/2014, p. 78 e 79) – uma perspectiva que pode se modificar com a chegada de Joaquim Levy (tão criticado pelo PT, segundo a própria revista) para ser ministro da Fazenda, desde que o governo pare de fazer “politicagem” (Edição 2403. 10/12/2014, p. 72) e (Edição 2407. 07/01/2015, p. 44 a 53). Já a reportagem da edição 2434 (15/07/2015, p. 44) traz um testemunho, não identificado, a que *Veja* teve acesso, sobre propinas vindas da Eletrobras.

Em reportagem da edição 2479 (25/05/2016) a revista trata dos supostos esquemas de corrupção existentes na Eletrobras e também durante a construção da usina Angra 3. Contudo, embora os personagens centrais desse escândalo, no decorrer da reportagem, sejam Romero Jucá e Renan Calheiros, a associação direta com o PT é feita: “Em dez anos de parceria, PT e PMDB transformaram o setor elétrico num escoadouro de recursos

¹³³ Embora não integre o nosso *corpus* de análise é importante destacar que diversos conteúdos foram produzidos tendo como enquadramento central a crítica ao que nomeiam de excessivo intervencionismo na Petrobras e a defesa de sua privatização. Alguns deles: entrevista com o cientista político estadunidense Michael Ross na edição 2404. 17/12/2014, p. 17 a 21, que também diz que a alta do petróleo possibilitou que o PT comprasse apoio popular. Entrevista com economista americano Daniel Yergin (Edição 2406. 31/12/2014, p. 15 a 19). Coluna de Maílson da Nóbrega na edição 2412 (11/01/2015, p. 24). Editorial e reportagem de capa da edição 2415 (04/03/2015, p. 11 e p. 40 a 48), especificamente sobre o rebaixamento da Petrobras pela agência de risco Moody's. Entrevista com o professor de Harvard Ricardo Hausmann (Edição 2417. 18/03/2015, p. 16 a 21).

públicos para bolsos privados. Aliados no governo e cúmplices no petrolão, os dois partidos pilharam os cofres da Eletrobras” (p. 56).

É importante também destacar que o setor elétrico era considerado um campo de atuação de Dilma, por conta de seu histórico em gestões no Rio Grande do Sul e no governo de Lula, e novamente a sua incapacidade política se revelava, segundo a revista. A relação entre intervencionismo¹³⁴ e *Petrolão* será observada nos conteúdos: coluna de Maílson da Nóbrega da edição 2408 (14/01/2015, p. 26) e da edição 2422 (22/04/2015, p. 24); em reportagem da edição 2419 (01/04/2015, p. 50) – o que fundamentará, juntamente com a ocorrência de uma corrupção sistemática e sua consequente crise financeira¹³⁵, a defesa da privatização da estatal.

Algo que se segue nas páginas de *Veja*, que fará a conexão entre “os prejuízos da empresa com os desvios do petrolão”, a “manipulação de preços imposta pelo governo Dilma” e a desvalorização do produto, na chave de crítica ao intervencionismo na Petrobras (como em extensa reportagem da edição 2405. 24/12/2014, p. 48 a 55). Um momento em que Graça Foster pede demissão após acusações de Venina Velosa de que sabia do superfaturamento de preços na Petrobras (Edição 2406. 31/12/2014, p. 50).

A mesma Venina protagonizará uma reportagem na edição 2409 (21/01/2015, p. 46), em que acusa o PT baiano de captar dinheiro irregular na Petrobras para financiar suas campanhas, especificamente a de Jaques Wagner. A acusadora teria passado a reunir material sobre os personagens envolvidos no *Petrolão* e que dariam origem a “um memorial de oito páginas que podem deixar outras figuras importantes do PT em maus lençóis”, ao qual *Veja* teve acesso.

Mantendo a linha editorial de publicar os desdobramentos em minúcias da operação *Lava-Jato*, a reportagem de capa da edição 2404 (17/12/2014, p. 60 a 68) traz a rotina das operações clandestinas de Rafael Ângulo Lopez, apresentado como braço-direito de Youssef e suposto distribuidor final das propinas arrecadadas com os desvios de dinheiro da Petrobras. Esse assunto é retomado em reportagem da edição 2406 (31/12/2014, p. 48 a 51), com o acréscimo da distribuição de dinheiro desviado a outros países, como Panamá, Peru e Trinidad e Tobago, todos por via da OAS, empreiteira que está entre aquelas com mais executivos presos, inclusive Léo Pinheiro, amigo de Lula,

¹³⁴ Na edição 2433 (08/07/2015) citam também o suposto uso político do BNDES e da Petrobras pelo PT.

¹³⁵ A relação entre a situação financeira da Petrobras e os escândalos de corrupção serão objeto de duas reportagens da edição 2411 (04/01/2015, p. 50 e 51 e p. 54 e 55).

“que costumava usar sua influência junto a governantes de alguns países do continente para catalisar os negócios das empreiteiras brasileiras” (p. 51).

A despeito de afirmarem que duas malas foram entregues na sede do PT, em São Paulo (p. 60), a revista não diz qual é a fonte dessas afirmações, mas apenas que “VEJA apurou que o entregador já se ofereceu para fazer um acordo de delação premiada” (p. 60). Reiteradamente na reportagem dizem “as revelações”, ou “depoimentos colhidos com policiais”, sem nunca dizer quais são, em que momento foram dadas e se foi pelo próprio operador ou por outra pessoa. Apenas na edição 2406 (31/12/2014, p. 50) é que dizem que: “o próprio Alberto Youssef admitiu, nos depoimentos à Justiça, (que) uma conta bancária em nome de Rafael Ângulo era constantemente abastecida com recursos desviados da estatal”.

Discorrem sobre o que nomeiam de “Propina *Delivery*”, em que são entregues valores a João Vaccari, Fernando Collor, Roseana Sarney, Mário Negromonte, Luiz Argôlo, Nelson Meurer e André Vargas. Interessante destacar que na descrição (exemplo abaixo) dos acusados não consta o partido a que estão ou foram filiados, somente no corpo do texto, exceto por Vaccari, atual PT, e Vargas, ex-PT.

O “Propina *Delivery*” ou “*Money Delivery*” é retomado na edição 2419 (01/04/2015, p. 46), com destaque para as “anotações apreendidas e os depoimentos do entregador” Ângulo, que nos leva a um destino, a sede do PT em São Paulo, que segundo *Veja* consta nas delações a serem homologadas por Teori Zavascki. E também na edição 2453 (22/07/2015).

Figura: Reportagem Edição 2404. 17/12/2014, p. 66 e 68



Fonte: Acervo *Veja*.

Continuando a linha editorial de acompanhar o cotidiano da *Lava-Jato*, a reportagem de capa da edição 2411 (04/01/2015, p. 40 a 47), bem como o editorial de mesma data, traz um relato de como todos – empreiteiros, executivos e políticos – estão contra todos, com os dois primeiros pressionando para que Dilma e Lula arquem com suas consequências, dando a entender que os petistas são os grandes comandantes e que a motivação se daria porque Léo Pinheiro teria reclamado – a anônimos – que fora abandonado por Lula, e Pessoa, por Dilma. A figura abaixo sintetiza a centralidade de Lula no *Petrolão*¹³⁶ para a revista:

Figura: Reportagem Edição 2411. 04/01/2015, p. 47



Fonte: Acervo *Veja*.

O enquadramento da centralidade de Lula no *Petrolão* virá também nas seguintes reportagens:

1. na edição 2412 (11/01/2015, p. 44); 2409 (21/01/2015, p. 54), em uma suposta briga com Dirceu. Que retorna em reportagem que trata do presumido organograma da corrupção que envolve políticos, estatais e empresários:

¹³⁶ Importante destacar a semelhança entre a figura destacada no texto e o famoso *slide* apresentado em coletiva à imprensa pelo procurador Deltan Dallagnol que colocava Lula no centro do esquema montado na Petrobras data de setembro de 2016.

Lula e Dirceu têm em comum o receio real de ser presos pela Operação Lava-Jato. Esse sentimento compartilhado por eles é justamente o que os separa. O ex-presidente não perde uma oportunidade de lembrar que Renato Duque, o ex-diretor da Petrobras preso sob a acusação de recolher propinas para o PT, era homem de confiança de Dirceu. Especializado na arte de transferir responsabilidades e, principalmente irresponsabilidades, Lula está deixando seu antigo braço-direito fortemente contrariado. Dirceu já avisou que não levará bala endereçada ao ex-presidente. Caso seja preso novamente, será quase inevitável que ele fale e uma os elos que faltam para o desenho completo do modelo de governabilidade da era Lula, baseado na compra de apoio parlamentar. No mensalão, Dirceu carregou quase sozinho culpas que lhe teriam sido bem mais leves se divididas com o ex-presidente (Edição 2437. 05/08/2015, p. 64).

2. na edição 2410 (28/01/2015, p. 42), sobre a sua relação com José Carlos Bumlai, apontado como intermediador da UTC no Planalto, e um personagem que aparecerá outras vezes nas páginas da revista;

3. na reportagem sobre o suposto enriquecimento ilícito de Taiguara Rodrigues, com contratos no exterior com empreiteiras ligadas ao escândalo da Petrobras, “filho de Jacinto Ribeiro dos Santos, o Lambari, amigo de Lula na juventude e irmão da primeira mulher do ex-presidente” outras vezes chamado de “sobrinho de Lula” (Edição 2415. 04/03/2015, p. 52; Edição 2431 24/06/2015, p. 48 e 49; Edição 2435. 22/07/2015, p. 55);

4. na edição 2416 (11/03/2015) uma reportagem se debruçará sobre a principal estratégia investigativa do juiz Moro, nomeada “*Follow the Money*” e a partir da qual seria só uma questão de tempo chegar a Lula, especialmente após a divulgação da “Lista de Janot”. E,

Incomoda sobremaneira as empreiteiras o fato de, até agora, a roda da Justiça estar girando apenas com o objetivo de puni-las, quando se sabe que o petrolão foi um esquema de origem política da mesma natureza que o mensalão – ou seja, um mecanismo montado pelo governo para a obtenção de recursos ilegais destinados a financiar campanhas eleitorais de candidatos do PT e comprar fidelidade no Congresso de parlamentares da base de apoio [...] nos dois esquemas de corrupção, a participação de empresas privadas (bancos e agências de publicidade no mensalão e empreiteiras no petrolão) foi decisiva para o desvio de dinheiro público. Não seria apenas ingênuo, mas um erro

colossal, imaginar que as empresas privadas poderiam ter sido ao mesmo tempo arquitetas e operadoras do mensalão e, agora, do petrolão. Nenhum dos dois escândalos teria sido possível sem a atuação dos diretores de estatais indicados pelo partido do governo (Edição 2406. 31/12/2014, p. 20).

Com uma argumentação geral de que o sucesso e a incorporação constante de novas empreiteiras acabaram levando o cartel ao fracasso, a reportagem da edição 2419 (01/04/2015 p. 52) destaca o acordo de leniência que executivos da Setal (prestadora de serviços da Petrobras) assinaram com o Cade. O embrião desse cartel teria surgido nos anos 1990, aumentado um pouco no segundo mandato de FHC, mas, “sem hierarquia, nem sempre conseguia fraudar as licitações” (p. 53), tendo se consolidado o cartel com Duque e Paulo Roberto Costa, já no segundo mandato de Lula;

5. na reportagem da edição 2430, de 17 de junho de 2015, que trata do recebimento por parte do Instituto Lula – financiando principalmente palestras do ex-presidente – de “uma fortuna” vinda de empreiteiras envolvidas no *Petrolão*, de acordo com “documentos em poder das autoridades” (p. 52). Algo também discutido edição 2409 (21/01/2015, p. 51) que trata agora de como a empresa do ex-presidente, a LILS, que gerencia suas palestras, faturou 27 milhões em quatro anos, sendo que 10 milhões vieram de empresas que estão sendo investigadas pela *Lava-Jato*. Um dado vindo de um relatório do COAF a que *Veja* teve acesso. A questão de que empreiteiras teriam feito pagamentos ao Instituto Lula retorna na edição 2436 (29/07/2015, p. 58 a 61).

A questão retorna na edição 2452, acerca das investigações feitas pela Operação *Lava-Jato* envolvendo o ex-presidente e a Odebrecht¹³⁷:

a empresa foi parceira preferencial do governo Lula, quando fechou contratos bilionários com a Petrobras. Ela também manteve a parceria com Lula mesmo depois de ele deixar o cargo. O ex-presidente recebeu 4 milhões de reais da empresa, oficialmente como pagamento de palestras. As entranhas da relação entre Lula e a Odebrecht são um dos mais bem guardados segredos do Brasil (Edição 2452. 18/11/2015, p. 62).

¹³⁷ Tratam em reportagem de ligações entre o Instituto Lula e a Odebrecht, feitas naquele momento pelo preso e então diretor de Relações Institucionais da empreiteira, Alexandrino Alencar (Edição 2432. 01/07/2015, p. 50).

6. em reportagem sobre uma investigação e consequente prisão do ex-ministro português José Sócrates, que tem o envolvimento de personagens do *Petrolão*, como Marcelo Odebrecht, e,

Para tentar esclarecer alguns mistérios, investigadores brasileiros enviaram a Portugal três pedidos de cooperação nas apurações que correm em Brasília e Curitiba. Desde a eclosão do escândalo do mensalão, em 2005 – Lula era presidente e Sócrates o primeiro-ministro (Edição 2442.09/09/2015, p. 53 e 54).

No passo a passo do acompanhamento¹³⁸ da *Lava-Jato* em uma linearidade que se torna cada vez mais substantiva, na medida em que vai incorporando outros elementos no decorrer das investigações, a revista traz uma reportagem de capa sobre o aniversário de 35 anos do PT, que teria sido ofuscado pelas torrentes de denúncias vindas de Barusco. Em editorial, traz um histórico do partido com seus ideais autodevorados e um balanço da operação, que

Apurou que a organização criminosa instalada na Petrobras loteou as diretorias. Uma servia ao PMDB, outra ao PP e demais partidos da base aliada. A diretoria de Serviços, comandada por Renato Duque e Pedro Barusco, era exclusiva do PT [...] Barusco estima que o PT tenha tirado em dez anos meio bilhão de reais em propinas cobradas por ele e Duque das empreiteiras investigadas no escândalo do petrolão (Edição 2412. 11/01/2015, p. 08).

Novamente no subtítulo da reportagem de capa são enfáticos em dizer que: “o PT desviou meio bilhão de reais dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos. O dinheiro foi usado, entre outras coisas, para financiar as campanhas eleitorais do partido de 2010 a 2014” (Edição 2412. 11/01/2015, p. 47) – sem mencionar a fonte de acusação e mesmo de investigação. Somente após descreverem o funcionamento do quartel-general de Curitiba, em como estão investigando personagens como Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento, e sobre o recente depoimento de Vaccari, é que escrevem sobre a delação de Barusco datada de novembro de 2014, mas vinda a público somente agora.

E a ligação com o financiamento eleitoral do PT é assim construída pela revista:

¹³⁸ Paralelamente aos já citados agendamentos do *Petrolão*, a partir da edição 2430 (17/06/2015, p. 60) os negócios de Eike Batista no âmbito da CPI da Petrobras começam a repercutir em *Veja*, sendo tratada, nessa edição, a partir de uma suposta ajuda de um sócio de José Dirceu nas tratativas de um contrato milionário com a estatal.

O ex-gerente declarou que, em 2010, o então diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, solicitou ao representante da empresa holandesa SBM no Brasil, Júlio Faerman, 300.000 dólares para a campanha petista daquele ano “provavelmente a pedido de João Vaccari Neto, o que foi contabilizado pelo declarante à época como pagamento destinado ao Partido dos Trabalhadores”. Em 2010, Dilma Rousseff disputou e conquistou o primeiro de seus dois mandatos presidenciais. A situação do tesoureiro do PT deve se agravar nos próximos dias com o avanço das negociações da delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC. Pessoa coordenava o “clube do bilhão”, o grupo das empreiteiras que desfalcava a Petrobras. Vaccari recorria a ele com frequência para resolver os problemas de caixa do PT. Os dois conversaram várias vezes no ano eleitoral de 2014. Num desses encontros, segundo integrantes da investigação que ouviram uma prévia das histórias pouco edificantes prometidas por Pessoa, Vaccari negociou com a UTC o recebimento de 30 milhões de reais em doações eleitorais. Cerca de 10 milhões de reais seriam destinados à campanha à reeleição de Dilma Rousseff. Os 20 milhões restantes, distribuídos por Vaccari ao PT e aos partidos da base aliada. A lei não impede a doação privada, desde de que declarada – ou feita por dentro, como se diz o jargão. O problema é que, segundo depoimentos formais, como os prestados pelo doleiro Alberto Youssef e pelo empresário Augusto Mendonça, as fornecedoras da Petrobras doaram às campanhas petistas e aliadas dinheiro surrupiado da estatal. O que entrou oficialmente nos cofres do PT foi produto do roubo planejado e executado pelo partido. A propina foi institucionalizada para ganhar ares de legalidade e burlar a fiscalização da Justiça Eleitoral. Nunca antes na história deste país a ousadia foi tamanha (Edição 2412. 11/01/2015, p. 48 e 49).

Também foram citados como recebedores de propinas a partir da delação de Barusco o ex-diretor de Serviços, Renato Duque, e o ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró, que seria preso nos próximos dias (Edição 2409. 21/01/2015, p. 48) por ocultamento de patrimônio. A Cerveró a revista ainda vai dedicar editorial e reportagem da edição 2428 (03/06/2015, p. 10 e p. 98), com ênfase no papel investigativo (vemos novamente o acionamento do pacote interpretativo “ator político”) por ela desempenhado na história brasileira, já que em sentença condenatória o próprio Moro argumenta que o ex-diretor da Petrobras cometeu o crime de lavagem de dinheiro, como foi originalmente revelado por *Veja*.

E no mesmo enquadramento de citar partes de delações ainda em fase de negociação, a revista diz que Cerveró está prestes a revelar uma parte desconhecida da história, sobre como propinas pagas por empresários foram destinadas ao pagamento de despesas da reeleição de Lula (Edição 2439. 19/08/2015, p. 48).

Na edição seguinte a revista traz em uma reportagem as seis folhas de caderno escritas por Pessoa e obtidas por *Veja*, e que ligaria “os contratos sob suspeita ao caixa de campanha da presidente Dilma” (Edição 2412. 11/01/2015, p. 38), dizendo, entre outras coisas, que o esquema é bem maior do que se imagina. Além da coluna de J.R. Guzzo, que, a partir da contextualização do “assalto aos cofres da Petrobras”, fala sobre a ineficiente tentativa do PT de impedir a vitória de Eduardo Cunha (na seção Radar esse comportamento é reiterado, p. 39).

Ainda sobre o novo presidente da Câmara, a revista ressaltará que as relações entre o seu partido e o PT não estão nada boas, já que eles escolheram “trabalhar deliberadamente pelo esfacelamento do PMDB. O PMDB não tem dúvida disso, e o resultado é uma união interna como nunca vista antes. Vamos enfrentar essa disputa” (Edição 2412. 11/01/2015, p. 12). Entre outros assuntos, o parlamentar discorre sobre como agirá nos casos de pedidos de cassação: seguindo estritamente o regimento, em suas palavras; e diz nunca ter ouvido falar dos esquemas de corrupção da Petrobras (o mesmo sendo dito pelo governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, em entrevista à edição 2413. 18/02/2015, p. 13), sendo que o problema central é a Lei de Licitações datada do período de FHC.

Mantendo ativa a cobertura do *Petrolão* na edição 2413 (18/02/2015, p.41), a revista *Veja* traz uma matéria que relata uma suposta reunião entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um “advogado de uma empreiteira envolvida no escândalo e um conselheiro do governo especializado em ações de bastidores no Judiciário” – não diz quando a reunião aconteceu, pois não consta na agenda oficial do ministro, mas que a sua ocorrência foi sabida nos corredores de Brasília e nos escritórios de advocacia. O ministro teria supostamente dito aos advogados – Sérgio Renault e Sigmaringa Seixas – que as “investigações da Lava-Jato sofrerão uma reviravolta logo depois do Carnaval” (p. 42). O mesmo assunto retorna na edição seguinte a partir de críticas feitas por Moro e Barbosa ao ministro por essa suposta fala que não foi pública, mas oriunda de um boato.

E argumentam que “Cardozo se lançou numa ofensiva para acalmar as construtoras acusadas de envolvimento no petrolão, que, conforme VEJA revelou, ameaçam implicar a presidente Dilma Rousseff e o antecessor Lula no caso se não forem

socorridas” (Edição 2413. 18/02/2015, p. 43). Por essa razão, segundo a revista, a UTC, a OAS e a Camargo Corrêa teriam recuado nas tratativas de delações premiadas.

José Dirceu retorna nas páginas de *Veja* na tratativa direta do *Petrolão* a partir da delação de Youssef, que, se for confirmada, levará o ex-ministro novamente à Papuda, segundo a revista (Edição 2413. 18/02/2015, p.50). Ricardo Pessoa vai ser o personagem central da edição 2414 (25/02/2015, p. 10) por revelar que “o mensalão e o petrolão têm a mesma origem”. Os destaques trazidos pela própria revista, enumerados abaixo, teriam como fonte uma “investigação do episódio com os mais próximos assessores” (p. 10) do empreiteiro, ou seja, antes mesmo de sua delação:

Figura: Reportagem Edição 2414. 25/02/2015, p. 38



Fonte: Acervo *Veja*.

Uma narrativa mantida nas próximas edições como no destaque da seção Radar: “um interlocutor de Ricardo Pessoa, que o visitou na carceragem de Curitiba há duas semanas, fez a seguinte pergunta ao empreiteiro da UTC: “a quem serve o seu silêncio? A sua mulher e seus filhos ou a João Vaccari Neto, Lula e o PT?”” (Edição 2415. 04/03/2015, p. 36).

Importante destacar que na reportagem de capa da edição 2427 (27/05/2015) *Veja* trata dos 10 anos do *Mensalão* – um escândalo superado pelo *Petrolão* – com os dizeres: “a história secreta de como o ex-presidente Lula escapou do escândalo de suborno que levou à prisão congressistas, empresários e toda a cúpula do PT” (p. 41) e que deixou uma lacuna: “o mensalão passou para a história como um crime sem mandante, uma quadrilha sem chefe, um monumental caso de corrupção comandado por geração espontânea. O topo do organograma ficou vazio” (p. 48). E continuam:

O escândalo de corrupção da Petrobras, sabe-se hoje, funcionava desde o início da década passada [...]. O mensalão e o petrolão faziam parte de uma única estratégia: a de transformar o domínio sobre os grandes orçamentos da máquina federal, com seus contratos polpudos, em um meio de obter dinheiro fácil para o financiamento do projeto de poder do partido e, sempre que possível também para o enriquecimento pessoal de seus comandantes [...]. A quadrilha foi apanhada de novo. Os chefes continuam ocultos (Edição 2427. 27/05/2015, p. 50).

O enquadramento da construção de um projeto de poder que se sustenta pelo pagamento constante de aliados, tendo a corrupção como uma estratégia que se materializa no “maior escândalo de corrupção” do Brasil, o *Petrolão*, vai ser retomado em diferentes conteúdos, como em reportagens das edições 2435 (22/07/2015, p. 44), 2457 (23/12/2015, p. 62) e na coluna de J.R. Guzzo (edição 2450. 04/11/2015, p. 54).

Em reportagem da edição 2420 (08/04/2015), *Veja* discorreu sobre a possível soltura do “amigo do ex-presidente Lula e considerado o chefe do clube que fraudava contratos na Petrobras” (p. 54) – Ricardo Pessoa –, o mesmo que já havia dito, segundo revelações da revista, ter pagado despesas pessoais de Dirceu, financiado a campanha à reeleição de Dilma, com participação de Jacques Wagner e Edinho Silva, e que agora ameaça contar às autoridades detalhes do *Petrolão*¹³⁹. E, reiterando a proximidade de Pessoa com Lula, dizem:

Em depoimentos formais, delatores e operadores já haviam dito que os cofres da empresa eram surrupiados como forma de levantar recursos para comprar apoio partidário ao governo. O quebra-cabeça estava quase montado. Faltava, no entanto, que um grande empreiteiro informasse quem ordenara essa transação criminosa. Faltava a identificação do chefe, do cabeça, do responsável pelo desfalque bilionário (Edição 2420. 08/04/2015, p. 52).

A lógica de publicizar vazamentos seletivos e em tons de originalidade será frequente nas páginas de *Veja*. Listamos abaixo alguns conteúdos jornalísticos com essa característica central, além da já analisada anteriormente sobre Ricardo Pessoa:

¹³⁹ Em reportagem da edição 2428, de 3 de junho de 2015, vão tratar novamente das suspeitas de irregularidades na reeleição de Dilma e de Fernando Pimentel em Minas Gerais, destaque para o governador que voltará às páginas da revista nas edições 2429 e 2452. Na edição 2468, a revista trata de supostos repasses clandestinos de remessas de dinheiro das empreiteiras para a campanha de Rui Costa na Bahia.

1. reportagem sobre informações que o presidente da Camargo Corrêa fornecerá aos investigadores da *Lava-Jato* em suas próximas delações, acerca de propinas oferecidas em troca da participação nas obras da usina de Belo Monte (Edição 2416. 11/03/2015, p. 56 e 57);

2. reportagem da edição 2417 (18/03/2015, p. 60) sobre as declarações de Barusco na CPI da Petrobras, em que o “delator confirma que o esquema da Petrobras só foi montado no governo Lula e que houve doação clandestina para a campanha presidencial do PT”. Na edição 2449 (28/10/2015, p. 46) a CPI é tida como uma investigação sem resultados;

3. reportagem da edição 2425 (13/05/2015, p. 60) que trata de uma lista de clientes de Palocci envolvidos no *Petrolão*, e a que *Veja* teve acesso.

A midiaticamente conhecida “Lista de Janot”, elaborada pelo procurador-geral da República que a nomeia, oriunda das delações de Youssef e Paulo Roberto Costa, teve ampla repercussão nos meios políticos (Edição 2416. 11/03/2015, p. 58), segundo a revista, por trazer à tona “nomes de políticos acusados de se aliar a diretores da Petrobras e construtoras para assaltar os cofres da estatal”, sendo os citados: “34 deputados e ex-deputados e doze senadores, incluídos o presidente do Senado, o presidente da Câmara e ex-ministros de Lula e Dilma [...] políticos de cinco partidos – PT (08), PMDB (7), PP (32), PSDB (1) e PTB (1)”, ficando destacados nas duas primeiras páginas os nomes, fotos e descrição de Renan Calheiros, Eduardo Cunha, João Vaccari Neto e Gleisi Hoffman (Edição 2416. 11/03/2015, p. 49).

Sobre a ausência de Lula e Dilma nessa lista de investigados, *Veja* responde:

O ex-presidente, até onde se sabe, ainda não é investigado. Caso os investigadores decidam fazê-lo, a apuração acontecerá no âmbito da Operação Lava-Jato no Paraná, já que ele não tem mais direito a foro privilegiado [...] a presidente Dilma tem imunidade temporária. Ela só pode ser processada por fatos atinentes ao seu mandato. Isso, porém, não significa uma declaração de inocência. Ela poderá ser investigada e denunciada ao fim do mandato, ou antes, caso se comprove que usou o cargo para beneficiar a quadrilha ou recebeu vantagem (Edição 2416. 11/03/2015, p. 53).

A narrativa direta do *impeachment* de Dilma Rousseff surge pela primeira vez nas páginas de *Veja* pela coluna de Maílson da Nóbrega, na edição 2414 (25/02/2015, p. 22),

intitulada “Sobre o impeachment”, que é “um recurso legítimo e constitucionalmente válido para descontinuar más administrações. É um processo político. Não requer prova inequívoca, típica de casos que envolvem crime. Indicações de que o dinheiro da corrupção na Petrobras serviu para financiar a campanha eleitoral de Dilma bastariam”. Dias depois, o mesmo colunista retoma essa argumentação:

Não há condições para o impeachment, à falta de prova dela no petrolão e porque a medida exige o apoio de mais de dois terços das duas Casas do Congresso, o que dificilmente existiria. Certo, o impeachment mostraria a força das instituições, pois ocorreria na forma da lei e sem maiores traumas políticos, como no caso de Collor. Mas a paralisia política durante o processo pioraria a economia e o pessimismo (Edição 2420. 08/04/2015, p. 30).

Uma tempestade perfeita, oriunda de uma crise econômica, social e política somada a uma tensão que se alastra pelas nas redes sociais, paira sob a presidente, segundo editorial da edição 2416 (11/03/2015, p. 12), e ela pode não conseguir afastar o *impeachment*, já que os níveis de sua popularidade só caem (seção Radar Edição 2416. 11/03/2015, p. 42), além dos atritos com seu vice, Temer (Radar. Edição 2416. 11/03/2015, p. 42).

O imbricamento entre crise econômica, inabilidade política, corrupção na Petrobras e impopularidade, vista nas manifestações das ruas e das redes tecnossociais em torno de um possível *impeachment*, será cada vez mais manifesto nas análises sobre as ações de Dilma. Nomearemos essa adjetivação discursiva de Dilma no contexto do *impeachment* de **eixo interpretativo crise econômica / corrupção / inabilidade / impopularidade**.

Nesse sentido a revista chega a fazer uma reportagem com o histórico de processos de *impeachment* no continente americano pós-redemocratização, com destaque para os casos Collor e Nixon (Edição 2417. 18/03/2005, p. 46 e 47). E tanto o editorial (p. 12) quanto a reportagem de capa de mesma edição (p. 42) destacam que “as manifestações de domingo vão jogar mais gasolina na fogueira”, que se acendeu com o pannelo durante o pronunciamento da presidente no dia internacional da mulher e, “a partir do recado das ruas, governo e oposição acertarão suas posições e escolherão as armas com que vão lutar” (p. 45), na esteira das “primeiras manifestações genuinamente populares desde o Movimento das Diretas Já”, segundo complemento do colunista J.R. Guzzo (p. 58).

Em reportagem da edição 2422 (22/04/2015, p. 59), trazem a manchete de que “as manifestações anti-Dilma, o enfraquecimento de Lula e o receio de ver a concorrência ocupar o posto de porta-voz da oposição levam o PSDB a apoiar o impeachment” – por crime de responsabilidade, ou por crime eleitoral.

Lembrando que:

A manchete principal é sempre uma decisão editorial estratégica (pressupondo uma função de *gatekeeper*) que seleciona fatos, acontecimentos e personagens para oferecer para o leitor o que o jornal considera ser o principal assunto do dia. Há, assim, nesta escolha, primeiro um processo de seleção, hierarquização e ênfase e, depois, de enquadramento (o ângulo da notícia), que revela, de modo sintético, como o jornal [ou revista] trata a manchete (MCCOMBS, 2004, p. 118 e 119).

Embora esse ainda não seja um posicionamento definitivo, já que em reportagem posterior é manifestado o pedido de FHC e de outros integrantes do PSDB, como Aécio, Alckmin e Serra à Dilma: “faça um ‘gesto de grandeza’ e renuncie ao cargo” (Edição 2440. 26/08/2015, p. 60). E em reportagem da edição 2452 (18/11/2015, p. 47) tenham decidido, capitaneados por Aécio, não apoiar o *impeachment* a qualquer custo, o que significaria apoio a Eduardo Cunha e às chamadas “pautas bombas” – fiscalmente contrárias ao ideário peessedebista segundo a revista.

Essas aparentes indefinições, ou mesmo contradições, são estratégias de negociação política, de estabelecimento de aliados em torno de uma única pauta que é a saída de Dilma, por renúncia ou por *impeachment*, algo que foi sendo construído desde o resultado das urnas em 2014, tanto pelo PSDB quanto pela própria *Veja*. Importante destacar que semelhante a um enquadramento “corrida de cavalos”, *Veja* vai acompanhando as pesquisas que indicam que Dilma está cada vez mais impopular e que aumenta o percentual de brasileiros favoráveis a seu impedimento (Edição 2436. 29/07/2015, p. 41).

Em resposta à nota oficial expedida meses antes pelo diretório nacional do PT, que alerta sobre o avanço da direita, do conservadorismo e do reacionarismo, J.R. Guzzo, em sua coluna, advoga sobre a legitimidade desse ideário e complementa, quase como se fosse um desvio de atenção:

O PT, incluindo Lula, e a nebulosa que se chama “esquerda”, incluindo os “movimentos sociais”, são obviamente minoritários nas ruas. Não conseguirão, nem hoje, nem amanhã, colocar em praça pública nada remotamente comparável às multidões de março e abril. Mais de 60% dos brasileiros se declaram a favor do impeachment da presidente da República por considerá-la cúmplice da corrupção na Petrobras, ou omissa; outros tantos acham que seu governo é ruim ou péssimo (Edição 2423. 29/04/2015, p. 69).

“Não há agenda positiva planejada pelos marqueteiros oficiais que resista à realidade do maior esquema de corrupção da história do Brasil. Dilma está acossada pelo avanço das investigações do petrolão e pelos números pífios da economia” (Edição 2418. 25/03/2015, p. 54). Nesse contexto, Cunha ganha ampla visibilidade nas páginas de *Veja*, lhe rendendo um editorial (p. 12) e uma reportagem de capa da edição 2418 (25/03/2015, p. 50 a 56) que não deixa de citar as últimas notícias envolvendo Vaccari, Duque (preso novamente), Dirceu (com reportagem dedicada exclusivamente a ele nas páginas 64 e 65) e Lula.

Além do enquadramento do fortalecimento de Cunha, outro será trabalhado de forma paralela e ganhará cada vez mais espaço nas páginas de *Veja*, a exaltação das manifestações anti-Dilma: em editorial; reportagem sobre como funciona o processo de *impeachment* (p. 58 e 59); em coluna de J.R. Guzzo (p. 114); e na entrevista com Rogerio Chequer, nomeado líder do Vem pra Rua e personagem fundamental na mobilização que levou às manifestações. Abaixo destacamos alguns trechos:

Nós do Vem pra Rua, decidimos pelo seguinte caminho: em vez de tentarmos enumerar todos os erros do PT, apenas chamamos as pessoas para manifestar a sua indignação. Conseguir pôr esse sentimento para fora já é fascinante. Agora, precisamos trabalhar para que não ocorra o que se deu em 2013, quando “o gigante acordou”, mas logo dormiu de novo [...] não somos contra o impeachment. O correto é dizer que não somos a favor dele agora. É algo que ainda não tem sustentação jurídica, já que até agora não se conseguiu provar o envolvimento da presidente no petrolão. A possibilidade sempre vai estar no nosso radar. Mas não queremos desperdiçar a energia das pessoas (Edição 2418. 25/03/2015, p. 20 e 21).

A prática convocatória de *Veja* contra o PT e pela saída de Dilma começa a se evidenciar em suas páginas de forma constante e pujante. Como em editorial e reportagem

de capa da edição 2421 (15/04/2015), que apresenta a renúncia como uma possibilidade diante da desmoralização nas ruas e da constituição de um “parlamentarismo branco”, ou informal – com disputas de protagonismo por parte de Temer, Cunha e Renan – e que deve a sua existência a três fenômenos de desaparecimento:

O do PT, esfacelado pela corrupção everestiana de sua cúpula. O de Dilma, recolhida a um exílio forçado por despertar a ira dos brasileiros, que lhe devotam a mais baixa taxa de aprovação por ter-lhes mentido sem dó na campanha eleitoral de 2014. O terceiro desaparecimento é o de Lula. As pesquisas mostram que o ex-presidente estaria no lucro se tivesse sido esquecido. Mas ele é lembrado. Mas é lembrado como o político responsável pelo caos econômico atual e patrono da corrupção institucionalizada no Brasil (Edição 2421. 15/04/2015, p. 48).

Embora mencionem em outra reportagem de mesma edição essa pesquisa não dizem a fonte, qual instituto a realizou, como e quando foi feita.

O enquadramento de que o PT está sucumbindo ficará cada vez mais constante como na manchete de capa “dois tesoureiros presos, um ex-presidente acuado, uma presidente que terceirizou o poder, bancadas parlamentares envergonhadas e um escândalo atrás do outro. Nem o PT resiste” (Edição 2422. 22/04/2015), um diagnóstico que é minuciado em editorial de mesma edição (p. 13). Lembrando que um dos tesoureiros é Vaccari, “homem de confiança de Lula”, o outro é Delúbio, preso na esteira do *Mensalão*.

A prisão de Vaccari, segundo a revista, poderia invalidar a reeleição de Dilma, caso fique provado o uso de financiamento irregular, algo já antecipado por Barusco e que poderá ser confirmado por Pessoa em delação ainda em negociação (Edição 2422. 22/04/2015, p. 52 e novamente na edição 2452. 18/11/2015, p. 50 e 51). Ou mesmo pelo lobista Fernando Baiano, que, segundo averiguação da revista sobre delação premiada em negociação, diz ter “participado pessoalmente da operação que levou 2 milhões de reais à campanha petista” (Edição 2444. 23/09/2016, p. 48).

Será por Vaccari que o termo “pixuleco¹⁴⁰” se tornará conhecido e amplamente citado por *Veja*, sendo uma referência “à propina que o PT cobrava em órgãos ligados ao

¹⁴⁰ Esse termo originará um boneco inflável de Lula vestido de presidiário e presente constante em manifestações contra o ex-presidente e contra o PT. Ver mais em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-estrada-com-pixuleco/>. Acessado: nov. 2019.

governo” (Edição 2439. 19/08/2015, p. 42; Edição 2454. 02/12/2015) e que por fim deu nome a uma operação da PF que visava investigar a ramificação “da gigantesca estrutura de corrupção montada pelo PT”, dessa vez no Ministério do Planejamento, então comandado por Paulo Bernardo, esposo da ex-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman (p. 44; e Edição 2441. 02/09/2015, p. 50 e 51).

O agendamento da rede de acusados do esquema do *Petrolão* terá um enquadramento constante – a narrativa de relacionar alguns dos presos à intencionalidade de fazer uma delação premiada, e que essa chegará ao PT, e ao final a Lula –, como em relação à Léo Pinheiro, da OAS (Reportagem de capa. Edição 2423. 29/04/2015, p. 50 a 57).

Nessa mesma reportagem há a menção a três casos que podem incriminar Lula, e que “foi com base nas anotações de Léo Pinheiro que VEJA pautou a reportagem que aparece nessas páginas. Foi possível confirmar a maior parte das suspeitas que as anotações do preso levantam” (Edição 2423. 29/04/2015, p. 56) (os casos são retomados na edição 2424, 2430, 2435, 2436, 2446, 2450, 2463, 2466, 2467):

a) a reforma do sítio de Atibaia, que estaria no nome de sócios Fábio Luís da Silva, o Lulinha, mas que teria o próprio Lula como beneficiário, segundo afirmação da revista;

b) a posse do triplex do Guarujá;

c) a relação com Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, que é acusada de corrupção passiva e tráfico de influência;

E outros três casos são acrescentados em edições seguintes:

d) a suposta proximidade entre Lula e lobistas na compra de medidas provisórias (Edição 2462. 27/01/2016, p. 49);

e) sendo o quinto caso a questão que:

Lula defendeu os interesses da empreiteira Odebrecht em países da América Latina e da África. Usou sua influência e prestígio para viabilizar contratos em Cuba, Angola, Venezuela, Bolívia e Panamá – e era remunerado por palestras pagas pela empresa (Edição 2435. 22/07/2015, p. 54).

A revista é assertiva em dizer que “Lula fez fortuna dando palestras aos empresários do petrolão [e] atualmente gasta boa parte de sua lábia depondo na polícia” (Edição 2460. 13/01/2016, p. 42).

f) o suposto favorecimento de seus familiares, como seus filhos Fábio Luís da Silva (na empresa Gamecorp, que teve participação adquirida pela antiga Telemar, que por sua vez tem a Andrade Gutierrez como uma de suas controladoras – Edição 2463. 03/02/2016), além de Lulinha e Lurian (Edição 2431. 24/06/2015, p. 48 e 49)¹⁴¹.

Em edição posterior a revista trará o que diz ser a síntese dos segredos revelados por Léo Pinheiro no contexto do *Petrolão*: uma “lista dos políticos que receberam propina. Os negócios milionários do filho de Lula (retomado na edição 2451. 11/11/2015). Despesas pessoais do ex-presidente foram pagas pelas empreiteiras. Lula sabia do esquema de corrupção da Petrobras” (Edição 2436. 29/07/2015, p. 51). Assim, nas oito páginas que se seguem, a revista trata o que o executivo da OAS possivelmente dirá em delação premiada que até o momento somente foi oferecida ao Ministério Público Federal (Edição 2436. 29/07/2015, p. 52. Reiterado na edição 2437. 05/08/2015, p. 64).

Fernando Baiano retornará nas páginas de *Veja* ao dizer que o pecuarista José Carlos Bumlai, que, além de ter agido como captador de propinas para Lula e de ter ajudado o seu filho, Fábio Luís, era o “homem que representava os interesses do ex-presidente no esquema de corrupção da Petrobras” (Edição 2448. 21/10/2015, p. 56), novamente na seção Radar da edição 2450 (04/11/2015, p. 41) e em editorial da edição 2454 (02/12/2015, p. 10).

Beneficiário de uma vigorosa evolução patrimonial, o filho mais velho de Lula ainda posa de entusiasta do comunismo. Muito adequado para quem fez fortuna à custa de empresários que assaltaram os cofres públicos, assim como o pai (27 milhões de reais) e o irmão mais novo (2,5 milhões). O duplo X (Edição 2463. 03/02/2016, p. 47).

Além de retomar constantemente os demais casos, o midiaticamente conhecido “Tríplex do Guarujá” começará a receber mais atenção de *Veja* a partir da edição 2446 (07/10/2015), quando, em reportagem de 06 páginas, buscam demonstrar, a partir de documentos aos quais teve acesso, mas que não são apresentados ao leitor, que “a reforma do apartamento tríplex do ex-presidente – que incluiu a instalação de um elevador privativo – foi paga por uma das empreiteiras envolvidas no escândalo de corrupção da

¹⁴¹ Na edição 2455 (09/12/2015, p. 96) a revista traz uma reportagem sobre o filho caçula de Lula, Luís Cláudio, e a suposta relação que este teria com empreiteiras ligadas ao petrolão e lobistas que atuaram nas obras para a Copa Mundial de Futebol e para as Olimpíadas. Novamente na edição 2456 (16/12/2015) e na 2465 (17/02/2016) no âmbito da Operação da Polícia Federal intitulada Zelotes, portanto, não é parte de nosso *corpus* de análise.

Petrobras” (p. 57), a OAS. Lula ainda é comparado com outro presidente: “[...] Collor resistiu até o momento em que se descobriu que o dinheiro sujo captado por seu tesoureiro financiara as despesas de sua família, o carro que ele usava e uma milionária reforma na Casa da Dinda, a residência particular do ex-presidente em Brasília” (p. 61).

Inimigo visceral de Lula e do PT nos anos 90, o ex-presidente **Fernando Collor** converteu-se gostosamente em um dos principais fiéis aliados de Lula e do PT quando retornou à política como senador. A reviravolta teve um preço: um feudo milionário na Petrobras. No controle de duas diretorias da BR Distribuidora, uma subsidiária da estatal, Collor estabeleceu o próprio balcão de negócios do petrolão (Edição 2435. 22/07/2015, p. 44).

O enquadramento de associação entre Collor, Lula e Dilma é constante nas páginas de *Veja*:

Figura: Reportagem Edição 2435. 22/07/2015, p. 47



Fonte: Acervo *Veja*.

Dos cinco casos acima citados, o Tríplices e sítio de Atibaia aparecem cada vez mais articulados:

Na semana passada houve um novíssimo desmentido, também embalado por evidências incontornáveis. Lula passou o ano de 2015 negando ser o dono de um apartamento tríplices de 297 metros quadrados em um prédio de frente para

o mar do Guarujá, em São Paulo, construído e reformado sob medida pela OAS, uma das principais empreiteiras do petrolão [...]. O edifício àquela altura, era uma obra da Bancoop, a cooperativa ligada ao PT que, sob o comando do notório João Vaccari Neto, tesoureiro do partido, foi à bancarrota depois de se transformar em uma sucursal dos malfeitos petistas. Com a falência da Bancoop, mais de 3.000 famílias ficaram sem receber os imóveis negociados com a cooperativa. O mais ilustre dos petistas, porém, não ficaria no prejuízo. Como VEJA revelou em abril, após um pedido feito pelo próprio Lula a Léo Pinheiro, seu amigo e o principal executivo da OAS, a empreiteira não apenas assumiu a construção do prédio como ofereceu uma atenção especial, repleta de mimos, à unidade reservada para o ex-presidente [...]. Uma investigação do Ministério Público de São Paulo colheu depoimentos de diferentes testemunhas que atestam que o apartamento do edifício Solaris foi, sim, construído para a família do ex-presidente [...]. Como VEJA revelou, a OAS bancou ainda a reforma do sítio que a família frequenta em Atibaia (SP) (Edição. 2459. 06/01/2016, p. 33 a 35).

Embora não seja impossível a Moro chegar aos “chefes da quadrilha” (Edição 2424. 06/05/2015, p. 40), ficou mais difícil para o juiz chegar a esse “juízo final”¹⁴² – nome da operação que prendeu preventivamente dirigentes das empreiteiras, mas “ele ainda tem munição contra a ‘macrodelinquência’ dos governos do PT” (Edição 2445. 30/09/2015, p. 64). Isso porque “Ricardo Pessoa, dono da UTC, e Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, ameaçavam envolver o ex-presidente Lula, a campanha da presidente Dilma Rousseff e dois ministros de Estado na cadeia de comando do petrolão” (Edição 2424. 06/05/2015, p. 43; Edição 2426. 20/05/2015, p. 52 e 53).

A revista, em editorial, pondera contra a soltura de nove presos em Curitiba por parte do STF e uma defesa consistente em relação à atuação de Sérgio Moro, “o corajoso e tecnicamente correto” juiz da Lava Jato:

Prisão preventiva não é punição. Seu relaxamento, portanto, nada tem a ver com impunidade. Os processos contra os acusados continuam em sua fase final na corte do juiz Sérgio Moro, que os sentenciará pesadamente, como permitem concluir as montagens de provas reunidas contra eles e seus cúmplices nas estatais e nas altas esferas políticas (Edição 2424. 06/05/2015, p. 10).

¹⁴² Além do agravante da proximidade pessoal do ministro Dias Toffoli e Léo Pinheiro na circunstância do julgamento do *habeas corpus* (Edição 2424. 06/05/2015, p. 48 e 49) e da sindicância aberta pela corregedoria da PF em torno de agentes e delegados da *Lava-Jato*, de conhecimento do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e que tem como alvo o juiz Moro (Edição 2426. 20/05/2015, p. 46) e podem tumultuar a *Lava-Jato* (Edição 2427. 27/05/2015, p. 51).

Assim,

A estratégia do juiz da Lava-Jato, inspirada no sucesso da faxina contra a corrupção na Itália dos anos 90, estava apoiada em três pilares: prisão, delação e divulgação. Vinha funcionando extraordinariamente bem, mas a libertação dos empreiteiros rompe o “círculo virtuoso” (Edição 2424. 06/05/2015, p. 53).

Se até a publicação da edição 2431, de 24 de junho de 2015, o desvendamento da “cadeia de comando” estava nas mãos de Pessoa e Léo Pinheiro, segundo visualizamos nas próprias páginas de *Veja*, com a prisão de Marcelo Odebrecht, no chamado “dia D da operação do juiz Moro”, e de Otávio Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, fica-se a “um passo de Lula” (p. 46).

Resta pegar a estrela principal do firmamento governista. Os procuradores e os delegados têm elementos suficientes para desconfiar que a estrela dava expediente no Palácio do Planalto [...] segundo o Ministério Público, o esquema de desvio de recursos da Petrobras passou a funcionar de forma organizada em 2004, no primeiro mandato de Lula. Todos os diretores da estatal presos e investigações por participação no esquema foram nomeados pelo petista (p. 50).

E “quem seria capaz de imaginar que Marcelo Odebrecht pudesse ser preso? Parecia impossível, mas aconteceu. Lula, de repente, percebe que não pode mais contar com o impossível”, vaticina J.R. Guzzo (Edição 2432. 01/07/2015, p. 98). Mas Ricardo Pessoa, sendo ainda uma peça nessa conquista, não tarda a retornar nas principais manchetes de *Veja*:

Figura: Capa Edição 2432. 01/07/2015



Fonte: Acervo *Veja*.

Reforçando uma construção identitária de ser reconhecida pelos leitores, mas também por agentes de outras esferas societárias, como um ator político fundamental na democracia brasileira, pois concretiza a missão de desvendar os segredos obscuros do Estado, coloca em editorial a seguinte exaltação de seu papel:

O jornalismo de VEJA esteve na vanguarda da apuração de todos os grandes estremecimentos políticos do Brasil contemporâneo [...] desde que os procuradores, os policiais federais e o juiz Sérgio Moro começaram a iluminar os labirintos escuros do esquema de corrupção da Petrobras, os leitores da revista foram os primeiros a saber das grandes revelações do que viria a celebra-se como Operação Lava-Jato [...] entre tantas descobertas, VEJA noticiou com exclusividade o conteúdo das delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, e do doleiro Alberto Youssef. Uma reportagem especial desta edição dá sequência a esses feitos, com a revelação dos espantosos relatos que compõem a delação do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, homologada na semana passada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (Edição 2432. 01/07/2015, p. 10).

“Embora cercado por gente interessada no processo” em uma relação de proximidade com advogados, políticos e lobistas envolvidos na *Lava-Jato*, a revista diz que isso não significa que o ministro relator no STF, Teori Zavascki, irá se corromper (Edição 2451. 11/11/2015, p. 56). O empreiteiro teria divulgado uma lista dos

beneficiários de seus esquemas de desvios de dinheiro da Petrobras, à qual *Veja* disse ter tido acesso com exclusividade. Sobre as campanhas conta sobre o financiamento não declarado à justiça eleitoral (retomado na Edição 2442. 09/09/2015, p. 59).

Figura: Reportagem Edição 2432. 01/07/2015, p. 39



Fonte: Acervo *Veja*.

A ênfase da reportagem de capa recai sobremaneira em Lula a despeito dos demais citados. E em outra matéria de mesma edição emendam com a notícia da perda substantiva de popularidade do PT, e, o que nem o *Mensalão* fez, o *Petrolão* conseguiu (Edição 2432. 01/07/2015, p. 52) reativando um enquadramento que já havia sido corrente durante o escândalo do *Mensalão* e que retorna com o desenrolar do *Petrolão*, a de que o PT exerce uma política patrimonialista, assim:

Desde o começo do primeiro mandato de Lula, em 2003, o PT acostumou-se a tratar a coisa pública como se fosse sua. Essa apropriação indébita não se deu apenas no campo material, como ficou amplamente comprovado nos escândalos do mensalão e do petrolão, entre tantas outras investidas dos militantes sobre o Erário. Ela se manifestou fortemente também na tentativa de pôr as instituições a serviços dos interesses partidários (Edição 2433. 08/07/2015, p. 06).

Na edição seguinte (2433. 08/07/2015), novamente em uma reportagem de capa, a revista traz o arquivo de Pessoa, obtido com exclusividade e que conteria planilhas com

movimentações financeiras destinadas a campanhas eleitorais de diversos partidos, manuscritos de reuniões e de agendas, ou seja, uma documentação capaz, segundo *Veja*, de provar tudo o que o delator disse. Um dos principais personagens tratados por Ricardo Pessoa foi Edinho Silva, então tesoureiro da campanha de Dilma e ministro da Comunicação Social. Além disso, “o empreiteiro apresentou extratos de movimentação de uma conta criada na Suíça para pagar propina. De lá, segundo ele, saíram 2,4 milhões de reais para a campanha de Lula” (p. 40).

Na mesma edição trazem o que julgam ser os principais pontos das delações de dezoito presos¹⁴³ na operação *Lava-Jato* – sendo esse um recurso editorial capaz de provocar uma familiaridade em relação ao evento nos leitores pela reativação de uma memória coletiva, já que através do agendamento constante mantêm a pauta sempre “quente”:

O esquema do petrolão começou no governo Lula: é o que disseram os delatores Augusto Mendonça, Eduardo Leite, Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Ricardo Pessoa.

O esquema continuou no governo Dilma: a afirmação aparece nos depoimentos de Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa, Ricardo Pessoa, Alberto Youssef e Eduardo Leite.

As doações legais do PT, PMDB e PP eram pagamento de propina: a revelação foi feita por Augusto Mendonça, Ricardo Pessoa, Eduardo Leite, Alberto Youssef e Pedro Barusco.

João Vaccari era o interlocutor do PT para tratar do pagamento dos subornos: confirmaram a informação os delatores Ricardo Pessoa, Augusto Mendonça, Alberto Youssef, Eduardo Leite e Pedro Barusco.

José Dirceu manteve consultorias de fachada para tomar dinheiro de empreiteiros: é o que disseram Milton Pascowitch e Ricardo Pessoa (Edição 2433. 08/07/2015, p. 51).

Na seção Radar da edição 2435 (22/07/2015) é dito que a operação *Lava-Jato* está prestes a atingir Renan Calheiros, Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e Eduardo Cunha, a partir de delações de Júlio Camargo (p. 36), além de Dirceu (p. 68 e 69).

¹⁴³ Com “os internos do pavilhão 9” – José Dirceu, João Vaccari Neto, Marcelo Odebrecht (tratado com destaque na reportagem e na capa da edição) – além de outros empresários e políticos, presos da operação *Lava-Jato*, a “tradição de impunidade foi trancafiada” (Edição 2460. 13/01/2016, p. 34) – algo que ocorreu durante os governos de Lula e Dilma nos cofres da Petrobras, segundo a revista que se põe a descrever a rotina desses presos.

Reiteram, em editorial e em reportagem da edição 2440 (26/08/2015), que a sensação de impunidade parece diminuir diante dos desdobramentos da *Lava-Jato*, especialmente após as denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro impingidas a Eduardo Cunha e Collor (p. 49) pela Procuradoria-Geral da República e pela atuação do Judiciário, que faz avançar o Estado de Direito no Brasil (coluna de J.R. Guzzo, p. 56 – algo repetido na entrevista com o jurista Joaquim Falcão na edição 2442. 09/09/2015, p. 20). Além destes, outros 50 políticos estão sendo investigados, mas:

Nenhum dos políticos ou diretores da Petrobras – e até alguns dos empreiteiros acusados na Lava-Jato teria como roubar a empresa se o poder para isso do alto não lhes fora dado. O presidente da República nomeia diretamente o presidente da Petrobras. O executivo federal nomeia o conselho de administração, que, por sua vez, nomeia os diretores. O governo do PT é o sócio majoritário controlador da Petrobras e, portanto, o responsável final pelos desarranjos ocorridos ali nos últimos doze anos. O esquema começou a operar em 2004, no governo Lula, e funcionou, no mínimo até 2012, no governo Dilma – embora haja evidências de que a roubalheira tenha continuado mesmo depois da chegada da polícia (Edição 2440. 26/08/2015 p. 52).

Em editorial, *Veja* se defende do processo que Lula moveu contra a revista e assim o diz:

Está-se diante da manobra de atirar no mensageiro, quando o que se quer suprimir é a mensagem. Se VEJA não tivesse publicado sequer uma linha do que Léo Pinheiro quer contar em sua delação premiada, os fatos relatados aos procuradores permaneceriam os mesmos. Lula estaria no melhor dos mundos se sua maior dor de cabeça fosse a perseguição que imagina mover contra ele a imprensa. Seria uma maravilha para Lula se as reportagens que o incomodam fossem apenas invenções de jornalistas mau intencionados a serviço de causas ingratas. Isso sumiria tão rápido quanto surgiu. Mas, infelizmente para Lula, seu grande problema são fatos produzidos durante seu governo, por pessoas nomeadas por ele, com as quais privou de intimidade e até de amizade e que estão sendo presas ao ritmo de quase uma por semana (Edição 2437. 05/08/2015, p. 10).

Já na edição 2443, de 16 de setembro de 2015, é dito que a Polícia Federal quer interrogar Lula no âmbito do maior escândalo de corrupção do país, o *Petrolão* (p. 64). A

busca por provas que vinculem Lula ao *Petrolão* é uma estratégia editorial consolidada na revista *Veja*, que na edição 2445 (30/09/2015) traz uma matéria de capa e editorial com supostas revelações do ex-deputado Pedro Corrêa que incriminam o ex-presidente, em delação premiada obtida com exclusividade, afirmando que “sempre que tem acesso ao conteúdo de investigações ou processos sigilosos – e VEJA se destaca nessa atividade [...] a responsabilidade pelo sigilo, legal e eticamente falando, é das pessoas encarregadas de protegê-lo” (p. 12).

Trata-se, assim, de dois conteúdos jornalísticos em que Pedro Corrêa nomeia Lula como conhecedor e responsável pelo esquema que terá continuidade no governo Dilma e que serão complementados por outra reportagem de mesma edição que descreve “os presentes que o chefe do clube das empreiteiras oferecia ao ex-presidente Lula para conseguir ‘acesso político, influência e prestígio’” (Edição 2445. 30/09/2015, p. 60).

Figura: Capa Edição 2436. 29/07/2015



Fonte: Acervo *Veja*.

O eixo interpretativo crise econômica/corrupção/inabilidade/impopularidade vai se consolidando como um enquadramento central na narrativa do processo de *impeachment*, sendo que as principais ameaças à continuidade do mandato de Dilma, para *Veja*, são: irregularidades na campanha de 2014; as “pedaladas”, quando “bancos públicos pagaram dívidas do governo, como os repasses do Bolsa Família, sem receber os recursos do Tesouro” (Edição 2434. 15/07/2015, p. 47), medida que provavelmente

levará à rejeição das contas do governo Dilma pelo TCU; e o esquema de corrupção da *Lava-Jato* tendo continuidade em seu governo.

André Petry, em coluna de mesma edição, vai ponderar, a partir de falas públicas de FHC, que o *impeachment* é um recurso, mas apenas quando é possível identificar um crime de responsabilidade (Edição 2434. 15/07/2015, p. 54 e 55) – algo que é reafirmado por Aécio Neves em entrevista à *Veja* ao elencar os possíveis crimes cometidos pela petista, sendo um dos principais mentir à população (Edição 2438. 12/08/2015, p. 20). Já Roberto Pompeu de Toledo avalia que o PT seria, naquele momento, o único beneficiário da queda de Dilma, pois iria para a oposição (Edição 2435. 22/07/2015, p. 98).

Ao possível processo de *impeachment* será associado o agendamento das chamadas manifestações populares que emergem com o fim do ciclo petista, qualificado por *Veja* como corrupto e populista (capa Edição 2438. 12/08/2015, p. 42 e 43). E elaborarão um “conjunto de reportagens desta edição especial [intituladas] **PANELAÇO** – O governo finge que não ouve as ruas. **JOSÉ DIRCEU** – o mito era uma farsa. **DELAÇÃO PREMIADA** – ela veio pra ficar. **DÓLAR** – a crise política estressa o mercado financeiro. ‘**GIAMBIAGI**’ – somos uma Grécia em câmera lenta”, entre as quais destacamos: a relação discursiva entre crise política e crise econômica e a prisão de Dirceu, a terceira da vida do então auxiliar nº 1 de Lula e “um dos cabeças do petrolão, segundo o Ministério Público” (p. 53), sendo que:

O pior que poderia acontecer no Brasil seria a restrição da delação premiada a ponto de inutilizá-la, agora que se revelou um instrumento eficaz para quem nunca precisou lidar com o peso da lei. É tão eficaz que, entre os investigadores, há enorme expectativa em relação a dois dos acusados mais graúdos da Lava-Jato que permanecem calados. Um deles é José Dirceu, preso na semana passada. O outro é Marcelo Odebrecht, levado para Curitiba em junho. Ninguém aposta a sério que algum deles contará o que sabe. Mas todos apostam que, se um deles o fizesse, a República Federativa do Brasil amanheceria no dia seguinte com outra cara (Edição 2438. 12/08/2015, p. 59).

Dos “panelaços” ao histórico domingo, dia 16 de agosto de 2015, se faz o “começo do fim do governo” (Edição 2439. 19/08/2015, p. 54), tal como ocorrido 23 anos antes, no domingo negro do “Fora, Collor!”. E, mesmo que ainda não seja possível prever o desfecho dessa crise, *Veja* mantém a indagação: “A história se repete?” (p. 60). Embora J.R. Guzzo faça a seguinte análise:

Dilma Rousseff não caiu entre o domingo e a segunda-feira da semana passada, depois que centenas de milhares de pessoas, pela terceira vez em cinco meses, mostraram em praça pública o quanto desprezam seu governo, seu partido e seus aliados. E como poderia ter caído? A população, no dia seguinte, tem de trabalhar, cuidar da casa, tocar a vida; não pode continuar na rua. Os que vão aos protestos não são militantes pagos pelos “movimentos sociais” que vivem de dinheiro do governo. Não são golpistas: não querem dar golpe nenhum, se quisessem não saberiam como, nem têm tempo para isso (Edição 2440. 26/08/2015, p. 114).

E para referendar que a estratégia para que essa repetição se concretize é que se mantenham as manifestações nas ruas, destacam os personagens centrais dessa investida, em especial o MBL e o Vem pra Rua, que vem protagonizando a pressão pelo *impeachment* em relação ao Congresso e nas páginas de *Veja* (Edição 2455. 09/12/2015, p. 90).

Figura: Reportagem Edição 2440. 26/08/2015, p. 63



Fonte: Acervo *Veja*.

Por fim, no dia 7 de setembro de 2015:

Do Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios, ao setor das mansões, no Lago Paranoá, uma “Cortina de Lata” desceu sobre Brasília. Atrás dela estão 39 ministérios do precocemente esgotado governo de Dilma Rousseff. Todas essas sinecuras e os brasileiros que, em maior ou menor grau, dependem delas estão submetidos à esfera do lulopetismo, ideologia que quase arruinou nossa

economia e submeteu o Brasil, na semana passada, à vergonha de ver sua reputação, duramente conquistada, ser rebaixada por uma agência internacional de avaliação de risco. O lulopetismo, embora minoritário, conseguiu, com alianças, chegar ao poder e governar com pendores para o autoritarismo, o monopólio da virtude, a implementação de uma hegemonia política e o controle da imprensa. Sejam quais forem as conclusões derivadas desses fatos – e são fatos, realmente –, não se pode estar entre elas a de que foi em vão todo o esforço civilizatório de milhões de brasileiros para construir uma sociedade aberta em nosso país. Muito terreno conquistado pela democracia e pela racionalidade econômica já foi cedido para aventuras ruins cujos danos levarão ainda muitos anos para ser revertidos. O progresso material e espiritual dos brasileiros depende de uma nova unidade que preserve e faça avançar a causa da paz social e da democracia (Edição 2443. 16/09/2015, p. 14).

Assim, a ofensiva contra Dilma não se restringe aos manifestantes e movimentos organizados, mas se instala em sua própria chapa presidencial, na figura de seu vice-presidente, enquanto “as dificuldades econômicas, as revelações da roubalheira no petrolão e a meteórica queda de popularidade construíram um cenário ideal para uma crise sem precedentes” (Edição 2441. 02/09/2015, p. 45). Como expressado por Temer, “ninguém vai resistir três anos e meio com esse índice [de popularidade] baixo” (Edição 2442. 09/09/2015, p. 56). E, para “superar a crise, o país precisa de alguém capaz de unificá-lo” (p. 57) – uma atitude, segundo a revista, tida como uma traição pela própria Dilma.

A vinculação entre as pesquisas de popularidade e a solução vinda pelo *impeachment* de Dilma será novamente explicitada em editorial: “nas democracias, vontades assim tão majoritárias costumam se materializar com facilidade” (Edição 2473. 13/04/2016, p. 14). E se isso não está acontecendo ainda se deve à tentativa de cooptação dos parlamentares por meios fisiológicos, e à própria biografia de um dos principais atores desse processo – Eduardo Cunha –, que agora se vê às voltas com um escândalo internacional, o Panamá Papers, que revelou conexões entre autoridades públicas e paraísos fiscais.

Desmoralizado por propinas e contas secretas na Suíça, Cunha, com sua presença contamina a lisura do impeachment. Faz parecer, como alegam petistas e sequazes, que a corrupção é apenas um pretexto para tirar Dilma do poder. Pior: deu ao governo a chance de alegar, com razão, que o processo de

impeachment só foi instalado na Câmara por um ato de vingança de Cunha [...] por todas essas razões, Cunha é o aliado errado (Edição 2473. 13/04/2016, p. 14).

Para reforçar que *impeachment* não é golpe, tendo como substrato discursivo o eixo interpretativo crise econômica/corrupção/inabilidade/impopulabilidade, a revista vai trazer diversos conteúdos que corroboram a sua opção editorial. Como a entrevista com o governador de Mato Grosso, Pedro Taques, do PSDB, que diz que a

possibilidade de impeachment está na Constituição. Ela é absolutamente legítima. Quem fala que isso é golpe está totalmente desarrazoado da Constituição e não entende o momento histórico que o país vive. Eu tive um professor de direito constitucional, Michel Temer, que disse que o impeachment é um processo político-jurídico (Edição 2440. 23/09/2015, p. 21).

E, no contexto de fragmentação do campo democrático-popular desde as *Jornadas de Junho* e da posterior emergência de demandas conservadoras a partir de repertórios de ação coletiva por grupos como MBL e Vem pra Rua, que passam a disputar a identidade popular antes hegemonizada pelo PT, se constrói também o esfacelamento da coalização majoritária típica do presidencialismo brasileiro pós-redemocratização (BURITY, 2018), que se afasta a fim de impedir associações com a imagem da presidente.

Esse esfacelamento pode ser bem representado na figura do vice-presidente Michel Temer e em suas investidas contra Dilma, mas calcado em um discurso de união e pacificação, dentre os quais destacamos: a fala pública de que alguém precisa unir o Brasil, em agosto de 2015¹⁴⁴; quando, em conversa com empresários, diz que que Dilma não poderá resistir a tamanha impopularidade, em setembro do mesmo ano¹⁴⁵; o lançamento da propaganda do PMDB, naquele mês, em que é dito que é preciso deixar os “estrelismos” de lado em prol do país – uma nítida referência ao PT¹⁴⁶; o lançamento do documento intitulado “Ponte para o Futuro”¹⁴⁷, um protótipo de programa de governo,

¹⁴⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228560-temer-diz-que-alguem-precisa-unir-o-pais.shtml>. Acessado: nov. 2019.

¹⁴⁵ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/temer-diz-que-e-dificil-dilma-resistir-mais-3-anos-com-baixa-popularidade.html>. Acessado: nov. 2019.

¹⁴⁶ <https://www.blogdokennedy.com.br/pmdb-faz-jogo-duplo-e-emperra-reforma-ministerial/>. Acessado: nov. 2019.

¹⁴⁷ <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acessado: nov. 2019.

em outubro de 2015, meses antes de Eduardo Cunha autorizar o processo de *impeachment*.

Nessa cadeia de equivalência (LACLAU, 2015), novos processos de identificação se consolidam em torno da demanda do *impeachment* de Dilma, e a imprensa, em geral, e a revista *Veja*, em específico, terão um papel fundamental na construção dessa nova hegemonia. Nesse sentido, em entrevista à *Veja*, Romero Jucá, então senador, defenderá a saída de seu partido do governo Dilma, dizendo que o PMDB é o único “capaz de protagonizar a transição em caso de *impeachment* e traça cenário para um Brasil pós-Dilma” (Edição 2446. 07/10/2015. p. 15), algo que é reforçado, em perspectiva próxima à fornecida pelo senador, na reportagem de mesma edição “Dilma se rende e entrega o governo ao ex-presidente Lula e seus aliados do PMDB” (p. 48).

Mas, segundo a revista, o PMDB não garante a permanência de Dilma sem que se passe, por influência de Lula, pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, “seu maior algoz” (Edição 2447. 14/10/2015. p. 49) e aquele que “tem o controle sobre os ritos constitucionais” (p. 50) que podem a levar ao *impeachment*. Mas o “pai do baixo clero” tem seus problemas jurídicos para cuidar (p. 51). Esse assunto é retomado na reportagem de capa da edição 2448 (21/10/2015), com o acréscimo de que o acordo entre os políticos não gerará impunidade, pois “a esperança de um Brasil mais justo para todos trazida pela operação comandada pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, continua de pé, mesmo longe das manchetes” (p. 51).

E, a compor o cenário de um denunciamento cotidiano e contínua vinculação de Lula nos escândalos de corrupção relacionados ao PT, a revista traz trechos da delação premiada do lobista Fernando Baiano que:

Contou que o esquema de corrupção na área internacional da Petrobras começou em 2006, no governo Lula, envolveu os senadores Renan Calheiros (PMDB), Delcídio Amaral (PT), Jader Barbalho (PMDB) e o ex-ministro Silas Rondeau, que, após o mensalão, substituiu a então ministra Dilma Rousseff no cargo [...] o presidente Lula escolhia os diretores da Petrobras, que recolhiam propina com as empreiteiras. O dinheiro era repassado aos políticos do PT e do PMDB – os dois partidos que davam sustentação ao governo Lula (Edição 2448. 21/10/2015. p. 53 e 55).

Segundo *Veja*, o “cerco” vai se fechando em torno de Lula, e a imagem de “mito”, de “líder messiânico”, de “novo pai dos pobres” se desconstrói diante de fatos. Em

reportagem de capa da edição 2450 (04/11/2015, p. 44 e 46) dizem que “as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público sobre casos de corrupção atingem filhos, parentes, amigos íntimos, amigas íntimas e ex-assessores do ex-presidente [...] em enredos de tráfico de influência, desvio de verbas públicas e recebimento de propinas”. Ou mesmo chegando a seu próprio pleito presidencial, já que “ex-diretor diz que o PT usou negócios da Petrobras em Angola e nos Estados Unidos para financiar a campanha eleitoral do ex-presidente Lula” (Edição 2453. 25/11/2015, p. 48). Essa afirmação viria da delação premiada de Cerveró, ainda em fase de negociação, e, embora a revista a trate como uma verdade, “tendo em vista que os delatores não têm por que mentir”, é somente no final de uma reportagem de 08 páginas que lembram que o delator terá que provar que suas afirmações são reais.

Algo que é reforçado pela entrevista do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos “cérebros” da *Lava-Jato*, que assevera estar próximo da identificação da “cadeia de comando” desse esquema, embora diga também que:

Não estou dizendo com isso que as investigações chegarão a Lula. A Lava-Jato não investiga pessoas, investiga fatos. Se a Lava-Jato chegar ao ex-presidente, vai chegar com uma acusação sólida, com uma denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal baseada em fatos concretos, comprovados (Edição 2453. 25/11/2015, p. 57).

O enquadramento de “um cerco que vai se fechando” é crescente na narrativa de *Veja*, que na edição 2454 (02/12/2015) traz uma capa com os dizeres: “A prisão do senador petista Delcídio do Amaral na Lava-Jato deixa o mundo oficial em suspense, pois ninguém atuou mais próximo de Lula e Dilma nos momentos dramáticos dos escândalos do mensalão e do petrolão”. E a possível delação premiada do senador, detido pela tentativa de obstrução da justiça e compra do silêncio de Cerveró¹⁴⁸, pode, segundo matéria de capa, acabar com a “estabilidade do já cambaleante regime lulopetista” (p. 62).

Mantendo o enquadramento, de que uma possível delação premiada de Delcídio poderá ter efeitos severos sobre o PT, a revista retoma o assunto em reportagem da edição

¹⁴⁸ O filho de Cerveró grava conversa entre ele e o senador, que propõe tirar seu pai da cadeia e sustentá-lo mediante pagamentos feitos pelo Banco BTG Pactual, rendendo também a prisão do presidente desse banco, André Esteves, chamado de “banqueiro prodígio da era lulista” (Edição 2454. 02/12/2015, p. 68; Edição 2455. 09/12/2015, p. 95). Na edição 2463, de 3 de fevereiro de 2016, na seção Radar a revista traz a informação de que o STF passou a discutir se houve elementos suficientes para a decretar a prisão do banqueiro (p. 36).

2456 (16/12/2015, p. 78), acrescido da pauta da apreensão de documentos de Bumlai¹⁴⁹ – ambos amigos de Lula e conhecedores de seus mais íntimos segredos.

Dias depois, em depoimento à Polícia Federal, Bumlai teria dito que “a Petrobras era uma “estrutura” de corrupção do PT e que o dinheiro desviado da estatal foi usado para financiar a campanha do ex-presidente e pode ter comprado o silêncio de uma testemunha do assassinato do ex-prefeito Celso Daniel” (Edição 2457. 23/12/2015, p. 70). Importante destacar que o caso do assassinato de Celso Daniel, prefeito petista de Santo André, ocorrido em 2002, é constantemente trazido à tona juntamente com os escândalos do PT e associado a uma suposta prática criminosa empregada pelo partido, embora no âmbito das investigações feitas pela Polícia Civil paulista e pela Polícia Federal não tenha aparecido nenhum indício que corrobore essa tese.

O dia de Lula estaria próximo, segundo a revista, e o agendamento do caso tríplex será um momento discursivo em que esse enquadramento se tornará central (Edição 2462. 27/01/2016, p. 42 e 43; Edição 2463. 03/02/2016), e, tendo “o testemunho do zelador [...] confirmado pelo engenheiro da OAS Wellington da Silva [...] a visita de Marisa e Lulinha [...] e as flores da OAS para Lula. Por fim, a orientação do diretor da OAS para o zelador mentir”, não restam mais dúvidas aos investigadores de que Lula é o dono do tríplex e a OAS é “laranja” nesse esquema, e só assumiu as obras a pedido do próprio presidente (Edição 2464. 10/02/2016, p. 38) – ou seja, o enquadramento de *Veja* é condenatório a Lula, tal como dito pelo delegado Igor de Paula – coordenador da *Lava-Jato* – ao afirmar ter certeza absoluta de que os imóveis são de Lula (Edição 2470. 23/03/2016).

Se por um lado Lula está “sem folia e com o patrimônio milionário” (Edição 2464. 10/02/2016, p. 06), por outro o PT, para protegê-lo, ameaça radicalizar no Congresso e nas ruas e mirar sua artilharia em Aécio Neves, que já fora citado por três delatores (p. 28).

Um truque recorrente na carreira política do ex-presidente Lula é reescrever a história de modo a exaltar feitos pessoais e varrer pecados para debaixo do tapete. Mas os fatos são teimosos. Quando se pensa que estão enterrados para sempre, eles voltam a andar sobre a terra como zumbis de filmes de terror. O mensalão, no plano mestre de Lula, deixaria de existir se fosse negado três vezes todas as noites antes de o galo cantar. O petrolão, monumental esquema de roubalheira na Petrobras idealizado, organizado e consumado em seu

¹⁴⁹ A relação de proximidade entre Lula e Bumlai é reiterada diversas vezes por *Veja*, especialmente na edição 2459 (06/01/2016).

governo – e, segundo testemunhas, com reuniões no próprio gabinete presidencial –, entraria para a história como mais um artilheiro dos setores conservadores da sociedade para impedir o avanço dos defensores dos pobres. Nem o mais cego dos militantes do PT ainda acredita nessas patacoadas que afrontam os fatos. Sim, os fatos, sempre eles. O tríplex de Lula no Guarujá é outro desses fatos que o ex-presidente esperava ver se dissipar no meio do redemoinho (Edição 2462. 27/01/2016, p. 44).

Figura: Capa Edição 2462. 27/01/2016



Fonte: Acervo *Veja*.

E, em letras garrafais e com intenso destaque, os resultados da pesquisa de opinião da Ipsos são divulgados em reportagem de capa da edição 2464 (10/02/2016), algo que dará o tom, ou o enquadramento, da linha editorial que passa a ser intensamente trabalhada por *Veja*: Lula é honesto? 60% não. A *Lava-Jato* deve continuar? 90% sim. A favor do impeachment? 60% sim. O PT é corrupto? 71% sim. Fazendo-nos retomar a tese de Bourdieu (1973) de que construção intencional de uma opinião pública é feita sobremaneira a partir de critérios políticos.

Lula tem problemas demais com a Justiça para servir de ajuda a Dilma. Ela própria vive enclausurada nos palácios em Brasília. O lulopetismo está pagando pela sua arrogância, sua falsa superioridade moral e por ter sido no poder, a negação de tudo o que pregou. Suas tenebrosas transações foram feitas enquanto dormia a pátria-mãe tão distraída. Mas as instituições estavam acordadas, e a imprensa vigilante. O PT tentou, mas não conseguiu anestesiá-las. Tentou, mas não conseguiu censurar a imprensa. Tentou, mas não conseguiu iludir as massas. Salve, portanto, o compositor

popular, o intérprete do povo, que, tudo indica, impedirá que o lulopetismo escreva “outra página infeliz da nossa história” (Edição 2464. 10/02/2016, p. 43).

Tentando impedir a escrita de uma nova página, surge Eduardo Cunha, o “pai do baixo clero”, em seu empenho em prol da construção de um acordo com o governo, repulsivo nas palavras de *Veja*, que visaria a “demissão do ministro da Justiça, o sepultamento do pedido de cassação do seu mandato no Conselho de Ética da Câmara e a paralisação das investigações da Lava-Jato, que acabaram descobrindo suas contas no exterior” (Edição 2448. 21/10/2015, p. 61).

Assim se apresenta o “jogo do impeachment” como um tabuleiro, com jogadores e estratégias (Edição 2448. 21/10/2015, p. 66), em que, “acusados de se beneficiar do petrolão, Dilma e Cunha defendem os respectivos mandatos escorando-se um no outro, à espera de um acordão salvador entre os poderes” (Edição 2449. 28/10/2015, p. 44), sendo Lula o mentor (p. 47).

Mas nesse “jogo” Dilma fica cada vez mais isolada e, para J.R. Guzzo, se

a presidente da República diz que o governo não governa a Petrobras, a maior empresa estatal brasileira, cada vez mais enterrada num abismo sem precedentes de roubalheira; acha que não existe “nenhuma denúncia de corrupção” contra seu governo. Que governo? Não tem ninguém lá (Edição 2450. 04/11/2015, p. 102).

Abaixo a revista traz o que entende ser o futuro da presidente em um enquadramento de associação com Collor, uma estratégia discursiva que já fora utilizada para Lula no contexto do *Mensalão* e que se tornará progressivo nos próximos meses, especialmente quando colocam a vontade do povo como se repetindo na história – “Fora, Collor!” e “Fora, Dilma!”.

Figura: Reportagem Edição 2446. 14/10/2015. p. 52 e 53

DERROCADA EM QUATRO ATOS		1 Reforma ministerial		2 Derrotas em série		3 Pedido de impeachment		4	
<p>As semelhanças entre os últimos momentos de Fernando Collor e o atual estágio do governo Dilma Rousseff</p>  <p>COLLOR 1992</p>		<p>Acusado pela crise econômica e por denúncias de corrupção, Collor anunciou em abril seu "ministério de nativéis", com nomes como Marcelo Marques Moreira e Célio Boja, para tentar dar robustez ao seu governo. Mas o apoio no Congresso, que já minguava, continuou a cair</p>		<p>No fim de maio, Pedro Collor deu a fustigada entrevista à VEJA em que acusou PC Farias de corrupção e de mandar no governo de seu irmão. Dias depois, o Congresso abriu uma CPI para investigar as denúncias. Em 26 de agosto, o relatório que conduziu pela incriminação do presidente foi aprovado por 16 votos a 5</p>		<p>No dia 14 de setembro, o presidente da OAB e o da Associação Brasileira de Imprensa apresentaram um pedido de impeachment baseado em evidências de que Collor cometera crime de responsabilidade ao pagar despesas pessoais com cheques-fantasma. O documento foi encaminhado pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro</p>		<p>Afastamento</p> <p>No dia 29 daquele mês, a Câmara aprovou a abertura de processo contra Collor, por 411 votos a favor, 38 contra e 1 abstenção. O presidente foi afastado, e o vice, Itamar, assumiu. No fim de dezembro, o Senado confirmou o impeachment, por 76 votos a 3</p>	
 <p>DILMA 2015</p>		<p>Com a pior aprovação da história, uma previsão de queda de 3% do PIB e sem apoio no Congresso, a presidente afastou seus ministros mais próximos e nomeou pessoas ligadas a Lula e ao PMDB. Na semana seguinte, sofreu duas derrotas na Câmara</p>		<p>Além das derrotas no Congresso mesmo depois da reforma ministerial, Dilma teve as contas rejeitadas pelo TCU e sua chapa com o vice Michel Temer virou alvo de processo no TSE por abuso de poder econômico na campanha</p>		<p>O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já arquivou oito pedidos de impeachment contra Dilma. Pelo menos sete serão examinados nas próximas semanas, incluindo o que se baseia no crime de pedalaradas fiscais, agora atestado pelo TCU</p>		<p>Próximos passos</p> <p>A Comissão Mista de Documento do Congresso vai analisar a decisão do TCU e encaminhar o texto ao plenário da Câmara e do Senado. Uma rejeição das contas pelos parlamentares daria força aos pedidos de impeachment já no Legislativo. Mas nada impede que eles avancem mesmo sem isso</p>	

Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Reportagem Edição 2455. 09/12/2015, p. 74 e 75



Fonte: Acervo *Veja*.

Os motivos para o impedimento de Dilma são inúmeros, segundo a revista, e um deles pode vir através da identificação de um crime de responsabilidade, já que as contas de seu governo foram reprovadas pelo TCU pelo cometimento de “pedaladas fiscais”¹⁵⁰ (Edição 2448. 21/10/2015, p. 60), que contrariam a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal por conta de operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, que, com o intuito de melhorar as contas do governo, acaba por adiar pagamentos devidos a bancos públicos. Os conteúdos jornalísticos que explicam o que é

¹⁵⁰ O uso desse argumento para o *impeachment* é controverso, já que, embora tenha cometido mais “pedaladas” que seus antecessores, não foi e não era à época a única a fazê-lo. Ver mais em:

<https://aosfatos.org/noticias/dilma-pedalou-35-vezes-mais-que-lula-e-fhc-juntos/>. Acessado: nov. 2019.
<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/22/se-impeachment-for-por-pedaladas-16-governadores-terao-que-se-afastar-ghntml>. Acessado: nov. 2019.

uma “pedalada fiscal” se tornam corriqueiros a partir de novembro de 2015, sendo que essa a base jurídica para o impedimento de Dilma e uma ação grave como defendida por Maílson da Nóbrega:

Ao adotar a medida contábil para esconder o descalabro fiscal, o governo petista infringiu a LRF. O argumento de Lula [que a medida impediu que se acabasse com programas sociais] é o mesmo dos que se opunham ao regime militar. Justificavam a “expropriação” dos bancos para financiar ações violentas tidas como corretas. Lula parece não ter percebido as transformações na sociedade, que agora rejeita a inflação como instrumento de ação governamental, a corrupção como método para exercer o poder e a desobediência à lei como discurso político populista (Edição 2450. 04/11/2015, p. 24).

Apesar de ter sido o argumento central do pedido protocolado pelos “advogados Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, Miguel Reale Junior, ex-ministro do governo FHC, e Janaína Conceição Paschoal”¹⁵¹, e, embora se esforcem em explicar do que se trata a “pedalada fiscal”, ela não é tida como a principal motivação do *impeachment*, segundo a revista, sendo as fundamentais a corrupção na Petrobras, o financiamento ilegal da campanha de reeleição, e o fato reiterado de que “Dilma e o PT destruíram as bases da economia, jogando o Brasil na recessão e, agora, na depressão, com o pior desempenho em três décadas. Se faltava motivo para o *impeachment*...” (Edição 2455. 09/12/2015, p. 93).

Se a possibilidade do fim do governo petista se aproxima, segundo a revista, Temer já se prepara para tal ocorrência, o que lhe rende a matéria de capa da edição 2452 (18/11/2015), assim, não apenas o vice, como:

os caciques do PMDB, partido que ele preside, estão certos de que Dilma Rousseff será cassada no começo do próximo ano. Em vez de ajudá-la, querem substituí-la. E o plano, ousado, vai muito além da simples intenção. Eles já têm em mãos uma tese jurídica para garantir a posse do vice, uma proposta destinada a tirar a economia da UTI e até alianças com o Congresso [...] Lula acha que Dilma arruinou a economia do país, desmontou a base governista e permitiu o avanço das investigações da Operação Lava-Jato sobre ele e seus

¹⁵¹ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-pedido-de-impeachment-de-dilma-apoiado-pela-oposicao/>. Acessado: nov. 2019.

parentes. Aos interlocutores, considera a criatura um desastre. Mas Lula também acha que tem mais chances de se salvar do petrolão, de controlar o processo político e de construir uma candidatura presidencial em 2018 com uma Dilma fragilizada no poder. Temer, segundo ele, poderia facilmente virar as costas para o PT e fechar um acordo com o PSDB caso chegue ao Planalto (Edição 2452. 18/11/2015, p. 46 e 50).

Além de tomar como legítimo o comportamento de Temer (que já apresenta medidas a serem tomadas caso passe a assumir a cadeira presidencial, edição 2453. 25/11/2015, p. 58) e de outros peemedebistas, a revista constrói uma narrativa de antagonismo entre Lula e Dilma, sem bases factuais claras. E, se na capa da edição 2456 (16/12/2015) é dito que “a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada”, por ela denominada “nova matriz econômica” (editorial e reportagem de capa dessa edição tratam desse assunto nesse enquadramento), em tom esperançoso a reportagem de capa da edição anterior advoga que:

A partir dessa semana, quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesse, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar [...]. O deputado Eduardo Cunha deu seguimento na semana passada ao recurso formulado pelo jurista Hélio Bicudo [o ex-petista], pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaina Paschoal [a ex-cara pintada] [...]. O processo de impeachment tem três etapas fundamentais. A primeira se dá numa comissão especial da Câmara, que decidirá se há elementos contra a presidente. O parecer da comissão – contra ou a favor do impedimento – será encaminhado ao plenário da Casa. Se os deputados determinarem a abertura de processo, Dilma será afastada do cargo, com o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP) assumindo o poder temporariamente. O Senado, então, decidirá se cassa o mandato da petista [...]. Reeleita à base de mentiras, Dilma foi obrigada a terceirizar o comando da economia. Depois, sem força no Congresso, aceitou transferir o timão da política para Lula e seus indicados. Dela não emana o poder esperado de um governante [...]. A discussão do processo do impeachment acabará justamente com essa esculhambação. Ao seu final, um novo presidente será apresentado ao Brasil. E ele pode ser a própria Dilma. Basta que ela convença o Congresso

e a sociedade que voltará a inspirar a confiança e a autoridade exigidas para o exercício do mandato (Edição 2455. 09/12/2015, p. 56, 58 e 61).

Não se trata de um golpe, menos ainda de uma declaração de guerra, segundo editorial de mesma edição, trata-se uma medida constitucional após ampla defesa do réu ante um processo que se origina na acusação de um crime de responsabilidade, mas que é essencialmente político (2455. 09/12/2015, p. 14) e se fará um ambiente institucional sólido e democrático.

A narrativa de que não se trata de um golpe, pois os ritos estão garantidos, inclusive pela corte suprema do país, o STF, terá lugar nas páginas de *Veja*, como expresso pela vocalização de diferentes atores políticos, uma das classes determinantes na constituição de pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 06), que faz uso de especialistas e/ou conhecedores do assunto para corroborar uma perspectiva editorial. Como o então senador Cristóvão Buarque, em entrevista à revista, que acena para a possibilidade de Dilma e Lula se vitimizarem ante o público (Edição 2461. 20/01/2016, p.13) – é “o fim da era do ‘eu não sabia’” para Lula (Radar. Edição 2461. 20/01/2016, p.32 e 33). Também pela fala de Marina Silva (Radar. Edição 2462. 27/01/2016, p. 40), em entrevista, como com o jurista Modesto Carvalhosa (Edição 2467. 02/03/2016, p. 13), que argumenta que Dilma institucionalizou a corrupção no país.

Figura: Capa Edição 2455. 09/12/2015



Fonte: Acervo *Veja*.

A partir do momento em que Eduardo Cunha autoriza o pedido de abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma – ato em retaliação ao não apoio do PT em seu processo no Conselho de Ética da Câmara¹⁵² –, os conteúdos jornalísticos que tratam dessa temática se intensificam ainda mais.

Na última edição do ano J.R. Guzzo ratifica que “o futuro do Brasil Velho acabou” (Edição 2458. 30/12/2015, p. 24). Além disso, o colunista emprega um enquadramento maniqueísta, dizendo que o PT iniciou “uma campanha a favor da corrupção como jamais se viu por aqui e provavelmente em nenhum outro lugar do planeta”. Ao se referir a Lula, diz que ele está mais para um candidato ao presídio, “estão tocando a *Marcha Fúnebre*. Não haverá uma nova Dilma. E não haverá outro Lula depois desse” (p. 26).

¹⁵² Para mais informações ver:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>. Acessado: nov. 2019.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-do-pt-na-camara-anuncia-voto-contr-cunha-no-conselho-de-etica,10000003630>. Acessado: nov. 2019.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/em-votacao-apertada-conselho-de-etica-aprova-cassar-eduardo-cunha.html>. Acessado: nov. 2019.

Embora em outras reportagens de mesma edição ponderem que o governo ainda acredita que pode barrar o processo de impeachment (2458. 30/12/2015, p. 38), já que o STF parece dificultar a sua ocorrência, assim, “tucanos apostam no TSE para cassar o mandato de Dilma – e o de Temer” (p. 40).

Se o ano de 2015 é marcado pelo agendamento constante da corrupção na Petrobras, empreendida pelo PT e arquitetada por Lula desde o *Mensalão*, e também do caixa 2 eleitoral, a partir de 2016 haverá um constante acréscimo de outra motivação para o *impeachment*, a economia. Sendo que o “PT quebrou o Brasil”, freando a “marcha das mudanças” iniciadas por FHC, para Mailson da Nóbrega (Edição 2461. 20/01/2016, p. 20), e o “petrolão fez 150 bilhões de reais deixarem de circular na economia em 2015” (p. 45).

À medida que a possibilidade de ocorrência do *impeachment* se torna real, identificamos que o discurso a favor da privatização da Petrobras vai se tornando cada vez mais candente nas páginas *Veja* (coluna de Mailson da Nóbrega na edição 2467. 02/03/2016, p. 24; Radar da edição 2471. 30/03/2016, p. 34).

Vão dizendo que estaria por vir a delação de Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez, e de Valter Cardeal, “homem forte de Dilma no setor elétrico” (Edição. 2468. 09/03/2016, p. 33). A do primeiro realmente ocorre nos próximos dias, e há menções a Berzoini, então ministro da Coordenação Política, classificado pela revista como um dos principais defensores de Lula, e de Edinho Silva, da Comunicação Social (Edição 2469. 16/03/2016, p. 52), além de outras figuras próximas de Lula.

Sobre o suposto financiamento ilegal da campanha de Dilma, *Veja* acrescenta, na edição 2461 (20/01/2016, p. 37), uma reportagem a respeito de uma carta apreendida pela PF na casa de um operador do esquema, Zwi Skornicki, “que liga João Santana, o ‘mago’ das campanhas presidenciais de Dilma e Lula, ao esquema de corrupção da Petrobras” pelas diretrizes postas sobre contas do exterior, sendo que a remetente é a esposa do marqueteiro, Mônica Moura.

Após decorridos alguns poucos dias, João Santana e Mônica Moura são presos no âmbito da operação *Lava-Jato*, e *Veja* dedica uma reportagem de capa, outras duas reportagens, uma coluna e um editorial ao assunto, enfatizando que Dilma foi alertada por um empreiteiro que a verdade viria à tona, que o marqueteiro havia desviado dinheiro da Petrobras, via Odebrecht, para usá-lo na campanha da petista, concluindo que, “pela letra fria da lei, sem margem para interpretações, utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para a perda de mandato” (Edição 2467.

02/03/2016, p. 10), e, mesmo sem apresentar provas que comprovem veracidade, trazem o seguinte, suposto, diálogo:

Amigos e confidentes a mais de quarenta anos, os dois tinham motivo para comemorar [a vitória nas eleições], mas trataram de um assunto espinhoso, capaz de tisonar os resultados obtidos por ambos nas urnas. Pimentel trazia um recado de Emílio Odebrecht, dono da maior empreiteira do país, para a presidente da República. O empresário a advertia para os riscos de que os pagamentos feitos pela Odebrecht ao marqueteiro João Santana, no exterior, fossem descobertos caso a Operação Lava-Jato atingisse a construtora (Edição 2467. 02/03/2016, p. 40).

Continua-se falando de João Santana, mas com um foco ainda mais em Lula, que, para J.R.Guzzo, já “perdeu o bem mais precioso que poderia ter – força decisiva para tornar-se alguém que valha a pena como pessoa e como homem público” (Edição 2467. 02/03/2016, p. 80). Ao ex-presidente é dedicada uma edição especial (2468. 09/03/2016) intitulada “Lula e a Lei”, em que é narrada a condução coercitiva¹⁵³ que levou o petista à Polícia Federal, mas que nada explicou de fato, não mencionando sua fortuna, mordomias e as ligações, ou a “sociedade secreta” que teria com as empreiteiras envolvidas na *Lava-Jato* (p. 38). Esse seria o método de Lula “achar que pode alterar fatos comprando o silêncio de testemunhas. Foi assim quando seu grupo foi posto sob suspeição pela morte do prefeito de Santo André, foi assim no mensalão, e tem sido assim no petrolão” (p. 44).

Em outra reportagem da mesma edição detalham como o Planalto planeja impedir que Moro chegue até Lula pela criação de um dossiê contra o juiz (2468. 09/03/2016, p. 48); e na quarta reportagem trazem a delação de Delcídio do Amaral¹⁵⁴, com a revelação de segredos sórdidos do PT, inclusive que Lula e Dilma sempre souberam do esquema de corrupção na Petrobras, sendo que as principais acusações do ex-petista são:

A presidente tentou favorecer presos da Lava-Jato na Justiça [...]. Ela sabia do superfaturamento em Pasadena [...]. Sua campanha de 2010 recebeu milhões de reais de caixa dois [...]. Dilma teve participação direta na nomeação de

¹⁵³ Essa foi uma das medidas no mínimo controversas tomadas por Moro em relação a Lula durante a fase de investigação da 24ª fase da *Lava-Jato*, tendo em vista que o ex-presidente não havia sido intimidado, e, portanto, não havia recusado depor.

¹⁵⁴ Na seção Radar da edição 2469 (16/03/2016 p. 34) citam que há menções na delação de Delcídio do nome de Aécio, e questionam se agora o Ministério Público Federal abrirá um inquérito de investigação. Novamente na edição 2470 (23/03/2016).

Nestor Cerveró [...]. O ex-presidente mandou subornar a família de Cerveró [...]. Lula ordenou a compra do silêncio de Marcos Valério [...]. Lula atuou para que as acusações contra a sua família não avançassem [...]. Bumlai, o primeiro-amigo, participava de negociações ilícitas a mando do presidente (Edição. 2468. 09/03/2016, p. 56 a 59).

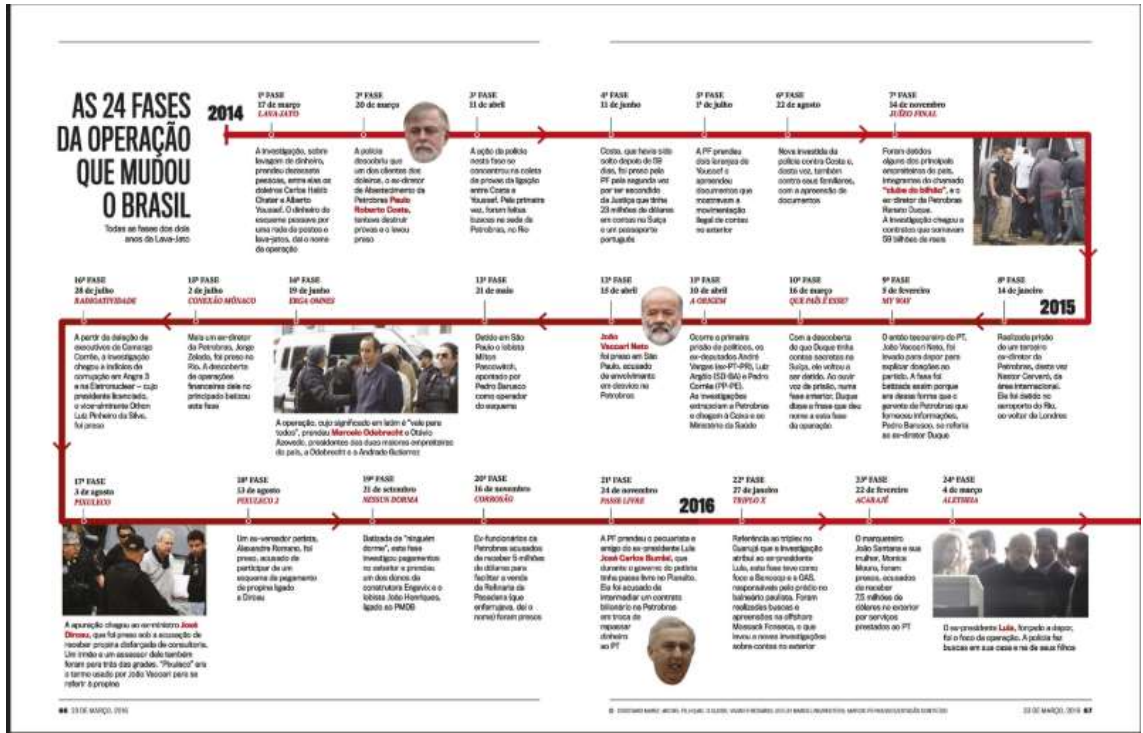
De forma reativa à fala pública de Lula após condução coercitiva, na edição seguinte a reportagem de capa da revista trata do “desespero da jararaca”¹⁵⁵, que teme o *impeachment* e um possível pedido de prisão preventiva por crime de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, segundo *Veja* (Edição 2469. 16/03/2016, p. 04). Mantendo a pauta da delação de Delcídio como uma importante narrativa a sustentar a discussão do *impeachment* e as implicações de Lula com a justiça, na edição 2470 (23/03/2016) *Veja* faz um especial da *Lava-Jato* contendo uma reportagem de capa que traz a afirmativa do ex-senador de que Lula comandava o esquema de corrupção na Petrobras e Dilma além de ser beneficiada também sempre soube de tudo, só fingia “não ter nada a ver com o caso” (p. 53), em uma antecipação à própria revista da segunda parte de sua delação premiada.

Além de incriminar Lula e Dilma, Delcídio acusa Aécio Neves, mas também outros políticos do PT, do PMDB, PSDB e PP, chegando até o governo FHC (Edição 2470. 23/03/2016, p. 59). Assim, *Veja* se orienta cada vez mais por uma defesa à *Lava-Jato*, e mesmo que a operação tenha dragado “sessenta políticos, incluindo o vice e sete dos ministros escolhidos por Dilma [ela] vai mudar o Brasil” (p. 64).

E os procuradores da Lava-Jato já “dão como certa a queda de Dilma e demonstram preocupação com o período subsequente” (Radar Edição 2470. 23/03/2016, p. 42).

¹⁵⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=apSMRC9t78I>. Acessado: nov. 2019.

Figura: Reportagem Edição 2470. 23/03/2016, p. 66 e 67



Fonte: Acervo Veja.

De forma concomitante ao tratamento dado ao *impeachment*, algo praticamente inevitável, em comissão da Câmara e quanto aos ritos estabelecidos pelo STF, há também a produção de conteúdo que descrevem o escritório de transição montado por Temer (Edição 2471. 30/03/2016, p. 62) – e por mais que Dilma acuse a existência de uma ruptura institucional ou um golpe “acaba a semana sob a ameaça de ser investigada por tentativa de obstrução de Justiça” (p. 49) no escopo da delação de Delcídio do Amaral.

A estratégia de manutenção da pauta *Lava-Jato* faz com que a revista dedique suas edições ao tratamento de escândalos correlatos, mas sempre articulados ao PT, ao *Petrolão* e à retirada de Dilma como um bem para a República.

Um desses escândalos, como já foi dito anteriormente, refere-se ao assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, e, segundo a revista, “com dinheiro sujo, o PT comprou o silêncio de um empresário que ameaçava dar informações sobre o suposto envolvimento de Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato de Celso Daniel. A polícia federal prendeu esse empresário” (Edição 2472. 06/04/2016, p. 51) na operação Carbono 14.

O roteiro do crime seria o seguinte:



Fonte: Acervo *Veja*.

Na seção Radar da edição seguinte é dito:

Marcos Valério, que cumpre pena de prisão de 37 anos pelo mensalão, retomou conversas com o Ministério Público Federal sobre a possibilidade de aderir à delação premiada para contar o que sabe da operação para comprar o silêncio do empresário Ronan Maria Pinto sobre a morte do prefeito Celso Daniel – investigado na Carbono 14, 27ª fase da Lava-Jato. A dúvida de Valério reside no fato de que, se colaborar, ele terá que devolver à Justiça dinheiro repassado

pelo PT para comprar seu silêncio. Entre obter a liberdade antes do previsto e deixar a família desassistida financeiramente, o operador do mensalão hesita (Edição 2473. 13/04/2016, p. 48).

O nome do então prefeito viria novamente em outro conteúdo jornalístico, e sob a aparência de contextualização é empregado um enquadramento de tênue vinculação criminosa:

Dias depois de divulgar uma autocrítica contorcionista, o PT recebe péssimas notícias da Justiça [...] a estratégia de vitimização ruiu com a condenação do ex-ministro e ex-prócere petista José Dirceu a robustos 23 anos de prisão do caso do petrolão. Em outro processo, dessa vez civil, o também ex-ministro Gilberto Carvalho foi condenado por improbidade administrativa na gestão do prefeito assassinado Celso Daniel, em Santo André (Edição 2479. 25/05/2016, p. 66).

Da inevitabilidade do *impeachment* a revista migra para a defesa irrestrita dessa medida, como em editorial da edição 2472 (06/04/2016, p. 12), quando apresenta uma carta “simulada”, ou seja, que não foi escrita na realidade, mas que sintetizaria a estratégia de Lula, posta em prática por Dilma para permanecer no poder. Esse recurso estilístico já utilizado por *Veja* em outros momentos opera o conceito do enquadramento de forma a explicar para o leitor através de exemplos o que de fato está acontecendo.

Essa suposta tática de Lula deveria ser usada por Dilma após ameaça de “desembarque” do governo por integrantes do PMDB, PP e PR, um fisiologismo que o partido do vice-presidente entende bem, segundo a revista (p. 56). Essa temática virá como reportagem de capa na edição 2473 (13/04/2016), com o reforço argumentativo que muitos dos políticos que negociam com Dilma estão relacionados ao *Petrolão*.



Fonte: Acervo *Veja*.

Assim, enquanto Temer sonha com a presidência, Dilma e Cunha veem seus mandatos sob risco (Edição 2472. 06/04/2016, p. 58), contudo, o PMDB não está imune aos ventos do *Petrolão*, já que

As novas delações comprovam que o caixa de campanha da chapa Dilma-Temer serviu de lavanderia para dinheiro de corrupção. O senador Romero Jucá, que acaba de substituir Temer no comando do PMDB, foi alvejado por nova denúncia de recebimento de propina, disparada desta vez pela Andrade Gutierrez (Edição 2473. 13/04/2016, p. 59).

O reforço do discurso que não se trata de um golpe estará presente na edição 2474 (20/04/2016) que antecede a edição especial sobre o *impeachment*, seja na coluna de Maílson da Nóbrega (p. 30) e na reportagem de capa intitulada “O último capítulo” de Dilma e a postura de Temer já de presidente (p. 50). E o que justifica não ser um golpe vem materializado em reportagem de mesma edição quando elencam os motivos para a retirada de Dilma:

1. Compra superfaturada da refinaria de Pasadena nos EUA;
2. Caixa dois na campanha de 2010;
3. Propina recebida em 2010 por Alberto Youssef que teria como garantia de Dilma a manutenção de um diretor da Petrobras, peça fundamental para a continuidade do esquema de corrupção;
4. Caixa dois na campanha de 2014;
5. O vínculo de João Santana com os desvios na Petrobras, e o fato dele ser seu marqueteiro oficial;
- 6.

A reprodução do mesmo esquema de corrupção da Petrobras no setor energético, segundo descobriu a *Lava-Jato*; 7. A tentativa de Dilma de obstruir as investigações do *Petrolão*, segundo delação de Delcídio do Amaral (Edição 2474. 20/04/2016, p. 55 a 59).

Embora continue dizendo que a saída de Dilma é a única solução para o impasse que o Brasil está vivendo, a partir da edição 2474 (20/04/2016) um discurso que era disperso começa a ter centralidade nas páginas de *Veja*, sobre a necessidade de pacificação: “com o país polarizado no momento mais agudo da crise política, os brasileiros precisam superar as divergências, aplacar os ressentimentos e desarmar o espírito – só assim o futuro será de todos nós” (p. 47).

E, em tom festivo é feita uma edição extra (2474. 21/04/2016) dias após a votação do *impeachment* no plenário da Câmara dos deputados que contou com 367 votos favoráveis à saída de Dilma, e 137 contrários¹⁵⁶.

Segundo Almeida (2018), a votação da admissibilidade do processo, excepcionalmente marcada para um domingo e transmitida ao vivo a partir de escolha deliberada de Cunha, teve a finalidade de “aumentar a pressão midiática a favor do *impeachment*” (p. 168). E, “apesar da diversidade territorial e dos setores de atuação de cada deputado, boa parte do léxico político mobilizado valeu-se simbolicamente dos termos ‘deus’, ‘família’ e ‘nação’, que operaram como elementos unificadores e transversais” (p. 167 e 168). Por outro lado, “a expressão ‘pedaladas fiscais’, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*” (p. 168), e “‘corrupção’ foi o termo de acusação mais recorrente e estava em sintonia com a mensagem da grande mídia naquele momento” (p. 169).

Na edição especial que pautou essa votação a revista traz em suas primeiras páginas uma publicidade da Fiesp, com seu famoso pato amarelo, e com os dizeres: “O Brasil venceu” (p. 02 e 03). E dispõem seus conteúdos em 3 grandes blocos:

1. Como é: sobre o início e o fim de Dilma e o fato de que “as verdadeiras democracias são aquelas que não sucumbem aos interesses dos poderosos. Lula e Dilma acreditaram que subverteriam essa lógica” (Edição 2474. 21/04/2016, p. 10). Sobre a presidente a comparam com um zumbi e não um “pato manco”, segundo expressão estadunidense que se refere à presidentes sem poder em fim de mandato, já que ainda

¹⁵⁶ <https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra/>. Acessado: nov. 2019.

ficará à espera da decisão do Senado de acatar ou não o *impeachment* como que a “vagar no limbo de um palácio vazio (p. 15).

2. Como será: sobre o futuro governo Temer que deverá incluir reformas visando o controle dos gastos públicos e privatizações (p. 23) e deve estar imune à ameaça de cassação da chapa Dilma-Temer (p.26). Sobre um governo do PMDB, partido que aderiu a todos os governos desde a redemocratização (p. 30). Sobre a (quase) primeira-dama Marcela Temer sendo ela “bela, recatada e ‘do lar’” (p. 28). Sobre o futuro da *Lava-Jato* com a sua luta continuando pela liderança de Moro (Edição 2474. 21/04/2016, p. 34).

3. Como foi: sobre o contexto brasileiro de manifestações em que uma “brava gente brasileira” teve “um papel decisivo na mudança de rumo da política nacional” (p. 40), mas que agora apresenta características distintas de uma de nossas maiores mobilizações, as Diretas Já!, já que esta última foi marcada pela presença de lideranças políticas fortes e agora há uma “partidofobia”, critica o cientista político Rubens Figueiredo (p. 43). E foi por meio de manifestações, como os dos caras-pintadas, convocados especialmente por entidades estudantis que foi possível tirar Collor “não por obra de um golpe autoritário, e sim pelo processo legal do impeachment” (p. 44).

Depois da votação do *impeachment* na Câmara, a revista começa a dedicar suas páginas ao governo interino de Temer, em tom positivo, dado que o sempre governista seria favorável às reformas consideradas prioritárias pela revista como a trabalhista e a previdenciária, bem como teria se reaproximado do PSDB.

E, ainda que recaiam críticas severas embora exíguas à Romero Jucá (Edição 2475. 27/04/2016, p. 114) e de forma mais ampla à Eduardo Cunha, o detestado por todos e “acusado de embolsar propinas milionárias do petróleo” (p. 45) dizem:

No ano passado, Dilma e Cunha conversaram pessoalmente no Planalto sobre um acordo de proteção mútua. A presidente usaria sua influência no STF para ajudar o deputado, já enredado no petróleo. Em contrapartida, Cunha arquivaria os pedidos de impeachment contra Dilma. Uma mão ajudaria a outra. Apesar da desconfiança e desprezo recíprocos, a negociação avançou. Lula até prometeu uma recompensa adicional ao peemedebista, ao dizer que o PT não pediria sua cassação. A aliança implodiu em dezembro, quando a bancada petista na Câmara, pressionada pela opinião pública, anunciou voto favorável à abertura de processo contra Cunha. “Não dá para confiar nessa gente”, reagiu o deputado. Confiar, nesse caso, conjuga-se com acobertar (Edição 2475. 27/04/2016, p. 49).

Dilma, cada vez mais “encalacrada no próprio petrolão” (Edição 2475. 27/04/2016, p. 55) tenta usar o púlpito da ONU para se dizer vítima de um golpe na lógica “se aqui dentro não colou, quem sabe lá fora” (p. 54) e se

[...] insistir em vender ao mundo uma versão já rechaçada pelo Legislativo e pelo Judiciário, que macula as instituições brasileiras e ofende a sociedade como um todo, estará não apenas prestando um desserviço ao Brasil, como usando uma mentira para auferir vantagem. Mas não se pode dizer que terá sido a primeira vez (Edição 2475. 27/04/2016, p. 56).

Mas não dá para ignorar, segundo a revista, a “histórica manifestação do domingo 13 de março¹⁵⁷” (p. 08) e que teve como unanimidade o apoio à *Lava-Jato* e ao juiz Moro (Edição 2475. 27/04/2016, p. 40). Assim, a estratégia não funcionou, já que “a imprensa internacional não caiu no golpe” (Edição 2476. 04/05/2016, p. 54). De forma oposta, e a partir de dados empíricos, a seguintes autoras irão argumentar que

Com o respaldo da cobertura midiática internacional, a tese do golpe passou a ser a estratégia central que mobilizou os governistas na disputa simbólica em curso. O discurso foi bastante efetivo na disputa classificatória. Os opositores contra-argumentavam que não poderia ser um golpe, pois o rito havia sido estabelecido pelo STF e estava sendo rigorosamente seguido. No entanto, a significativa atenção que davam ao debate sobre o golpe, buscando insistentemente dissuadir a opinião pública – como ficou evidente no texto do relatório do Senado em que o relator deu ênfase aos argumentos contrários à tese do golpe – já indicava que a tese governista havia se consolidado como narrativa simbólica do processo do impeachment. (ALBUQUERQUE; LOPES, 2018, p. 311 e 312).

Por outro lado, a revista¹⁵⁸ ignorou as manifestações em apoio à Dilma, sob a bandeira “Não vai ter golpe” (ao não ser por mencionar que a queda dela não é

¹⁵⁷ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contrario-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>.

Acessado: nov. 2019.

¹⁵⁸ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/nao-vai-ter-golpe-grita-publico-em-ato-pela-liberdade-democratica-em-sp.html>. Acessado: nov. 2019.

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>.

Acessado: nov. 2019.

<https://www.buzzfeed.com/br/gracilianorocha/moro-reconhece-erro-audio-do-bessias>. Acessado: nov. 2019.

consensual) que, embora em menor dimensão, se espalharam pelo Brasil, mas não contaram com o agendamento da imprensa em geral e com o engajamento convocatório da revista, que o fez em relação às manifestações por sua retirada. *Veja*, se não ignorou complementemente, pouco agendou a gravação de conversa telefônica entre Dilma e Lula e o fato de ter sido deliberadamente vazado à imprensa ainda que não fosse atribuição do juiz fazê-lo por se tratar de um presidente da República e por ter estendido o prazo de gravação previamente autorizado à PF.

E o pouco que agendou foi em defesa do juiz, que, embora tenha provocado “divergências quanto à legalidade [...] o conteúdo dos diálogos revela que o ex-presidente Lula tinha três obsessões: atrapalhar o trabalho da polícia, empastelar a Justiça e constranger o magistrado” (Edição 2470. 23/03/2016, p. 60). Isso após Dilma ter tentado nomear Lula como ministro da Casa Civil (nomeação suspensa pelo ministro Gilmar Mendes em decisão individual¹⁵⁹) para que este pudesse fugir de uma possível prisão preventiva, ou seja, o termo de posse presente na conversa entre os dois seria na verdade um salvo-conduto, segundo a revista, como já explicitado na capa da edição seguinte (2471. 30/03/2016).

Lula tem um plano secreto “para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil”, e se “Jango fugiu do Brasil no golpe de 64, [...] o caso de Lula é mais semelhante ao de Bettino Craxi, que escapou da Itália na Operação Mãos Limpas¹⁶⁰” (Edição 2471. 30/03/2016, p. 41), uma estratégia sustentada por uma narrativa que estaria em curso um golpe no Brasil, perspectiva rechaçada pela revista.

O apoio a Moro se tornou mais explícito nas páginas de *Veja* quando ocorre a condenação de Marcelo Odebrecht, que só foi possível porque o juiz fez “uma apuração paciente, rigorosa e séria. Nada em sua sentença traz imprecisões, piruetas retóricas ou conclusões que não estejam fundamentadas em fatos, documentos, depoimentos” (Edição 2469. 16/03/2016, p. 08). E nas semanas seguintes “a planilha com os apelidos dos políticos apreendidas na Odebrecht” serão só o começo de uma nova série de investigações (Edição 2471. 30/03/2016, p. 34) e “Marcelo Odebrecht decide fazer o que

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml>. Acessado: nov. 2019.

¹⁵⁹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>. Acessado: nov. 2019.

¹⁶⁰ As referências à Operação Mãos Limpas são constantes. Na edição 2471 (30/03/2016, p. 13) há uma entrevista com a socióloga e estudiosa da operação italiana Donatella Della Porta em que também são abordados aspectos da operação brasileira. E na edição 2473 (13/04/2016, p. 62) entrevistam o promotor italiano Piercamillo Davigo, atuante nessa operação.

o governo mais temia: contar como o esquema abasteceu campanhas eleitorais, a de Dilma inclusive” (p. 52).

Ao final dessa mesma gravação em parte anulada pelo ministro Teori Zavascki, do STF por conta de sua ilegalidade, Lula se despede de Dilma dizendo “tchau, querida” e não se passam muitos dias para a revista vir com uma reportagem de capa dizendo tchau, querida para Dilma e tchau, querido para Cunha – o que significa para a *Veja* a possibilidade de uma virada histórica (Edição 2477. 11/05/2016).

À essa virada histórica é acrescido do fato de Lula ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República, tendo em vista que “Rodrigo Janot apontou Lula como a eminência ainda oculta da “organização criminosa” que desviou bilhões de reais dos cofres da Petrobras” (Edição 2477. 11/05/2016, p. 59). O então procurador também teria pedido autorização para investigar Dilma no momento em que o Senado a afasta temporariamente por 55 a favor e 22 contra até que seja realizada a votação definitiva de seu *impeachment*¹⁶¹ – algo que é intensamente comemorado por *Veja*.

A revista continua pautando o processo de *impeachment*, agora centralizando na narrativa de que Dilma e o PT quebraram o Brasil e que a era petista, assim: “o governo Dilma foi abreviado em razão das irregularidades administrativas, da má gestão na economia e da corrupção generalizada, mas a presidente decidiu continuar encenando a fantasia que ela e o PT criaram para justificar os fracassos” (Edição 2478. 18/05/2016, p. 59) e foi por terra os três mitos de Dilma, de que seria: “a faxineira” da corrupção, que demitiu alguns, mas depois nomeou outros na mesma situação; uma “gerentona”, mas não viu um gigantesco esquema de corrupção em seu governo; e, que seria “vítima” de um golpe (p. 84 a 86).

Nessa mesma edição trazem uma seção nomeada “especial impeachment”, que contém: reportagem de capa, mais sete reportagens com muitas fotos (duas delas referentes ao governo Temer, portanto, não integram nosso *corpus*), uma coluna, além do editorial em que reforça seu papel como ator político:

Há 24 anos, VEJA liderou a cobertura que levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor. Foi pesadamente criticada como um veículo de “inconfessáveis tendências esquerdistas” [...] Nos últimos dois anos, VEJA voltou a ter um protagonismo, desta vez na cobertura do escândalo que acaba

¹⁶¹ <https://veja.abril.com.br/politica/senado-afasta-dilma-do-planalto-e-interrompe-o-projeto-de-poder-petista/>.

Acessado: nov. 2019.

de resultar no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e no fim da era PT [...] Como o impedimento de Dilma nunca chegou a ser uma unanimidade, pelo menos com a força avassaladora que se viu no caso Collor, as críticas de que VEJA se orientou por “inconfessáveis tendências direitistas” custaram a amainar. É com orgulho que VEJA registra as oscilações (Edição 2478. 18/05/2016, p. 14).

De forma combinada ao agendamento do *impeachment* e do fim da era PT, há produções constantes sobre as investigações em curso que afetam Lula, e, o ineditismo potencializará essa prática, assim, na chave da novidade dizem trazer novas provas com exclusividade sobre denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República contra o ex-presidente sobre possível obstrução da Justiça ao tentar subornar uma testemunha. “A denúncia contra Lula se baseia na trama que levou o ex-senador Delcídio do Amaral à prisão [assim] há evidências cada vez mais concretas de que Lula chefiava o mensalão” (Edição 2478. 18/05/2016) p. 75) – mas “provas” ou “novidades” se resumem, nas páginas de *Veja*, a furos de reportagem baseados em delações.

Sob o mesmo enquadramento produzem uma reportagem que diz que a “PF suspeita que o ex-presidente Lula tenha recebido benefícios por meio de contratos assinados em Angola entre a Odebrecht e o seu sobrinho [Taiguara]” (Edição 2479. 25/05/2016, p. 64).

Contudo, o agendamento da revista não consegue se restringir ao PT, Lula e Dilma, embora eles ainda sejam centrais, já que:

Nos 72 anexos da delação de Pedro Corrêa, aos quais VEJA teve acesso, o ex-deputado confessa que recebe propina desde a década de 70, revela o diálogo em que Lula manda montar o petrolão e envolve nas rouboalheiras membros do atual governo [...] Corrêa detalha esquemas de corrupção que remontam os governos militares, à breve gestão de Fernando Collor, passando por Fernando Henrique Cardoso, até chegar ao nirvana – a era petista (Edição 2480. 01/06/2016, p. 48 e 49).

A ampliação desse agendamento terá outro impulsionador, além da delação de Corrêa, a publicização da gravação¹⁶² de uma conversa entre Sérgio Machado, ex-

¹⁶² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36348511>. Acessado: nov. 2019.

presidente da Transpetro e ex-senador pelo PSDB e Romero Jucá, à época ministro do Planejamento de Temer:

“Tem que resolver essa p...!. Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria”, diz Jucá. A “p...” causadora da sangria é a Lava-Jato. Todo mundo entendeu que, ali, estava dito que era preciso tirar Dilma Rousseff do cargo para poder abafar as investigações [...] Os fatos demonstram, no entanto, que Dilma não travou a Lava-Jato porque não conseguiu, e não porque não quis (Edição 2480. 01/06/2016, p. 44).

Assim, a despeito de Jucá e Machado não terem dito que Dilma tentou impedir a *Lava-Jato*, outras considerações são importantes de serem feitas. Além de suprir a informação de que Sérgio Machado já fora do PSDB, a revista não pauta a delação em que ele diz “que o esquema ilícito de financiamento de campanha e de enriquecimento ilícito desvendado pela Lava Jato ocorre desde 1946”¹⁶³, mas sobretudo ignora trechos da gravação em que tratam de Michel Temer e também de Aécio:

Machado – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel.

Jucá – [concordando] Só o Renan que está contra essa porra. “Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha”. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

Machado – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá – Com o Supremo, com tudo.

Machado – Com tudo, aí parava tudo.

Jucá – É. Delimitava onde está, pronto.

Machado – Parava tudo. Ou faz isso... Você viu a pesquisa de ontem que deu o Moro com 18% para a Presidência da República?

Jucá – Não vi, não. O Moro?

Machado – É aquilo que você diz, o Aécio não ganha porra nenhuma...

Jucá – Não, esquece. Nenhum político desse tradicional não ganha eleição, não.

Machado – O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso, porra. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...

¹⁶³ https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-bomba-da-lava-jato-diz-que-propinas-nas-eleicoes-vem-desde-1946/?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link. Acessado: nov. 2019.

Jucá – É, a gente viveu tudo¹⁶⁴.

Mas continuam na mesma política editorial: “VEJA teve acesso ao pedido de Janot para apurar uma sabotagem contra a Lava-Jato no qual estão listados os principais alvos do inquérito: a presidente afastada, ministros, parlamentares, juízes – e, claro, o ex-presidente Lula” (Edição 2486. 13/07/2016, p. 45).

Nesse novo contexto, as críticas ao PMDB se restringiriam à tentativa de barrar as investigações da *Lava-Jato* e os indícios são a própria fala de Jucá e um possível acordo, sinal de obstrução de justiça, estabelecido entre Renan Calheiros e José Sarney “manter o processo de Machado no STF” (Edição. 2480. 01/06/2016, p. 38). Criticam também as tentativas de aprovação no Congresso de leis contra o abuso de autoridade, vista pela revista com uma maneira da velha ordem política de acabar com a *Lava-Jato* (Edição 2486. 13/07/2016).

Um crível golpismo da parte do PMDB sequer é mencionado que em direção oposta elabora a narrativa de que as investidas no tolhimento da *Lava-Jato* viriam da articulação de políticos do PT e do PMDB principalmente, e destacam uma foto em que Lula é chamado de suspeito de chefe da quadrilha do *Petrolão* juntamente com Renan Calheiros (acusado de receber propina e presidente do Senado pelo PMDB), Edison Lobão (acusado de receber propina, ex-ministro de Dilma e senador pelo PMDB), José Sarney, Romero Jucá (acusado de receber propina e senador pelo PMDB) e Delcídio do Amaral (Edição 2480. 01/06/2016, p. 44). Mas ao mesmo tempo tentam blindar Temer dizendo que até agora não apareceu nada que o comprometa, e que o presidente interino ainda tem o crédito de ter demitido Jucá do cargo de ministro do Planejamento (p. 46), um político que já havia participado da sustentação dos governos FHC, Lula e Dilma e que depois se fez como um dos principais articuladores de sua queda (VIZEU, 2018d).

Embora já comecem a dizer que a *Lava-Jato* chegou à velha oligarquia – Sarney, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, além de outros integrantes do PMDB, como o ministro da Casa Civil Eliseu Padilha e o próprio presidente interino – e aumentem sua produção de conteúdo acerca desses atores a partir de junho de 2016, assim dizem: “O PT, que não participou da gênese da Nova República, caiu. Agora, a Lava-Jato chega aos líderes do PMDB, o fiador da redemocratização. Sinal de uma faxina histórica” (Edição 2482. 15/06/2016, p. 47) – esse “seria o lado bom da crise” após “treze anos de poder” segundo

¹⁶⁴ <https://painelpolitico.com/leia-transcricao-na-integra-da-conversa-entre-juca-e-sergio-machado/#.XeAnb-hKjIU>. Acessado: nov. 2019.

manifesto em editorial da edição 2483 (22/06/2016, p. 14) e se há um Temer que “está promovendo uma agenda positiva na economia [há outro] que está agora às voltas com uma acusação dura” (p. 46) vinda da delação de Sérgio Machado sobre um pedido de propina à Queiroz Galvão para a campanha eleitoral de Gabriel Chalita para a prefeitura de São Paulo em 2012.

Contudo, na edição 2485 (06/07/2016, p. 15 e 16) cedem espaço para Temer se explicar, em entrevista intitulada “a Lava-Jato não vai abalar o meu governo”, em que afirma “ser ‘zero’ a chance de ter uma acusação comprovada pela Lava-Jato”. Assim, se por um lado Dilma deveria acabar com agonia que é o processo de *impeachment*, por outro, sob o comando de Temer a economia começa a dar sinais de retomada (Edição 2488. 27/07/2016, p. 46).

Na sequência da delação de Corrêa viria uma nova safra com Marcelo Odebrecht, “secretário pessoal de Dilma ganhou mesada de 50.000 mil reais”; Nestor Cerveró, “quero pedir desculpas à sociedade brasileira”; Sérgio Machado, “Renan, Jucá e Sarney dividiram propina de 60 milhões de reais”; e Léo Pinheiro, “reforma do sítio de Atibaia foi feita a pedido de Lula” (Capa Edição 2481. 08/06/2016). Mas Pinheiro também revelaria que Aécio “recebeu propina pela obra do Centro Administrativo de Minas Gerais” (p. 55) – o que só foi dito em reportagem, e não na capa da edição. Meses depois envolveria Dias Toffoli, ministro do STF, na Lava-Jato (Edição 2492. 24/08/2016).

A delação de Marcelo Odebrecht terá uma atenção maior por parte da revista tratado como “o príncipe das empreiteiras, provedor-mor das campanhas eleitorais, doador universal do sistema político brasileiro [mas] o alvo principal de suas revelações será a presidente afastada Dilma Rousseff” (Edição 2481. 08/06/2016, p. 50 e 52). E a rotina de divulgação de possíveis delações não acaba; na edição 2482 trazem uma reportagem dizendo que Vaccari decidiu quebrar o silêncio, que teria “documentos e provas que podem sacramentar de vez o destino da presidente afastada, mas não só. O ex-tesoureiro sempre foi ligado ao ex-presidente Lula e, como ele mesmo disse, conhece a alma do PT” (15/06/2016, p. 48).

Sob batidas policiais na sede do PT ou o “cerco ao covil” (Edição 2484. 29/06/2016, p. 50), Lula estaria agora “nas mãos de Moro [...] que vai decidir sobre o pedido de prisão do ex-presidente” (Edição 2483. 22/06/2016, p. 54) “que já foi um dos líderes mais populares do mundo – ‘o cara’ nas palavras de Obama –, mas hoje, seis anos depois de deixar o poder, convive com o desprestígio político, o abandono dos amigos e

as suspeitas de corrupção sobre seu patrimônio familiar” (Edição 2487. 20/07/2016, p. 41).

Já nos estertores do mandato de Dilma, a revista revela novamente a sua aspiração pela queda da presidente:

Uma perícia do Senado constata que Dilma não deixou suas digitais nas pedaladas fiscais que serviram de base ao impeachment. Sobram os decretos [de crédito suplementar]. Ufa! [...] Nada muda. Mas era melhor ficar sem essa (Edição 2485. 06/07/2016, p. 53).

Além de não deixar de pautar a questão da “fraude eleitoral” já que agora “surge a primeira prova material, na forma de mensagens eletrônicas, de que partia da sede do governo a ordem para achacar empresas durante a campanha de Dilma Rousseff” (Edição 2489. 03/08/2016, p. 42) – sem apresentá-las ao leitor.

Nessa mesma edição *Veja* revelará que João Santana está disposto a delatar, “o homem que construiu a imagem de Dilma Rousseff agora se prepara para fulminá-la” (p. 47) e na semana seguinte apresentam uma reportagem baseada em supostas revelações que João Santana virá a fazer, tendo prometido ao “Ministério Público revelar um arsenal de informações que, como o próprio marqueteiro admitiu, vai ‘destruir’ a biografia da presidente afastada” (Edição 2490. 10/08/2016, p. 48). Tanto ele como sua esposa, Mônica Moura, teriam se disposto a comprovar que Dilma “autorizou ela mesma as operações de caixa dois de sua campanha. Ou seja: não se trata de dizer que Dilma sabia do que acontecia nos bastidores clandestinos de suas finanças eleitorais, mas sim que ela própria comandava o jogo” (Edição 2490. 10/08/2016, p. 48).

A despeito de mencionarem que Marcelo Odebrecht citou nominalmente Temer em delação a que *Veja* teve acesso, como o articulador e recebedor de uma “doação de 10 milhões de reais” em maio de 2014 (Edição 2490. 10/08/2016, p. 48), reforçam que isso tudo vem ocorrendo em um momento delicado, de saída iminente de Dilma do poder. E na seção Radar da edição seguinte redirecionam a delação do empreiteiro para o alvo costumeiro: “com os fatos narrados pelo empreiteiro, será difícil Dilma Rousseff escapar do xilindró. A relação entre Dilma e a Odebrecht era simbiótica, com a presidente operando os interesses da empresa no governo” (Edição 2491. 17/08/2016, p. 38).

O discurso da necessidade de pacificação retorna na edição anterior à última votação no plenário do Senado que resultaria em 61 votos a favor e 20 contra o impedimento:

O processo de impeachment Dilma Rousseff causou tamanha polarização na sociedade brasileira que, agora, às vésperas da votação que deverá resultar no afastamento definitivo da presidente, será necessário promover uma reconciliação nacional, de modo que os brasileiros possam voltar a conviver no palco político sem rancores tribais [...] que o processo de impeachment possa marcar o início de um novo tempo (Edição 2492. 24/08/2016, p. 10).

Por fim, a última edição analisada nesse trabalho é tratada por *Veja* como histórica, assim, como por nós, por ter sido veiculada após o *impeachment* de Dilma Rousseff que tem seu mandato cassado, mas não seus direitos políticos¹⁶⁵. O enquadramento central é sobre a necessidade de se construir um novo tempo, sem o PT, já que:

Eram 15h05 quando ela atestou o óbito do ambicioso plano de hegemonia política do PT. Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, estava assentado num pecado original, que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi executado com rigor e método nunca antes visto nesse país: a corrupção da classe política com recursos públicos (Edição 2494. 07/09/2016, p. 51).

E, em editorial intitulado “Há um país a construir” (Edição 2494. 07/09/2016, p. 10), argumentam:

O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história, depois de uma epidemia de inércia e descalabro. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige. O ajuste fiscal e a reforma trabalhista e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional. Em um regime democrático, no entanto, a retomada

¹⁶⁵ Dilma acaba se candidatando ao Senado em 2018 por MG, mas é derrotada por Rodrigo Pacheco (DEM) e Carlos Viana (PHS).

econômica requer um ambiente político civilizado, atuando com um mínimo de concórdia (Edição 2494. 07/09/2016, p. 10).

Se o processo do impeachment se encerra, para a revista a busca pela verdade não, já que “o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava-Jato. Confirmou o que VEJA antecipara em março: Lula era o chefe do esquema de corrupção” (Edição 2494. 07/09/2016, p. 52).

Tal como feito em relação aos demais escândalos, ao final da análise do *corpus* discursivo selecionado empreenderemos a sistematização dos pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) acionados por *Veja* para tratar do *Petrolão*. Assim, os principais núcleos de sentido, profundamente articulados, são: *Petrolão* como continuidade do *Mensalão*, em contínua associação com Lula e em total rejeição ao PT; autorreconhecimento de *Veja*; instrumentalização das delações premiadas; apoio irrestrito à *Lava-Jato*; defesa irrestrita à saída de Dilma; e adoção e reforço da agenda neoliberal.

1. *Petrolão* como continuidade do *Mensalão*, em contínua associação com Lula e em total rejeição ao PT

O eixo central desse pacote interpretativo (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) é o de que há, no *Petrolão*, a ampliação e robustecimento das práticas antigas do PT, gestadas e implementadas no *Mensalão*: de uso de dinheiro ilegal para comprar aliados e para financiar campanhas eleitorais através de caixa 2, ou seja, não contabilizado à Justiça Eleitoral.

Esses dois escândalos funcionam como um estável dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) ao se fundamentar em um modelo, “tradição”, ou modo de fazer típico do PT, nesse sentido, eles são os próprios corruptores e como aparelharam o Estado desde a primeira eleição de Lula para as empreiteiras envolvidas no escândalo não resta outra opção que não seja a de ceder à lógica de corrupção petista. E, embora em alguns momentos cheguem a pontuar que a corrupção praticada por outros políticos e em outros momentos históricos, ressaltam que o PT a profissionalizou, a colocou em um outro patamar, pois ancorado em um projeto de poder.

Mais do que já ter perdido a bandeira da ética, isso já dito desde o *Mensalão*, não mais recuperável não importa o que digam ou façam, para a revista a vitória de Dilma pode significar a implantação do totalitarismo no Brasil. Nesse sentido narrativo, de

associação a uma suposta prática criminosa empregada pelo partido, retomam repetidamente o caso do assassinato do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel.

Assim, o PT representaria um risco à democracia, já que o *lulopetismo* em sua falsa superioridade moral é autoritário e não possui racionalidade econômica, portanto, defendem a alternância de poder, mas isso para os petistas e não para os tucanos, como no caso de São Paulo, revelando uma predileção ao PSDB que também é vista no explícito favoritismo a Aécio no contexto da eleição de 2014.

Mas, como Dilma foi eleita com base em mentiras, que nomeiam de estelionato eleitoral, por ter inventado um Brasil em sua campanha e por não ter mantido a política econômica desenvolvimentista prometida, ao que se junta ainda o financiamento ilegal, acabam por não aceitar o resultado das urnas tanto quanto Aécio, que, embora derrotado na votação, não perdeu nas ruas, e essa é uma esperança, segundo a revista.

Tanto o *Mensalão* quanto o *Petrolão* têm uma origem política, sem ter relação com um fundamento econômico advindo da estrutura de um capitalismo periférico e historicamente orientado por uma elite econômica exclusivista, e essa política foi concebida e estrategicamente planejada pelo verdadeiro comandante do esquema, Lula. A centralidade única de Lula é manifesta em todo o *corpus* de análise. E, se Dirceu levou a maior parte da culpa no *Mensalão*, agora é apenas questão de tempo até que se chegue a ele, especialmente a partir dos delatores, por exemplo através do caso tríplice. Nessa lógica, o qualificativo “amigo” ou “parente” de Lula é usado como uma estratégia narrativa de incriminação.

A busca por provas que vinculem Lula ao *Petrolão* é uma estratégia editorial da revista, que já o compreende como um criminoso, e toda a verdade só estará desvendada quando se chegar a ele.

2. Autorreconhecimento de *Veja*

Nesse contexto, e como já visto na cobertura de outros escândalos, a revista *Veja* se arvora como tendo um papel fundamental na defesa da democracia ante os descalabros, à corrupção empregada pelo PT. Diz-se responsável por ter liderado a cobertura que levou Collor ao *impeachment* e agora retoma seu protagonismo em relação à Dilma.

Como uma descobridora de uma dada verdade, *Veja* participa, assim, como um ator político na constituição de uma retórica moralizadora identificada por Alonso (2017, p.56) e que combina “moralização pública (anticorrupção) [com] moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional)”.

Corroborando nossa asserção, Gomes e Medeiros (2019, p. 480), analisando o 1º ano da *Lava-Jato* nas páginas de *Veja* dirão que: “ficou claro que os repertórios da revista *Veja* foram utilizados no intuito de fazer oposição frente ao governo do partido de situação, o PT”.

Nesse sentido, nos ficou evidente que os colunistas são mais críticos e opinativos, o que é natural quando tratamos desse tipo de conteúdo jornalístico, contudo, cabe destacar que quando estão tratam do PT, de Lula e Dilma, esses mesmos colunistas adotam uma narrativa de ataque e muitas vezes de reprodução de informações não factuais, ou mesmo de ilações, como quando Guzzo diz que Dilma é capaz de comprar deputados para ficar impune (Edição 2404. 17/12/2004). Essa prática é constante, mas não observada quando os conteúdos jornalísticos, ainda que nas colunas de opinião, abordam outros políticos, mesmo os implicados na *Lava-Jato*.

Esse processo de editoração (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) é uma importante classe de determinante a incidir na produção do percurso de um dado pacote interpretativo, tendo em vista que está permeado de nítidas escolhas de enquadramento.

3. Instrumentalização das delações premiadas

A busca da verdade por *Veja* virá da instrumentalização das delações, ou colaborações premiadas. Adotando o axioma, ou o princípio verdadeiro *per se*, de que o delator não mente em nenhuma circunstância, e que, portanto, a sua fala revela a realidade dos fatos, a narrativa de *Veja* acaba por explicitar a não necessidade de provas materiais que atestem a autenticidade do que é dito e publicado.

Radicalizam essa estratégia editorial em alguns momentos ao tentarem antever o que virá de determinadas delações ou mesmo citando partes de delações ainda em fase de negociação, na lógica de um discurso de medo como uma forma de dominação e direcionamento não apenas dos cidadãos (CHAIA; BRUGNAGO, 2014), mas nesse caso sobretudo na tentativa de influenciar a rotina investigativa pela mobilização da opinião pública – colocando em prática o que o próprio Sérgio Moro destacou em artigo publicado em 2004, de que um constante fluxo de revelações manteria o interesse do público, leitor e cidadão, “e os líderes partidários na defensiva”.

A publicação continuada das delações serve, portanto, para sustentar a produção de escândalos nas páginas de *Veja*, combinada com o tratamento minucioso e repetitivo do cotidiano geral da *Lava-Jato*. Essa opção editorial será potencializada pelo emprego do recurso narrativo da exclusividade, do ineditismo, do “furo”; além disso, a estratégia

de manutenção da pauta *Lava-Jato* faz com que a revista dedique suas edições a escândalos correlatos, mas sempre articulados ao PT.

Vemos assim, que a política de escândalos é inseparável da política da mídia.

4. Apoio irrestrito à *Lava-Jato*

Com recorrentes referências à operação italiana Mãos Limpas também é uma opção editorial o apoio irrestrito e acrítico à operação *Lava-Jato* que verdadeiramente irá mudar o Brasil e isso significa tirar o PT do poder, sendo essa uma missão do “juiz-estrela” ou o “juiz-herói”, Sérgio Moro. Não à toa com o *impeachment* de Dilma há a emergência do líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro” (ALONSO, 2017).

Tal qual foi feito com Joaquim Barbosa nos idos do *Mensalão*, a revista empreende um processo de mitificação salvacionista (GIRARDET, 1987) de Moro com a diferença de que o algoz do *Petrolão* trabalha fora dos autos, põe seu ativismo em prática, e o do *Mensalão* não seguiu esse caminho (Edição 2443. 16/09/2015, p. 61) – e é evidente nas páginas de *Veja* a concordância com o desempenho do primeiro, sem quaisquer contestações de legitimidade e/ou legalidade.

E mesmo quando, a partir das delações de Sérgio Machado e de Delcídio, a revista não consiga mais restringir o agendamento do *Petrolão* ao PT, a Lula e Dilma, ele é bastante superior e com enquadramento mais negativo e assertivo do que em relação a outros políticos, especialmente do PMDB, pois ainda assim pronunciam que a *Lava-Jato* corre o risco de desaparecimento pela articulação dos políticos do PT e do PMDB.

Assim, as críticas ao PMDB se abreviam na tentativa de barrar a *Lava-Jato* e não a um possível golpismo de sua parte especialmente manifestado e concretizado pelo vice de Dilma, Michel Temer.

5. Defesa irrestrita à saída de Dilma

Esse pacote interpretativo tem a univocidade do assentimento à saída de Dilma da cadeira presidencial. E, se no início do 2º mandato chegam a aventar a possibilidade que diante de sua inabilidade e perda de popularidade a presidente possa renunciar, com a negativa passam não apenas a apoiar o *impeachment*, mas a incitá-lo. Em torno desse objetivo, oscilam em relação à Cunha, ora chamado de um aliado errado, ora como alguém que pode fazer um acordo com o PT, ora como um mal necessário.

Uma das políticas editoriais estabelecidas no sentido da incitação ao *impeachment* será o agendamento convocatório das manifestações que clamam “Fora Dilma!” como parte do fim do ciclo petista. Por outro lado, ignoram as manifestações que bradam “Não vai ter golpe!”. Reiteram que quem está nas ruas pedindo a queda de Dilma não é a militância, mas o próprio povo em seu protótipo de cidadão de bem. Importante ressaltar que *povo* se trata de uma categoria fluída em constante disputa (LACLAU, 2015).

Não se trata de um golpe, para a revista, pois todos os ritos constitucionais foram devidamente observados e como se trata de um julgamento político o eixo interpretativo discursivamente empregado terá os seguintes elementos articulados: crise econômica + corrupção + inabilidade + impopularidade. Em constante associação com Collor, a revista vai dizer que os três mitos em torno de Dilma caíram: ser técnica (em parte devido a sua atuação na burocracia estatal, em parte por se contrapor em alguns momentos às escolhas ditas políticas do PT); ser “faxineira” (termo misógino empregado no enquadramento de ser dura, de não negociar); e, por fim, ser vítima de um golpe.

Importante destacar que os “mitos” de ser a presidente técnica e “faxineira” vão compor um enquadramento subjetivamente consistente e que amplamente reproduzidos na imprensa, nas redes tecnossociais e nas conversas cotidianas, mas de forma oposta: não é técnica, mas ignorante; não é dura, mas inflexível, intransigente, incapaz de manter a governabilidade do país – e o dado mais significativo desse comportamento, segundo a revista, é que o seu próprio partido a abandonara. Essas características da personagem política Dilma são tratadas como essenciais e, assim, necessariamente levarão à sua queda, mas, antes disso, aos seus altos índices de impopularidade. E, embora esse indicador tenha uma construção complexa,

Quando se analisa os fatos que interferem na popularidade de um político e na avaliação do desempenho de um governo, trata-se de interpretar como se forma a opinião pública e qual os efeitos que a mídia pode ter sobre ela – se os efeitos são limitados ou ilimitados (TELLES; SAMPAIO; BAPTISTA, 2015, p. 05).

Assim, o *impeachment* como um processo político, por fim a uma péssima administração, nesse sentido um dispositivo de enquadramento (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) será largamente operacionalizado, a metáfora de que “o PT quebrou o Brasil”.

Além disso, o *impeachment* pode significar o momento de recuperação da democracia por evidenciar a solidez das instituições e a constante vigilância da imprensa,

reforçando esse argumento a revista irá empregar um discurso de pacificação e fim da polarização não apenas pela queda de Dilma, mas sobretudo pelo fim do PT significar a emergência de um novo tempo.

6. Adoção e reforço da agenda neoliberal

Esse pacote interpretativo, correlacionado ao *impeachment*, virá através de críticas ao intervencionismo de Dilma e do PT nas estatais, especialmente na Petrobras, e à defesa de um programa de privatizações. O apoio a Temer se fundamentará na expectativa da implantação dessa agenda acrescida de outras reformas tais como a trabalhista e a previdenciária, e o ajuste fiscal nas contas públicas. Embora pontuem que problemas legais tangenciam o presidente interino, dizem que ainda não há provas contra ele, e mais: cedem espaço para a sua autodefesa¹⁶⁶.

4. ANÁLISE POLÍTICA E SOCIOLÓGICA DE PROJETOS POLÍTICOS

Mas além do culto ao herói há o exorcismo de demônios. Através do mesmo mecanismo pelo qual heróis são encarnados, demônios são criados.

Walter Lippmann, *Opinião Pública* (Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2008, p. 26)

4.1 A produção de escândalos político-midiáticos

O escândalo político como uma transgressão de determinados códigos diz respeito à natureza do poder, mas também à sua fragilidade; não se atém à tragédia pessoal, mas perpassa pelo social em disputas que se dão no campo simbólico. Considerando tais assertivas de Thompson (2002), retomamos a chave analítica central da presente pesquisa: o entendimento de que os escândalos político-midiáticos são momentos conjunturais críticos capazes de evidenciar as contradições na *longa duração*, um tipo de categoria discursiva tido como ponto nodal de crises hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015).

¹⁶⁶ Com uma gravação feita Joesley Batista da JBS com Temer, o já presidente passa a ser alvo de intensas suspeitas de corrupção, sendo o primeiro presidente denunciado formalmente pela PGR, mas o Congresso arquiva os dois pedidos de investigação, já que no caso do presidente da República é necessário esse aval. Rejeitado mais do que Dilma, sob Temer recai a suspeita de ter recebido propina do setor portuário.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-trechos-da-conversa-entre-temer-e-joesley-que-foram-recuperados-pela-pf.ghtml>. Acessado: nov. 2019.

<https://oglobo.globo.com/brasil/temer-recebeu-59-milhoes-em-propina-do-setor-portuario-diz-pf-23162106>. Acessado: nov. 2019.

Aécio Neves, outrora guardião da esperança de *Veja*, é alvo das gravações de Joesley:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/audio-aecio-e-joesley-batista-acertam-pagamento-de-r-2-milhoes.ghtml>.

Acessado: dez. 2019.

O período selecionado para estudo das possíveis crises hegemônicas foram os anos de 1985 a 2016, e o *locus* empírico, a revista *Veja*, tendo sido selecionados os seguintes escândalos: *Ferrovias Norte-Sul* (1987) – governo Sarney; *Caso Collor* (1992) – governo Collor; *Compra de votos para a reeleição* (1997) – governo FHC; *Escândalo do Mensalão* (2005) – governo Lula; 5. *Petrolão* (2014) – governo Dilma.

No quadro abaixo, a partir da metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), totalizamos as edições selecionadas, todas que foram publicadas durante o intervalo de investigação do escândalo; as edições efetivamente analisadas, ou seja, todas aquelas que tratam ao menos uma vez do escândalo; e os conteúdos midiáticos: reportagem de capa, reportagem, editorial, coluna, entrevista e Radar (notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página em pequenos parágrafos).

Quando nos debruçamos sobre a proporção entre o intervalo temporal, ou seja, as edições selecionadas, e as efetivamente analisadas, chegamos aos seguintes números acerca da produção discursiva de *Veja* de cada um dos escândalos:

1. *Ferrovias Norte-Sul* – corresponde a 13,7%
2. *Caso Collor* – corresponde a 100%
3. *Compra de votos para a reeleição* – corresponde a 21,4%
4. *Escândalo do Mensalão* – corresponde a 90,4%
5. *Petrolão* – corresponde a 100%

Acrescentando outro elemento à análise desses dados, observamos que a significativa variabilidade temporal¹⁶⁷ dos escândalos pode nos ajudar a compreender melhor a produção de escândalos da revista.

1. *Ferrovias Norte-Sul* – de maio de 1987 a dezembro de 1988, correspondente a 13 meses.
2. *Caso Collor* – de maio de 1992 a janeiro de 1993, correspondente a 09 meses.
3. *Compra de votos para a reeleição* – de maio de 1997 a dezembro de 1998, correspondente a 20 meses.
4. *Escândalo do Mensalão* – de novembro de 2005 a setembro de 2007, e de agosto a outubro de 2012, correspondente a 33 meses.
5. *Petrolão* – de outubro de 2014 a setembro de 2016, correspondente a 24 meses.

O escândalo *Ferrovias Norte-Sul* teve um baixo agendamento, com também baixa produção de conteúdo midiáticos, tal qual a *Compra de votos para a reeleição*, que se

¹⁶⁷ Não estamos contabilizando as semanas, mas os meses; assim, pode haver uma pequena distorção, mas ela não é significativa para nosso argumento.

diferenciou por ter um intervalo temporal maior, e em ambos os casos não houve mais de 02 conteúdos por edição.

O *Escândalo do Mensalão* foi o que durou mais meses em nossa análise, pois vai da eclosão do escândalo à data do julgamento final da Ação Penal 470 pelo STF. Seu agendamento foi alto e a produção de conteúdo também, com aproximadamente 3,5 conteúdos por edição.

Mas é importante destacar que o *Mensalão* é escândalo com muitas singularidades esteve sujeito a rememorações e retrospectivas, conforme a capa abaixo, e forneceu, discursivamente, uma contextualização totalizante às ações do PT, de Lula e de Dilma, especificamente no *corpus* do *Petrolão*.

Figura: capa Edição 2427. 27/05/2015



Fonte: Acervo *Veja*.

Os escândalos *Caso Collor* e *Petrolão* possuem semelhanças: ambos tiveram um alto agendamento, em 100% das edições selecionadas, com aproximadamente 5,4 conteúdos por edição, um número também elevado. A diferença é que o intervalo temporal do *Caso Collor* foi o menor do nosso *corpus*.

Quadro 01 – *Corpus* de análise

Sarney		
	edições selecionadas	146
	edições analisadas	20
	conteúdos midiáticos	31
Collor		
	edições selecionadas	36
	edições analisadas	36
	conteúdos midiáticos	195
FHC		
	edições selecionadas	84
	edições analisadas	18
	conteúdos midiáticos	29
Lula		
	edições selecionadas	135
	edições analisadas	122
	conteúdos midiáticos	429
Dilma		
	edições selecionadas	98
	edições analisadas	98
	conteúdos midiáticos	523
Total Geral		
	edições selecionadas	499
	edições analisadas	294
	conteúdos midiáticos	1207

Fonte: dados da pesquisa.

Para Chaia (2015), a produção de escândalos políticos coincide com o momento em que eleições presidenciais livres e pelo voto direto começam a ocorrer no Brasil, mas a autora também argumenta que:

O desenvolvimento temporal do escândalo midiático também depende de outras instituições, como a justiça e instituições políticas e até policiais. Tal escândalo possui um começo e um fim e se desenrola como uma novela, acompanhada por ávidos espectadores, ou como um folhetim, consumido freneticamente por leitores que acompanham todas as etapas da “história” [...]. Também existe a possibilidade de este escândalo desaparecer gradualmente da mídia, quando passar a não mais despertar o interesse público (CHAIA, 2015, p. 04).

Assim, o modelo de eclosão da transgressão, seguida da revelação e da desaprovação pública (THOMPSON, 2002), prescinde de novas investigações e

informações que possam fomentar a produção midiática. Algo visto no *Caso Collor* e no *Mensalão*, e acentuado no *Petrolão*, já que, além das novas legislações sobre lavagem de dinheiro, anticorrupção e colaboração (ou delação) premiada e da autonomia do MP e da PF,

a dimensão e a magnitude alcançada pela Operação Lava Jato só foram possíveis – em termos de legitimação social e impactos no sistema político – pela atuação diferenciada desses agentes, no sentido de projetar com maior intensidade e repercussão os discursos políticos e doutrinários produzidos no campo jurídico a respeito da pobreza administrativa e do combate à corrupção, e de realizar ações com maior eficácia e menor resistência contra práticas e agentes do campo político. A noção de empreendedor jurídico¹⁶⁸ pode ser útil, por exemplo, para a compreensão do papel desempenhado pelo juiz Moro (ALMEIDA, 2016, p. 80).

No sentido de influenciar o processo político, como é próprio de alguns escândalos (THOMPSON, 2002), a revista *Veja*, em sua produção discursiva, atuou não apenas como um ator político capaz de contribuir para maior eficácia e menor resistência à *Operação Lava-Jato*, no que se refere, no geral, à atuação de Sérgio Moro, e em específico ao *Petrolão*, mas sobretudo, em suas páginas, como constatado por nós, fez-se um *locus* de apoio, incentivo e visibilidade constante, ostensiva e, em alguns momentos, beligerante, especialmente por ter elencado a corrupção como um dos maiores males do Brasil, identificando nela um autor conhecido, o *lulopetismo*.

Concordamos que as instituições de controle, justiça e investigação são indispensáveis no desenvolvimento de escândalos políticos, mas nossa pesquisa demonstra que a política editorial de um meio de comunicação relevante do ponto de vista simbólico e material, uma instituição paradigmática (THOMPSON, 1998), como é o caso da revista *Veja*, é fundamental para manter o interesse do público na produção noticiosa em tom novelesco dos próprios escândalos. Essa política editorial pode atuar: **1.** na intensidade, ou a frequência; **2.** na seletividade, o que e quem serão apresentados; **3.** no enquadramento, como serão apresentados. A combinação desses elementos tem o

¹⁶⁸ “Empreendedores jurídicos (legal entrepreneurs) (DEZALAY; GARTH, 2011; MADSEN; DEZALAY, 2013), agentes cujas estruturas de capitais simbólicos (títulos, diplomas, experiências profissionais, conexões pessoais e políticas, etc) os permitem transitar entre campos e no interior do campo jurídico e agir em um sentido inovador e transformador das estruturas e práticas jurídicas” (ALMEIDA, 2016, p. 80).

potencial de transformar um escândalo em um verdadeiro acontecimento midiático (THOMPSON, 2002).

Sobre o primeiro elemento da política editorial, analisamos acima a partir dos dados do nosso *corpus*, mas ainda é possível destacar as diferenças contidas na lista de escândalos políticos elaborada pela própria revista *Veja* (ver anexo 01). Considerando o recorte de ocorrência do próprio governo e estarem diretamente relacionados aos mandatos presidenciais, temos o quadro abaixo. É evidente que o período de mandato importa quando consideramos os escândalos agendados, Sarney não foi reeleito e Collor não cumpriu sequer o primeiro mandato, assim, vamos nos ater às proporções: ao mandato de Dilma houve mais escândalos relacionados (sem consideramos o *Mensalão* e sua continuidade em contextualização totalizante) e depois ao mandato de Sarney, ficando FHC com a última posição.

Quadro 02 – *Corpus* listagem *Veja*

	Agendados	Diretamente relacionados	Proporção
Sarney	3	2	66,7%
Collor	5	1	20%
FHC	16	2	12,5%
Lula	28	9	32,1%
Dilma	13	11	84,6%

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando o segundo elemento da política editorial, a seletividade, expresso na lista de escândalos produzida por *Veja*, verificamos o agendamento de dois escândalos relacionados ao PT durante o governo FHC: o intitulado *Bunker* petista, de 2002, que trata de supostos dossiês encomendados pelo PT contra políticos do DEM, mas sobretudo contra José Serra; e o assassinato de Celso Daniel que, como vimos, é constantemente pautado por *Veja* como uma forma de associar o PT a supostas práticas criminosas.

Durante o governo Lula, o nomeado *Valerioduto* mineiro¹⁶⁹ é apenas citado por *Veja*, que não faz uma associação direta com o PSDB; ao contrário, ressalta as diferenças entre o *Mensalão* tucano e o *Mensalão* petista, restringindo-o a dois personagens, conforme excerto que retomamos abaixo.

¹⁶⁹ Prática financiamento ilegal e lavagem de dinheiro no âmbito da reeleição à governador de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) em parceria com o empresário Marcos Valério, um dos operadores do *Mensalão* petista, e inspiração para o nome do citado escândalo.

Tendo se destacado na cobertura do mensalão do PT, VEJA não deveria dar na capa a condenação de Azeredo? A resposta é não. São dois casos totalmente diferentes no que diz respeito às provas, aos fins e à abrangência de cada um. A única equivalência relevante entre os dois episódios refere-se ao fato de terem tido no centro de sua engrenagem os gastos com publicidade oficial e, nela, a presença de Marcos Valério (Edição 2457. 23/12/2015. p. 14).

Além disso, mantém em sua lista não a filiação partidária e o nome presente no imaginário de pagamento mensal de apoio político, mas a combinação de um termo gentílico, genérico em seu próprio cerne, com um neologismo sintático vindo do nome do operador do esquema. Tal construção discursiva nos faz retomar o dito por Thompson (2002, p. 45), de que “os escândalos são, muitas vezes, caracterizados por um *drama de ocultação e revelação*” (grifos do autor) – sendo eles praticados tanto pelas instituições de controle, justiça e investigação quanto pelo próprio meio de comunicação.

Em se tratando da revista *Veja*, Nunomura (2012) vai destacar que o *Mensalão* teve mais atores e acontecimentos associados do que o caso do Dossiê Cayman e o dos grampos do BNDES (ambos ocorridos durante o governo FHC, ver Anexo 02) nas páginas da revista, que empregou um enquadramento mais crítico ao presidente, enquanto poupou o tucano Fernando Henrique Cardoso. Além disso, escândalos petistas acabam encobrendo escândalos tucanos, como no caso da *Compra de votos para a reeleição*, quando se voltam à produção discursiva sobre supostos superfaturamentos nas prefeituras petistas, além de denúncias de que uma das donas da Andrade Gutierrez teria financiado a filha de Lula no exterior e viria a fazer o mesmo para ele em sua aposentadoria.

Assim, levantamos os seguintes questionamentos: o que é interesse público para a revista *Veja*? Quais são os critérios subjetivos que incidem em sua produção discursiva, e que a faz dar mais visibilidade para alguns acontecimentos midiáticos e menos para outros? Thompson (2002, p. 151) afirma que escândalos, não apenas políticos, têm apelo mercadológico e que se tornaram uma “característica endêmica da cultura política contemporânea”. Os próprios escândalos políticos possuem cultura política, não uma única, mas uma pluralidade, “cada uma delas caracterizada por suas próprias tradições distintas, seu próprio estoque de procedimentos e memórias coletivas e seu conjunto de convenções e expectativas constantemente em mudança”.

4.2 Os pacotes interpretativos em *Veja* de 1985 a 2016

Para um profundo entendimento do escândalo, portanto, é preciso aliar análise de conjuntura, ou a inteligibilidade do contexto, nas palavras de Thompson (2002), com a sistematização de sua especificidade. Ambas foram feitas no decorrer do capítulo 03, mas, para que de fato emergjam as continuidades e descontinuidades do discurso político-midiático de *Veja*, nos falta uma visão de conjunto.

Abaixo organizamos os pacotes interpretativos acionados por *Veja*, ou seja, quais são as ideias centrais organizadoras de cada um dos escândalos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Os pacotes interpretativos são uma técnica de pesquisa oriunda do conceito de enquadramento que tem a potencialidade de classificar os discursos político-midiáticos buscando (ver quadro 04):

- a) conexões entre os diferentes significados específicos, entendendo que há a agregação de novas percepções no decorrer da produção discursiva;
- b) o caráter das controvérsias políticas;
- c) a recorrência de determinados pacotes e as evidências de que alguns deles estão mais disponíveis que outros, que há um processo de hierarquização, o que pode incidir na formação de certa opinião pública.

Os pacotes interpretativos, portanto, não constituem um grupo simbólico fechado, mas uma faixa de posições (VIMIEIRO; MAIA, 2011) que agrega diferentes dispositivos lógicos e de enquadramento, mas que podem ser resumidos em uma matriz de assinatura (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Abaixo estão os principais pacotes interpretativos classificados no discurso político-midiático de *Veja*.

Quadro 03 – Pacotes interpretativos

	1	2	3	4	5	6
Sarney	Enquadramento “economiscista” de viés orçamentário	“Vilanização” do Estado				
Collor	Adoção da agenda neoliberal	Corrupção como um acontecimento midiático	Povo homogêneo em harmonia	Auto reconhecimento de Veja		
FHC	Centralidade de Sérgio Motta como um articulador, mas não como um agente corruptor	Suspeitos tratados sem seriedade	À FHC não é atribuída relação com o escândalo	Preponderância da narrativa de campanha eleitoral	Agendamento escasso	
Lula	O maior escândalo de corrupção da história	Associação instável entre Lula e o Mensalão	Sugestão da possibilidade de impeachment e rejeição à reeleição de Lula	Auto reconhecimento de Veja	Criminalização do PT e primórdios de criminalização da esquerda	
Dilma	Adoção e reforço da agenda neoliberal	Petrolão como continuidade do Mensalão em contínua associação com Lula e em total rejeição ao PT	Defesa irrestrita à saída de Dilma	Auto reconhecimento de Veja	Apoio irrestrito à Lava-Jato	Instrumentalização das delações premiadas

Fonte: dados da pesquisa.

Buscando as principais controvérsias entre os pacotes interpretativos acionados por *Veja* entre 1985 (mais especificamente 1987, ano de eclosão do primeiro escândalo de nosso *corpus*) e 2016, identificamos duas práticas discursivas importantes para o entendimento do projeto político-midiático da revista.

Uma delas diz respeito à ocorrência de reeleição para o Executivo Federal. Quando a agendam no contexto de FHC, há, no início da votação da emenda que possibilita a reeleição, o mote para o escândalo da *Compra de votos* analisado nesta pesquisa, críticas por parte de *Veja* sob enquadramento de que o presidente, ao se voltar para a aprovação dessa emenda constitucional, deixava de trabalhar em temas mais importantes. Contudo, tão logo ela é aprovada, ocorre o retorno da adesão eleitoral da imprensa, inclusa a da revista, observada na eleição que o levou ao primeiro mandato (AZEVEDO, 2017). Ou seja, não há uma contrariedade à reeleição do tucano, mas somente uma crítica sobre a possível assimetria no pleito e um desvio da atenção ainda no exercício do mandato.

Quanto a Lula, fazem uma associação entre a reeleição e o *Mensalão*. Se em alguns momentos trazem conteúdos que fundamentariam a impossibilidade de o presidente em exercício não ter conhecimento da compra de apoio parlamentar, em outros

dizem que, mesmo sendo essa a verdade, o desgaste em sua imagem é inevitável e pode resultar em uma derrota nas urnas.

Essa faixa de posição (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) é demasiado distinta entre FHC e Lula, que terão apenas uma similitude discursiva: o fato de abandonarem o mandato para concorrer pela sua continuidade.

Em outra faixa de posição verificamos uma similitude discursiva entre Lula e Dilma. Se após a vitória do primeiro é verificada uma produção de conteúdo sob enquadramento de deslegitimar a reeleição por suposta ocorrência de uso da máquina pública e de emprego de caixa dois, com Dilma essa narrativa se exacerba para a contestação do próprio resultado das urnas (tal como feito pelo PSDB, em especial pela atuação de Aécio Neves), com base nesses argumentos acrescido de outros dois: pela prática de estelionato eleitoral, ou por mentir à população durante a campanha; e por uma defesa da alternância de poder, embora não a façam no caso dos tucanos em São Paulo.

Essa similitude entre Lula e Dilma é parte constitutiva de uma estrutura discursiva de *longa duração* vocalizada por uma parte significativa das elites políticas e econômicas brasileiras, de criminalização e, no fim e ao cabo, de eliminação da esquerda por eles representada. *Veja* é um dos principais artífices dessa identidade.

A outra prática discursiva em que constatamos controvérsias entre os pacotes interpretativos é sobre o tema corrupção¹⁷⁰, uma bandeira capaz de mobilizar intensamente um amplo setor da sociedade brasileira, assim como a grande mídia, fazendo com que predomine ante outros problemas fundamentais, como a desigualdade social estruturante de nossa sociabilidade. Algo também central no discurso político-midiático de *Veja*.

A corrupção se faz como um significante vazio, já que são inúmeros, dispersos e polissêmicos os significados desse termo, porque são inúmeros, dispersos e polissêmicos os interesses e demandas sociais, fazendo da corrupção um significante sem significado

¹⁷⁰ Uma faixa de posição, ainda que lateralizada, acionada por *Veja* é a de que o financiamento empresarial de campanhas poderia facilitar práticas de corrupção. O único conteúdo dissonante desse entendimento é observado na coluna de Reinaldo Azevedo, que trata do projeto de lei em tramitação no Congresso que visa impedir esse tipo de financiamento (que era ilegal até 1994 e voltando à ilegalidade em 2015): “Restrições dessa natureza criminalizam as doações de campanha e acabam conferindo legitimidade ao discurso vigarista do PT, que insiste na falácia de que ações de assalto ao Estado de direito, como o mensalão e o petrolão, têm origem na necessidade de financiar eleições [...] a tese que considero absurda, do cartel de empreiteiras, abraçada pelo juiz Sergio Moro e pelo Ministério Público, demoniza as empresas privadas e as torna agentes do mal [...] como se pode falar em cartel quando se há apenas um ‘comprador’ que, além de fazer o preço, tem o poder de determinar quem vai tocar a obra e de retaliar as empresas que fugirem à disciplina imposta pelo achaque? Por mais que os candidatos a Savonarola dessa história tentem disfarçar, o fato é que a tese do cartel absolve o petismo do maior de todos os seus crimes, que é o assalto à institucionalidade. Esse partido não delinuiu porque precisava de recursos privados para a campanha, mas para realizar um projeto autoritário de poder, que, felizmente, deu errado!” (Edição 2434. 15/07/2015. p. 58 e 59).

(LACLAU; MOUFFE, 2015). Contudo, essa característica contingente pode se fixar com temporária estabilidade em um ponto nodal (GOMES; ALENCAR, 2019), um princípio articulador que opera na equivalência dessas diferenças, embora não no seu desaparecimento, e resulta em um discurso que se pretende hegemônico.

E, já que contingente, esmiuçaremos a seguir as relações articuladas em contextos históricos e referentes a lideranças políticas distintos.

Durante o agendamento do escândalo *Ferrovias Norte-Sul*, a corrupção é tida como oriunda do Estado, que, por ser estrutural e sistemicamente grande e ineficiente, se torna vulnerável a esse tipo de prática. Assim, prepondera a culpabilização do Estado ante a personalização do escândalo. Nesse sentido os corruptores são tratados como agentes secundários, sofrendo um processo de ocultação (THOMPSON, 2002), sendo eles as grandes empreiteiras que retornarão em outros escândalos, como no caso *Anões do orçamento, Superfaturamento de obras em São Paulo* (ver Anexo 01), depois na *Lava-Jato* e na operação da PF *Castelo de Areia*¹⁷¹, que não consta na lista de escândalos de *Veja*.

As grandes empreiteiras, como OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior, reaparecerão também no *Caso Collor*, mas novamente não serão responsabilizadas por prática de corrupção (a sonegação de impostos, o pagamento de propinas e caixa dois), chegando mesmo a serem consideradas vítimas. Já o presidente em exercício e seu chefe de campanha, PC Farias, concentrarão em si todo o ônus das denúncias.

Nenhuma das duas faixas de posições acerca da corrupção será constatada no escândalo de FHC, que tratará do suposto pagamento de apoio parlamentar para a aprovação da emenda da reeleição, mas a revista deslegitima os políticos flagrados em gravações, que atestariam tal fato. Nem a culpabilização do Estado, nem a personalização do escândalo serão acionadas por *Veja*, que trabalhará um enquadramento que busca primeiro centralizar sua prática discursiva em Sérgio Motta, blindando o presidente e depois qualificando o ministro como um articulador que, de tão tenaz, pode ter cometido excessos, mas não como um agente corruptor.

Já em relação ao *Mensalão*, veremos o agendamento de uma miríade de personagens-chave, especialmente Marcos Valério e políticos petistas. E, em uma espécie

¹⁷¹ “A Castelo de Areia foi deflagrada pela Polícia Federal em março de 2009 para apurar suspeitas de superfaturamento e lavagem de dinheiro envolvendo a Camargo Corrêa, empreiteira responsável por grandes obras estaduais e federais pelo país”. Ver mais em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/19/O-que-foi-a-Castelo-de-Areia.-E-por-que-a-opera%C3%A7%C3%A3o-voltou-%C3%A0-tons-agora>. Acessado: dez. 2019.

de *storytelling*, o tratamento do escândalo será cotidiano, um acompanhamento sincrônico que trará familiaridade e inteligibilidade a um tipo de enredo novelesco. A corrupção nesse caso terá na atuação do PT a sua gênese profissional e sistêmica, sendo, portanto, uma faixa de posição que personaliza a prática em um partido.

Mantendo a estratégia de *storytelling*, com atualizações contínuas de fatos e personagens, a corrupção, como uma essência do PT, será reforçada e ampliada no decorrer do *Petrolão*, pois esse escândalo é tratado discursivamente por *Veja* como uma continuidade do *Mensalão* pelo emprego de duas práticas: pagamento ilegal de apoio político e caixa dois.

Esse suposto “modo de fazer típico” do PT virá pela profissionalização da corrupção no aparelhamento do Estado e da imposição dessa lógica aos agentes corruptores, em sua maioria grandes empreiteiros. Assim, embora não isentem de responsabilidades esses agentes, a narrativa central é de que nada puderam fazer senão ceder ao modo de fazer petista.

Nesse sentido, as delações que muitos deles fizeram, além de políticos como Delcídio do Amaral, foram instrumentalizadas por *Veja* não como uma fonte de investigação jornalística, mas como provas cabais da corrupção implantada pelo PT. Em alguns momentos radicalizam essa estratégia editorial, citando trechos de delações ainda em negociação e mesmo tentando antever o conteúdo de determinadas delações que ainda não vieram a público.

A corrupção é tratada como um valor-notícia pela revista, e sua abordagem nos governos Lula e Dilma assume

[...] dimensões ideológicas, políticas e institucionais deslegitimadoras, principalmente quando tematizada de fora do mundo sistêmico da administração estatal e do direito, tornando-se ponto central e recursivo para representações sociopolíticas que lutam para ordenar e narrar a realidade de modo particular (GOMES; ALENCAR, 2019, p. 108).

Reitera-se, assim, o dito por Boito (2016), de que, para a ideologia dominante, esse tema está situado em um quadro moral que não encontra um contraponto. Dessa forma, mais do que dizer que a corrupção é socialmente determinada, é preciso enfatizar que ela parte do modo de produção capitalista.

Vemos assim a construção de “um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica” (MENDONÇA, 2009, p. 166).

Sobre o processo de hierarquização dos pacotes interpretativos presentes em nosso *corpus*, observamos que, no que se refere ao escândalo da *Compra de votos para a reeleição*, há pouco agendamento, tornando-se inexpressivo no gradiente de importância e de magnitude dos escândalos de corrupção e, atentando-se para o contexto midiático, não há a constituição de uma caixa de ressonância, ou seja, ele não é suficientemente reverberado por outros veículos midiáticos, sendo baixo o grau de redundância da imprensa noticiosa. Lembrando que “os casos de corrupção existem nos mais variados setores, porém esses se tornam escândalos públicos a partir do momento em que a mídia começa a investigá-los e os leva ao conhecimento da sociedade em geral” (GOMES; MEDEIROS, 2019, p. 458).

Quanto à hierarquização efetiva dos escândalos, a revista *Veja* fará uso constante de superlativos que não apenas qualificam, mas se constituem em enquadramentos dominantes a partir de argumentos persuasivos, e que, ao construírem uma imagem de grandiosidade do objeto, acabam reverberando com alto grau de sucesso no público, na audiência (MCCOMBS, 2004).

O primeiro a sofrer tal enquadramento será o *Caso Collor*, classificado como o “maior escândalo da nossa história”, em uma trilha interpretativa com tons de ineditismo. Tão logo eclode o *Mensalão*, esse título é transferido, com o acréscimo de um qualificativo, e passa a ser o “maior escândalo de corrupção da história”. O agendamento desse escândalo será intenso, com graus de sensacionalismo, mas destacamos sobretudo o enquadramento de contextualização totalizante, em que petistas, aliados e sobretudo Lula ficam subsumidos ao seu desenvolvimento. Não à toa, embora carecendo de bases factuais, reforçam inicialmente a tese de que Lula sabia de tudo por conivência ou por incompetência, e já no período do julgamento da Ação Penal 470 pelo STF o colocam como um personagem central do escândalo.

Para *Veja*, tanto o *Mensalão* quanto o *Petrolão* têm a mesma origem política, com ambos sendo concebidos e estrategicamente planejados por Lula. Sendo assim, é acrescido um grau a mais nos superlativos até então utilizados, já que caracterizam os dois escândalos no cerne de um projeto de poder do PT.

Outro processo de hierarquização intrinsecamente relacionada à narrativa acima, será a ascendente criminalização do exercício da política. Com Collor esse pacote interpretativo se aterá ao enquadramento da política partidária como intrinsecamente

corrupta. A partir do *Mensalão*, se inicia uma criminalização do PT, com estímulos discursivos pelo seu fim, a partir do entendimento de que se trata de um partido não apenas corrupto, mas também autoritário. Essa narrativa é exacerbada no contexto do *Petrolão*, já que *Veja* acusa o partido de tentar implantar o totalitarismo no Brasil. Lidando com o mesmo conjunto lexical, ainda durante o *Mensalão* constatamos os primórdios de criminalização da esquerda, especialmente por colunistas que retomarão o fantasma do socialismo.

A criminalização de Lula se acentuará na esteira do *Petrolão*, sendo que a busca por provas que lhe atribuam culpa passa a ser uma estratégia editorial da revista, especialmente pela instrumentalização das delações premiadas. E, em um contexto mais amplo, pela defesa irrestrita da *Lava-Jato* e pela produção de conteúdo relativo a essa operação de forma dirigida ao PT, Lula e Dilma.

Tratando das conexões entre os diferentes pacotes interpretativos em seus significados específicos, destacamos o tratamento empregado a dois juízes: um do STF, Joaquim Barbosa; e o outro de carreira, juiz federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, Sérgio Moro. Ambos são tratados como heróis, pois se antagonizam ao PT e a Lula, em um enquadramento que aciona o arquétipo maniqueísta entre bem e mal.

Foi com Joaquim Barbosa que se inicia uma construção imagética de juízes *pop stars*, abrindo caminho para que Moro e *Lava-Jato* tivessem um grande apelo midiático, mobilizando as audiências em torno do cotidiano de uma “megaoperação” de combate à corrupção que vem com a promessa de dirimir todos os problemas da nação. Essa mitificação salvacionista (GIRARDET, 1987) terá apenas a diferença de que Moro põe seu ativismo em prática, algo considerado legítimo pela revista, dado o contexto de corrupção generalizada. Assim, decisões judiciais excepcionais sobre atores estratégicos e em momentos críticos serão aclamadas, como a prisão de Delcídio do Amaral (senador só pode ser preso em flagrante); a condução coercitiva de Lula; e a gravação da conversa telefônica entre Dilma e Lula feita após o prazo estipulado, bem como seu deliberado vazamento à imprensa, o que acabou por impedir a posse de Lula ao cargo de ministro da Casa Civil.

Outra conexão que identificamos é sobre a categoria *povo* presente com centralidade em dois momentos na prática discursiva de *Veja*, em Collor e em Dilma. Por ser uma categoria fluída, é importante destacar, a partir do referencial laclauniano (2015), que não se trata de um grupo pré-constituído e/ou estático, mas antes de um contingente processo de identificação coletiva em que interesses e demandas diversas são articulados

em uma cadeia de equivalência com uma estabilidade temporária. Assim, sem que haja o desaparecimento da heterogeneidade, um grupo pode se vincular a um ponto nodal, um elemento unificador, estabelecendo uma relação antagônica, entre o *povo* e algo ou alguém.

Nos dois casos observados, Collor e Dilma, o *povo* trazido por *Veja* é contra os presidentes em exercício. E, se a sua presença nas ruas foi fundamental para a queda deles, a revista desempenhou o papel de estimular essa presença pelo estabelecimento de uma política editorial convocatória das manifestações públicas. O *povo* de *Veja* é ordeiro; é análogo, pois as diferenças provocam a desunião; é composto por cidadãos de bem, e não por militantes – algo reforçado especialmente no período Dilma. Portanto, aquele que está fora dessa caracterização não é o *povo* brasileiro, e sua voz é silenciada, o que os faz ignorar as manifestações que bradam “Não vai ter golpe!”.

Essa prática discursiva se antagoniza contra aquele que materializa a diferença do que se quer combater, seja pela inviabilização ou pelo estabelecimento de uma lógica de inimigos a serem eliminados. Embora não seja o escopo da presente pesquisa, é pertinente dizer que o protótipo de cidadão de bem começa a ser gestado no discurso político-midiático de *Veja* durante o *impeachment* de Collor, se intensifica e se antagoniza no *impeachment* de Dilma, sendo um dos pontos nodais da onda conservadora¹⁷² que se seguirá e que culminará na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A terceira conexão verificada nos pacotes interpretativos desenvolvidos por *Veja* trata especificamente do processo de retirada do poder de políticos com mandato executivo, conhecido por *impeachment*. Verificamos um padrão discursivo na revista de apoio a essa medida, considerada parte da democracia, e que, como um processo político, não requer necessariamente o cometimento de crime de responsabilidade. A articulação é feita entre o desejo do *povo* e a normalidade institucional, ou seja, se o *povo* quer que, nesse caso, presidentes sejam retirados do cargo, isso é garantido pelas instituições democráticas, que são sólidas no Brasil.

Collor foi o primeiro presidente impedido de concluir o mandato após a redemocratização e, se a princípio teve a anuência de *Veja*, depois ele servirá como um arquétipo discursivo que fundamenta a sequência de origem, desenvolvimento e consequência a outros presidentes. Origem por identificarem sinais semelhantes no contexto político que podem levar ao *impeachment*; desenvolvimento por observarem as

¹⁷² Para Burity (2018) essa onda conservadora é dialeticamente sustentada por quatro forças centrais: economicamente liberal, moralmente regulador, politicamente autoritário, e, socialmente intolerante.

mesmas forças e estratégias políticas sendo reproduzidas; consequência por prognosticarem o mesmo fim. Ou seja, tanto Lula quanto Dilma podem repetir a experiência de Collor por conter supostamente os mesmos elementos empíricos em sua trajetória.

No que se refere a Lula, a possibilidade do *impeachment* surge no contexto totalizante do *Mensalão*. E, se não há provas contra o presidente, há um ambiente político favorável à sua queda, ambiente esse fomentado por *Veja*. Com relação à Dilma, há uma defesa mais explícita por sua saída. No início do escândalo do *Petrolão*, chegam a estimular a possibilidade de renúncia (algo que também foi feito com Collor). Porém, como Dilma se recusa a fazê-lo, a política editorial da revista se volta para a incitação do *impeachment*. Sustentam que não se trata de um golpe, pois os ritos constitucionais foram devidamente observados e o julgamento político é discursivamente sustentado pelo seguinte eixo interpretativo: crise econômica + corrupção + inabilidade + impopularidade.

Importante destacar que o argumento de que o *impeachment* foi legitimado pela observância dos ritos constitucionais é controverso e refutado, por exemplo, por Almeida (2019, p. 73 e 74), que diz que

De forma geral, o impeachment de Dilma Rousseff mostra uma fragilidade dos mecanismos de proteção ao mandato eleitoral, na medida em que não foram exigidos quaisquer requisitos para a caracterização do crime de responsabilidade, o que acarreta, conseqüentemente, uma relação de dependência com o Legislativo não só para a adoção de políticas e implementação de um plano de governo, mas para a manutenção do mandato em si. Quanto ao papel do Supremo Tribunal Federal, ao se eximir de promover controle de constitucionalidade do impeachment, sobretudo dos requisitos dos crimes de responsabilidade, colabora para o estabelecimento dessa relação de intensa dependência do Executivo em relação ao Legislativo, pervertendo os mecanismos constitucionais de proteção ao mandato eleitoral. Mais do que isso, a análise das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, colegiadas ou individualmente, no âmbito da Operação Lava Jato, aponta para um alto grau de interferência indireta do tribunal no impeachment, sobretudo em decisões alteraram a dinâmica do jogo político nas casas legislativas e no próprio Executivo, em períodos muito próximos a etapas fundamentais do processo de cassação. Assim, a neutralidade e autocontenção do tribunal no processo de impeachment é apenas aparente; o Supremo Tribunal Federal foi, sobretudo, um agente catalizador da crise política.

A terceira conexão observada foi classificada por nós como agenda neoliberal. Mas, antes de a trabalharmos conceitualmente, faremos emergir seus significados articulados no discurso político-midiático de *Veja*.

Já durante o governo Sarney essa agenda vai integrar o enquadramento do escândalo *Ferrovias Norte-Sul* pela narrativa que considera o Estado como um local de ineficiência, impunidade e corrupção, em oposição ao mercado. Esse “ovo da serpente” se rompe na gestão de Fernando Collor.

O “caçador de marajás” alagoano foi amplamente apoiado por *Veja*, que fez parte da construção de sua imagem no período pré-eleitoral (SALLUM, 2015), especialmente ao considerá-lo um gestor eficiente, um reformador administrativo / demiurgo moralizador (LATTMAN-WELTMAN ET AL, 2014). Se, com a crescente criminalização simbólica e política de Collor, a revista o descarta como uma mercadoria sem utilidade, não faz o mesmo com a agenda liberalizante que sua vitória ante Lula representava, e que será imposta ao vice, então empossado presidente. O temor de que uma política nacional-desenvolvimentista fosse implementada por Itamar Franco é manifestada no discurso político-midiático de *Veja*.

Mesmo Lula, que foi amplamente criticado durante toda a trajetória de *Veja*, experimentou, nos primeiros meses de eclosão do *Mensalão*, uma espécie de blindagem da revista, com exceção das colunas de opinião, por conta da possibilidade de ocorrência de privatizações, pela perspectiva de maior abertura econômica e pelo controle dos gastos públicos e manutenção das metas de inflação.

Se com a substituição de Collor por Itamar Franco aflorasse um temor, por parte de *Veja*, de que se realizasse uma política nacional-desenvolvimentista, com Dilma esse temor se consubstancia, ao menos para a revista, por conta de seu excessivo intervencionismo na economia. Assim, de forma oposta, apoiará Temer, mesmo este sendo alvo de diversas denúncias de corrupção, por conta da expectativa de um concreto ajuste fiscal nas contas públicas e da implementação de reformas como a trabalhista e a previdenciária.

Por fim, a última conexão entre pacotes interpretativos é observada no que se refere aos personagens Collor, Lula e Dilma no que denominamos “autorreconhecimento”, que se traduz no exercício de uma ação política operacionalizada:

1. na afirmação de uma identidade compartilhada por seus leitores e pela sociedade em geral, que consideram a revista uma relevante fonte de informação política, por apresentar conteúdos inéditos e exclusivos;
2. a revista ser reconhecida como uma agente fiscalizadora das práticas do Estado, por trazer à tona escândalos políticos presentes nas obscuras estruturas de poder;
3. a revista se coloca como uma mediadora entre a sociedade civil e a esfera política, na medida em que a torna inteligível aos leitores;
4. a revista é uma operadora da sociedade civil em prol do fim da impunidade, já que, juntamente com os órgãos de julgamento, controle e fiscalização, pode empreender uma “faxina ética” na política brasileira;
5. a revista se comporta como um bastião da democracia por ter protagonizado as denúncias contra Collor e contra Dilma e por se opor à corrupção empregada pelo PT.

Quadro 04 – Classificação dos pacotes interpretativos

		Controvérsias		
		Reeleição de FHC, Dilma e Lula	Corrupção nos mandatos presidenciais	
		Hierarquizações		
		Entre os escândalos de corrupção	Criminalização da política	
		Conexões		
Mitificação do juiz	Definição do que é e qual é o papel do povo	Impeachment de Collor, Lula e Dilma	Agenda neoliberal	Auto reconhecimento de Veja

Fonte: dados da pesquisa.

4.3 Os projetos políticos em disputa e o projeto político-midiático de *Veja*

As disputas por projetos políticos são marcadas por cruzamentos de processos históricos.

Gilberto Maringoni, Prefácio à edição do *thriller* histórico de Leonardo Padura, *O homem que amava os cachorros*

A prevalência de escândalos políticos na contemporaneidade se deve a diversos fatores, dentre os quais Thompson (2002, p. 142) destaca: as mudanças tecnológicas que

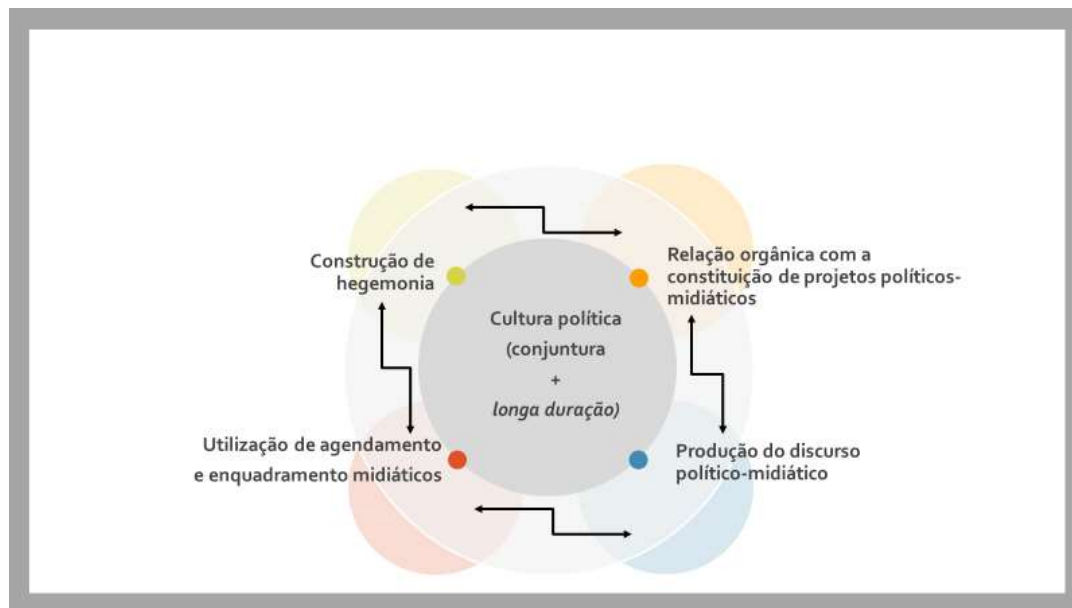
afetam a comunicação; mudanças observadas na cultura jornalística; as crescentes regulamentações da vida pública e da visibilidade da política em geral e dos políticos em específico; e as mudanças na cultura política.

Sobre esse último ponto, diz Thompson (2002, p. 146) que a cultura política, ou melhor, as culturas políticas “estão enraizadas em uma série de transformações estruturais que modelaram o ambiente em que a atividade política ocorre”, incidindo no “gradual declínio da *política ideológica* e [na] crescente importância da *política da confiança*” que se ancora no caráter individual do líder político, sendo o seu *teste de credibilidade* o próprio escândalo político, o fato de ser ou não envolvido em sua ocorrência e a forma como isso se dá.

A cultura política é mutável e viva, sendo transformada dialeticamente pelo velho e pelo novo, por essa intrínseca razão há o risco de perda de precisão conceitual e consequentemente de capacidade analítica. Para mitigar tal risco retomamos os pontos fundamentais para o entendimento do nosso objeto de pesquisa – os escândalos político-midiáticos produzidos pela revista *Veja* – sendo eles:

5. a premissa de que sua formação está atrelada aos mecanismos de construção de hegemonia;
6. durante essa construção há a supressão de certos atributos e a potencialização de outros – como na utilização de agendamento e enquadramentos midiáticos;
7. esses atributos são politicamente organizados, sendo substratos para o discurso político-midiático;
8. como transmissora e legitimadora de valores políticos, a cultura política apresenta uma relação orgânica com os projetos políticos em constituição (em específico o midiático), na relação conflituosa entre continuidade e mudança, entre dominação e resistência.

Quadro 05 – Dialética da cultura política



Fonte: dados da pesquisa.

A constituição de um projeto político-midiático se articula com a cultura política, a especificidade de um contexto social e político, evidenciando certos atributos e silenciando outros no emprego de mecanismos de construção de hegemonia. A cultura política, como um conjunto fluído baseado em experiências e memórias, racionalidades e subjetividades, continuidades e descontinuidades, se revela como um campo heterogêneo contingencial, para usarmos o referencial de Laclau e Mouffe (2015), portanto, não essencialista e não tomado como um princípio causal unívoco.

Assim, defendemos nesta pesquisa de doutoramento a delimitação de um conceito de projeto político que tem na hegemonia sua práxis, em um nexos dialético entre a indeterminação da estrutura e as formas ideológicas materializadas na conjuntura, tendo em vista que os consensos são sempre temporários, mas com fundamentos de *longa duração*, já que as concepções de mundo que se tornam dominantes (FERREIRA, 1986) são um sistema de organização de condutas calcado em uma cultura política difundida (dialeticamente) ao longo do tempo.

A própria hegemonia é temporariamente estável. Sendo assim, é por meio da produção de discursos – que não são apenas textos, mas materialização de subjetividades – que constatamos a impregnação de sentidos contidos em um campo heterogêneo em constante articulação. As estruturas discursivas ajudam a criar o sentido do social,

fazendo com que uma parte se transforme em representação de uma totalidade, ainda que em uma universalidade *contaminada* (LACLAU; MOUFFE, 2015), já que as diferenças não desaparecem, pois ainda estão ancoradas no conflito e no dissenso (MOUFFE, 2011).

A partir desse escopo epistemológico, consideramos o discurso político-midiático uma rica fonte empírica de análise, tendo em vista que trabalham de forma sistemática na produção de pontos nodais, um princípio articulador que consegue fixar significações que se pretendem hegemônicas. Os pontos nodais estruturam os sentidos com mais estabilidade pela criação de vínculos afetivos (LACLAU, 2015) e encontram na produção discursiva de escândalos político-midiáticos um *locus* propício para o seu desenvolvimento.

Assim, nos dispusemos a analisar de forma sistemática os escândalos político-midiáticos produzidos pela revista *Veja* entre os anos de 1985 e 2016, entendendo-os como uma chave analítica voltada para o desvendamento de seu próprio projeto político, que está em articulação com os demais projetos políticos em disputa. Um projeto político, ou especificamente um projeto político-midiático, é operacionalizado a partir de duas dimensões constitutivas:

1. Fundamentos: seus valores nucleares, ideias estruturantes, interesses específicos, sob as quais as diretrizes e os sentidos da ação são orientados.
2. Instrumentos: estratégias e formas de atuação visando um posicionamento que se pretende hegemônico. Voltado para a ação, para a práxis.

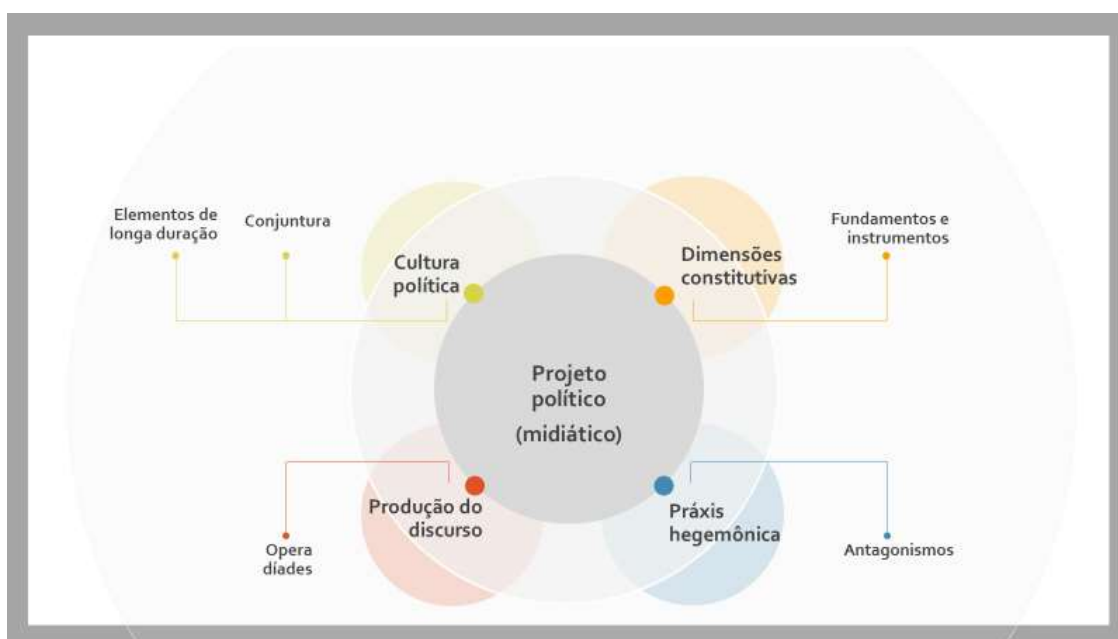
No caso específico do projeto político-midiático, a disputa por hegemonia se dá no nível do discurso, que é ao mesmo tempo palavra e ação (MENDONÇA, 2009), e em como ele é capaz de operar díades – ou impregnações de contrários (FERREIRA, 1986, p. 14) – a fim de materializar-se em concepções de mundo. São três as considerações epistemológicas das díades articuladas nas estruturas discursivas: a) embora antitéticas, possuem algum grau de inclusividade, garantida pelas fronteiras políticas do ordenamento simbólico (LACLAU; MOUFFE, 2015) em que estão inseridas; b) como matrizes histórico-políticas, podem gerar outros significados (DAGNINO, 2004); c) o antagonismo é condição de possibilidade de elaboração do discurso, em um processo de constituição antagônica (MENDONÇA, 2009).

Um projeto político, portanto, busca articular em torno de si demandas e identidades de forma que se antagonize a outras possibilidades de projetos em um ambiente contingencial em que ambos buscam hegemonizar (MENDONÇA, 2009).

devemos entender o antagonismo como o momento da percepção de uma ameaça. Tal percepção gera uma identificação entre elementos, e essa identificação produz um processo articulatório e, conseqüentemente, um discurso. Esse discurso constitui-se a partir da negatividade antagônica, mas, como suas operações são internas e o outro antagônico está fora de seus limites, os sentidos articulados, negativos e/ou positivos, fazem parte da própria forma como o sistema discursivo operará (MENDONÇA, 2012, p. 225).

Desse modo, nosso conceito de projeto político pode ser visualizado no fluxograma abaixo:

Quadro 06 – Conceito de projeto político



Fonte: dados da pesquisa.

Defendemos, portanto, que os projetos político-midiáticos são, tendo como referência o substrato da realidade brasileira, construídos a partir de fundamentos históricos de *longa duração* característicos de projetos políticos mais amplos em disputas hegemônicas calcadas nas díades *conservador/liberal* e *progressista/popular* – ambas gestadas nos estertores do regime civil-militar, com a conseqüente derrota dos projetos *autoritários*, mas com seu esteio histórico e discursivo no período democrático de 1945 a 1964.

Embora essas díades possuam conteúdos associados, é possível empreender uma caracterização, entendendo-as como categorias analíticas capazes de nos fazer

compreender conjunturas específicas, mapear atores políticos a elas associadas e elucidar processos de *longa duração*.

Foi Dagnino (2004) que, também alicerçada no pensamento gramsciano, nos expôs a especificidade brasileira e a relativa autonomia que os atores locais têm na formulação de projetos políticos, e nos deu as condições de estabelecermos essas díades. Além disso, a autora nos forneceu uma justificativa para empreender tal estudo, sobre a necessidade premente de:

[...] conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída por referências comuns, através da explicitação dos deslocamentos de sentido que sofrem (DAGNINO, 2004, p. 98).

A autora se debruça no que denomina como “[...] *confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje [início dos anos 2000] o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira” (DAGNINO, 2004, p. 95).

O projeto político democratizante e participativo, para Dagnino (2004), se expressa na “[...] criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (DAGNINO, 2004, p. 95). A autora localiza a sua emergência quando da luta empreendida por setores sociedade civil ante o regime civil-militar, e seu marco formal na Constituição de 1988, com a possibilidade cada vez mais acentuada de que a divergência entre Estado e sociedade civil passasse a dar lugar a um tipo de ação conjunta, participativa.

Bresser-Pereira (2003) também se debruçará sobre o mesmo período, vendo nele o surgimento de um pacto, um acordo informal, nomeado de popular-democrático e que estava direcionado para o processo de redemocratização do país, com o consequente rompimento da aliança que sustentava o regime civil-militar. Com a eleição indireta de Tancredo Neves, sua morte e a consequente posse do vice, José Sarney (ex-Arena), ocorreu o seguinte: se, por um lado, o presidente se concentrou na remoção do “entulho autoritário” deixado pelos militares (SALLUM, 1996), buscando uma afirmação de uma nova fase democrática, por outro optou por uma proposta minimalista de enfrentamento

dos problemas macroeconômicos (re)conhecidos ainda no governo Geisel, a via neoliberal (ELI DINIZ, 1999), “ovos da serpente” que eclodirá na gestão de Fernando Collor.

Alçado paladino do combate à corrupção e da modernização do Estado pela imprensa nacional, com apoio de organizações empresariais (SALLUM, 2015) e com “pitadas” de messianismo (MELO, 2003), Collor vocalizará uma agenda neoliberal capaz de polarizar reformistas-liberais e estatais-desenvolvimentistas, nas palavras de Sallum (2015).

A eleição de Collor em 1989, para Dagnino (2004, p. 96), se fez como

[...] parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington.

E mesmo não resultando em estabilidade econômica, nem mesmo política, essa agenda será defendida após sua queda e imputada de forma quase compulsória a Itamar Franco (como vimos em uma das conexões dos pacotes interpretativos acionados por *Veja*).

Ministro da Fazenda de Itamar Franco, FHC foi responsável por implementar a agenda neoliberal gestada na gestão Sarney. Ela disputou hegemonia na gestão Collor, a partir de dois eixos estruturantes: opção econômica monetarista em detrimento do paradigma keynesiano (SALLUM, 2003); modernização do Estado (CHAGAS, 2002) via reforma administrativa e um arrojado programa de privatizações. Incorporando um *status* de primeiro-ministro, e com a missão de combater a inflação, FHC vai construir seu capital político como o grande idealizador do Plano Real, algo que será amplificado pela imprensa brasileira, que apoiará explicitamente sua candidatura à Presidência da República.

A vitória de FHC, em 1994, ainda em primeiro turno, foi sustentada por um arco partidário e eleitoral conservador:

A união eleitoral com o PFL, uma sigla com vários políticos que apoiaram a ditadura, sofreu resistências de correntes do PSDB (Mário Covas) e do próprio Itamar Franco, mas ela era considerada essencial para a candidatura governista no Nordeste, onde os pefelistas tinham grande base eleitoral. Essa aliança foi histórica, porque marca o momento zero em que o PSDB cruza a linha de centro para se aliar com a direita, formando, a partir daí, um campo político demarcado pelas teses liberais e que iria polarizar com a esquerda e o PT (e com as teses nacional-desenvolvimentistas) até a última eleição, de 2014 (AZEVEDO, 2017, p. 101 e 102).

Calcado no (neo)liberalismo fundamentalista, o novo bloco político que se tornava hegemônico restringia a ação de movimentos sociais e sindicatos considerados estatistas em demasia (SALLUM, 2003) e elegia um estilo tecnocrático como instrumentalizador da cidadania¹⁷³. Além disso, limitava a participação popular coletiva pelo estímulo à criação de uma *confluência perversa* que, de um lado, ampliava os “[...] espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade”, mas, de outro, paralelamente expunha um “processo de encolhimento do Estado e [uma] progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 97).

Essa *confluência perversa* pode ser observada na operacionalização dos conselhos gestores, das organizações não governamentais (ONGs), das fundações empresariais, na chamada “inserção institucional” dos movimentos sociais, mas também na constituição de uma filantropia redefinida. Tal contexto acaba por fomentar a perda do caráter coletivo da cidadania, calcado no espaço público, para sobrelevar uma perspectiva privatista e individualista, ou, no que se refere ao Estado, a participação ganha um *locus* ressignificado na gestão com uma ênfase gerencial e empreendedora (DAGNINO, 2004, p. 103) – ambas profundamente despolitizadoras. “Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor” (DAGNINO, 2004, p. 106).

No que tange ao projeto político democratizante e participativo gestado na redemocratização, Dagnino (2004) diz que ele pode se viabilizar e alcançar o âmbito do poder do Estado pela presença de um desenho institucional conquistado com a volta da

¹⁷³ É possível pensar a cidadania a partir de uma dupla faceta sempre sujeita aos mais distintos níveis e intensidades de disputas, a saber, a dinâmica societária e a armadura institucional característicos do cabedal de direitos “[...] tomados como práticas, discursos, e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam” (TELLES, 2004, p. 91).

democracia formal – eleições livres e reorganização partidária – e especialmente com a vitória de Lula no pleito presidencial de 2002.

Reconhecido por ser um período de crescimento econômico, distribuição de renda e diminuição da pobreza, o ambíguo período Lula também conciliou com a elite econômica e política, engendrando o *Mensalão* e uma nova variante do populismo brasileiro. Assim, sugerirá Ricci (2013) que, se a emergência das massas urbanas explicou o varguismo, a nova classe média pode representar uma chave explicativa para o lulismo. Este também será um tema caro a Singer (2012), que dirá que o fenômeno existe sob o signo da contradição, mantendo em um mesmo movimento a conservação e a mudança, a reprodução e a superação, a decepção e a esperança. Em sintonia com as problemáticas trazidas por Bresser-Pereira (2003) e até em certa medida com as de Lamounier (2008), Singer (2012, p. 10), ao tentar reconstituir os detalhes materiais e históricos do fenômeno, vai dizer que imediatamente após a eleição de 2002 houve a manutenção da ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC, ou seja, a mesma política econômica conservadora.

Mas, passados oito anos, o cenário se transforma, e a combinação de uma conjuntura externa favorável com a ativação do mercado interno, sem que houvesse um confronto com os detentores do capital, teria propiciado um realinhamento eleitoral em 2006, com adesão em bloco do subproletariado, dando origem, assim, ao lulismo de vocação reformista, em que a diminuição da pobreza seria alcançada com a manutenção da ordem e sob a liderança de Lula (SINGER, 2012).

O lulismo teria impactado fortemente a orientação programática do PT, sendo capaz de afiançar “o modelo de arbitragem entre as classes fundamentais, dando asas a um imaginário rooseveltiano” (SINGER, 2012, p. 28), passando de um programa intensamente reformista para um reformismo fraco, abandonando a radicalização característica de sua origem. Boito (2018) dirá que o período neodesenvolvimentista inaugurado pelo lulismo se sustentará por uma ampla e contraditória composição de classe que não deixará de entrar em conflito, mas mesmo nos momentos críticos apoiará Lula e Dilma, fazendo parte do mesmo campo político.

Essa configuração contingente durará pelo menos até 2013 (ALONSO, 2017; BURITY, 2018), quando um antilulismo situado na classe média, notadamente entre eleitores do PSDB, que passariam a rejeitar Lula mais intensamente a partir da crise do *Mensalão*, se amplia. Assim, a tese de Singer (2012) é a de que houve no Brasil não uma despolitização, mas uma repolitização em torno dos termos “ricos *versus* pobres” parecida

com o período populista, especificamente entre aqueles que querem maior intervenção estatal e os que preferem soluções de mercado. Ou seja: não mais entre esquerda e direita.

Ainda nesse sentido,

[...] a reação das camadas médias às inflexões em curso, mesmo que o espírito que as preside seja moderado e conciliador, reflete a brisa da mudança. A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O subproletariado se firma no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão, enquanto a classe média se unifica em torno do PSDB, na procura de restaurar o status quo ante, mesmo que isso não possa ser dito com todas as letras (SINGER, 2012, p. 46).

Essa mudança de conteúdo do lulismo é ainda mais sintomática quando Singer (2012) compara os dados da eleição de 2006 com o alinhamento ideológico observado entre 1989 e 2002, afirmando que os eleitores de baixa renda naquele momento tendiam a votar nos candidatos mais conservadores, como Collor (SINGER, 1999).

Da análise de Marx, Singer (2012) apreende a seguinte explicação: como as frações de classe se apresentam na política enquanto massa, sem ter consciência de si e auto-organização, acabam se identificando com aquele que é capaz de instrumentalizar o Estado a seu favor. Esse caráter projetivo não finca raízes na política, mas fica pairando acima das classes. Já do referencial gramsciano, o autor enxerga no lulismo um movimento *sem mobilização*, contudo, “em lugar de o partido conservador cooptar os quadros revolucionários para executar de maneira controlada as alterações renovadoras, na prática lulista os elementos conservadores é que foram cooptados pelos dirigentes de origem progressista [...]” (SINGER, 2012, p.38).

Assim, ao invés de romper com os elementos de atraso existentes na sociedade, acaba-se por fazer alianças conservadoras em um processo de transformação que tende a excluir a participação no novo bloco de poder das forças verdadeiramente democráticas e populares. A adesão a esse projeto vai legitimar a ordem burguesa e conviver com a desigualdade, de acordo com Toledo (2004).

Francisco de Oliveira (2010) radicaliza essa crítica ao identificar na mitificação de Lula a continuação da via passiva – quando há a neutralização da radicalidade e do vanguardismo por parte de um bloco que se pretende hegemônico, ou da absorção de outros grupos em sua direção política, a fim de evitar rupturas (COUTINHO, 2012). Em

uma hegemonia às avessas, os dominados dominam, despolitizando a pobreza e a desigualdade e cooptando a organização da sociedade civil (OLIVEIRA, 2010).

Herdeira do lulismo, mas não necessariamente do petismo, Dilma Rousseff foi, com o assentimento de Lula, a primeira mulher eleita ao cargo de presidente na história de nossa República. Não tão conciliadora quanto seu “padrinho político”, a presidente buscou acelerar o lulismo empreendendo um vigoroso ativismo estatal (SINGER, 2015), tendo em vista que, a despeito do bom contexto econômico, sua perenidade era artificial e não ficou imune aos efeitos da crise global de 2008.

Amparada por uma alta popularidade, em 2012 Dilma começa a “cutucar a onça” (SINGER, 2015), investindo contra o oligopolista sistema bancário brasileiro para que diminuíssem suas taxas de juros, visando a melhoria do ambiente macroeconômico. Para tanto, intentava exercer pressão pela instrumentalização das taxas de juros dos bancos públicos, mas a “vara” começava a se mostrar curta, pois, com a alta da taxa Selic¹⁷⁴, essa estratégia se mostrou inócua.

Essa era apenas uma parte da política anticíclica adotada por Dilma e por sua equipe econômica diante do desaceleramento do crescimento do PIB, com vistas a continuar garantindo as reformas graduais do lulismo (SINGER, 2015). Uma política econômica que fora chamada por economistas liberais de “nova matriz econômica” (CARVALHO, 2018) e que buscava, além de reduzir as taxas de juros, desvalorizar o real, controlar tarifas energéticas e ceder a certos empresários crédito a juros baixos via BNDES e desonerações tributárias.

Esse ensaio desenvolvimentista, como dito por Singer (2015), é contestado por Carvalho (2018), que argumenta não se poder nomear de “desenvolvimentista” um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são os protagonistas. Assim, o colapso econômico que se seguiria não pode ser explicado por excesso de intervencionismo, mas pelo tipo de desenvolvimentismo representado nessa “nova matriz econômica”, inicialmente apoiada por associações patronais como a Fiesp.

Sem mais contar com um contexto externo favorável às *commodities* brasileiras, com o PT vivenciando uma expressiva crise de hegemonia na esteira das *Jornadas de junho de 2013*, e sofrendo os efeitos da *Lava-Jato* na construção civil e no setor de petróleo,

¹⁷⁴ Ao tentar estimular a competitividade, as taxas de juros de empréstimos dos bancos públicos foram reduzidas, porém, os bancos privados tiveram a alternativa de investir seus recursos em títulos públicos, que à época, remuneravam a uma taxa (Selic) bastante atrativa e com baixo risco.

A desaceleração da economia e a deterioração fiscal que se seguiram acabaram criando as condições para uma segunda mudança de modelo a partir de 2015. Desta vez levando ao abandono do pouco que havia sobrado dos pilares de crescimento do Milagrinho (CARVALHO, 2018, p. 59).

Uma mudança de modelo que não fora apresentada nas urnas, fazendo com que a imprensa hegemônica acusasse Dilma de cometer um estelionato eleitoral.

O choque recessivo e a emergência de um antipetismo fomentado pelo histórico de escândalos políticos e potencializado no rastro das *Jornadas* incidirão sobremaneira na dissolução da coalização produtivista, que antes se opunha ao rentismo monetarista por ver no Estado um meio de reindustrializar a economia brasileira, e que virá a integrar a formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista (SINGER, 2015).

O arquétipo da reversão neoliberal que seguirá orbitando o grande capital internacional sob liderança geopolítica dos Estados Unidos (SINGER, 2015) pode ser observado no comportamento da Fiesp, que apoiará entusiasticamente o *impeachment* de Dilma sob o slogan “Não vamos pagar o pato”: “poucos pareciam notar que a Fiesp não só não estava pagando o pato, como representava os principais beneficiados pela expansão fiscal do primeiro governo Dilma e, desde o início da crise, trabalhava para impor seu custo ao restante da população” (CARVALHO, 2018, p. 110).

À heterogênea composição de classe em torno de um novo projeto político neoliberal serão incorporados: políticos da oposição, de baixo e de alto clero; movimentos de mobilização como o MBL, os Revoltados *Online* e o Vem pra Rua; além de parte significativa da base governista que se caracterizava por ser pluripartidária, instável e fisiológica.

Assim, “[...] grupos originalmente antagônicos entre si [passam a fazer] parte de uma mesma cadeia articulatória, tendo em vista o fato contingente de se ter um inimigo comum entre próprios inimigos” (MENDONÇA, 2009, p. 158) – nesse caso, o PT e a breve possibilidade de alteração do *status quo* pelo avanço de demandas minoritárias juntamente com políticas majoritárias (BURITY, 2018).

Assim, observamos que os projetos políticos estão em constante disputa hegemônica nos momentos conjunturais, articulando fundamentos históricos de *longa duração* em torno de concepções de mundo por serem capazes de operar díades como *conservador/liberal* e *progressista/popular*.

Como categorias analíticas essas díades possuem conteúdos associados, mas também caracterizações próprias, assim, embora não tenha sido nosso intuito realizar uma exegese desses termos na produção intelectual e no pensamento social e político, é nosso objetivo empreender uma cartografia de seus sentidos a fim de confrontar os projetos políticos tecidos durante o intervalo temporal de 1985 a 2016 com a construção do projeto político-midiático da revista *Veja*.

Chegamos assim ao quadro abaixo. Importante destacar que optamos por manter as categorias econômicas subsumidas às categorias políticas por entender primeiro que todo projeto político possui uma rede discursiva calcada no social, que é político e ideológico; e pela própria natureza da presente pesquisa. Para que a incorporação das díades *neopopular* e *neoliberal* não cause estranhamento, a justificamos a partir da consideração epistemológica de que as díades, ao serem articuladas em estruturas discursivas, funcionam como matrizes histórico-políticas, podendo gerar outros significados (DAGNINO, 2004) similares em sua gênese.

Quadro 07 – Cartografia das díades

<p>Progressista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afeito à mudança e ao conflito • Descontinuidade com o passado e orientação para o futuro • Apreço à diversidade e à pluralidade 	<p>Conservador</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afeito à manutenção e à ordem • Continuidade e preservação de certo imaginário político • Apreço à homogeneização das condutas e valores
<p>Popular</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cidadania substantiva de distribuição de bens materiais e não-materiais (objetivos e subjetivos) • Fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania (GOMES, 2011) • Apreço à coletividade 	<p>Liberal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cidadania instrumental com apreço aos aspectos formais da democracia representativa • Restrição da participação popular e apreço às decisões tomadas pelas elites políticas e econômicas • Proteção inconteste à propriedade privada • Apreço ao individualismo
<p>Neopopular</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspecto nacionalista da política econômica • Prioridade no fomento e manutenção do mercado interno • Estado empreendendo públicas redistributivas • Estado desenvolvimentista 	<p>Neoliberal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspecto internacionalista da política econômica • Estado garantidor das relações contratuais ditadas pelo capital • Prioridade das políticas econômicas monetaristas • Liberdade extraída da concorrência mercantil (DARDOT; LAVAL, 2016)

Fonte: dados da pesquisa.

No decorrer dessa pesquisa, nos esforçamos em explorar a constituição de projetos políticos desde a redemocratização do Brasil nas formas ideológicas materializadas na conjuntura, sendo dialeticamente fundamentadas em elementos de *longa duração*.

Buscando uma síntese de cada projeto político pela operacionalização das díades, chegamos às definições abaixo.

Quando consideramos o projeto político hegemônico no período Sarney, reconhecemos que a díade *progressista* se faz presente, pois está condicionada pela conjuntura de saída do regime civil-militar e rejeição a quaisquer analogias, ou seja, há uma orientação para o futuro. No entanto, essa postura não se ampara em uma mudança substantiva na elite política, já que advém de uma “conciliação conservadora” (FERNANDES, 1986) manifesta na própria figura do presidente empossado, e mesmo o *status quo* social e econômico é mantido. Nesse sentido, a díade *liberal* se contrapõe à *popular* pela defesa de aspectos da democracia formal, como eleições livres e liberdade de imprensa, mas sem atribuir protagonismo deliberativo e decisório às massas.

Esse mesmo projeto político é característico por gestar a agenda neoliberal que disputará hegemonia no governo Collor em oposição ao protecionismo e à intervenção do Estado na economia, a menos que seja como garantidor de contratos e da propriedade privada. Em Collor, o princípio articulador *conservador* se sobreporá ao *progressista*, sendo ele próprio a concretização de uma imagem salvacionista de retomada da ordem, e de retomada de uma tradição na lógica do conservar-mudando (VIANNA, 1996).

Se com FHC a participação da sociedade civil se acentua, na esteira de um contínuo processo democratizante, ela será envolvida por uma racionalidade tecnocrática e individualista, exortando o aspecto *conservador* que será evidenciado em mudanças moleculares, quando concessões são colocadas em prática para impedir sua extensão e profundidade (COUTINHO, 1999), neutralizando assim a radicalidade e o vanguardismo de um bloco que disputa hegemonia. Nesse mesmo sentido, a díade *liberal* se revela, ganhando potência na implementação da agenda neoliberal.

Com a vitória de Lula, o tripé econômico ortodoxo – superávit fiscal, câmbio flutuante e juros altos – característico dessa agenda foi mantido. Contudo, a opção política por estruturar um governo que pudesse atuar na melhoria da distribuição da renda nacional e na diminuição da pobreza fez com que a díade *(neo)liberal* se movesse sensivelmente para a *(neo)popular*. O aspecto *progressista* de descontinuidade com passado em prol de mudanças mais substantivas de caráter coletivo se articularão com o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania no aumento e/ou consolidação de quotas relevantes de poder do cidadão, em face de outras instâncias concorrentes na disputa pela produção da decisão política no Estado ou na esfera social (GOMES, 2011).

Dilma Rousseff radicalizará um ativismo estatal (SINGER, 2015) em prol da manutenção e ampliação do lulismo. Ao se orientar para uma maior distribuição de bens materiais a partir de políticas majoritárias, acaba confrontando importantes grupos neoliberais. Durante seu governo, embora não como consequência causal dele, demandas minoritárias calcadas na diversidade e na pluralidade ganham o prosaetrio.

As cristalizações das díades em cada projeto-político possuem gradientes de inclusividade, fazendo com que, em alguns momentos, suas fronteiras se expressem de forma menos rígida e delimitada. Também não há univocidade em sua ocorrência, ou seja, cada projeto contém o seu antagonismo e estabelece sua representação a partir da oposição de seus sentidos.

Os projetos políticos, portanto, possuem seu nexo dialético nos *processos de conjuntura* e nos *movimentos orgânicos* com fundamentos de *longa duração* (GRAMSCI, 1968). O segundo é caracterizado por sua acentuada permanência e reprodução de certa hegemonia, e o primeiro pela incidência nessas condições, pela tentativa de modificar uma condição hegemônica.

Assim: “A história, portanto, é considerada não como um *continuum* ascendente de reformas democráticas, e sim como uma série descontínua de formações hegemônicas ou blocos históricos” (LACLAU; MOUFFE, 2011, p. 136). Por essa razão, está sempre suscetível à política cotidiana, aos aspectos cíclicos e descontínuos da conjuntura, mas também à atuação de lideranças políticas.

Nesse sentido epistemológico, cabe retomar os projetos políticos tecidos antes do período de redemocratização. Dos projetos *autoritários* identificamos as seguintes ocorrências:

Sorbonista, que se inicia com o golpe de 1964 e se caracteriza pela implementação institucional do regime de exceção, com o AI-1 (1964), que institui eleições indiretas para presidente da República, organiza a coerção estatal, promove cassações e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs); e com o AI-2 (1966), que extingue os partidos políticos existentes e impõe uma nova Constituição.

Linha-dura: período de recrudescimento e de autonomização dos aparelhos de segurança (STEPAN, 1987), com sistematização de práticas de tortura e de extermínio, especialmente a partir do AI-5.

Distensionista: capitaneado por Geisel e pelo estrategista Golbery do Couto e Silva, inaugura a transição lenta, gradual e segura em moldes conciliatórios.

Durante o período de transição, principalmente nos seus estertores, novas possibilidades políticas começam a surgir, e, embora tivessem como bandeira comum a democratização do país em seu aspecto normativo, diferiam quanto à sua substância. E foi nesse momento *conjuntural*, de crise de hegemonia que identificamos a disputa entre as díades *progressista-popular* e *conservador-liberal*, que assim se cristalizarão no período subsequente:

Quadro 08 – Projetos políticos

Período Sarney – projeto político <i>progressista-(neo)liberal</i>
Período Collor – projeto político <i>conservador-(neo)liberal</i>
Período FHC – projeto político <i>conservador-(neo)liberal</i>
Período Lula – projeto político <i>progressista-(neopopular)</i>
Período Dilma – projeto político <i>progressista-(neopopular)</i>

Fonte: dados da pesquisa.

É chegado o momento de retomarmos a hipótese orientadora desta pesquisa sobre a revista *Veja*, e ela está composta por duas partes articuladas:

1. A produção de escândalos, em termos de agendamento e enquadramento, é compatível com seu próprio projeto político-midiático.
2. Conforme as lideranças políticas identificáveis em cada um dos projetos políticos que foram sendo tecidos durante o intervalo temporal de 1985-2016 se afasta de seu projeto político-midiático, elas ficam sujeitas não apenas à intensificação quantitativa na produção de escândalos políticos e de sua cobertura, mas também a um enquadramento mais personalista e negativo.

Para tanto, a revista *Veja* aciona fundamentos – valores nucleares, ideias estruturantes, interesses específicos – e, instrumentos – estratégias e formas de atuação visando um posicionamento que se pretende hegemônico – durante a elaboração dos pacotes interpretativos em suas conexões, controvérsias e hierarquizações (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) acerca dos escândalos político-midiáticos.

No decorrer dos mandatos presidenciais de Sarney a Dilma, a revista *Veja* vai se antagonizando ou aquiescendo aos projetos políticos que lhes são característicos, e assim engendra dialeticamente seu próprio projeto político-midiático, que é composto da articulação das díades *conservador-(neo)liberal*.

Portanto, confirmamos nossa hipótese, tendo em vista que os escândalos do *Mensalão* e do *Petrolão* ficaram sujeitos a mais intensidade, seletividade e um enquadramento mais personalista e negativo, especialmente em seus protagonistas-governantes – Lula e Dilma. E, se a *Collor* é destinada a mesma política editorial, isso se dá antes por ameaçar a implementação do projeto que *Veja* representa e que a constitui. Dessa forma, por serem os escândalos um *locus* de disputa de significação, alguns podem ser chamados de escândalos políticos (*Ferrovia Norte-Sul / Compra de votos para a reeleição*), enquanto outros são escândalos político-midiáticos (*Caso Collor / Escândalo do Mensalão (2005) / Petrolão*).

A revista *Veja*, portanto, possui um consistente projeto político-midiático, com fissuras se acentuando em determinados momentos de crise orgânica (GRAMSCI, 1968), mas possuidora de uma rede discursiva político-ideológica capaz de disputar hegemonia. Como quando profere que o processo de *impeachment* de Dilma pode “marcar o início de um novo tempo” (Edição 2492. 24/08/2016. p. 10), um tempo em que projeto possa se tornar hegemônico.

Figura: Edição 2474. 20/04/2016. p. 60 e 61



Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Edição 2475. 21/04/2016. p. 06 e 07



Fonte: Acervo *Veja*.

Figura: Edição 2475. 21/04/2016. p. 38 e 39



Fonte: Acervo *Veja*.

Configura-se, portanto, como um importante ator político por influenciar a tomada de decisão, por se aliar circunstancialmente a outros atores, e por instrumentalizar o poder através do agendamento e do enquadramento de temas e atores políticos. Assim, integra um projeto político que não apenas dela, mas de setores política e socialmente conservadores, historicamente contrários a reformas como a agrária e à minimização efetiva da exclusão social, mas significativamente adeptos de reformas (neo)liberais.

Sendo assim, a construção de seus significados tem efeitos cumulativos, em longo prazo (MIGUEL, 2007). Porém, se para o escândalo se tornar expressivo e vivo no imaginário coletivo é necessário não apenas que pessoas desaprovem o ocorrido, mas que a expressem (THOMPSON, 2002), retomamos a indagação de McCombs (2004, p. 75):

“[...] quanto tempo é necessário para que um assunto veiculado pela mídia transforme-se em algo saliente na agenda pública?”.

Se para a revista *Veja* o *impeachment* de Dilma Rousseff significou um momento de recuperação da democracia e de pacificação social pela (pretendida) supressão do PT, para nós, na vocalização de Mouffe (2011, p. 22), “quando as instituições parlamentares são destruídas ou enfraquecidas, a possibilidade de um confronto agonístico desaparece, e o espaço é ocupado por um nós/eles antagonístico”. Assim, passa-se a entender qualquer posição contrária como inimiga, e não como adversária.

Da sequência “doleiros => Petrobrás => construtoras => PT”, gerou-se “*impeachment* de Dilma => Lula sendo condenado e preso após decisão de 2ª instância”¹⁷⁵, o que o impediu de ser candidato em 2018 contra Bolsonaro. E, não fosse a *Vaza-Jato*¹⁷⁶ – vazamento pelo site The Intercept de conversas realizadas entre Sérgio Moro, o promotor Deltan Dallagnol e outros integrantes da *Lava-Jato* –, não teríamos corroborações da seletividade da Operação, especialmente em relação a Lula e ao PT, pela busca por influenciar os processos políticos¹⁷⁷, pautando a imprensa e pressionando os operadores da Justiça, do *impeachment* à prisão de Lula.

Sérgio Moro, alçado a herói pela revista *Veja* e a algoz do PT, se torna ministro da Justiça de Bolsonaro em 2019, de um presidente que não apenas enxerga seus adversários como inimigos a serem eliminados, mas sobretudo que se dispõe a reeditar um projeto *autoritário* de poder há tão pouco por nós vivenciado e não completamente solapado ao horror de uma memória histórica.

ANEXO 01 – Lista de escândalos políticos pela revista *Veja*

Como já foi dito no início da presente tese de doutoramento, a seleção dos escândalos relativos a cada um dos mandatos presidenciais foi feita a partir de uma lista

¹⁷⁵ Em reportagem à edição 2466 (24/02/2016) a revista faz uma defesa à chamada decisão histórica do STF que determina que confirmada a condenação em segunda instância, o réu vai do tribunal direto para a cadeia, o que é bom para a *Lava-Jato*, segundo *Veja*, pois faz com que a impunidade deixe aos poucos de ser a regra. Também trazem uma fala de Moro que assevera que o sistema está mudando. Na edição 2483 (22/06/2016, p. 58) trazem outra reportagem sobre o tema em que “o STF julga se mantém ou suspende a decisão que determinou a prisão imediata de condenados em segunda instância. Réus da Lava-Jato estão ansiosos pela segunda opção”.

¹⁷⁶ https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/?utm_source=The+Intercept+Brasil+Newsletter&utm_campaign=38a9849893-EMAIL_CAMPAIGN_2019_08_29_12_15&utm_medium=email&utm_term=0_96fc3bd6d5-38a9849893-131928021 Acessado: dez. 2019.

¹⁷⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml>. Acessado: dez. 2019.

de escândalos políticos¹⁷⁸ elaborada pela própria revista *Veja* com o nome do escândalo e ano de eclosão (conforme tabela abaixo) e que foi publicada no site *Rede de Escândalos* até então mantido pela revista *Veja*, mas que foi tirado do ar ainda no 1º semestre de 2017.

Contudo, como um dos objetivos do trabalho foi analisar a produção de escândalos político-midiáticos pela revista *Veja* a partir da relação com o seu próprio projeto político-midiáticos, ou seja, o que ela própria entende ser um escândalo, além dos enquadramentos a eles articulados, achamos por bem manter essa lista, acrescentando uma breve descrição de cada um deles, exceto pelos que já foram trabalhados ao longo da pesquisa, sendo eles: *Ferrovia Norte-Sul*, *Caso Collor*, *Compra de votos para a reeleição*, *Mensalão e Petrolão*. Excetuando-se, também, aqueles a eles escândalos correlatos, como: a *CPI da Corrupção* do período Sarney; *Corrupção nos correios*; *Dólares na cueca*, *Valerioduto mineiro*, *República de Ribeirão* e *Quebra de sigilo do caso Francenildo*, todos correspondentes ao período Lula e articulados ao *Mensalão*; e, no período Dilma, a *Operação Lava-Jato*.

¹⁷⁸ <http://veja.abril.com.br/brasil/rede-de-escandalos-perfila-os-protagonistas-dos-maiores-casos-de-corrupcao-da-politica-brasileira/>. Acessado: abr. 2017.

<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/>. Acessado: abr.2015.

Quadro 09: Lista de escândalos políticos pela revista *Veja*

<u>1985/1990 – José Sarney (PMDB)</u>
1. Ferrovia Norte-Sul (1987) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
2. Caso Banespa (1987) Esse escândalo se desdobrou em dois momentos relativos ao governo de Orestes Quéricia em São Paulo, no início de sua gestão, quando se descobre uma fraude envolvendo o então presidente do banco – Otávio Ceccato –, que provocou um rombo de 1 bilhão de cruzados na corretora do Banespa (de compra de Apólices do Tesouro Municipal de São Paulo – ATM), e, no fim da gestão, nos empréstimos especiais ou “antecipação de receita orçamentária” de valores no montante de 674 milhões de dólares. O caso se estendeu até início dos anos 2000, quando Quéricia – governador entre 1987 e 1991 – e seu sucessor Luiz Antônio Fleury Filho – governador entre 1991 e 1994 –, além 108 outros ex-controladores e administradores do Banespa, se veem às voltas com um julgamento – mas são absolvidos – sobre atos de corrupção no banco e que levariam a uma intervenção do Banco Central em 1994.
3. CPI da Corrupção (1988) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
<u>1990/1992 – Fernando Collor (PRN) / 1992/1995: Itamar Franco (PRN)</u>
1. Máfia da Previdência (1991) Referente a fraudes financeiras ocorridas no âmbito do INSS, estima-se que no decorrer da ilicitude houve o desvio de 600 milhões de dólares. Segundo acervo da Globo: “Eram vários os tipos de golpes, aplicados por advogados da Baixada Fluminense. Os mais comuns consistiam em falsos pedidos de aposentadoria por invalidez e em cálculos superestimados das indenizações. A quadrilha [...] envolvia 20 pessoas, entre elas o juiz Nestor do Nascimento e a advogada Jorgina de Freitas Fernandes” ¹⁷⁹ .
2. Caso Collor (1992) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
3. Paubrasil (1993) Um escândalo de ordem tributária que trata de descobertas da Receita Federal e da Procuradoria da República sobre doações ilegais feitas à empresa Paubrasil

¹⁷⁹ <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/escandalo-da-previdencia/fraude-descoberta.htm>. Acessado: abr. 2019.

Engenharia. O desfecho do caso ocorrerá em 2009, com a condenação do pianista João Carlos Martins. “Segundo o Ministério Público Federal, recursos não declarados foram destinados ao financiamento de campanhas políticas no início da década de 90, como a do atual deputado Paulo Maluf (PP-SP), para o governo estadual e para a Prefeitura de São Paulo”¹⁸⁰.

4. Anões do orçamento (1993)

Esse escândalo trata do desvio de recursos oriundos das emendas parlamentares “por meio de organizações sociais de fachada e empreiteiras” em esquema centralizado pelo deputado federal João Alves (PFL-BA). Uma das consequências desse escândalo, segundo delação do ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, Claudio Melo Filho, foi a de que: “Desde aquele período, a Odebrecht já se movimentava no Congresso em busca de facilidades em troca de propinas. O emblemático capítulo ‘Anões do Orçamento’, no entanto, fez a empreiteira alterar seus procedimentos”¹⁸¹.

5. Escândalo Parabólica (1994)

Trata do vazamento de uma conversa entre o embaixador e ministro da Fazenda Rubens Ricupero com o jornalista da Globo Carlos Monforte, momentos antes de irem ao ar na TV aberta. A queda do embaixador foi inevitável após a fala: “Eu não tenho escrúpulos; o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”¹⁸².

1995/2003 – Fernando Henrique Cardoso (PSDB)

1. Pasta Rosa (1995)

No âmbito da intervenção do Banco Central no Banco Econômico, uma “pasta rosa”, posse do próprio dono, que discriminava doações financeiras a políticos “foi achada pelo interventor do BC propositalmente jogada numa das salas da diretoria do Banco, com o claro intuito de que seu conteúdo fosse revelado e divulgado amplamente, como realmente acabou acontecendo. A pasta, na verdade, vinha servindo para chantagear os políticos que estavam na lista de doações e com suspeita de depósitos no exterior”¹⁸³.

2. Precatórios (1997)

¹⁸⁰ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/joao-carlos-martins-e-condenado-no-caso-paubrasil,333541>.

Acessado: abr. 2019.

¹⁸¹ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/anoes-do-orcamento-fizeram-odebrecht-mudar-estrategia-no-congresso-diz-delator/>. Acessado: abr. 2019.

¹⁸² <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/escandalo-da-parabolica-derrubou-ministro-da-fazenda-rubens-ricupero-18904564>. Acessado: abr. 2019.

¹⁸³ <https://jornalggn.com.br/gestao/corrupcao/a-pasta-rosa-de-calmon-de-sa-e-seus-descaminhos-0/>. Acessado: abr. 2019.

Ocorrido na gestão de Celso Pitta na prefeitura de São Paulo, esse escândalo também envolveu seu “padrinho” político, Paulo Maluf, e dizia sobre emissão ilegal de precatórios (dívidas do setor público oriundas de decisões judiciais)¹⁸⁴

3. Frangogate (1997)

Outro escândalo envolvendo Paulo Maluf, dessa vez sobre o superfaturamento nas compras de carne de frango¹⁸⁵ no âmbito da prefeitura de São Paulo, fato ocorrido durante a sua gestão (1993-1996).

4. Compra de votos para a reeleição (1997)

Integra o *corpus* da pesquisa.

5. Dossiê Cayman (1998)

Sobre um dossiê feito supostamente para ser vendido ao PT e que trazia acusações à cúpula do PSDB, incriminando José Serra, Sérgio Motta, FHC e Mário Covas.

6. Grampos do BNDES (1998)

Trazido à tona pelo jornalista Elio Gaspari, esse escândalo se refere à colocação ilegal de grampos telefônicos por agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) em repartições do BNDES e que foram capazes de captar acordos ilícitos para favorecer o consórcio organizado pelo *Opportunity*, do banqueiro Daniel Dantas, com a participação do fundo de pensão Previ nas tratativas da privatização das empresas do Sistema Telebras.

7. Máfia dos Fiscais (1998)

Novamente na gestão Pitta (1997-2000) um escândalo emerge, agora tratando de um esquema de cobrança de propina por parte de fiscais da prefeitura¹⁸⁶.

8. Caso Marka (1999)

Um escândalo que foi prescrito após oito anos de sua eclosão, que se deu: “no início do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, quando houve mudança do sistema de câmbio no país e o regime elevou o teto da cotação do dólar. Por ter apostado na estabilidade do câmbio, com aplicações em contratos de venda no mercado futuro de dólar, o banco Marka, do banqueiro Salvatore Cacciola, quebrou. Por meio de Luiz Bragança, amigo do então presidente do Banco Central, Francisco Lopes, Cacciola

¹⁸⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/ult10042000165.htm>. Acessado: abr. 2019.

¹⁸⁵ <https://www.conjur.com.br/2010-dez-13/paulo-maluf-absolvido-frangogate-ficha-limpa> Acessado: abr. 2019.

¹⁸⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1207200804.htm>. Acessado: abr. 2019.

pediu socorro ao BC, que vendeu dólares por um preço mais barato do que a cotação de mercado” ¹⁸⁷ .
9. Forte Cindam (1999) Trata-se do mesmo escândalo acima.
10. Desvios de verba do TRT-SP (1999) No âmbito da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, houve superfaturamento e direcionamento de licitação envolvendo, entre outros, o senador Luiz Estevão e o juiz Nicolau dos Santos Neto ¹⁸⁸ .
11. Garotinho e a turma do chuvisco (2000) Um escândalo que só findaria em 2010, com a condenação de Anthony Garotinho, à época governador do Rio de Janeiro, sob a acusação de formação de quadrilha em um esquema que envolvia a Polícia Civil e bicheiros fluminenses. Esse esquema teria se estendido no governo estadual de Rosinha, esposa de Garotinho. O nome do escândalo se justifica porque a quadrilha supostamente “era comandada por integrantes da ‘turma do chuvisco’”, apelido dado ao grupo político do clã (referência a um biscoito famoso em Campos) ¹⁸⁹ .
12. Sudam (2001) Com os supostos chefes do esquema de corrupção soltos, o escândalo refere-se a desvios por parte de empresários, funcionários públicos e políticos (como indicam as investigações, o próprio Jader Barbalho estaria envolvido) “de R\$ 1,2 bilhão dos cofres da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)” ¹⁹⁰
13. Violação do painel do Senado (2001) O nome do escândalo já é uma breve descrição do fato ocorrido durante votação para cassação do mandato de Luiz Estevão. Antônio Carlos Magalhães, o principal envolvido no escândalo, renuncia ao mandato após repercussão e consequente investigação no Senado.
14. Bunker petista (2002)

¹⁸⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/caso-marka-fontecidam-e-encerrado-apos-prescricao-sem-condenacoes.html>. Acessado: abr. 2019.

¹⁸⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29771.shtml>. Acessado: abr. 2019.

¹⁸⁹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-ficha-corrída-de-anthony-garotinho/>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹⁰ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/escandalo-da-sudam-todos-ricos-todos-soltos/>. Acessado: abr. 2019.

Trata-se de um escândalo extremamente midiaticizado por estarmos às vésperas das eleições presidenciais, em que o PT supostamente estaria encomendando a feitura de dossiês contra políticos do DEM, mas sobretudo de José Serra.

15. Caso Celso Daniel (2002)

Referente ao caso do assassinato de Celso Daniel, prefeito petista de Santo André e coordenador do programa de governo de Lula. O político fora sequestrado e os inquéritos da Polícia Civil e Federal concluíram que os sequestradores foram também os autores do crime. Contudo, esse crime é peculiar por vez ou outra voltar a ser manchete, inclusive pelas suposições de que o caso envolveria casos de corrupção no âmbito da prefeitura em contratos de coleta de lixo e transporte público.

16. Caso Lunus (2002)

Um escândalo extremamente controverso, pois há um entendimento de que foi gerado para impactar negativamente a candidatura à Presidência da República de Roseana Sarney, tendo em vista que a Polícia Federal encontrou R\$ 1,34 milhões na sede da empresa maranhense Lunus, que tinha como acionista majoritário o esposo da candidata, Jorge Murad. O destaque foi para a origem desconhecida do dinheiro e as consequentes suspeitas sobre a construção do patrimônio do casal.

2003/-2011 – Lula (PT)

1. CPI do Banestado (2003)

Refere-se a denúncias de remessas ilegais deste banco para contas subsidiárias no exterior.

2. Operação Anaconda (2003)

Relativo ao poder judiciário, este escândalo trata de negociações entre juízes e advogados a fim de beneficiar seus clientes¹⁹¹.

3. Caso Waldomiro Diniz (2004)

Um dos principais envolvidos no escândalo do *Mensalão*, Diniz foi alvo de matéria da revista *Época*, que, a partir de uma gravação de 2002, expunha os pedidos de propinas e financiamento eleitoral ao bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira¹⁹².

4. Banpará (2004)

¹⁹¹ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u55077.shtml>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹² <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI42738-15223.00-BICHO+NA+CAMPANHA.html>. Acessado: abr. 2019.

Novamente a figura de Jader Barbalho vem à tona, dessa vez por um suposto desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará quando era governador (1983-1987) ¹⁹³ .
5. Caso GTech (2004) Um escândalo que é desdobramento do Caso Waldomiro Diniz, pois trata de “tráfico de influência e corrupção durante as negociações para renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a empresa multinacional de processamento de loterias GTech” ¹⁹⁴ , quando ele presidia a Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro).
6. Superfaturamento de obras em São Paulo (2004) Um escândalo envolvendo construtoras como a “OAS, Camargo Corrêa e Galvão, e [a] Planorcon Projetos, por inúmeras irregularidades nas licitações, nas obras de reforma e ampliação do aeroporto de Congonhas” ¹⁹⁵ .
7. Corrupção nos Correios (2005) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
8. Escândalo do Mensalão (2005) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
9. Dólares na cueca (2005) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
10. Valerioduto mineiro (2005) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
11. República de Ribeirão (2005) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
12. Quebra de sigilo do caso Francenildo (2006) Integra o <i>corpus</i> da pesquisa.
13. Escândalo dos Sanguessugas (2006) Refere-se a um esquema de compras fraudulentas de ambulâncias no âmbito do Ministério da Saúde ¹⁹⁶ .
14. Renangate – Caso Mônica Veloso (2006)

¹⁹³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0212200419.htm>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹⁴ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/01/valdomiro-diniz-e-mais-sete-viram-reus-em-processo-do-caso-gtech.html>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹⁵ <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/congonhas-superfaturamento-na-reforma-do-aeroporto-leva-o-mpf-a-mover-acao-de-improbidade>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹⁶ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/entenda-o-escandalo-dos-sanguessugas,20061211p60113>. Acessado: abr. 2019.

<p>Na esteira da Operação Navalha da Polícia Federal, o senador Renan Calheiros é acusado de uma série de crimes: recebimento de ajuda financeira de empreiteiras destinados aos custos relativos a filha que teve com a jornalista Mônica Veloso; uso de laranjas, pessoas ou empresas, para ocultar negócios ilícitos; prática de <i>lobby</i> para que a cervejaria Schincariol obtivesse vantagens junto à Receita Federal e o INSS.</p>
<p>15. Cheque da Gol (2007)</p> <p>Suposto empréstimo do presidente do Conselho de Administração da Gol, Nenê Constantino, ao senador Joaquim Roriz (PMDB-DF)¹⁹⁷.</p>
<p>16. Renagate – Caso Schincariol (2007)</p> <p>Descrição acima.</p>
<p>17. Renagate – Caso do laranjal alagoano (2007)</p> <p>Descrição acima.</p>
<p>18. Renagate – Caso do INSS (2007)</p> <p>Descrição acima.</p>
<p>19. Cartões corporativos (2008)</p> <p>Denúncias sobre gastos irregulares no uso de cartões corporativos pelo alto escalão do governo federal.</p>
<p>20. Dossiê contra FHC e Ruth Cardoso (2008)</p> <p>Novamente um caso envolvendo a elaboração de dossiês, dessa vez sobre as despesas realizadas por FHC, sua esposa Ruth Cardoso, além dos ministros da gestão tucana, por parte de Erenice Alves Guerra, subordinada da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff.</p>
<p>21. Caso Satiagraha (2008)</p> <p>Mais uma operação da Polícia Federal e mais uma vez um caso envolvendo o banqueiro Daniel Dantas, do <i>Opportunity</i>, acusado de desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro, além de evidenciar suas conexões com os poderes político e judiciário¹⁹⁸. Com a entrada controversa da Abin nas investigações, e por denúncias de corrupção e prevaricação, o delegado Protógenes Queiroz foi condenado pelo STF.</p>
<p>22. Paulinho da Força e BNDES (2008)</p>

¹⁹⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/gol-volta-atras-e-confirma-cheque-a-roriz-aiw2s3wwx0ko0khv7nvr13a6m/>. Acessado: abr. 2019.

¹⁹⁸ http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/ed784_livro_revela_bastidores_da_operacao_satiagraha/. Acessado: abr. 2019.

No âmbito da operação da Polícia Federal nomeada Santa Teresa, o político é acusado de ser beneficiário de um esquema de desvio de recursos do BNDES. Em 2015 o STF acolhe denúncia do Ministério Público Federal¹⁹⁹.

23. Atos secretos (2009)

Escândalo ocorrido quando José Sarney era presidente do Senado, quando “atos administrativos foram assinados pela cúpula do Senado e entraram em vigor sem que fossem devidamente publicados nos boletins da Casa. Esses atos foram utilizados para nomear e promover servidores, inclusive parentes de parlamentares e diretores do Senado, além de distribuir e aumentar outras benesses”²⁰⁰, especialmente para o clã Sarney.

24. Caso Lina Vieira (2009)

Trata de um suposto pedido da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que a secretária da Receita Federal iniciasse uma investigação sobre as empresas da família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

25. Mensalão do DEM (2009)

É tratado durante a pesquisa, embora não integre o seu *corpus* de análise.

26. Bancoop (2010)

Sobre as supostas contribuições ilegais à campanha de Lula à presidência em 2002 pela Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), figurando uma prática de caixa dois²⁰¹.

27. Os novos aloprados (2010)

O tema da compra de dossiês emerge novamente, agora nos momentos que antecedem a campanha presidencial. Segundo divulgou amplamente a imprensa, Dilma Rousseff e o PT estariam buscando informações ilícitas sobre José Serra.

28. Caso Erenice (2010)

Novamente a secretária-executiva da Casa Civil recebe os holofotes da imprensa, agora em um escândalo que envolve seu próprio filho, acusado de exercer tráfico de influência na área de aviação. O caso foi arquivado em 2012 por falta de provas.

¹⁹⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/paulinho-da-forca-vira-reu-por-suspeita-de-desvio-no-bndes-179n5m4i614veyo2ofap3zh06/>. Acessado: abr. 2019.

²⁰⁰ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/atos-secretos-mergulham-senado-e-sarney-na-crise/>. Acessado: abr. 2019.

²⁰¹ <https://www.conjur.com.br/2010-mar-06/mp-investiga-esquema-desvio-bancoop-envolve-campanha-lula>. Acessado: abr. 2019.

2011/2016 – Dilma Rousseff (PT)

1. Palocci consultor (2011)

Mais um escândalo envolvendo Palocci, que nesse momento ocupava o cargo de ministro da Casa Civil e, “após a publicação de uma reportagem pelo jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual ele teve o patrimônio aumentado em 20 vezes entre 2006 e 2010”²⁰², renunciou ao cargo, sendo substituído por Gleisi Hoffmann (PT).

2. Escândalo dos Transportes (2011)

Haverá uma sequência denominados escândalos pela revista *Veja* que tratam da demissão de ministros do governo Dilma, além da já retratada saída de Palocci do PT. Assim, além do ministro dos Transportes, na ocasião Alfredo Nascimento (PR), que cairá após a denúncia de um esquema de superfaturamento envolvendo a pasta, outros seis ministérios sofrerão pelos escândalos midiaticamente inflados.

3. Escândalo na Agricultura (2011)

Um mês depois da queda do ministro dos Transportes, no mês de agosto, Wagner Rossi (PMDB), da pasta da Agricultura, deixa o ministério também pela divulgação de supostas irregularidades.

4. Escândalo no Turismo (2011)

Em setembro foi a vez de Pedro Novais do PMDB pedir demissão pelos mesmos motivos anteriormente citados.

5. Escândalo no Esporte (2011)

Em outubro houve a saída de Orlando Silva (PC do B).

6. Escândalo no Trabalho (2011)

Em dezembro ocorre a demissão de Carlos Lupi, após uma “série de denúncias de irregularidades na pasta, declarações polêmicas e perda de apoio entre os próprios colegas de partido do PDT”²⁰³.

7. Escândalo em Cidades (2012)

Em fevereiro do ano seguinte, Mário Negromonte (PP) deixa a pasta por supostos casos de corrupção.

8. Caso Cachoeira (2012)

²⁰² <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/06/ministro-antonio-palocci-pede-afastamento-do-cargo-diz-not.html>.
Acessado: abr. 2019.

²⁰³ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/entenda-o-que-levou-saida-de-carlos-lupi-do-governo.html>.

Acessado: abr. 2019.

O Carlinhos Cachoeira retorna, agora a partir das revelações oriundas da operação que a Polícia Federal nomeou de Monte Carlo, em alusão à glamorosa cidade de Mônaco, tendo em vista que as suspeitas são da constituição de uma quadrilha para explorar máquinas de caça-níqueis. Entre os políticos envolvidos estão o senador Demóstenes Torres (DEM) (cassado na esteira do escândalo), o governador de Goiás pelo PSDB, Marconi Perillo, e o governador do Distrito Federal pelo PT, Agnelo Queiróz.

9. Escândalo na Pesca (2012)

O ministro Luiz Sérgio (PT) deixa a pasta em nome da coalização de governo²⁰⁴.

10. Operação Porto Seguro (2012)

Mais uma operação da Polícia Federal em que a ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, bem como mais 23 pessoas são acusadas de atos de corrupção, tráfico de influência e falsidade ideológica, de formarem uma quadrilha²⁰⁵.

11. Máfia do INSS (2013)

A Polícia Federal investiga fraude bilionária contra a Previdência Social.

12. Operação Lava Jato (2014)

Integra o *corpus* da pesquisa.

13. Petrolão (2014)

Integra o *corpus* da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir da lista da revista *Veja*.

ANEXO 02 – Lista de abreviaturas e siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AI – Ato Institucional

ANP – Agência Nacional do Petróleo

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

²⁰⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-abriu-mao-de-luiz-sergio-na-pesca-em-nome-da-coalizacao-4124307>.
Acessado: abr. 2019.

²⁰⁵ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/12/pf-indicia-rosemary-noronha-por-formacao-de-quadrilha.html>.
Acessado: abr. 2019.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
FHC – Fernando Henrique Cardoso
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MBL – Movimento Brasil Livre
MCC – Movimento Contra a Carestia
MD – Ministério da Defesa
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento do Sem-terra
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PGR – Procuradoria-Geral da República
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PIB – Produto Interno Bruto

PJ – Partido da Juventude
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Social Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
Rede – Rede Sustentabilidade
STF – Supremo Tribunal Federal
SNI – Serviço Nacional de Informações
TCU – Tribunal de Contas da União
Transpetro – Petrobras Transporte S.A.
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Valec – subsidiária da estatal Vale do Rio Doce
VASP – Viação Aérea Brasileira

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. **Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro.** Dados, vol. 31, nº 1, 1998.

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas. n.º 48, 2005.

ALBUQUERQUE, A.; TAVARES, C. Q. **Horário gratuito de propaganda eleitoral: estilo, estratégias, alcance e os desafios para o futuro.** In: FIGUEIREDO, Argelina C.; BORBA, Felipe (orgs.). 25 anos de eleições presidências no Brasil. Curitiba: Apris, 2018.

ALBUQUERQUE, Grazielle; LOPES, M. S. **O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional.** Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 49, p. 279, 2018.

ALMEIDA, ELOÍSA MACHADO DE. **O papel do Supremo Tribunal Federal no impeachment da presidente Dilma Rousseff.** DESC – Direito, Economia e Sociedade Contemporânea, v. 2, p. 52-75, 2019.

ALMEIDA, Frederico de. **Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da Operação Lava Jato.** Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 5, p. 69-82, 2016.

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci.** Revista Compolítica, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma.** In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

ALONSO, Angela. **A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer.** Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, junho, 2017.

AMORIM NETO, Octavio. **Formação de gabinetes ministeriais no Brasil: Coalizão versus Cooptação.** Nova Economia, nº 4, 1994.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia.** São Paulo: Todavia, 2019.

AZEVEDO, Fernando. **Agendamento da política.** In: ALBINO, Antonio & CANELAS, Rubim (org). Comunicação e Política. Conceitos e abordagens. Salvador: Editora Unesp, 2004.

_____. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil.** Em Debate, Belo Horizonte, v. 2, n.3, p. 14-19, mar. 2010.

_____. **Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa.** REVISTA USP, São Paulo, n.90, p. 84-101, junho/agosto 2011.

_____. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

AZEVEDO, Domingos Sávio Campos de. **Confiança e desconfiança nos presidentes da república agendada nas capas da Revista Veja**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática**. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 15 (4), 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BARROS, Reynaldo. **Formação do pessedismo e do udenismo**. In: BARRETTO, Vicente & PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

_____. **Democracia e segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOITO, Armando. **Teoria política da corrupção**. Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 5, p. 69-82, 2016.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp / São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Opinião pública não existe**. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes, 318, janeiro de 1973.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Democracia, Estado social e reforma gerencial**. In: Rev. Adm. Empres. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 112-116, Mar. 2010.

BRIGADÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício. **Os militares e a política**. In: Sistema político brasileiro: uma introdução. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. [2. Ed]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?** In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

CANO, Ignacio. **Nas trincheiras do método:** o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, p. 94-119. In: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Redes de indignação e esperança.** Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder.** As engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **A trajetória dos movimentos sociais.** In: DAGNINO, Evelina. Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A eleição presidencial brasileira de 2006:** uma análise preliminar. Política & Sociedade. Nº 10, 2007.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira.** Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAGAS, Helena. **Relações Executivo-Legislativo.** In: BOLÍVAR, L.; FIGUEIREDO, R. (orgs.). A Era FHC. Um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CHAIA, Vera. **Escândalos políticos e eleições no Brasil.** Anais: VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – ALACIP, 2015.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. **Democracia e escândalos políticos.** São Paulo Perspec. v. 15, n. 4, p. 62-75, Dec. 2001.

CHAIA, V.; BRUGNAGO, F. **A nova polarização política nas eleições de 2014:** Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Revista Aurora, São Paulo, v. 7, n. 21. 2014.

CHICARINO, Tathiana Senne. **Dois movimentos, dois séculos, um kitsch.** Idéias, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 113-140, abr. 2013.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto.** A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSPITO, Giuseppe. **Verbete Hegemonia.** LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”.** In: SORJ, Bernard &

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Nas brumas do HGPE:** a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010). *Opin. Publica, Campinas*, v. 19, n. 1, p. 198-219, June 2013.

DINIZ, Eli. *Crise, Reforma do Estado e governabilidade.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DREIFUSS, René Armand. **1964. A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 2006.

DUARTE, Celina Rabelo. **A Lei Falcão:** antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, Bolívar. Voto de desconfiança. 1978-1979. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. **Imprensa e redemocratização no Brasil:** um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. São Paulo, 1987, Tese de dissertação de mestrado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FALCAO, Joaquim; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **O STF e a agenda pública nacional:** de outro desconhecido a supremo protagonista? *Lua Nova, São Paulo*, n. 88, p. 429-469, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A reconstrução da realidade nas ciências sociais.** In: _____. *Sociologia.* São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 76 -108.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

_____. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRAZ, Vicente; ALDÉ, Alessandra (2010). **Arquitetos do poder.** [Documentário]. Rio de Janeiro, 90 min.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os 45 cavaleiros húngaros.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FIGUEIREDO, Lucas. **Morcegos negros.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina C. et al. **O voto do eleitor pobre nas eleições presidenciais (1989-2014)**. In: FIGUEIREDO, Argelina C.; BORBA, Felipe (orgs.). 25 anos de eleições presidências no Brasil. Curitiba: Apris, 2018.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos**. In: Sistema político brasileiro: uma introdução. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. [2. Ed]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2005.

_____. **A composição e o funcionamento das coligações no Brasil**. In: Sistema político brasileiro: uma introdução. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. [3. Ed]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**. A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. American Journal of Sociology, v. 95, p. 1-37, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOMES, Emanuel Pedro Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **A MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO: UMA ANÁLISE DE TEXTOS DA REVISTA VEJA SOBRE CASOS DE CORRUPÇÃO POLÍTICA**. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 63, n. 1, p. 81-111, Mar. 2019.

GOMES, Túlio Gonçalves; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. **Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital**. Organ. Soc., Salvador, v. 26, n. 90, p. 457-485, Sept. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel**. A política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Cadernos do cárcere**. 10 II, 41. XII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUN, Roberto. **Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade**. RBCS Vol. 26 n° 77 outubro /2011.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda**. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IPEA. **Vinte anos da Constituição Federal**. Relatório Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Vol. 2, n° 17, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. **A Era FHC**. Um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. Por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.

LIMA, Venício A. de. **As “brechas” legais do coronelismo eletrônico**. Revista Aurora, São Paulo, v. 1, n. 01. 2007.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. **A base e os partidos**. As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. NovosEstudos_novembro_2014.

_____. **Duverger nos trópicos: coordenação e estabilidade nas eleições presidenciais brasileiras pós-redemocratização**. In: FIGUEIREDO, Argelina C.; BORBA, Felipe (orgs.). 25 anos de eleições presidências no Brasil. Curitiba: Apris, 2018.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MAGALHAES, André Matos; SILVA, Marcelo Eduardo Alves da; DIAS, Fernando de Mendonça. **Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula?** Uma análise espacial do pleito de 2010. Opin. Publica, Campinas, v. 21, n. 3, p. 535-573, Dec. 2015.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. n° 29, ano 10, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

MARANHÃO, Cristina. **O poder da imagem fotográfica: uma análise das imagens publicadas nas revistas Veja e IstoÉ de Luiz Inácio Lula da Silva durante as campanhas presidenciais de 1989 e 2002**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda**. A mídia e a opinião pública. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. **Collor: fortuna e virtú**. A ascensão e a queda de um medalhão. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MENDONÇA, Daniel de. **Com o olhar “político” a partir da teoria do discurso.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 1, p. 153-169, 2009.

MENDONÇA, Daniel de. **Antagonismo como identificação política.** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 9, p. 205-228, Dec. 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMOES, Paula Guimarães. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v.27, n.79, p.187-201, June 2012.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994.** In: DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. **Mídia e Eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo.** Dados. Vol. 42. n. 2. Rio de Janeiro: 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. **A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 1, junho, 2007, p.97-123.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: O caso da Editora Abril.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MOISÉS, J. A. **Entre a “incerteza” e a tradição política.** Uma crítica da primeira geração de estudos da transição. Novos Estudos – CEBRAP. nº 40, 1994.

_____. **Cultura política, instituições e democracia.** Lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.23, nº 66, 2008.

_____. **O significado da democracia segundo os brasileiros.** Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, 2010. CESOP/Unicamp (p. 269-309).

_____. **Os Brasileiros e a Democracia.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

NETO, Octavio Amorim. **Democracia e relações civis-militares no Brasil.** In: Sistema político brasileiro: uma introdução. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. [3. Ed]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009**. In: *Ciência Política*. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010.

_____. **Partidos políticos no Brasil**. In: Agenda Brasileira. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**. Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NUNOMURA, E. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 31, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Hegemonia às avessas**. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: LVM Editora, 2018.

PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso**. Novos estud. – CEBRAP, São Paulo, n. 89, p. 6-15, Mar. 2011.

POMIAN, Krzysztof. **A História das Estruturas**. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORTA, La Lelio. **Verbete Dialética**. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: ALBINO, Antonio & CANELAS, Rubim (org). *Comunicação e Política. Conceitos e abordagens*. Salvador: Editora Unesp, 2004.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo na era digital**. in: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo: 2013.

REIS, Fábio Wanderley. **Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros**. Novos Estudos, n. 87, jul. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. **A política como espetáculo**. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RICCI, Rudá. **Lulismo**. Da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Agenda Brasileira. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo, política e mídia**. Ed. Lua Nova, São Paulo, 2001.

SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos**. Dos generais à Nova República. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. RBCS Vol. 18 n° . 52 junho, 2003.

_____. **O impeachment de Fernando Collor**. Sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder & Política**. Crônica do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SANTOS, Elaine de Moraes; ROMUALDO, Edson Carlos. **A produção de um efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político-midiático de semanários brasileiros em 2010**. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 61, n. 2, p. 283-301, Aug. 2017.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia parlamentar ou plebiscitária?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 37, p. 137-147, out. 2010.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. **Cutucando onças com varas curtas**. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, Julho, 2015.

SILVA, João Carlos Rodrigues da Silva. **Época, Veja e o (e)leitor**. Análise crítica de uma corrida presidencial. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SLOTERDIJK, Peter. **No mesmo barco**. Ensaio sobre a hiperpolítica. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. **A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira**. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré, 1990.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: da Abertura à Nova República**. Paz e Terra: Rio de Janeiro: 1987.

SKIDMORE, Thomas. **A lenta via brasileira para democratização**. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1988.

TATAGIBA, Luciana. **Os protestos e a crise brasileira**. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011 – 2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

TAVARES, Olga. **Fernando Collor**. O discurso messiânico o clamor ao sagrado. São Paulo: AnnaBlume, 1998.

TELLES, H. S.; MARTINS, J. M. L.; PIRES, T.; BAPTISTA, E. A. **Vinte e cinco anos de campanhas no Brasil: de Collor a Dilma**. In: FIGUEIREDO, Argelina C.; BORBA, Felipe (orgs.). 25 anos de eleições presidências no Brasil. Curitiba: Apris, 2018.

TELLES, H. S.; SAMPAIO, T.; BAPTISTA, E. A. **Os limites da agenda-setting na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013)**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 119-142, set.-dez. 2015.

TELLES, Vera da Silva. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90*. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político**. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. **As esquerdas e a redescoberta da democracia**. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90*. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VASCONCELLOS, F. **Debates eleitorais na TV como eventos de campanha**. In: FIGUEIREDO, Argelina C.; BORBA, Felipe (orgs.). 25 anos de eleições presidências no Brasil. Curitiba: Apris, 2018.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. História e Sociologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. II Encontro dos Programas de Pós-graduação em Comunicação de Minas Gerais, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol.39, nº 3, 1996.

_____. **De um plano Collor a outro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.

VOVELLE, Michel. **A História e a longa duração**. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOZA, Pasquale. **Verbetes Bloco Histórico**. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

- WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2005.
- _____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, vol. 2, 1972.
- _____. **Max Weber**. Grandes Cientistas Sociais. COHN, Gabriel (org). São Paulo: Ática, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. De Coleridge a Orwell. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2009.
- ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Internet

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> Acessado: out. 2019.

<http://ivcbrasil.org.br/default.asp?35276> Acessado: 07. abri.2015

Catálogo Dedoc – Editora Abril:

MEMÓRIA-REVISTA-VEJA. Pasta 02: *O sucesso em forma de revista*. Autor: sem autor declarado. Publicação: Briefing. Data: 11/12/1983.

VIZEU, Rodrigo. **Itamar Franco**: hiperinflação e plano real. Podcast da semana. Folha de S. Paulo, 2018a.

VIZEU, Rodrigo. **Luiz Inácio Lula da Silva**: amor e ódio. Podcast da semana. Folha de S. Paulo, 2018b.

VIZEU, Rodrigo. **Dilma Rousseff**: queda econômica e política. Podcast da semana. Folha de S. Paulo, 2018c.

VIZEU, Rodrigo. **Michel Temer**: reformas e escândalos. Folha de S. Paulo, 2018d.

In:

https://open.spotify.com/show/7M32AKysUDCeEa3EjnmQN?si=TCG_3i3iQWOqKN34OhY0tg Acessado: fev. 2019.